



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Estudos Legislativos
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR
COLEÇÃO

ANO XLIX — Nº 002

QUARTA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 4ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE JANEIRO DE 1994

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALOÍSIO MERCADANTE — Considerações sobre a prorrogação dos trabalhos da CPI do Orçamento.

DEPUTADO COSTA FERREIRA — Fatores de desestabilização da família. Posição contrária de S. Exª, quanto à extinção de pena para o adultério e o aborto.

DEPUTADO ERNESTO GRADELLA — Ampliação do prazo para a conclusão da CPI do Orçamento. Repúdio à realização da Revisão Constitucional.

DEPUTADO VASCO FURLAN — Publicação, em jornais de circulação nacional de resumo da auditoria realizada nas contas do Sr. Orestes Quércia.

DEPUTADO ALOÍSIO VASCONCELOS — Registro dos 15 anos do Caderno Fim-de-semana, do jornal Estado de Minas.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Críticas ao Plano Fernando Henrique Cardoso II.

DEPUTADO NEY LOPES — Homenagens à memória do ex-Senador Luís Barros, representante do Estado do Rio Grande do Norte.

1.2.2 — Parecer

— Proferido pelo Deputado Mussa Demes, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 391/93, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências, e abertura de prazo de 24 horas para apresentação do recurso ali previsto.

1.2.3 — Offícios

— Nº 1/94, da Liderança do PTB no Senado Federal, referente à substituição de membros em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

— Nºs 8 a 10, de 1994, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membros em Comissões Mistas.

— Nº 14, de 1994, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro em Comissão Mista.

— Nºs 7, 11, 29, 31, 33, 35, 37 e 39, de 1994, da Liderança do Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados referente à substituição de membros em Comissão Mista.

— Nºs 7, 9, 12, 14, 16, 19, 21, 24, 27, 29, 31, 34 e 37, de 1994, da Liderança do PSDB no Senado Federal, referente à substituição de membros em Comissões Mistas.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Término de prazo e perda da eficácia das Medidas Provisórias nº 381 a 383 e 386, de 1993.

1.2.5 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 5, de 1994-CN (nº 1.070/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 394, de 28 de dezembro de 1993, que altera o art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, que dispõe sobre a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional.

— Nº 6, de 1994-CN (nº 1.081/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 395, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a prorrogação do termo final do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993.

— Nº 7, de 1994-CN (nº 1.082/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 396, de 29 de dezembro de 1993, que altera dispositivos da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993.

— Nº 8, de 1994-CN (nº 1.092/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 397, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da advocacia-geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

— Nº 9, de 1994-CN (nº 1.093/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 398, de 29 de dezembro

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Director-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Director Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Director Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Director Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Director Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral _____ Cr\$ 70.000,00

Tragam 1.200 exemplares

de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da seguridade social da União crédito extraordinário, para os fins que especifica e dá outras providências.

— Nº 10, de 1994-CN (nº 1.094/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR e dá outras providências.

— Nº 11, de 1994-CN (nº 1.095/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 400, de 29 de dezembro de 1993, que altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências.

— Nº 12, de 1994-CN (nº 1.096/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 401, de 29 de dezembro de 1993, que determina a cobrança do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a Títulos ou valores Mobiliários — IOF.

— Nº 13, de 1994-CN (nº 1.097/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 402, de 29 de dezembro de 1993, que altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências.

— Nº 14, de 1994-CN (nº 1.099/93, na origem), encaminhando a Medida Provisória nº 403, de 29 de dezembro de 1993, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, que altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 — Plano de Reclassificação, relativas às séries de classes de impressor, encadernador, mestre e técnico de artes gráficas e dá outras providências.

— Nº 15, de 1994-CN (nº 940/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunicando ao Congresso Nacional haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1993 (PL nº 4.100/93, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Designação da Comissão Mista incumbida de relatar o veto e fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.2.7 — Apreciação de matéria

— Nº 170/93-CN, de autoria do Senador Elcio Alvares, lido em sessão anterior. **Aprovado.**

1.2.8 — Requerimentos

— Nº 1, de 1994-CN, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, solicitando o prorrogação por mais sete dias, a contar de dezoito de janeiro próximo, inclusive, do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos a respeito da destinação de recursos do Orçamento da União. **Aprovado.**

— Nº 2, de 1994-CN, de autoria da Deputada Márcia Cibília Viana, solicitando prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de corrupção e suborno na atuação das empreiteiras junto ao setor público. **Aprovado.**

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 387, de 13 de dezembro de 1993, que revoga as Medidas Provisórias nºs 384 e 385, de 8 de dezembro de 1993. (Mensagem nº 264, de 1993-CN). **Retirada da pauta** nos termos do art. 175, letra e, do Regimento Interno do Senado Federal.

1.3.1 — Comunicações da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 408, de 6 de janeiro de 1994, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências, designação da Comissão Mista e fixação de calendário para tramitação da matéria.

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 409, de 6 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências, designação da Comissão Mista e fixação de calendário para tramitação da matéria.

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 410, de 6 de janeiro de 1994, que atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos *ad referendum* da junta deliberativa do Fundo Nacional de Saúde, designação da Comissão Mista e fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO**2 — ATAS DE COMISSÕES MISTAS**

Ata da 4ª Sessão Conjunta, em 11 de janeiro de 1994

10ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Humberto Lucena e Adylson Motta

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Albano Franco _ Alexandre Costa _
Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Amir Lando _ Antonio Mariz
_ Aureo Mello _ Beni Veras _ Carlos Patrocínio _ César Dias _
Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Coutinho Jorge _
Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Divaldo Suruagy _ Eduardo
Suplicy _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin
_ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson
Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique
Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _
Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ Jonas
Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Eduardo Vieira _ José
Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júlio Campos _ Júnia
Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _
Louremberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella
_ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _
Marco Maciel _ Mário Covas _ Mauro Benevides _ Meira Filho
_ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Ney Maranhão _ Onofre
Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Raimundo Lira _
Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS

RORAIMA

JOAO FAGUNDES
LUCIANO CASTRO
MARCELO LUZ

PMDB
PPR
PP

AMAPA

AROLDI GOES
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
SERGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

PDT
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO
BLOCO
PP

PARA'

ALACID NUNES
CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL

BLOCO
BLOCO
PMDB

GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN

PDT
PMDB
PP
PP
PPR
PT
PMDB

AMAZONAS

BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
JOAO THOME
PAUDERNEY AVELINO
RICARDO MORAES

PDT
PMDB
BLOCO
PMDB
PPR
S/P

RONDONIA

APARICIO CARVALHO
EDISON FIDELIS
REDITARIO CASSOL

BLOCO
PSD
PP

ACRE

ADELAIDE NERI
CELIA MENDES
JOAO MAIA
ZILA BEZERRA

PMDB
PPR
PP
PMDB

TOCANTINS

DARCI COELHO
DERVAL DE PAIVA
EDMUNDO GALDINO
MERVAL PIMENTA
PAULO MOURAO

BLOCO
PMDB
PSDB
PMDB
PPR

MARANHAO

CESAR BANDEIRA
COSTA FERREIRA
JAYME SANTANA
JOSE BURNETT
JOSE REINALDO
NAN SOUZA
NEIVA MOREIRA

BLOCO
PP
PSDB
PPR
BLOCO
PP
PDT

PEDRO NOVAIS	PSD	JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
		LUIZ PIAUHYLINO	PSB
CEARA		MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
		MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
AECIO DE BORBA	PPR	MIGUEL ARRAES	PSB
ARIOSTO HOLANDA	PSDB	NILSON GIBSON	PMDB
EDSON SILVA	PDT	OSVALDO COELHO	BLOCO
ERNANI VIANA	PP	PEDRO CORREA	BLOCO
GONZAGA MOTA	PMDB	RENILDO CALHEIROS	PCdoB
JACKSON PEREIRA	PSDB	RICARDO FIUZA	BLOCO
JOSE LINHARES	PP	ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
LUIZ GIRA0	PDT	SALATIEL CARVALHO	PP
MARCO PENAFORTE	PSDB	SERGIO GUERRA	PSB
MARIA LUIZA FONTENELE	S/P	TONY GEL	BLOCO
MAURO SAMPAIO	PSDB	WILSON CAMPOS	PSDB
ORLANDO BEZERRA	BLOCO		
PINHEIRO LANDIM	PMDB		
VICENTE FIALHO	BLOCO	ALAGOAS	
		JOSE THOMAZ NONO	PMDB
PIAUI		ROBERTO TORRES	BLOCO
		VITORIO MALTA	PPR
B. SA	PP		
FELIPE MENDES	PPR		
JESUS TAJRA	BLOCO		
JOAO HENRIQUE	PMDB	SERGIPE	
JOSE LUIZ MAIA	PPR		
MURILO REZENDE	PMDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT
MUSSA DEMES	BLOCO	CLEONANCIO FONSECA	PPR
		DJENAL GONCALVES	PPR
RIO GRANDE DO NORTE		JERONIMO REIS	BLOCO
		MESSIAS GOIS	BLOCO
ALUIZIO ALVES	PMDB	PEDRO VALADARES	PP
FERNANDO FREIRE	PPR		
JOAO FAUSTINO	PSDB		
LAIRE ROSADO	PMDB	BAHIA	
NEY LOPES	BLOCO		
		ALCIDES MODESTO	PT
PARAIBA		AROLDO CEDRAZ	PRN
		BERALDO BOAVENTURA	PSDB
FRANCISCO EVANGELISTA	PPR	ERALDO TINOCO	BLOCO
IVAN BURITY	BLOCO	FELIX MENDONCA	BLOCO
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	HAROLDO LIMA	PCdoB
JOSE MARANHÃO	PMDB	JABES RIBEIRO	PSDB
LUCIA BRAGA	PDT	JAIR0 CARNEIRO	BLOCO
VITAL DO REGO	PDT	JAQUES WAGNER	PT
ZUCA MOREIRA	PMDB	JOAO ALVES	PPR
		JOAO CARLOS BACELAR	BLOCO
PERNAMBUCO		JONIVAL LUCAS	PSD
		JORGE KHOURY	BLOCO
ALVARO RIBEIRO	PSB	JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
FERNANDO LYRA	PSB	JOSE FALCAO	BLOCO
GILSON MACHADO	BLOCO	JOSE LOURENCO	PPR
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	JUTAHY JUNIOR	PSDB
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN	LEUR LOMANTO	BLOCO
JOSE JORGE	BLOCO	LUIS EDUARDO	BLOCO

[illegible]

LUIZ GUSHIKEN
LUIZ MAXIMO
MANOEL MOREIRA
MARCELINO ROMANO MACHADO
MAURICIO NAJAR
OSWALDO STECCA
PEDRO PAVAO
ROBERTO ROLLEMBERG
ROBSON TUMA
TADASHI KURIKI
TUGA ANGERAMI
VALDEMAR COSTA NETO
WALTER NORY

MATO GROSSO

JOAO TEIXEIRA
JONAS PINHEIRO
OSCAR TRAVASSOS
RICARDO CORREA
RODRIGUES PALMA

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO
CHICO VIGILANTE
JOFRAJ FREJAT
MARIA LAURA
OSORIO ADRIANO

GOIAS

ANTONIO FALEIROS
DELIO BRAZ
JOAO NATAL
LAZARO BARBOSA
MAURO BORGES
PAULO MANDARINO
PEDRO ABRAO
ROBERTO BALESTRA
RONALDO CAIADO
VILMAR ROCHA
VIRMONDES CRUVINEL

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO
FLAVIO DERZI
GEORGE TAKIMOTO
NELSON TRAD
VALTER PEREIRA
WALDIR GUERRA

PARANA

ANTONIO BARBARA
ANTONIO UENO

PT BASILIO VILLANI
PSDB CARLOS ROBERTO MASSA
PMDB DENI SCHWARTZ
PPR ELIO DALLA-VECCHIA
BLOCO ERVIN BONKOSKI
PMDB FLAVIO ARNS
PPR IVANIO GUERRA
PMDB JONI VARISCO
PL LUCIANO PIZZATTO
PPR LUIZ CARLOS HAULY
PSDB MAX ROSENMAN
PL MUNHOZ DA ROCHA
PMDB OTTO CUNHA
PAULO BERNARDO
PEDRO TONELLI
PINGA FOGO DE OLIVEIRA
PL REINHOLD STEPHANES
BLOCO RENATO JOHNSON
PL WERNER WANDERER
PL WILSON MOREIRA
BLOCO

SANTA CATARINA

PCB ANGELA AMIN
PT DEJANDIR DALPASQUALE
BLOCO EDISON ANDRINO
PT HUGO BIEHL
BLOCO LUIZ HENRIQUE
NELSON MORRO
NEUTO DE CONTO
PAULO DUARTE
VALDIR COLATTO
VASCO FURLAN

RIO GRANDE DO SUL

PSDB ADALDO PRETTO
BLOCO ADROALDO STRECK
PMDB ADYLSO MOTTA
PP ALDO PINTO
PPR AMAURY MULLER
BLOCO CARLOS AZAMBUJA
BLOCO CARLOS CARDINAL
PMDB CARRION JUNIOR
CELSE BERNARDI
EDEN PEDROSO
PRN FERNANDO CARRION
PP FETTER JUNIOR
BLOCO GERMANO RIGOTTO
BLOCO IVO MAINARDI
PMDB JOAO DE DEUS ANTUNES
BLOCO LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
ODACIR KLEIN
PMDB OSVALDO BENDER
BLOCO PAULO PAIM

PPR
PSD
PSDB
PDT
BLOCO
PSDB
BLOCO
PMDB
BLOCO
PP
PDT
PSDB
PPR
PT
PT
S/P
BLOCO
PP
BLOCO
PSDB

PPR
PMDB
PMDB
PPR
PMDB
BLOCO
PMDB
PPR
PMDB
PPR

PT
PSDB
PPR
PDT
PDT
PPR
PDT
PDT
PPR
PT
PPR
PPR
PMDB
PMDB
PPR
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PT

TELMO KIRST
VICTOR FACCIONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MULLER

PPR
PPR
PT
PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 331 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE — Sr. Presidente, peço a palavra pela prdem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estava marcada para às 17 horas uma sessão do Congresso Nacional em que se pretendia discutir o pedido de prorrogação por uma semana do prazo concedido à CPI do Orçamento. Soube, porém, que foi transferida para às 18h30min a sessão do Congresso Nacional para se discutir o mesmo item da pauta. Entretanto, a CPI vem aguardando desde a semana passada a decisão do Congresso Nacional sobre o pedido formulado.

Estou vendo agora o início de sessão da Câmara dos Deputados. Por isso, pergunto à Mesa se está confirmada para hoje...

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Nobre Deputado, esta sessão é do Congresso Nacional!

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE — É sessão do Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Esta é sessão do Congresso Nacional e um dos seus objetivos é votar o requerimento a que V. Ex^a faz alusão.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE — Então, está na pauta o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Está na pauta.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE — Será votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Se houver número, será votado.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Com a palavra o nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA (PP — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Brasil atravessa momentos turbulentos que têm deixado a Nação atônita diante de tantas violências que emergem no contexto nacional. Tantas violências atingem a célula *mater* da nossa sociedade, que é a família.

Temos até participado de debates em que Parlamentares se manifestam pela desestabilização da família, defendendo a eliminação de algumas normas que mantêm essa instituição milenar em nosso planeta.

Queremos nos referir àquelas pessoas que querem retirar as salvaguardas que mantêm a família equilibrada e que, no decorrer dos tempos, têm dado uma demonstração nítida de

que é na família que se educa, que se ensina para a vida em sociedade. Uns defendem a retirada da figura do adultério dos códigos. Ora, assim o casal não terá mais segurança e tranquilidade para viver em paz! E muitos pretendem acabar com a estabilidade da família sob a argumentação de que o corpo pertence a cada um, que pode agir como bem entender. Com isso não podemos concordar, e dizemos que se trata de um atentado, uma violência contra a instituição familiar!

Gostariamos também de denunciar os que querem a legalização do aborto. É uma violência contra a vida intra-uterina e que também poderá causar danos tanto para a mulher quanto para a humanidade. No Nordeste brasileiro, por exemplo, a legalização do aborto seria, no meu entender, um genocídio. Se para as pessoas que têm muitos recursos já é difícil chegar aos grandes centros para fazer tratamento, e, às vezes, até perdem a vida, imaginem V. Ex^a, o que não acontecerá à mulher pobre que tenha de se deslocar até um centro onde possa ser atendida? Acreditamos que isso seria um desastre para a Pátria.

Desse modo, não querendo tomar mais o tempo de todos, quero dizer a V. Ex^a que assuntos tais estão sendo debatidos por ocasião da Revisão Constitucional, porém, acreditamos na capacidade dos Srs. Parlamentares. Haveremos de proteger a família, fortalecendo a instituição do casamento e evitando que se libere o aborto. Todos esses males atentam contra a família e, por certo, deixam exposta a nossa sociedade às intempéries e ao vilipêndio. Esperamos aprovar na Revisão os salvaguardas necessários para que a família sobreviva em paz e tranquilidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, no momento em que se discute a ampliação do prazo da CPI do Orçamento por mais uma semana, ressalto que, mesmo que ela funcione até o dia 24, não poderá concluir os seus trabalhos abrangendo, no seu relatório, de maneira completa, o esquema de corrupção no Orçamento. Pelo número de depoimentos tomados esta semana e os a serem tomados durante a próxima, não será possível fazer uma investigação séria. O relatório condenará alguns Deputados e dará um atestado de idoneidade a vários outros Parlamentares, que têm a mesma culpa.

Entendemos que o apressamento, que se quer apenas porque os favoráveis à Revisão Constitucional pretendem limpar o caminho para que ela possa ser executada já no próximo mês, vai fazer com que esta Casa não aprofunde as investigações necessárias. Com esse procedimento, o Congresso estará dizendo à sociedade que não pretende apurar a responsabilidade de todos os Parlamentares e membros do Poder Executivo envolvidos. Mais uma vez as empreiteiras, os corruptores vão ficar impunes, como já ocorreu quando das várias outras CPI instaladas pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional.

O atual Relator da Revisão Constitucional — que atualmente funciona como se fosse a própria Assembléia Constituinte, por meio de um Regimento que lhe dá superpoderes — pretende demonstrar que ela é definitiva, não tem mais volta, mas nós entendemos necessário evitar que ela ocorra. O PSTU é contra a agenda mínima, contra essa Revisão Constitucional! Uma maioria conjuntural quer assumir poderes

de Assembléia Constituinte, os quais não recebeu da população, para acabar com o monopólio estatal do petróleo, com a aposentadoria por tempo de serviço e com direitos outros dos trabalhadores garantidos na Constituição em vigor, mas que agora começam a ser solapados por essa manobra.

Com apenas mais uma semana de prorrogação, o processo de corrupção será mal apurado pela CPI. Por outro lado, a Revisão Constitucional causará ainda mais prejuízos ao País, porque fará, sim, com que os milhões de dólares manipulados até agora por Parlamentares, de maneira ilegal e criminosa, sejam substituídos por bilhões de dólares a serem manipulados de maneira legal, com o fim dos monopólios garantidos para intervenção estatal, porque se trata de interesses estratégicos para o País.

O PSTU entende que a CPI do Orçamento não pode encerrar seus trabalhos pela metade, fazendo um relatório parcial, apenas para possibilitar que a Revisão Constitucional se instale e produza efeitos nocivos à Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Vasco Furlan.

O SR. VASCO FURLAN (PPR — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Parlamentares, as principais revistas e jornais do País publicaram, dias atrás, sob o título “Auditoria/Orestes Quércia”, as conclusões da Trevisan Auditores Independentes, contratada pelo interessado.

Aqueles Auditores concluíram seu trabalho, dizendo:

“Pode-se concluir que as obrigações principais e acessórias **relativas ao imposto de renda pessoa física**, apuradas nessas declarações foram cumpridas e que os rendimentos tributados, isentos e submetidos à tributação exclusiva, declarados no período considerado, são compatíveis com o acréscimo patrimonial verificado e declarado ...”

Sr. Presidente, acontece que o Sr. Orestes Quércia publicou nos principais jornais e revistas do Brasil — naturalmente matéria paga — algumas conclusões em letra pequena, mas com cabeçalho bem grande, nas quais se diz: “Todos os impostos devidos foram pagos e todos os bens que adquiri são compatíveis com os rendimentos que auferi”.

Entretanto, essa auditoria não se refere a todos os impostos, mas apenas à compatibilidade com o que foi declarado no Imposto de Renda de pessoa física.

O cotejo desses dois textos evidencia a tentativa de manipular e distorcer um relatório, pois a Trevisan é clara ao restringir sua conclusão apenas à pessoa física e ao Imposto de Renda do Sr. Quércia e não, como ele pretende vender seu peixe, a todos os impostos!

Ademais, Srs. Parlamentares, mesmo sem pretender discutir aqui artifícios, benefícios, favorecimentos ou facilidades inerentes aos cargos de Prefeito ou de Governador, ficaria, como está posta à Nação, a seguinte pergunta que endereço em especial aos que já foram prefeitos ou governadores e, não raro, tiveram que deixar de lado seus negócios naquele período, para se dedicarem às audiências, reuniões com secretários, viagens de serviço, assinaturas de contratos e convênios, campanhas eleitorais, reuniões solenes, atos oficiais, inaugurações de obras, reuniões partidárias, etc., etc: pode ou consegue um cidadão normal, além dessas tarefas que o cargo público lhes impõe, cuidar ainda de imobiliárias,

fazendas, comércio de automóveis, construtoras, transportes e radiojornalismo?

Se algum dentre vós responder que sim, então me curvarei aos poderes extraterrestres desse super-homem que, em menos de uma década, acumulou tamanha fortuna, enquanto outros industriais, comerciantes, profissionais liberais lutam diuturnamente para evitar o prejuízo e manter suas atividades, mercê da conjuntura adversa que o País vem atravessando, sem se falar em dezenas de Congressistas que, como eu, tiveram de abandonar suas profissões para exercer seus mandatos em tempo integral nesta Casa.

Quero apenas deixar uma pergunta final, pergunta à qual nenhum auditor poderá responder: existe dia de 48 horas ou algum dos senhores neste plenário conhece alguém que tenha o poder da ubiquidade para estar em dois lugares ao mesmo tempo, isto é, estar administrando um Município ou Estado e também a sua imobiliária, a sua revendedora, a sua rádio, as suas fazendas ou transportadoras? Acho que a resposta é não. Por isso, não podemos aceitar que manipuladores de números e de palavras insistam em querer posar de bons-moços e que esta Casa seja conivente, principalmente por omissão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Com a palavra, o nobre Congressista Aloísio Vasconcelos.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, neste momento de turbulência da vida política nacional em que muitos partidos tiveram as suas legendas aumentadas ou diminuídas — esse troca-troca que não ilustra, pelo contrário, deslustra a vida política nacional — gostaria de fazer um comentário sereno sobre a marcha do nosso partido, o PMDB, mas deixarei para fazê-lo na sessão de amanhã. Hoje quero apenas registrar desta tribuna, com muita alegria, os quinze anos, completados no último domingo, do caderno “Fim de Semana”, do jornal **O Estado de Minas**, publicado na capital mineira.

Há exatamente quinze anos, o jornalista e meu amigo, Paulo César de Oliveira, lançava o caderno “Fim de Semana” com comentários políticos, amenidades, coluna social, arte, cultura, enfim, tudo o que diz respeito à atividade humana. Esse caderno — originalmente composto de quatro páginas, ampliou-se para oito, e hoje tem quase vinte — é, sem dúvida alguma, um dos mais lidos, comentados e respeitados da imprensa de Minas Gerais. O caderno “Fim de Semana”, do nosso querido jornal **O Estado de Minas**, está hoje de parabéns, porque publicou uma edição especial para comemorar os seus 180 meses de bons serviços prestados à informação da sociedade mineira em geral e belo-horizontina, em especial.

Portanto, quero deixar registrada nos Anais do Congresso esta importante data para a imprensa de Minas Gerais, ao mesmo tempo transmitindo, com meus respeitos, os cumprimentos aos diretores daquele jornal, principalmente ao Dr. Camilo Teixeira da Costa e, em especial, ao jornalista Paulo César de Oliveira, grande vencedor e comentarista político e social pelos seus quinze anos de êxito à frente do caderno “Fim de Semana” do jornal **O Estado de Minas**.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PPR — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, apesar da forte reação do Congresso e de setores da sociedade, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, insiste

em manter em seu Plano de Estabilização Econômica a proposta de aumento de 5% nas alíquotas dos impostos e a retenção de 15% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, além do IMPF e Cofins, já antes implantados. A teimosia do Ministro, manifesta-se em nível nacional, e do Governador Collares, em nível local, pois assinou a redução no prazo de recolhimento do ICMS, o que é um mau sinal para este início de ano.

Depois de passar seis meses analisando a crise econômica, a equipe do Ministro fez o diagnóstico certo, mas se equivocou redondamente na dose do remédio. O Ministro aponta corretamente o déficit público como um dos fatores responsáveis pela escalada inflacionária, mas erra ao propor aumento da carga tributária.

Ao invés de atacar o problema em sua origem ou seja, buscando medidas alternativas e arrojadas para zerar o déficit público, dentro do próprio setor público, e de fazer uma redução da carga tributária o Ministro prefere penalizar o setor produtivo com mais impostos. Ora está provado que os impostos aumentam os custos dos produtos e a sonegação, além de realimentar a inflação.

Num ano eleitoral como este, a atitude do Ministro dá margem a muitas interpretações. Uma delas é que o Ministro está endurecendo agora para assegurar um bom caixa ao Governo e, posteriormente, às vésperas das eleições, liberar a economia, proporcionando euforia e crescimento artificial. (Bota o bode na sala, depois tira). Funaro fez algo inversamente similar com o Plano Cruzado e, à época, inundou de votos o PMDB. Estamos pagando o preço disso tudo até hoje.

Diante deste quadro, é legítimo supor que com este mesmo fim eleitoral, ou no mínimo, improvisação amorística, o Governo acrescentou mais 3 lamentáveis medidas: só enviou a proposta Orçamentária para 1994 ao Congresso no último dia de 1993; editou 11 medidas provisórias mudando o sistema tributário e a política econômica; e remetou para o ano 2000 a devolução do compulsório dos veículos e combustíveis, num vergonhoso confisco, o que estamos combatendo. Tudo lembra a vocação autoritária e desastrosa da Era Collor. Tudo isso é um mau sinal para um começo de ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Ney Lopes.

O SR. NEY LOPES (Bloco Parlamentar — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna profundamente consternado. Porém, o dever de representação do povo do Rio Grande do Norte impõe que comunique ao Plenário o falecimento recente do ex-Senador da República, Luís de Barros, natural daquele Estado.

Trata-se sem dúvida, de uma perda irreparável para o patrimônio político do Rio Grande do Norte. O Senador Luís de Barros está presente há décadas na história potiguar. O seu temperamento afável, tranqüilo e respeitoso serviu de exemplo para várias gerações, inclusive a minha.

Militante da antiga União Democrática Nacional (UDN) teve, ao longo de sua vitoriosa carreira, momentos de convivência com todos os segmentos da política local. Em nenhum instante, cultivou a intransigência, como meio de atingir seus objetivos políticos-eleitorais.

Não se tornou conhecido como demolidor, mas, sim, como homem de diálogo fácil e firme.

Sr. Presidente, desejo destacar a atividade fecunda do Senador Luís de Barros neste Congresso Nacional. Aqui ele exerceu com dignidade ímpar o mandato que lhe foi outorgado pelo povo do meu Estado. As portas do seu gabinete sempre estiveram abertas para os conterrâneos que o procuravam. E mantinha a parceria conjugal com a sua esposa, Élia Barros, já falecida, fazendo com que dessa unidade inseparável do amor recíproco também nascessem benefícios e ajuda para a comunidade norte-rio-grandense. O Senador Luís de Barros foi um homem sempre respeitado neste Parlamento, motivo pelo qual o vazio da sua ausência eterna traz consigo a certeza de que a sua personalidade, o seu caráter, a sua forma de vida ecoarão também eternamente nesta Casa, com demonstrações de um Parlamentar digno, correto e honesto.

Sr. Presidente, deixo, pois o meu registro do falecimento do Senador Luís de Barros, e o faço com saudade. S. Ex^{ta} viveu para servir e trabalhar em favor do meu Estado — o Rio Grande do Norte. A classe política potiguar está mais pobre com a perda de Luís de Barros. Gratifica a convicção de que os seus ensinamentos de vida ajudarão a formar novos quadros, na conquista de um futuro mais digno para o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Antes de passarmos ao expediente, a Presidência apela para os Srs. Deputados e Senadores que se encontram nas demais dependências da Casa no sentido de que venham ao plenário, uma vez que teremos importantes decisões a tomar através do voto.

Não havendo mais oradores inscritos passa-se, portanto, ao expediente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Esgotou-se o prazo para que a Comissão Mista apresentasse parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 391, de 23 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, solicito ao nobre Deputado Mussa Demes que profira seu parecer.

O SR. MUSSA DEMES (Bloco — PFL. PI — Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: reedição da Medida Provisória nº 374/93, a Medida Provisória nº 391, de 23 de dezembro de 1993, ora submetida a exame sob o aspecto de Admissibilidade, dispõe que: (1) para efeito da legislação do Imposto de Renda, estabelece a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias, prestação de serviços ou operações de alienação de bens Imóveis, no momento da efetivação da operação; (2) para efeito do Imposto de Renda e das contribuições sociais incidentes sobre o lucro ou o faturamento, dispõe que caracteriza a omissão de receitas ou de rendimentos, inclusive ganhos de capital, a falta de emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, no momento das operações atrás referidas, bem como a sua emissão com valor inferior ao da operação; (3) prevendo, para tal falta, a multa pecuniária de trezentos por cento sobre o valor do bem objeto da operação ou do serviço prestado; (4) determina que em todo local onde se proceda à venda de bens ou à prestação de serviços, deverão ser afixados, em local visível e de fácil leitura, o teor dos arts. 1º a 4º da presente Medida, além de cartazes informativos elaborados pela Secretaria da

Receita Federal; (5) cominando para o descumprimento de tal obrigação a multa correspondente a Cr\$200.000,00, atualizados monetariamente pela UFIR mensal, a ser aplicada pelos órgãos de proteção ao direito do consumidor, vinculados ao Ministério da Justiça; (6) institui o arbitramento da receita do contribuinte, em casos de indícios de omissão da receita, com base no qual (7) serão presumidos rendimentos pagos eitos à incidência de 25%, além de outras providências, (8) prescreve ainda o arbitramento dos dispêndios em valor equivalente a quinze por cento do valor de mercado de bens representativos de sinais exteriores de riqueza, se tais dispêndios não forem comprovados.

2. Como se verifica, nesse rol de providências, de um lado está a instituição de obrigações acessórias para os sujeitos passivos do Imposto de Renda e das contribuições sociais sobre o faturamento e o lucro, a par das penalidades pecuniárias aplicáveis na hipótese de seu inadimplemento, e de outro, a definição de presunções de rendimentos auferidos, as quais poderão acarretar o seu arbitramento pelo Fisco.

3. As obrigações acessórias previstas têm por escopo assegurar o cumprimento das obrigações principais a que se vinculam (Código Tributário Nacional, art. 113, § 2º) — ou seja, o efetivo pagamento do Imposto de Renda e das contribuições sociais sobre o faturamento e o lucro. São, pois, obrigações de natureza formal, as quais, entretanto, se podem converter em obrigações principais relativamente às penalidades pecuniárias prescritas (§ 3º). Já as presunções de incidências tributárias integram, desde logo, o campo dos pressupostos das obrigações principais — de natureza substancial, portanto — podendo levar à adoção, pelo Fisco, do arbitramento — forma sumária e rigorosa de apuração do imposto.

4. Tanto por uma razão (instituição de penalidades) como por outra (pressupção de pressupostos de obrigação principal), a matéria poderia ser objeto de questionamento pela doutrina — que se encontra dividida quanto à possibilidade de seu disciplinamento por medida provisória. Ocorre, todavia, que, quanto às penalidades, tal questionamento se restringiria ao campo do direito penal (conforme jurisprudência), não se estendendo ao direito tributário penal, que é o caso. E, no que tange a presunção de fato gerador de obrigação principal, prevalece a indiscriminação, no seu aspecto material, das hipóteses de adoção dessa espécie de ato legislativo, consignadas no art. 62 da Carta Magna, que a limita tão-somente aos casos de relevância e urgência, cumulativamente.

5. Motivos de relevância e urgência da matéria tratada são superabundantes, para o governo e para o povo, nesta quadra da vida nacional, em que é patente o desequilíbrio orçamentário, a exigir pronta solução, para que se possa conter rapidamente a escalada inflacionária. O pressuposto de urgência exigido para a edição de uma medida provisória encontra parâmetro objetivo na própria Constituição — o regime de urgência a ser solicitado pela Presidência da República (art. 64). Com efeito, entende a melhor doutrina esteja ele satisfeito quando a matéria não possa aguardar pelo menos os cem dias para a normal tramitação de projetos de iniciativa do Presidente da República. Mesmo que se opte por um juízo discricionário, ainda assim configura-se-nos inegável o caráter de urgência da matéria.

6. Isto posto, manifestamo-nos pela Admissibilidade total da Medida Provisória *sub examine*.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — O parecer concluiu pela admissibilidade da medida provisória.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, a Presidência abre o prazo de 24 horas para apresentação do recurso ali previsto.

O Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidos os seguintes:

OF./GLPTB/001-94

Brasília, 4 de janeiro de 1994.

Faça-se a substituição solicitada em 11-1-94

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para informar que a partir desta data, o signatário deste passará a ocupar a vaga de Senador Membro Titular da Comissão Mista de Orçamento Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias do Senhor José Carlos Alves dos Santos, relacionadas às irregularidades verificadas no Orçamento da União, até então a cargo do Senador Valmir Campelo, Vice-Líder do PTB.

Cordialmente, Senador **Jonas Pinheiro**, Líder do PTB.

Ofício nº 8/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Faça-se a substituição solicitada em 1-1-94

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Senhores Deputados Carlos Alberto Campista e Marino Clinger para integrarem, como membro Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 395, de 29 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a prorrogação do termo final do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993”, em substituição aos Senhores Deputados Luiz Salomão e Carlos Lupi, respectivamente.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Deputado **Luiz Salomão**, Líder do PDT.

Ofício nº 9/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Faça-se a substituição solicitada em 11-01-94

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Senhores Deputados Élio Dalla-Vecchia e Carlos Cardinal para integrarem, como membro Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 406, de 30 de dezembro de 1993, que “Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências”, em substituição aos Senhores Deputados Wilson Muller e Mendonça Neto, alternadamente.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Deputado **Luiz Salomão**, Líder do PDT.

Ofício nº 10/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994.

Faça-se a substituição solicitada em 11-1-94

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Senhores Deputados Elio Dalla-Vecchia e Carlos Cardinal para integra-

rem, como membro Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 401, de 29 de dezembro de 1993, em substituição aos Senhores Deputados Luiz Salomão e Miro Teixeira, alternadamente.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Deputado **Luiz Salomão**, Líder do PDT.

OF. PSDB/I/Nº 14/94

Brasília, 4 de janeiro de 1994.

Faça-se a substituição solicitada em 11-1-94

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Álvaro Pereira pelo Deputado Paulino Cícero de Vasconcellos, como membro suplente, e a indicação do Deputado Eduardo Mascarenhas, como membro titular, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 391/93.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e apreço. — Deputado **Geraldo Alckmin Filho**, Vice-Líder do PSDB.

Ofício nº 7-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições solicitadas

Em 11 de janeiro de 1994.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Átila Lins, Sarney Filho, Carlos Kayath e Roberto Magalhães, deixam de fazer parte, na condição de membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 395, de 29 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a prorrogação do termo final do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993”.

Outrossim, indico para as referidas vagas os Deputados Ivânio Guerra, Waldir Guerra, Nelson Marquizezelli e Lael Varella como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 11-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições solicitadas em 11 de janeiro de 1994.

Solicitadas em 11 de janeiro de 1994.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Maurício Calixto, Carlos Kayath e José Carlos Aleluia, deixam de fazer parte, na condição de membros efetivos e suplente, respectivamente, da Medida Provisória 396, de 29 de dezembro de 1993, que “altera dispositivos da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993”.

Outrossim, indico para as referidas vagas os Deputados Tourinho Dantas, José Jorge e Mendes Botelho, como membros efetivos e suplente, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 027-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições solicitadas em 11 de janeiro de 1994.

Comunico a V. Exª que os Deputados Maurício Calixto, Carlos Kayath, José Carlos Aleluia e Nelson Marquizezelli, deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR e dá outras providências”.

Outrossim, indico para as referidas vagas os Deputados Ronaldo Caiado, Jonas Pinheiro, Wilson Cunha e Paulo Romano como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 29-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições solicitadas e, 11-1-94.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Maurício Calixto, Carlos Kayath, José Carlos Aleluia e Nelson Marquizezelli, deixam de fazer parte, na condição de Membros efetivos e suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 400, de 29 de dezembro de 1993, que “altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza e dá outras providências”.

Outrossim, indico para as referidas vagas os Deputados Manoel Castro, Jofran Frejat, Félix Mendonça e João Mendes como membros efetivos e suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 031-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições solicitadas em 11-1-94

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Maurício Calixto, Carlos Kayath, José Carlos Aleluia e Nelson Marquizezelli, deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 401, de 29 de dezembro de 1993, que “trata de alíquota do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores imobiliários”.

Outrossim, indico para as referidas vagas os Deputados Luiz Viana Neto, Nelson Morro, José Jorge e Félix Mendonça como membros Efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 033-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições solicitadas: Em 11-1-94.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Maurício Calixto, Carlos Kayath, José Carlos Aleluia e Nelson Marquizezelli deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Su-

plentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 402, de 29 de dezembro de 1993, que "altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências".

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados Félix Mendonça, Ruben Bento, José Ulisses e Carlos Kayath, como membros Efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 035-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

**Façam-se as substituições solicitadas:
Em 11-1-94.**

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Átila Lins, Sarney Filho, Carlos Kayath e Roberto Magalhães deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 403, de 29 de dezembro de 1993, que "altera a redação do art. 3º da Lei nº 4.491/64, que "altera disposições da Lei nº 3.780/60 — Plano de Reclassificação, relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de artes gráficas e dá outras providências".

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados Maurício Calixto, Antônio dos Santos, José Mendonça e Etelvada Grassi como membros efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 037-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

**Façam-se as substituições solicitadas:
Em 11-1-94.**

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados Antônio dos Santos, Eraldo Tinoco, Arolde de Oliveira e Nelson Trad deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 404, de 29 de dezembro de 1993, que "institui a taxa de fiscalização do sistema financeiro nacional e dá outras providências".

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados José Jorge, Tourinho Dantas, César Bandeira e Mauro Fecury como membros efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 039-L-BL. PARL./94

Brasília, 6 de janeiro de 1994.

**Façam-se as substituições solicitadas:
Em 11-1-94.**

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados José Carlos Aleluia, Nelson Morro, Rodrigues Palma e Maurício Calixto deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 407, de 30 de dezembro de 1993, que "altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza".

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados Manoel Castro, Gilson Machado, Werner Wanderer e Hilário Coimbra como membros efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar

Of. 007/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Almir Gabriel e Mário Covas para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 398, reedição da MP 378.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB

Of. 009/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Almir Gabriel e José Richa na qualidade de titular e suplente, respectivamente, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 406, reedição da MP 380.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 012/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Mário Covas e Almir Gabriel para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 405, reedição da MP 392.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 014/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Jutahy Magalhães e Mário Covas, para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 397, reedição da MP 377.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 016/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994.

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores José Richa e Beni Veras, para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 395, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 019/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Almir Gabriel e Mário Covas para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 399, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 021/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Jutahy Magalhães e Eva Blay para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 400, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 024/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Beni Veras e José Richa para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 396, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 027/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Beni Veras e Mário Covas para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 401, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 029/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Almir Gabriel e Mário Covas para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 402, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 031/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Eva Blay e Teotônio Vilela Filho para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 403, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of. 034/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Almir Gabriel e José Richa para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 404, publicada no **Diário Oficial da União** de 30-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of.037/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Façam-se as substituições. Em 11-1-94

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores Mário Covas e Teotônio Vilela Filho para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 407, publicada no **Diário Oficial da União** de 31-12-93.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Serão feitas as substituições solicitadas. Nos termos do parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, perderam a eficácia as Medidas Provisórias nº 381 a 383 e 386, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa mensagens presidenciais que serão lidas pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 5, DE 1994-CN

(nº 1.070/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 394, de 28 de dezembro de 1993, que "Altera o art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, que dispõe sobre a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional".

Brasília, 28 de dezembro de 1993.



E.M. Nº 409 /MF

Brasília, 21 de dezembro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Diversas medidas de caráter legal, orçamentário, financeiro e gerencial têm sido tomadas com vistas a dar a maior transparência às contas públicas, em especial à administração da Dívida Pública Federal de responsabilidade do Tesouro Nacional.

2. Nos meses de julho e agosto deste ano realizou-se a consolidação das contas entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil — BACEN, com o objetivo de fortalecer a autonomia de ambas as instituições e aumentar a eficácia dos instrumentos de política econômica pelos quais cada uma é responsável.

3. As mudanças decorrentes da mencionada consolidação alteraram o perfil da dívida pública federal, tendo-se tornado efetivas por intermédio das medidas abaixo:

- a) o resgate antecipado de cerca de US\$10 bilhões em títulos do Tesouro então na carteira do BACEN, utilizando-se para isso o resultado operacional daquele banco relativo ao primeiro semestre de 1993;
- b) emissão de US\$42,8 bilhões em Notas do Tesouro Nacional, Série L, NTN-L, com taxa de juros de 5% a.a., objetivando

prover lastro adequado aos valores referentes a pagamentos de empréstimos tomados no exterior, e que não foram remetidos em decorrência dos acordos de renegociação da dívida externa brasileira com os bancos privados e com o Clube de Paris; deve-se ressaltar que, até a emissão acima referida, tais valores eram lastreados por títulos de rentabilidade média igual a 17% a.a.; o descompasso entre as taxas ativas e passivas onerando o serviço da dívida e contribuindo para a formação de resultados operacionais do BACEN de magnitude exagerada;

- c) reestruturação da carteira de títulos do Tesouro no Banco Central, passando a Autoridade Monetária a ter em seu poder títulos com o perfil requerido pela execução da política monetária.

4. Entre as diversas consequências das medidas acima citadas, merece destaque a redução futura dos resultados operacionais do Banco Central, instituição que, por sua própria natureza, não tem por finalidade a obtenção de créditos. Dessa forma, o equilíbrio operacional daquela Autarquia constitui-se em objetivo a ser perseguido permanentemente. De fato, lucros de grande magnitude auferidos pela Autoridade Monetária representam sintoma não apenas de desequilíbrio estrutural da organização da economia, mas criam também riscos de vazamentos monetários de grande monta, portanto incompatíveis com o combate à inflação.

5. Nesse sentido, não há razão para que as disponibilidades do Tesouro Nacional, que constituem passivo do BACEN, sejam corrigidas pela Taxa Referencial - TR, quando estariam sendo remuneradas a taxas de mercado, em geral superiores à TR, caso estivessem depositadas em bancos comerciais. Ademais, aquela Autarquia possui em seu ativo, obrigações mobiliárias do Tesouro Nacional cuja rentabilidade anual em muito supera a Taxa Referencial.

6. No que concerne à remuneração acima mencionada, deve-se salientar que, na sua quase totalidade, resulta tão-somente do processo inflacionário. Assim, é mister que os recursos dela decorrentes sejam utilizados exclusivamente para resgatar dívida pública federal de responsabilidade do Tesouro Nacional, reduzindo-se a pressão que exerce sobre a taxa de inflação. Ademais, o excesso de despesas de custeio e investimento sobre a receita tributária seria financiado unicamente através da colocação de títulos da DPMF, conferindo maior clareza e transparência à situação dos orçamentos da União.

7. Diante do exposto, submeto à apreciação de Vossa Excelência Projeto de Medida Provisória que:

- a) altera a forma de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, estabelecendo para as mesmas remuneração pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC; e
- b) destina o resultado dessa remuneração exclusivamente a despesas com a dívida mobiliária, interna e externa, e dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Respeitosamente,



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 394 , DE 28 DE dezembro DE 1993.

Altera o art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, que dispõe sobre a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, alterado pelo art. 8º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Banco Central do Brasil - BACEN e as instituições financeiras a que se refere o § 2º deste artigo recolherão ao Tesouro Nacional, no último dia útil de cada decêndio, o valor da remuneração incidente sobre os saldos diários dos depósitos da União existentes no decêndio imediatamente anterior.

§ 1º Os saldos de que trata este artigo, a partir da vigência desta Medida Provisória, serão remunerados pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

§ 2º

§ 3º A partir de 1º de janeiro de 1994, o valor da remuneração dos saldos diários dos depósitos da União será destinado exclusivamente às despesas com a dívida mobiliária, interna e externa, e dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional."

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

Guilherme
Barbosa

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO 1991 (*)

Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.

Art. 8º O art. 5º da Lei nº 7.862(7), de 30 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 5º O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras a que se refere o § 2º deste artigo recolherão ao Tesouro Nacional, no último dia útil de cada decênio, remuneração incidente sobre os saldos diários dos depósitos da União existentes no decênio imediatamente anterior.

§ 1º Os saldos de que trata este artigo, a partir de 4 fevereiro de 1991, serão remunerados pela Taxa Referencial Diária (TRD), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º No caso em que órgãos e entidades da União, em virtude de características operacionais específicas, não possam integrar o sistema de caixa único do Tesouro Na-

cional, os recursos destinados a atender suas necessidades poderão, excepcionalmente, ser depositados no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal.»

MENSAGEM Nº 6, DE 1994-CN
(nº 1.081/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Trabalho, o texto da Medida Provisória nº 395, de 29 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre a prorrogação do termo final do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



E.M. Nº 50 /GAB/MTb

Brasília, 27 de dezembro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para encaminhar proposta de Medida Provisória prorrogando o termo final do prazo previsto no art. 3º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993.

A Lei nº 8.352/91, dispensou, em caráter excepcional, e por prazo determinado, a comprovação do critério de habilitação ao seguro-desemprego, previsto no inciso II do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que exigia dos trabalhadores demitidos, sem justa causa, a comprovação de ter exercido atividade legalmente reconhecida durante pelo menos 15 (quinze) meses, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

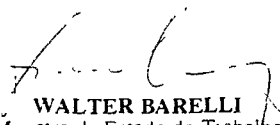
Até 30 de junho do corrente, a prorrogação do prazo em questão vinha acontecendo mediante aprovação de Lei pelo Congresso Nacional, com a pertinente sanção de Vossa Excelência. Entretanto, para o semestre ora proposto, submetava na Câmara dos Deputados o Projeto nº 04343/93, do Deputado José Serra, apresentado no dia 2 deste, que chegou a constar da pauta de reunião do Colégio de Líderes, que deliberou sobre a urgência e encaminhamento para constar da ordem do dia, sem que, no entanto, tenha havido tempo hábil para sua votação.

A não entrada em vigor da prorrogação deste prazo, a partir de 1º de janeiro de 1994, virá em detrimento da classe trabalhadora, vez que permanecem, nos dias atuais, os motivos ensejadores da

proposição inicial, que estão baseados no fato de que os reflexos da presente conjuntura econômica estão diretamente relacionados com a dificuldade do trabalhador brasileiro em se manter no emprego, fato esse que poderá ser minimizado com a maior abrangência dada ao Programa do Seguro-Desemprego, com a adoção da providência ora submetida à Vossa Excelência.

Cumpre-me esclarecer, finalmente, que a medida em apreço não implicará ônus para o Tesouro Nacional, vez que os recursos a serem utilizados são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Respeitosamente.


WALTER BARELLI
Ministro de Estado do Trabalho

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a prorrogação do termo final do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica prorrogado para 30 de junho de 1994 o termo final do prazo referido no art. 3º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.669, de 30 de junho de 1993, durante o qual os trabalhadores demitidos sem justa causa estão dispensados, para fins de obtenção do seguro-desemprego, da comprovação de que trata o inciso II do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1993, 172ª da Independência e 105ª da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.

Art. 3º Em caráter excepcional e por prazo determinado, os trabalhadores demitidos sem justa causa no período compreendido entre 1º de janeiro de 1992 e 30 de junho de 1992 ficam dispensados, no ato do requerimento do seguro-desemprego, da

comprovação do critério de habilitação de que trata o inciso II do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

LEI Nº 8.669 , DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.561, de 29 de dezembro de 1992, que "prorroga o termo final do prazo previsto no art. 3º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 e dá outras providências".

"Art. 1º Fica prorrogado para 31 de dezembro de 1993 o termo final do prazo referido no art. 3º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, durante o qual estão dispensados os trabalhadores demitidos sem justa causa, para fins de obtenção do seguro-desemprego, da comprovação do critério de habilitação de que trata o inciso II do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990."

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

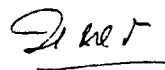
II — ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

MENSAGEM Nº 7, DE 1994-CN
(nº 1.082 /93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 396, de 29 de dezembro de 1993, que altera dispositivos da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Proposta Orçamentária Anual de 1994.

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



EM nº 015 /SEPLAN-PR

Brasília, 21 de dezembro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória alterando a Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de 1994 e dá outras providências.

2. As alterações propostas fundamentam-se na necessidade de adequar dispositivos da referida Lei de Diretrizes Orçamentárias a nova realidade do Governo Federal, onde se destacam o ajuste fiscal, a eliminação do déficit público e o aprimoramento do controle das transferências de qualquer natureza, exclusive as constitucionais, a Estados, Distrito Federal, Municípios, bem como a instituições privadas sem fins lucrativos.

3. Este controle far-se-á através da instituição de mecanismo uniforme de tratamento das mencionadas transferências, inclusive de dotações originárias de emendas de parlamentares, ou seja, a efetivação das transferências exclusivamente mediante convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

4. Propõe-se também que sejam revogados os arts. 19 e 44 da Lei em questão, tendo em vista que o cumprimento das disposições neles contidas, implicará a pulverização de ações, inviabilizando, assim, a consecução dos objetivos de cada programa de trabalho, além de que os artigos em tela ao estabelecerem as excepcionalidades para a distribuição da programação de investimentos e despesas correntes, respectivamente, deixou de considerar ações que não podem receber tratamento generalizado de regionalização, haja vista suas características específicas.

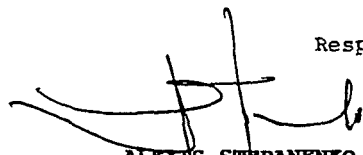
5. Quanto à proposta de revogação do art. 59 e dos incisos V, VI e VII do § 1º do art. 70, a mesma decorre da impossibilidade técnica e operacional de cumprimento ao estabelecido nos respectivos dispositivos.

6. No que concerne à revogação do art. 57, a proposição resulta da necessidade de adequar a lei de meios à política econômica do Governo, especialmente no que tange à contenção dos gastos, o equilíbrio das contas públicas e a consequente eliminação do déficit.

7. Relativamente à reinclusão do art. 51, tal medida justifica-se pela necessidade de restringir a aplicação da receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal, ratificando de forma clara e objetiva, a disposição do Governo em buscar o mencionado equilíbrio das contas públicas, dentro da premissa de somente gastar o que arrecadar.

8. Nessas condições, e considerando a relevância e a urgência de que se reveste a matéria, em função de ser pré-condição para a elaboração da revisão da proposta orçamentária para 1994, temos a satisfação de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,



ALEXS STEPANENKO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR Nº 015 DE 21 / 12 /1993

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Alterar dispositivos da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 1994 e dá outras providências.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Medida Provisória que altera dispositivos da Lei supramencionada.

3. Alternativa existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a única para a resolução da situação em questão.

4. Custos

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória o Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

Necessidade de adequar os dispositivos da referida Lei a nova realidade do Governo Federal, onde se destacam o ajuste fiscal, a eliminação do déficit público e o aprimoramento do controle das transferências constitucionais.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

Na conformidade do disposto no art. 16, III, do Decreto nº 468/92, esta Consultoria Jurídica manifesta-se no sentido de que não foi vislumbrada qualquer inconstitucionalidade na proposta, seja formal, seja material.

Medida Provisória nº 396, de 29 de dezembro de 1993

Altera dispositivos da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Os dispositivos a seguir, da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Constituem prioridades da administração pública federal, além da sua orientação básica de proceder ao ajuste fiscal, as de eliminar o déficit público, de combater a inflação, o desemprego, a pobreza e a fome:

....."

"Art. 16.

§ 2º Os valores expressos na forma deste artigo serão corrigidos para preços médios de 1994, pelo Poder Executivo, quando da sanção do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, pelo quociente entre o valor médio estimado para 1994 e o valor observado em abril de 1993, do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas."

"Art. 25 -

I - municípios, para atendimento de ações de assistência social, de saúde e de educação, de natureza continuada;

II - entidades privadas sem fins lucrativos, de atendimento social direto ao público, de natureza continuada, voltadas para a assistência social, à saúde e à educação, desde que preencham uma das seguintes condições:

a) estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS;

.....

Parágrafo Único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenção social, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração atualizada de, no mínimo, três autoridades locais, quanto ao bom funcionamento e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria."

"Art. 26 É vedada a inclusão de dotações a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - voltadas para o ensino especial; ou

II - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais cedidos por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais."

"Art. 28 As transferências de recursos da União, consignadas na lei orçamentária anual, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a qualquer título, inclusive subvenções sociais, auxílios financeiros e contribuições, realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, ressalvadas as destinadas a atender a estado de calamidade pública legalmente reconhecido por ato ministerial e as por força de dispositivo constitucional, só poderão ser efetuadas se a unidade beneficiada comprovar que:

.....
IV -
.....

c) com relação a recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Federal, através de convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios e similares;

V - os projetos ou atividades contemplados pelas transferências estejam incluídos na lei orçamentária da esfera de governo a que estiver subordinada a Unidade beneficiada.

§ 1º

§ 2º A contrapartida financeira a ser exigida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira de cada unidade e não poderá exceder:

I - a dez por cento do valor do empreendimento, nos Estados localizados nas áreas da SUDENE, SUDAM e região Centro-Oeste;

II - a vinte por cento do valor do empreendimento, nos Estados e Municípios;

....."

"Art. 30 As transferências, a qualquer título, de recursos consignados na lei orçamentária anual de 1994 e em créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive aquelas nominalmente identificadas, bem como para qualquer entidade privada, serão efetuadas mediante a celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, na forma da legislação vigente, observadas as demais disposições desta lei."

"Art. 34 Serão constituídas, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, reservas de contingência específicas, vinculadas aos respectivos orçamentos, formadas por importância equivalente a três por cento:

....."

"Art. 51. A receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal interna - DPMF pelo Tesouro Nacional será destinada exclusivamente ao atendimento das seguintes despesas:

I - amortização, juros e outros encargos da DPMF e da dívida externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional, sendo que a emissão de títulos não poderá exceder o montante das despesas com amortização, abrangendo a parcela relativa à atualização monetária, inclusive a obtida com base na Taxa Referencial - TR ou outro índice que vier a ser legalmente estabelecido; —

II - refinanciamento da dívida externa do setor público que seja, ou venha a ser, de responsabilidade da União, nos termos das reso-

luções do Senado Federal, bem como da dívida interna mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos da Lei nº 8.388, de 1991, e da Lei nº 8.727, de 1993;

III - aumento de capital das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV - desapropriação de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, nos termos do art. 184, § 4º, da Constituição, com recursos de emissão de Títulos da Dívida Agrária;

V - pagamento integral e antecipado da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, previsto no art. 2º da Lei nº 8.187, de 1991;

VI - aquisição de garantias aceitas no exterior, necessárias à renegociação da dívida externa, de médio e longo prazos;

VII - custeio de programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, aprovados pelo Presidente da República.

§ 1º Os recursos decorrentes da emissão de títulos da dívida pública federal a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.018, de 11 de abril de 1990, serão destinados ao atendimento das despesas mencionadas no inciso I deste artigo.

§ 2º Os títulos emitidos para atender ao disposto no inciso III deste artigo conterão cláusula de inalienabilidade até o seu vencimento e serão vendidos, ao par, às respectivas empresas beneficiárias do aumento do capital, com juros de até seis por cento ao ano e prazo mínimo de resgate de cinco anos, para principal e juros.

§ 3º Os títulos emitidos para atender ao disposto no inciso V deste artigo conterão cláusula de correção cambial e de inalienabilidade, até o vencimento."

"Art. 65. Caso o projeto de lei orçamentária anual de 1994 não seja encaminhado à sanção do Presidente da República até o início do exercício de 1994, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o mês seguinte ao seu encaminhamento à sanção, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários e serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das demais despesas, excluídos os subprojetos e subatividades que não estavam em execução em 1993.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, os valores de cada dotação serão atualizados pelo quociente entre o valor observado no mês imediatamente anterior e o valor observado no mês de abril de 1993, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas.

....."
Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o art. 19, incisos e parágrafo único, o parágrafo único do art. 30, os arts. 44 e 57, o art. 59 e parágrafos e os incisos V, VI e VII do § 1º, do art. 70, todos da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993.

Brasília, 29 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 8.694 – DE 12 DE AGOSTO DE 1993

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária anual de 1994 e dá outras providências

Art. 2º Constituem prioridades da administração pública federal, além da sua orientação básica para o combate à inflação, ao desemprego, à pobreza e à fome:

Art. 16. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de abril de 1993.

§ 2º Os valores expressos na forma deste artigo serão corrigidos, na lei orçamentária, pelo quociente entre o valor médio estimado para 1994 e o valor observado em abril de 1993, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 25. É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a:

I – municípios, para atendimento de ações de educação, saúde e assistência social;

II – entidades privadas sem fins lucrativos, desde que preencham uma das seguintes condições:

a) estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, na Legião Brasileira de Assistência ou na Fundação Brasileira para a Infância e Adolescência;

b) sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

c) atendam ao disposto no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 26. É vedada a inclusão de dotações a título de auxílio para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos voltadas para o ensino especial.

Art. 28. As transferências de recursos da União, consignadas na lei orçamentária anual, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ressalvadas as destinadas a atender a estado de calamidade pública legalmente reconhecido por ato ministerial e as clas-

sificadas como subvenções sociais, só poderão ser efetuadas se a unidade beneficiada comprovar que:

I – instituiu, regulamentou e arrecada todos os tributos previstos nos artigos 155 e 156, da Constituição Federal, ressalvado o imposto previsto no artigo 156, III, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 3⁽⁴⁾, de 17 de março de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador;

II – a receita tributária própria corresponde, em relação ao total das receitas orçamentárias, exclusive as decorrentes de operações de crédito, a pelo menos:

- a) vinte por cento, no caso de Estado ou Distrito Federal;
- b) três por cento, no caso de Municípios com mais de 150.000 habitantes;
- c) dois por cento, no caso de Municípios de 50.000 a 150.000 habitantes;
- d) um por cento, no caso de Municípios de 25.000 a 50.000 habitantes;
- e) meio por cento, no caso de Municípios com até 25.000 habitantes.

III – atende ao disposto nos artigos 167, III, e 212, da Constituição Federal e nos artigos 37 e 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IV – não está inadimplente:

a) com a União, inclusive no que tange às contribuições de que tratam os artigos 195 e 239 da Constituição Federal;

b) com relação às contribuições para o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

§ 1º A comprovação dos fatos previstos neste artigo será feita por declaração do respectivo Chefe do Poder Executivo, acompanhada de balancete sintético oficial referente ao exercício de 1993, da lei orçamentária para 1994, e de documentos comprobatórios do atendimento ao disposto neste artigo.

§ 2º A contrapartida exigida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em qualquer caso, será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade da Federação e não poderá exceder:

I – a dez por cento do valor do subprojeto, nos municípios localizados nas áreas da SUDENE e da SUDAM e na região Centro-Oeste;

II – a vinte por cento do valor do subprojeto, nos demais municípios.

§ 3º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior:

I – às operações de crédito interno e externo;

II – aos recursos transferidos pela União, oriundos de doações de organismos internacionais ou de governos estrangeiros e de programas de conversão da dívida externa doada para fins ambientais, sociais, culturais e de segurança pública;

III – aos municípios que se encontrem em situação de calamidade pública formalmente reconhecida, durante todo o período que esta subsistir.

Art. 30. As dotações nominalmente identificadas na lei orçamentária anual, ou em seus créditos adicionais, para Estado, Distrito Federal ou Município serão liberadas mediante requerimento e apresentação de plano de aplicação, observado o disposto no artigo 28 desta Lei, desde que os beneficiários não estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades da administração direta ou indireta e haja disponibilidade de recursos no Tesouro Nacional, dispensada qualquer contrapartida e vedada qualquer outra exigência.

Parágrafo único. Caberá ao órgão repassador observar o disposto neste artigo, publicar o plano de aplicação dos recursos e acompanhar sua execução.

Art. 34. No orçamento fiscal será destinada a investimentos parcela não inferior a dez por cento da receita de impostos indicada no inciso I deste artigo e constituídas, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, reservas de contingência específicas, vinculadas aos respectivos orçamentos, formandas por importância equivalente a três por cento:

I — da receita global de impostos, deduzidas as transferências previstas no artigo 159 da Constituição Federal e a parcela da receita de impostos vinculada à Educação, no caso do orçamento fiscal;

II — da receita das contribuições sociais previstas no artigo 195, I, II e III, da Constituição Federal, no caso do orçamento da seguridade social.

Art. 51. (Vetado).

Art. 65. Caso o projeto de lei orçamentária anual não seja encaminhado à sanção do Presidente da República até o início do exercício de 1994, a programação constante do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, relativa às despesas com custeio, incluídas as com pessoal e encargos sociais, com investimentos em execução de 1993 e com serviço da dívida, poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação atualizada, até o mês seguinte àquele em que o projeto seja encaminhado à sanção.

§ 1º Para efeito da atualização a que se refere o artigo, os valores de cada dotação contida no projeto de lei orçamentária anual serão multiplicados:

I — no caso das dotações para pessoal, encargos sociais, benefícios previdenciários, serviços da dívida e atendimento médico-hospitalar, pelo quociente entre o valor observado no mês imediatamente anterior e o valor observado, no mês de abril de 1993, do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas;

II — no caso das demais dotações, pelo quociente entre o valor observado no mês de novembro de 1993, e o valor observado, no mês de abril de 1993, no do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária anual a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após a sanção da lei orçamentária anual, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação dos quadros de detalhamento da despesa a que se refere o artigo 67 desta Lei.

§ 4º As despesas financiadas com recursos próprios e com o retorno de financiamento no âmbito das Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda poderão ser executadas até o limite da efetiva arrecadação destas receitas.

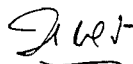
§ 5º Na eventual necessidade de abertura de crédito extraordinário, serão indicadas para cancelamento as dotações que seriam utilizadas se o projeto de lei orçamentária anual já tivesse sido sancionado.

MENSAGEM Nº 8, DE 1994-CN
(nº 1.092/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Advogado-Geral da União, o texto da Medida Provisória nº 397, de 29 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



E.M. nº 009/93

Em 29 de dezembro de 1993.

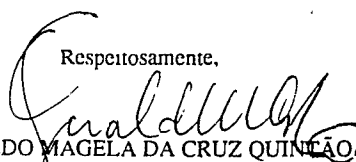
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 377, de 26 de novembro de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente,



GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO
Advogado-Geral da União

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O exercício das atribuições institucionais previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, dar-se-á, em caráter emergencial e provisório, até a criação e implantação da estrutura administrativa da Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos e condições previstos nesta Medida Provisória.

Art. 2º O Poder Público, por seus órgãos, entes e instituições, poderá, mediante termo, convênio ou ajuste outro, fornecer à AGU, gratuitamente, bens e serviços necessários à sua implantação e funcionamento.

Art. 3º Aos Procuradores Regionais da União incumbe orientar e supervisionar, tecnicamente, os representantes judiciais da União com exercício no âmbito da jurisdição dos respectivos Tribunais Regionais Federais, respeitada a competência dos Procuradores Regionais da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A orientação e a supervisão previstas no **caput** deste artigo serão prestadas por intermédio dos Procuradores-Chefes das Procuradorias da União nos Estados, inclusive às Procuradorias Seccionais.

Art. 4º Na defesa dos direitos ou interesses da União, os órgãos ou entidades da Administração Federal fornecerão os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação dos membros da AGU, inclusive nas hipóteses de mandado de segurança, *habeas data* e *habeas corpus* impetrados contra ato ou omissão de autoridade federal.

§ 1º As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2º A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se às requisições feitas pelos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 5º Nas audiências de reclamações trabalhistas em que a União seja parte, será obrigatório o comparecimento de preposto que tenha completo conhecimento do fato objeto da reclamação, o qual, na ausência do representante judicial da União, entregará a contestação assinada pelo mesmo.

Parágrafo único. Não se aplica à União a cominação de revelia e de confissão (CLT, art. 844).

Art. 6º A intimação de membro da Advocacia-Geral da União, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 7º O vencimento básico dos cargos efetivos de Advogado da União, criados pelo art. 62 da Lei Complementar nº 73, de 1993, é o fixado no Anexo I a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os Advogados da União farão jus, além do vencimento básico a que se refere o **caput**, à Gratificação de Atividade, instituída pela Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, no percentual de cento e sessenta por cento, bem como à gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, conforme valores constantes do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 8º Ficam criadas quarenta e uma Procuradorias Seccionais da União, a serem implantadas, conforme a necessidade do serviço, nas cidades onde instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 9º São criados um cargo de Diretor-Geral de Administração, DAS 101.5, quatro cargos de Coordenador-Geral, DAS 101.4, dois cargos de Chefe de Divisão, DAS 101.2, dois cargos de Oficial-de-Gabinete, DAS 101.1, destinados à composição da Diretoria-Geral de Administração; vinte e

sete cargos de Procurador-Chefe, DAS 101.5, titulares das Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal, de que trata o art. 2º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; quarenta cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4; três cargos de Adjunto do Advogado-Geral da União, DAS 102.5; três cargos de Adjunto do Procurador-Geral da União, DAS 102.4, e dois cargos de Assessor Jurídico, DAS 102.3.

Art. 10. As Procuradorias da União têm sede nas capitais dos Estados e as Procuradorias Seccionais da União, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 11. A União poderá, perante Tribunal situado fora da sede de Procuradoria Regional, ser representada por seu Procurador-Chefe.

Art. 12. Não se aplica o disposto no art. 14 da Lei nº 8.460, de 1992, à escolha dos ocupantes dos cargos em comissão da AGU, até que organizado seu quadro de cargos efetivos e regularmente investidos os titulares de sessenta por cento destes.

Art. 13. O Anexo II à Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar na forma do Anexo II a esta Medida Provisória.

Art. 14. O preenchimento dos cargos previstos nesta Medida Provisória dar-se-á segundo a necessidade do serviço e na medida das disponibilidades orçamentárias.

Art. 15. Fica o Ministério da Fazenda com a responsabilidade de prestar o apoio necessário à instalação e ao funcionamento da Procuradoria-Geral da União, em todo o território nacional.

Parágrafo único. O apoio de que trata o *caput* compreende o fornecimento de recursos materiais e financeiros, e será especificado pelo Advogado-Geral da União.

Art. 16. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República fica responsável pelas atividades de controle interno da AGU, até a criação do órgão próprio da Instituição.

Art. 17. Até que sejam implantados os quadros de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá atribuir a servidor em exercício e a representante judicial da União designado na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993, Gratificação Temporária pelo exercício na Advocacia-Geral da União, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A Gratificação Temporária instituída no *caput* será paga de acordo com os níveis e fatores constantes do Anexo III, aplicados sobre o valor do vencimento básico do cargo efetivo de Advogado da União de Categoria Especial.

§ 2º Os critérios para a atribuição da Gratificação Temporária serão estabelecidos em decreto.

§ 3º A Gratificação Temporária, compatível com as demais vantagens atribuídas ao cargo efetivo ou ao emprego permanente do servidor, não se incorpora ao vencimento nem aos proventos de aposentadoria ou de pensão, bem como não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, vantagens, ou contribuições previdenciárias ou de seguridade.

§ 4º A Gratificação Temporária não poderá ser atribuída a ocupantes de cargo ou função de confiança ou a titular de gratificação de representação de gabinete.

§ 5º O pagamento da Gratificação Temporária cessará para os representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993, na data de vigência da Lei a que se refere o parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

§ 6º A Gratificação Temporária não será computada para os efeitos do art. 12 da Lei nº 8.460, de 1992.

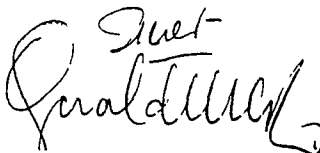
Art. 18. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

Art. 19. As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 20. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 377, de 26 de novembro de 1993.

Art. 21. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.



ANEXO I

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO (CR\$)	ARTIGO 7º (CR\$)
Advogado da União de Categoria Especial	31.339,28	14.191,17
Advogado da União de 1ª Categoria	29.324,08	13.469,07
Advogado da União de 2ª Categoria	27.401,82	12.874,44

Observação: Valores relativos ao mês de agosto de 1993.

ANEXO II

 ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
 PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CARREIRA PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL		
DENOMINAÇÃO	CLASSE	QUANTIDADE
Procurador da Fazenda Nacional	Subprocurador-Geral	40
	1ª Categoria	155
	2ª Categoria	405

ANEXO III

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

NÍVEL	FATOR
GT-I	0,90
GT-II	0,65
GT-III	0,40
GT-IV	0,30

Base de Cálculo: Vencimento básico do cargo efetivo de Advogado da União de Categoria Especial

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR N. 73 – DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União

Art. 2º A Advocacia-Geral da União compreende:

II – órgãos de execução:

a) as Procuradorias Regionais da União e as da Fazenda Nacional e as Procuradorias da União e as da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal e as Procuradorias Seccionais destas;

Art. 26. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei n. 8.112⁽¹⁾, de 11 de dezembro de 1990, e nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os Cargos das Carreiras da Advocacia-Geral da União têm o vencimento e remuneração estabelecidos em lei própria.

Art. 62. São criados, no Quadro da Advocacia-Geral da União, seiscentos cargos de Advogado da União, providos mediante aprovação em concurso público, de provas e títulos, distribuídos entre as categorias, na forma estabelecida no Regimento Interno de Advocacia-Geral da União.

Art. 69. O Advogado-Geral da União poderá, tendo em vista necessidade do serviço, designar, excepcional e provisoriamente, como representantes judiciais da União, titulares de cargos de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico.

LEI DELEGADA N. 13 – DE 27 DE AGOSTO DE 1992

Institui Gratificações de Atividade para os servidores civis do Poder Executivo, revê vantagens e dá outras providências

LEI N. 8.460 – DE 17 DE DEZEMBRO DE 1992

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, e dá outras providências

Art. 12. O servidor titular de cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores – DAS ou de cargo de Direção de Instituição de Ensino – CD que optar pela remuneração do cargo efetivo não poderá receber remuneração mensal superior à maior remuneração paga a servidores, a que se referem os Anexos I e II desta Lei, não ocupantes de cargos ou função de confiança.

Parágrafo único. Excluem-se do cálculo, para fim deste artigo, as vantagens a que se referem as alíneas “a” a “n” e “p” do inciso II do artigo 3º da Lei n. 8.448/92.

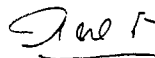
Art. 14. Os dirigentes dos órgãos do Poder Executivo deverão destinar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 a ocupantes de cargo efetivo lotados e em exercício nos respectivos órgãos.

MENSAGEM Nº 9, DE 1994-CN
(nº 1.093/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto da Medida Provisória nº 398, de 29 de dezembro de 1993, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito extraordinário, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



E.M. nº 455-A

Em 29 de dezembro de 1993.

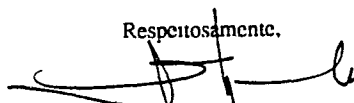
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência proposta de redação da Medida Provisória nº 378, de 26 de novembro de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito extraordinário, para os fins que especifica, e dá outras providências.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente,



ALEXIS STEPANENKO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Coordenação da Presidência da República

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 398 , DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito extraordinário, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8 652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Integração Regional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, crédito extraordinário até o limite de CR\$ 9.388.099.000,00 (nove bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões e noventa e nove mil cruzeiros reais), em parcela única, para atender à programação constante do Anexo I, de acordo com a proporção indicada no Anexo III desta Medida Provisória.

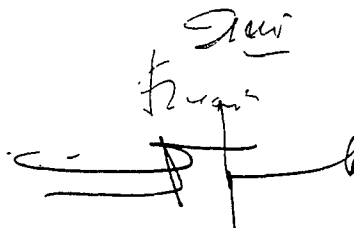
Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta de Reserva de Contingência, conforme Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Em decorrência da abertura do presente crédito, fica alterada a receita da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, na forma do Anexo IV.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 378, de 26 de novembro de 1993.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.



43000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL ENTIDADES SUPERVISIONADAS
43201 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

RECURSOS DE ORIGEM DIVERSA

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	RREES E FIM DA DÍVIDA	RECURSOS DISP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	RECURSOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RECURSOS DISP. DE CAPITAL
RECURSOS VINCULADOS DE ORIGEM DIVERSA		9.000.000,00			9.000.000,00				
ASSISTÊNCIA		9.000.000,00			9.000.000,00				
UNIDADE EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
02 UNID. EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
AÇÕES ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS, DA UNIDADE EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
AMPLIAR A ATIVIDADE DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES RURAIS E URBANAS, POR MEIO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL		9.000.000,00			9.000.000,00				
02 UNID. EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
AÇÕES ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS, DA UNIDADE EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
TOTAL		9.000.000,00			9.000.000,00				

90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

RECURSOS DE ORIGEM DIVERSA

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	RREES E FIM DA DÍVIDA	RECURSOS DISP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	RECURSOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RECURSOS DISP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.000.000,00			9.000.000,00				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.000.000,00			9.000.000,00				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.000.000,00			9.000.000,00				
02 UNID. EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.000.000,00			9.000.000,00				
SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL, NA ATIVIDADE DE CREDITO ADMINISTRATIVO, PARA INTERVENÇÃO SOCIAL E INTERVENÇÃO SOCIAL		9.000.000,00			9.000.000,00				
02 UNID. EXECUTIVA		9.000.000,00			9.000.000,00				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.000.000,00			9.000.000,00				
TOTAL		9.000.000,00			9.000.000,00				

A N E X O I I I

DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, POR ESTADO, DOS RECURSOS DO GOVERNO
FEDERAL NO PROGRAMA FRENTES PRODUTIVAS DE TRABALHO

Alagoas.....	4,42%
Bahia.....	13,00%
Ceará.....	13,00%
Maranhão.....	7,08%
Minas Gerais.....	2,67%
Paraíba.....	12,33%
Pernambuco.....	16,33%
Piauí.....	10,83%
Rio Grande do Norte.....	7,50%
Sergipe.....	2,84%

-VEAC

-CRESCIMO

1000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO REGIONAL
 1001 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			CRIST	DO1
		ESP	DESCOMBAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
000 00 00	RECEITAS CORRENTES	SES			1000779	
100 00 00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	SES		1000779		
110 00 00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	SES		1000779		
111 01 05	TRANSFERENCIA DA CONTRIBUICAO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	SES	1000779			
2000 00 00	RECEITAS DE CAPITAL	SES				2154320
2100 00 00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	SES		2154320		
2110 00 00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	SES		2154320		
2111 01 05	TRANSFERENCIA DA CONTRIBUICAO SOCIAL PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	SES	2154320			
TOTAL SEGURIDADE						9088099

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 8.652 – DE 29 DE ABRIL DE 1993

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1993.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 378 , DE 26 DE NOVEMBRO DE 1993.

~~Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da
Seguridade Social da União crédito extraordinário, para
os fins que especifica, e dá outras providências.~~

MENSAGEM Nº 10, DE 1994-CN
(nº 1.094/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências".

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



EM nº 421

Brasília, 29 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Temos a honra de submeter a superior consideração de Vossa Excelência minuta de Medida Provisória que disciplina o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências

2 A Medida Provisória é inovadora na medida em que altera a atual sistemática de cálculo extremamente complexa e ininteligível ao contribuinte, tornando o imposto transparente e propiciando a adoção de autolancamento em futuro próximo

3 O tributo é fixado sob a forma de alíquotas diferenciadas cuja progressão se define em função direta do tamanho da propriedade, e em função inversa do grau de utilização da terra atendendo o disposto nos artigos 145, § 1º e 153, § 4º da Constituição Federal onde se determina que

a) os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, e

b) o ITR terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas

4 A tabela foi alterada visando a simplificação e transparência no cálculo do imposto, embutindo nas próprias alíquotas o incentivo por redução, em função da maior utilização efetiva da área aproveitável, estimulando os que exercem o direito de propriedade e observam a função social e econômica da terra

5 Substituirá o módulo fiscal como unidade de medida dos imóveis rurais padrão por município, para seu enquadramento nas faixas das alíquotas progressivas pelo próprio hectare, diferenciando-se em cinco situações peculiares de enquadramento dos municípios

a) inseridos no polígono da seca e da Amazônia Oriental,

b) inseridos na Amazônia Ocidental e no Pantanal Matogrossense,

c) com população urbana maior que 20 000 até 100 000 mil habitantes,

d) com população urbana maior que 100 mil habitantes ou integrantes das Regiões Metropolitanas,

e) tabela geral para os demais municípios não enquadrados nas alíneas anteriores

6 A graduação da escala de 12 alíquotas em relação ao tamanho diferenciado de imóveis rurais baseia-se em intervalos crescentes de centesimos de modo que a maior alíquota do ITR atribuída a imóveis rurais, com maior grau de aproveitamento da terra, seja igual ou inferior a menor alíquota do IPTU aplicada às propriedades urbanas

A alteração se justifica em razão das graves distorções ocorridas após a adoção do módulo fiscal por município, pela Lei nº 6 746/79, causada, basicamente

a) pela complexidade na conjugação correta dos fatores que a Lei manda considerar, resultando em valores que não refletem as desigualdades regionais e de renda.

b) pela dificuldade de acompanhamento das rápidas mudanças do perfil produtivo que ocorreram no desenvolvimento da economia rural nesse período.

Além disso, o uso do módulo na fixação da alíquota para o cálculo do imposto, não permitia ao contribuinte ter uma visão clara do valor a ser pago, já que se trata de um elemento fornecido em tabela e calculado sem a utilização de dados existentes no cadastro desse contribuinte

8 Caracteriza como pequena gleba para efeito da imunidade prevista no § 4º do art. 153 da Constituição Federal, as glebas de área igual ou inferior a 25, 40 e 80 hectares, conforme a localização do imóvel, quando as explore, so ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel. Com esta caracterização ficam superados os inconvenientes que decorreriam de estipulação de área determinada, em face das profundas diferenças regionais

9 E mantida a isenção dada ao imóvel rural ou conjunto de imóveis rurais de área igual ou inferior aos limites de imunidade mencionados no item anterior admitida ajuda eventual de terceiros, bem como das áreas de preservação permanente, de reserva legal, de interesse ecológico para proteção dos ecossistemas e as reflorestadas com espécies nativas, resguardando, dessa forma, o necessário zelo para com o meio ambiente e o equilíbrio ecológico

10 Não há aumento de carga tributária uma vez que procura manter as mesmas alíquotas efetivas utilizadas na legislação vigente

11 Abranda a penalidade aplicada aos imóveis rurais que apresentarem grau de utilização da terra insatisfatório ao fixar em 30% o grau de utilização mínimo, e, em 2 o multiplicador a ser aplicado a alíquota encontrada para o cálculo do ITR, devendo ser aplicado no segundo ano e seguintes ao da ocorrência do fato. Atualmente, esse grau varia de 10% a 30% e o multiplicador de 2 a 4, sendo que a alíquota resultante para o cálculo do imposto não poderia ser inferior a 2% já no primeiro ano que o fato ocorra

12 Transforma o VTN aceito em Unidade Fiscal de Referência - UFIR no mês de janeiro, a exemplo dos demais impostos arrecadados pela Secretaria da Receita Federal - SRF. Por outro o em até saldo, autoriza o recolhimento do imposto quotas, atendendo, assim, pleitos antigos do contribuinte.

13 Fixa penalidades para os casos de atraso ou não atendimento na entrega de informações necessárias ao lançamento

14 Além disso, define o Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais, criado pela Lei nº 8.022/90, e gerido pela SRF, possibilitando assim ao órgão responsável pela administração do imposto dispor de todos os elementos necessários a sua gestão

15 Cria restrições a inadimplência com a exigência de comprovação de quitação do ITR para registro em cartório de quaisquer transações, operações e negócios de imóveis rurais e para a concessão de crédito rural.

16 Finalmente, transfere ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG a cobrança da taxa e das respectivas contribuições atualmente realizadas pela SRF por imposição legal. Esta medida se insere nos objetivos de simplificar e desburocratizar a administração do ITR e restabelece a autonomia administrativa aos respectivos Órgão e Entidades, levando-se em conta, ainda, que essas Entidades já possuem estrutura para assumir essa cobrança, como já acontece com relação a Contribuição Confederativa criada pelo item IV do art. 8º, da Constituição Federal cobrada pelo Sindicato Patronal. Deve ser levado em conta, ainda, o alto custo que representa para a SRF, para a Secretaria do Tesouro Nacional e para a Procuradoria da Fazenda Nacional a vinculação da cobrança dessas receitas ao ITR.

17 As alterações propostas tornarão, sem dúvida, factível a modernização dos procedimentos relativos a cobrança do imposto e constituir-se-ão em incentivo a utilização da terra em cultura sempre maior e mais racional.

Respeitosamente



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA nº 399 de 29 de dezembro de 1993

Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e da outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza em 1º de janeiro de cada exercício, localizado fora da zona urbana do Município.

Art. 2º O contribuinte do ITR é o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor, a qualquer título.

Art. 3º A base de cálculo do ITR é o Valor da Terra Nua - VTN, apurado no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

§ 1º O VTN é o valor do imóvel, excluído o valor dos seguintes bens incorporados ao imóvel:

- I - construções, instalações e benfeitorias;
- II - culturas permanentes;
- III - pastagens cultivadas e melhoradas;
- IV - florestas plantadas.

§ 2º O VTN declarado pelo contribuinte será recusado quando inferior a um valor mínimo, por hectare, fixado pela Secretaria da Receita Federal - SRF.

§ 3º A fixação do Valor da Terra Nua mínimo - VTNm, por hectare, a que se refere o parágrafo anterior, terá como base levantamento de preços do hectare da terra nua, para os diversos tipos de terras existentes no Município, obtido de entidades especializadas e instituições financeiras oficiais que operem com crédito rural.

§ 4º O VTN aceito sera convertido em quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR pelo valor desta no mês de janeiro do exercício da ocorrência do fato gerador

§ 5º A autoridade administrativa competente podera rever com base em laudo tecnico emitido por entidades de reconhecida capacitação tecnica ou profissional devidamente habilitado, o Valor da Terra Nua Mínimo - VTNm, que vier a ser questionado

Art. 4º Para os efeitos desta Lei considera-se

I - area aproveitavel, a que for passivel de exploração agricola, pecuaria, granjeira, aquiçola ou florestal, excluidas as areas

a) ocupadas por benfeitorias uteis e necessarias

b) de preservação permanente, de reserva legal, de interesse ecologico para a proteção dos ecossistemas e as reflorestadas com essências nativas,

c) comprovadamente imprestaveis para qualquer exploração agricola, pecuaria, granjeira aquiçola ou florestal

II - area efetivamente utilizada

a) a plantada com produtos vegetais,

b) a de pastagens naturais e plantadas, observado o indice de lotação por zona de pecuaria, fixado pelo Poder Executivo,

c) a de exploração extrativa, observados o indice de rendimento por produto fixado pelo Poder Executivo, e a legislação ambiental,

d) a de exploração de atividade granjeira e aquiçola,

e) sob processos tecnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes

Art. 5º O lançamento do ITR sera efetuado de ofício, podendo, alternativamente, serem utilizadas as modalidades com base em declaração ou por homologação

Art. 6º Para a apuração do valor do ITR, aplicar-se-a sobre a base de calculo a aliquota correspondente ao percentual de utilização efetiva da area aproveitavel do imovel rural, considerado o tamanho da propriedade medido em hectares e as desigualdades regionais, de acordo com as tabelas I, II, III, IV e V, constantes do Anexo I

§ 1º Para obtenção da aliquota sera observada a localização do imovel conforme descrito abaixo

I - Tabela I - todos os municipios, exceto os enquadrados nos incisos II, III, IV e V,

II - Tabela II - os municipios localizados no Polígono das Secas e Amazônia Oriental assim determinados em lei,

III - Tabela III - os municipios localizados na Amazônia Ocidental e Pantanal Matogrossense, assim determinados em lei;

IV - Tabela IV - os municipios, de qualquer região, com população urbana maior que vinte mil ate cem mil habitantes;

V - Tabela V - os municipios, de qualquer região, com população urbana maior que cem mil habitantes ou integrantes das Regiões metropolitanas

§ 2º O percentual de utilização efetiva da area aproveitavel e calculado pela relação entre a area efetivamente utilizada e a area aproveitavel total do imovel

§ 3º No caso de imovel rural situado em mais de um municipio, o enquadramento sera o que resulte em menor tributação

§ 4º O imóvel rural que apresentar percentual de utilização efetiva da área aproveitável igual ou inferior a trinta por cento, terá a alíquota calculada, na forma deste artigo, multiplicada por dois, no segundo ano consecutivo e seguintes em que ocorrer o fato

Art 7º Para os efeitos do § 4º do artigo 153 da Constituição Federal são consideradas pequenas glebas os imóveis rurais de área igual ou inferior a

I - 25 ha para os localizados nos municípios enquadrados nas Tabelas I, IV e V

II - 40 ha para os localizados nos municípios enquadrados no Polígono das Secas e Amazônia Oriental, assim determinados em lei.

III - 80 ha para os localizados nos municípios enquadrados na Amazônia Ocidental e Pantanal Matogrossense, assim determinados em lei

Art 8º São isentos do ITR os imóveis rurais oriundos de programas de reforma agrária, caracterizados pelas autoridades competentes como assentamento, quando explorados pelos assentados sob a forma de associação ou de cooperativa de produção se a fração ideal por família assentada não ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I a III do art 7º e desde que aqueles não possuam outro imóvel

Art 9º É isento do ITR o imóvel rural ou conjunto de imóveis rurais, de área inferior aos limites estabelecidos nos incisos de I a III do art 7º desde que seu proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título não possua imóvel urbano e o explore so ou com sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros

Art 10 Considerar-se-á explorado, para os efeitos dos arts 7º 8º e 9º o imóvel rural que tenha no mínimo trinta por cento de utilização da área aproveitável

Art 11 São isentas do ITR as áreas

I - de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei nº 4 771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei nº 7 803, de 1989,

II - de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas, assim declarados por ato do órgão competente - federal ou estadual - e que ampliam as restrições de uso previstas no inciso anterior;

III - reflorestadas com essências nativas

Art 12. O ITR continuará devido pelo proprietário, depois da autorização do decreto de desapropriação publicado, enquanto não transferida a propriedade, salvo se houver imissão prévia na posse

Art 13 Nos casos de calamidade pública decretada pelo Poder Público, de que resulte frustração de safras ou destruição de pastos, o Ministro da Fazenda poderá determinar que seja aplicada redução de até noventa por cento no valor do imposto, para os imóveis que, comprovadamente, estejam situados na área de ocorrência da calamidade.

Art 14 O valor do ITR, apurado em UFIR, poderá ser pago em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, em datas de vencimento a serem fixadas pela Secretaria da Receita Federal, observado o seguinte

I - nenhuma quota será inferior a cinquenta UFIR e o imposto de valor inferior a cem UFIR será pago de uma só vez;

II - é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento das quotas.

III - o valor em cruzeiros reais de cada quota será determinado mediante a multiplicação do seu valor, expresso em quantidade de UFIR, pelo valor desta no mês do efetivo pagamento.

Art 15. O Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais - CAFIR da SRF será formado com base nas informações fornecidas pelos contribuintes, obrigados a apresentar a Declaração de Informações do ITR, nos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal

Parágrafo único O desmembramento, anexação, alienação ou sucessão "causa mortis", de áreas parciais ou totais de imóveis rurais, deverão ser informados a SRF no prazo máximo de sessenta dias, a contar de sua efetivação.

Art. 16 A falta de apresentação da declaração referida no artigo anterior ou sua apresentação fora do prazo fixado sujeitará o contribuinte a multa de um por cento ao mês ou fração sobre o imposto devido ou como se devido fosse, sem prejuízo da multa e dos juros de mora pela falta ou insuficiência de recolhimento do imposto ou quota

Art. 17 Não se aplicam na formação do CAFIR os dispositivos da Lei nº 5 868, de 12 de dezembro de 1972

Art. 18 Nos casos de omissão de declaração ou informação, bem assim de subavaliação ou incorreção dos valores declarados por parte do contribuinte, a SRF procederá a determinação e ao lançamento do ITR com base em dados de que dispuser

Art. 19 A notificação do lançamento far-se-á no ato da entrega da Declaração de Informações do ITR, ou por via postal, com prova de recebimento, ou por edital

Parágrafo único Far-se-á a notificação por edital, quando for desconhecido ou incerto o endereço do contribuinte ou quando este se encontrar ausente no exterior, ou, ainda, se for impraticável a notificação pelos outros meios legais

Art. 20 Nos casos de lançamento de ofício nas hipóteses abaixo, sobre a totalidade ou diferença do imposto serão aplicadas as seguintes multas

I - de cem por cento, nos casos de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte,

II - de trezentos por cento nos casos de evidente intuito de fraude, definidos nos arts 71 72 e 73 da Lei nº 4 502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis

§ 1º Se o contribuinte não atender, no prazo marcado, a intimação para prestar esclarecimentos, as multas a que se referem os incisos I e II passarão a ser de cento e cinquenta e quatrocentos por cento, respectivamente

Art. 21 A concessão de crédito rural, em todas as suas modalidades, bem assim a constituição das respectivas garantias, ficam condicionadas a comprovação do recolhimento do ITR, relativo ao imóvel rural objeto do financiamento e referente aos últimos cinco exercícios, ressalvados os casos comprovadamente pendentes de decisão administrativa ou judicial.

Art. 22 Até ulterior disposição legal, o tamanho do módulo fiscal, por município, utilizado permanecerá fixo, para os demais fins

Art. 23 É transferida para as pessoas jurídicas mencionadas nos incisos deste artigo a administração das seguintes receitas, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal por força do art. 1º da Lei nº 8 022, de 12 de abril de 1990

I - Taxa de Serviços Cadastrais, devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, consoante estabelece o art. 5º do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, com as alterações do art. 2º da Lei nº 6 746, de 10 de dezembro de 1979, e do Decreto-lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982,

II - Contribuição Sindical Rural, devida à Confederação Nacional da Agricultura - CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, de acordo com o art. 4º do Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971 e art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

III - Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, prevista no item VII do art. 3º da Lei nº 8 315, de 23 de dezembro de 1991

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal poderá fornecer as pessoas jurídicas beneficiárias os dados cadastrais necessários a arrecadação das receitas correspondentes, observadas as restrições contidas em lei quanto ao sigilo fiscal.

Art. 24 Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa, relativamente a Taxa de Serviços Cadastrais.

Art. 25 Não serão registrados em cartório quaisquer transações, operações e negócios de imóveis rurais, sem a comprovação de quitação do ITR através do DARF ou obtida por certidão negativa expedida pela SRF

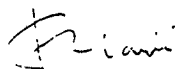
Parágrafo único Serão responsabilizados como terceiros, os adquirentes, tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício, que por omissão, registrarem imóveis rurais sem observarem o disposto neste artigo

Art. 26 Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação

Art. 27 Ficam revogados os arts. 47, 48, 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, exclusivamente no que diz respeito ao cálculo, lançamento e cobrança do ITR, mantidos os demais efeitos, os arts. 5º, 7º e 9º da Lei nº 5.868 de 12 de dezembro de 1972, o art. 104 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991

Brasília, 29 de dezembro de 1993, 172ª da Independência e 105ª da República


ITAMAR FRANCO



Anexo I a Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993

TABELA I. GERAL

TAMANHO HECTARES	UTILIZAÇÃO EFETIVA DA ÁREA APROVEITÁVEL %				
	>80	>65 A 80	>50 A 65	>30 A 50	0 A 30
ATE 25	0,05	0,07	0,10	0,15	0,20
25 a 50	0,07	0,10	0,15	0,20	0,30
50 a 100	0,10	0,15	0,25	0,35	0,50
100 a 250	0,15	0,25	0,35	0,50	0,70
250 a 500	0,20	0,35	0,50	0,75	1,00
500 a 1000	0,30	0,50	0,70	1,05	1,40
1000 a 2000	0,40	0,65	0,95	1,40	1,90
2000 a 3000	0,50	0,80	1,20	1,75	2,40
3000 a 5000	0,65	0,95	1,45	2,10	2,90
5000 a 10000	0,75	1,15	1,70	2,50	3,40
10000 a 15000	0,85	1,35	1,95	2,90	3,90
ACIMA DE 15000	1,00	1,55	2,25	3,40	4,50

Anexo I a Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993

TABELA II: MUNICÍPIOS DO POLÍGONO DA SECA E DA AMAZÔNIA ORIENTAL

TAMANHO	UTILIZAÇÃO EFETIVA DA ÁREA APROVEITÁVEL %				
HECTARES	>80	>65 A 80	>50 A 65	>30 A 50	0 A 30
ATE 40	0,05	0,07	0,10	0,15	0,20
40 a 80	0,07	0,10	0,15	0,20	0,30
80 a 160	0,10	0,15	0,25	0,35	0,50
160 a 400	0,15	0,25	0,35	0,50	0,70
400 a 800	0,20	0,35	0,50	0,75	1,00
800 a 1600	0,30	0,50	0,70	1,05	1,40
1600 a 3200	0,40	0,65	0,95	1,40	1,90
3200 a 4800	0,50	0,80	1,20	1,75	2,40
4800 a 8000	0,65	0,95	1,45	2,10	2,90
8000 a 16000	0,75	1,15	1,70	2,50	3,40
16000 a 24000	0,85	1,35	1,95	2,90	3,90
ACIMA DE 24000	1,00	1,55	2,25	3,40	4,50

Anexo I a Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993

TABELA III: MUNICÍPIOS DO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL E DO PANTANAL MATOGROSSENSE

TAMANHO	UTILIZAÇÃO EFETIVA DA ÁREA APROVEITÁVEL %				
HECTARES	>80	>65 A 80	>50 A 65	>30 A 50	0 A 30
ATE 80	0,05	0,07	0,10	0,15	0,20
80 a 160	0,07	0,10	0,15	0,20	0,30
160 a 320	0,10	0,15	0,25	0,35	0,50
320 a 800	0,15	0,25	0,35	0,50	0,70
800 a 1600	0,20	0,35	0,50	0,75	1,00
1600 a 3200	0,30	0,50	0,70	1,05	1,40
3200 a 6400	0,40	0,65	0,95	1,40	1,90
6400 a 9600	0,50	0,80	1,20	1,75	2,40
9600 a 16000	0,65	0,95	1,45	2,10	2,90
16000 a 32000	0,75	1,15	1,70	2,50	3,40
32000 a 48000	0,85	1,35	1,95	2,90	3,90
ACIMA DE 48000	1,00	1,55	2,25	3,40	4,50

Anexo I a Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993

TABELA IV: MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO URBANA
MAIOR QUE 20.000 ATÉ 100.000 HABITANTES

TAMANHO HECTARES(*)	UTILIZAÇÃO EFETIVA DA ÁREA APROVEITÁVEL %				
	>80	>65 A 80	>50 A 65	>30 A 50	0 A 30
ATE 7	0,05	0,07	0,10	0,15	0,20
7 a 14	0,07	0,10	0,15	0,20	0,30
14 a 28	0,10	0,15	0,25	0,35	0,50
28 a 70	0,15	0,25	0,35	0,50	0,70
70 a 140	0,20	0,35	0,50	0,75	1,00
140 a 300	0,30	0,50	0,70	1,05	1,40
300 a 600	0,40	0,65	0,95	1,40	1,90
600 a 900	0,50	0,80	1,20	1,75	2,40
900 a 1500	0,65	0,95	1,45	2,10	2,90
1500 a 3000	0,75	1,15	1,70	2,50	3,40
3000 a 5000	0,85	1,35	1,95	2,90	3,90
ACIMA DE 5000	1,00	1,55	2,25	3,40	4,50

(*) PARA EFEITO DA ISENÇÃO DAS PEQUENAS GLEBAS, CONSIDERE-SE
25 HECTARES

Anexo I a Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993

TABELA V: MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO URBANA MAIOR QUE 100.000
HABITANTES OU INTEGRANTES DAS REGIÕES METROPOLITANAS

TAMANHO HECTARES(*)	UTILIZAÇÃO EFETIVA DA ÁREA APROVEITÁVEL %				
	>80	>65 A 80	>50 A 65	>30 A 50	0 A 30
ATÉ 2	0,05	0,07	0,10	0,15	0,20
2 a 4	0,07	0,10	0,15	0,20	0,30
4 a 8	0,10	0,15	0,25	0,35	0,50
8 a 20	0,15	0,25	0,35	0,50	0,70
20 a 40	0,20	0,35	0,50	0,75	1,00
40 a 85	0,30	0,50	0,70	1,05	1,40
85 a 160	0,40	0,65	0,95	1,40	1,90
160 a 250	0,50	0,80	1,20	1,75	2,40
250 a 400	0,65	0,95	1,45	2,10	2,90
400 a 800	0,75	1,15	1,70	2,50	3,40
800 a 1500	0,85	1,35	1,95	2,90	3,90
ACIMA DE 1500	1,00	1,55	2,25	3,40	4,50

(*) PARA EFEITO DA ISENÇÃO DAS PEQUENAS GLEBAS, CONSIDERE-SE
25 HECTARES

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 7.803 — DE 18 DE JULHO DE 1989

Altera a redação da Lei n. 4.771 (¹), de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis ns. 6.535 (²), de 15 de junho de 1978 e 7.511 (³), de 7 de julho de 1986

LEI N. 5.868 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972

Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências

LEI N. 4.502 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas

Art. 71. Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

I — da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;

II — das condições pessoais de contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 72. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

Art. 73. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos artigos 71 e 72.

LEI N. 8.022 — DE 12 DE ABRIL DE 1990

Altera o sistema de administração das receitas federais, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É transferida para a Secretaria da Receita Federal a competência de administração das receitas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, e para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a competência para a apuração, inscrição e cobrança da respectiva Dívida Ativa

DECRETO-LEI N. 57 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências

Art. 3º A taxa de serviços cadastrais cobrada pelo IBRA, pela emissão do Certificado de Cadastro, incide sobre todos os imóveis rurais, ainda que isentos do ITR.

LEI N. 6.746 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979

Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei n. 4.504 (1), de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências

Art. 2º A Taxa de Serviços Cadastrais prevista no artigo 5º, do Decreto-Lei n. 57 (2), de 18 de novembro de 1966, não incidirá sobre imóveis rurais abrangidos pelo § 6º, do artigo 21, da Constituição Federal e sobre aqueles não-sujeitos à incidência do imposto por força do § 1º, do artigo 50, da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a nova redação dada por esta Lei, salvo nos casos de expressos pedidos de atualização cadastral.

DECRETO-LEI N. 1.989 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1982

Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Coloniz. e Reforma Agrária — INCRA e cálculo referente à taxa prevista no Decreto-Lei n. 57 (1), de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências

DECRETO-LEI N. 1.166 — DE 15 DE ABRIL DE 1971

Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural

Art. 4º Caberá ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), proceder ao lançamento e cobrança da contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômicas da agricultura, na conformidade do disposto no presente Decreto-Lei.

LEI N. 8.315 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — SENAR, nos termos do artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 3º Constituem rendas do SENAR:

I — contribuição mensal compulsória, a ser recolhida à Previdência Social, de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado, ou a elas equiparadas, que exerçam atividades:

- a) agroindustriais;
- b) agropecuárias;
- c) extrativistas vegetais e animais;
- d) cooperativistas rurais;
- e) sindicais patronais rurais.

II — doações e legados;

III — subvenções da União, Estados e Municípios;

IV — multas arrecadadas por infração de dispositivos, regulamentos e regimentos oriundos desta Lei;

V — rendas oriundas da prestação de serviços e da alienação ou locação de seus bens;

VI — receitas operacionais;

VII - contribuição prevista no artigo 1º do Decreto-Lei n. 1.989⁽¹⁾, de 28 de dezembro de 1982, combinado com o artigo 5º do Decreto-Lei n. 1.146⁽²⁾, de 31 de dezembro de 1970, que continuará sendo recolhida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

VIII - rendas eventuais.

LEI N. 4.504 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964
Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências

Art. 47. Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural e ao cooperativismo e, finalmente, da regulamentação do uso e posse temporários da terra, objetivando:

I — desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra;

II — estimular a racionalização da atividade agropecuária dentro dos princípios de conservação dos recursos naturais renováveis;

III — proporcionar recursos à União, aos Estados e Municípios para financiar os projetos de Reforma Agrária;

IV — aperfeiçoar os sistemas de controle da arrecadação dos impostos.

Art. 48. Observar-se-ão, quanto ao Imposto Territorial Rural, os seguintes princípios:

I — a União poderá atribuir, por convênio, aos Estados e Municípios, o lançamento, tendo por base os levantamentos cadastrais executados e periodicamente atualizados;

II — a União também poderá atribuir, por convênio, aos Municípios, a arrecadação, ficando a eles garantida a utilização da importância arrecadada;

III — quando a arrecadação for atribuída, por convênio, ao Município, a União caberá o controle da cobrança;

IV — as épocas de cobrança deverão ser fixadas em regulamento, de tal forma que, em cada região, se ajustem, o mais possível, aos períodos normais de comercialização da produção;

V — o imposto arrecadado será contabilizado diariamente como depósito à ordem, exclusivamente, do Município, a que pertencer e a ele entregue diretamente pelas repartições arrecadadoras, no último dia útil de cada mês;

VI — o imposto não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultiva só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel (artigo 2º, parágrafo único, da Constituição Federal).

Art. 49. As normas gerais para a fixação do imposto territorial obedecerão a critérios de progressividade e regressividade, levando-se em conta os seguintes fatores:

I — os valores da terra e das benfeitorias do imóvel;

II — a área e dimensões do imóvel e das glebas de diferentes usos;

III — a situação do imóvel em relação aos elementos do inciso II do artigo 48;

IV — as condições técnicas e econômicas de exploração agropecuária-industrial;

V — a natureza da posse e as condições de contratos de arrendatários, parceiros e assalariados;

VI — a classificação das terras e suas formas de uso e rentabilidade;

VII — a área total agricultável do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no país.

§ 1º Os fatores mencionados neste artigo, exceção feita dos indicados no inciso III, serão declarados pelo proprietário ou obtidos em levantamento cadastral.

§ 2º Todos os proprietários rurais ficam obrigados, para os fins previstos nesta Lei, a fazer declaração de propriedade, nos prazos e segundo normas fixadas na regulamentação desta Lei.

§ 3º As declarações dos proprietários, para fornecimento de dados destinados à inscrição cadastral, são feitas sob sua inteira responsabilidade e, no caso de dolo ou má-fé, os obrigam ao pagamento em dobro dos tributos realmente devidos, além das multas decorrentes das despesas com as verificações necessárias.

Art. 50. O valor básico do imposto será determinado em alíquota de dois décimos por cento sobre o valor real da terra nua, declarado pelo proprietário e não impugnado pelo órgão competente, ou resultante da avaliação cadastral.

LEI N. 6.746 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979
Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei n. 4.504 (1), de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências

LEI N. 5.968 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972
Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências

Art. 5º São isentas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural:
I — as áreas de preservação permanente onde existam florestas formadas ou em formação;
II — as áreas reflorestadas com espécies nativas.

Art. 7º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural não incidirá sobre as glebas rurais de área não excedente a 25 (vinte e cinco) hectares, quando as cultivar, só, ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel (§ 6º do artigo 21 da Constituição Federal).

Art. 9º O valor mínimo do imposto a que se refere o artigo 50, e parágrafos 1º a 4º da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, será de 1/30 (um trinta avos) do maior salário mínimo vigente no País em 1º de janeiro do exercício fiscal correspondente.

LEI N. 8.171 — DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola

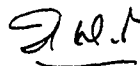
Art. 104. São isentas de tributação e do pagamento do Imposto Territorial Rural as áreas dos imóveis rurais consideradas de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei n. 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei n. 7.803, de 1989.

MENSAGEM Nº 11, DE 1994-CN
(nº 1.095/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 400, de 29 de dezembro de 1993, que "Altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências".

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



E.M. nº 422

Brasília, 29 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Medida Provisória, que estabelece tabelas progressivas de incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, para pessoas físicas.

É proposta a criação de alíquota de 35% para a classe de rendimentos cujos valores superem 18000 UFIR por mês tendo em vista aperfeiçoar a progressividade do imposto, determinada pelo art. 153, § 2º, I, da Constituição.

Outrossim, com o objetivo de instrumentalizar o ajuste fiscal necessário ao equilíbrio das finanças públicas, em 1994, as alíquotas fixadas nas referidas tabelas incorporam incremento de 5% (cinco por cento) ao atual nível global de incidência, sem prejuízo da progressividade já alcançada pelo imposto.

Justificam o recurso à edição de Medida Provisória a relevância da matéria, demonstrada pela necessidade de garantir ao Poder Público condições para o mencionado ajuste fiscal, e a urgência de adoção das providências, ditada pelo disposto no art. 150, III, "b", da Constituição, que exige a entrada em vigor das disposições aqui preconizadas antes do início do exercício financeiro em que o imposto deva ser cobrado.

Respeitosamente,



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA nº 400, de 29 de dezembro de 1993

Altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei.

Art. 1º No ano-calendário de 1994, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12, da Lei nº 7 713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

BASE DE CÁLCULO (EM UFIR)	PARCELA A DEDUZIR DA BASE DE CÁLCULO (EM UFIR)	ALÍQUOTA
Até 1.000	-	isento
Acima de 1.000 até 1.950	1 000	15,0%
Acima de 1.950 até 18 000	1 415	26,6%
Acima de 18.000	5 395	35,0%

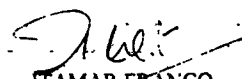
Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 2º O imposto de renda progressivo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, será calculado de acordo com a seguinte tabela, para fins da declaração de ajuste anual a ser apresentada no ano de 1995.

BASE DE CÁLCULO (EM UFIR)	PARCELA A DEDUZIR DA BASE DE CÁLCULO (EM UFIR)	ALÍQUOTA
Até 12.000	-	isento
Acima de 12.000 até 23.400	12.000	15,0%
Acima de 23.400 até 216.000	16.980	26,6%
Acima de 216.000	64.740	35,0%

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 29 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República


ITAMAR FRANCO

SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 7.713 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências

Art. 7º Ficam sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, calculado de acordo com o disposto no artigo 25 desta Lei:

I — os rendimentos do trabalho assalariado, pagos ou creditados por pessoas físicas ou jurídicas;

II — os demais rendimentos percebidos por pessoas físicas, que não estejam sujeitos à tributação exclusiva na fonte, pagos ou creditados por pessoas jurídicas;

Art. 8º Fica sujeito ao pagamento do Imposto sobre a Renda, calculado de acordo com o disposto no artigo 25 desta Lei, a pessoa física que receber outra pessoa física, ou de fontes situadas no exterior, rendimentos e ganhos de capital que não tenham sido tributados na fonte, no País.

Art. 12. No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

LEI N. 8.383 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências

Art. 16. Para fins do ajuste de que trata o artigo anterior, o Imposto sobre a Renda progressivo será calculado de acordo com a seguinte tabela:

Base de Cálculo (em UFIR)	Parcela a Deduzir da Base de Cálculo (em UFIR)	Alíquota
Até 12.000		isento
Acima de 12.000 até 23.400	12.000	15%
Acima de 23.400	16.560	25%

MENSAGEM Nº 12, DE 1994-CN
(nº 1.096/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 401, de 29 de dezembro de 1993, que determina a cobrança do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

Brasília, 29 de dezembro de 1993.

Stet

E.M. nº 423

Brasília, 29 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Medida Provisória que determina a cobrança do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, incidente sobre o valor de pagamento para liquidação de títulos, valores mobi-

liários e aplicações financeiras quando inferior a 95% do valor inicial da operação, expressos em quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR diária

2 Revoga o art. 18 da Lei nº 8 088, de 31 de outubro de 1990 e nomeia como contribuinte a instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O imposto devido está limitado à diferença positiva entre 95% do valor inicial da operação e o valor de resgate, expressos em UFIR diária

3 Esta medida visa a coibir a disseminação de operações simuladas que consistem em aplicações financeiras contratadas a taxas sensivelmente inferiores aquelas praticadas pelo mercado, produzindo prejuízos dedutíveis dos resultados operacionais das empresas e, com isso, reduzindo o lucro líquido para efeito de apuração do imposto de renda devido

Respeitosamente,



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 401, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei

Art. 1º O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários será cobrado a alíquota máxima de 1,5%, ao dia, sobre o valor das operações de crédito e relativas a títulos e valores mobiliários.

Parágrafo único. O Poder Executivo, obedecidos os limites máximos fixados neste artigo, poderá alterar as alíquotas do imposto tendo em vista os objetivos das políticas monetária e fiscal

Art. 2º Considera-se valor da operação:

I - nas operações de crédito, o valor do principal que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado,

II - nas operações relativas a títulos e valores mobiliários:

a) o valor de aquisição, resgate, cessão ou repactuação;

b) o valor do pagamento para a liquidação das operações referidas na alínea anterior, quando inferior a 95% do valor inicial da operação, expressos, respectivamente, em quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR diária.

§ 1º Serão acrescidos ao valor do resgate ou cessão de títulos e valores mobiliários os rendimentos periódicos recebidos pelo aplicador ou cedente durante o período da operação, atualizados pela variação acumulada da UFIR diária no período.

§ 2º O disposto no inciso II, alínea "a" aplica-se, inclusive, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas

Art. 3º São contribuintes do imposto:

I - os tomadores de crédito, na hipótese prevista no art. 2º, inciso I,

II - os adquirentes de títulos e valores mobiliários e os titulares de aplicações financeiras, na hipótese prevista no art. 2º, inciso II, alínea "a",

III - as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na hipótese prevista no art. 2º, inciso II, alínea "b"

Art. 4º O imposto de que trata o art. 2º, inciso II, alínea "a", será excluído da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre o rendimento de operações com títulos e valores mobiliários, excetuadas as aplicações a que se refere o § 4º do art. 21 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados o art. 18 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990 e, em relação ao imposto de que trata esta Medida Provisória, as isenções previstas no art. 14 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no § 2º do art. 21, da Lei nº 8.383, de 1991 e no art. 16 da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993

Brasília, 29 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 8.383 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências

Art. 21. Nas aplicações em fundos de renda fixa, resgatadas a partir de 1º de janeiro de 1992, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na fonte será constituída pela diferença positiva entre o valor do resgate, líquido de IOF, e o custo

§ 2º Os rendimentos auferidos pelos fundos de renda fixa e as alienações de títulos ou aplicações por eles realizadas ficam excluídos, respectivamente, da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte e do IOF.

§ 4º Excluem-se do disposto neste artigo as aplicações em Fundo de Aplicação Financeira - FAF, que continuam sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de cinco por cento sobre o rendimento bruto apropriado diariamente ao quotista.

(*)LEI N. 8.088 - DE 31 DE OUTUBRO DE 1990

Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança, e dá outras providências

Art. 18. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários será cobrado, à alíquota máxima de 1,5% (um e meio por cento) por dia, sobre o valor das operações relativas a crédito e a títulos e valores mobiliários, limitado o imposto ao valor dos encargos ou do rendimento da operação.

LEI N. 8.313 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei n. 7.505⁽¹⁾, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências

Art. 14. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos FICART ficam isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, assim como do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

LEI N. 8.668 - DE 25 DE JUNHO DE 1993

Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dá outras providências

Art. 16. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Fundos de Investimento Imobiliário ficam isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, assim como do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

MENSAGEM Nº 13, DE 1994-CN
(nº 1.097/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 402, de 29 de dezembro de 1993, que "Altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências".

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



E.M. nº 427

Brasília, 29 de dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência a anexa Medida Provisória, que altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências

2 O art. 1º da Medida Provisória da nova redação aos arts. 29 a 33 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991

3 A referida Lei nº 8.383/91, ao disciplinar os investimentos estrangeiros no mercado de capitais brasileiro, isentou os ganhos em operações de renda variável auferidos pelos fundos, sociedades de investimento e carteiras mantidos, no País, por investidores estrangeiros através do ingresso de recursos novos, ou seja, aqueles não oriundos da conversão de débitos externos, tributando, por outro lado, à alíquota de quinze por cento, os rendimentos de títulos de renda fixa e os dividendos percebidos pelas referidas entidades

4 Visando a simplificar e racionalizar a sistemática de apuração e pagamento do imposto, a Medida Provisória determina que o tributo incida por ocasião do recebimento do rendimento, a alíquota de quinze por cento, e seja considerado como exclusivo de fonte, a exemplo do regime hoje aplicável às pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil

5. Ressalte-se que tal simplificação oferece, também vantagens sob a ótica fiscal, na medida em que, ao tributar o rendimento quando de sua percepção, e não por ocasião de sua distribuição ao exterior, antecipa o ingresso de recursos no Tesouro Nacional

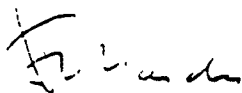
6 O art. 2º reintroduz, na legislação tributária, a incidência do imposto de renda na fonte sobre lucros, dividendos e bonificações em dinheiro distribuídos às pessoas físicas e jurídicas

7 Em relação ao art. 3º, vale dizer que as regras de arbitramento atualmente vigentes desconsideram os dados registrados na contabilidade da pessoa jurídica, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto. Assim, o disposto no art. 30 da Lei nº 8.541/93, que estabelece as regras de realização do lucro inflacionário acumulado, torna-se inaplicável, havendo, pois, necessidade de norma específica que estabeleça a realização integral daquele lucro quando da alteração da forma de tributação, a qual está consubstanciada no referido art. 3º do projeto

8 O art. 4º fixa um limite global de dedução do imposto para a hipótese de utilização conjunta dos incentivos fiscais relativos ao Programa de Alimentação do Trabalhador, ao Vale-Transporte, aos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial, aos Projetos Culturais e as Contribuições aos Fundos da Criança e do Adolescente

9 Finalmente, a Medida Provisória introduz Parágrafo único no art. 42 da Lei nº 8.541/93, com o objetivo de estabelecer o tratamento tributário a ser dispensado aos casos em que a pessoa jurídica tenha deixado de recolher o imposto ou a contribuição social sobre o lucro, calculados por estimativa e, quando do encerramento do período-base, haja apurado prejuízo ou imposto ou contribuição em montante inferior aquele que deveria ter sido recolhido no curso do ano-calendário, determinando, o dispositivo, a aplicação da multa de cinquenta por cento sobre a diferença, em UFIR, que tenha deixado de ser recolhida

Respeitosamente,



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA nº 402 , de 29 de dezembro de 1993

Altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art.62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Os arts. 29 a 33 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Os residentes ou domiciliados no exterior sujeitam-se às mesmas normas de tributação pelo imposto de renda, previstas para os residentes ou domiciliados no País, em relação aos:

I - rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa;

II - ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

III - rendimentos obtidos em aplicações em fundos e clubes de investimentos de renda variável.

Parágrafo único. Sujeitam-se a tributação pelo imposto de renda, nos termos dos arts. 31 a 33, os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de aplicações financeiras, auferidos por fundos, sociedades de investimento e carteiras de valores mobiliários de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

Art. 30 . O investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de valores mobiliários somente poderá ser realizado no País por intermédio de representante legal, previamente designado dentre as instituições autorizadas pelo Poder Executivo a prestar tal serviço e que será responsável, nos termos do art. 128 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.

§ 1º O representante legal não será responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras quando, nos termos da legislação pertinente tal responsabilidade for atribuída a terceiro.

§ 2º O Poder Executivo poderá excluir determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade prevista neste artigo.

Art. 31 Sujeitam-se à tributação pelo imposto de renda, a alíquota de 25%, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no resgate pelo quotista, quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer

titulo, por fundos em condominio, a que se refere o art. 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, constituídos na forma prescrita pelo Conselho Monetario Nacional e mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimentos coletivos, residente, domiciliados, ou com sede no exterior

§ 1º A base de calculo do imposto e constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo médio de aquisição da quota, atualizado com base na variação acumulada da UFIR diária da data da aplicação até a data da distribuição ao exterior.

§ 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelas carteiras dos fundos em condominio de que trata este artigo, ficam excluídos da retenção do imposto de renda na fonte e do imposto de renda sobre o ganho líquido mensal.

Art. 32. Ressalvados os rendimentos de Fundos de Aplicação Financeira - FAF, que continuam tributados de acordo com o disposto no art. 21 § 4º, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte, à alíquota de quinze por cento, os rendimentos auferidos:

I - pelas entidades mencionadas nos arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986.

II - pelas sociedades de investimento a que se refere o art. 49 da Lei nº 4.728, de 1965, de que participem investidores estrangeiros;

III - pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas a emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas por investidores estrangeiros

§ 1º Os ganhos de capital ficam excluídos da incidência do imposto de renda quando auferidos e distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer titulo, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento pelos fundos, sociedades ou carteiras referidos no "caput" deste artigo.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se

a - rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por titulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, agio, deságio, dividendos, bonificações em dinheiro e participações nos lucros, bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento de que trata o art. 25,

b - ganhos de capital, os resultados positivos auferidos

b.1 - nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas,

b.2 - nas operações com ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, intermediadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

§ 3º A base de cálculo do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata este artigo será apurada:

a - de acordo com os criterios previstos no § 3º do art. 20 e no art. 21, no caso de aplicações de renda fixa;

b - de acordo com o tratamento previsto no § 4º do art. 20, no caso de rendimentos periodicos ou qualquer remuneração adicional não submetidos a incidência do imposto de renda na fonte;

c - pelo valor do respectivo rendimento ou resultado positivo nos demais casos

§ 4º Na apuração do imposto de que trata este artigo serão indedutíveis os prejuizos apurados em operações de renda fixa e de renda variável.

§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condominio referidos no art. 31.

Art. 33 O imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata o art. 32, sera devido por ocasião da cessão, resgate, repactuação ou liquidação da cada operação de renda fixa, ou do recebimento ou credito, o que primeiro ocorrer, de outros rendimentos, inclusive dividendos e bonificações em dinheiro.

§ 1º Com exceção do imposto sobre aplicações no FAF, o imposto sobre os demais rendimentos será retido pela instituição administradora do fundo, sociedade de investimento ou carteira, e pelo banco custodiante, no caso de certificados representativos de ações, sendo considerado, mesmo no caso do FAF, como exclusivo de fonte.

§ 2º No caso de rendimentos auferidos em operações realizadas antes de 1º de janeiro de 1994 e ainda não distribuidos, a base de cálculo do imposto de renda de que trata este artigo será determinada de acordo com as normas da legislação aplicável às operações de renda fixa realizadas por residentes no País, ressalvado o disposto no art. 34, devendo o imposto ser calculado à alíquota de quinze por cento e recolhido pelos administradores dos fundos, sociedades ou carteiras até 31 de janeiro de 1994 ou na data da distribuição dos rendimentos, se ocorrer primeiro, sem atualização monetária.

§ 3º Os dividendos que foram atribuidos as ações integrantes do patrimônio do fundo, sociedade ou carteira, serão registrados, na data em que as ações foram cotadas sem os respectivos direitos (ex-dividendos), em conta representativa de rendimentos a receber, em contrapartida a diminuição de idêntico valor da parcela do ativo correspondente as ações as quais se vinculam, acompanhados de transferência para a receita de dividendos de igual valor a débito da conta de resultado de variação da carteira de ações.

§ 4º Os rendimentos submetidos à sistemática de tributação de que trata este artigo não se sujeitam à nova incidência do imposto de renda quando distribuidos.

§ 5º O imposto devera ser convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no dia da ocorrência do fato gerador, e pago no prazo previsto no art. 52, inciso II, alínea "d" "

Art. 2º Os dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses, quando pagos ou creditados a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País estão sujeitos a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento

§ 1º O imposto descontado na forma deste artigo será considerado exclusivo na fonte qualquer que seja o beneficiário.

§ 2º O imposto a que se refere este artigo será convertido em quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR diária pelo valor desta na data do fato gerador

§ 3º A incidência prevista neste artigo alcança exclusivamente:

a) a distribuição de lucros que tenham sido apurados, pela pessoa jurídica, na escrituração comercial, e

b) os rendimentos da mesma natureza distribuídos por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, limitado ao valor do lucro presumido deduzido do imposto de renda sobre ele incidente.

§ 4º A alíquota prevista neste artigo alcança a distribuição automática de lucros prevista no art. 22 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992

§ 5º O imposto descontado na forma deste artigo, será recolhido até o último dia útil do mês seguinte àquele em que ocorrer o fato gerador, reconvertido para cruzeiros reais com base na expressão monetária da UFIR diária vigente na data do pagamento

Art. 3º Os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante incorporação de lucros ou reservas não sofrerão tributação do imposto sobre a renda

§ 1º Podem ser capitalizados nos termos destes artigos os lucros apurados em balanço, ainda que não tenham sido submetidos à tributação.

§ 2º A não incidência estabelecida neste artigo se estende aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, beneficiárias de ações, quotas ou quinhões resultantes do aumento do capital social, e ao titular da firma ou empresa individual

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica se a pessoa jurídica, nos cinco anos anteriores a data de incorporação de lucros ou reservas ao capital, restituir capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social; neste caso o montante dos lucros ou reservas capitalizados será considerado, até o montante da redução do capital, corrigido monetariamente com base na variação acumulada da UFIR diária, como lucro ou dividendo distribuído, sujeito, na forma da legislação em vigor, a tributação na fonte e na declaração de rendimentos, quando for o caso, como rendimento dos sócios ou do titular da pessoa jurídica.

§ 4º Se a pessoa jurídica, dentro dos cinco anos subsequentes a data da incorporação de lucros ou reservas, restituir capital social aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social ou, em caso de liquidação, sob a forma de partilha do acervo líquido, o capital restituído considerar-se lucro ou dividendo distribuído, sujeito, nos termos da legislação em vigor, a tributação na fonte e na declaração de rendimentos, quando for o caso, como rendimento dos sócios, acionistas ou do titular.

§ 5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica nos casos de:

a) aumento do capital social mediante incorporação de reserva de capital formada com ágio na emissão de ações, com o produto da alienação de partes beneficiárias ou bônus de subscrição, ou com correção monetária do capital;

b) de redução de capital em virtude de devolução aos herdeiros da parte de sócio falecido, nas sociedades de pessoas;

c) de rateio do acervo líquido da pessoa jurídica dissolvida, se o aumento de capital tiver sido realizado com a incorporação de ações ou quotas bonificadas por sociedade de que era sócia ou acionista;

d) de reembolso de ações, em virtude de exercício, pelo acionista, de direito de retirada assegurado pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976

§ 6º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica as sociedades de investimento isentas de imposto.

§ 7º A sociedade incorporadora e a resultante da fusão sucedem as incorporadas ou fundidas, sem interrupção de prazo, na restrição de que trata o § 4º.

§ 8º As sociedades constituídas por cisão de outra, e a sociedade que absorver parcela de patrimônio da sociedade cindida sucedem a esta, sem interrupção de prazo, na restrição de que trata o § 4º

§ 9º Nos casos dos §§ 7º e 8º, a restrição se aplica ao montante dos lucros ou reservas capitalizados proporcional à contribuição:

a) da sociedade incorporada ou fundida para o capital social da incorporada ou resultante da fusão; ou

b) de parcela do patrimônio líquido da sociedade cindida para o capital social da sociedade que absorveu essa parcela

Art. 4º O imposto incide a alíquota de quinze por cento sobre os lucros e reservas que excedam do capital social das companhias.

§ 1º São responsáveis pelo pagamento do imposto as companhias ou sociedades por ações com sede no País, exceto as sociedades de investimento isentas de imposto

§ 2º O fato gerador do imposto é a disponibilidade presumida, para os acionistas, de lucros ou reservas que a companhia tem o dever legal de distribuir.

§ 3º O fato gerador caracteriza-se pela deliberação da assembleia geral que aprovar a demonstração de resultados do exercício sem destinar o excesso de lucros ou as reservas de lucros a integralização ou aumento do capital social, ou a distribuição como dividendos

§ 4º Se a assembleia geral que aprovar a demonstração de resultados destinar a capitalização o excesso de lucros ou reservas, o fato gerador do imposto completa-se dentro de 30 dias, se nesse prazo a companhia não efetivar, pelo seu órgão competente, aumento do capital social.

§ 5º No caso do § 4º, se o aumento do capital depender por disposição legal, de aprovação de órgão público, o fato gerador completar-se-á dentro de trinta dias da publicação do ato da autoridade que negar aprovação do aumento, se nesse prazo a companhia não distribuir o excesso de lucros ou reservas.

§ 6º O fato gerador completa-se, independentemente da deliberação de que trata o § 3º, se dentro de trinta dias do término do prazo legal para a realização do exercício, a assembleia geral de aprovação não se reunir ou não deliberar sobre a demonstração de resultados e destinação do excesso de lucros ou reservas de lucros.

§ 7º Para os efeitos do disposto neste artigo:

a) serão computados os lucros acumulados e as reservas de lucros, com exceção das reservas de lucros a realizar, das reservas para contingências e das reservas constituídas nos termos do § 2º do art. 15 do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977,

b) não serão computados os lucros acumulados e as reservas de lucros constituídas em balanços levantados antes de 1º de janeiro de 1994,

c) o valor do capital social compreende o saldo da reserva de capital formado com a correção monetária do capital realizado, ainda não capitalizado.

§ 8º O imposto retido devida ser convertido em quantidade de UFIR diária tomando-se por base o valor desta na data de ocorrência do fato gerador.

§ 9º O imposto será recolhido até o último dia útil do mês seguinte aquele em que se completar a ocorrência do fato gerador, reconvertido para cruzeiros reais com base na expressão monetária da UFIR diária vigente na data do pagamento

§ 10 A base de cálculo do imposto e o montante dos lucros acumulados e das reservas de lucros que excederem do valor do capital social realizado

§ 11. O imposto de que trata este artigo será compensado com o que for devido na distribuição, como dividendo, dos lucros ou reservas tributados

Art. 5º Considerar-se-a realizado, integralmente, o lucro inflacionário acumulado, bem como o saldo de lucros cuja tributação tenha sido diferida de períodos-base anteriores, nos casos em que a pessoa jurídica tiver o seu lucro arbitrado

Art. 6º A soma das deduções a que se referem as Leis nºs 6.321, de 14 de abril de 1976, 7.418, de 16 de dezembro de 1985, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.242, de 12 de outubro de 1991, 8.661, de 02 de junho de 1993, 8.685, de 20 de julho de 1993 e Decreto-lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988, não poderá reduzir o imposto devido em mais de oito por cento, observado o disposto no § 2º do art. 10 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

Art. 7º Acrescente-se parágrafo único ao art. 42 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, com a seguinte redação

"Art. 42 .

Parágrafo único - Constatada, após o encerramento do respectivo ano-calendário, a falta ou insuficiência de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculados com base nas regras do lucro presumido ou por estimativa, e tendo a pessoa jurídica apurado em seu balanço

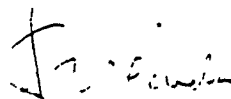
anual imposto de renda e contribuição social em valor inferior ao total que deveria ter recolhido no período. aplicar-se-a a multa de cinquenta por cento sobre a diferença. expressa em UFR. não recolhida

Art. 8º. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 29 de dezembro de 1993. 172º da Independência e 105º da República



ITAMAR FRANCO



MENSAGEM Nº 14, DE 1994-CN
(nº 1.099/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto da Medida Provisória nº 403, de 29 de dezembro de 1993, que "Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, que "Altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 - Plano de Reclassificação, relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências".

Brasília, 29 de dezembro de 1993.



EM nº 600 /GM/MJ

Brasília 23 de Dezembro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

A Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, criou estímulo para os servidores da área gráfica da Imprensa Nacional, por meio de Gratificação por Produção Suplementar (GPS) visando também a compensar os ingentes esforços que, costumeiramente, são despendidos para a edição diuturna das publicações oficiais.

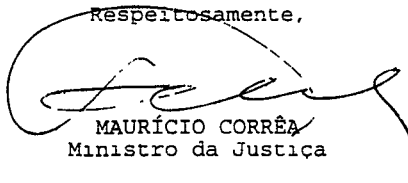
2. Com a vinda para Brasília dos remanescentes servidores da área administrativa, a referida gratificação foi a eles estendida pela Portaria nº 56, de 22 de abril de 1986, do Diretor da Imprensa Nacional, porquanto ambas as áreas, de produção e de administração, exercem tarefas integradas e inseparáveis dentro do objetivo comum.

3. Após oito anos de contínuo pagamento da GPS, o Tribunal de Contas da União, em decisão prolatada em decorrência de mandado de segurança impetrado por ex-servidor da Imprensa Nacional, entendeu que a extensão dessa gratificação deve ser feita por lei, considerando a portaria instrumento inadequado para o fim ao qual se destinou..

4. Por levar em conta o longo tempo decorrido de percepção dessa gratificação parcela muito expressiva da remuneração dos servidores, e para evitar a supressão de seu pagamento ainda no corrente mês, venho propor a Vossa Excelência a edição de Medida Provisória, nos termos do projeto em anexo, visto que estão presentes os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Releva notar, finalmente, que a medida proposta não cria uma nova gratificação e tão poucas despesas adicionais para o erário, mas, tão somente, repito, corrige uma inadequação de caráter normativo.

Respeitosamente,



MAURÍCIO CORRÊA
Ministro da Justiça

MEDIDA PROVISÓRIA nº 403, DE 29 de DEZEMBRO de 1993.

Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, que "Altera disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 - Plano de Reclassificação, relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências".

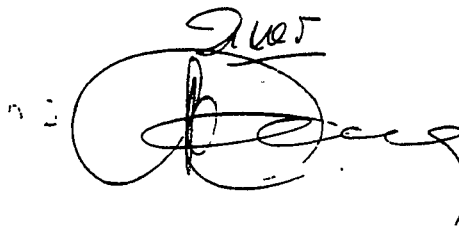
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A produção dos servidores da Imprensa Nacional será constituída de parte fixa, com tarefa mínima de 11.840 impressões ou tarefas equivalentes nas demais áreas, e da parte suplementar, que será paga com base no excesso da produção diária obrigatória, até o limite máximo da média da área gráfica".

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 4.491 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1964

Altera disposições da Lei n. 3.780 (*), de 12 de julho de 1960 (Plano de Reclassificação), relativas às séries de classes de Impressor, Encadernador, Mestre e Técnico de Artes Gráficas e dá outras providências

Art. 3º A produção dos servidores do D I N., lotados nos setores de artes gráficas, será constituída de parte fixa, com tarefa mínima de 1.000 linhas de composição de linotipo, ou o equivalente em unidades-gráficas das demais oficinas, e da parte suplementar, que será paga como serviço extraordinário pelo excesso da produção mínima.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — As Mensagens lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa Mensagem Presidencial que vai ser lida pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 15, DE 1994 CN (nº 940/93, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 218, de 1993 (nº 4.100/93 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".

O veto recai sobre o inciso VII do art. 18, abaixo transcrito:

"Art. 18.

VII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência Social a ser encaminhada pelo Ministério do Bem-Estar Social para compor o orçamento da Seguridade Social;

No que se refere aos incisos VII e VIII do art. 18 do Projeto em foco, cabe a seguinte observação, ensejadora de veto por interesse público ao primeiro desses dois incisos:

O texto aprovado, certamente ante a perspectiva de extinção do Ministério do Bem-Estar Social, preferiu, em algumas passagens, substituí-lo por "órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social".

No entanto, ao aprovar-se a redação dos apontados incisos VII e VIII do cogitado art. 18, assim se expressou o legislador:

"VII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo Ministério do Bem-Estar Social para compor o orçamento da Seguridade Social;

VIII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;"

Verifica-se ter havido a repetição indevida dos dois parágrafos, ensejando, por interesse público, a supressão do primeiro deles, por intermédio do veto, levando-se em conta o intuito do legislador em substituir, na maior parte do texto, como já disse, o "Ministério do Bem-Estar Social", por "órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social".

Esta, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar em parte o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 7 de dezembro de 1993.



(*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PL nº 4 100/93, na Câmara dos Deputados
PLC nº 218/93, no Senado Federal

Dispõe sobre a organização da
Assistência Social e dá outras
providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Seção I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

DAS DIRETRIZES

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área.

Parágrafo único. A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Bem-Estar Social.

Art. 7º As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de que trata o art. 17 desta Lei.

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei, fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social.

Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

§ 1º A regulamentação desta Lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput, na forma prevista em lei ou regulamento.

§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade de fins filantrópicos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 4º As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

Art. 10 A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

Art. 11 As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 12 Compete à União:

I - responder, pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal; / /

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;

III - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Art. 13 Compete aos Estados:

I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;

III - atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

V - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

Art. 14 Compete ao Distrito Federal:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei.

Art. 15 Compete aos Municípios:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei.

Art. 16 As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;

III - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Art. 13 Compete aos Estados:

I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;

III - atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

V - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

Art. 14 Compete ao Distrito Federal:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei.

Art. 15 Compete aos Municípios:

I - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei.

Art. 16 As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

I - o Conselho Nacional de Assistência Social;

II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;

III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 17 Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo

Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

§ 2º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§ 4º Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16 deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.

Art. 18 Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I - aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III - fixar normas para a concessão de registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social;

IV - conceder atestado de registro e certificado de entidades de fins filantrópicos, na forma do regulamento a ser fixado, observado o disposto no art. 9º desta Lei;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

VI - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo Ministério do Bem-Estar Social para compor o orçamento da Seguridade Social;

VIII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

IX - aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XI - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;

XII - indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social;

XIII - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIV - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e os respectivos pareceres emitidos.

Art. 19 Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social:

I - coordenar e articular as ações no campo da assistência social;

II - propor ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

III - prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta Lei;

IV - elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas da Seguridade Social; /

V - propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta Lei;

VI - proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista nesta Lei;

VII - encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;

VIII - prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social;

IX - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

X - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área;

XI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

XII - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;

XIII - expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

XIV - elaborar e submeter ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

CAPÍTULO IV

DOS BENEFÍCIOS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS E DOS PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Art. 20 O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º - Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A deficiência será comprovada através de avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, credenciados para esse fim pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços credenciados no Município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao Município mais próximo que contar com tal estrutura.

Art. 21 O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no caput, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

Seção II

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 22 Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até (seis) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no caput.

Seção III

DOS SERVIÇOS

Art. 23 Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Na organização dos serviços será dada prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Seção IV

DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 24 Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos,

tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta Lei, com prioridade para inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa portadora de deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta Lei.

Seção V

DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Art. 25 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

as normas por ela instituídas, para elaborar e encaminhar projeto de lei dispondo sobre a extinção e reordenamento dos órgãos de assistência social do Ministério do Bem-Estar Social.

§ 1º O projeto de que trata este artigo definirá formas de transferências de benefícios, serviços, programas, projetos, pessoal, bens móveis e imóveis para a esfera municipal.

§ 2º O Ministro de Estado do Bem-Estar Social indicará Comissão encarregada de elaborar o projeto de lei de que trata este artigo, que contará com a participação das organizações dos usuários, de trabalhadores do setor e de entidades e organizações de assistência social.

Art. 33 Decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Lei, fica extinto o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, revogando-se, em consequência, os Decretos-Leis n.ºs 525, de 1º de julho de 1938, e 657, de 22 de julho de 1943.

§ 1º O Poder Executivo tomará as providências necessárias para a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e a transferência das atividades que passarão à sua competência dentro do prazo estabelecido no caput, de forma a assegurar não haja solução de continuidade.

§ 2º O acervo do órgão de que trata o caput será transferido, no prazo de 60 (sessenta) dias, para o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que promoverá, mediante critérios e prazos a serem fixados, a revisão dos processos de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos das entidades e organização de assistência social, observado o disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 34 A União continuará exercendo papel supletivo nas ações de assistência social, por ela atualmente executadas diretamente no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando à implementação do disposto nesta Lei, por prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 35 Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social operar os benefícios de prestação continuada de que trata esta Lei, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Parágrafo único - O regulamento de que trata o caput definirá as formas de comprovação do direito ao benefício, as condições de sua suspensão, os procedimentos em casos de curatela e tutela e o órgão de credenciamento, de pagamento e de fiscalização, dentre outros aspectos.

Art. 36 As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos terão cancelado seu registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sem prejuízo de ações cíveis e penais.

Art. 37 Os benefícios de prestação continuada serão concedidos, a partir da publicação desta Lei, gradualmente e no máximo em até:

I - 12 (doze) meses, para os portadores de deficiência;

II - 18 (dezoito) meses, para os idosos.

Art. 38 A idade prevista no art. 20 desta Lei reduzir-se-á, respectivamente, para 67 (sessenta e sete) e 65 (sessenta e cinco) anos após 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) meses do início da concessão.

Art. 39 O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita definidos no § 3º do art. 20 e caput do art. 22.

Art. 40 Com a implantação dos benefícios previstos nos arts. 20 e 22 desta Lei, extinguem-se a renda mensal vitalícia, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral existentes no âmbito da Previdência Social, conforme o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único. A transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social deve ser estabelecida de forma que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.

Art. 41 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 42 Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

MENSAGEM Nº 15, DE 1994-CN (PLC-218/93)

SENADORES

Afonso Camargo

Amir Lando

Cid Sabóia de Carvalho

DEPUTADOS

Gastone Righi

Fátima Pelaes

Jackson Pereira

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 31 de janeiro próximo.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulso contendo o texto do projeto vetado, o parecer da Comissão que o apreciou e o relatório da Comissão Mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 10 de fevereiro de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em votação o requerimento nº 170 de 1993-CN, do Senador Elcio Alvares, lido em sessão anterior, solicitando prorrogação por oito dias do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

Em votação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 1994-CN

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos a respeito da destinação de recursos do Orçamento da União (Requerimento nº 151/93-CN), de acordo com sua deliberação, requer a prorrogação de seu prazo por mais sete dias, a contar de dezoito de janeiro próximo, inclusive. Esteia-se o presente requerimento na necessidade de, até o próximo dia 17 de janeiro, encerrar-se a instrução da matéria, com a conclusão tanto da oitiva dos depoimentos estimados indispensáveis à investigação da matéria quanto da análise técnica da abundante documentação pertinente. O período de prorrogação adicional ora solicitado destinar-se-á à ultimização do relatório final, sua discussão e votação.

Sala das Reuniões, 6 de janeiro de 1994. — Senador **Jarbas Passarinho**, Presidente.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa o seguinte requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 1994

Senhor Presidente

Tendo em vista que o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias do Senhor José Carlos Alves dos Santos a respeito da destinação de Recursos do Orçamento da União (Requerimento nº 151/93-CN) ainda é necessário, como se pode observar do Requerimento de prorrogação já lido no Congresso Nacional, em função da relevância do trabalho que vem sendo empreendido pelo Colegiado, e considerando, ainda, que, nos termos do § 3º do art. 76 do Regimento do Senado, o prazo dos trabalhos das CPMI começa a correr a partir da publicação dos atos que a criarem, venho como primeira signatária do Requerimento nº 164/93-CN — que constituiu a CPMI destinada a apurar denúncias de corrupção e suborno na atuação das empreiteiras junto ao setor público, solicitar a Vossa Excelência:

Submeter à deliberação do Plenário do Congresso Nacional proposta no sentido de que o prazo para os trabalhos da Comissão referida em vez de 45 dias como está previsto no Requerimento nº 164/93-CN, passe a ser de 100 (cem) dias.

Sala das Sessões, 11-1-94. — **Marcia Cibillis Viana.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nos termos do art. 48, item XXXIII, do Regimento do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum, submeto o requerimento que acaba de ser lido à deliberação do Plenário.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço desculpas a V. Exª, mas creio que boa parte do Plenário não chegou a ouvir o requerimento que V. Exª ora põe em votação. Se não for muito pedir a V. Exª que repita a leitura para que saibamos o que vamos votar, agradeceríamos bastante

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Trata-se de requerimento relacionado com a CPI das empreiteiras.

Se esse requerimento não for aprovado, o término do prazo será no dia 22 do presente mês, em função do que está ocorrendo com os trabalhos da Comissão para apurar denúncias na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência retira o item 1 da pauta da sessão de hoje, nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

É o seguinte o item retirado da pauta:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 387, de 13 de dezembro de 1993, que revoga as Medidas Provisórias nºs 384 e 385, de 8 de dezembro de 1993. (Mensagem nº 264, de 1993-CN.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 408, de 6 de janeiro de 1994, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Ronan Tito	PMDB	Amir Lando
Flaviano Melo		Ruy Bacelar
Raimundo Lira	PFL	João Rocha
Gerson Camata	PPR	Esperidião Amin
Eva Blay	PSDB	Dirceu Carneiro
Aureo Mello	PRN	Ney Maranhão
Júnia Marise	PDT	Nelson Wedekin

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
César Bandeira	BLOCO	Wilson Cunha
Jofran Frejat		Hilário Coimbra
Rita Camata	PMDB	Maurici Mariano
Djenal Gonçalves	PPR	Célia Mendes
Geraldo Alckmin	PSDB	Elias Murad
Jones Santos Neves	PL	Diogo Nomura
Jamil Haddad	PSB	Álvaro Ribeiro

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia — 11-1 — Designação da Comissão Mista;

Dia — 12-1 — Instalação da Comissão Mista;

Até 12-1 — Prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 22-1 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 6-2 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 409,

de 6 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Alfredo Campos		Mansueto de Lavor
Cid Sabóia de Carvalho		Marcio Lacerda
	PFL	
Guilherme Palmeira		Raimundo Lira
	PPR	
Levy Dias		Louremberg Nunes Rocha
	PSDB	
José Richa		Beni Veras
	PP	
Irapuan Costa Júnior		Meira Filho
	PTB	
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO	
Humberto Souto		Nelson Markezelli
Jairo Carneiro		José Ulysses
	PMDB	
João Natal		Hermínio Calvinho
	PPR	
Osvaldo Melo		Jair Bolsonaro
	PSDB	
Adroaldo Streck		Wilson Moreira
	PC do B	
Aldo Rebelo		Sérgio Miranda
	PSD	
Paulo Almeida		Irani Barbosa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia — 11-1 — Designação da Comissão Mista;

Dia — 12-1 — Instalação da Comissão Mista;

Até 12-1 — Prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 22-1 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 6-2 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 410, de 6 de janeiro de 1994, que atribui competência ao Ministro

de Estado da Saúde para praticar atos **ad referendum** da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
César Dias		Wilson Martins
José Fogaça		Ronaldo Aragão
	PFL	
Júlio Campos		Dario Pereira
	PPR	
Moisés Abrão		Gerson Camata
	PSDB	
Mário Covas		Almir Gabriel
	PSB	
José Paulo Bisol		
	PT	
Eduardo Suplicy		

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO	
George Takimoto		Alceste Almeida
Fátima Pelaes		Mauro Fecury
	PMDB	
Euler Ribeiro		Eliel Rodrigues
	PPR	
João Rodolfo		Paulo Duarte
	PSDB	
Clóvis Assis		Antonio Faleiros
	PPS	
Sérgio Arouca		Augusto Carvalho
	PV	
Sidney de Miguel		

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia — 11-1 — Designação da Comissão Mista;

Dia — 12-1 — Instalação da Comissão Mista;

Até 12-1 — Prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

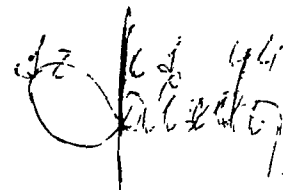
Até 22-1 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 6-2 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h31min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1 DE 1.993-CN, DESTINADA A " APURAR AS IRREGULARIDADES DA TV JOVEM PAN LTDA. ".



Ata da 13ª Reunião, Realizada em 14 - 09 - 93

Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos do dia quatorze de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 4, da Ala Senador Nilo Coelho, anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a Apurar Irregularidades da TV Jovem Pan Ltda. Presentes os Senhores Senadores José Paulo Bisol, Élcio Álvares e os Senhores Deputados Maluly Netto, José Abrão, Ronaldo Caiado, Luiz Moreira, José Lourenço e João Faustino . O Senhor Presidente em exercício Deputado João Faustino declara aberta a reunião destinada a exibição de um documentário da TV Bandeirantes sobre o Esquema PC na Mídia. Após a exibição da fita, a Presidência dar conhecimento ao plenário de uma carta enviada à CPI pelo Senhor Antônio Augusto Amaral de Carvalho, onde manifesta o seu desejo de doar a sua parte acionária da TV Jovem Pan para o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã - INBRAC e em anexa, carta endereçada ao INBRAC. A seguir a Presidência concede a palavra ao Deputado Luiz Moreira que faz esclarecimento sobre a possibilidade de transferência das cotas acionária pelos sócios da TV Jovem Pan. A seguir é concedida ao Senhor Deputado Ronaldo Caiado (Relator). S. Exa. faz um relato das providências que foram tomadas pela CPI junto ao Ministério das Comunicações até a presente data e comunica que tendo em vista já está em andamento na TV Jovem Pan uma auditoria, sugere à Comissão aguardar a conclusão do TCU e que de posse dos documentos com informações sobre a situação levantada, a fim de que os técnicos do Ministério das Comunicações possam prestar ao plenário os esclarecimentos necessário. A seguir o Senhor Deputado Luiz Moreira sugere que a Comissão faça uma consulta ao Ministério

das Comunicações sobre o INBRAC. A Presidência acata a sugestão e designa S. Exa. para em nome da CPI fazer a consulta. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Senhor Deputado José Abrão. S. Exa. faz uma exposição dos fatos abordando alguns pontos que julga serem necessário para o relatório que será apresentado pelo Relator. A seguir a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador José Paulo Bisol que faz alguns esclarecimentos do que foi apurado pela Subcomissão de Sigilo Bancário e Telefônico. A seguir o Senhor Deputado Maluly Netto, congratula-se com o Senhor Senador José Paulo Bisol pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo na Subcomissão de Sigilo Bancário. Não havendo mais nenhum orador inscrito, a Presidência dar conhecimento ao plenário de ofício de autoria do Senhor Deputado Augusto Carvalho contendo denúncia contra o Banco Excel S/A e solicita que a CPI dê conhecimento do mesmo ao Banco Central do Brasil. Em seguida acata a sugestão do Senhor Deputado Luiz Moreira no sentido de convocar para prestar depoimento os técnicos do Ministério das Comunicações e solicita que seja agendada uma audiência dos Senhores membros da Comissão com o Presidente do Banco Central do Brasil. A seguir a Presidência convoca reunião a realizar-se às 17:00 horas do dia 21 de setembro do corrente ano, com a finalidade de ouvir depoimentos dos Senhores Hélio de Carvalho Mattos e Mário César Degrazia, ambos do Ministério das Comunicações. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a reunião. E, para constar eu, Joaquim Balduino de Barros Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente e vai à publicação juntamente com os apanhamentos taquigráficos que faz parte integrante da presente ata.

ANEXO A ATA, O APANHAMENTO TAQUIGRAFICO DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1 DE 1.993-CN, DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES DA TV JOVEM PAN LTDA. FINALIDADE: EXIBIÇÃO DE DOCUMENTÁRIO ELABORADO PELA TV BANDEIRANTES SOBRE O ESQUEMA PC NA MÍDIA.

Presidente: Senador ALFREDO CAMPOS

Vice-Presidente: Deputado JOÃO FAUSTINO

Relator : Deputado RONALDO CAIADO

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO)
JOVEM PAN
REUNIÃO 14/09/93 - 17h56min

PRESIDENTE: JOÃO FAUSTINO

RELATOR: RONALDO CAIADO

ATENÇÃO: NÃO HÁ GRAVAÇÃO DO INÍCIO DA REUNIÃO

Num primeiro momento, ele ofertou as suas quotas do capital da **TV Jovem Pan**, assim como os seus direitos creditícios em doações aos funcionários da empresa. Essa oferta de doação foi feita na sessão realizada no dia 22/06/93. Representantes dos funcionários manifestaram que os mesmos não vão receber a doação. Em vista disto, o requerente, tentando viabilizar novas alternativas para a solução do impasse em que se encontra a empresa, especialmente pelos aspectos sociais envolvidos, procurou outros interessados, uma vez que reitera a sua disposição de não mais continuar participando da sociedade. Como consequência, fez uma oferta de doação ao Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã - INBRAC, órgão ligado à Igreja Católica, conforme cópia anexa. Essa nova oferta está em estudos pela INBRAC, a qual, naturalmente, também, procurará obter a aquiescência dos demais sócios e a necessária autorização do poder concedente.

Sendo essa informação de interesse para os trabalhos da CPMI, requer a juntada da presente ao respectivo processo.

Assinado Antônio Augusto Amaral de Carvalho, em 10 de setembro de 1993."

E junto a ela, também, apensado ao Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, INBRAC:

"Valho-me desta para, confirmando reuniões anteriores, manifestar a intenção de doar a V.S^{as} as minhas quotas no capital social da **TV Jovem Pan**, bem como os meus direitos creditícios contra a mesma, ficando ao seu dispor, para esclarecimento da situação financeira da empresa, a discussão de todos os aspectos da transação e o que mais for necessário."

Isso foi encaminhado ao D. Antônio Maria Mutioli.

Sr. Presidente, considero isso extremamente importante, até porque já estava numa fase de andamento e de um possível entendimento e estudo. Inclusive o Sr. Deputado Luiz Moreira havia consultado junto ao Ministério de Comunicações sobre a possibilidade de uma transferência de quota para que viabilizássemos o funcionamento. Estávamos aguardando o relatório do Ministério das Comunicações, que até o momento não foi encaminhado a esta CPMI. Isso vem retardando aquele ponto específico desta Comissão, que seria o de colocar em funcionamento essa Televisão e dar condições para que os seus funcionários voltassem às suas atividades.

Assim, gostaríamos de novamente rediscutir o assunto, já que havia sido planejado pela Comissão, e, depois da apresentação do relatório do Ministério das Comunicações, fazer uma reunião com os membros, já que havia o entendimento de um, na venda, e do outro, na doação; o terceiro, na aquisição; e agora nos chega correspondência, mencionando um quarto elemento também interessado na aquisição.

Eram essas as considerações que eu gostaria de levar ao conhecimento dos membros da CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Moreira.

O SR. LUIZ MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares componentes desta CPI, eu também recebi este documento e a minha primeira indagação era saber se o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã - INBRAC - é uma entidade limitada com uma associação que seja no seu capital de ações.

Dispõe a Constituição em seu art. 222:

"§ 1º É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros."

§ 2º A Participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá se exceder a trinta por cento do capital social."

Parece-me que essa doação vai criar um outro problema maior à primeira vista. O Senador José Paulo Bisol talvez poderá nos dar uma explicação mais jurídica.

Eu soube que havia um entendimento entre os advogados do Sr. Di Gênio e do Sr. Hamilton para que essa transferência de quotas se fizesse para ele. De acordo com a compreensão dos assistentes jurídicos do Ministério, como ele ficaria com 70% - no caso, por exemplo, se fosse do Sr. Di Genio - o Sr. Tuta poderia dispor dos 30%. Penso entretanto que o Sr. Tuta, para facilitar, não deveria doar a "a", "b" ou "c". Já que isso é possível, se o Hamilton ou Sr. Di Genio conseguir, ele poderá nesse caso arranjar alguém que fique com os 30% do Sr. Tuta. É muito mais fácil fazer a composição dessa sociedade dessa forma.

Poderemos procurar mais informações para podermos ter uma posição mais verdadeira, pois essa operação talvez não possa ser realizada, porque esse instituto seja talvez uma entidade - digamos assim - limitada.

Essa era a observação que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Continua a discussão da matéria.

O SR. RELATOR (Ronaldo Caiado) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Tem V.Exª a palavra.

O SR. RELATOR (Ronaldo Caiado) - Sr. Presidente, estamos insistindo na tese defendida pela Comissão de que precisamos, também, de uma avaliação e de um relatório do Ministério das Comunicações. Houve uma reunião inicial, os técnicos estavam presentes, os pontos foram todos levantados, mas as auditorias até hoje não foram encaminhadas a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Isso, de certa maneira, também nos impede de chegarmos a reuniões mais conclusivas, em decorrência do atraso do encaminhamento dessa documentação por parte do Ministério das Comunicações. Resolver essa questão é fundamental. A partir daí, poderíamos evoluir para o segundo ponto, que seria exatamente o entendimento, o que não interromperia em nada a continuidade do Tribunal de Contas da União, que já está fazendo um levantamento no âmbito da empresa e dos sócios, devendo prestar relatório o mais rápido possível, até porque já foram autorizados. Todos os auditores já estão em São Paulo fazendo o relatório há mais de 15 dias. Isso nos foi comunicado.

No dia 25 de agosto de 1993, o Presidente, Senador Alfredo Campos, encaminhou àquele Ministério uma correspondência exatamente reforçando a nossa reunião, mas ainda não obtivemos resposta. Esperamos obter resultado positivo o mais rápido possível para podermos programar para a próxima terça-feira a análise do documento do Ministério das Comunicações, que deverá fazer a sua respectiva avaliação, com a presença dos técnicos, para que esses pontos sejam debatidos aqui no plenário da CPMI e essa matéria seja encaminhada

~~O SR. LUIZ CESAR MANOEL MOREIRA~~ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra o Deputado

~~O SR. LUIZ CESAR MANOEL MOREIRA~~ - Sr. Presidente, a proposta que quero fazer não impede em nada o desenvolvimento desse outro processo.

Eu gostaria apenas de saber - e é uma sugestão que faço - se esta Comissão me daria a incumbência de fazer a consulta sobre o INBRAC no Ministério. Assim, pelo menos, teríamos um dado mais concreto. Para mim é muito fácil, dado o relacionamento que tenho. Eu poderia trazer uma idéia que predomina lá, para que não percamos tempo quando chegarmos à fase de discussão, pois já teríamos embasamento.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - A Presidência aceita a sugestão e delega a V.Exª todos os poderes no sentido de fazer a avaliação proposta.

O SR. JOSÉ ABRÃO - Sr. Presidente, permita-me uma rápida exposição.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Tem a palavra V.Ex^a

O SR. JOSÉ ABRÃO - Sr. Presidente, entendo que as razões que levaram o Parlamento brasileiro a abrir uma Comissão de Inquérito sobre essa questão estão distribuídas em alguns itens. Um deles é o funcionamento adequado do veículo de comunicação, a ocupação da mão-de-obra, a preservação dos trabalhadores. Um outro é a forma irregular das transferências e concessão, procedimentos não adequados que fogem àquilo que estabelece a lei; e, um outro, a origem de recursos sobre os quais paira absoluta suspeição e que este parlamento já comprovou que têm utilização bastante estranha e criminoso.

Mencionei apenas três pontos, mas pode haver outros. Um dos pontos talvez venha a ser solucionado com uma transferência de um acionista para outro, de um acionista que não quer mais ficar, passando para terceiro. Entretanto, penso que os outros pontos acabarão continuando e haverá uma necessidade de concluir o trabalho. Por isso, as alterações, que vão das negociações aos problemas do relacionamento entre os sócios, não deveriam obstar o trabalho da CPI. O Ministério das Comunicações vai examinar a proposta, verificar se é viável, se há base legal para se fazer essa transferência. Se houver e estiver dentro do que estabelece a legislação, poder-se-á autorizar. Entre eles haverá as negociações.

A CPI precisaria definir o seu programa final de trabalho. Li no jornal que o Banco Central não fornece dados, que o Senador José Paulo Bisol estaria encontrando dificuldades e que há interpretações de posições dos questionamentos que aqui estão.

Penso que chegou o momento em que deveremos estabelecer um programa de trabalho final, baseado no programa inicial do relator, pegar o que falta agora, enfrentarmos esses problemas francamente. E, se no curso desse enfrentamento, ocorrer a solução de um item, será um problema a menos. Entretanto, se ele não acontecer ao final desse relatório, será então destinado o relatório para as providências que forem pertinentes ao Poder Executivo e as outras ao Poder Judiciário. Nós, então, teremos concluído esse trabalho.

Nesses três itens, há um que provavelmente possa ser resolvido. É uma potencialidade de entendimento. Entretanto, não sei qual a consequência. A minha preocupação é que essas tentativas retardem o trabalho, sejam argumentos para o Ministério das Comunicações não apresente aquilo que tem que apresentar, e o Poder Executivo, através do Banco Central, deixe de cumprir aquilo que tem que cumprir. Espero que possamos caminhar para a conclusão do relatório de trabalho apresentado pelo Sr. Relator.

Se nesse curso houver entendimento e eliminarmos um dos itens, ótimo. Caso contrário, ele fará parte, então, da conclusão desse trabalho. Tenho esse encaminhamento de raciocínio. Vejo que há um anseio da sociedade, através das manifestações, pela continuação e conclusão desse trabalho. Temo que isso que aparentemente possa ser uma solução de um desses itens - e gostaria até que fosse - possa de alguma maneira virar uma nuvem de fumaça para o trabalho que estamos realizando. Seria muito bom que houvesse um entendimento; seria um item a menos, mas não deverá eliminar os outros itens, que são finalidades estabelecidas como função desta Comissão de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Ronaldo Caiado) - Sr. Presidente, um ponto importante é que, no início dos trabalhos, criamos três subcomissões: sigilo bancário, sigilo fiscal e visita à empresa.

A única que realmente ofereceu relatório foi a de Visita à Empresa. O que aconteceu? Todos os membros alegaram que havia uma quantidade enorme de

documentos que, para avaliação da sua parte fiscal, da parte bancária, precisavam de pessoas tecnicamente qualificadas e que as pessoas colocadas à disposição não estavam dando conta do levantamento. Até falta de tempo alegaram: um assessor encaminhou documento a esta Comissão, alegando falta de tempo para avaliar quase que uma tonelada de documentos. Conforme o Senador aqui colocou, muitas vezes jogam uma papelada enorme para tentar nos confundir, pois aquilo não tem a menor importância, apenas para promover volume dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com isso insistimos e obtivemos uma resposta imediata do Tribunal de Contas da União, que está exatamente trabalhando sobre a parte fiscal e bancária também, junto com a avaliação da empresa. São pessoas qualificadas e competentes para nos fornecer um relatório e, em cima dele, podermos, sem dúvida nenhuma, evoluir.

Tanto foi que me lembro bem, no recesso de julho, a Deputada Cidinha Campos ficou com plenos poderes para trabalhar sobre esses documentos da parte bancária e da parte fiscal. E, por várias vezes, ela se queixou da falta de assessoria para que pudesse concluir o trabalho.

Então, esses dois pontos não estão parados.

O terceiro ponto que V. Ex^a coloca sobre a legislação: o Deputado Luiz Moreira, na última reunião, disse aos demais componentes desta CPMI que este projeto de lei já está em fase bem avançada, sendo trabalhado dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, no sentido de ser reformulado, e que poderia ser discutido nesta comissão e, também, ser englobado por ela, na sua fase de conclusão.

Estamos com esses três pontos avançando, só que sentimos que pelo menos um deles poderíamos resolver o mais rápido possível, dando a essas pessoas que estão aqui, durante todos esses meses aguardando uma solução, a chance de voltarem à atividade na empresa, para que ela volte a funcionar. Entendemos que essa matéria deveria ter, não um rito prioritário em relação as demais, mas, pelo menos, condições para que fosse resolvido o assunto, e que a empresa continuasse sua atividade e, assim, nós evoluíssemos na parte fiscal e bancária, como está sendo feito, e na parte da legislação, como foi colocado pelo Deputado Luiz Moreira.

Eram esses os esclarecimentos que gostaria de prestar à esta Comissão.

O SR. JOSÉ ABRÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ABRÃO - Creio que o relator coloca bem essa linha que entendo ser correta. Se encontrarmos a solução de um desses itens, ótimo. Mas parece-me que esta Comissão pouco poderá fazer, estimulando ou não essas soluções; ela deverá acontecer por força desses jogos de interesses que acontecem. Se acontecer, será um problema a menos.

Gostei muito da explicação do relator porque não interromperemos, embora estejamos enfrentando problemas para conseguir concluir esses outros itens.

Considero muito bom que o TCU esteja desenvolvendo hoje esse trabalho, que poderá apresentar resultados palpáveis para discussão e complementação dos trabalhos do relator.

O que quis enfatizar foi isto: seria ótimo que um desses itens fossem solucionados. Mas parece-me que temos pouco poder de intervenção na solução dos problemas, porque depende do jogo de interesses, de dinheiro, conflito entre sócios. É realmente um anseio que aconteça a solução para os trabalhadores e também para o funcionamento do veículo de comunicação. Vejo como um problema a menos que, certamente, sem precisar intervir, terá que tratar dos outros problemas para conclusão dos trabalhos da CPI.

Agradeço os esclarecimentos do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Com a palavra o nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, entendo que esse interesse, essa preocupação em resolvermos ou iniciarmos uma solução do problema constitucional, é um modo também de ganharmos tempo. Porque, do ponto de vista das investigações relacionadas com bancos, estamos precisando de tempo, de prazo.

Posso mostrar aos senhores a cópia de três cheques que demonstram a possibilidade de estarmos chegando a um conceito investigatório da famosa "Rede Collor de Comunicação". A TV Manchete, segundo esses cheques aqui, faz aportes financeiros na TV Jovem Pan. É verdade que a importância que tenho é pequena, mas os aportes existem, são concretos. O Sr. Hamilton usa dinheiro da Rede Manchete, IBF, DCI como caixa única.

Esses pequenos indícios autorizam-nos a ganhar um certo tempo, porque se o Banco Central mudar um pouquinho a sua atitude, for mais enérgico, mais generoso com esta Comissão, penso que poderemos alcançar certas verdades das quais carece o povo brasileiro, como nação, para encontrar a sua própria dignidade. Somos um país corrupto. Se pudermos mexer um pouco nisso, tentarmos abrimos uma possibilidade de saída, nada é mais relevante.

Não vou fazer um relatório, mas vou dar só uma idéia. Do ponto de vista das investigações bancárias, já podemos fazer certas afirmações, do tipo: a IBF opera com 16 CGCs diferentes; possui 287 contas bancárias, distribuídas por 54 bancos; foram descobertas 84 contas correntes inativas a partir de 1992. Chamo a atenção para esse negócio de abrir conta corrente, porque é um truque do sistema financeiro brasileiro muito difundido. Os PCs Farias só pensam em abrir contas em empresas. Estamos tocando no **modus operandi** da criminalidade de colarinho. É importante isso.

Uma semana a mais, um mês a mais, ou até um ano a mais não tem a menor importância, se conseguirmos mostrar essa relação fantástica que contextualiza essa investigação dentro da grande investigação do Sistema Collor.

Mais alguns dados: nas contas correntes a partir de março de 1992, a IBF começou a utilizar cheques administrativos. Vamos ter que estudar esses cheques administrativos, inclusive para propor uma legislação regulamentadora, porque é um disfarce. Desculpem a palavra, isso é a sacanagem clássica do mundo do dinheiro brasileiro. É por aí que começa a sair o dinheiro brasileiro para fora, pelo cheque administrativo. É o começo de uma operação cheia de facetas, mas que acaba levando o dinheiro lá para fora. No meu ponto de vista, essas são coisas importantes.

As contas correntes da IBF são alimentadas por uma conta - "conta-mãe", vamos chamar, tem aqui o número, se quiserem, do Banco Nacional. E o Banco Nacional não informa nada. E o Banco Central não bate no Banco Nacional. Qual é a relação do Banco Central com o Banco Nacional? Por que está acontecendo isso?

Se estou dizendo que a questão está ali, que o Banco Nacional tem que explicar isso, por que que o Banco Central, em 24 horas, não vai lá? No meu tempo de juiz, numa questão tão relevante, em 24 horas, se o Oficial de Justiça não conseguisse, eu ia pessoalmente. Eu não sou um burocrata, por que vou esperar por um oficial de justiça? Ah, se ele não consegue ir, alguma coisa o impede ou ele não tem força, eu, como juiz, saía do meu gabinete e ia lá. Uma autoridade do Banco Central não pode ir ao Banco Nacional quebrar esse "galho" em 24 horas. Pode ou não pode? E por que não o faz? Esta é uma questão relevante e eu não tenho medo de dizer: há cumplicidade nisso. Se há cumplicidade nisso, trata-se de uma cumplicidade que o Brasil precisa varrer imediatamente. Veja a importância da investigação que estamos fazendo!

Estamos solicitando, então, por parte do Banco Central uma fiscalização mais séria, inclusive dentro da IBF. A IBF começou a operar com novas contas correntes a partir de 1992, basicamente utilizando-se agora de um único CGC.

As contas correntes utilizadas com um outro CGC, anteriores a 1992, foram desativadas. A Rádio **Jovem Pan** e o Sr. Tuta também desativaram várias contas correntes. Foram localizadas quatro contas correntes inativas da TV **Jovem Pan**, onde o Sr. Carvalho operava como titular.

O que quero dizer é que as investigações bancárias deverão estar centralizadas nas contas correntes do Banco Nacional e nessas contas inativas. Por que tantas? Como é que elas foram feitas? Para que procedimentos? Que estratégias nesses dados? Como é que eu posso colocar essas contas de tal forma que eu sinta o expediente, o caráter estratégico da manipulação?

Penso que nós precisamos de tempo. Se o Banco Central fosse generoso e quisesse realmente tocar no sistema financeiro, em uma semana, nós iríamos lá com o Presidente do Banco Central e resolveríamos tudo. Mas em virtude dessa luta que existe para conseguir as informações, para tentarmos solucionar a questão dos funcionários, ganhar esse tempo até chegarmos lá... O Banco Nacional vai ter que fornecer esses dados; o Banco Central vai ter que dar um jeito de fazer o Banco Nacional entregar esses dados, entre outros.

O SR. MALULY NETTO - V. Ex^a tem toda a razão. É de estarrecer, 280 e tantas contas que, depois, ficaram inativas! Fico imaginando o porquê; até onde a razão imagina, parece-me que se imaginou que o sistema, que o tal do PC recebia da convulsão generalizada de tudo e de todos, talvez havia um desviozinho que dizia: olha essa parte é para esse esquema e foram alimentando tudo isso.

Parabéns, Senador. Temos que fazer isso mesmo, ir a fundo sim. E, aí, vai aparecer muita coisa, porque a Nação quer saber, como bem disse V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, Sr. Presidente, estou tão preocupado com isso que, se esta Comissão não chegar a desvendar tudo, pelo menos está em condições de dizer ao povo brasileiro: Olha aqui, nós precisamos de investigação no estilo devassa nacional, doa a quem doer.

Essa era a consideração que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Abrão.

O SR. JOSÉ ABRÃO - Sr. Presidente, serei rápido. Só para informar que a votação nominal começa daqui a pouco. Gostaria de enfatizar mais uma vez que enumerei três pontos e o Sr. Relator poderá ter outros pontos.

Quero, mais uma vez, reafirmar que o encaminhamento de um ponto para qualquer solução que vise solucionar rapidamente o problema dos funcionários que estão na expectativa, não deve obstar, não deve desviar a nossa atenção. Devemos voltar àquele planejamento inicial e olhar os pontos colocados pelo Sr. Relator e caminhar sobre eles.

Foram enfatizados alguns pontos, numa dessas linhas, que precisam da concentração de forças para darmos todo o respaldo ao Senador e a outra subcomissão, que esteja desenvolvendo o trabalho junto ao TCU, para que possamos caminhar - não falei em tempo - efetivamente para a obtenção desses resultados.

O que quero é que esta CPI não seja usada, ao resolver um dos itens, que ela se sinta diminuída no seu objetivo. Um dos itens está aí, deve-se buscar a melhor solução. Vejo pouca possibilidade da nossa participação efetiva; podemos ajudar a encaminhar a solução, como foi enfatizado, mas penso que não deve nos obstar em outros caminhos. Isso foi o coloquei e gostaria de reprimir.

No que se refere a este item especificamente, penso que a CPI, vai receber documentos sobre uma solução para o encaminhamento deste ponto, mas há que haver a participação do Poder Executivo, cumprindo o seu papel, que não poderá se omitir no exame dessa questão, verificar de que maneira preenche os requisitos legais e fazer os procedimentos que julgar convenientes, cumprindo sempre a lei.

Era isso que gostaria de enfatizar, reforçando a necessidade de que esse trabalho seja feito ainda dentro daqueles pontos constantes do relatório inicial da proposta, aprovada nesta Comissão com **quorum**, conforme apresentado pelo Sr. Relator na primeira reunião que fizemos aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Ronaldo Caiado) - Sr. Presidente, gostaria só de levar ao conhecimento dos membros da CPMI alguns dados - só citarei do dia 8 de setembro para cá, hoje estamos no dia 14:

O Presidente assinou requerimentos:

"Solicito à Assessoria da Câmara dos Deputados o parecer técnico sobre a transferência de quota societária da **TV Jovem Pan**."

"Solicita à Assessoria do Senado a assessoria do Senado Federal um parecer técnico sobre transferências das quotas societária da **TV Jovem Pan**."

"Solicita do Banco Central cópias de documentos relacionados ao Grupo Bloch."

"Solicita à Receita Federal informações sobre a situação fiscal e cópias de declarações de imposto de rendas pessoas jurídicas do Grupo Bloch."

"Solicita ao Banco Nacional informação sobre o CGC da abertura da Conta nº 222.620, Agência 628, da IBF - Indústria Brasileira de Formulários."

"Solicita à Receita Federal cópia das declarações do imposto de renda das pessoas jurídicas constantes dos CGC escritos."

"Solicito documento ao Banco Central relacionado com os seguintes Bancos: Mercantil de Crédito, Mercantil de São Paulo e Itaú".

"Solicito ao Banco Central uma fiscalização no Banco Nacional."

"Solicito ao Banco Central documentos relacionados com o Banco de Tóquio."

"Solicito ao Banco do Brasil cópia do relatório final da auditoria interna, bem como toda a documentação relacionadas sobre as dívidas do Grupo Bloch junto ao Banco do Brasil."

Está bem claro que todos os outros pontos estão sendo trabalhados, mas, como foi colocado pelo nosso Senador, teremos que ter um pouco de paciência para que possamos montar esse quebra-cabeça e chegarmos a nossa conclusão. A CPI não está parada nem tem se afastado de nenhum desses pontos que elegemos como prioritários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - A Presidência gostaria de informar que o propósito da Presidência e da relatoria é de ir fundo nessa investigação.

Nada intimidará esta Comissão: nem a burocracia nem a omissão nem a negligência do Poder Público, seja ele proveniente do Banco Central ou do Ministério das Comunicações.

Tenho em mãos ofício que foi endereçado à Presidência, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que formaliza uma denúncia da maior gravidade. Solicitou informações ao Banco Central sobre a remessa de recursos para o exterior e não obteve nenhuma resposta. Ele denuncia que o banco responsável pela remessa de recursos do esquema PC/Collor para o exterior é o Banco Excel S/A, que foi investigado pelo Banco Central. O diretor que fez a investigação, depois de concluí-la, foi convidado para ser diretor do próprio banco investigado. E, do documento do Deputado Augusto Carvalho,

há uma solicitação para que se dê ciência à atual diretoria do Banco Central de todas essas irregularidades.

A Presidência gostaria de propor duas providências: primeiro, que se acolha a proposta do Deputado Luiz Moreira, convocando para a próxima terça-feira dirigentes do Ministério das Comunicações, para que possam apresentar à CPI os resultados dos seus trabalhos no que diz respeito ao relatório solicitado e à providência que a Comissão solicitou em audiência com o Ministro das Comunicações. Então, que se faça expediente nesse sentido. Segundo, que se peça audiência ao Presidente do Banco Central para que a Comissão, por inteiro ou através de representantes, possa transmitir as suas preocupações ao novo Presidente, a fim de que as medidas solicitadas oficialmente, por via legal, possam ser imediatamente atendidas pelo Banco Central.

De forma que ainda esta semana, possivelmente, teremos essa audiência com o Presidente do Banco Central, para torná-lo ciente das dificuldades e dos obstáculos que esta CPI vem encontrando no cumprimento do seu dever.

Vou encerrar a reunião, convocando uma outra para a próxima terça-feira no horário preestabelecido.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h35min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERV. DE COMISSÕES ESPECIAIS DE INQUÉRITO

C O N G R E S S O N A C I O N A L

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

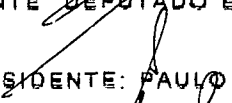
ATA DA 19A. REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1993.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia onze do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 03, da Ala Senador Alexandre Costa presentes os Senhores Parlamentares Êzio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Edson Silva, Roberto Campos, Pedro Veladares e Francisco Silva. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquerito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião de trabalho. Usam da palavra os Senhores Parlamentares Pedro Veladares, Êzio Ferreira, Amir Lando, Edson Silva e Paulo Ramos. Ficando decidido a convocação para depor do Excelentíssimo Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, no dia 17, Luiz Carlos Delben Leite, Presidente do BNDES, no dia 18, Antonio Barros de Castro, ex-Presidente do BNDES, no dia 19, Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no dia 24, o Dr. Emílio Odebrecht no dia 25, o Dr. Aurelino Chaves Ex-Ministro das Minas e Energias, no dia 26. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

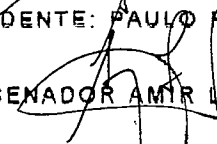
ANEXO A ATA DA 19A. REUNIÃO DE TRABALHO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 11/08/93, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.



PRESIDENTE: DEPUTADO ÊZIO FERREIRA



VICE-PRESIDENTE: PAULO RAMOS



RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 11/08/93 - 15h29min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Está aberta a nossa reunião.

Dou ciência à Comissão que elaboramos uma lista das pessoas que serão convocadas nessas duas semanas, dias 17 a 19 e dias 24 a 26.

Dia 17, teremos o depoimento do Ministro Paulino Cícero; dia 18 será o Sr. Luiz Carlos Delben Leite, Presidente do BNDES e, dia 19, o do Sr. Antonio Barros de Castro, ex-Presidente do BNDES.

Dia 24, estará presente o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso; no dia 25, o Dr. Emílio Odebrecht e, no dia 26, o Dr. Aureliano Chaves.

Os Parlamentares que aprovam os nomes acima mencionados queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço à secretária da Comissão para fazer as convocações.

Já propomos à Comissão a apresentação dos componentes das subcomissões para ajudar a trabalhar o Relatório. Até o momento, nada fizemos a respeito desse assunto para ajudar o nosso Relator. Por isso, a minha proposta é no sentido de quem quiser trabalhar espontaneamente, independente de qualquer setor, que nos ajude. Caso contrário, a Presidência determinará o nome de algumas pessoas para tal desempenho. Há três toneladas de papéis não utilizados.

Passo a palavra ao nobre Relator.

O SR. PEDRO VALADARES - Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de saber se V.Ex^a já entrou em contato com o Presidente do Congresso para a prorrogação dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Já enviei o ofício, na semana passada, pedindo a prorrogação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, demais Membros da Comissão de Desestatização, entendo que esta CPI teve que superar uma série de dificuldades que realmente representam forças expressivas. Todavia, conseguimos avançar até um ponto não desejado - evidente que gostaríamos de ter andado muito mais. De qualquer forma, conseguimos ferir o fulcro de uma questão que estava sob sete selos; constituía um segredo de Estado em que apenas alguns tinham acesso. O assunto passa a ser hoje um debate em diversos foros deste País.

Para mim, que pensei em dar essa contribuição, sugerindo a criação desta Comissão, não levo nenhuma frustração propriamente dita; levo, sim, o desejo de concluir esses trabalhos, oferecendo ao final - tenho certeza - um resultado satisfatório, ao menos a consciência de ter cumprido o dever, para esclarecer à Nação a respeito de um programa. Para meu entender, extremamente lesivo na forma e na maneira como foi conduzido.

De qualquer sorte, vamos prosseguir com esses depoimentos. Temos, também, uma série de diligências que precisam ser respondidas; nem todas vêm sendo tempestivamente respondidas. Proponho, inclusive, a esta Comissão, para que se delibere sobre aquelas circunstâncias e situações inadimplentes, para que se remeta ao Ministério Público um pedido de providências a fim de que não se desmoralize o papel das comissões de inquérito que a Constituição garante, cuja legislação específica estabelece um procedimento rígido a respeito.

Por isso, ressalto novamente as palavras do Presidente. Tínhamos proposto cinco subcomissões que, por uma série de aspectos e detalhes - que não vem ao caso agora buscar explicação -, não foram implementadas satisfatoriamente. É por isso que gostaria, a partir da semana que vem, com a presença de todos os Membros, de fazer um apelo pessoal no sentido de que cada um traga um companheiro desta Comissão para as reuniões. Vamos ver se reiniciamos, na próxima semana, com todo vigor as nossas reuniões, dando-lhes prosseguimento. Essa Comissão, realmente, é um desatio.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Está aberta a nossa reunião.

Dou ciência à Comissão que elaboramos uma lista das pessoas que serão convocadas nessas duas semanas, dias 17 a 19 e dias 24 a 26.

Dia 17, teremos o depoimento do Ministro Paulino Cícero; dia 18 será o Sr. Luiz Carlos Delben Leite, Presidente do BNDES e, dia 19, o do Sr. Antonio Barros de Castro, ex-Presidente do BNDES.

Dia 24, estará presente o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso; no dia 25, o Dr. Emílio Odebrecht e, no dia 26, o Dr. Aureliano Chaves.

Os Parlamentares que aprovam os nomes acima mencionados queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço à secretária da Comissão para fazer as convocações.

Já propomos à Comissão a apresentação dos componentes das subcomissões para ajudar a trabalhar o Relatório. Até o momento, nada fizemos a respeito desse assunto para ajudar o nosso Relator. Por isso, a minha proposta é no sentido de quem quiser trabalhar espontaneamente, independente de qualquer setor, que nos ajude. Caso contrário, a Presidência determinará o nome de algumas pessoas para tal desempenho. Há três toneladas de papéis não utilizados.

Passo a palavra ao nobre Relator.

O SR. PEDRO VALADARES - Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de saber se V.Ex^a já entrou em contato com o Presidente do Congresso para a prorrogação dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Já enviei o ofício, na semana passada, pedindo a prorrogação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, demais Membros da Comissão de Desestatização, entendo que esta CPI teve que superar uma série de dificuldades que realmente representam forças expressivas. Todavia, conseguimos avançar até um ponto não desejado - evidente que gostaríamos de ter andado muito mais. De qualquer forma, conseguimos ferir o fulcro de uma questão que estava sob sete selos; constituía um segredo de Estado em que apenas alguns tinham acesso. O assunto passa a ser hoje um debate em diversos fóruns deste País.

Para mim, que pensei em dar essa contribuição, sugerindo a criação desta Comissão, não levo nenhuma frustração propriamente dita; levo, sim, o desejo de concluir esses trabalhos, oferecendo ao final - tenho certeza - um resultado satisfatório, ao menos a consciência de ter cumprido o dever, para esclarecer à Nação a respeito de um programa, no meu entender, extremamente lesivo na forma e na maneira como foi conduzido.

De qualquer sorte, vamos prosseguir com esses depoimentos. Temos, também, uma série de diligências que precisam ser respondidas; nem todas vêm sendo tempestivamente respondidas. Proponho, inclusive, a esta Comissão, para que se delibere sobre aquelas circunstâncias e situações inadimplentes, para que se remeta ao Ministério Público um pedido de providências a fim de que não se desmoralize o papel das comissões de inquérito que a Constituição garante, cuja legislação específica estabelece um procedimento rígido a respeito.

Por isso, ressalto novamente as palavras do Presidente. Tínhamos proposto cinco subcomissões que, por uma série de aspectos e detalhes - que não vem ao caso agora buscar explicação -, não foram implementadas satisfatoriamente. É por isso que gostaria, a partir da semana que vem, com a presença de todos os Membros, de fazer um apelo pessoal no sentido de que cada um traga um companheiro desta Comissão para as reuniões. Vamos ver se reiniciamos, na próxima semana, com todo vigor as nossas reuniões, dando-lhes prosseguimento. Essa Comissão, realmente, é um desafio.

Temos uma série de pontos que podem ser devidamente esclarecidos. Há indícios de várias irregularidades, em que pese, até ontem, o Tribunal de Contas aprovar, praticamente sem maiores restrições, o relatório com relação à COSIPA, onde ocorreram algumas irregularidades.

De qualquer maneira, vamos assumir um compromisso com nós mesmos, a partir do Relator, e todos os Membros, para que se dê um impulso e se realize um trabalho que a sociedade brasileira está esperando desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Realmente tivemos algumas dificuldades, principalmente no período em que estivemos ausentes do Congresso Nacional. Mas quero dizer ao nosso Relator, o eminente Senador Amir Lando, que muitos documentos chegaram nesse intervalo de trabalho.

O trabalho da nossa Comissão já obteve algum resultado, mormente no âmbito do Governo, que baixou uma medida provisória, que já foi examinada, e já houve alguma modificação na maneira de realização dos leilões. A Comissão já trouxe algum resultado. Como o nobre Relator acabou de dizer: antigamente, os leilões eram realizados a sete chaves; hoje já estão abertos. Esse foi um trabalho da Comissão, de todos nós, principalmente daqueles que sempre lutaram por esse desejo maior, no sentido de dar conhecimento à sociedade do que vinha sendo feito em termos de leilões das empresas que seriam privatizadas.

Com a palavra o Deputado Edson Silva.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Membros desta CPI, concordo com a observação que o Presidente, Deputado Ézio Ferreira, fez a respeito do quanto já avançamos.

Mas é forçoso reconhecer, Sr. Presidente, pelo ao menos a meu juízo, que ainda estamos muito distantes do que temos obrigação constitucional de examinar.

A sensação que tenho é de que estamos diante de um salto no escuro. Ouvimos vários depoimentos desta CPI, muitos dos quais confirmaram muitas suspeições.

Concordo com o Relator, Senador Amir Lando, no sentido de que já reunimos um material interessante de investigação. Agora, quero fazer minha a proposição do Senador Amir Lando relativamente à demanda junto ao Ministério Público. Em matéria de requerimentos, eu mesmo fiz um ontem, indagando da Secretaria da CPI e até agora não fui atendido. Trata-se de um requerimento dirigido ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Fiz esse requerimento logo na instalação desta CPI. De forma que entendo que é uma questão de afirmação, de levar o respeito e a credibilidade que esta Casa deve ter.

Adianto uma proposição relativamente à constituição das subcomissões. A Secretaria da CPI já tem uma relação com indicação de vários deputados para os grupos de comissões que lhes são convenientes participar. Fiz uma proposta de participação da subcomissão na área de petroquímica - reafirmo -, e creio que deveríamos dar por constituídas tais subcomissões, independentemente de aprovação. Como foi indicação espontânea de vários membros da CPI, devemos dá-las como aprovadas e passarmos a trabalhar. Essa a minha sugestão, reafirmando minha disposição de participar dessas subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado, essas subcomissões foram aprovadas, mas não entraram ainda em funcionamento. Por isso estamos pedindo o apoio dos companheiros, para que possamos iniciar os nossos trabalhos. Existe muito material que pode ser manuseado e dele tiramos conclusões.

O SR. PAULO RAMOS - Se me permitem, gostaria de dar uma sugestão, aproveitando as intervenções. Primeiro, concordo com a posição do Deputado Edson Silva pelo resumo das intervenções, não só do Relator como também do Presidente, sobre os resultados da CPI. Estamos precisando agilizar os trabalhos da CPI. Parece-me que o Presidente, em conjunto com o Relator, tem autoridade para organizar os grupos, independente da consulta. Se porventura alguém estiver numa área com a qual não se identifique, ele próprio vai procurar modificar. Se ficarmos esperando a auto-indicação, seguramente vamos perder tempo. Os trabalhos estão bem adiantados; a participação nos trabalhos da Comissão já mostrou mais ou menos a inclinação dos seus membros. Como exemplo temos o Deputado Marino Clinger, que está no ramo da siderúrgica porque é de Volta Redonda; o Deputado Jaques Wagner, no setor de fertilizantes. Seria uma espécie, na linguagem militar, de escala de serviço. Daríamos, então, continuidade aos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, na segunda reunião, o Senador Amir Lando e eu fizemos os grupos e demos conhecimento a todos, mas até agora não houve manifestação.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, eu lamento, mas nunca fiquei sabendo disso. Sabe V.Ex^a que sou frequentador assíduo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Amanhã, o Senador Amir Lando e eu vamos combinar para que, com nossos assessores, tracemos uma diretriz.

O SR. EDSON SILVA - Sugiro que o Deputado Paulo Ramos também se integre à Mesa.

O SR. PAULO RAMOS - Proponho que o Relator designe o sub-relator. Assim, o próprio sub-relator se organizaria com os membros da Comissão, numa espécie de delegação induzida.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Esse assunto já foi devidamente discutido, apenas a formalização não foi feita. Temos inclusive os nomes. Na verdade, são fatos que ocorreram mas não foram devidamente materializados. A própria secretaria, se ainda não o fez, poderia proceder a uma divisão de documentos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nós precisamos que a secretaria funcione como um cartório, exigindo prazos, cobrando providências. Uma série de documentos já estão sendo analisados pela Relatoria e Assessoria, no sentido de trabalhar o relatório. Mas realmente estamos com algumas informações. Não adianta, neste momento, discutir esse ponto. Estamos diante de um leque de sendas que constituem indícios. Aí, sim, concordo que seria necessário traçar algumas diretrizes para dizer que determinado fato deve ser analisado a fundo.

Na verdade, é uma área extremamente difícil e preservada, protegida por um círculo de ferro pelas partes intervenientes. É um assunto guardado sob sete chaves, mas aos poucos já conseguimos desvendar alguns detalhes, retirar alguns selos. Por certo, chegaremos ao final, retirando o último selo para que se desnude a realidade. Isso está a exigir de todos nós um esforço redobrado, nas subcomissões e no grupo. Precisamos pelo menos ter *quorum* satisfatório, algo que não temos mais conseguido nesta Comissão. Esse é um detalhe bastante desagradável.

O SR. EDSON SILVA - Precisamos empenhar-nos para, na próxima semana, retornarmos com todo vigor. A lista dos depoentes é muito interessante. Sugiro que a Presidência acate a proposição feita pelo Deputado Paulo Ramos no sentido de

que o Senador Amir Lando apresente os sub-relatores e, de comum acordo, faça chegar os nomes ao conhecimento dos membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Vou pedir às secretárias da Comissão, Sr^{as} Sônia e Marta, assim como à assessora Olinda, que façam um levantamento de todos os membros da Comissão, daqueles que aqui compareceram. Eu vou falar com os Líderes de cada partido. Há senadores e deputados que ainda não pisaram aqui. Se não quiserem estar aqui para trabalhar, para colaborar, que deem lugar para outros. Prometo à V.Ex^{as} que até terça-feira terei uma solução.

Trabalhar assim é difícil. Fazemos esforço para estar aqui e não conseguimos alcançar **quorum** para a realização dos trabalhos. Faltam não só deputados mas também senadores. Só encontramos em nossa reunião os Deputados Paulo Ramos, Edson Silva, Pedro Valadares, o Senador Amir Lando. São elementos contados. Há parlamentares que ainda não pisaram aqui uma só vez, ou, quando vêm, é de passagem.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A solução de V.Ex^a foi sábia, merece todo o apoio da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião. Amanhã, marcaremos uma nova.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h49min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Comissões Especiais e de Inquerito

C O N G R E S S O N A C I O N A L

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUERITO, CRIADA
ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN.
DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA
EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
DESESTATIZAÇÃO"**

ATA DA 20A. REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1993.

As quinze horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ezio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, José Anibal Edson Silva, Nelson Marquezelli, Pedro Valadares, Ruy Bacelar, Maurício Mariano, Antônio Mariz, Rubem Medina, Gilberto Miranda, Fetter Junior, Sérgio Miranda, Renildo Calheiros e Haroldo Lima. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Doutor Aureliano Chaves, ex-Ministro de Estado das Minas e Energia, convida o depoente para sentar-se a mesa e solicita-lhe a leitura do juramento. A seguir, a presidência passa a palavra ao depoente para fazer sua exposição. Logo após, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator para fazer suas indagações. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Edson Menezes Silva, Paulo Ramos, Gilberto Miranda, Antônio Mariz e Ruy Bacelar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 20A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, REALIZADA EM 18/08/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO DOUTOR AURELIANO CHAVES, EX-MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 18/08/93 - 15h37min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: AURELIANO CHAVES

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Está aberta a reunião da Comissão de Desestatização.

Convidamos o Dr. Aureliano Chaves para tomar assento à Mesa e pedimos a S.Sª para fazer o seu juramento.

O SR. AURELIANO CHAVES - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sob quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Privatização."

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Iniciando nossos trabalhos, concedo a palavra ao nosso depoente, Dr. Aureliano Chaves.

O SR. AURELIANO CHAVES - Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Deputado Ézio Ferreira, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Ramos, Exmo. Sr. Relator, Senador Amir Lando:

Sr. Presidente, Josué Montello tem razão quando disse, certa vez, que "A vida é uma singular composição entre sonhos e recordações. Sonham os que serão velhos, recordam os que foram moços".

A minha estada, hoje, aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de figuras ilustres do Congresso Nacional, é uma oportunidade singular que tenho de recordar mais do que sonhar, porque já passei dos sessenta anos e, a partir dessa idade, a faixa de recordação predomina sobre a faixa de sonho, que vai se escazeando a cada dia que passa.

Estive por oito anos neste Congresso, em duas legislaturas consecutivas. Na passagem pela Câmara dos Deputados, aprendi, na convivência com meus companheiros Parlamentares, que este Poder Legislativo, com todos os defeitos inerentes à representação popular, é, sem dúvida, o mais democrático e o mais transparente dos Poderes.

Geralmente ele convive com acerbas e muitas vezes injustas críticas quando está funcionando. Mas, necessariamente, a sociedade, a Nação sente, e sente violentamente, a sua falta quando ele deixa de existir.

Os homens que compõem o Legislativo convivem diuturnamente com o povo, porque a essência do regime democrático é a representatividade popular. Sem

representatividade não há regime democrático. E ele será tanto mais democrático quanto mais estreita for a sintonia entre representantes e representados.

O Poder Legislativo, pela sua própria natureza, pela sua própria dinâmica, é aquele em que os representantes do povo, quer seja na Câmara, quer seja no Senado, mantém com maior frequência a convivência com o povo. Daí porque antes de identificar os defeitos, que não são poucos, é bom conhecer as virtudes que são muitas.

V.Ex^{as} convidaram-me para talar alguma coisa sobre o nosso chamado processo de privatização. Antes de entrarmos especificamente nesse tema, discutindo a sua metodologia e os seus efeitos, vale a pena fazer um movimento retrospectivo para sabermos se o processo de presença do Estado na atividade econômica em nosso País decorreu de uma formulação ideológica, de natureza mais ou menos intensa do ponto de vista socialista, ou se foi o resultado de uma conjuntura.

Há 50 anos o que era o Brasil? Era um país em que o poder público cuidava exclusivamente daquilo que dizem ser o dever primeiro - que não discuto, mas único que discuto - de ser um Estado que cuida da educação, cuida da saúde, cuida da segurança de maneira mais ampla, envolvendo os aspectos das Forças Armadas, da Polícia Judiciária ou das Polícias Militares e do Poder Judiciário.

Mas, mesmo assim, a presença do Estado, por exemplo, na educação, era extremamente tênue há 50 anos, como de resto ainda hoje o é, só que com menos intensidade: era desenvolvida pelo setor privado, particularmente pelo setor religioso que prestou relevantes serviços ao País.

Com o setor de saúde pública ocorria exatamente o mesmo. O Estado era absolutamente ausente em termos econômicos.

O que era o nosso setor de energia elétrica? Privado. O que era o nosso setor de telecomunicações? Privado. O que era o nosso setor de transportes? Privado. Eu posso ir citando e citando.

O primeiro sinal de presença do Estado na atividade econômica deu-se de uma maneira expressiva no final do Governo Vargas, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional.

O Brasil era uma criança ainda em matéria de siderurgia. Tínhamos a presença de algumas siderúrgicas expressivas no Brasil, concentradas em Minas Gerais, que cuidavam de aços não-planos. A entrada do Brasil na parte importante e complexa dos aços planos deu-se no Governo do Presidente Vargas, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional.

Em Minas Gerais, embora não seja de conhecimento disseminado, a verdade é que o então Governador Benedito Valadares, mesmo sendo uma espécie de arquétipo do conservadorismo, teve uma singular responsabilidade: bem ou mal, ele visualizava a necessidade deste Estado participar mais expressivamente do setor industrial. Como a sede do Governo era Belo Horizonte, o que o preocupou? O fato de que a concessão de energia elétrica de Belo Horizonte pertencer à Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, do grupo da **Bond & Share**.

As empresas do grupo da **Bond & Share** eram inequivocamente competentes e, sob certos aspectos, deram alguma contribuição válida à formação de pessoal técnico na área de eletricidade, o que foi importante para o desenvolvimento do País. Ocorre que essas empresas eram competentes dentro do seu peculiar interesse, eram empresas que exploravam o mercado existente, mas não alavancavam mercados novos.

O que fez Benedito Valadares? Aproveitou uma revisão administrativa do Estado e desmembrou uma parte do Município de Belo Horizonte, criando o Município de Contagem, com a finalidade de, construindo a primeira hidrelétrica estatal, a Hidrelétrica de Gafanhoto, uma pequena usina, criar uma oferta de energia para a Região de Contagem e possibilitar a instalação de indústrias naquela região. Foi o que aconteceu. Instalaram-se indústrias de pequeno porte, e Contagem, hoje, continua sendo, no setor de indústrias, um Município de expressão significativa no contexto de Belo Horizonte.

A segunda manifestação importante, ocorrida no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi o Plano SALTE - vejo agora alguns privatistas à **outrance**. Se você perguntar a alguém se o Presidente Dutra era a favor da estatização, ele vai por a mão na cabeça e dizer que isso é um horror. Pois bem, foi no Governo do Presidente Dutra que nasceu o Plano SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

Posteriormente, o então Presidente Juscelino Kubitschek pegou o sufixo do Plano SALTE, o TE, fez uma permutação. Ao invés de TE disse ET, ou seja, ao invés de Transporte e Energia, empregou Energia e Transporte. Foi com esse binômio que Juscelino Kubitschek se elegeu Governador de Minas e, diga-se de passagem, realizou um governo extremamente importante para o País no que diz respeito a uma nova revolução de mentalidade da época.

O que fez o Sr. Juscelino Kubitschek sabendo que toda e qualquer tentativa de industrializar o Estado transitava inequivocamente pelo setor de energia e de transporte, sabendo que a concessão de Belo Horizonte era da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais e que o interior do Estado era pulverizado por concessões a pequenas empresas privadas ou a empresas de âmbito municipal? O ex-presidente Juscelino Kubitschek, procurando dar continuidade a um trabalho feito pelo então Secretário da Agricultura do Governo Milton Campos, através do chamado Plano de Recuperação Econômica, aproveitou a obra da grande usina - grande para aquela

época, com 100 megawatts. Salto Grande do Guanhaes? - e a transformou em um embrião das Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG.

A CEMIG nasceu de uma visão correta do Sr. Juscelino Kubitschek, que teve a felicidade de levar gente da melhor qualificação para a organização desta empresa de eletricidade modelar e pioneira no País, comandada pelo Engenheiro Lucas Lopes, juntamente com vários outros ilustres engenheiros daquela época. Foi a partir da CEMIG que nasceram outras empresas de âmbito estadual, como a CELUSA - Centrais Elétricas do Urubupunga S/A - e, pouco a pouco, foi evoluindo até se transformar em Companhia Energética de São Paulo.

No que tange a transportes, o Sr. Juscelino Kubitschek, quando assumiu o Governo, preparando-se para disputar a Presidência da República, cercou-se de auxiliares competentes. O sistema de transporte predominante no Brasil àquela época era o ferroviário. Havia algumas rodovias de terra de porte limitado que tiveram início no Governo Washington Luís.

O nosso sistema ferroviário foi construído pelo setor privado, pelos ingleses, inquestionavelmente competentes. Se sobrevoarmos a região onde os ingleses implantaram as estradas de ferro, verificaremos que eles passaram pela garganta de menor altitude, escolheram a melhor encosta; fizeram um desenvolvimento mais adequado. Quando era preciso vencer rampas maiores, utilizavam o sistema de cremalheira ou o sistema parecido com guincho, em que uma máquina subia e a outra descia. Assim, eles transpuseram a Serra do Mar, ligando São Paulo a Santos.

Eram ferrovias no sentido oeste-leste. Por que nesse sentido? Porque tinham como objetivo buscar matéria-prima origem agrícola ou de origem mineral do interior e levar ao nosso sistema portuário. Àquela época, o sistema portuário se resumia quase que exclusivamente ao sistema Santos-Rio de Janeiro. Então, não eram ferrovias de caráter nacional, embora tivessem prestados os seus serviços ao País.

Quando Juscelino assumiu o Governo, teve a visão nacional; imaginou rodovias e ferrovias para aquela época de petróleo relativamente barato. Observamos que a ferrovia é importante para o transporte de mercadorias de menor valor a grande distância, grande massas de carga; mas uma ferrovia não é auto-operável, ela tem que ter uma estrutura, quer dizer, mais burocrática ou menos burocrática, mas tem que ter uma estrutura para ser operada. As rodovias são auto-operáveis. Eu inaugurei uma rodovia asfaltada, que entra em operação imediatamente, independentemente do que apresenta o setor público, salvo para manter a conservação e o policiamento adequado da estrada. Mas ela é auto-operável. Pela primeira vez, começou-se a ter uma visão do sistema de transporte integrando o Brasil de norte a sul.

A presença do Estado na atividade econômica brasileira não resultou de uma formulação ideológica, mas da necessidade de alavancar o processo de desenvolvimento. Não há nenhuma correlação entre formulação ideológica e presença do Estado.

O grupo da Bond & Share detinha todas as concessões do Brasil litorâneo, do Rio de Janeiro a Manaus. Em todas essas cidades, a concessão era do grupo da Bond & Share. Por que - eu indago, e até hoje ninguém me respondeu - o grupo da Bond & Share, que era inquestionavelmente competente, tinha experiência, não requereu concessão para construir a usina de Paulo Afonso? Não tinha nenhum impedimento. Por quê? Porque Paulo Afonso era uma hidrelétrica alavancadora do processo. Quem alavanca o processo de desenvolvimento paga um tributo por essa alavancagem. A essas empresas estrangeiras, inquestionavelmente competentes, não interessava pagar um tributo pela alavancagem do nosso desenvolvimento. Paulo Afonso só existiu, num momento crucial para o Nordeste, porque o Estado assumiu a responsabilidade de construí-la. Sem isto, Paulo Afonso teria uma decalagem no tempo para ser construída que seria, não digo fatal, porque esta é uma previsão catastrófica, mas teria prejudicado de maneira sensível o processo de crescimento e de desenvolvimento da região nordestina.

Vê-se, portanto, que a presença do Estado na atividade econômica no Brasil não foi resultante de uma formulação ideológica, não foi nenhuma manifestação socializante. Foi uma necessidade de o País instrumentalizar-se para o processo de desenvolvimento.

Idem o setor de telecomunicações no Brasil, que era privado até bem pouco tempo. Porventura essas empresas privadas, de âmbito internacional, quando tinham todas as condições de melhorar o sistema de comunicações no Brasil, tinham recursos para investir, melhoraram? Sem a presença de um setor de telecomunicações, via Telebrás, o Brasil teria vencido o sistema de comunicações da Região Amazônica, inicialmente por um processo mais rudimentar de trópico(?) difusão e hoje via satélite? Mas as manifestações, no passado, eram de que se permanecesse a iniciativa privada teríamos um melhor sistema de comunicações do que o que temos hoje - a iniciativa privada internacional. Porque iniciativa privada nacional ainda desejamos que tenha no futuro, mas ainda não tem, massa crítica de recursos, envolvendo recurso de capitais e naturalmente, em alguns casos, recursos tecnológicos.

Podem dizer que o Brasil mudou, o Brasil de 50 anos passados não é o Brasil de hoje. Agora é o momento de livrarmos a sociedade brasileira da inconveniente, na opinião de alguns, presença do Estado, porque o Estado é inoperante, o Estado é isso, o Estado é aquilo. Não, o Estado só é inoperante quando é inoperante a sociedade. Quando o setor estatal é operado com competência, sem as esdrúxulas e inconvenientes intervenções da administração centralizada, ele responde de maneira positiva.

E foi para isto que o legislador brasileiro pensou em criar as chamadas empresas de economia mista. Foi para quê? Para livrar a administração de uma empresa de porte, que precisa ter processos adequados e flexíveis de administração, da administração centralizada, que tem normas que não se coadunam, muitas vezes, com o processo administrativo de porte empresarial. Para isto é que se criaram as chamadas companhias de economia mista. Se elas não funcionam de acordo com a legislação que as criou, isso é outro problema. Não confunda a instituição com o indivíduo, a instituição é uma coisa, o indivíduo é outra coisa.

Podem dizer que tem uma coisa aí completamente despropositada. A chamada reforma constitucional tem no seu bojo, posso estar enganado, mas tenho que dizer, porque sinto, um objetivo central que é quebrar o monopólio estatal do petróleo. Tudo o mais é secundário, mas não é secundário quebrar o monopólio estatal do petróleo. Dir-se-á que o monopólio é contra-indicado, o monopólio é uma excrescência num mundo de economia de mercado. Mas como é preciso tomar a sopa pelas bordas, o sujeito começa com o raciocínio, ao invés de quebrar o monopólio diz flexibilizar o monopólio. O que significa flexibilizar o monopólio? Significa esquartejar a Petrobrás, cortar-lhe a jugular e depois deixar que ela morra de inanição. Se se quebra o monopólio do transporte de petróleo, o monopólio do refino do petróleo, o monopólio do comércio exterior do petróleo, tica o monopólio da pesquisa e da lavra. Se se quebra o monopólio da petroquímica, aonde é que a Petrobrás vai buscar recurso? Vai buscar recurso do Tesouro Nacional? Aí vão dizer: para fazer pesquisa? Na área mineral existe uma coisa que se chama curva da morte. Toda pesquisa em mineral exige um processo contínuo de busca de reservas novas, seja minério de ferro, seja cobre, seja alumínio, seja especialmente petróleo, sob pena de entrar na curva da morte. O Brasil está fora do mundo, o mundo é da economia de mercado. Não é isso que se diz? Ao invés de estudar com mais profundidade os aspectos de desagregação da União Soviética, que tem no frontispício uma desagregação econômica, que foi precedida de uma desagregação política e ética, antes de ser apenas - não quero dizer que não tenha conteúdo econômico também - de natureza econômica. O mundo de hoje mudou, todos os países estão buscando a economia de mercado, etc, etc.

Permito-me, com a licença de V.Ex's, tentar mostrar o que acontece no mundo no setor de petróleo. Como é que está o mundo hoje no setor de petróleo? Ele está caminhando velozmente para a chamada privatização? Vamos ver se é esta a verdade. Vamos começar por enxergar como é que estão as reservas de petróleo no mundo.

Vejam V.Ex's que 74% das reservas de petróleo no mundo, não da produção, mas das reservas - uma coisa que as empresas que operam na região do Oriente Médio sabem é onde têm o nariz, coisa que nem sempre sabemos - ampliaram sensivelmente as reservas de petróleo. 74% das reservas de petróleo do mundo estão no Oriente Médio. É um petróleo relativamente barato. Não é à toa que houve a Guerra do Golfo. Ou será que a Guerra do Golfo foi um *divertissement* apenas? Não, ela teve seus fundamentos.

Então, o quadro de petróleo no mundo, no que tange às reservas, é extremamente favorável ao Oriente Médio. Nesse particular, vou abrir apenas um parêntese para dizer (nisto temos que aprender com os anglo-saxões): nós, latinos, temos poesia demais e pragmatismo de menos. Eles têm pragmatismo demais e poesia de menos.

Alguns anos passados, os americanos fizeram o chamado Programa Proshuer, que se destinava especificamente a fazer avaliações objetivas da utilização de artefatos nucleares para grandes desmontes de terra, tanto que se chegou a imaginar a construção de um segundo Canal do Panamá, usando artefato nuclear. Dentro do Programa Proshuer existia um projeto chamado Gasbud que eram explosões nucleares subterrâneas, com a finalidade de fazer avaliações quanto às repercussões das explosões subterrâneas na contaminação dos lençóis freáticos. Terminado esse programa, os americanos ficaram com grandes crateras subterrâneas no deserto de Nevada. O que eles fizeram com essas crateras? Criaram ratos? Não. Encheram essas crateras de petróleo, equivalente, mais ou menos, a um dólar ou um dólar e pouco o barril. Ninguém sabe quanto existe de petróleo lá. Lembro-me que uma vez, quando estive com o Secretário de Energia do Presidente Jimmy Carter, eu conversei com ele sobre isso. - "Digam-me uma coisa, os senhores devem ter grandes reservas de petróleo armazenadas nas crateras subterrâneas do deserto de Nevada, não?" - "Não, não é tanto". - "O senhor deve ter reservas para um ano." Ele disse: - "Não, próximo de seis meses". O que eles consideram como reserva? Reserva estratégica para eles é isto: se num determinado momento os Estados Unidos torem atingidos por uma catástrofe, não puderem importar petróleo e os seus poços entupirem de uma hora para outra, significando zero de produção, então, a reserva estratégica deve suprir, por um determinado espaço de tempo, a carência, a demanda de petróleo. Se os Estados Unidos consomem hoje qualquer coisa parecida, já consumiram mais. Eles fizeram um programa de conservação de energia e melhorou um pouco: 17 a 17,5 milhões de barris/dia. V.Ex's vejam o que significa seis meses. É parecido com as reservas de petróleo que o Brasil tem no momento, excluídas as águas profundas que nos permitem ampliar nossas reservas para algo em torno de 8 bilhões de barris. As nossas reservas, sem as águas profundas, estão em torno de 3 bilhões de barris.

Portanto, o quadro de petróleo no mundo é este: 74% das reservas estão no Oriente Médio. Existem no mundo mais ou menos 12 mil poços de petróleo, sendo que os chamados grandes poços de petróleo...

Nesta transparência temos um gráfico que mostra como está a produção de petróleo no mundo. Os países que não pertencem a OPEP, incluindo os países do Leste Europeu - a ex-União Soviética é uma grande produtora de petróleo - no momento, estão produzindo um pouco mais de petróleo do que os países pertencentes à OPEP.

A tendência de quem tem mais reservas é, com o correr do tempo, produzir mais. Este é, mais ou menos, o perfil de produção no momento: 52 bilhões de barris/dia, dos quais cerca de 45% são os países da OPEP e 55% são os países que não pertencem àquela Organização, incluindo os países pertencentes ao COMECON, quer dizer, ao antigo comércio dos países socialistas.

Esta transparência mostra a evolução do preço do petróleo, particularmente os leves arábicos, que são os petróleos geralmente mais caros porque têm maior porcentagem ou de condensados ou de gasolina, de componentes leves do petróleo. V. Ex^{as} podem ver que houve um pique ali, o chamado segundo choque do petróleo, um pique respeitável. A tendência é para estabilizar? No momento, sim. Mas o que vai acontecer no futuro ninguém sabe, porque o comando é das sete grandes empresas: SHELL, EXXON, MOBIL, CHEVRON, TEXACO e ARAMCO. Essas empresas comandam o mercado do petróleo do mundo. O resto é periferia. O termo exato é este: periferia. Mas os **brands** do Mar do Norte também são petróleos valorizados. Tem-se dois tipos de preços de petróleo, um chamado preço spot-Rotterdam, o chamado mercado livre, e o outro, o preço contratual.

A PETROBRAS tem conseguido uma razoável vantagem no que tange ao preço CIF, porque a combinação navios graneleiros da Docenave mais os navios petroleiros da Petronave permitem que se leve minério de ferro ao Japão e retorne trazendo óleo. Esse frete de retorno propicia seu barateamento, que hoje está em torno de 2 e 2,50 dólares o barril.

Aqui está o tamanho dos poços de reserva de petróleo. Verifica-se o seguinte: maior do que 10 bilhões de barris, temos 25 poços, que cumulam 40% das reservas. Onde estão esses poços? No Oriente Médio, com um custo de extração do petróleo extremamente barato. Já imaginaram um campo gigante com mais de 10 bilhões de reserva de barris de petróleo? Mais de 10 milhões de reserva a 25 por campo! Dos 12 mil e quinhentos campos de petróleo existentes no momento no mundo tem-se 25 com mais de 10 bilhões de barris: outros, com mais de 500 mil barris: outros com mais de 100 mil barris: outros com menos de 100 mil barris. Mas 25 grandes com mais de 10 bilhões de barris.

Trata-se de uma economia concentrada por excelência. Concentrada pela sua natureza geológica: 74% das reservas estão no Oriente e concentradas pela sua natureza econômico-financeira e comercial por excelência. (Pausa)

Esse é um gráfico da produção das reservas do Oriente Médio, vis-à-vis as reservas do resto do mundo que estão perfeitamente visíveis. Num determinado instante, essas reservas passam a ser predominantes na produção. (Pausa)

O que está sendo mostrado aqui é a evolução dos preços do barril de petróleo. Trata-se de um detalhamento daquele assunto sobre o qual já fiz referência. Não vale a pena retornar à questão. (Pausa)

Este é apenas um dado de curiosidade: o Brasil é o País de maior taxa de urbanização no mundo. Precisamos pensar nisso. Quem se aproxima de nós é o México; a China é a Índia, que considerávamos como sendo de taxa de urbanização intensa, não o é, vis-à-vis a nossa. Somos um País de perfil demográfico peculiar, *sui generis*, que merece evidentemente um exame mais aprofundado. (Pausa)

Esse é um quadro um pouco antigo, de 1984, que diz respeito ao consumo de energia em quilos de óleo equivalentes. O nosso consumo vis-à-vis com os países que têm o nosso porte, não é desprezível. E claro, o Irã é um país que tem petróleo abundante e tem que ter uma massa de presença de petróleo muito grande em todo o seu perfil energético, inclusive usinas térmicas, que o Brasil não precisa ainda, vis-à-vis as nossas reservas hídricas.

Esse quadro é importantíssimo. Aqui estão as empresas que cresceram na produção de petróleo. E claro que esses números têm um valor relativo, porque, quando se diz que uma Exxon cresceu 0,4, não cresceu por falta de tecnologia, por falta de conveniência. Não adianta extrair petróleo abundante porque isso pode ter influência no preço. Mas vejamos o estorço que realizou a PETROBRAS. De todas essas empresas a PETROBRAS foi a que, nesse período, cresceu a taxa de 13% ao ano. Agora, isso para o Brasil é fundamental por quê? Porque, num determinado instante, o Brasil ficou arriscado, na crise de 1980 e 1981, a não ter petróleo ou a ter que racionar, o que seria um desastre. Por quê? Porque petróleo no exterior não se compra a não ser **cash**. Se há recursos para comprar, compra-se; se não há, toma-se uma carta de crédito bancário e paga-se o tributo, porque ninguém vende petróleo tiado.

É fundamental que o Brasil reduza a sua dependência de petróleo importado. Isso é estratégico não só do ponto de vista militar porque isso é uma hipótese mais remota, mas do ponto de vista econômico.

Qual foi o estorço que a PETROBRAS fez? A PETROBRAS iniciou um esforço concentrado no início do Governo Figueiredo. Naquela época, o Brasil estava

produzindo 167 mil barris/dia de petróleo. Terminado o Governo Figueiredo, essa produção estava em 500 mil barris. Hoje está em 680 mil e estaria em 800 mil se não tivessem taltado os recursos. Diz-se que, se a empresa não tem recursos, não é empresa. A empresa tinancia. Se a PETROBRAS fosse uma empresa privada, a administração centralizada e parte da administração descentralizada, cerca de 4 bilhões de dólares à PETROBRAS não estaria devendo. Por que deve? Sim, porque isso faz parte do contexto do Governo. A Rede Ferroviária Federal, os Governos estaduais, a ELETROBRAS devem e assim por diante. Se ela fosse uma empresa privada, o que aconteceria? No dia em que o Governo do Estado deixasse de pagar o asfalto que comprou da PETROBRAS ou o óleo diesel para o abastecimento de várias usinas elétricas que são movidas à diesel na região Norte do País, haveria o corte. Vá reclamar ao bispo! Acabou-se! Mas esses atos não são levados em consideração.

Vejam algo elementar: não estão talando em instalar radares para melhorar a defesa da Região Amazônica? Há poucos dias, não vieram os oficiais do exército e disseram isso na televisão? E questão de tempo o dia em que as empresas internacionais quebrarem o monopólio estatal do petróleo, assumirem o comando do setor petrolífero, comprarem a Companhia Vale do Rio Doce e penetrarem profundamente naquela província mineral importante para o Brasil. Pode-se fazer o seguinte: isso não diz respeito ao fornecimento de combustível? E responde-se: Ah, mas nos Estados Unidos, durante a guerra, conseguiram reverter a sua indústria, que era privada, em indústria bélica com resultados fantásticos. Que espécie de indústrias eram essas? Comandadas por estrangeiros nos Estados Unidos? Quais são os grandes setores estratégicos da economia americana que são comandados por japoneses? Os senhores são capazes de me citar? Comprar um Rockefeller Center não tem importância nenhuma. Pergunto se a empresa japonesa tem acesso ao comando das empresas americanas do setor energético. Os senhores são capazes de dizer que estou enganado?

Poder-se-ia dizer que este País com cara de bobo - o termo é esse. permita-me a veemência - enxerga toda essa realidade e fica passivo diante dela.

Sou um Dom Quixote, costumo dizer, mas Deus me fez assim, por isso vou morrer assim. Ninguém está discutindo a necessidade de reduzir gigantismos do Estado, isso também não é novidade, isso não é modernidade, não é porcaria nenhuma. Já no século XVII, havia o Estado Leviatã, ou seja, o estado gigante era a preocupação dos pensadores. Isso não é novidade nenhuma!

Não podemos transtornar o processo de privatização, que precisa, evidentemente, ser equacionado, estabelecendo uma política, mas é preciso definir quais as áreas imediatamente privatizáveis, porque não têm nada a ver com os aspectos da estratégia da economia nacional: compõem, mas não são peças vitais, não são pedras angulares.

E quais são aqueles que são? Por exemplo, o setor siderúrgico é estratégico? Não, é importante, mas não é estratégico. O setor de energia é estratégico? É, simplesmente porque, se taltar energia, não temos sequer de onde buscá-la no que diz respeito à energia elétrica: no que diz respeito a petróleo, estamos importando, mas, na medida em que não formos capazes de reduzir o balanceamento entre petróleo de produção própria e petróleo importado, ficamos com um fantástico grau de vulnerabilidade. Vulnerabilidade na qual os americanos não permitem sequer pensar, porque o que se considera como vital para a economia americana, não é assunto de discussão, é assunto de canhão. Ou não é? Ou estou enganado? Ou estou exagerando?

Estou falando com essa veemência, os senhores me perdoem, porque, afinal de contas, estou falando na Casa de representantes do povo brasileiro. E não posso deixar de expressar-me, evidentemente, a não ser que eu esteja enxergando errado, e esse é outro problema, mas penso que não.

Acredito que vale a pena ler, não sei se os senhores conhecem esse livro que foi editado no ano passado, 1992, do Sr. Robert Kurz, em alemão, "**O colapso da modernização**". O livro é apenas para apenas ler, não para aderir às idéias dele, mas para meditar sobre elas. Há um capítulo aqui relativo à Argentina, que hoje se transformou numa espécie de arquétipo da boa solução econômica.

O escritor diz aqui, permita-me ler rapidamente, apenas para meditação:

"A Argentina tornou-se o caso exemplar de uma estratégia impiedosamente praticada de desindustrialização." Não de desestatização, de desindustrialização. "Entre 1975 e 1982, a produção industrial caiu em 20%, e a ocupação na indústria, em 40%. Crise e desemprego em massa só fizeram com que a participação dos salários na renda nacional diminuísse de 49 para 32%. Da baixa econômica resultou uma estrutura industrial desesperadamente arruinada, cujo atraso tecnológico frente à concorrência internacional havia aumentado mais ainda".

Se quero um país em que uma elite privilegiada continue mais privilegiada, está bem, não vou discutir, o caminho é esse. Agora, se quero um país em que não se busque a utópica igualdade pregada no passado pelos socialistas extremados ou pelos comunistas, mas não quero um país tão desigual a ponto de nos envergonharmos de pertencer a uma sociedade desse tipo, não posso seguir esse caminho. A grande opção que está posta diante dos representantes do povo brasileiro é essa.

Não me venha dizer que se está privatizando a petroquímica brasileira. Desde quando? A petroquímica brasileira nasceu privada, um terço do capital é privado e internacional, porque se foi buscar tecnologia e capital ou capital sob a forma de tecnologia, como queira; um terço é privado nacional e um terço é da petroquímica. Depois fornecerei aos senhores um relatório mais circunstanciado.

O problema é que, em qualquer lugar do mundo, todas as empresas de petróleo sabem melhor do que ninguém que há dois braços importantes para a estabilidade econômica das empresas de petróleo: a distribuição do petróleo e o braço petroquímico. Todas as empresas de petróleo do mundo estão ampliando a sua presença no setor petroquímico; nós, brasileiros, estamos querendo que a PETROBRAS saia do setor petroquímico.

Pergunto: em nome de quê? De eficiência? Qual é a prova que há disso? Para vender produtos petroquímicos mais baratos? A indústria petroquímica brasileira só se viabilizou porque foi possível a PETROBRAS, participando através da PETROQUISA, fornecer a matéria-prima - a nafta - a preços abaixo do mercado internacional. Pergunte-se se os que já adquiriram o acervo da petroquímica, no setor da Poliolefinas ou do COPERSUL, estão dispostos a comprar matéria-prima pelo preço do mercado internacional. Não é isso a economia de mercado?! Nada disso.

Aliás, é bom recordar. Embora essa recordação esteja ultrapassada no tempo, mesmo assim, guarda certas verdades intrínsecas que são eternas: quando Roosevelt assumiu a Presidência dos Estados Unidos, naquele período caótico da economia americana, na década de 30, ele tomou a iniciativa nos seus cem primeiros dias de Governo: mandar 19 projetos de lei ao Congresso americano. Imagine, num país que tem uma Wall Street, o primeiro projeto de lei do Presidente Roosevelt foi a reforma bancária. Ele sacudiu profundamente a estrutura bancária daquela época que era extremamente capitalista, foi acusado duramente pelos republicanos do Congresso americano de ser o socializante. Naquele tempo, não havia o termo estatizante, só socializante. E ele deu essa resposta singela: "Eu sou um homem de economia de mercado, até porque sou americano." A economia de mercado só tem sentido quando os contêndores estão nivelados: quando estão desnivelados, a economia de mercado transforma-se na lei do mais forte. É dever do Poder Público atuar, quando necessário, for, no segmento econômico, para reduzir os desnivelamentos.

A pergunta dirigida a mim é a seguinte: por que duas firmas de engenharia só são concorrentes para a construção de uma determinada obra se possuírem técnicos e recursos do mesmo nível? Isso ocorre para que haja um certo refinamento da produtividade, ou seja, para que se tire o máximo de uma boa equipe de engenheiros e para que seja atingido o máximo com os recursos econômicos disponíveis.

Por outro lado, se uma empresa concorre com outra que não tem as mesmas qualificações, simplesmente não há concorrência; há a lei da selva: o mais forte engolindo o mais fraco.

Mas nós, brasileiros, elegemos - e nesse particular somos mais femininos do que as mulheres - o que está na moda. Fazemos o que está na moda. Na minha maneira de entender, cada um de nós - e pode ser que eu esteja errado - se convence muito mais pela próprias razões, do que pelas razões dos outros. Pascal já dizia: "*On se aperçoit mieux pour l'ordinaire par les raisons qui on soi-même trouvé qui par celles qui sont venues dans l'esprit des autres*".

Posso estar-me convencendo pelas minhas razões e as minhas razões podem não ser as razões do meu País, mas nem por isso devo omitir-me. Penso que não.

O fato de eu estar atastado da atividade política não significa que estou afastado dos deveres da cidadania. O problema da privatização em nosso País constituiu-se em séria preocupação desde a época em que eu presidia a Comissão Nacional de Energia. Depois, quando passei pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério que jurisdiciona - o termo é este, jurisdiciona - empresas estatais de grande porte, a minha primeira preocupação foi a de proceder a um exame - cujos dados estão aqui e vou fornecê-los aos senhores -, para conhecer o perfil das empresas estatais: saber o que representam, ouvir seus membros qualificados, o pessoal subalterno, os sindicatos, as lideranças empresariais e muitas lideranças políticas representativas que, embora não tivessem participação direta na representatividade política via Congresso Nacional, tinham representatividade intrínseca.

Sempre acreditei que, antes de partirmos para uma privatização perigosamente escoteira, como a que foi feita no Brasil até agora, tínhamos que estabelecer uma política de privatização. Essa política consiste em, primeiro, definir as áreas que são privatizáveis a curto, médio e longo prazo, ou seja, as áreas que a Nação, através de seus representantes, elegeu para serem privatizadas. Se Congresso Nacional entender que deve privatizar, deve ser feito, sem discussões. O Congresso tem autoridade e representatividade para isso. Não se deve nunca fazer o que foi feito. À época, resisti, porque não faço em lugar nenhum, esteja no Governo ou fora de Governo, o que entendo que não está de acordo com o que penso. Pode ser que o que penso esteja errado: mas, simplesmente não faço - e não fiz. Neguei-me a discutir o processo de privatização no Governo Sarney sob a forma de medidas provisórias, porque deveria ter sido utilizado o projeto de lei, que permitiria ampla discussão da matéria por parte do setor competente. Essa discussão deveria definir as áreas privatizáveis a curto e médio prazos - ou até para decidir se tudo é privatizável - e também os critérios através dos quais o processo de privatização deveria realizar-se:

venda de ações em bolsa, leilão, troca de figurinhas - o Estado comprando a si mesmo, através das caixas de previdência das empresas estatais. Deveria ser discutido também se o Estado continuaria sendo o maior acionista da empresa que foi privatizada. Hoje, não há comando: há a mágica da pseudopulverização acionária. Esse é o caminho que o Brasil quer, é o caminho que convém à Nação brasileira?

Essa é a razão pela qual eu entendia que esse assunto deveria ser preliminar: primeiro, a discussão da política de privatização; segundo, a do processo de privatização. Argumentou-se que demoraria demais, que era preciso ser feito "à toque de caixa". Ora, que coisa extraordinária é essa!

A PETROBRAS nasceu em um momento em que o Brasil possuía muito menos capacidade de ser autônomo, em um momento crucial da vida nacional, sob forma de lei ordinária - a Lei nº 2.004 - resistindo a todos os trancos e solavancos. E vimos, em 1988, na Assembléia Nacional Constituinte, continuar a prevalecer o monopólio estatal. Foi incorporado ao texto constitucional, mas não vai resistir ao modesto solavanco da primeira revisão constitucional. Não é mais interessante ao País a preservação disso?

Citarei um exemplo: o Presidente Ernesto Geisel, em um ato corajoso, tirou - vamos dizer - "uma lasquinha" do monopólio, quando abriu a nossa plataforma continental aos contratos de risco. Mas isso foi feito com extremo cuidado e de tal maneira que foi preservado o interesse do País, representado pela PETROBRAS. No Governo Figueiredo, eu era Presidente da Comissão Nacional de Energia e fui procurado por essas grandes empresas, para conversar a respeito desses contratos de risco. Disse-lhes o seguinte: "Que contrato de risco foi esse? Os senhores têm dinheiro de sobra para correr algum risco e não correm risco nenhum. Não estão fazendo investimento no Brasil. Depois que se abriu a nossa plataforma continental aos contratos de risco, somente a PETROBRAS conseguiu descobrir algum poço de petróleo. Os senhores não descobriram nada. Incompetência dos senhores? Não, os senhores possuem competência de sobra, mas não possuem, em determinado instante, convergência com o interesse nacional."

Responderam, então: "Mas é preciso modificar essa questão do contrato de risco. Por quê? Porque a PETROBRAS armou um esquema através do qual entremeou as áreas do contrato de risco em áreas circundadas por ela própria, e não estamos dispostos a buscar petróleo para a PETROBRAS. Desejamos que a PETROBRAS diga qual é a sua área: o que não é escolhido por ela está aberto aos contratos de risco". Eu não disse nada, mas fui conversar com o Presidente da República e com a PETROBRAS, que perguntaram a minha opinião sobre o que havia sido falado. Respondi: "Vamos ver as intenções desse pessoal, vamos ver se estão dispostos realmente a aplicar dinheiro em pesquisa de petróleo. Se estiverem, é um caminho. É mais gente furando. Geologia não é ciência exata, mas interpretativa: precisa furar para descobrir, não há outro caminho: e furar é risco".

O Presidente João Figueiredo - justiça se faça! - concordou. E foi feito através de um decreto, que demonstrou o máximo de boa vontade, ampliando as áreas de contrato de risco. Mas quais foram os recursos investidos para essas empresas buscarem petróleo no Brasil?

Eles deveriam ter dito: "Queremos quebrar o monopólio, porque estamos dispostos a 30, 40, 50% do taturamento do petróleo no Brasil e vamos gerar empregos no Brasil, vamos ampliar as pesquisas na área e buscar novas fontes e novas reservas de petróleo no Brasil". Particularmente, creio que eles não fariam nunca.

Os senhores conhecem o CENPES - Centro de Pesquisas da PETROBRAS? É modelo em qualquer país desenvolvido. Não foi por acaso que a PETROBRAS conseguiu dominar a tecnologia de buscar petróleo em águas profundas; foi porque tinha um centro de pesquisas tecnológicas ao qual se podia deferir a responsabilidade de estudar um assunto desafiante como esse. E se não tivesse, iria buscar tecnologia. Não vou pensar que sobre tecnologia não se pergunta, não se trocam informações. Todavia, o pulo do gato ninguém ensina a ninguém. Ou aprende-se por conta própria ou simplesmente não se deve tentar pular como o gato.

Não discuto e não ponho em dúvida a intenção daqueles que participam do processo de privatização. Não quero dizer que todos os que estão envolvidos no processo não estão olhando o interesse nacional. Creio, no entanto, que essa visão não tem sintoma com a realidade nacional.

Esse é um assunto que deve merecer um exame mais acurado, inclusive por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem figuras representativas, como o Senador Amir Lando, que provou seu espírito público em recente acontecimento no Congresso Nacional. Esse exame deve ser feito sem pressa. Por que pressa? Vamos repetir aqui o conselho de D. Gerônimo Osório ao rei D. Sebastião, quando quis comandar a Quarta Cruzada: "Devo dizer a Vossa Majestade que entre pressa e diligência há grande diferença. O diligente não perde a oportunidade; o apressado não espera por ela".

Nós, brasileiros, temos o dever de ser diligentes, mas não apressados, principalmente quando se trata de um assunto de fundamental importância para este País, que esboçou, no art. 1º da Constituição, que somos uma República Federativa baseada na União, nos Estados, Distrito Federal e Municípios e que se estrutura sobre os seguintes princípios:

- I - soberania;
- II - cidadania;
- III - dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - pluralismo político.

Qual é o país no mundo que tem soberania política sem o mínimo de soberania econômico-tecnológica? E quem não tem soberania não tem que falar em cidadania. O homem só pode ser cidadão de uma nação soberana. Quando a nação não é soberana, o indivíduo não é cidadão.

Os práticos - e o Brasil os tem - devem estar dizendo: "Esse Aureliano Chaves é um Dom Quixote, porque fala de coisas que não se ajustam à realidade brasileira". Eu, no entanto, em qualquer momento da minha vida política - passada, presente e futura - quero ter a consciência tranquila de que não fui um cidadão omissos e de que não permiti que as conveniências, por mais legítimas que fossem, acabassem por obliterar a minha inteligência e torcer a minha vontade. Não. Quero ter a consciência tranquila de dizer o que me parece correto - pode ser que não seja, mas a mim parece correto.

Há algum mérito na minha estada numa Casa em que passei 8 anos e na qual aprendi a admirar a instituição. Nesta Casa, tive muitos e bons amigos - alguns estão presentes - como o Senador Antônio Mariz, meu velho companheiro de troca de idéias; Ruy Bacerlar, de cuja tilha tive a honra de ser um padrinho de casamento. Essas coisas são gratificantes para cada um de nós. Esse é o sentido da minha estada nesta Comissão.

Vou solicitar que sejam torcidos a V.Ex's alguns aspectos da orientação que imprimeu no Ministério de Minas e Energia na área de privatização. Está aqui presente meu Chete de Gabinete, Dr. Jaci Magalhães, que muito contribuiu com seu trabalho. V.Ex's poderão ter em mãos algo coisa que sirva - não é subsídio importante - para balizar as pesquisas desta Comissão a respeito desse processo vital e fundamental para este País, que Deus fez grande e que não podemos fazê-lo pequeno nem por omissão, nem por erro de visão. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Sr. Amir Lando, Relator.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente. Srs. membros da CPI, Dr. Aureliano Chaves, minhas primeiras palavras são de agradecimento a V.Ex^a por ter aceito o convite desta Comissão. Tenho certeza de que a presença de V.Ex^a nesta Comissão deu um toque de qualidade e de respeitabilidade inerentes à sua vida pública. Ademais, as verdades e as convicções que trouxe à colação, por certo, servirão para orientar a condução desses trabalhos. Agradeço também as palavras generosas relativas a este Relator, que nada mais fez - farei sempre na vida parlamentar - do que cumprir seu dever. Creio que a tarefa primordial de cada representante do povo brasileiro é cumprir as suas obrigações e os seus deveres, que são sagrados, porque representam a quitação da fé e da confiança depositadas pelo povo no seu representante.

Mas, Dr. Aureliano, tenho algumas perguntas. E evidente que a exposição de V.Ex^a, até certo ponto, esgotou a matéria, e poderíamos já eximi-lo de outros incômodos: mas, infelizmente, pelo conhecimento que V.Ex^a tem e, sobretudo, pela sua autoridade moral e técnica nesse sistema, gostaria de fazer algumas perguntas, às quais V.Ex^a, é claro, responderá livremente.

Na opinião de V.Ex^a, quais foram, verdadeiramente, os objetivos do Governo Collor nessa questão da privatização? O que o senhor vislumbra por trás de tudo isso? Porque esse foi um programa adremente montado - a mídia tomou conta e tivemos essa representação dos meios de comunicação: mas, na verdade, no entender do senhor, em que consistiu esse programa e quais foram os seus objetivos?

O SR. AURELIANO CHAVES - Dizer quais foram as verdadeiras intenções é extremamente difícil, porque um homem é um ser misterioso, e há aqueles que são mais misteriosos do que outros. O que posso dizer é que, necessariamente, o processo de privatização no Brasil começou por uma lei delegada do Congresso Nacional - nunca vi isso ser feito antes. Onde já se viu o Congresso Nacional dar a um Presidente da República plenos poderes para tratar do processo de privatização, a seu talante? Nesse particular, digo que o Congresso falhou. Não quero saber quais foram as intenções do Collor; não quero, muito menos, estar tripudiando sobre a desgraça dele. Um homem, por mais desgraçado que seja, merece o nosso respeito. Mas, seguramente, não havia filosofia nenhuma de privatização. Qual era a filosofia de privatização do Governo Collor? Modernização. Nunca vi palavra tão vaga e tão vã quanto essa. Modernização em quê? Como? O sujeito faz uma coisa - mas a Nação estava estupefata! O que o sujeito quer que se faça? No primeiro passo, o sujeito acaba com o Ministério das Minas e Energia e cria uma coisa que se chama Ministério de Infra-estrutura. Se está pensando que infra-estrutura, de uma maneira geral, no País, é de estrada, bueiro de greide, bueiro capeado, ponte, piso. Não, isso é outra coisa completamente diferente. Então ele acabou com o Ministério das Minas e Energia e criou o Ministério de Infra-estrutura. E começou por acabar com a estrutura administrativa de cada um dos ministérios que ele fundiu. O que restou do Ministério das Minas e Energia? O nome. E do Ministério da Indústria e do Comércio? O que restou dos arquivos tecnológicos de cada um desses ministérios? Ah, mas isso é modernização, é modernidade. Ah, mas

acabou com muitos ministérios: no lugar de três, colocou um." Não, porque cada Secretário-Geral, que se criou em cada um desses ministérios, tinha, na realidade, **status**, condição de Ministro. Ou não é verdade? "Mas durante muito tempo a Nação conviveu com isso." Conviveu: até desaguar naquilo que não precisamos estar repetindo, quando o Congresso Nacional, num determinado instante, procurou redimir-se dos equívocos do passado, para não exacerbar o futuro.

Em todo lugar do mundo a mídia eletrônica influi. Mas em nenhum lugar do mundo influi como no Brasil. O senhor pode me dizer: "Não, o senhor está enganado: em tal lugar, a mídia eletrônica comanda mais do que no Brasil". E o perigo é a generalização - generaliza-se. Vai se chegar a um ponto em que a melhor coisa para o Brasil será não ter governo. Porque se o Governo é ineficiente, é uma praga danada, tributa muito, se mete em atividade da economia particular e é um desastrado, então, o que é melhor para o Brasil? Não ter governo, porque o brasileiro se livra de tudo isso. Vamos ter um País anárquico, que talvez seja mais feliz, na concepção de algumas dessas pessoas.

Então, Senador, esta é a minha impressão. Longe de mim passar uma hora aqui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estamos aqui para ouvi-lo.

O SR. AURELIANO CHAVES - Eu é que deveria estar ouvindo os senhores, por estarem muito mais atualizados do que eu.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas queremos ouvi-lo. É importante o seu ponto de vista.

Nobre depoente, na verdade, os programas desse desastrado Governo Collor foram colocados em questão a partir até do questionamento do Governo, em si, do Presidente Collor. O que nos chama atenção é que nessa parte da privatização não se questiona nada. Tudo permanece da mesma forma que foi concebida pelo Governo Collor. O que, no entender de V.Ex^a, há por trás disso? Porque o próprio discurso do Governo Itamar era diferente, até no que se refere a esse setor, ao modelo do processo de privatização. E não se consegue sequer mudar um cronograma - que é lesivo -, um cronograma não da venda, mas da extinção das estatais, porque o que se quer é apagar, inclusive, esse arquivo, essa memória que existe atrás dessa estrutura. O que está acontecendo, que ninguém, nem o Governo atual, consegue mudar esse cronograma? O próprio Congresso - como o senhor vê - com extrema dificuldade, reúne a Comissão e consegue ouvir V.Ex^a, que tinha tanto para nos dizer e que, na verdade, disse tanto para todos nós.

O SR. AURELIANO CHAVES - Meu caro Senador, acho que o direito mais natural que o homem tem é o da sobrevivência, lutar por ela. O direito do político é de lutar pela sua sobrevivência, o que significa, em última instância, eleger-se. Pois bem. O Brasil foi tomado, de um modo geral, de um pânico: se a mídia eletrônica chama aquele sujeito de quadrado, de retrógrado, de fora de época, o sujeito pensa que isso significa alguns pontos abaixo na sua pesquisa eleitoral.

O que aconteceu? Esse processo de privatização, iniciado no Governo Collor, foi feito sem nenhuma preocupação de examinar as coisas com mais profundidade, mas era preciso manter o Presidente no noticiário, e nada mais agradável do que ir ao encontro das aspirações de algumas áreas de mídia eletrônica, que têm mais influência no País. O Collor teve o destino que sabemos qual foi. Intelizmente, o meio político brasileiro não se livrou de todo de algumas mazelas que impregnaram o Governo do Sr. Collor de Mello. Não se livraram nem o Poder Executivo, nem o Legislativo. Não coloco nada que diga respeito à desonestidade, ou seja, avançar, "meter a mão" no Erário, vou deixar isso de lado: mas devo dizer o seguinte: quais foram os resultados efetivos colhidos pelo Brasil nas privatizações feitas até agora? Não questiono se deveria ou não se ter privatizado. O setor siderúrgico não é essencial, estratégico, não há que se discutir a filosofia da privatização, ela é possível no setor siderúrgico. Agora, o setor de energia elétrica, o de telecomunicações e o de petróleo, isso é um outro problema. Mas, pergunto: privatizou-se a USIMINAS? Qual é a filosofia? Porque há uma questão: quem não distingue, não governa: quem não prioriza, não administra.

Resolve-se privatizar o setor siderúrgico. Qual é o critério? A Nação deveria estar sabendo. O Governo propõe fazer o que, em média, não se faz em atividade privada. Qualquer capitalista, qualquer empresário privado, se tiver que se desfazer de parte de seu parque industrial, começa, desfazendo-se dos piores. Ele não vai vender os melhores para ficar com os piores. Nós, brasileiros, andamos de cabeça para baixo e achamos que é a melhor maneira de andar, porque irriga mais o cérebro.

Não! Vamos começar privatizando a empresa mais lucrativa do setor siderúrgico, que é a USIMINAS. Setor este que nunca investiu às custas do Tesouro Nacional. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico participava do capital da USIMINAS. E, antes de existir a SIDERBRAS, a USIMINAS sempre agiu com uma autonomia sadia. Não havia contrato de gestão, - nós, brasileiros, temos de pensar em contrato de gestão das empresas estatais -, mas funcionava como se houvesse. Toda expansão do sistema siderúrgico da USIMINAS se fez com recursos próprios. E, no ano em que foi privatizada, a USIMINAS estava preparada para investir 100 milhões de dólares. Investiu mais no ano em que foi privatizada do que investiu agora. E foi uma privatização? Não. Por quê? Porque a Companhia Vale do Rio Doce está presente lá, diretamente, através da sua caixa beneditina. E assim por diante.

Quanto entrou de moeda conversível nesse negócio? Não sei. os senhores sabem? O Executivo já prestou a este Congresso Nacional contas das empresas que foram privatizadas? Meu caro Senador, já houve prestação de contas?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Temos alguns pedidos e estamos aguardando os informes finais, inclusive para esta Comissão apreciar de forma mais correta.

Devo dizer a V.Ex^a que não há nenhum dinheiro, porque o que entrou de moeda corrente praticamente foi gasto com a propaganda, então o que há hoje é a moeda dita podre, que não vou discutir. E - o que é mais grave - tudo isso foi, na sua maioria absoluta, financiado pelo BNDES a juros de 6% ao ano. Hoje, para se plantar soja, é preciso se pagar 28% de juros ao ano, além, evidentemente, da correção. E aqui são juros de 6%, com dez anos para pagar e dois anos de carência. E as garantias são as próprias ações que são compradas. Este é o quadro.

O SR. AURELIANO CHAVES - Permita-me completar este raciocínio. O Brasil é um País interessante. Acreditamos nele, e não interessa se o Brasil real é uma coisa e o Brasil legal é outra: vamos vencendo todos os desafios, tropeçando aqui, caindo acolá, mas sempre nos levantando.

Mas há uma coisa curiosíssima. O Brasil é o único país do mundo que reconhece oficialmente, através do seu Banco, a existência de duas moedas: uma moeda é o cruzeiro, e a outra é aquela que circula para comprar bens públicos. Não trato de moeda podre, porque quem deve tem de pagar, isso é título. A única diferença é que são títulos a longo prazo, que são utilizados como se fosse pagamento à vista. E com uma circunstância: um estabelecimento do Governo passa a comprar os próprios títulos do Governo, que estão nas mãos de particulares: depois, empresta esses títulos a juros subsidiados, com um fantástico deságio - que tem de haver, pois se é para vencer daqui a dez anos e vai entrar hoje, vai entrar com o valor nominal, para comprar o próprio patrimônio do Governo. Se falarmos isso, tirarmos isso a miúdo, é psicodélico. (Risos) O que essa pessoa vai fazer? Vai comprar esse patrimônio do Governo. Então existe um banco do Governo, que fornece dinheiro a um setor privado, para comprar financiado pelo próprio Governo o setor privado, com títulos contendo violento deságio. Mas vão dizer: "Mas é o único jeito de privatizar. Se fosse dado, ainda seria muito. Se for de graça e muito, porque se estará livrando o Governo de um peso morto que está causando déficit no Tesouro e produzindo inflação".

Como gostamos de hode expiatório, precisamos encontrar um. Quem é o responsável pela inflação no País? São as estatais. Estou vendo isso a todo momento. Inclusive, outro dia, li num jornal de Minas Gerais que era preciso se livrar das estatais, porque estavam respondendo pela inflação, pela corrosão da nossa moeda. Finalmente - conforme continuava o artigo do jornal - iriam ser cobrados mais impostos para cobrir o rombo das estatais, e era preciso sanear o País, usar um inseticida violento para acabar com esses mosquitos hematófagos que são as estatais, que andam pululando por aí. Isso não corresponde absolutamente à verdade. E claro que ocorrem alguns casos.

O que era o setor de fertilizantes no Brasil? Era privado, totalmente privado. Por que a PETROBRAS foi chamada para entrar no setor de fertilizantes? Eu era deputado à época. Ela foi chamada por uma razão singela: o Brasil precisava expandir suas fronteiras agrícolas e, conseqüentemente, teria que produzir mais fertilizantes a preços mais adequados. Como estávamos importando fertilizantes e não se tem controle sobre o dólar, essas empresas privadas, que operavam no setor, pediram SOS ao Governo para aquisição do patrimônio delas, sob alegação de que não tinham estrutura para sustentar a expansão da fronteira agrícola brasileira. Foi por isso que o Governo entrou na área da PETROFERTIL, na área de fertilizantes.

E qual foi o resultado? Ah, isso não interessa! O Brasil era importador de nitrogenados! Hoje não é mais, a não ser o nitrogenado sob a forma de matéria-prima, que é o petróleo, que importamos hoje 45%. Importava-se totalmente. Não importamos fertilizante fosfatado, que é fundamental como nutriente do cerrado brasileiro, terrivelmente pobre em fósforo. Tudo produzido no Brasil.

Demos um passo importante na área dos fertilizantes. Não tivemos o êxito desejado, mas caminhamos, e agora está se tentando consolidar a PETROMISA, via Companhia Vale do Rio Doce. Se achou alguém para comprar a PETROQUISA? Não, porque isso não tem resultado imediato: foi a Companhia Vale do Rio Doce que assumiu. Esses me parecem dados de realidade.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria, também, que V.Ex^a colocasse quais seriam as linhas mestras de um processo de privatização, ajustado à realidade brasileira. Embora já tenha feito essas colocações no curso da sua exposição, seria importante que nos dissesse alguns pontos, para deixar este assunto mais ou menos resumido.

O SR. AURELIANO CHAVES - Esta é uma pergunta extremamente importante. Não gosto de transplante político, às vezes é pior do que o transplante biológico, a rejeição é mais violenta.

O Pedro Aspe, que foi Ministro da Economia no México, fez uma palestra para os empresários do Cone Sul, falando sobre os mecanismos de privatização. Ele fez algumas considerações que me pareceram extremamente importantes. Diz ele: -

"Em primeiro lugar, o processo de privatização não pode ser apressado, atabalhado; tem que ser decantado com extrema objetividade."

O que significa isso? É aquilo que eu disse: esta área é privatizável imediatamente; esta aqui é mais a médio prazo e sobre esta, no momento, não iremos conversar.

Dentro das áreas privatizáveis, um diagnóstico feito pelo Governo. O México é país de partido único, em que o Congresso tem uma presença mais diluída do que nos países democráticos e pluripartidários, mas sempre se diz lá: "Com o conhecimento prévio do Congresso Nacional", para dizer que não deve haver um processo genérico de privatização, porque uma determinada empresa deve ter um critério para ser privatizada, uma outra empresa tem que ter outro critério.

Finalmente, a privatização só tem sentido, diz ele, quando ela, ou dilui os encargos governamentais, ou gera recursos para que o Governo possa aplicá-los em outro setor.

No México, eles elegeram três setores que o Brasil elegeria também: educação em primeiro lugar, saúde pública em segundo e habitação em terceiro.

Mas precisa-se ter o seguinte cuidado: às vezes, privatiza-se uma empresa que gera dividendos para o Governo Central, os quais já podiam ter sido utilizados em educação, saúde e em outras coisas mais. Não há necessidade, obrigatoriamente, de se reinvestir os dividendos, mas, às vezes, é melhor aplicá-los em outro setor.

Do ponto de vista da política de privatização, definição de áreas, no que diz respeito ao processo de privatização, deve-se fazer uma avaliação segura, porque há casos em que a privatização só pode se dar com a presença muito intensa de moedas fortes, porque se trata de uma empresa bem operada, já, no Poder Público, que tem lucratividade conhecida. Contudo, se se resolve, mesmo com essas características, transferi-la para a iniciativa privada, é preciso que compense essa transferência.

Finalmente, a cada privatização que se processar no País, ela terá que ser notificada ao Poder Central através de seus representantes no Congresso Nacional. O Governo tem que saber: foi privatizada a empresa "A". O Governo apurou o seguinte: foi feita a avaliação. Com esse critério de avaliação, o Governo apurou tantos bilhões de cruzeiros reais sob a forma de título da dívida pública, tantos bilhões de cruzeiros reais sob a forma de título da dívida agrária, e o restante entrou em cruzeiros reais. Qual o destino que irei dar a essas três áreas? O que entrou de dinheiro real, proponho ao Congresso Nacional que tantos bilhões se destinem, por exemplo, à educação na área de ciência e tecnologia, outros tantos bilhões na área de saúde, na área de habitação popular, etc. etc. Sem isto, vivemos seguramente uma terrível fantasia. Qual é a fantasia? Privatizamos, porque precisamos de cuidar de educação, de saúde, de habitação e de segurança pública. Porém, terminada a privatização, o dinheiro que entrou não dá para nada. O Governo perdeu: o País perdeu um patrimônio e não conseguiu compensar essa perda com disponibilidade de recursos para atender as áreas afilivas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, eu teria outras perguntas, que para mim seriam importantes, mas entendo que hoje estamos com a votação da medida provisória que trata da política salarial.

Eu queria, neste momento, interromper as minhas perguntas, porque outros companheiros, membros da CPI, pretendem fazer algumas indagações, mas também dizer que exatamente esse processo é uma ficção, é um engano, é mais realmente uma fantasia que se está criando, neste País, como bem disse V.Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Menezes Silva.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, preliminarmente, quero saudar a figura do Dr. Aureliano Chaves pela exposição simples, porém objetiva e convincente que V.Ex^a prestou a esta CPI. A mim, ao menos, vossa exposição estimula a atividade que aqui realizamos no sentido de prosseguir os trabalhos investigatórios, que esta CPI realiza de forma a não apenas chamar a atenção da Nação para os desastres que se estão sendo cometidos, mas também, sobretudo, na expectativa de uma esperança maior em alcançar o objetivo de reversão desse quadro.

Dr. Aureliano, V.Ex^a usou uma linguagem figurada que a mim me pareceu muito interessante. Disse: "Pulo de gato não se ensina a ninguém. Ou se descobre por vontade própria ou não se pode pular como gato." Muito apropriada. À luz dessa figura usada por V.Ex^a, pergunto: V.Ex^a acha possível o Governo manter uma política agrícola de produção de alimentos e de combate à fome sem participar da produção de fertilizantes estratégicos? Como conduzir este programa, se o Governo ficará dependente do suprimento de fertilizantes básicos de grupos oligopolistas privados, resultante do Programa Governamental de Privatização? Esses grupos oligopólicos vão, nos ensinar o "pulo do gato" de combate à fome? O que V.Ex^a acha disso?

O SR. AURELIANO CHAVES - Essa pergunta é extremamente pertinente. O Nobre Deputado colocou o dedo numa ferida extremamente importante.

É absolutamente utópico pensar que um país pode comandar a sua política agrícola sem comandar a área de insumos básicos. Como comandar uma política agrícola sem ter acesso aos insumos básicos? Acharmos que isso é possível. Acreditamos

que o Brasil é um País *sui generis*, que os outros não podem fazer, mas que podemos. Tomamos decisões, sem antes avaliá-las.

O que se tornou freqüente no Brasil? Dizer que subsídio é inflacionário, que é preciso acabar com os subsídios para acabar com a inflação. Não era isto no início do Governo Collor? O que ocorreu no início desse Governo? Acabaram com aquilo que designavam "subsídio para a agricultura": juros mais baratos, EGF mais em conta e preço baixo de garantia.

No ano que fizemos isto, acabamos com o subsídio. O que ocorreu nos Estados Unidos, que os nossos privatistas citam como arquétipo, como exemplo? Os americanos têm a lei agrária: *farmy laws*. É permanente e revista de cinco em cinco anos. No ano em que o Governo brasileiro tomou a decisão de acabar com o subsídio, negou um preço de 175 dólares/tonelada para o trigo brasileiro; negou o preço de garantia, porque o achou escorçante. O que ocorreu nos Estados Unidos na revisão da *farmer bills*? O Governo americano tomou essa decisão. Três produtos foram considerados fundamentais, neste período, para a agricultura americana. Em primeiro lugar, o trigo; em segundo, o milho; e, por último, a soja.

O que a *farmer bills* fez na área do chamado *target price* ou preço de garantia? O trigo, no mercado internacional e nas Bolsas de Valores de Chicago e de Nova Iorque, estava a 2,55 dólares por *bushel*, que é uma medida americana correspondente a 27 litros. O que o Congresso americano fez por iniciativa do Poder Executivo? Pediu que a população plantasse trigo, alegando o Governo iria garantir o preço do referido produto a 5 dólares o *bushel*, que praticamente dobrou: de 2,55 passou para 5 dólares. O que ocorreu com a produção de trigo nos Estados Unidos? Subiu! Os 2,55 dólares por *bushel* correspondem, mais ou menos, a 180 dólares a tonelada. Negamo-nos, no Brasil, a pagar aos nossos agricultores 175 dólares a tonelada. O que os americanos fizeram? Entraram com o trigo no mercado internacional, oferecendo-o pelo preço de garantia; sem lucro, sem prejuízo. O Governo está aí para isso! De onde compramos o trigo? Dos Estados Unidos. Chegamos a adquirir 4 milhões de toneladas do produto e 500 mil toneladas de soja, da qual somos exportadores. Mas houve uma depressão tão violenta que tivemos que importá-la, como ocorre em relação ao arroz e a outros grãos.

Subsídio, portanto, é um instrumento do Poder Público para alavancar o desenvolvimento em qualquer setor. É claro que a sua má utilização não dará bom resultado, mas dizer que o subsídio é um veneno para a economia de um país é um equívoco! Há casos em que ele é fundamental para garantir, estrategicamente, determinadas produções e até a subsistência de outras. Porém, pensar que vamos desenvolver nossa agricultura sem que se tenha um segmento, um insumo, com uma presença nacional muito intensa é utopia! E quero completar dizendo o seguinte: precisamos acabar com essa idéia de supersafra, que não é o caso do Brasil; este País teve "subconsumo", que é completamente diferente. Querem um exemplo? Há dois anos, antes de desaparecer a União Soviética, que ainda estava sob o comando de Gorbachev, os russos produziram 185 milhões de toneladas de grãos para uma população de 240 milhões de habitantes. Dessa forma, foram quase 800 quilos de grãos por habitante/safra; mas, ainda assim, importaram grãos. O Brasil, para uma população de 150 milhões de habitantes, produziu 65 milhões de toneladas de açúcar/safra decantada, menos de 500 quilos de grãos por habitante/ano, e exportamos grãos. O que aconteceu? O que era de se esperar, ou seja, barrigüinha vazia em grande número de brasileiros. Queremos fazer mágica! Deixamos de ficar atentos à realidade brasileira e depois fazemos as campanhas de cestas básicas. Respeito aqueles, que a fazem: o Bispo; o Betinho, que é uma grande figura e um sofredor. Mas essa atitude é o paradoxo de um País que não tem vontade própria para se manifestar em relação àquilo que quer ou não. Este é o meu pensamento.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Sr. Presidente, também tenho outras perguntas a fazer, mas, devido à votação que teremos, ficarei aqui e agradeço a resposta do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da Comissão, caro Ministro Aureliano Chaves:

V.Ex^a, no início da explanação, fez uma citação de Josué Montello, referindo-se aos sonhos e às recordações. Aos jovens, era dado o sonho; aos mais velhos ou idosos, a recordação. Mas existe naturalmente a história e as próprias convicções, que fazem com que, muitas vezes, alguns jovens não tenham sequer sonhos; portanto, nunca terão recordações. E fazem com que muitos idosos sejam muito mais jovens, porque continuam sonhando em função das convicções que defendem. De acordo com esse entendimento, a explanação feita por V.Ex^a, esposada naturalmente nas suas convicções, é a de um recém-nascido, que tem muito a sonhar, porque também tem muito a dar ao nosso País.

Em homenagem à história, já que V. Ex^a se referiu à generalização, eu gostaria de dizer que houve uma minoria de desesperados no Congresso Nacional que lutou bravamente, no sentido de impedir que fosse concedida, a um Presidente da República, eleito num momento de euforia, a delegação para a feitura das privatizações reconhecidamente irresponsáveis e corruptas.

V.Ex^a desenvolveu seu ponto de vista procurando situar-se no que chamo de alto nível, de modo a não ter sua suscetibilidade, porque, nesta Casa, há aqueles que defendem um modelo de privatização que a cada dia vai-se mostrando mais inconseqüente. No entanto, tenho certeza absoluta de que o resultado dos trabalhos desta Comissão será capaz de sensibilizar o Presidente da República.

Quero reiterar uma pergunta que, na minha opinião, não foi respondida, até porque é reterente a um tema muito amplo, e, às vezes, ao responder a uma indagação, a pessoa atém-se a aspectos, sem contemplar o sentimento ou a expectativa de quem a formula ou de quem se associa à própria pergunta. V.Ex^a conhece o Presidente Itamar Franco, com quem conviveu na política, durante muitos anos, em Minas Gerais. Sua Excelência também tem uma trajetória de vida e de atuação no Congresso Nacional. Quando houve o **impeachment** do Presidente Collor, este fato não se deu, única e exclusivamente, por razões ligadas à corrupção. O sentimento nacional era de expectativa de mudanças. Entretanto, surpreendentemente, o Presidente Itamar Franco está cumprindo, até com mais rigor e com mais eficiência do que a política irresponsável implantada pelo Governo Collor, o Programa Nacional de Desestatização, deixado por aquele que foi banido da vida pública, com a repulsa da sociedade brasileira.

V.Ex^a conhece a trajetória do Presidente Itamar Franco, suas posições políticas como Senador, como alguém que, na fase de luta pela redemocratização do País, teve uma posição destacada. Qual a explicação política razoável que V.Ex^a encontra, com tantos argumentos, com tanta competência, com tanto conhecimento, para condenar esse processo de privatização que o Presidente Itamar Franco, que assumiu a Presidência da República depois de um processo político sotrido para o povo brasileiro, procurou imprimir em uma velocidade maior?

O SR. AURELIANO CHAVES - Bem, V.Ex^a disse que eu conheço o Presidente Itamar Franco. É verdade. Conheço Sua Excelência como um político sério, correto, embora trilhássemos caminhos diferentes.

Conheci o Presidente Itamar Franco quando éramos engenheiros recém-formados, em 1955, ocasião em que tratamos de um assunto específico de engenharia: o problema de retificação do rio Sapucaí. Posteriormente, o Presidente Itamar Franco foi eleito Prefeito de Juiz de Fora pelo PTB, e eu, eleito Deputado Estadual pela UDN. *Nossos caminhos foram diferentes.*

Reencontramo-nos quando o apoiamos como candidato a Governador do Estado - ele abriu uma dissidência no PMDB e nós o apoiamos para o Governo de Minas. Acabamos juntos e derrotados pelo Sr. Newton Cardoso, candidato do PMDB.

Voltamos a nos reencontrar quando das preliminares do impedimento do ex-Presidente Collor, momento em que se voltou a discutir aquilo que é comum acontecer no Brasil: elege-se um Vice-Presidente da República e depois se começa a duvidar se ele deve tomar posse ou não. Posicionei-me ao lado do Presidente Itamar Franco, embora sem nenhuma representação política, porque parecia ser meu dever.

Não sei quais são as razões - porque não tenho conversado com o Presidente Itamar Franco - que o levaram a adotar essa postura. Entretanto, há tempos atrás, o processo de privatização trazia embutido um negócio de privatização. No processo de privatização atual, não há nenhum negócio de privatização. Há equívoco, a meu ver, de visão quanto à privatização, mas não negócio. Não se está fazendo a privatização como instrumento para aquisição de fundos adequados a quem está envolvido nesse processo.

Quando o Presidente Itamar Franco tiver em mãos um instrumento que o leve a refletir melhor sobre os rumos da privatização brasileira, ninguém vai dizer: "Não se privatiza mais no Brasil". Não, isso seria uma idéia exacerbada. Mas não se pode privatizar, não se pode entrar no processo de privatização sem antes definir a política. Você não sabe porque a empresa A ocupou o primeiro, segundo ou terceiro lugar na privatização e porque a empresa B não entrou. É necessário também definir a postura do Governo, em face do que chamamos monopólio estatal do petróleo. O Governo Itamar Franco tem o dever de se posicionar quanto a esse assunto, que é o assunto do momento.

Qual é o capítulo mais efervescente? Não se pode dizer que seja o principal, porque o principal são as garantias e direitos individuais, que têm que ser preservados. Entretanto, isso está indiretamente embutido nos aspectos da soberania nacional. Alguns podem dizer que isso não tem nada a ver com soberania. Digo que tem. O problema do petróleo tem muita coisa a ver com a soberania nacional.

V.Ex^a me pergunta como encaro o processo de privatização. Não conversei com o Presidente Itamar Franco a respeito do assunto, porque já conheço sua postura. Sua Excelência deu continuidade aos processos de privatização que estavam em curso no Governo Collor. Quais são os processos de privatização que estavam em curso no Governo Collor? A privatização da ACESITA, da COSIPA, da CSN - que já foi feita enfim, a privatização do setor siderúrgico.

Não sei especificamente quais foram as razões que o levaram a proceder assim. Siderurgia não é serviço público, portanto, pode ser privatizada. Não há o que se discutir. É apenas questão de se avaliar a conveniência de privatizar uma empresa e não privatizar outra. Entretanto, quando entrarmos na privatização de serviços públicos,

como o setor de telecomunicações, de energia, de petróleo, que estão intimamente ligados ao comando do processo do nosso desenvolvimento, o Governo não poderá tergiversar. Não poderá dizer: "Vou flexibilizar o monopólio". Essa é uma linguagem inadmissível. Sou a favor ou sou contra a preservação do monopólio.

O SR. PAULO RAMOS - V.Ex.^a tem conhecimento de que o Governo anunciou o propósito de estender a privatização a esses setores, que V.Ex.^a considera estratégicos?

O SR. AURELIANO CHAVES - A declaração do Ministro das Minas e Energia, há dois dias, não foi nesse sentido. Indagado, em Minas Gerais, sobre a questão da privatização, especificamente da Vale do Rio Doce, ele se posicionou, como porta-voz do Governo, dizendo: "Isso não ocorrerá no Governo do Presidente Itamar Franco".

O SR. PAULO RAMOS - Quero citar, como exemplo, no setor de energia elétrica, a Light, que é uma empresa situada no Rio de Janeiro, e a ESCELSA, do Espírito Santo, que são empresas controladas pela ELETROBRÁS. O processo de privatização da Light está correndo no Rio de Janeiro. Temos dados que vamos trazer para a Comissão.

O Governo Itamar Franco - que, aliás, estranhamente coloca o busto de Tiradentes em substituição à fotografia que deveria ser do Presidente da República -, procurando simbolizar um Governo que poderíamos chamar não de nacionalista, mas de preocupado com os interesses nacionais, já está colocando à venda a Light e a ESCELSA.

Por outro lado, o Ministro Hugo Napoleão, logo que assumiu, deu uma entrevista, posicionando-se como porta-voz do Governo, contrariamente à privatização das telecomunicações, e fez um desmentido alguns dias depois.

O SR. AURELIANO CHAVES - Lamento que S.Ex.^a tenha tido uma posição correta logo depois contrariada. Todas as vezes que, na vida pública ou particular, o cargo se transforma no primeiro objetivo do indivíduo é sinal de que ele perdeu o controle de si mesmo.

Sou contra a privatização da Light. Não sou contra a presença do setor privado, em alguns casos, na área energética. Está bem. De que o Brasil precisa? De investimentos para atender a uma presumível demanda crescente de energia elétrica, vis-à-vis a retomada do nosso desenvolvimento.

Se o Estado tem dificuldade em alocar recursos para ampliar a oferta de energia elétrica, que abra, então, espaço para que a iniciativa privada tenha a concessão da usina A, B, C ou D, levando em conta a avaliação do interesse nacional para construir essa usina.

Eu pergunto: o que se agrega à oferta de energia elétrica no País, comprando-se a Light? O que se está agregando à oferta de energia elétrica do País, comprando-se a ESCELSA? Está-se estudando uma maneira inteligente e cômoda de transferir, a preços aviltados, o patrimônio público para o setor privado. Isso é outra coisa completamente diferente.

Além disso, em relação a esse setor de energia elétrica, chamo a atenção para o fato de que o Brasil é um grande sistema interligado. Na França, existe a Electricité de France, porque o sistema é interligado e precisa de um comando centralizado.

Como se poderá, no futuro, ligar a energia disponível na Bacia Amazônica com a energia disponível ou necessária na região da CHESF? O que vai haver no futuro? No momento atual, está havendo transferência de energia da CHESF para a ELETRONORTE; mas, no futuro, haverá transferência de energia da ELETRONORTE para a CHESF, sob o comando privado? Em um determinado instante, o dono da ELETRONORTE pode dizer que não vai transferir energia para a CHESF, porque o interesse desta, que está nas mãos de outra empresa privada, está em choque com o seu interesse particular.

E o Governo faz o quê? Cita o passado. No passado, havia sistemas isolados. A Light tinha um sistema isolado, que era o Sistema Rio, apenas com uma pequena conexão com o Sistema São Paulo, que era dela também. Inclusive, ela colocou uma estação conversora de frequência em Aparecida do Norte, porque, em São Paulo, eram 60 ciclos e, no Rio, 50 ciclos. São coisas completamente diferentes.

Agora, nesse grande sistema interligado, vai-se privatizar a Light? Temos, sim, de discutir a transferência da Light do Governo Federal para o estadual, como foi feito em São Paulo, até para tratar da mesma forma os iguais, e da ESCELSA para o Governo do Espírito Santo, até para dar continuidade.

Então, espero que o Presidente Itamar Franco, com uma avaliação mais segura desses fatos, reveja algumas dessas posições. Agora, se vai fazê-lo ou não, isso é problema dele, e não meu. Só tenho a lamentar se isso não ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Dr. Aureliano Chaves, quero desculpar-me, porque estava no plenário, cheguei atrasado e não tive a oportunidade de ouvir a sua palestra e tudo aquilo que o senhor disse nesta Casa.

Fiz uma série de anotações sobre o que ouvi durante o pouco tempo que ainda restava dos seus comentários. Tenho sido considerado, aqui no Senado, praticamente como o rebelde do Partido e contrário ao Governo Itamar Franco.

Acredito que, estando o Presidente Itamar Franco há dez meses ou mais no poder, já estava na hora de haver uma política industrial, uma política econômica e de privatização.

Então, o que falta é decisão. Não é questão de tempo. O senhor disse que a pressa é inimiga da perfeição. Permite-me discordar, mas penso que o País tem pressa. Acho que o processo de privatização tem muita pressa. O processo de privatização brasileiro tem de ser prioritário, como tantos outros também.

Um país que tem 50 milhões de pessoas praticamente passando fome, 10 milhões de desempregados e dois milhões chegando ao mercado de trabalho ao ano não pode se dar ao luxo de ter dois tipos de Brasil: o das estatais e o dos empregados.

Estive fazendo um estudo para o seguro saúde e constatei que, hoje, no Brasil das estatais, Dr. Aureliano, só as empresas públicas pagam, aproximadamente, 1 bilhão, 176 milhões de dólares a empresas de seguro saúde. Para o senhor ter uma idéia, a própria Previdência Social faz convênio de seguro saúde para os seus funcionários, assim como a TELEBRAS, a Vale do Rio Doce e, de um modo geral, quase todas as estatais.

Se tivermos quem compre a PETROBRÁS ou a Vale do Rio Doce e pague com moeda forte, por que não privatizá-las? Se tivermos quem pague com moeda forte, mesmo tendo de levar-se em conta as desigualdades regionais e procurando-se equacionar esse problema, por que não privatizar as telecomunicações?

O mundo moderno mudou. Acredito que os países do Primeiro Mundo, de um modo geral, hoje dominam muito pouco do sistema de telecomunicação, do sistema de combustível e de energia. Mesmo na França, que o senhor citou, existe a PHARMATON, que tem uma parte privada e outra governamental.

Todos nós queremos um Estado forte, mas não nas estatais. Queremos um Estado forte na habitação, como o senhor disse, na saúde, na segurança pública e na educação, mas não nas estatais.

Está na hora de o Governo tomar uma decisão muito rápida, porque lhe sobra muito pouco tempo. Todas as coisas parecem caminhar para o provisório. Não podemos continuar com medidas provisórias, com ministros provisórios, com presidentes do Banco Central provisórios, porque cada um fica dois ou três meses no cargo, e tudo vira provisório. Está na hora de o Governo eleger prioridades.

Esta Comissão já esteve com o Presidente da República e chamou a atenção para todos esses tipos de erro que acreditamos existirem. Claro que somos contra, de um modo geral, a forma de privatização que dá dez anos de pagamento, dois anos de carência e 6% de juros, mas não podemos ser contra quando se trata de moedas.

Se um país ou um governo sério emite uma moeda e lhe dá um valor, este tem de ser pago. Agora, temos todo e qualquer tipo de moeda emitida que não é paga. O Estado deve para todo mundo. Está na hora de não falarmos mais em moeda podre. Esse tipo de moeda pode ter sido emitida por governos podres, irresponsáveis e que não pensaram ao fazê-lo. Não estou dizendo que é o caso deste Governo, mas está na hora, Dr. Aureliano, de se tomar uma decisão.

É muito importante que todos aqueles, como o senhor, que conhecem o Presidente da República e conseguem ter participação direta ou indireta no Governo atual - o senhor tem correligionários seus, tem uma base...

O SR. AURELIANO CHAVES - Quanto a isso, vou abrir um parêntese. Não tenho correligionário nenhum. Sou um homem que não pertence a um partido político, de forma que não tenho nenhum correligionário fazendo parte do Governo. O que tenho são pessoas que mantêm relações de amizade comigo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor tem pessoas como o Ministro Paulino Cícero

O SR. AURELIANO CHAVES - Sim, ele é meu amigo. Ele é do PSDB, mas não pertence a esse Partido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Agora, sendo o Governo o maior acionista da PETROBRÁS, é preciso que o Ministro Paulino Cícero assine um contrato de co-gestão? Ou o Governo manda na PETROBRÁS, ou não!

Agora, sabemos que o Governo não manda nas estatais. O senhor acha possível que continuem as estatais destinando para o fundo de pensão volumes brutais de recursos, quando, em sua maioria, dão prejuízo?

O SR. AURELIANO CHAVES - Ai V.Exª entrou em um ponto chave. Elas não dão prejuízo. V.Exª conhece o balanço da PETROBRÁS?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Estou falando das estatais, de uma forma geral, que são, aproximadamente, 150. Estou falando em quanto contribuem essas estatais que dão prejuízo. Não está na hora de o Governo, que já mandou 19 medidas provisórias para o Congresso, mandar outra, tentando revogar essa lei, para que se pare de dar dinheiro a fundos de pensão?

O SR. AURELIANO CHAVES - Em primeiro lugar, acredito que uma lei não deve ser removida por medida provisória, mas por outra lei. Por medida provisória, não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas este Governo manda medida provisória para tudo, inclusive para criar um conselho - como disse o Senador Josaphat Marinho, ontem, na tribuna - para o Ministério das Relações Exteriores, quando não se

tem nem Ministro. O Governo está, no momento, mandando medida provisória para absolutamente tudo.

O SR. AURELIANO CHAVES - O que é lamentável.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É bem lamentável.

O SR. AURELIANO CHAVES - O Congresso Nacional deve negar a aprovação dessas medidas provisórias, que não são medidas provisórias, de acordo com o texto constitucional. Deveriam ser feitas sob a forma de projeto de lei e não medida provisória, que não é regra, mas exceção.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Aureliano Chaves, discordando do nobre Deputado, acredito que o Governo não tem de ser dono de qualquer empresa de fertilizante. Se for para maximizar a produção, enquanto ele for dono do setor de óleo, da produção de petróleo, para poder aproveitar melhor esses insumos, ainda vamos aceitar. Mas penso que o Governo não tem que ser dono deste setor. Podemos ter uma agricultura com uma safra de cem milhões, de cento e cinquenta milhões de toneladas, mas no mercado mundial estão sobrando fertilizante, praticamente todos os preços estão baixos.

Então, o que falta ao Governo é realmente definir política econômica, política de privatização, política industrial e, como disse o senhor, estabelecer prioridades. O que vamos começar a privatizar? O que é preferível segurar agora para privatizar com outro tipo de moeda? Então, é isso que falta a este Governo. Podemos e vamos ouvir, vamos chamar pessoas, que vão trazer contribuições, assim como o senhor nos trouxe na tarde de hoje uma excepcional contribuição, dando-nos uma visão, inclusive mundial, de tudo. Mas o Palácio do Planalto, que fica aqui perto, é surdo, não ouve absolutamente nada. Assim, é muito difícil, Dr. Aureliano Chaves.

Era o que tinha a dizer, e agradeço sua presença aqui, lamentando não ter estado presente para ouvir toda sua palestra.

O SR. AURELIANO CHAVES - Muito obrigado. Agradeço sua intervenção, que foi importante. V.Ex.^a começou estabelecendo umas condicionais. A primeira condicional, que teria aberto inclusive espaço para examinarmos melhor a presença de empresas multinacionais no processo de petróleo, foram os contratos de risco. Então, se essas empresas multinacionais tivessem empregado recurso maciçamente na área de contrato de risco e tivessem vindo dar a contribuição tecnológica e econômica que eles têm - e têm de sobra -, para ampliar as perspectivas de produção de petróleo em território nacional, teríamos uma nova visão desse processo de privatização.

Agora, indago a V.Ex.^a o seguinte: quais são os países do mundo em que o setor petróleo adquiriu um certo desenvolvimento, à exceção dos Estados Unidos? Os Estados Unidos constituem um capítulo à parte, mas, agora, os americanos, que são os paladinos da privatização do setor ferroviário, estão estatizando suas ferrovias. As ferrovias norte-americanas nasceram de companhias que penetraram pelo médio oeste e extremo oeste americano em busca de novas fontes de riqueza. No entanto, esse sistema ferroviário, que nasceu privado, está caminhando na direção de ser estatal.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Aureliano Chaves, o senhor que é um homem sério, honrado, honesto, que toda a Nação conhece, por todos os postos que já ocupou, acredita que, quando o Governo loteia, divide uma estatal, dando uma diretoria para cada partido, essa estatal vai ser bem administrada?

O SR. AURELIANO CHAVES - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor acredita que pode continuar desse jeito?

O SR. AURELIANO CHAVES - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Num regime democrático, com o tempo, não vai sobrar literalmente nada dessas estatais. As estatais, hoje, Dr. Aureliano Chaves, ganham quase de um modo geral, não querendo generalizar: quando compram a matéria-prima, há pessoas se beneficiando; quando vendem o produto, há pessoas se beneficiando; quando negociam suas dívidas, com uma taxa de 1 ou 2%, ganham até na dívida, pois, do contrário, não estaria a COSIPA com um bilhão de dólares, pois 74% dos débitos da COSIPA são a curto prazo, e assim uma série de estatais, companhias de navegação, etc.

Como está a NUCLEBRÁS? Um sistema completamente abandonado, que foi comprado, produto falido, escolhida a tecnologia errada.

O SR. AURELIANO CHAVES - Isso não foi um equívoco da instituição, mas um equívoco do Poder Público. É típico do Poder Público.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas o Poder Público comete esses equívocos e vai continuar cometendo. Assim, penso que o processo de privatização deveria ter começado no Brasil há dez anos, com calma, sem pressa, bem estudado, porque já havíamos vencido uma fase em que a indústria nacional deu um salto tecnológico, que foi muito bem dado, com a criação de BNDES, dando financiamento, fechando as importações. Criou-se uma indústria nacional, mas havia a hora de sair.

O SR. PAULO RAMOS - V.Ex.^a me concede um aparte?

Eu gostaria apenas de esclarecer que o governo ou que os governos têm socorrido inúmeros setores da iniciativa privada, que são levados à falência até

fraudulentamente. O Governo vem anunciando, e ainda não tomou nenhuma iniciativa concreta para fazê-lo, que pretende sair dos empreendimentos onde é minoritário. E passou a ser minoritário nesses setores de atividade em função das dívidas que foram contraídas nos bancos oficiais e que não foram pagas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O BNDES tinha um hospital.

O SR. PAULO RAMOS - Só para dizer que são quase mil empresas em que o Governo tem uma participação efetiva e minoritária, sem que esses setores possam ser considerados minimamente estratégicos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Erro do passado, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - São setores que não guardam nem a mais elementar vinculação com o papel do Estado. E mais: o levantamento feito e já divulgado diz que é um patrimônio de mais de 10 bilhões de dólares. Só que, assim como está acontecendo ainda nas empresas estatais privatizadas, em que o Governo continua participando, mesmo que minoritariamente, ele está ali muito mais como socorro, isto é: quando falir, inclusive fraudulentamente, o Governo assume de volta.

Temos exemplos na economia nacional de empreendimentos que o Governo transferiu para a iniciativa privada e depois reassumiu. Portanto, o discurso de que tudo o que é público, ou estatal, é deficitário, e de que tudo o que é privado é lucrativo, esse discurso é equivocadíssimo, até porque, no Brasil, a iniciativa privada tem sido a responsável pela falência nacional, pois, desde o setor financeiro até o setor produtivo, principalmente as grandes iniciativas - vamos dar o exemplo do setor de cimento, o setor da construção civil -, as grandes empreiteiras estão envolvidas na mais grossa corrupção e na falência do Estado.

Portanto, penso que as afirmações que V.Ex.^a faz não correspondem à realidade nacional. Pode ser que correspondam a outra realidade, à realidade de outro país. A realidade do Brasil é outra. Aqui, o Estado brasileiro, o Poder Público, tem sido vítima da iniciativa privada.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nobre Deputado, leis para isso existem. O Congresso Nacional, nas suas duas Casas - a Câmara dos Deputados e o Senado Federal - já aprovou lei para tudo isso. Faz-se necessário aplicar as leis. Se V.Ex.^a pegar a Constituição, o Código Civil, o Código Penal, verá que temos lei para tudo. O que falta é aplicá-las.

Agora, falar que o setor privado é responsável pelo caos do setor público, no mínimo, é uma falta de informação, com todo o respeito. Acredito que há oligopólios que se aproveitam do País, e isso é vergonhoso. Por que não se pune isso? O Presidente Itamar Franco chegou ao Governo e disse que ia resolver o problema dos bancos. Resolveu? Vai resolver? V.Ex.^a acredita que vai resolver? Eu não acredito. O lobby é muito mais forte.

Então, só para concluir, quero dizer ao nobre Deputado que as estatais têm 130 tipos de benefícios, tais como: benefícios para comprar lente de contato, férias antecipadas, benefícios para comprar óculos, carros, dinheiro a custo baixo, e temos dois tipos de sociedade. Penso que aquele que merece ganhar bem vai ganhar bem no setor público ou no setor privado, mas temos, efetivamente, como diz o Deputado Delfim Netto, que ter uma privatização rápida, urgente, selvagem. Mas isso não quer dizer, como disse o Dr. Aureliano Chaves, que seja uma privatização definindo uma política para cada setor, definindo uma política de prioridades. Falta política para tudo neste País.

O SR. AURELIANO CHAVES - Eu gostaria apenas de fazer uma observação. Essa alegação, que se faz precipitada e levemente - o termo é esse -, de excesso de pagamento para as empresas estatais, tem que ser colocada no seu devido lugar.

Uma empresa como a PETROBRÁS ou como a Companhia Vale do Rio Doce, pelo seu porte, tem que concorrer no mercado, captando técnicos dentro dos seus valores no mercado. Então, não há como argumentar que esses técnicos estão ganhando. Se esses técnicos da PETROBRÁS ou da Companhia Vale do Rio Doce estivessem ganhando duas ou três vezes o valor do mercado, então, seria censurável. Mas isso não é verdade. Fala-se sem nenhum documento em mão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Com todo o respeito que tenho por V.Ex.^a, Dr. Aureliano Chaves, como ex-Ministro e como ex-Vice-Presidente da República, não aceito a palavra "leviano". Sou um Senador da República, não sou leviano.

O SR. AURELIANO CHAVES - Não quis fazer referência a V.Ex.^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, desculpe-me.

O SR. AURELIANO CHAVES - Eu não faria esse tipo de referência. Eu disse "palavras levianas" de uma maneira genérica. Não disse que V.Ex.^a havia emitido palavras levianas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Considero o que eu disse, porque tenho os levantamentos.

O SR. AURELIANO CHAVES - Quanto está ganhando um engenheiro da PETROBRÁS, especializado no setor, vis-à-vis ao engenheiro do grupo SHELL ou do grupo EXXON?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Aureliano Chaves, o senhor está citando somente a PETROBRÁS ou a Companhia Vale do Rio Doce. Eu gostaria de

dizer que, hoje, temos 150 ou 180 empresas estatais. Estou dizendo que temos que começar a eliminá-las. Temos uma companhia estatal de navios, uma companhia marítima, que tem dois navios e tinha oitenta.

O SR. PAULO RAMOS - Qual é a companhia?

O SR. GILBERTO MIRANDA - A Única.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que não sou Líder do Governo e não o defendo. Parece que estou defendendo o Governo. Apenas penso que se tem que privatizar.

O SR. PAULO RAMOS - V.Ex.^a defende esse modelo econômico que aí está. É diferente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Eu defendo a privatização, como disse o Dr. Aureliano Chaves. Defendo uma privatização, elegendo o que é prioritário.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Senador Gilberto Miranda, o tempo já se esgotou.

A reunião está suspensa por três minutos. (Pausa)

(Retorno sem gravação da reabertura da reunião)

O SR. AURELIANO CHAVES - ...porque perdeu a conexão com a matéria-prima, e, em o fazendo, ou se tem gás ou nafta. Sem gás e sem nafta, não há indústria petroquímica.

O SR. RUY BACELAR - Dr. Aureliano, esse equívoco não existe, porque os segmentos privatistas, que defendiam o afastamento da PETROBRÁS através da PETROQUISA, hoje defendem a manutenção da PETROQUISA privatizada no Projeto Petroquímico do Brasil.

O SR. AURELIANO CHAVES - Porque, naturalmente, deram conta disso.

O SR. RUY BACELAR - É claro.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Aqui mesmo, quem defendia a participação de 10%, defendeu - depondo aqui - a participação de 30% na PETROQUISA dos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Continua a palavra com o Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR - Estou satisfeito e agradeço a resposta.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao nobre depoente uma informação relativa aos contratos de risco.

Essas empresas, que aqui estiveram desenvolvendo suas atividades, pelo que sei, estavam vendendo plataformas e outras instalações à PETROBRÁS, quase que como liquidando. Não sei se acabaram não ganhando dinheiro exclusivamente nesse comércio de equipamento. O senhor tem conhecimento desses fatos?

O SR. AURELIANO CHAVES - Eu não tenho conhecimento desses fatos, mas os contratos de risco foram montados de maneira muito criteriosa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E, posteriormente, já na saída, venderam equipamentos?

O SR. AURELIANO CHAVES - Isso pode ocorrer. O que acontece é que um contrato de risco se divide em três etapas fundamentais: a primeira etapa é a de levantamentos, e geralmente são levantamentos sísmicos para identificar a probabilidade ou não de ter petróleo na área pesquisada.

A segunda etapa é a exploratória. Perfura-se na área onde há probabilidade de ter petróleo, indicado pelos levantamentos sísmográficos interpretados pelo geólogo, porque o fundamental é que a geologia não é ciência exata, mas, sim, interpretativa. A tecnologia mais moderna é a de sismografia. A gravimetria foi abandonada, porque o aspecto sismográfico é muito mais preciso com a interpretação de computadores, que, hoje, podem fazer avaliações em terceira dimensão. Pode-se cavar, de maneira mais precisa, uma determinada reserva identificada. Apesar de tudo isso, por mais sofisticados que sejam os meios disponíveis de tecnologia moderna, é o geólogo que tem que examinar o mapa sismográfico e a interpretação do computador, podendo, pelos dados que ele tem da região e pelo seu conhecimento, decidir o lugar onde deve ser feita a perfuração, mesmo que a sua decisão divirja da interpretação do computador.

Assim, fura-se e, se tiver petróleo, entra-se na parte exploratória, que é a exploração econômica. Nessa parte exploratória, a PETROBRÁS tem uma participação, se houver a descoberta de petróleo.

O contrato estabelece essas três fases. Na primeira fase, a pessoa faz os mapas sismográficos e os interpreta com os seus geólogos. A companhia diz à PETROBRÁS que isso não tem probabilidade e que não gastará dinheiro para furar. Com isso, a PETROBRÁS, em contrapartida, estabelece que, pelos termos contratuais, a companhia devolva todos os mapas feitos nessa área e o equipamento. A pessoa só pode ficar com os equipamentos nas suas mãos se vencer todas as etapas: fazer levantamentos sísmicos, fazer a exploração, perfurar o poço e fazer a exploração, que é a exploração econômica.

Então, os contratos foram bem articulados. O País se resguarda bem. O País não teve lucro com os contratos de risco, mas também não teve prejuízo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Encerramos os nossos trabalhos, agradecendo ao Dr. Aureliano Chaves pela oportunidade que nos deu de ouvir a sua grande exposição.

Está marcada uma reunião para amanhã, às 10h, com o ex-Presidente do BNDES.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Serviço de Comissões Especiais e de Inquerito

C O N G R E S S O N A C I O N A L

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUERITO. CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 21A. REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1993.

As dez horas e quarenta e nove minutos do dia dezoito de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ezio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Elcio Alvares, Jutahy Magalhães, Jose Anibal e Lourival Baptista. Reune-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquerito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor Antônio Barros de Castro, ex-Presidente do BNDES, convida o depoente para sentar-se à mesa e solicita-lhe a leitura do juramento. A seguir, a presidência passa a palavra ao depoente para fazer sua exposição. Logo após, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator para fazer suas indagações. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Paulo Ramos e Jutahy Magalhães. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretaria da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 21A REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUERITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 19/08/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR ANTÔNIO BARROS DE CASTRO, EX-PRESIDENTE DO

BNDES, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO

PRESIDENTE DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 19/08/93 - 10h49min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Srs. Deputados, Srs. Senadores, membros da Comissão, convidamos o Sr. Antônio Barros de Castro para sentar-se à mesa. (Pausa.)

Iniciando os nossos trabalhos, convidamos o depoente para prestar o juramento de praxe e solicitamos a todos que fiquem de pé.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização."

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Esta Presidência passa a palavra ao Dr. Antônio Barros de Castro para que S.Sª faça a sua exposição.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Surpreendido com o convite para presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, fiquei imediatamente envolvido, empolgado com o cargo que me permitiria prosseguir - agora observando de perto - o meu trabalho, que, já há algum tempo, girava em torno de empresas estatais.

De fato, eu havia sido já consultor da PETROBRAS, da ELETROBRAS, da Companhia Paulista de Força e Luz, do IBGE e do próprio BNDES. Se, por um lado, o objeto era então de alguma familiaridade para mim, por outro lado, o momento me pareceu também extremamente rico e oportuno para um trabalho no BNDES, porque as empresas brasileiras de modo geral estão em pleno processo de reestruturação, e cabe ao Banco mergulhar nesse processo de reestruturação que está sendo, em grande medida, espontâneo.

A política industrial brasileira, na realidade, está bastante omissa em relação a esse processo, e o Banco, ao meu ver, é um candidato natural a entrar pesadamente nisto. Por outro lado, o Programa de Desestatização, sob gestão do Banco e comandado pela Comissão, estava em pleno curso, tendo já apresentado alguns resultados que ensejavam várias considerações e algumas controvérsias. Devo dizer que fui para o Banco convencido de que esse trabalho poderia ser muito profícuo.

A meu ver, as empresas do Estado foram de fato o eixo do processo de desenvolvimento nacional. O Brasil teve um desenvolvimento, até 1980, verdadeiramente extraordinário: poucos países se compararam em êxito ao nosso no que se refere à montagem de uma estrutura industrial moderna: nesta montagem, exatamente as estatais tiveram uma colaboração absolutamente decisiva. Há setores da indústria brasileira que, a rigor, não existiriam, não fora, digamos assim, a atuação de uma empresa como a PETROBRAS.

Sou bastante apaixonado por essa temática, porque sempre me pareceu que o Brasil tinha uma peculiaridade forte, extremamente atraente que era a seguinte: uma empresa pública é, necessariamente, um ser bifronte: por um lado, ela tem

compromissos com a sociedade, com o público, enfim, com seu acionista maior, que é também capaz de definir o seu destino, em última instância. Por outro lado, ela tem a face empresarial; tem que tomar decisões; ser ágil, competente a nível de mercado, de disputa, de competitividade.

Onde entra a experiência brasileira aqui? No seguinte: o Brasil foi exatamente o único país da América Latina que soube criar esse ser bifronte, sem sacrificar uma frente ou outra. Se V.Ex^{as} percorrerem a América Latina e o resto do mundo, observarão que há inúmeros casos em que predominam experiências cuja face pública abafou a face empresarial completamente. Assim sendo, empresas públicas argentinas, chilenas, venezuelanas, mexicanas, por exemplo, nunca tiveram uma trajetória sequer comparável àquela percorrida pelas empresas brasileiras.

Jesus Soares Pereira, patrono, no meu entendimento, das empresas públicas brasileiras, era plenamente consciente disso. Foi ele que, num trabalho intenso junto ao Presidente Getúlio Vargas, conseguiu constituir, ajudado por outros naturalmente, essa visão de que a empresa tanto deve ser pública, no sentido de ter uma missão, ter objetivos a longo prazo e responder perante a sociedade como um todo, como deve ter, do ponto de vista da gestão, um grau de liberdade considerável para ser eficiente.

Muito bem; sempre entendi assim, assim defendi e defendo essa conceituação e creio que o Brasil ia evoluindo nessa direção de manter o caráter bifronte. Até mesmo diria o seguinte: em diversos setores da economia, seria de se esperar que o caráter empresarial fosse ganhando terreno, porque deixava de ser estratégico aquele setor; à medida que ele amadurecia, que chegava a uma espécie de maturidade - e a imagem é essa -, ele poderia competir ombro a ombro com o setor privado. Então, era natural que alguns setores passassem de estratégicos a maduros e, sendo assim, tivessem a sua face empresarial não apenas confirmada como reforçada e, eventualmente, até absolutizada através do processo de privatização.

O Brasil evoluía nessa direção. O Decreto-Lei nº 200, de inspiração do Ministro Beltrão, foi um passo nessa direção. As empresas públicas ganharam mais liberdade de decisão e, por conseguinte, maior capacidade de modernização tecnológica, enfim, de desenvolver competitividade.

Contudo, aqui entra um ponto que me leva ao "x" da questão. A partir de certo momento, essa evolução foi cortada, e eu colocaria no ano de 1979 o ponto de inflexão. Anteriormente, já havia um trabalho nesse sentido; mas, em 1979, com a criação da SEST e com uma mudança profunda do discurso e do entendimento, a nível de governo e a nível de público, do que eram as estatais, começou-se a usar crescentemente as estatais como um instrumento de políticas, das quais a política de estabilização - que jamais estabilizou - era a mais notória. Então, a espinha das estatais foi sendo quebrada, a visão de longo prazo, destruída, e o próprio espírito das estatais, quebrado. E quando digo espírito não falo de imagem.

Trabalhei em estatais e vi como havia uma paixão, um apego à empresa durante a fase heróica, a fase da missão. Empresas como CEMIG ou FURNAS eram empresas que trabalhavam com gente empolgada, com gente que "vestia a camisa", como se dizia à época. E parte desse êxito era essa capacidade de infundir solidariedade, paixão pelos grandes objetivos. A partir de 1979, tivemos uma reviravolta, e começou a haver o predomínio de uma concepção segundo a qual a empresa estatal passa de heroína a vilã, passa a ser suspeita; o dirigente de estatal passa a ser olhado com lupa e, ao mesmo tempo, sob suspeição; inclusive, houve repercussões na quebra da tradição dos quadros que se deu mais no fim dos anos 80 - quadros dirigentes criados e evoluídos dentro da própria cultura. Isso tudo vai desaparecer.

Mas o fato é que começa uma guerra de guerrilhas entre as estatais que tentam sobreviver e o Governo que tenta dobrar a espinha delas e submetê-las a políticas de estabilização, usando-as do ponto de vista crédito, do ponto de vista preço; daí por diante, isso prossegue e vai-se agravando. Em 1986, com o decreto-lei das licitações, a vida do dirigente de estatais se tornou insuportável. Realmente, a tomada de decisões passou a ser tão complicada que a mera compra passou ser um processo complicado: há tantos formulários a preencher, há tantas regras a cumprir antes da tomada das decisões que as empresas vão emperrando, vão esclerosando. Inclusive, nessa época, os quadros fundadores que eram responsáveis por aquela fase heróica, pela fase da missão etc, foram saindo das empresas estatais e houve toda uma degenerescência, todo um envelhecimento, em alguns casos, precoce: em outros casos já havia sintomas disso, e devo dizer também que uma ou outra empresa sobreviveu a todo esse processo degenerativo.

Bom, sabia que tudo isso estava em curso e sabia também de algo importante: que o conjunto de empresas estatais pertencentes ao ramo dos insumos, ao setor de insumos - aço, petroquímicos básicos, fertilizantes - estavam em crise no mundo inteiro. Na realidade, há uma crise mundial de insumos básicos.

Todos os países que mantiveram um peso muito grande nos setores de insumos básicos, com empresa estatal ou privada, estão hoje com problemas gravíssimos do ponto de vista industrial. Recentemente, participei de uma missão na Itália, onde examinamos e discutimos isso; e, de fato, toda essa fase da indústria italiana está em crise.

Então, havia mais essa dimensão. Quer dizer, sobre esse processo histórico, sobre essa degeneração que tracei aqui, havia ainda o problema de as estatais estarem alojadas exatamente na área mais problemática das estruturas industriais contemporâneas e longe das áreas ágeis onde o progresso técnico está criativamente fecundando as empresas tipo eletrônica etc.

Tudo isso considerado, entendi que era uma missão complexíssima, delicada; mas sempre percebi que as estatais brasileiras, que têm um passado tão rigoroso, têm ainda alguns trunfos, têm o potencial apoio de entidades como o BNDES, e poderiam, enfim, ultrapassar essa fase difícil e se reafirmarem.

O programa já estava em curso e havia certas opções. Nestas, o programa de desestatização havia partido de uma visão que não me convence muito, não me agrada muito; havia uma convicção implícita - e às vezes explícita mesmo - que estatal deve ser, em princípio, eliminada. Não partilho, absolutamente, desse ponto de vista, mas daquele que determina um programa de desestatização e que vários setores devem ser integralmente privatizados. O programa havia feito várias opções, e algumas delas eu considerava problemáticas, como por exemplo a Lei nº 8.031 que permite várias formas de venda de estatais. Mas o programa fixou-se numa só: leilões.

Por que só uma? Essa não é, inclusive, a experiência internacional. Internacionalmente, a regra é usar diferentes modalidades de processos de privatização; um processo mais caso a caso e mais baseado em grandes objetivos de longo prazo e não de mera venda das estatais.

Então, entramos imbuídos de duas convicções fundamentais: Tentar casar toda a ação do Banco, de alto a baixo, inclusive passando pela desestatização, com uma visão de reestruturação.

O mundo todo está em reestruturação porque há uma terceira revolução industrial avançadíssima em diversos países e ela está percorrendo o mundo todo. Quem não embarcar nessa revolução ficará inteiramente para trás; aliás, já está ficando.

Felizmente, no Brasil, a empresa privada é muito criativa, é muito vigorosa; não se compara, sequer de longe, a criatividade do nosso empresariado com a do resto da América Latina; o nosso empresariado é bastante criativo, bastante ágil; já está em pleno processo de reestruturação, mas a verdade é que o Estado, os poderes públicos têm pouco ou nada ajudado nesse processo. Pareceu-me, sempre, que o BNDES tinha um espaço grande nesse campo.

E, quanto à questão da privatização, parecia-me que o processo deveria ser flexibilizado, associado à política industrial; além disso, outros reparos menores e operacionais deveriam ser feitos.

Nesse momento, devo citar a orientação do Presidente da República Itamar Franco, que fazia várias restrições, colocadas em conversas mais fechadas ou mesmo diante da imprensa, no sentido de que o programa tinha vícios como, por exemplo, a ausência de moeda corrente, o excessivo techamento do trabalho, a necessidade da transparência, da participação de mais agentes, de mais atores sociais e outras críticas mais que me pareceram sempre pertinentes. Além disso, naturalmente, eu estava afinado convictamente com a Presidência e com o Ministro a quem eu respondia; tratamos, então, de fazer uma revisão da legislação, do decreto e até mesmo da lei - mais do decreto do que da lei - da prática, pela qual estava sendo levada adiante a privatização.

Essas medidas abrangem atos muito práticos como, por exemplo: no dia seguinte à minha chegada ao BNDES, ou dias após, a PETROBRAS foi chamada pela primeira vez a discutir conosco o processo de privatização na área da PETROQUISA. Pareceu-me muito estranho que a PETROQUISA não participasse. As portas do BNDES foram abertas imediatamente e, inclusive, convidei o José Luiz Alqueres para uma das diretorias, exatamente para fazer ponte com a ELETROBRAS. Na realidade, tentamos fazer daquilo um colégio de estatais que iria decidir e pensar. É claro que o empresariado privado era mais do que bem-vindo, participava de todas as reuniões, e com isso começamos a abrir.

Agora, o mais importante viria com a modificação da legislação e isto se deu através do Decreto nº 724, que é resultado de um grande trabalho do BNDES e da Consultoria e que resultou em algumas das mudanças que acatarem a orientação do Presidente da República e que nos pareciam corretíssimas. Por exemplo: a exigência de uma parcela em dinheiro, a presença das estatais, inclusive de representante dos trabalhadores na Comissão, e outras modificações mais que tentassem contornar dificuldades judiciais que emperravam demais o processo.

Na realidade, a minha passagem foi rápida; considero que a possível obra foi apenas iniciada. Nunca cheguei a ser Presidente da Comissão; meu nome foi encaminhado ao Congresso pela Presidência da República e pelo Ministério a que eu pertencia, mas houve uma crise de saída do Vice-Presidente que interrompeu, no início, a passagem dessa indicação. Daí por diante, conturbou-se um pouco o processo; não cheguei a ser indicado, mas a rigor cheguei a presidir, a organizar encontros, a participar ativamente de algumas reuniões. Mas vivi essa fase mais tumultuada de indefinição, de redefinição e, por conseguinte, adquiri certa experiência; coloquei algumas propostas e tive a felicidade de ver, pela imprensa, que o novo Presidente se comprometia a levar adiante esse processo de renovação, essa nova orientação. Parece-me que isto tem ocorrido.

Sr. Presidente, esse era o depoimento inicial que gostaria de prestar, aproveitando a oportunidade que V. Ex.^{as} me deram.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Relator, Senador Amir Lando, para fazer os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. membros, Sr. Depoente: em primeiro lugar, queremos aqui registrar a nossa admiração e apreço pela exposição feita pelo depoente que é, realmente, um professor neste ramo e aqui ministrou - eu diria - magistral aula.

Vamos aproveitar a sua presença e tentar desvendar alguns pontos sobre esse processo de privatização com que V.S.^a teve oportunidade de tomar contato direto quando na Presidência do BNDES.

Como V.S.^a tem exposto, esse modelo merecia uma revisão dentro dos postulados que colocou e diante da experiência internacional, que tinha muito a oferecer ao País, atendendo as peculiaridades de cada caso, em cada nação. V. S.^a encontrou, enfim, uma estrutura e um processo em curso sobre o qual há, no País inteiro, uma pressão irresistível do cumprimento de cronogramas preestabelecidos sem qualquer critério, no nosso entender.

Ao encontrar esse quadro um pouco adverso aos princípios aqui manifestados, e que têm sido, por coerência, uma pregação constante nas suas manifestações ao longo de mais de duas décadas, quais as medidas que tentou implementar? Gostaria de saber se V. S.^a atingiu o objetivo desejado ou, se não o alcançou, que razões o levaram a um resultado diferente do que já vinha ocorrendo?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - V. Ex.^a acaba de formular uma questão importantíssima, que tentarei responder parceladamente, acrescentando algumas informações.

Gostaria de agregar à exposição anterior duas ponderações que me parecem muito relevantes.

O processo de privatização no Brasil foi retardado, foi atrasado, seja pela pressão dos que eram contrários a qualquer projeto de privatização, seja pelo fato de que a economia brasileira atravessou os anos 80 obcecada pelos problemas de curto prazo e de estabilização.

A questão da privatização é eminentemente estrutural e, como tal, tinha pouco espaço, inicialmente, como foco de preocupações. Então, havia esforços e havia resistências a esses esforços, mas não foi fácil dar partida ao processo; houve a experiência BANDESPAR, mas foi muito limitada.

Então, aqueles que me precederam conseguiram romper a inércia. Sempre entendi que o processo que eu estava constatando havia sido determinado, em parte, pelas circunstâncias no sentido de que, finalmente, conseguira-se iniciar, de fato, a privatização no Brasil.

Esse esforço de dar partida, de vencer a inércia não é muito propício ou adequado para se encontrar uma forma ideal.

Então, sempre reconheci um mérito nos que me precederam, o mérito de deslanchar. Não era fácil. Nesse deslanchar, houve simplificações e essas simplificações deveriam ser, antes de mais nada, corrigidas.

Creio que, por outro lado, havia - como procurava dizer - que se tentar ligar esse processo de desestatização à reestruturação em curso na economia, porque os setores que estávamos privatizando, como disse, setores em crise mundialmente, precisam mudar o seu formato para atingir uma conformação sustentável internacionalmente.

Tomemos o caso da petroquímica. Sem uma profunda reestruturação, a petroquímica brasileira não sobreviverá. Hoje isso é conhecimento comum dos que estudam esse assunto. E não havia porque o BNDES e o Estado Brasileiro, o Poder Público, se omitirem, tirem à margem disso. Então, como é que se poderia interferir?

Não estamos mais em época de intererências diretas, mandatórias, por parte do Estado. Há um intervencionismo jacobino dos anos 50, 60, 70 que não faz qualquer sentido. A única maneira de entrarmos nesse setor seria via diálogo, pactos, combinação etc., mostrando às empresas que o interesse era delas próprias e do País e partir para soluções maiores e não meramente comprar um pedaço de uma empresa ou aglutiná-la.

Então, havia todo um trabalho de trazer os candidatos, trazer o Poder Público para a mesa e criar soluções negociadas que mudassem - estou ilustrando, estou querendo ser preciso - completamente o perfil da petroquímica no Brasil. Isso não era uma preocupação da direção anterior, que entendia que a sua função se resumia em vender com a metodologia que lhe parecia correta. A nossa percepção era de que a metodologia deveria ser aprimorada e que deveríamos induzir, sem forçar, sem conduzir - até porque isso não é viável politicamente - , deveríamos ajudar a gestar um novo modelo de petroquímica, no caso a que estou me referindo.

Creio que, modesta à parte, houve um avanço nesse sentido. Tivemos numerosas reuniões do setor no BNDES com a participação de vários candidatos que, até então, não se reuniam: às vezes adversários violentos, às vezes quase inimigos, inimigos também, às vezes, da PETROQUISA. Houve muitos encontros desse tipo e lá começaram a nascer acordos que permitiriam a reestruturação da petroquímica.

A visão que hoje se tem do futuro da petroquímica brasileira mudou completamente. Penso que alguma influência houve desse trabalho.

Como dizia, a nossa passagem foi relativamente curta: por outro lado, esse trabalho continua, essa visão continua, mas houve alguma inflexão. O setor em que percebo isso mais claramente é o setor petroquímico.

No setor do aço, quando chegamos, as privatizações já estavam avançadíssimas. A USIMINAS já tinha sido privatizada e a ACESITA estava para ser privatizada; portanto, não houve terreno, espaço, tempo para reuniões, e dizer-se: faz sentido ou não faz sentido combinar tal empresa com tal empresa; chegar a tais e tais acordos; pensar em joint ventures, pensar em fusões, em cisões, eventualmente.

A Lei nº 8.031 prevê cisões e fusões, há toda uma arquitetura a ser operada a partir dela isso nunca foi tentado.

No caso do aço, essa bola não passou perto de mim, não tive essa chance de maneira alguma. No caso da petroquímica, começamos a atrair nessa direção e creio que avançamos um pouco. Mas, como digo, os avanços foram modestos e novos avanços estão ocorrendo na direção em curso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sabemos que a estrutura de qualquer setor petroquímico sempre tem uma vinculação direta com a produção de petróleo, quer dizer, toda empresa produtora de petróleo tem o seu braço petroquímico.

Em primeiro lugar, temos que colocar que o setor petroquímico é um setor privado. Há apenas uma participação de 1/3 das empresas públicas, no caso a PETROQUISA. O modelo foi montado com essa visão tripartite - V.Sª sabe disso, não preciso nem tocar nesse ponto.

Percebe-se que há uma reação, hoje, de parte dos empresários pela saída da PETROQUISA. Os depoimentos, nesta Comissão, têm sido menos constantes no sentido de que a PETROBRAS deva permanecer com seus 30% - antes 10%, agora já se fala novamente em 30% -, mantendo-se, enfim, o mesmo sistema.

Agora, essas modificações a que V.Sª se refere não dizem respeito à privatização mas, sim, à reestruturação. Gostaria que V. Sª fornecesse mais algumas informações a esse respeito diante desse quadro porque há uma reação à própria privatização. E o que se estabelece é que, com a venda do controle de centrais, quer dizer, as empresas que fornecem as matérias-primas, está-se criando uma instabilidade muito grande no setor, porque levará, evidentemente, ao monopólio ou oligopólio dessas áreas.

Isso tem criado desespero naqueles que dependem das centrais produtoras de matéria-prima.

Então, gostaria de ouvir mais um pouco sobre essa reestruturação porque me parece importante, pois se trata de um setor que está em crise, em crise porque a matriz é mundial, e uma crise de organização especificamente.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Semanas após a nossa chegada ao bnco, houve o Congresso Brasileiro de Petróleo e ali vimos - isso foi noticiado pela imprensa - que predominavam posições que negavam inteiramente sentido, funcionalidade, vantagem estratégica de se ter a PETROBRAS ou a PETROQUISA no futuro da petroquímica.

Esse clima mudou completamente. Na realidade, fruto dos encontros, fruto dos debates e fruto da percepção da fragilidade de se ter a cadeia e não ter a base; de se ter o primeiro elo da cadeia desconectado; hoje, o setor privado não está mais dividido a esse respeito, todos acham que a PETROQUISA tem espaço. Hoje, a discussão é mais sobre a porcentagem da participação: se 25%, 30% ou 20%, coisas desse tipo.

Então, o papel importante da PETROQUISA está reconhecido. Sobre esse ponto de vista, avançamos bastante e tenho a impressão de que caminhamos para uma solução não prejudicial, penso que essa seria a tendência até outubro ou novembro de 1992.

Agora, o setor petroquímico tem problemas para os quais teríamos que procurar soluções através de política industrial, através de outras dimensões da ação pública. Um dos problemas básicos é o seguinte: ficamos com empresas muito pequenas. A petroquímica é um setor que não está na terceira revolução industrial, ainda está na segunda, a escala é que manda. Não é como outros setores em que diversas razões possibilitam que pequenas e médias empresas possam enfrentar as gigantes. Estamos vendo a IBM sendo questionada por pequenas e médias empresas. Na indústria automotora também houve um pouco a quebra do fenômeno escala. Em petroquímica, não; em petroquímica, a escala ainda é absolutamente decisiva.

Acontece que a maioria das nossas empresas vendem 200 a 300 milhões de dólares ao ano o que, internacionalmente, é inexpressivo. Gigantes como a Bayer, Hoescht, etc. - que aliás não são ligados ao petróleo - alcançam valores em vendas da ordem de 20 a 25 bilhões de dólares.

O Estado brasileiro tem tudo a ver com isso, porque se trata de capital nacional, capital que provém de créditos públicos, quer dizer, é parte da nossa indústria e é parte do crédito que o setor público deu, que explica a existência dessas empresas. Isso tudo está em questão, e para que isso sobreviva é preciso que mude enormemente.

Por exemplo: muito possivelmente, um dos setores que tem mais possibilidade de sobreviver é o setor termoplástico, que, de fato, está-se concentrando.

Então, nesse sentido, faria uma consideração: há muita reação pública, que compreendo numa primeira instância, contra a concentração privada. Mas, quero deixar aqui a minha advertência: a concentração é inexorável. Temos que ter outros

instrumentos, mas não devemos impedir a concentração. A concentração pode ser extremamente propícia, pode ser indispensável à sobrevivência.

Por outro lado, no caso brasileiro, essa dependência da nafta e da PETROBRÁS é um dado estrutural, vai permanecer. E o melhor é se ter mesmo a PETROQUISA comprometida, partilhando ativamente dessa estrutura para que os setores não se sintam fragilizados, ameaçados: "Bom, amanhã, a PETROQUISA não me fornece a nafta, muda o preço e eu fico como, internacionalmente, em termos de competitividade?"

Temos que ter cadeias integradas, a PETROQUISA tem que realmente estar na base. Os documentos não são muito claros a esse respeito, poucos são os documentos que revelam estratégias da química, por isso V. Ex^a tem que inferir-las do estudo, elas não estão publicadas. Mas há muito preço de transferência.

O Brasil, num determinado episódio, quis saber o preço da nafta no Japão. E não se conseguiu. Por quê? Por causa do preço de transferência interno. Então, há um jogo interno muito complexo. Temos que fazer complexos comparáveis, agressivos, competitivos, etc. E nisso tudo o Estado tem um papel importantíssimo, mas não mandatário: o Estado deve exercer um papel de supridor de créditos, de supridor de conhecimentos, de agregador, de padrinho de uniões, etc. Claro que ele tem que ser avaliado, examinado, em grande medida *ex post*; se se quiser *ex ante* justificar cada ação do Estado, o Estado fica completamente paralisado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sobre esse ponto ainda, gostaria de fazer algumas indagações.

V. S^ª não entende que esse projeto tripartite realmente é um modelo muito interessante e que ainda não exauriu a sua função, ele poderia produzir frutos para o País nesse setor?

Estamos assistindo a um predomínio absoluto desse setor pela Odebrecht. Praticamente, se ela consolidar duas ou três posições, estará atastando todos os demais participantes. Esse é o quadro que está se desenhando na prática.

Tenho um temor - parece-me justificado, não é um preconceito meramente contra os monopólios - sobre a modelagem que poderia ser mantida, mesmo aglutinando-se empresas.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - V. Ex^a levanta uma questão delicadíssima, e a delicadeza da questão decorre do seguinte: por um lado, tem que ser gigante e, por outro lado, é ideal que não seja gigante de um só. Então, veja a dificuldade do Estado. O Estado não deve, de maneira alguma, dificultar a formação de gigantes, porque na área petroquímica ou se é gigante na base ou não existe. Por outro lado, é claro, há um delicado problema da propriedade do gigante, e as possibilidades de o Estado agir nesse sentido são poucas. Tenho a impressão que os instrumentos de que a sociedade dispõe para se defender situam-se em outro campo, no campo do *exame*, das práticas, práticas de formação de preços, etc.

Entendo que o Estado tem que agir com mão leve na formação dos grupos, porque é muito importante que o espírito empresarial esteja a pleno vapor, com todo o ânimo, com toda a força, porque não é fácil, hoje, sobreviver nesse campo internacionalmente. É preciso muita vontade empresarial, é preciso investir pesado, é preciso partir para associações, é preciso crer no futuro. Então, o Estado deve respeitar bastante esse *elã*, essa força vital das empresas.

Por outro lado, é claro que ele deve resguardar os interesses da sociedade, mas nunca impedindo a concentração num ramo que está tecnologicamente condenado à concentração.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que assistimos, evidentemente, foi a saída do Estado para entregar o controle a um grupo, no caso, o grupo Odebrecht, que está, efetivamente, alcançando essa posição. Com isso, quebrado o equilíbrio que existia entre as três partes com a presença do Estado, através da PETROQUISA, vamos dizer assim, há uma postura - pelo menos é o que se tem detalhado aqui, estamos vendo esse desenho - de que o sócio estrangeiro, que traria o aporte de tecnologia, também está se afastando, está se recolhendo.

Qual a análise crítica que V. S^a tem do modelo da organização do nosso setor petroquímico?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - O modelo tripartite foi uma idéia, uma proposta, posta em prática, extremamente hábil e muito bem colocada historicamente. No fundo, a sua motivação maior era a seguinte: é preciso criar empresas brasileiras na área de química pesada e, evidentemente, não há cacife, não há candidatos naturais.

Então, como é que se faz para abrir espaço? Dá-se um terço para o Estado, que está ali de guardião; um terço para a companhia estrangeira, porque, inclusive, éramos nulos tecnologicamente; e um terço para crescer, para dar força. Realmente, criamos empresários. Esse é um campo em que o BNDES criou empresários.

Ora, esse modelo, por um lado, vingou, deu certo, tanto é que os empresários estão aí. Existe até um empresário extremamente vigoroso, potente, crescendo surpreendentemente na área, ao qual V. Ex^a se referiu.

Então, num certo sentido, o modelo foi naturalmente superado. Naturalmente, por quê? Porque os dois objetivos que ele pretendia foram alcançados: a) está aí a petroquímica; e b) existem empresas nacionais em petroquímica hoje.

Tenho a impressão que é melhor para todos - "todos" aqui a sociedade antes de mais nada - e para as empresas e para a empresa a que V. Ex.^a fez referência, que isso não vá para monopólio, que isso vá para uma estrutura tipo 3.2.3. Estou falando de base, claro que depois poderá se abrir, mas base 2, 3.

Tenho impressão que não é nada difícil persuadir os próprios atores principais que é conveniente para todos que haja essa relativa desconcentração em 2 a 3.

Não podemos sonhar com pulverização, multiplicidade etc. porque isso não faz sentido nesse terreno. Então, tenho impressão que - indo direto à resposta - o modelo deu certo, está aí a petroquímica e estão aí os nacionais. Não havia nacionais nesse campo, só tínhamos nacionais em têxteis e em outras coisas. Agora, temos nacionais em química, a Bahia tem. Enfim, hoje, existe isso.

Tenho impressão que é ideal que isso não se concentre excessivamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O problema é o seguinte: o modelo não tem nenhum óbice, nenhuma medida que evite esses monopólios. Por exemplo: no setor siderúrgico, se o grupo Bozzano/Simonsen adquirir o controle da COSIPA, ele, praticamente, controlará 50% da siderurgia nacional. São dados, informações, que podem até não ser verdade, mas é uma hipótese.

Então, estamos criando grandes monopólios sem qualquer freio. Neste Brasil, temos que ver a realidade nacional, não se respeita lei nenhuma, nem a Constituição. Estamos vivendo nestes tempos um caos, não é uma resistência civil. O que está acontecendo é uma desobediência generalizada, é um desprezo geral ao sistema legal. Realmente, alguns mecanismos deveriam prever e precaver isso na prática, antes que isso ocorra, porque, depois que acontecer, vamos sair atrás, é a questão do gato e do rato, não sei quem vai pegar quem e aonde.

A nossa preocupação é que o modelo está levando a essa concentração, à criação de verdadeiros monopólios também em outros setores.

Como V. S.^a vê esse panorama?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Compartilho da preocupação de V. Ex.^a. No entanto, gostaria de frisar o seguinte: a deficiência é maior do que parece à primeira vista, e ela fica clara se fizermos uma pergunta - a nossa deficiência, a nossa precariedade, do Brasil: quem está pensando nisso no Governo brasileiro, em termos de formar uma estrutura para o futuro? Quem? Onde estão os órgãos que trabalham com isso? Quem é que está formulando projetos para a estrutura industrial brasileira?

Há dois aspectos nessa questão: o aspecto central de política industrial, que V. S.^a está levantando, e o aspecto de defesa do consumidor, que também é importante.

Eu, por exemplo, como profissional da área de política industrial, tenho em conta os dois e dou muita importância à área política. Quem é que está tratando disso? O Estado perdeu sua habilitação. O Estado era um grande formulador de projetos. Quem está formulando projetos para a estrutura industrial brasileira? Onde está isso? Em que Ministério? Em que órgão?

Sonhei que o BNDES poderia assumir essa parte, e trabalhamos nessa direção. Há outros que se inquietam, não estou sozinho, mas a verdade é que perdemos o nosso preparo para resolver essas questões maiores.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Como o problema de privatização deveria estar inserido nesse contexto, onde estaria programada a saída do Estado desses setores de forma racional?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Onde participaria a empresa privada como proponente, etc. Mas, onde está esse fórum?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não existe, não o vejo. Pensou-se em fazer, a partir do Governo Collor, negócios. A privatização é meramente um negócio. A imagem que se tem desse programa é a de um negócio, temos que reformular isso.

Entendo que o Estado deva sair do setor, todos concordamos nesse aspecto, mas sair de forma refletida, racional, programada, projetada num cenário de desenvolvimento industrial do País.

Parece-me que não estamos longe desse objetivo. É o que estamos sentindo e ninguém questiona. Isso é levado de roldão, em todos os danos possíveis que a história há de registrar.

Estamos fazendo esta Comissão mais ou menos como Euclides da Cunha terminou Os Sertões, vamos registrar apenas essas desgraças que vêm ocorrendo.

Especificamente, tenho ainda algumas perguntas.

O que se tem colocado na mídia é que a desgraça do País são as estatais. De repente, não se tem recursos para a educação, para a saúde, para o saneamento básico, para a infra-estrutura, etc., orque as estatais estão devorando os orçamentos públicos.

Vamos admitir que tivéssemos exaurido o processo de desestatização. Como V. S.^a, um economista reconhecido no País, um dos maiores economistas do nosso País - é preciso que se registre, o seu trabalho merece o respeito de todos nós - , imaginaria um cenário - é próprio da profissão do economista imaginar cenários - após o Brasil ter liquidado todas as empresas públicas? Que Estado teríamos? A economia iria realmente resolver os seus graves problemas?

Imagine que foram eliminadas todas as empresas públicas. Não podemos, de maneira nenhuma, pensar, como alguns falam, que haverá recursos para a saúde

advindos da privatização porque, segundo o modelo que está aí, haverá no máximo uma liquidação de dívidas, ou seja, resgate de papéis públicos, quer dizer, recurso disponível não haverá nenhum.

Imagine, também, as condições realistas que V. S^a poderá projetar, diferentes das minhas. Que cenário teríamos? É claro que não é uma pergunta relativa à investigação. É pensar este País. E essa capacidade V. Ex^a tem e é reconhecida por todos.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Eu começaria pelo primeiro ponto, se V. Ex^a permite, afirmando peremptoriamente que é falso dizer-se que faltam recursos porque existem estatais. Isso é absurdamente não verdadeiro. É fácil demonstrar isso.

A maioria das estatais não drena recursos. Quando muito toma recursos de investimento, o que é absolutamente normal e desejável. E as empresas privadas tomarão o seu lugar, tomarão recursos públicos, inclusive. Tudo o que mais queremos é que, depois de desestatizada, depois de privatizada, a empresa volte ao BNDES com um bom projeto e tome dinheiro do BNDES para fazer um bom projeto.

Na realidade, tomar dinheiro é semear o futuro. Tomar dinheiro de empréstimo para investir é o objetivo, ao invés de ser algo a lamentar.

Quanto a gasto corrente, o caso de estatal que precisa de dinheiro do Tesouro para gasto corrente é um caso excepcional, um ou outro, de uma ou outra falida, é exceção e não a regra. Então, é falso.

Na realidade, a razão pela qual faltam recursos públicos neste País é elementar: é que todo país com uma inflação de 2.000%, 3.000%, ou seja, com inflação altíssima, tem um setor público que sofre uma erosão violenta de recursos. O Brasil faz o milagre de ter esta inflação e ainda ter recursos para tocar a máquina, porque o normal, a estas alturas inflacionárias, ou seja, a 2.000%, a 3.000% de inflação, é que o Estado esteja quebrado num outro sentido - o de não poder pagar nem as suas forças armadas, como na Bolívia e na Alemanha de Weimar. Na realidade, faltam recursos porque a inflação os devora.

Portanto, temos que pensar de fato, como V. Ex^a sugere, o futuro. Negar as inverdades, os mitos e pensar o futuro. E, quanto ao futuro, é ocioso dizer que é difícil pensar, que é muito complexo, etc, etc. Todos sabemos que não tenho a menor possibilidade aqui de improvisar algo nesse sentido, mas quero dizer que, quanto ao futuro, uma coisa sabemos: é que existe o crescimento, hoje mais vigoroso do que nunca, no mundo. Está situado, sobretudo, na Ásia. Atualmente, o que existe no mundo é um cardápio, mais variado do que nunca, de possibilidades. Inclusive de possibilidades de posicionamento do Estado.

E mais do que nunca também, é possível dar muito certo, como jamais aconteceu na História. Jamais houve êxitos comparáveis ao da Coreia, de Taiwan, ou da própria China Continental. Mas também nunca houve fracassos tão grandes quanto os que ocorrem na atualidade. Então, o leque da História abriu muito mais e o cardápio de possibilidades é bem vasto. O setor público, hoje, tem diversos modelos.

Certamente o modelo do pós-guerra, daquele setor público engenheiro, que vai lá, faz o projeto, financia e, certamente, é proprietário, este, o setor público engenheiro, não é mais uma opção, digamos, se não raramente. Isso é um dado.

O que existe são numerosos outros projetos e formas de *interlocking*, de ligação do setor público com o privado. A Alemanha e a China Nacionalista são dois exemplos. Na própria Alemanha, existem vários modelos de ligação do setor privado com o setor público. Na Baviera é um modelo, em Baden é outro e na Renânia é outro. De fato são relações muito mais íntimas, muito mais miúdas. Não são aquelas grandes, não há plano no sentido maior de estabelecer uma meta, com tal taxa de crescimento, nada disso. É uma relação intimista em que o Estado ajuda e participa de mil maneiras da construção do futuro. Por exemplo, na região de Baden-Wurtemberg, na Alemanha, a respeito da qual tenho certas informações, como o Estado entra lá? Através de distritos, através da universidade, através de mil maneiras. E isso até dificulta os adversários. Quando um negociador internacional chega lá e diz que há interferência do Estado, que é o Estado que está alavancando a indústria, suponhamos a Bosch, em Stuttgart, os alemães dizem: "Não. Como? Onde está isso?" Na realidade não está. Está por dentro. É íntimo o contato. Só estou dando uma ilustração. Poderia dar outros exemplos da Itália, da China Nacionalista. Temos é que descobrir o nosso caminho.

Essa idéia de que o mercado vai ficar autônomo, automático, isolado é uma bobagem que teve uma curta duração, foi ressuscitada momentaneamente, teve um êxito extraordinário no Brasil, alavancado por muitos interesses, mas é algo que não digo que já está sepultado, todavia está em pleno declínio internacionalmente. É brincadeira. Isso não representa as possibilidades do mundo de hoje, que é da parceria inclusive pública e privada, da parceria interempresas.

Quer dizer, aquele mundo em que a empresa só tem relações de mercado, compra o mais barato, vende otimizando lucros, praticamente não tem relações com seus competidores, com seus empregados e com o Estado, isso não existe. E onde existe, fracassa.

O que existe são empresas que têm profundas ligações com seus trabalhadores, com seus fornecedores, com a universidade, com o Estado, o estado leve, com "e" minúsculo, de mil maneiras. É esse mundo relacional, de tecido fino, com ponto miúdo, que é o futuro. Como? Aí depende. O Brasil tem que escolher. Mas, mais uma

vez, vamos para o drama brasileiro, quer dizer, a inflação é tão sufocante que, a rigor, não estamos discutindo isso. O que estamos discutindo é a taxa de inflação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, evidentemente que, por ser falsa a premissa, o senhor prejudicou toda a pergunta. Mas, de qualquer maneira, isso é importante deixar registrado porque há uma mentira nacional. E este País vive construindo, digamos assim, as suas expectativas em cima dessa mentira. Agora, está-se vendendo que, uma vez eliminadas as estatais, porque o processo é de eliminação, propriamente dito, haveria recursos para resolver as questões cruciais deste País.

Sobre esse ponto, o senhor acredita que haverá recursos realmente suficientes para ao menos fazer face às demandas mais prementes da população brasileira, com a venda das estatais?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Não. Com a venda, não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nem vai economizar muito.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - O Brasil tem uma resistência tributária tão grande que, na realidade, a receita não entra em colapso, mesmo a 3.000% de inflação. Estamos assistindo, neste ano, com a seriedade com que são tomadas certas medidas, neste momento, a uma ressurreição, a um revigoramento da receita pública. Estamos prevendo em nosso instituto que este ano a carga tributária brasileira voltará a ser de 27%, que é um ponto máximo. Reconstitui uma posição do período do início dos anos 70: 27%, ou seja, os recursos estão assegurados. Compete-nos gastá-los bem. Existem recursos.

Temos é que discutir o uso e com longo prazo, com telescópio, não só "atendendo da mão para a boca" os pedidos e as pressões.

Quando digo isso, remeto naturalmente, não sou ingênuo, à crise do Estado. Existe uma crise do Estado neste País.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É sobre isso exatamente que eu queria que o senhor abordasse essa questão, quer dizer, o papel do Estado. O senhor, evidentemente, de certa forma, já balizou alguns pontos nesta área. Já tive oportunidade de expor a V. S.^a o meu ponto de vista nesse particular. A meu ver, há um papel próprio do Estado que não se vai confundir jamais com uma empresa privada. As empresas públicas, claro que concordo, tinham essa face defronte e, em certos momentos, predominou uma ou outra. E a tendência natural seria que ela, no momento certo, tivesse essa fonte privada para ser realmente passada para a iniciativa privada; ela teria perdido a função pública. Concordo plenamente com isso. Mas o Estado em si, o que se está querendo dar ao Estado é a estrutura de uma visão privada. E o Estado realmente tem compromissos maiores com o interesse geral, que não se deve confundir jamais nem com si mesmo, como sendo um ente que vai produzir para se auto-sustentar e nem para continuar a ser um grande gestor dos interesses privados. A grande função do Estado brasileiro, neste momento, é de gestor dos interesses das empreiteiras. Grande função, porque o resto, realmente, é que fixa as prioridades de obras e investimentos em muitos setores, não só da Administração Federal, como dos Estados e Municípios; em segundo lugar, o sistema bancário, que tem fortes interesses nas finanças dos Estados; em terceiro, as prestadoras de serviços públicos e as concessionárias de serviço, que têm também uma ligação íntima. Neste item, vamos colocar, praticamente, a questão da terceirização e das concessões de serviço público. Em quarto lugar, são as atividades subsidiadas, em que se incluem os incentivos, etc, todos os que têm vantagens nessa área.

São esses quatro setores, no meu entendimento - não sou economista, mas a minha observação é filosófica - que realmente comandam as ações. O orçamento se elabora na direção dos interesses desses grupos, que já permearam a estrutura do Estado.

A elaboração do projeto, no Executivo, está definitivamente marcada pela presença deles. Eles pagam servidores - não estou dizendo os que exercem cargos de confiança - e, sobretudo, têm uma estrutura paralela que lhes presta informações privilegiadas de tudo que se elabora em termos de estratégia econômica, incluindo-se aí o setor financeiro. Enfim, eles comandam o orçamento e, praticamente, grandes setores de interesses do Estado. E o Estado está enredado e preso por um círculo de ferro de dependência. Não temos mais o Estado. Mesmo o senhor, quando chegou com essas idéias, encontrou dificuldades. É exatamente isso que está permeado na estrutura estatal e que hoje torna difícil essa mudança. Mas vamos ter de romper com essa estrutura para que possa ser definido o papel do Estado.

Essa é a visão que tenho.

E qual seria o papel desse Estado, não moderno - porque acho que a modernidade, da maneira como foi concebida, já faliu - mas ajustado às exigências destes tempos?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Creio que teremos de repensar, de fato, o próprio material de que se faz o Estado hoje no Brasil.

O nosso Estado foi herdado de um período politicamente nefasto; mas, como o mundo é muito complexo e a história tem muitas ironias, ele tinha as suas qualidades. Entre elas, havia, por exemplo, o velho DASP: tinha-se a noção de que há carreiras dentro do Estado, quer dizer, formação sistemática de habilitações, que o armavam para que o Governo pudesse escolher talentos dentro dos quadros do Estado. Deveria haver quadros excelentes, dentro do Estado, para preencher o cargo de secretário, quando um Ministro fosse empossado. Este, de acordo com a sua orientação

política, escolheria "A" ou "B" ou "C", mas seguindo a oferta de quadros dentro do próprio Estado.

Isso foi destruído, o que é gravíssimo. Temos de reconstituir essa cultura burocrática de alto grau, capaz de assumir o barco. É evidente que, em uma democracia, vai-se governar o país, refletindo-se as opções do eleitorado fiel às propostas do Partido, mas tendo, dentro do Estado, essa grande oferta de talentos.

A verdade é que, na medida em que esvaziamos o Estado - e alguns órgãos ainda não o foram - o governante assume o Ministério e não tem quadro algum, está sozinho. Vai, então, pedir emprestado a uma universidade ou a um grupo e, muitas vezes, cair em inexperientes ou até em outras situações piores do que isso.

Uma das respostas é a seguinte: temos de restabelecer um Estado vigoroso, o que não quer dizer muito interferente, abafante, nada disso, mas vigoroso no sentido francês. Os franceses têm um Estado vigoroso; e há outros, como o austríaco. O brasileiro sempre o foi, mas perdeu, estiolou-se e hoje é uma sombra do que foi.

Eu já presenciei o drama de Ministros empossados, que, honestamente falando, vão pedir emprestado quadros ao BNDES, porque não têm quadro para tocar o Ministério.

Assim, não é possível. Na realidade, há um problema aqui de reconstituição de quadros do Estado, de burocracia.

Não existe mais aquela velha burocracia, e a aposentadoria precoce dos últimos quadros acabou de liquidar com ela. Mas, para começo de conversa, para assumirmos quaisquer funções de Estado, temos que dispor desses homens. Onde estão?

Deixo, portanto, aqui registrada a minha veemente convicção de que o Estado tem de ser reconstruído e fortalecido, para fornecer aos políticos a possibilidade de efetivamente imprimir ao País uma direção, e não outra, que é aquela escolhida pela política.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Fiz um registro exatamente sobre essa questão no meu relatório, aproveitando aquele momento importante da CPI do PC. Trata-se do desmonte do Estado, que já vinha sendo feito, evidentemente, há longo tempo. Mas parece que o Governo Color lhe deu o golpe de morte, e aquelas medidas iniciais, que tinham uma capa acadêmica, eram, na verdade, para destruir todos os controles e abrir as portas para esses processos escabrosos de corrupção: quer dizer, isso foi o que verifiquei e registrei. Dessa forma, temos realmente de repensar e reestruturar a questão.

Como bem disse V. S^a, penso que é disso que o País está necessitando, porque não há planos ou projetos que resistam com essa estrutura debilitada do Estado brasileiro. Ninguém vai conseguir realmente implementar políticas, porque o Estado está viciado, comprometido e perdeu o sentido da sua própria natureza. Vejo, com muita satisfação, que V. S^a segue a minha linha de pensamento.

Eu tinha mais algumas perguntas a formular, nobre Presidente, mas, como há outros companheiros com o mesmo propósito e, devido ao adiantado da hora, deixarei para fazê-las ao final, se houver possibilidade.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Infelizmente, dos membros da Comissão, estamos apenas nós dois. O Senador Jutahy Magalhães, aqui presente, não pertence à Comissão. Quero, portanto, pedir a V. Ex^a que se considere na Presidência, para que eu possa fazer as minhas perguntas.

Diante das inúmeras agonias a que estamos sendo submetidos ao longo desse período todo, a sua última resposta, Dr. Barros de Castro, causou-me uma certa agonia, até porque, se é verdade que desmantelaram o Estado brasileiro, também não é verdade que não tenhamos hoje, na nossa burocracia ou nos diversos setores de atividade, pessoas altamente qualificadas, pertencentes aos quadros das instituições. Essas, depois de uma longa carreira, também vão vivendo a amargura da injustiça, vendo que são buscados quadros de outros setores, que, até com uma certa frequência, não conhecem nada a respeito da atividade que vão desempenhar. Alguns são simplesmente colocados nas funções, até para a formação - veja bem - de quadrilhas, como ocorreu no Governo Color. E, de repente, concordamos com esse desmantelamento.

Quero dizer que, lamentavelmente, algumas instituições vão sendo responsabilizadas pela concessão ou pela cessão dos seus quadros - uma delas é o BNDES, outra é a PETROBRAS - e, diante do entendimento equivocado de que são os únicos centros das excelências nacionais, vão soterrando as demais excelências.

Dessa forma, no desempenho do mandato, ficamos um pouco generalistas no conhecimento dos fatos, e não no das questões. Participamos das mais diversas reuniões, já que há alguns poucos Parlamentares que fazem parte da militância parlamentar, isto é, que são eternamente convidados para as chamadas reuniões de menores, as reuniões das categorias profissionais não só do serviço público como também das empresas estatais e dos bancos oficiais.

Hoje, dentro do BNDES, há uma insatisfação muito grande pelo fato de ele fornecer quadros - como o fez - para uma estrutura de poder altamente corrupta. Entretanto, fica a impressão - que não é verdadeira - de que o BNDES é uma espécie de fonte de excelência, que tem de fornecer os seus quadros, às vezes até causando prejuízos a suas atividades, para que os Ministros de Estado possam compor a sua equipe, quando isso não é verdade. Temos, em todos os setores, excelentes profissionais.

Concordo - e é uma visão minha - que os partidos políticos não estão estruturados para assumir o poder; e quando atingem esse patamar, não têm, para os diversos setores de atividade, na sua militância - ou pelo menos não distinguem, mas

deveriam buscar - nos respectivos quadros, as excelências ali formadas. É muito corriqueira, grosseira até, talvez incompatível, a expressão: "Vem para cá e acaba comendo na nossa mão".

As vezes encontramos titulares, em determinados setores de atividade, que são altamente incompetentes e despreparados, e que até são iludidos por uma máquina corroída que já existe.

Parece-me - e eu gostaria de fazer esse reparo para afirmar a minha posição; tive oportunidade até de apresentar um projeto de lei, que, obviamente, não tramita; conhecemos, de grande experiência, o Congresso Nacional e sabemos quais são as matérias que tramitam ou não - que seria obrigação do governante colocar, na direção das empresas, profissionais oriundos dos próprios quadros da empresa e que ele os escolhesse. Mas esse projeto foi fadado à derrota em todas as comissões, isso é incrível. Por que?

Ontem, por exemplo - e não acredito que seja verdade o que os jornais publicaram - que o Presidente da República, através dos seus Ministros, chegou a insinuar que os Parlamentares que não votassem de acordo com a orientação do Governo e que tivessem indicado pessoas para ocupar cargos na administração pública, teriam esses quadros demitidos. Isso foi publicado no jornal, mas não acredito.

De qualquer maneira, eu poderia, de memória, citar inúmeros quadros que exercem funções na administração pública por indicação política, sem qualquer vinculação com aquela atividade. É uma injustiça admitir que o Estado brasileiro foi desmantelado pela inexistência de profissionais. Profissionais existem, servidores públicos competentes existem, mas vivem a injustiça de serem preteridos por outros.

Agora, por exemplo, há um caso terrível na Caixa Econômica Federal. Está sendo indicado para Diretor de Saneamento da CEF um quadro totalmente estranho àquela instituição e cuja vida pregressa já vem manchada por envolvimento em inúmeras irregularidades. Não acredito que na Caixa Econômica Federal não existam profissionais que sejam conhecedores profundos da área de saneamento, e que ali se receba um Diretor de Saneamento indicado por alguém que dá sustentação política ao Governo.

Essa minha observação não é uma pergunta, mas objetiva fazer justiça a um Estado que está sendo desmoralizado até por aqueles que ocupam o poder. O exemplo do elefante é o último mais considerado, em que o Estado, com verba pública, se desmoraliza.

Vou fazer a primeira pergunta, mas não quero deixar de fazer esse registro, até em homenagem ao BNDES, que já experimentou também ver em cargos de direção, vários profissionais que não guardavam qualquer vinculação com o órgão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando me referi ao desmonte do Estado, é evidente que não falei exatamente nos termos que V. Ex^a acaba de citar. Falei no desmonte, que houve, de todo o sistema de controle, quer dizer, no desmonte que destruiu todos os mecanismos para deixar a área livre para que interesses oblíquos, escusos, tivessem livre acesso. É apenas para registrar.

O SR. PAULO RAMOS - Entendi. Penso que o desmonte do Estado brasileiro tem a ver com coisas muito maiores, e não guarda nenhuma vinculação, na minha opinião, com a existência ou a inexistência de quadros. Foi nesse sentido que quis dizer. Porque quadros existem. O que me fez me mexer aqui na cadeira foi a afirmação de que temos, no Brasil, determinadas casas de excelência e que não temos muitas delas, que são preteridas em função das políticas que vão sendo desenvolvidas e das decisões tomadas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Poderíamos dizer que a República não precisa de sábios e nem de talentos.

O SR. PAULO RAMOS - Exatamente. Mas, de qualquer maneira, vou fazer a minha primeira pergunta, e se depois o Dr. Barros de Castro entender por bem fazer alguma consideração sobre a minha intervenção inicial, ficarei satisfeito. Aqui, nesta Comissão, não houve um depoente que não concordasse ou que não afirmasse, instado por uma pergunta ou voluntariamente, que era necessária a definição de uma política industrial prévia para, aí sim, iniciar-se um programa de privatização. Penso que se existe algo que vai reunir a unanimidade nesta Comissão, se se pode extrair algo unânime de todos os depoimentos é a inexistência de uma política industrial antes, e que continua inexistindo.

Gostaria de saber, já que quando houve a substituição do Presidente da República e que assumiu o Presidente Itamar Franco a expectativa gerada para aqueles que acreditaram no Governo - e eu, modestissimamente, me incluo dentre aqueles que imaginaram que teríamos uma reorientação a mais completa - foi de que ele, mesmo com pouco tempo, suspenderia as privatizações, formularia uma política industrial e ...

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Vou pedir a V. Ex^a que seja mais objetivo.

O SR. PAULO RAMOS - Eu não sou objetivo. Tenho dificuldades com a objetividade, e faço uma condenação a mim mesmo, dizendo - não me lembro o autor: "O que distingue o sábio do beócio é o poder de síntese". E eu me faço essa crítica.

Mas tenho por hábito a paciência de permanecer na Comissão até que o último presente faça a sua pergunta. Tenho tido essa paciência, pelo menos por uma

questão de coerência: ocupar o tempo, mas também ouvir as intervenções dos demais membros da Comissão.

Então, se há unanimidade, qual a razão de estarmos envolvidos ainda num programa de privatização sem que tenha sido definida uma política industrial?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Se V. Ex^a permite, vou fazer uma pequena consideração sobre a questão anterior e, em seguida, irei a esse ponto. A concessão que quero fazer é no seguinte sentido: quando V. Ex^a assinala o fato de que sobrevivem quadros, de que existem quadros ainda e que eles são até preteridos - e brutalmente preteridos - estamos totalmente de acordo. Conheço de perto e sei que, recentemente, no episódio Collor, isso foi levado, enfim, aos limites.

Mas o que quero deixar claro, e talvez aqui haja uma pequena discordância, então trato de explicitá-la, é que após cerca de 13, 15 anos de massacre do Estado, no sentido de que ora ele se desfinancia porque não obtém crédito; é jogado para um lado, é jogado para o outro; o Presidente muda cada vez mais rápido, e uma série de outras medidas e práticas que vêm moendo o Estado - como V. Ex^a sabe muito bem - nos últimos 15 anos.

Não acredito que seja humanamente possível que os quadros internos estejam intocados, com o mesmo ânimo, com o mesmo preparo. Isso é impossível. Era pedir o impossível deles.

O SR. PAULO RAMOS - Em nenhum lugar.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - E não estão. Era nesse sentido que eu estava dizendo.

Trabalhei na SUDENE, na fase de empolgação daquela Superintendência. Após a história recente da SUDENE, é impossível que o seu quadro seja comparável àquele que eu conheci. É isso que estou dizendo. Depois de muito bater, de muito desestruturar, etc., há consequências, e nós temos que enfrentá-las corajosamente.

Agora, concordo inteiramente que muitas vezes se faz desse empobrecimento pretexto para, então, fazer terra arrasada do conhecimento local, quando, na prática, como muito bem disse V. Ex^a, a pessoa de fora, mesmo quando muito competente, vai comer na mão dos quadros sim: mesmo que competente, porque há um tipo de conhecimento, doméstico, íntimo, que só quem vive sabe. Não adianta ter preparo universitário. É necessário trabalhar ali, junto, aprendendo com quem é da casa. E isso foi, pretensamente, deixado de lado, recentemente, no Brasil, com as consequências que nós sabemos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria de, sobre isso, registrar, pois tive vida pública e, sobretudo, atuei no IBRA, depois INCRA, que tínhamos um dos melhores quadros de procuradores do País. Hoje são quase todos procuradores da República e formam esse núcleo da Procuradoria da República. Mas isso se deu quando se defendeu o patrimônio público com rigor, sem precedentes. Hoje, tudo está abandonado: hoje tudo é presa fácil dos ousados, que, evidentemente, se apropriam indevidamente do dinheiro, dos recursos e dos bens públicos, no caso, as terras públicas. Isso desmontou, não há como negar. É uma experiência pessoal. Havia uma mística no serviço público, e ela acabou.

E concordo com V. S^a que é impossível resistir a esse processo de desmonte, a esse processo, como V. S^a disse, de verdadeira moenda que aconteceu sobre o Estado.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Agora, quanto à pergunta propriamente feita por V. Ex^a, dado que, segundo a unanimidade dos depoentes, era necessária uma política industrial para balizar o processo de privatização, e dado que essa política industrial não existe, qual o sentido disso que está ocorrendo, que não tem o balizamento de uma política industrial?

Naturalmente, eu, já tendo dito anteriormente que tenho uma visão centrada na política industrial, posso facilmente posicionar dizendo que o Programa está sendo prejudicado por essa cegueira, por essa falta de balizamento. Agora, vamos ser pragmáticos, vamos ser realistas. Nas condições em que nos encontramos, há empresas que estão sendo destruídas mesmo por não poderem ter crédito, por uma série de razões que se consegue limpar com a privatização. São de setores que devem ser privatizados e, com a privatização, dar-se-ão medidas que permitirão à empresa voltar a flutuar. E a flutuação dessas empresas é importante para o País.

A PQU, por exemplo, precisava, a base, de Cubatão, precisa, gritantemente, há anos, de certos investimentos que não são feitos e isso porque ela está na área do Estado. É óbvio que não estou concordando com o não fazer; estou convencido, é claro que tinha que ser feito. Agora, na prática - estou sendo pragmático - a empresa estava sendo sucateada pela ausência desses investimentos.

Não conheço tão bem, mas falo com o conhecimento mínimo plausível da ACESITA. Ela tem um ótimo programa de investimentos pela frente, mas não conseguia e não conseguiria fazê-lo, permanecendo sob propriedade do Banco do Brasil, que não estava conseguindo gerar as condições para que ela realizasse esse seu potencial, que é reconhecido, que é notório. Ela é uma bela empresa. Tem problemas, mas tem muitas qualidades.

Então, a privatização funciona também nesse sentido; há setores que devem ser privatizados e a privatização libera essas empresas. Porque ou nós tiramos

essas restrições das empresas públicas - elas as matam - ou temos que privatizá-las rapidamente para que exista essa indústria no Brasil, porque senão ela acaba.

No caso, por exemplo, da ACESITA, ela estava vendendo aço para a Argentina. Houve problema numa partida de aço - isso me foi comentado numa visita. Bom, mas naquele momento, naquele instante em que chegou a reclamação do cliente, não podia ir ninguém lá para explicar o fato, etc. Por quê? Porque segundo a legislação a que a ACESITA está submetida, é preciso uma autorização individual do Ministro para que um indivíduo saia do País. Então, na realidade, vejam só a injustiça a que estão submetidas as empresas públicas e que é parte do seu abafamento.

Qualquer empresário privado com que V. Ex^a fale vai lhe dizer, com a maior nitidez e clareza e, às vezes, com um protesto veemente, que o Estado emperra o seu funcionamento, de uma maneira ou de outra.

Pois bem, a empresa pública, além desses emperramentos, tem mais uma enormidade de formulários para preencher para tomar qualquer decisão. É uma via crucis. Comprar é um inferno. Tudo é difícil, tudo é complicado. Com essa maneira de funcionar - e o Decreto Lei nº 2.300 é muito responsável pela complicação final - não é possível a competitividade, não é possível a eficiência. Na realidade, as empresas funcionaram bem quando não havia tantas amarras e tantas interferências, permanentes, etc.

Creio que já deixei claro. É melhor seguir naqueles casos em que estão sendo salvas as empresas, já que não fazemos uma reforma muito importante, que é a reforma através da qual introduziríamos contratos de gestão generalizadamente, liberaríamos da Lei nº 2.300, criaríamos outras formas de controle que não emperrassem terrivelmente o processo decisório.

O SR. PAULO RAMOS - Eu, às vezes, tenho dificuldades, mas compreendo com equilíbrio. É difícil encontrar o equilíbrio numa aparente, vamos dizer, contradição. Mas, de qualquer maneira, enfrentamos um dado curioso. Existe a proibição do BNDES emprestar às empresas estatais, às empresas públicas. Isso já foi deliberadamente feito com o objetivo de garrotear as estatais. Quer dizer, esse programa de privatização não foi gestado na administração Collor de Mello. Isso é uma coisa que vem sendo produzida.

Quando se diz que o Brasil tem a década perdida, a década da democratização é considerada década perdida, porque a transição lenta, gradual e segura representava exatamente isso: da ditadura para aquilo que a ditadura queria fazer.

O Brasil foi sendo preparado para que as suas empresas públicas estatais ficassem garroteadas. É um absurdo, por exemplo, que o BNDES possa emprestar a uma empresa estatal estrangeira e não possa emprestar à sua própria estatal. Qual será o sentido de vir uma estatal, ter o seu braço aqui no Brasil e ter possibilidade de pegar empréstimos no BNDES, e uma empresa... A USIMINAS, por exemplo, na semana seguinte à sua privatização recebeu 100 milhões de dólares do BNDES. Isso é um escândalo, quando se dizia que era preciso investimentos da iniciativa privada.

Vou começar a fazer uma outra pergunta dizendo que a CPI não é uma espécie de seminário para se discutir teses; ela tem a sua origem na investigação de irregularidades.

V. S^a afirmou que ao assumir a direção do BNDES já encontrou o processo de privatização em curso, e que em relação ao setor siderúrgico pouco poderia ser feito, em função da iminência das privatizações. Tudo já estava decidido. Mas tudo foi decidido numa fase da vida nacional que já está aí mais do que escancarada, com o envolvimento na mais grossa corrupção. V.S^a não tem de nenhuma irregularidade, de nenhum ilícito, de nada; tampouco de algo que se possa considerar antiético que esteja envolvendo ou que, pelo menos, tenha envolvido, na fase anterior, esse programa de privatização? Como Presidente do BNDES não tomou conhecimento de nenhuma irregularidade, de nada que possa ser trazido ao conhecimento dos Membros desta Comissão, já que o objetivo da CPI é investigar as irregularidades?

Existe uma preocupação em se discutir a tese da privatização, em teorizar; mas, a bem da verdade, a finalidade da CPI é investigar as irregularidades. V.S^a, como Presidente do BNDES, não tomou conhecimento de nada? De algo que pudesse ferir a ética?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Tenho a impressão de que aqui há uma premissa implícita que deve ser explicitada.

V.Ex^a parece dizer que o Presidente do BNDES deveria ser responsável pelos atos que se dão no seu período, rever os anteriores e, naturalmente, prevenir-se contra os futuros.

Devo dizer-lhe que, dentro da minha alçada e das minhas possibilidades, me empenhei, colhendo informações, recorrendo a um auditor do banco etc., nesse sentido. Mas o importante é ter em conta que havia, ao longo de todo esse processo, uma Comissão de Desestatização. Na realidade, a Comissão é que era, de fato, o órgão responsável pelo processo e não cheguei sequer a presidi-la em nenhum momento.

Veja bem, cada decisão foi esmiuçadamente discutida em plenário. Não é do meu conhecimento absolutamente qualquer decisão que não tenha passado por um colegiado onde estão homens públicos e privados. Eles estão ali averiguando e se empenhando em detectar problemas e solucioná-los na medida do possível.

Não foi um processo tão aberto quanto gostaríamos que fosse. O Presidente Itamar cobrou, com toda razão, que as empresas objeto da venda estivessem presentes e que representantes dos trabalhadores também estivessem presentes. Recebeu o meu apoio entusiástico nisso e essa alteração se deu.

Hoje o processo é muito mais aberto - são verdadeiras audiências públicas e as decisões são tomadas nesse clima, muita gente fala, é ouvida -, o Presidente André Franco Montoro realmente tem dado absolutamente espaço total a todos para que se manifestem - inclusive, isso pode ser facilmente comprovado e está indiretamente comprovado no fato de que as decisões se arrastam por horas e horas intermináveis, porque todos têm o direito de dizer absolutamente tudo.

Então, existe um processo, é ventilado

O SR. PAULO RAMOS - Só para esclarecê-lo, tenho certeza de que não é do seu conhecimento, mas, ao contrário, temos comprovações, não só de testemunhas, mas de fitas das reuniões, de que os representantes das empresas que estavam sendo privatizadas, por exemplo, eram ameaçados de demissão pelo próprio Sr. André Franco Montoro Filho.

Como é que V.Sª vê essa posição?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Desconheço esse fato. Inclusive registro a minha surpresa, até por que ele não teria poder para isso. Mas, de qualquer forma, aceito, anoto e vou tratar de averiguar esse fato.

O SR. PAULO RAMOS - Como é que V.Sª vê a afirmação feita quando se discutia, por exemplo, a avaliação para a venda de uma empresa: "Cem milhões de dólares para lá, cem milhões de dólares para cá não fazem diferença! A ordem é privatizar." Como V.Sª analisaria, em tese, caso tomasse conhecimento, que um representante do Governo responsável pela condução do Programa Nacional de Desestatização usou esta expressão: "Cem milhões de dólares para lá, cem milhões de dólares para cá, não fazem diferença. A ordem é privatizar! Quem estiver contrário, que se demita!"?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Primeiro, a concepção segundo a qual a ordem é privatizar, é absolutamente alheia ao meu pensamento. Segundo, "cem milhões de dólares para cá, para lá", é algo de uma impropriedade, de uma impropriedade que não tenho palavras para qualificar.

O SR. PAULO RAMOS - Seria uma irresponsabilidade?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - E, finalmente, creio que cabe saber se existe algo por trás desta frase: "A ordem é privatizar!" Existe essa ordem, da qual, então, o senhor que a pronunciou é apenas um executor? Acho que é bom verificar. Creio que é outra impropriedade. Não existe essa ordem, sumária e tosca. Creio que não haja. Se houvesse, haveria que se julgar a própria origem superior do fato. Mas, que eu saiba, não é esta a orientação do Governo.

O testemunho que dou aqui é de que, pelo contrário, o Presidente da República é extremamente preocupado com um procedimento limpo, zeloso; é extremamente interessado em que isso se dê com a maior e mais total lisura.

O SR. PAULO RAMOS - O Sr. Antoninho Trevisan foi Secretário de Controle das Estatais durante um período anterior a essa fúria pela privatização sem a existência de uma política industrial. Hoje, a empresa à qual ele próprio dá o nome dele é uma das principais empresas vitoriosas para a avaliação das empresas estatais a serem colocadas à venda. Como é que V.Sª vê isso?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Creio que não me cabe formular juízo sobre isso. Não creio que seja da minha alçada formular juízos a respeito desse fato. O Sr. Trevisan é reconhecido como homem que trabalha nessa área. Não tenho juízo pessoal algum a respeito desse fato em si.

Já li trabalhos do Sr. Trevisan, e o que ele dizia não me convenceu de maneira nenhuma; já li outras de boa qualidade. Não tenho...

O SR. PAULO RAMOS - Não há motivo nem para causar estranheza a quem presidiu um BNDES, que tenha participação no Programa de Privatização, pelo menos através dos financiamentos? Não é razoável esperar-se de um administrador, vamos dizer, cioso, atento, que ele manifeste preocupação, pelo menos, aos seus superiores, por esse fato?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - A preocupação está contida no cuidado com que se toma cada decisão. Ao tomar decisões, vamos examinar cuidadosamente cada fato, seus precedentes, seu enquadramento legal e tomar as decisões absolutamente públicas, transparentes...

O SR. PAULO RAMOS - Um outro exemplo: O Sr. Carlos Henrique Leal de Moraes era membro da Comissão de Desestatização na fase em que se avaliou Volta Redonda, em que se vendeu a USIMINAS etc. É o nome de Carlos está no ZLC, da Zélia - empresa notoriamente envolvida em inúmeras fraudes contra o País, contra os cofres públicos, contra o Erário. Como é que V.Sª vê isso? Quer dizer, diante do fato de assumir a Presidência do BNDES, existir uma comissão anterior, e vários membros da Comissão estavam envolvidos publicamente - veja bem -, e aquelas decisões são mantidas. Como considerar isso?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - É simples. Quando assumi a Presidência do BNDES, soube que esse personagem correspondia ao "C", dentro da

linha da observação de V.Ex^a. Neste caso, era, obviamente, um fato preocupante, de forma mais do que patente, visto que sobre o nome dele já pesavam graves acusações.

Imediatamente, a primeira informação que obtive foi a de que ele havia se afastado. Segundo, a influência que ele pode ter tido, naturalmente, deve ter sido muito ou totalmente diluída pelo fato de ele ser um entre "n" membros.

Portanto, não creio que a mera presença de um indivíduo com essas características seja capaz de contaminar, a tal ponto, o trabalho coletivo; caso contrário, eu não poderia acreditar em trabalho coletivo. Não se pode suspeitar de todas as decisões tomadas coletivamente por um órgão apenas pelo fato de um dos seus membros não acompanhar o mesmo nível de qualidade. O certo é procurar informar-se sobre a existência de casos em que ele tenha tido uma particular influência.

O SR. PAULO RAMOS - Mesmo diante da certeza de que havia uma espécie de estrutura do poder voltada para a corrupção, e que a comissão existia muito mais para receber decisões praticamente prontas, porque a ordem é privatizar.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Este não era o clima. Das poucas reuniões de que participei, o clima era muito plural - dou testemunho disto - e de intenso debate. Inclusive, participei de acalorados debates, que dividiram os seus representantes numa pluralidade e flexibilidade. Estes se constituem em prova, mais ou menos, de uma pequena assembléia, de um corpo coletivo que, em alguma medida, representa os interesses da cidadania.

O SR. PAULO RAMOS - Analisemos o caso do Sr. Emílio Odebrecht, considerado, pelas investigações que foram feitas, não só na CPI do Esquema PC mas, também, pela Polícia Federal, como um dos grandes corruptores - a corrupção ativa -, que vem concentrando esse monopólio.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Lembro ao Deputado Paulo Ramos de que o tempo de S.Ex^a está esgotado.

O SR. PAULO RAMOS - Tenho apenas mais uma pergunta a fazer, Sr. Presidente.

O Sr. Odebrecht está sendo até homenageado pela Confederação Nacional da Indústria. Talvez seja um homem acima de qualquer suspeita, como se fosse uma vestal bafejado pela convicção da impunidade.

Todavia, o Sr. Emílio Odebrecht, reconhecido com um dos grandes corruptores da República, é exatamente aquele que vem, de forma sinuosa, assumindo o monopólio do setor petroquímico. Como isso pode ser visto por uma pessoa que age com boa-fé, que respeita as outras pessoas? Como é que podemos engolir isso?

Eu gostaria de saber a visão de V.S^a, porque o objetivo da CPI é investigar. Eu sou um modestíssimo Bacharel em Direito, mas um dos princípios da hermenêutica é o de que o que é notório e público independe de provas. E nós estamos diante de fatos os mais notórios. Entretanto, ninguém quer assumir a responsabilidade, mesmo tendo exercido cargo público, de pelo menos manifestar estranheza ou o reconhecimento de que alguma coisa ainda impenetrável, como o curso das moedas podres, ou outras sob o enfoque da comissão.

Eu gostaria de saber a opinião de V.S^a, como um depoente que prestou um juramento, ex-Presidente do BNDES, e que afirma, diante de todos nós, não ter tomado conhecimento de nenhuma irregularidade. No caso, por exemplo, da avaliação de Volta Redonda, em que o Presidente da Companhia, indicado pelo Presidente da República, acreditando no Presidente da República, recebeu da comissão a avaliação e constatou que contrariava a lei, pois a diferença era maior do que 20%. Depois, comprovou-se que a folha havia sido substituída para que a avaliação fosse inferior a 20%. E tenho a impressão de que esse fato ocorreu durante a gestão de V.S^a no BNDES.

A minha intenção é sair daqui com a convicção de que realmente o Presidente do BNDES não tomou conhecimento de nada, mesmo que os fatos tenham sido divulgados pela imprensa. Embora a nossa posição seja um tanto desagradável, num certo sentido, o nosso dever é interpelar os depoentes para chegarmos a uma conclusão, visto já estarmos caminhando para a fase final - faltam apenas 70 dias.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Não se trata apenas de um dever de V.Ex^a indagar, mas de uma legítima postura, assim como é dever de minha parte expor exatamente o que penso. E assim tenho procedido. Não sou uma pessoa de meias frases; faço uso de frases fortes.

Afirmo, portanto, que, ao ingressar no banco, munido de propostas ambiciosas quanto à reorientação do processo de privatização, procurei informar-me sobre os casos em andamento, tendo-me dedicado mais a alguns, como o da PETROQUÍMICA e o da ACESITA, coincidentes com a minha gestão. Desse estudo, não encontrei fatores que me levassem a tomar decisões, com maior certeza, de deter processos e encaminhá-los ao Presidente da República. Inclusive, Sua Excelência indagou-me se eu já havia encontrado lesões ao patrimônio público, ao que respondi, na presença também de outros ministros, que não. Entretanto, reforçado estava o meu ponto de vista, no sentido de uma reorientação do programa. Recebi do Senhor Presidente da República a instrução de que prosseguisse tão atento quanto possível, recorrendo às fontes necessárias e adequadas, sobretudo na elaboração da proposta de reformulação, que, após concluída, exerceu grande influência sobre as mudanças que vieram a ocorrer.

Quanto ao fato da veiculação de algumas dessas acusações pela imprensa, tenho a dizer que na imprensa estão, diariamente, numerosas...

O SR. PAULO RAMOS - Não estou me referindo às acusações, mas aos fatos que são relatados pela imprensa depois de comprovados pela Polícia Federal.

Há o caso do rombo na COSIPA - em cujo estudo pretendo me aprofundar -, que envolve o Sr. André Franco Montoro Filho beneficiando a Pêrsico Bizzamiglio(?).

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, solicito a V.Ex^a que conclua o seu pensamento por causa do adiantado da hora.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, estamos buscando respostas e não evasivas, até porque existe uma responsabilidade assumida pelo depoente. Não é o meu objetivo encontrar falhas no depoimento do Dr. Antônio Barros de Castro, mas esclarecimentos.

Entendo que o nome é o nosso grande patrimônio. Por isso, não existe, em nenhuma hipótese, desconfiança de convivência do Sr. Antônio Barros de Castro.

Em relação ao Sr. André Franco Montoro Filho, todavia, há o fato comprovado de que, durante a sua gestão junto ao BNDES, a COSIPA foi lesada e, hoje, está enfrentando dificuldades. Assim sendo, se não houve a convivência, houve pelo menos a negligência de um Presidente do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, esse é um assunto para discutirmos quando o Sr. André Franco Montoro Filho vier aqui. Já está

repetitivo. Por gentileza, faço um apelo a V.Ex^a no sentido da conclusão do seu pensamento.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que o estar repetitivo cabe a mim decidir, porque exerço o meu mandato de acordo com a minha visão e com o respeito que tenho a V.Ex^a.

De qualquer maneira, quis somente esclarecer que não se trata de acusações feitas pela imprensa, mas de fatos comprovados, relatados pela imprensa.

Para concluir, passo à minha última indagação.

No setor petroquímico houve um debate entre pessoas que até conflitavam politicamente. Quem foram essas pessoas e por que razão, depois de um debate tão amplo na referida área, figuras como o Sr. Andrade Vieira manifestaram uma posição diversa da inicial, defendendo a permanência dos Estados? Por que esse arrependimento tão rápido? Desejo também que S.S.^{as} resgate a resposta anterior.

Concluo a minha participação, Sr. Presidente, e agradeço a tolerância de V.Ex^a.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - O BNDES constituiu uma comissão para debater, em profundidade, a reestruturação da petroquímica. Nessa comissão, conseguimos reunir empresários que têm posição abertamente conflitante entre si e, mais que isso, conseguimos fazer com que o representante da PETROQUISA, que, até então, como eu disse, estava aliado das discussões, caso sentasse à mesa e expusesse o ponto de vista da PETROQUISA, da PETROBRAS, para que o BNDES, sempre presente nessas reuniões, procurasse articular interesses ali manifestados, tais como: preservar a escala de produção, resolver o problema de uma planta qualquer que necessite de uma complementaridade etc.

O clima era difícil, a tensão era evidente, mas os entendimentos evoluíram rapidamente, a tal ponto que surgiu uma grande proposta de reestruturação, chamada Sigma(?); depois superada por uma outra em maior medida, em que a posição da Odebrecht era muito importante. O Grupo Odebrecht investe capital de grande monta, no Brasil e no exterior, nesse setor. O seu objetivo é, sobretudo, a chamada linha dos termoplásticos, em que queria concentrar as suas aplicações. A estratégia Sigma(?) era completamente diferente, e a da PETROQUISA era recuperar o terreno perdido nos dois anos anteriores e se firmar como base do setor petroquímico.

Foi a isso que me referi. Esses entendimentos evoluíram e se redefiniram ao longo do tempo, em parte, por ser crítica a situação no setor. Nesse caso, as soluções não são óbvias e podem ser redefinidas na medida em que se descubram novas brechas, possibilidades etc. Não acompanhei de perto os acontecimentos, porque ocorreram após a minha saída.

Gostaria de insistir neste ponto: hoje criou-se um clima bastante diferente, existe muito maior participação; o objetivo do Presidente da República de trazer as empresas está cumprido, elas são ouvidas; o representante dos trabalhadores fala, é manifesto o interesse dos trabalhadores, sem o que me parece uma loucura proceder a reestruturações. Creio ser óbvia, tanto aqui como no exterior, a necessidade de participação dos trabalhadores de todas as decisões. Nesse sentido, creio que houve uma evolução.

Quanto aos dois fatos aludidos por V.Ex^a, buscarei esclarecimentos junto às pessoas do ramo que tiveram acesso a todas as informações e estarei incorporando as suas advertências aos meus juízos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, não sou Membro desta Comissão, mas, sempre que possível, venho acompanhar os trabalhos. Infelizmente, isso não acontece com muita constância.

No início do Governo do ex-Presidente Collor, quando das medidas provisórias, apresentei uma emenda, que me parece foi aceita, na época, pelo Congresso e, depois, vetada pelo Presidente da República, sobre a questão do financiamento, por parte do BNDES, para aqueles compradores das empresas que são leiloadas.

Eu gostaria de saber, portanto, qual a conveniência de os recursos aportados serem do BNDES e, logicamente, em condições muito vantajosas.

Aqui também se discute muito a questão de avaliações. Como Presidente do BNDES e pelas suas participações nas reuniões da comissão, V.S^a crê na existência de falcatura nisso? As empresas ou pessoas encarregadas dessas avaliações reúnem, na opinião de V.S^a, as condições necessárias para tal?

O Presidente da República baixou uma medida provisória, em votação hoje no Congresso, que concede um prazo de 20 dias para o Senado avocar. Entretanto, os Congressistas querem, insistentemente, abrir mão desse direito. Inclusive, o projeto de conversão retira do Senado Federal esse direito de avaliar. Creio também que não nos preparamos para isso; erradamente, o Senado Federal não tomou ainda as medidas necessárias para poder fazer essa avaliação. Muito dificilmente teremos condições de, em vinte dias, avaliar uma empresa, como a COSIPA e outras de vulto, que requer um estudo acurado dos pontos principais. Com pessoal técnico capacitado, poderemos ter uma idéia do que estava se passando e tomarmos, então, as decisões baseadas em fatos concretos.

Concordo com o Deputado Paulo Ramos quando S. Ex^a assevera não ter acreditado na possível ameaça de demissão para quem não votou, porque não é verdade. Houve o contrário. As queixas que ouço, na função que exerço, é de que tanto faz votar a favor ou contra. Então, V. Ex^a fez muito bem em não acreditar nas notícias do jornal que declararam que os Ministros vieram aqui para ameaçar de demissão aqueles que não votaram favoravelmente.

O SR. PAULO RAMOS - Desculpe-me, Senador, mas V. Ex^a entendeu mal. Acredito, porque as pessoas que depuseram aqui são responsáveis.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Refiro-me às demissões da votação de ontem.

O SR. PAULO RAMOS - Ah, desculpe!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou concordando com V. Ex^a e V. Ex^a quer discordar de mim.

O SR. PAULO RAMOS - Fico feliz, pois acertamos, pelo menos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na co-gestão, por exemplo, também concordo com V. Ex^a. Apresentei projetos aqui no Senado Federal, há dez anos, no sentido da participação dos trabalhadores das estatais na direção das mesmas. Também não fui feliz no meu intento.

Sr. Presidente, parece-me que, esta semana, ouviremos o Dr. Emílio Odebrecht. Indago de V. Ex^a se o Dr. André Franco Montoro já está convocado para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Não, não está convocado. Na próxima semana teremos o Ministro Fernando Henrique Cardoso. Depois, o Dr. Emílio Odebrecht, Dr. Delben Leite, Ministro Paulino Cícero e o Sr. Jorge Gerdau.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Assim, o Dr. André Franco Montoro não está convocado?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Não o convoquei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Seria interessante convocá-lo, porque todas as vezes que aqui venho afirma-se que S. S^a é culpado, é corrupto, é isso, é aquilo. Creio que todos têm o direito de se defender. Não acredito nessas acusações. Preciso ler um pouco mais jornais, ouvir um pouco mais de televisão e conversar mais, porque desconheço esses fatos notórios.

Defendo a idéia de que o acusado tem o direito de defender a sua imagem, bem como o depoente não é réu. Réu ele será na Justiça, se forem comprovados fatos de que ele seja acusado. Mas, aqui, chegando, ele não é ainda réu; ele é depoente e deve ser tratado absolutamente como tal.

O SR. PAULO RAMOS - Mas houve tratamento diverso, Senador? Alguém aqui foi tratado como réu?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - São preocupações minhas. Deus queira que não se esteja vendo fantasmas onde não existem.

O meu ponto de vista nesta questão são estes dois pontos: o financiamento da avaliação e o monopólio. Uma das minhas preocupações e da Comissão é a de que haja monopólio petroquímico na área siderúrgica. Trata-se de sair do monopólio estatal e cair no monopólio da empresa privada.

A esse respeito, V. Ex^a demonstrou uma realidade internacional, em que temos de tomar as medidas necessárias para atender a esse pragmatismo e, se possível, evitar cair no erro oposto.

Essa era uma das minhas preocupações, ou seja, aproveitar a vinda de V. S^a aqui para tratarmos dessa questão.

Apesar de o Sr. Emílio Odebrecht ser da Bahia, tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente há dois meses. Essa foi a única vez que estive com o Dr. Emílio Odebrecht, portanto, não devo favor nenhum nem a Odebrecht, nem a OAS.

Felizmente, sou daqueles políticos que nunca gastou um centavo sequer nas eleições. Nunca distribui camisa, nunca fiz outdoor, nunca fiz nada. Conquistei os meus votos viajando com o meu carrinho pelo interior da Bahia. Então, não devo favor a nenhum empreiteiro. Ninguém pode exigir de mim nenhum favor junto a bancos. Tenho orgulho de manifestar isso.

Quando assumo uma posição contrária às acusações que estão sendo feitas ao Dr. Emílio Odebrecht, faço-o não por ter merecido algum favor seu, mas por acreditar que ele tem o direito de dizer aquilo que fez e de ser responsabilizado pelos seus atos. Ninguém deve ser condenado antes dos fatos.

No Brasil, normalmente, o acusado tem que comprovar os fatos da sua acusação. O ônus da prova cabe ao acusado. Pior ainda, a simples suspeita já está sendo condenação. Bato-me muito contra isso, independente de quem seja. Todos têm o direito de se defender. Por isso reforço a idéia de que o Dr. André Franco Montoro deveria ser convocado para depor.

Enfim, os esclarecimentos que requiro de S. S^a referem-se a financiamento e avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra o Dr. Antônio Barros de Castro.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Agradeço ao Senador a oportunidade de fazer um pequeno comentário sobre a avaliação, que considero um ponto realmente crucial. Entender o processo de avaliação é central para participarmos desse debate com o intuito de contribuir para a formação de um futuro viável para esta economia.

A avaliação dessas empresas é feita em função do que elas gerarão daqui para a frente. Esse é o princípio fundamental. Só interessa aquilo que elas gerarão daqui para frente. Por quê? Porque a premissa é que ela vai ser comprada para dar lucro, para dar resultados positivos, etc. Então, o passado dela é inexistente, é apagado. O comprador não dá um centavo pelo passado, só interessa o futuro, porque ele quer ganhar dinheiro com aquilo. Esse é um princípio universal da economia de mercado, da economia capitalista.

A partir desse vem o segundo ponto. Quais são os rendimentos operacionais esperados daqui por diante nos próximos anos? Qual é o juro a que se vai computar o custo do dinheiro que está sendo empenhado?

Na realidade, compara-se rendimento antecipado com custo de uso alternativo do dinheiro, pois trata-se de uma operação capitalista, que visa o lucro.

Aqui entra o problema brasileiro. O rendimento antecipado é muito baixo, porque a economia está em crise permanentemente nestes últimos anos. Não se deve, em princípio, vender ativos em crise, porque o ativo cai abruptamente de valor, pois ele não responde durante a mesma crise. Passada a crise, talvez ele responda. Mas na fórmula, que faz sentido do ponto de vista do cálculo capitalista, o que interessa é o rendimento antecipado. Usualmente, nessas fórmulas, os primeiros da série dos próximos três, quatro anos pesam muito.

Os juros no Brasil são incríveis, historicamente. Ninguém acredita que o País tenha esses juros permanentemente, ao longo de anos. É uma experiência sem precedentes. Então, vamos comparar a rendimentos esperados, deprimidos pela crise. E, no caso de petroquímica, fertilizantes e aço, deprimidos também porque é uma crise mundial e não só brasileira. Vamos comparar isso com juros antecipados, quer dizer, com que ganharia o dinheiro no uso alternativo, mais cômodo e imediato. Digamos que é o rendimento do título público, que me dá 15% ao ano, em princípio; divide-se a soma dos rendimentos antecipados - deprimidos pela crise - por um denominador que está inflado, porque é aí que está o juro - uma fórmula matemática - inflado por esta situação terrível de auto-inflação, etc., que faz com que o denominador fique inchado; então, o numerador está comprimido e o denominador, inchado. Em outros termos, as condições são péssimas, o contexto é péssimo, é necessariamente depressor das avaliações. A coisa menos surpreendente é que as avaliações sejam baixas, porque neste contexto, dadas a fórmula e a lógica capitalista, só poderá ser baixa. Isso é um dado.

Poderá V.Ex^a dizer: o senhor está afirmando que esse não é o contexto ideal para vendê-las. Sim, estou afirmando isso, estamos plenamente de acordo. Outros países procuraram sair de circunstâncias desse tipo e vender a seguir; mas, no caso brasileiro, arrasta-se a tantos anos esta crise, sem perspectivas imediatas de saída, e já é tão grave o problema de várias empresas que mais vale vender, mesmo nesse contexto. Essa é minha convicção.

As avaliações são necessariamente baixíssimas nesse contexto; porém, creio absolutamente procedentes sua inquietação e dúvida. Por quê? Porque o passado não conta. Por exemplo, quanto custou a AÇOMINAS? Algo da ordem de 6, 7 bilhões. Só que o passado não importa. Quem vai comprá-la quer saber o que ela rende no dia em que for pegar as chaves. Isso já é uma queda dramática do valor. E vai-se colocar debaixo do denominador o quê? Esses juros escorchantes da realidade. É claro que ficará lá em baixo, fora o que se vai descontar das dívidas.

Foi muito bom que V.Ex^a levantasse essa questão, que considero central. No seu lugar, eu estaria realmente muito preocupado com isso. Estou preocupado, mas é esse o contexto, pragmaticamente, em que nos encontramos.

Ainda quanto a sua primeira pergunta, referente ao financiamento, um banco de desenvolvimento existe com o objetivo de financiar. Quanto mais demanda de

financiamentos melhor para este banco, é esta sua função. Quando o privatizante pede recursos, está indo no sentido da função do banco. Sobre essa questão, há ponderações importantes: os juros, em condições muito favorecidas. É bom termos em conta que os juros cobrados pelo BNDES, em termos internacionais, são absurdamente elevados. O BNDES cobra 10, 12% reais, e os nossos competidores pagam 3, 4%; na Coreia e no Japão paga-se 3%; nos Estados Unidos paga-se 4%, 4,5%, 5% no máximo. Portanto, estamos competindo com empresas que pagam uma fração do que pagamos. Quando cobramos 10, 12%, estamos cobrando juros favorecidos - não estou negando sua proposição; porém, são viabilizadores de um negócio industrial. Pagar mais de 12% em indústria ou agricultura é praticamente impossível. Os empréstimos do BNDES - é importante ter em conta - não são baratos, e sim muito caros. É verdade. Internacionalmente, são quase insuportáveis. No Brasil, existem outras condições - e aí temos que fazer um pensamento global, ver os salários baixos - que viabilizam esses juros altíssimos. Apesar de favorecidos são caríssimos.

Interessa profundamente ao banco que se peça emprestado; o que falta nessa história é a política industrial para que o banco diga: não. Em qualquer orientação, não; para uma atitude passiva, não. Vamos ver o que fazer com isso e, depois, entrar em entendimento profundo, tentar ordenar projetos por persuasão. Enfim, levar no sentido da política industrial o projeto, e não analisá-lo cegamente apenas como um projeto mercantil. É a falha que vários aqui já cometeram.

Espero ter respondido ao Sr. Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V.S^a. De minha parte, não tenho mais indagações.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, para encerrar eu teria duas pequenas indagações a fazer.

Em primeiro lugar, o senhor não entenderia que, na transferência dessas empresas, deveriam ter sido estabelecidas algumas cláusulas com deveres - isso é juridicamente viável - para se manter pelo menos alguns interesses no sentido de ativação de políticas, sobretudo industriais, que não existem no País?

A maneira como a venda está sendo feita realmente é algo desatinado. Existem fórmulas muito mais inteligentes para se transferir esse patrimônio. Poderíamos transferir a gestão, num primeiro momento, e esperar o momento de "bon marche" para poder se transferir o controle acionário; enfim, fórmulas inteligentes que melhor atendessem ao patrimônio público. O problema é que não temos mais ninguém que defenda o patrimônio público. Este encontra-se indefeso, não existe inclusive a Advocacia-Geral da União. Eu assisti a centenas de julgamentos nos quais a União é condenada a milhões de dólares, sem que qualquer elemento defenda seus interesses. O quadro é preocupante. O senhor teria algumas idéias nesse sentido? Isso é importante.

O SR. ANTÔNIO BARRÓS DE CASTRO - Traz V.Ex^a para a mesa de debates uma questão absolutamente central. É evidente que em determinados setores - social, econômico, tecnológico e/ou estratégico - o Estado deve preservar a capacidade de interferir em decisões. Isso é prática corrente na Inglaterra e em vários outros países. Defendi e defendo esse ponto. Devo dizer que fui bastante maltratado quando defendi pela primeira vez a adoção da *golden share* no Brasil, não para todos os setores. Tratando-se de uma petroquímica, por exemplo, a tentativa é de colocá-la dentro do leito da política industrial - não ter *golden share* - no setor elétrico, certamente.

Na Inglaterra coloca-se na telefonia. O país não deve abrir mão de certas prerrogativas quanto ao direcionamento dos recursos nacionais, em última instância. Essa é uma necessidade clamorosa, absolutamente evidente, sobretudo agora que o Brasil vai virar a página e começar a entrar nas concessões do serviço público que rigorosamente defende. Estaremos juntos defendendo a *golden share*.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, tenho ainda duas perguntas a fazer. Creio que as respostas serão breves.

Quais as razões que o levaram a pedir demissão da Presidência do BNDES?

É evidente que pode haver relação. Existe alguma relação entre a sua saída e a Presidência da Comissão de Desestatização?

O SR. ANTÔNIO BARRÓS DE CASTRO - A minha saída nada tem a ver com a perda da Presidência da Comissão. Confesso com a maior franqueza que, tendo em vista eu ter propostas razoavelmente elaboradas quanto ao rumo, quanto à política maior da privatização, eu gostaria de continuar numa posição bastante influente. Entendi, no entanto, que a decisão era basicamente no sentido de separar as decisões; separar a gestão do programa propriamente do órgão executor, da Secretaria Executiva, que seria o BNDES. É a minha influência poderia ser exercida, caso eu permanecesse na presidência do banco, de maneira informal, através de argumentos, persuasão, etc. Considero normal em conselhos que não haja coincidência entre quem preside o órgão e quem... A presidência do conselho não deve, talvez, ser exercida pelo próprio presidente do órgão que aloja o conselho. Então, acatei a decisão desde o primeiro momento. Não partiu de mim, mas entendi que era uma decisão correta, aceita e que poderíamos manter alguma influência mediante argumentação, esclarecimento. Sobre tudo, isso não impediria de maneira nenhuma que o BNDES continuasse como Secretaria Executiva e, via Secretaria Executiva, tivesse grande influência no programa.

Quanto à razão da minha saída, eu não posso senão reproduzir aquilo que foi apontado com destaque na ocasião. De fato, tenho grande respeito por este Governo.

Fiquei muito honrado dele participar, gosto muito da atuação de vários Ministros. Penso que, em várias frentes, este Governo é bastante inovador e positivo. Entretanto, entrei em conflito com uma parte do Governo. Em particular, houve um conflito meu totalmente explícito com uma das pessoas mais influentes junto ao Presidente. Foi um conflito muito desigual, muito adverso. Em uma ou duas ocasiões, tive de expor claramente para o Presidente a minha argumentação, enquanto ele tinha todos os dias o acesso imediato ao Presidente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É importante para nós os nomes.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - O Sr. José Castro. Esse conflito amargou, tornou-se forte e era muito difícil para mim, porque eu combatia nesta situação de desigualdade. Inclusive, uma vez em que estávamos o Ministro Paulo Haddad, o Presidente da República, o Sr. José de Castro e eu, juntos, rápida e duramente expus para o Presidente as minhas discordâncias com o Sr. José Castro. Aproveitei a ocasião porque eu queria que fosse na frente do Presidente. Creio que adveio um certo impacto na hora. Enfim, esse conflito se arrastou e culminou numa situação que eu considere pouco aceitável para mim.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nos contratos com as empresas de auditorias, há uma cláusula que estabelece uma participação de 3,5 milésimos por cento sobre o valor dos leilões.

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Contrato de quê?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Das consultorias. Das empresas que prestam consultorias, que fazem as avaliações. Esse é um ingrediente que estabelece um interesse explícito das empresas de auditoria no resultado final. Na sua opinião, não seria esta a maneira mais correta de remunerar os serviços prestados por essas empresas?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Talvez, se pudessem ser pensadas as formas alternativas de se computar valor do serviço, não é? Entretanto, a prática aqui adotada é consagrada em várias outras experiências internacionais. Por outro lado, o TCU tem conhecimento e aprova. De maneira que penso que se trata, na medida em que temos uma forma alternativa que nos pareça mais adequada, de enunciá-la e defendê-la. Estou absolutamente disponível para ser persuadido pela superioridade de uma outra fórmula e defendê-la de público. Já discuti essa fórmula. Os argumentos são de que essa é a prática internacional, como pode ser comprovado pela experiência de tais e tais países. Por outro lado, está de acordo com o TCU.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Evidentemente que o TCU, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, não é o juiz final dessa causa. Nós, como Legisladores, teríamos inclusive uma instância superior. No nosso entender, há um certo envolvimento de interesses num produto final. E aí, por exemplo, não entendo por que se embute a taxa. Inclusive, na metodologia do cálculo da fixação dos preços há, por exemplo, a taxa de risco, a taxa Brasil, que varia entre 3, 4%. É uma situação para mim inexplicável, sobretudo quando se trata de brasileiros comprando no Brasil e com recursos nacionais. Parece-me que não há justificação e isso deprime consideravelmente o preço final.

O senhor tem algo a considerar sobre essa taxa Brasil, sobretudo?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Nas economias de mercado, no capitalismo em geral, considera-se como uma norma universal que todos buscam maximizar os seus lucros. Então, por exemplo, o princípio geral que está por trás desse risco Brasil, cláusula Brasil, etc. é de que o Brasil é um país complicado, de alto risco, cujo Governo muda as regras do jogo frequentemente. Eu não estou dando razão, estou descrevendo o fato. Na realidade, esse é considerado um contexto inóspito e que há que pagar para que qualquer um atue neste contexto.

Para nós é profundamente irritante, no mínimo. Entretanto, existe e é praxe incorporada à racionalidade do mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o senhor acha que, na avaliação dessas empresas, esse risco Brasil deveria constar? Por que razões?

O SR. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO - Creio que é praxe internacional colocar um risco "x" para cada país. É a norma.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, se tivéssemos pensando em investidores estrangeiros, em buscar recursos lá fora, etc. Mas aqui, tudo financiado pelo BNDES, como se encontra, com todas as suas garantias, parece-me que não se pode... Evidentemente, o senhor falou que dentro de uma política. Entendo que esses recursos do BNDES poderiam ser justificáveis, mas não há política nenhuma. O que não se pode conceber, por exemplo, é que se financie a agricultura com juros de 26, mais os *spreads* do banco, 26, mais o FUNRURAL, 28% ao ano; e uma atividade dessa natureza a 6% ao ano. Há no mínimo uma vantagem. Se se comparar isso lá fora, estabelece-se um parâmetro diferente. Na realidade brasileira as coisas estão um pouco diversas.

Nessas circunstâncias, também não entendo por que essa taxa de desconto em torno de 3, 4%, que realmente vem deprimir consideravelmente os preços.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, às quinze horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h34min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Comissões Especiais e de Inquerito

C O N G R E S S O N A C I O N A L

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 22A. REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1993.

As quinze horas e quarenta e dois minutos do dia primeiro do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ezio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Elcio Alvares, Vitorio Malta, Edson Silva, Jutahy Magalhães, Maurici Mariano, Luiz Eduardo, Felix Mendonça, Leur Lomanto, José Lourenço, Genevaldo Correia, Ruy Bacelar, Paes Landin, Prisco Viana, Divaldo Suruagy, Jaques Wagner, Renato Johnsson, Marino Clinger, José Thomas Nonô, Sérgio Gaudenzi, Benedito Cruz, Pedro Valadares, Gilberto Miranda, Bení Veras, Aldo Rebelo e Eduardo Suplicy. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquerito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo numero regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor Emilio Odebrecht, convida o depoente para sentar-se a mesa e solicita-lhe a leitura do juramento. A seguir, a presidência passa a palavra ao depoente para fazer sua exposição. Logo apos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator para fazer suas indagações. Na fase interpelatoria, usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Parlamentares Paes Landin, Ruy Bacelar, Edson Silva, Paulo Ramos, Divaldo Suruagy. Logo apos, assume a Presidência o Deputado Paulo Ramos, que dá continuidade à fase interpelatória passando a palavra aos Parlamentares Jose Thomas Nonô, Tourinho Dantas, Renato Johnsson, Jutahy Magalhães, José Lourenço, Aldo Rebelo, Marino Clinger, Eduardo Suplicy e Amir Lando. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigraficas.

ANEXO À ATA DA 22A REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUERITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". REALIZADA EM 25/08/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR EMILIO ODEBRECHT, PRESIDENTE DO GRUPO ODEBRECHT, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE, DEPUTADO EZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRAFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 25/08/93 - 15h21min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR : SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: EMÍLIO ODEBRECHT

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Havendo número regimental, damos início aos nossos trabalhos.

Convidamos o Dr. Emílio Odebrecht, para tomar assento à mesa. S. Ex^a fará o juramento de praxe.

Solicito a todos que permaneçam de pé durante o juramento.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional da Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Dr. Emílio Odebrecht, que fará a sua exposição.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, minhas Senhoras, meus Senhores:

Desejo inicialmente agradecer o convite para participar desta reunião, com a qual espero poder contribuir mediante informações e subsídios. Por consequência, espero também contribuir para o aperfeiçoamento e agilização do Programa de Desestatização, que considero de fundamental importância para a redefinição do papel do Estado e para o ajuste das contas públicas.

Entendo que, nesta oportunidade, a melhor forma de atender às expectativas dos senhores é trazer informações sobre a experiência empresarial da Organização Odebrecht e sobre a nossa participação no Programa de Desestatização em curso.

A ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT

A Odebrecht tem história, memória, crescimento, valores e crenças conhecidas e divulgadas.

Teve sua origem numa pequena empresa criada em 1919, na cidade de Recife, chamada Isaac Gondim & Odebrecht Ltda. A partir de 1941, já em Salvador, e com sua nova denominação, o negócio passa a ser liderado por Norberto Odebrecht, meu pai, que tinha como principais objetivos:

Primeiro, honrar os compromissos da empresa do meu avô, a Emílio Odebrecht & Cia., que sofrera grandes prejuízos com a crise decorrente da Segunda Guerra Mundial e da rigidez dos contratos não reajustáveis à época.

Segundo, assumir a liderança dos recursos humanos e logísticos do setor de construção na Bahia, dispersados pelos tumultos econômicos do conflito internacional de então.

Foi a partir desse conjunto de fatores: honrar compromissos, liderar equipes e assumir desafios que a empresa formou a sua espinha dorsal e consolidou suas crenças e valores que, ao longo do tempo e até os dias atuais, marcam o seu caráter e embasam todas as suas decisões. O fundamento das nossas concepções é a confiança no homem e no destino da espécie.

O crescimento da Odebrecht é fruto de uma filosofia que prega o reinvestimento dos resultados obtidos com a produção e a substituição da opulência e do gasto por novos negócios, capazes de gerar novas riquezas para a sociedade. O crescimento da empresa decorre da responsabilidade social que tem, a qual motiva pessoas e organizações que a conhecem a respeitar seus valores e sua atuação empresarial. Decorre, também, da sua capacidade de motivar colaboradores, nos quais confia e com os quais partilha os resultados.

Em 1975, decidimos construir uma organização internacional e diversificada, preservando a sua origem brasileira. Evoluímos como empresa construtora, passando a atuar em todo o País. Em 1979, iniciamos operações no exterior e, hoje, estamos trabalhando em dezoito países de quatro continentes.

Como Organização Odebrecht, como organização empresarial, fizemos investimentos e assumimos a responsabilidade de gestão no setor de química e petroquímica, eletrônica e automação, perfuração para petróleo e reflorestamento para celulose.

A diversificação da Organização, feita através do reinvestimento dos seus resultados, também foi uma opção estratégica e deliberada. A opção de investimentos

em setores de ponta, intensivos em capital e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento do País visava, (e sempre visará), o desenvolvimento de negócios sólidos e competitivos internacionalmente.

No setor de engenharia e construção, somos responsáveis por quase 5 bilhões de dólares em contrato, em execução e executado, neste e nos próximos 5 anos.

Cerca de 1 bilhão de dólares do nosso faturamento anual, no setor de construção, petroquímica e exportação do Brasil, e/ou produção das empresas sediadas em outros países.

Esses são alguns dos indicadores de trabalho de 40.600 colaboradores, de diversas nacionalidades, sendo 29.400 que trabalham no Brasil e 11.200 no exterior.

Quem julga nossa empresa no exterior também julga nossa Pátria. Temos certeza que em qualquer dos países que servimos, a imagem que temos, pelo serviço que prestamos, fariam V. Ex^{as} sentirem orgulho de seu País.

Acreditamos que não há opção para o Brasil, senão modernizar seus setores de produção, integrar-se à comunidade mundial e conviver com padrões internacionais de competitividade. Acreditamos que teremos uma economia forte quando tivermos empresas privadas brasileiras igualmente fortes e qualificadas para competir, dentro e fora do nosso mercado, com as melhores empresas internacionais.

A ODEBRECHT QUÍMICA

Todos nossos negócios petroquímicos estão ligados à empresa **holding**, subsidiária integral da Odebrecht S.A., denominada Odebrecht Química S.A. Todas as nossas participações nesse setor foram adquiridas com recursos oriundos de outras atividades da própria organização. São resultados da opção, pela diversificação feita desde 1979, não sendo nem circunstanciais, nem oportunistas.

A Odebrecht Química controla duas empresas que atuam em negócios complementares na área de resinas poliolefinicas.

A PPH, Companhia Industrial de Polipropileno, fabricante de polipropileno e compostos na qual detém 62,5% do capital, tendo como principal sócio a empresa americana Himont.

A POLIOLEFINAS, fabricante de polietileno, na qual detém 52% do capital, tem como principal sócio a UNIPAR. Estas duas empresas, juntas, representam cerca de 38% da produção brasileira de resina poliolefinica e concorrem com 8 outros fabricantes nacionais, 2 dos quais controlados 100% pelo capital estrangeiro.

A Odebrecht Química viu uma subsidiária de controle integral, a EPB, que tem participações minoritárias em duas outras empresas operacionais, fortemente sinérgicas entre si, por se complementarem dentro de uma cadeia produtiva.

A SALGEMA, produtora de soda e cloro na qual a EPB detém 36,5% do capital, tendo como principais sócios a COPENE e a PETROQUISA.

A CPC, produtora de PVC, na qual detemos 33% do capital votante, tendo como principais sócios o grupo japonês Mitsubishi, Nisho-Iwai e a PETROQUISA.

No Brasil existem outros fabricantes de PVC e soda-cloro, tais como a CARBOCLORO, a DAW QUÍMICA, SOLVAY e a PANAMERICANA. Temos também uma participação na UNIPAR como acionista minoritário com 39% do capital votante.

A UNIPAR é uma empresa **holding**, controlada pelo grupo Geyer, pioneiro na petroquímica brasileira, realizando diversos investimentos, principalmente no Estado de São Paulo.

"Com a saída do Grupo Moreira Salles da UNIPAR, (que preferiu afastar-se da PETROQUÍMICA) o CAPUAVA (grupo) passou a enfrentar graves problemas para implantar a ampliação da Petroquímica União, obtida à revelia do GEIQUIM. A atuação do Conselho Interministerial de Preços-CIP, por outro lado, mantinha a rentabilidade da indústria muito baixa, e em alguns casos, como o da Petroquímica União, até negativa." (Química e Derivados. Março de 1974, página 20). A PETROQUISA, embora também afetada por esta política, não envidava esforços para elevação dos preços." (Evans, 1981, pág. 27). Esse processo levou o Grupo a uma grave crise financeira e à falência do BUC - Banco União Comercial - com penosas consequências, como é do conhecimento de todos.

Continua o autor, na página 100 do seu livro:

"Diante desses acontecimentos, a UNIPAR não teve alternativas, senão ceder o controle acionário à Petroquímica União, a PETROQUISA, ficando apenas com uma participação minoritária. A PETROQUISA assumia assim a hegemonia da Indústria Petroquímica, controlando diretamente suas duas centrais de matérias-primas, (a da Bahia, que iniciava sua implantação pela COPENE). Imediatamente após assumir o controle, a Petroquímica União, a PETROQUISA, por simples decisão de seus diretores, quadruplicou o preço de seus produtos, química e derivados." (Abril de 1983, página 20).

Na ocasião, foi garantida à UNIPAR, através de carta assinada pelo Presidente da PETROBRAS, em obediência à decisão do Conselho de Administração da mesma, o direito de prioridade para reestabelecer sua posição de controle acionário da PQU, quando da sua privatização.

A PARTICIPAÇÃO DAS CENTRAIS PETROQUÍMICAS

As únicas participações diretas que temos em centrais petroquímicas são na COPENE, onde temos 1,7 de capital votante, e na PQU detendo 0,7% do capital.

Participamos das centrais, principalmente, de forma indireta:

Na COPESUL detemos, através de participações na PPH e na POLIOLEFINAS, 21% do capital, juntamente ao Grupo EMPETRO, (ligado ao Grupo Ipiranga), participamos de um consórcio que detém 31% do capital da empresa.

Na PQU, a UNIPAR, a fundadora e ex-controladora, detém 29% do capital.

Na COPENE, nossa participação se dá através da CPC, empresa de segunda geração que detém 14% do capital votante da NORQUISA e, por seu turno, detém 48% do capital votante da central.

Todas as nossas participações em centrais petroquímicas visam, exclusivamente, assegurar às nossas empresas de segunda geração o fornecimento de matérias-primas em quantidade, preço e qualidade, que possibilitem sua competitividade.

A QUESTÃO DA NAFTA

O refino de petróleo objetiva produzir bens essenciais como: gasolina, óleo combustível, necessários à movimentação do País e o GLP, utilizado como gás de cozinha por imensa parcela de nossa população.

A nafta é um subproduto desse processo de refino. É uma gasolina pobre em octanagem que, dependendo do tipo de petróleo que se refina, representa cerca de 12% do barril de petróleo.

O uso da nafta, como insumo petroquímico:

- é bom para o País, pois agrega valor a esse produto dando origem, entre outros, aos produtos plásticos, às fibras, às borrachas sintéticas e aos detergentes, gerando empregos, impostos e novas riquezas à sociedade.

- É bom, também, para a PETROBRAS, pois resolve o problema da utilização desse subproduto, assegurando melhor remuneração do que se fosse exportada no pool de gasolina.

A indústria petroquímica não é consumidora de subsídio, mas uma solução para colocação de nafta e uma geradora direta de 100 mil empregos.

Como já mencionado nesta CPI, pelo Presidente da PETROQUISA, o Diretor Comercial da Petrobrás, Dr. Roberto Villa, tratando do chamado subsídio à nafta:

"...uma empresa de petróleo operando no mercado aberto, no mercado não-monopolizado, onde as chamadas forças de mercado atuam, invariavelmente, encontrará produtos que têm preços de venda menores que o preço de petróleo. Portanto, a empresa estava perdendo com a venda daqueles produtos, mas estava ganhando em outros, de tal maneira que o chamado mix, a cesta de produtos, tinha o valor em dólar por barril suficiente para remunerar as atividades da Companhia PETROBRAS.

Numa economia aberta, quem dita isso? As forças de mercado, a matriz energética, a necessidade de cada tipo de combustível. No nosso caso, quem administra é a legislação, que, aliás, é sistematicamente descumprida.

Continua o Dr. Villa em seu depoimento:

"Primeiro, não é obrigatório que a nafta petroquímica, no Brasil, tenha que ser vendida pelo mesmo preço de Rotterdã.

É preciso que se esclareça aqui que o preço publicado em Rotterdã se refere ao mercado spot e representa apenas 8% do mercado total.

Ainda no seu pronunciamento o Dr. Roberto Villa esclarece:

"Temos nossas circunstâncias, temos nossa realidade econômica. O modelo - acho importante esse tema - que eu defendo seria não só a PETROQUISA, mas todo o segmento petroquímico. Chegar para o Governo e fazer algumas perguntas do tipo: queremos uma petroquímica brasileira? Queremos. Então vamos fazer uma conta do final para o começo. Como é que estamos expostos à competição internacional hoje? Existe a questão da alíquotas, que, segundo o Governo Collor, em 1993 seria zero, mas não é zero ainda. Existe a tendência de se tirar o Imposto de Importação e deixar o produto entrar livre aqui. Nesse raciocínio, ir-se-á caminhando para trás até se chegar ao preço da nafta na central. Posso dizer que não daria um preço de favorecimento ilegal ou ilegítimo, daria um preço que não chocaria ninguém".

Essas foram as palavras do Dr. Villa.

A QUESTÃO DO MONOPÓLIO

Maldosamente, denúncias foram feitas procurando sugerir que as participações que detém nas três centrais petroquímicas poderia permitir que a Odebrecht assumisse o monopólio privado da petroquímica brasileira. Trata-se de manobra esperta de setores bastante conhecidos, que são ideologicamente contrários ao Programa de Privatização, visando iludir a fé pública e os menos familiarizados com a questão petroquímica.

Em primeiro lugar, não controlamos nenhuma das três centrais.

Em segundo lugar, esse tipo de monopólio só pode ser detido por quem controla a nafta, (cuja influência é decisiva para a vida das centrais). O monopólio da nafta é constitucionalmente exercido pela PETROBRAS.

É insensato admitir que qualquer grupo nacional possa exercer o monopólio pelo domínio tecnológico. Também não faz sentido considerar a possibilidade de monopolizar o setor pelo controle autárquico do mercado brasileiro. Trata-se de uma visão romântica contemplativa de quem acha que o Brasil deve reverter o processo de abertura da sua economia, perpetuando a sociedade abraçada a uma quadro de miséria, afastada do progresso da humanidade.

Também somos contra monopólios. Seria falta de bom senso de qualquer empresa privada, que deseja ser bem sucedida, objetivar alcançar o monopólio de qualquer atividade produtiva. O caminho para combater a formação de monopólio ou oligopólio sejam lesivos ao interesses da sociedade não passa pela opção de ter empresas privadas não competitivas, nem de ter uma economia brasileira medíocre.

Lutaremos sempre para a preservação da indústria brasileira, (até porque estamos preservando o nosso próprio patrimônio), responsabilidade que temos com os nossos acionistas. Entendemos que o caminho não é o fechamento do nosso mercado e sim o aperfeiçoamento de nossas instituições, para que convivam com o regime de livre concorrência.

O que defendemos para proteger a sociedade e as empresas brasileiras das práticas desleais de comércio é o aperfeiçoamento das instituições próprias para defesa da livre concorrência, ou seja:

- uma legislação contra os abusos do poder econômico, prática e eficaz, e mecanismos de acompanhamento de controle adequados. Sei que, nesse sentido, o Governo Itamar Franco tem dado prioridade ao assunto e encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei visando à reformulação do CADE.

- Necessitamos de uma legislação eficaz também para proteger as nossas empresas de práticas desleais de comércio internacional, a exemplo dos mecanismos existentes nos países desenvolvidos.

O mercado nacional petroquímico vem sendo atingido por importações, que, no caso do PVC, por exemplo, já atinge 18% do mercado.

Essas importações vêm ocorrendo devido a excesso de produção de petroquímico a nível mundial. Esse excesso equivale a 10% da capacidade de produção mundial e representa algo em torno de seis vezes o total da capacidade instalada no Brasil. Essa disponibilidade vem permitindo práticas comerciais desleais, como, por exemplo, importações a preço de **dumping**, o que é anticomercial e resulta em prejuízo para as empresas nacionais.

A POSIÇÃO RELATIVA DA ODEBRECHT NA PETROQUÍMICA BRASILEIRA

Uma visão estreita com a qual se tem procurado iludir a opinião pública é a da verdadeira dimensão da petroquímica brasileira, como se nela só existissem os negócios dos quais a Odebrecht tem participação e como se os únicos produtos fossem aqueles derivados das áreas em que atuamos. Sobre essa questão, devo oferecer mais algumas informações para a reflexão dos Srs. Parlamentares.

Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM, os ativos totais da indústria petroquímica no Brasil são da ordem de 10,7 bilhões de dólares, dos quais:

- cerca de 3,2 bilhões de dólares correspondem a empresas controladas por capital estrangeiro;

- cerca de 7,5 bilhões de dólares correspondem a empresas controladas por capital nacional, do qual 2,9 bilhões de dólares correspondem aos ativos da Petroquisa no setor.

Os nossos ativos petroquímicos são da ordem de 610 milhões de dólares, ou seja, 5,7% dos ativos petroquímicos totais existentes no País.

Segundo a mesma ABIQUIM, são 14 setores principais que compõem a indústria petroquímica no Brasil. Dentre esses, estamos presentes fundamentalmente:

- no setor de resinas termoplásticas, produzindo apenas poliolefinas e PVC, participando com 42% do total nacional;
- no setor de inorgânicos, com nossa participação limitada à produção de soda e cloro, representamos cerca de 21% do total.

Nos demais setores, não participamos diretamente da produção.

Acho importante registrar que todas as nossas participações, até a ocorrência dos leilões das empresas das quais éramos acionistas, resultaram de investimentos com recursos próprios da Organização. São participações que foram adquiridas de grupos estrangeiros, predominantemente, e de grupos nacionais, sem financiamento externo de qualquer natureza.

O que incomoda a muitos é que detemos, na realidade, o melhor portfólio dentre os grupos nacionais, pois:

- não temos grandes conflitos societários;
- existe toda uma lógica industrial e sinérgica no grupo das empresas da qual participamos, fruto de um planejamento estratégico realizado na década de 1970.

A ODEBRECHT NO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO

Para entender a participação da Odebrecht no Programa de Desestatização, é preciso entender o quadro de crise da petroquímica brasileira, o que era o sistema PETROQUISA antes de iniciar a privatização e o que já foi privatizado.

A CRISE PETROQUÍMICA

Há três anos, a petroquímica brasileira entrou num processo de crise associada a vários fatores:

1 - os reflexos da crise da petroquímica mundial, caracterizada pelo excesso de produção e preços extremamente deprimidos;

2 - a recessão da nossa economia e seus efeitos devastadores. Para ilustrar, temos o fato de que o consumo *per capita* hoje, no Brasil, é da ordem de 1/6 do que se consome em média nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus;

3 - a supercapacidade de produção de diversos petroquímicos, fruto de um planejamento excessivamente otimista feita pelo Estado, através do último Programa Nacional de Petroquímica;

4 - a estrutura frágil e ineficiente das empresas nacionais do setor, sem escala, desintegradas e amarradas a estruturas empresariais rígidas, complexas, incapazes de reagir aos desafios da eficiência e da produtividade.

O exame do chamado "Sistema PETROQUISA" pode ilustrar o que falo. Aliás, nesta mesma CPI, o Dr. Roberto Villa, Presidente da PETROQUISA, posicionou-se claramente quanto ao assunto, referindo-se que "aglutinar o setor é um imperativo para a sua própria sobrevivência".

O que vem ocorrendo desde há algum tempo na petroquímica mundial é exatamente um movimento de integração, incorporação e fusão de empresas, já que na área de produção de *commodities* a escala industrial é extremamente importante. Como exemplo, podemos citar:

- a compra, pela BASF, das unidades de poliestireno da MOBIL; compra pela NESTE do negócio de polietileno de baixa densidade e da planta de polipropileno da BP - British Petroleum, em Antuérpia;

- SHELL e MONTEDISON estão fundindo seus negócios de polipropileno em nível mundial. A ATO e a BP formam a APPRYL para fabricar polipropileno na França. A PHILIPS e SUMITOMO aglutinam seus negócios de polipropileno nos Estados Unidos, e a ENICHEN e a ICI associam-se na EVC para produzir e comercializar policloreto de vinila;

- a ORIKEN é incorporada pela ATO. A GE incorpora BORG-WARNER. A NESTE incorpora a CNP de Portugal. Há fusão de MONTEDISON com a ENICHEN; há fusão dos negócios de poliestireno na Europa entre a ENICHEN e a PB.

Recentemente, o MITI, órgão que trata da política industrial no Japão, país com situação econômica invejável, estabeleceu, pela terceira vez, que o mercado da indústria petroquímica japonesa deve se reestruturar para ter competitividade. Entende o MITI que as empresas japonesas devem se aglomerar, fundir. Isso é fundamental como escala e competitividade. Com isso terão condições para ter pesquisa e desenvolvimento próprio e para ganhar mercado.

Face a esses movimentos no mundo, é imprescindível que a indústria petroquímica brasileira também se reestruture e ganhe escala e competitividade, o que será permitido pelo Programa de Privatização. É crescer e aumentar ou desaparecer.

Por oportuno, é de interesse mencionar que, historicamente, a indústria petroquímica se desenvolveu a partir de duas vertentes:

- as empresas de petróleo, que se verticalizaram, passando a operar centrais de matérias-primas, plantas de produtos intermediários (segunda geração) chegando em alguns casos às especialidades e à química fina;

- e as empresas químicas que seguiram o caminho inverso, passando por produtos de segunda geração e chegando até as centrais de matéria-prima.

Hoje, as maiores empresas tipicamente petroquímicas, no mercado mundial, são aquelas de origem química e não empresas de petróleo.

O SISTEMA PETROQUISA

Antes de começarem as privatizações, o "Sistema PETROQUISA" era formado por um total de trinta e cinco empresas, das quais quatro eram controladas e trinta e uma eram coligadas, onde era minoritária.

A maioria das coligadas se enquadravam dentro do conhecido "Modelo Tripartite", que teve um papel importante num determinado momento da expansão petroquímica brasileira, na medida em que estimulou capitais nacionais a participarem do setor. Com o amadurecimento do setor e o esgotamento do vetor de substituição das importações, esse modelo exauriu-se e mostrou-se ineficaz para permitir que as empresas se ajustassem aos desafios da competitividade e enfrentassem um processo de abertura de mercado brasileiro.

Uma das maiores limitações desse modelo foi a impossibilidade de as empresas assimilarem totalmente conhecimento tecnológico. Não só não tinham condições de desenvolver tecnologia, por se tratar de empresas muito pequenas, como também os sócios estrangeiros não transmitiam seus conhecimentos em sua totalidade,

recessos do acesso que a PETROQUISA poderia ter e, conseqüentemente, a possibilidade desta transmitir os mesmos conhecimentos para empresas com tecnologias concorrentes.

A PETROQUISA participava de várias empresas dentro de um mesmo ramo de atividade. O caso mais representativo era o do setor das resinas poliolefinicas, no qual a PETROQUISA participava de oito das onze empresas existentes no País.

Devo mencionar que todas as empresas que formam o sistema PETROQUISA, que começou a ser criado no final da década de 60, nasceram sob a égide de um acordo de acionistas, cujo modelo foi estabelecido por órgãos oficiais do Governo, com o objetivo de:

- primeiro, assegurar o controle das empresas pelo capital nacional; e,
- segundo, evitar mudanças societárias impróprias à política industrial vigente.

Esses acordos, que hoje são reconhecidos no processo de privatização e que permitiram às empresas, entre as quais a Odebrecht, exercer os direitos nos leilões de privatização ocorridos, representam o respeito às obrigações contratadas às leis deste País e ao estado de direito.

Desde a criação do Programa Nacional de Desestatização, já foram privatizadas sete empresas ligadas à PETROQUISA, sendo que em apenas duas ela era majoritária.

Dessas privatizações, a Odebrecht participou diretamente de duas: a PPH e a Poliolefinas.

Antes da privatização dessas empresas, a Odebrecht participava em ambas, sendo que com 20% no capital votante da PPH e com 31,5% no capital votante da Poliolefinas. Além disso, a Odebrecht detinha o controle compartilhado de ambas as empresas, visto que era partícipe do acordo de acionistas com a PETROQUISA nas duas empresas, com a UNIPAR, na Poliolefinas, e com a Himont e PETROPAR, na PPH.

Com a alienação das participações da PETROQUISA na PPH e na Poliolefinas, a Odebrecht, bem como os demais acionistas participantes do grupo controlador, exerceram o seu direito de preferência, adquirindo participações proporcionais àquelas que detinham antes da privatização, em relação aos demais sócios.

Fora das privatizações, a Odebrecht adquiriu as participações que a PETROPAR e o BankAmerica detinham na PPH e na Poliolefinas respectivamente, elevando sua participação para mais de 50% do capital votante, mantendo, entretanto, o controle compartilhado com a Himont PPH e com a UNIPAR, na Poliolefinas.

A QUESTÃO DO BANKAMERICA

Para esclarecer definitivamente a questão da compra das ações da Poliolefinas pertencentes ao BankAmerica, quero informar o seguinte:

a Odebrecht e a UNIPAR sempre mantiveram diálogo com o Bank of America, pois, embora este não fizesse parte do acordo de acionistas da Poliolefinas, tinha uma participação importante na empresa, cerca de 4,4%. Essa participação foi vendida à Odebrecht mediante operação sacramentada em junho deste ano.

É importante notar, porém, que em momento algum esteve em jogo a questão do controle, pois mesmo antes da compra da participação do BankAmerica, esse controle já era detido solidariamente pela UNIPAR e Odebrecht, cerca de 63%.

Na verdade, o Estado nunca colocou em leilão o controle da empresa, pois só detinha uma simples participação minoritária.

A UNIPAR, na semana anterior ao leilão, fez publicar um comunicado oficial, esclarecendo o objetivo de, utilizando-se do seu direito de preferência, mencionado inclusive no edital de privatização, manter o controle compartilhado da empresa entre os sócios UNIPAR e Odebrecht.

Conclui-se, assim, que a operação com o BankAmerica não poderia influir no preço dos ativos alienados, pois o controle da empresa nunca esteve em jogo.

Indiretamente, participamos ainda de mais duas privatizações:

- da COPEL, através da Poliolefinas, e da PPH, estas associadas a um consórcio de empresas consumidoras;
- e da PETROFLEX, através da UNIPAR.

Acreditamos que o programa de privatização deva continuar e pretendemos participar de todos os leilões que envolvam venda de participações do Estado nos negócios, dos quais já somos acionistas.

Entendemos que a nossa participação é lícita, é lógica e somente desta forma cria-se a oportunidade para que, saindo o Estado do setor produtivo, exista a oportunidade de, pelo menos parte da indústria petroquímica brasileira, permanecer em mãos de capitais nacionais. Se esses capitais nacionais forem impedidos de se fortalecer, futuramente somente existirão empresas estrangeiras produzindo e distribuindo produtos petroquímicos dentro do Brasil.

A próxima privatização em que temos interesse é a PQU. Pretendemos participar desse processo não para levar a nossa participação, porque já temos uma posição considerável, via UNIPAR, mas para garantir que, após a sua privatização, a PQU tenha condições de tornar-se uma empresa bem sucedida e de continuar cumprindo o seu importante papel de supridora de petroquímico básico para a indústria localizada no Centro-Sul.

Temos assegurado ao Governo e à Comissão Diretora todo o nosso apoio para que o leilão venha a se realizar com as seguintes observações:

- que seja avaliado o atual passivo ambiental da PQU, (resultante das limitações impostas ao Estado, para aportar recursos para os investimentos fundamentais à segurança industrial e ambiental da PQU), que já deveriam ter sido realizados, e que sejam definidos, antes do leilão, os cronogramas e os investimentos que serão necessários para reparar esse passivo ambiental.

- que fique, como segundo ponto, definitivamente resolvida a questão da política de preço de nafta para todas as centrais, inclusive a PQU, mediante a formalização com a PETROBRAS de contrato de longo prazo, impedindo que a PQU seja desestabilizada por práticas comerciais inadequadas.

Conforme abordamos anteriormente, tornam-se comuns as campanhas corporativistas que, tentando demonstrar a existência de subsídios fantasiosos para o setor, objetivam apenas confundir o público menos familiarizado com o assunto.

Resolvidas essas questões, o Governo contará com todo o nosso apoio para viabilizar a privatização da PQU como qualquer outro programa na privatização.

NÓSSO POSICIONAMENTO QUANTO AO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO NO SETOR PETROQUÍMICO

Desde o princípio, temos nos posicionado de forma muito clara e coerente quanto ao Programa de Privatização. Quando ainda se debatiam modelagens para as privatizações no setor petroquímico, no princípio do Governo Collor, levamos nossas posições ao Executivo, ao Legislativo, aos membros da Comissão Diretora de então e, de uma forma geral, à imprensa. Defendemos então:

1. A necessidade de que as privatizações fossem feitas como meio único para que as empresas nacionais do setor petroquímico pudessem se reorganizar societariamente, e alcançar, assim, um padrão de competitividade internacional. Na época, mesmo os mais radicais defensores da presença do Estado no setor concordavam com a urgência de serem promovidos os reordenamentos e as fusões necessárias para assegurar a competitividade futura da indústria nacional.

2. Defendemos também que antes de serem iniciadas as privatizações, o Governo deveria definir, com absoluta clareza, regras legais que pudessem preservar a indústria após as privatizações, sendo necessário definir uma política transparente de preços para a nafta, que assegurasse condições para que a indústria brasileira pudesse ser competitiva - problema ainda não equacionado - e estabelecer normas e mecanismos **antidumping**, eficazes para combater práticas desleais de comércio exterior;

3. Outro ponto que sempre defendemos a respeito das privatizações: uma vez iniciado, o programa precisava ser concluído rapidamente, evitando-se, assim, a situação que estamos vivendo. As indefinições e as inseguranças geradas ao longo de um programa como este têm contribuído para um quadro de prejuízo da indústria petroquímica, nos últimos três anos.

Em anexo ao meu depoimento, senhores, está um quadro da ABIQUIM que ilustra esta informação.

4. Defendemos ainda, como ponto fundamental, o engajamento da PETROBRAS no programa para que, ao final deste, houvesse harmonia no relacionamento e nos interesses econômicos entre esta, detentora do monopólio, e a indústria privada, que passará a operar, de um lado, num mercado de livre concorrência, mas tendo, por outro, sua eficiência dependendo das condições de venda das matérias-primas controladas pelo Estado.

Nesse sentido, era necessário que a PETROQUISA fosse preservada com posição minoritária nas centrais petroquímicas, retirando-se, porém, das empresas de segunda geração, pois a participação do Estado nessas empresas limita o seu desenvolvimento tecnológico e impede a livre concorrência.

Não é recomendável que a PETROQUISA participe em empresas concorrentes, nem que possa vir a privilegiar sócio ou grupo de sócios com as vantagens óbvias que decorrem do monopólio constitucional.

Houve atropelos no Programa de Desestatização. Coube à nossa organização posicionar-se sempre com clareza para que os requisitos necessários ao correto andamento do programa fossem cumpridos.

É de conhecimento público que resistimos à privatização da COPESUL enquanto não estivesse devidamente equacionada a questão da nafta e da legislação **antidumping**. É conhecida também a nossa resistência à privatização da PPH.

Como empresários privados e comprometidos com o futuro desta Nação, acatamos as decisões políticas e procuramos fazer dos desafios oportunidades. Lamentamos, porém, a postura de certos setores corporativistas, com o objetivo único de tumultuar o programa para preservar seus interesses individuais.

Lamentamos, porém, a postura de certos setores corporativistas. Com o objetivo único de tumultuar o programa para preservar seus interesses individuais, insurgem-se contra as decisões do Governo, estabelecendo um quadro de indisciplina e gerando insegurança em toda a sociedade. Na democracia é indispensável a disciplina, o exercício da responsabilidade com autoridade.

Se porventura existem dúvidas quanto às normas que produzem a privatização, que seja aperfeiçoada a lei. Entendo que, tanto no Governo anterior como no atual, a Comissão Diretora tem procurado se apoiar em regras razoavelmente claras, objetivas e transparentes, e que o melhor mecanismo encontrado é o de leilões públicos, pois dá oportunidade a todos. Aperfeiçoamentos sempre serão possíveis. O fundamental, entretanto, é que, uma vez definidas as regras, essas sejam mantidas e cumpridas.

Infelizmente, somos obrigados a reconhecer que os grupos contrários à privatização parecem não se importar com a ausência do Estado no cumprimento de suas funções essenciais, como é o caso da educação, da saúde, do saneamento básico e da segurança pública. Essa ausência vem gerando, conseqüentemente, uma série de distorções, impossibilitando o acesso dos mais pobres e necessitados a esse serviço.

Conclusões:

O Programa Nacional de Desestatização foi desencadeado refletindo a vontade da maioria da sociedade brasileira, com o objetivo de concentrar a atuação do Governo Federal em áreas que efetivamente lhe competem.

A sociedade reclama contra o tamanho do Estado e contra o peso de sua ineficiência, contra o poder exagerado do Governo de intervir na vida dos cidadãos e contra a sua incapacidade de resolver questões básicas que possam retirar a Nação desse quadro de degradação e miséria.

É nesse contexto que a privatização é vista como uma necessidade inadiável. Nossa filosofia não é a da reserva do mercado nem do Estado assistencialista. Queremos hábitos e práticas de Primeiro Mundo também para o nosso País. Não por uma identificação prosaica ou modernosa, mas pela procura da melhor eficiência e resultado para as empresas e para a sociedade.

A participação da Odebrecht no Programa de Privatização dá continuidade à nossa estratégia de diversificação e objetiva consolidar negócios que, com adequada escala industrial e dispondo das melhores tecnologias, estejam estruturados para servir aos consumidores brasileiros com padrões de preços e de qualidade compatíveis com sociedades desenvolvidas.

A retomada do desenvolvimento do País pressupõe o estímulo à livre concorrência e o fim do seu isolamento com o mundo; depende ainda do investimento produtivo e do trabalho.

No setor petroquímico, no qual continuaremos a investir, entendemos, como fundamental, a preservação de empresas nacionais.

Portanto, devemos estimular que durante o Programa de Privatização essas empresas se organizem e se reestruturem, tornando-se fortes e competitivas. Caso contrário, no futuro, somente haverá espaço para produtores estrangeiros e para importações a custos imprevisíveis.

Entendemos que ao sistema PETROBRÁS/PETROQUISA continua reservado um papel de fundamental importância para garantir o sucesso da petroquímica brasileira. Não só pela sua condição de produtora e fornecedora de matéria-prima, mas principalmente pela sua responsabilidade de garantir, em nome do Governo brasileiro, uma transição harmônica na reestruturação que se processa.

O programa, enunciado pelo Governo, deve ser implementado, mesmo que possa exigir algumas correções nos seus fundamentos e a revisão de certas regras. Mas, para que seja bem sucedido, é fundamental vencer com decisão e objetividade a burocracia, o corporativismo e a desinformação.

Havendo demonstração de firmeza por parte do Governo na conduta de este programa, a nossa organização se sentirá desafiada e estimulada a contribuir. Nosso único objetivo é o de servir à sociedade e o nosso compromisso é com o futuro.

Precisamos sair da intenção para a prática na defesa do papel constitucional do Estado, estimulando sua retirada do setor empresarial. As privatizações aliviarão a máquina do Estado para que esta possa concentrar-se nos desafios que todos esperamos, com prioridade absoluta para a educação.

Creio que esta CPI tem um papel decisivo nesse processo e espero que eu tenha podido oferecer aos Srs. membros informações para que lhes ajudem na conclusão dos trabalhos.

Para complementar outros pontos ou dar maiores esclarecimentos, coloco-me à disposição dos senhores para as perguntas que desejarem formular.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Acabamos de ouvir a exposição do Sr. Emílio Odebrecht.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Amir Lando, para que formule as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Srs. membros desta CPI, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Emílio Odebrecht:

Embora já tendo sido abordado na exposição, inicialmente, eu gostaria de ouvir o que o senhor tem a dizer exatamente sobre concepção do modelo tripartite, que foi gerado na década de 70, com o intuito de estabelecer no País uma indústria petroquímica. O senhor entende que esse modelo deu certo, que prestou serviços ao País? Enfim, qual o juízo que o senhor faz desse modelo?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador Amir Lando, primeiramente, quero dizer-lhe que o modelo tripartite, como modelo de investimento no Brasil para

substituir importações, foram dois modelos válidos à época. Acredito que teve um mérito no desenvolvimento do nosso País, sem dúvida nenhuma, de alto significado. O mundo mudou. O Brasil optou, ainda em tempo hábil, em não continuar ilhado em relação ao resto do mundo. E, naturalmente, esses dois modelos, que têm a ver com a indústria brasileira, estão falidos. Quero dizer a V. Ex^a que, no meu entendimento, o fato de o governo daquela época ter optado pelo modelo tripartite na indústria petroquímica, hoje, não tem mais sentido por duas razões citadas na minha exposição: primeira, por uma questão de estarmos atualizados do ponto de vista tecnológico. Os nossos sócios, que também o são de determinadas empresas e que têm concorrentes de tecnologia em outras, tendo a PETROQUISA como sócia comum a todas essas empresas petroquímicas, inibe um programa *up to date* em tecnologia. Segundo ponto: inibe o programa de estruturação, principalmente no campo comercial, no que diz respeito à estratégia de enfrentar um mercado que hoje é aberto. Mesmo tendo uma alíquota, ele ainda tende a ter realmente uma condição de facilitar e possibilitar que produtos estrangeiros venham a concorrer com produtos nacionais. Portanto, o modelo tripartite, que foi válido naquela época versus a mudança e a evolução do País e do mundo, não se aplica mais nos dias de hoje.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas qual o fator determinante, no entender de V. S^a, efetivamente para obrigar a retirada do Estado nesse setor? Porque temos que deixar gravado, para que todos saibam, que aqui não é uma área onde o setor público tenha predomínio; aqui, a PETROQUISA apenas detém uma participação minoritária, em torno de 30%, de 1/3 em cada uma dessas empresas. O Estado é apenas um parceiro indesejável nessa circunstância, porque é um parceiro comum a todas as empresas. Este seria o ponto de vista de V. S^a?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, eu diria que é um dos pontos. Levantei dois aspectos: um, que tem a ver com tecnologia; o outro tem a ver com as estruturas. E ainda há outros que, tendo em vista a evolução da indústria brasileira - do próprio Brasil em relação ao resto do mundo, exige um ajustamento nesse modelo para fazer jus à nova etapa que enfrentamos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria de trazer à discussão um ponto que tem sido objeto de reflexão de vários depoentes que acentuaram, especialmente os técnicos nessa área, que o setor petroquímico ainda não evoluiu para uma terceira revolução industrial, pois permanecemos na segunda revolução industrial, onde a escala é essencial, aí reclamando, evidentemente, uma concentração de capitais. Daí a necessidade de se concentrar em grandes instituições, em grandes empresas, esse setor.

Por outro lado, todos acentuaram - e agora vejo que o senhor também - a necessidade da participação da PETROQUISA, ao menos nas centrais de matérias-primas. O que existe hoje, fundamentalmente, são essas participações nas centrais, exceto, claro, naquelas que já foram privatizadas. Há um entendimento quase unânime dos empresários, inclusive do setor, que aqui tiveram assento, dizendo da necessidade dessa participação, inclusive voltando aos limites de 30%, que alguém, inicialmente, disse que seriam de 10 ou 15%, mas ultimamente as posições têm girado em torno de 30%. Queria saber, exatamente, qual o pensamento de V. S^a a respeito desses pontos.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, também tive a oportunidade de colocar essa questão no depoimento feito a esta Casa, e agora acrescento alguns dados à sua pergunta, porque há muito defendemos essa posição.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu acentuei que o senhor a defendia.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente. Posicionamo-nos publicamente a respeito desse assunto desde o início do Programa de Privatização. Sempre fomos contra, a partir do momento da decisão de se privatizar, da presença do Estado, via PETROQUISA, na segunda geração, pelos motivos por mim elencados. Mas sempre considerei indispensável a presença do Estado, via PETROBRAS, na primeira geração, que são as centrais, por motivos óbvios: quem tem a matéria-prima - petróleo, nafta -, para fornecer às centrais? E, como tal, enquanto ela tiver esse monopólio, se o Governo não passar esse monopólio para uma outra empresa, se permanecer sob a gestão da PETROBRAS, considero indispensável - e seria leviano se não o fizessemos - defendermos um relacionamento, um convívio sadio entre as empresas de segunda geração e as de primeira geração.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria de enfatizar essa questão - e por isso a minha pergunta, embora mencionasse que V. S^a havia feito aqui esse registro -, apenas para desmitificar um pouco neste País o que se fala a respeito de privatização. Realmente o setor petroquímico precisa dessa parceria estatal, ao menos enquanto, como bem disse V. S^a, a PETROBRAS detém esse monopólio. Isso é a estrutura, via de regra, exceção se faça a algumas empresas, do setor petroquímico mundial, ou seja, sempre há uma ligação direta com a produção de petróleo. Então é esse o ponto. Parece-me que temos de pensar. Não é questão de dizer - o que é uma mistificação - que vamos vender as estatais para resolver os problemas de saúde e educação - é mentira! Até agora não se pode construir uma escola, não se pode construir um hospital, uma casa de saúde, ou o que quer que seja, com os recursos arrecadados da privatização.

Mas veja V. S^a: entendemos que o Estado deva sair de certos setores da economia onde não tem sentido a sua presença. Entendo também, e aí é um ponto de vista pessoal, que deveria sair mediante o justo preço. Nesse setor petroquímico, leilão é

desnecessário, porque já existe toda uma legislação; esse é o modelo legal, o Congresso Nacional votou; inclusive é preciso dizer claramente que, pela lei, está proibido o controle acionário por empresa estrangeira. Isso é da legislação. Há também o direito de preferência, já garantido, por qualquer um dos acionistas, dos três que compõem as empresas, que quiser sair; evidente que o Estado saindo os demais têm esse direito adquirido. Acho que o País deveria ter a coragem de não inventar a farsa do leilão - que é uma mentira, nesse caso -, mas fixar o preço justo, estabelecer critérios para a aquisição e parar com essa balé da privatização nesse setor, o Estado se retira dessa área. Isso é, efetivamente, clareza. Isso é o que todos queremos: transparência.

Mas, na verdade, esse processo encontra-se sob uma série de mentiras e uma efetiva encenação, uma farsa. Por isso que nossas discussões aqui se aprofundam em divergências. O que queremos é que efetivamente o Estado saia, mas ressarcindo-se daquilo que é justo, o justo preço. E o justo preço não é tão difícil assim de se estabelecer. Ora, um ponto de encontro entre comprador e vendedor parece-me que chega a ser também o justo preço. Isso poderia sê-lo, absolutamente.

Nesse sentido, faço-lhe uma pergunta: V.S^a adquiriu algumas participações acionárias fora do processo de privatização. Gostaria que as mencionasse e declarasse aqui os valores. Se V.S^a entender que isso é sigilo empresarial, poderá fazê-lo posteriormente em caráter sigiloso. Deixo ao absoluto alvedrio de V.S^a fazê-lo da melhor forma possível.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, eu gostaria de iniciar, se V.Ex^a me permitir, prestando um pequeno esclarecimento sobre a questão de empresa petroquímica versus empresa de petróleo.

As maiores empresas, grupos petroquímicos mundiais, não têm nenhuma relação com a produção de petróleo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas a recíproca não é verdadeira. As empresas de petróleo têm relação com as petroquímicas.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Também posso dizer a V.Ex^a que isso é verdade, V.Ex^a está certo. Aí é mais verdade que a outra. Mas aí existem empresas...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - São duas empresas evidentemente que não têm, que são as... Evidentemente fiz essa exceção.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Perfeito. Então, por exemplo, as japonesas são todas elas não-fabricantes, não-produtoras de petróleo. Esse é um ponto.

O outro é quanto à questão do leilão. Queria prestar a V.Ex^a um esclarecimento: fizemos uma análise muito profunda para ver se poderíamos contribuir, dar alguma sugestão ao Governo sobre esses conflitos que até hoje persistem, se o leilão é ou não a melhor solução, etc. Confesso a V.Ex^a que não encontramos uma saída.

Diria a V.Ex^a: faz-nos acreditar que, das alternativas apresentadas, pode até não ser a ideal, mas ainda acho que é a melhor; por exemplo, estamos como um grupo interessado no Programa de Privatização e alerta para todo e qualquer leilão que esteja vinculado ao setor petroquímico, estando ou não a organização interessada a priori.

Do ponto de vista da nossa estratégia, o que nos interessa são aquelas empresas das quais já somos acionistas. Mas não podemos abrir mão de estar alerta, se por acaso nos for facultado, como o leilão nos faculta, estar presente no dia da ocorrência do leilão e usufruir de uma oportunidade que seja dada a qualquer interessado. Como temos o negócio petroquímico, pois dentro do grupo faz parte do nosso sangue, eu diria a V.Ex^a que somos um eterno fiscal no que diz respeito ao preço. Se realmente o que for colocado como mínimo for um preço vantajoso, mesmo não tendo o nosso interesse, V.Ex^a pode estar certo que vamos procurar estar presente ativamente no leilão.

Por último, quanto à questão das compras. V.Ex^a está certo, o que mais ocorreu na nossa organização não foi no Programa de Privatização, o mais representativo ocorreu antes dele.

Não quero dizer que foi o único grupo, mas fatalmente foi um dos poucos grupos que fez aquisições de participações e não montou empresas onde tinha o direito de ter uma participação e entrar num processo de identificação do projeto, tomar os financiamentos, executar o empreendimento. Adquirimos participações dentro da estratégia da organização, na direção de um segmento petroquímico, no qual acreditávamos como sendo aquele que fazia parte da nossa estratégia.

Quanto aos valores, não os tenho à mão, mas terei todo o prazer de fornecê-los a V.Ex^a. Não sei se aqueles da organização, que estiveram me acompanhando, os têm aqui em mãos, mas, se não os tiverem, comprometo-me a remetê-los a V.Ex^a.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sobre este ponto, sobre o direito de preferência que pode ser exercido até 60 dias após o leilão, qual é o conforto que V.S^a sente em participar de um leilão sabendo que o co-proprietário tem o direito de exercer essa preferência? Até que não sou contra. Entendo que deveria ter sido feita antes do leilão, fixado um preço. Aí diz-se que há a dificuldade de não se saber o preço do leilão. Evidente que, para mim, o que importa é o ressarcimento do que é o justo preço. O Estado não está aí para fazer um negócio lucrativo, está apenas para ressarcir-se do que é seu e entregar à iniciativa privada esse setor, do qual ele é um participante minoritário.

Essas não são empresas estatais. Aqui não estamos diante de estatais - é preciso dizer -, mas sim de empresas privadas, nas quais o Estado tem uma participação

minoritária, como tem em mais de 1.300 empresas, onde socorreu a iniciativa privada, ingressando como sócio por créditos existentes.

Estamos no fim desse processo de privatização do setor petroquímico, praticamente com a PQU, esse processo, sisal, em termos representativos. Agora, como V.S^a vê também, já que se pede e se admite, a participação da PETROQUISA dessas centrais que ela já se retirou. Como V.S^a verifica isso, seria um processo irreversível?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Só ocorreu até agora o da COPESUL e ela participa da COPESUL com 15%. Esse é um ponto. Se o Governo amanhã vier a decidir que precisa aumentar para 20% ou 25%, não teremos nada contra isso. O que defendemos é não ter o controle da gestão privada e uma percentagem que não produza desarmonia entre a primeira e a segunda geração. Se para a existência dessa harmonia for necessário passar de 15% para 20%, 25% ou 30%, não vejo nenhum impedimento. A Odebrecht estará facilitando *in totum* essa questão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.S^a tocou num ponto essencial. O que não podemos, vamos dizer assim, com o controle privado absoluto dessas centrais de matérias-primas, é asfixiar as empresas de segunda e terceira gerações. Isso seria, parece-me também, um processo extremamente danoso para o setor, porque é importante para a economia nacional o setor petroquímico. Parece-me um ponto realmente de bom senso. Os homens que realmente pretendem dar uma sustentação ao desenvolvimento deste País não podem entrar aqui meramente por concorrência.

Temos também que acentuar que hoje a economia mundial não vive exclusivamente no sentido da concorrência, da trapassa, da vantagem de uma sobre a outra, devorar. Essa idéia antropófaga já está superada. Hoje a economia mundial moderna tem mais um caráter de parceria. Claro, cada uma no seu papel, numa cooperação necessária para o progresso e o desenvolvimento geral. Parece-me que é essa a visão da moderna filosofia empresarial do mundo.

Não estou aqui para defender ninguém. A nossa preocupação é no sentido de que o País não tenha nenhuma perda significativa num setor que é incipiente, que está em crise e que precisa, no mínimo, do bom senso, de uma cooperação dos empresários desse setor para que haja progresso. Se é preciso concentrar capitais, não sou contra. Quero ver realmente o progresso, na minha condição de Relator. Claro, quanto à transferência de patrimônio, que seja feita de modo transparente para que não se acumule maiores prejuízos, porque, quando o Estado compra, de modo geral, ele compra superfaturado e, quando vende, não pode ser aviltado.

Nesse particular, como V.S^a vê os preços mínimos fixados, os valores que foram adquiridos, as participações do Governo, nessas diversas empresas privatizadas?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, por filosofia, eu sou um homem que acredita na lei de mercado. Por exemplo, na área petroquímica aconteceu um negócio conosco. Se não me engano, foi a PPH - quando houve o leilão da PPH -, que teve um ágio significativo, em relação ao preço mínimo. Se não me engano, sessenta e poucos por cento, aproximadamente. E parece-me que foi o Banco Safra que fez o lance acima do preço mínimo, porque, visivelmente, achava que poderia. E o nosso pessoal tinha delegação, pela importância estratégica que detinha na PPH, de ir até um determinado limite. O Banco Safra parou nos 60% e nós confirmamos, depois do direito de preferência de 60 dias.

O mesmo pode ocorrer em outros casos, como aconteceu agora, na COSIPA, ágio de até 100%.

Efetivamente, não percebo que nenhum empresário vá deixar passar uma oportunidade de um bom negócio, quando lhe é facultado o direito de dela usufruir. Apesar de uma série de deficiências - permita-me dizer, sinceramente, que estou sendo muito transparente com V.Ex^a -, acredito que, dos piores, ainda é o melhor sistema. Mas respeito a opinião de V.Ex^a, e diria que o mais importante é ter regras, e regras claras. E antecipadas, para que todos possam planejar, dentro da regra previamente estabelecida.

V. Ex^a também me perguntava sobre a questão dos valores. Posso lhe dizer que, dentro do exemplo que acabei de dar, os valores, no meu modo de ver, foram extremamente justos. Estou sendo muito franco com V.Ex^a. De todos os projetos, nós só participamos de dois. Porque se não fossem nós estaríamos entrando. Se os preços mínimos, ou aqueles que terminaram sendo a realidade do leilão, não fossem preços que realmente trouxessem algo de destaque, em nível de oportunidade, que nós detectássemos, nós estaríamos usufruindo, estaríamos no leilão. Daqueles que, mesmo não fazendo parte do *port-folio* atual da organização, nós estaríamos usufruindo como oportunidade de negócio. O empresário não pode abrir mão. Eu tenho responsabilidade sobre os seus colaboradores, seus acionistas, e não abriria mão disso. Não há dúvida, eu ainda acho que a melhor forma de estarmos mais próximos à lei de mercado é com esse instrumento de leilão.

Quanto aos valores que V.Ex^a tinha me perguntado, eu não os tenho, precisamente, porque foram investimentos sobre as nossas aquisições, antes. Mas eu tenho quais foram elas e de quem foram. Os valores, comprometo-me a fornecê-los depois, porque foram de datas que começaram em 1979 e vieram até hoje.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Os valores em dólares, se for possível.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Mas não os tenho hoje. Eu os mandarei posteriormente a V.Ex^a.

Mas, por exemplo, a primeira compra nossa foi uma participação na CPC, uma empresa de engenharia de São Paulo. Depois eu forneço o nome correto, porque ela pode não estar querendo que se saiba quem comprou da mão dela.

A Salgema, de Alagoas, adquirimos dos três sócios, da Norquisa, da Petroquisa e da Copene. Tendo em vista a questão dos interesses de ambos, no que diz respeito ao programa, o produto da Salgema com o produto da empresa CPC, que fabricava PVC e que tinha como principal fornecedor de matéria-prima a Salgema. Um outro foi a Poliolefinas, que compramos da National Distiller e do Bank of America.

A PPH nós compramos da Petropar e da Raymond. É a participação que temos na Unipar, de 38, 39%, foi comprada da Hanna e da Liquipar, italiana.

Como vê V.Ex^a, nós compramos as grandes participações, Poliolefinas, PPH e Unipar, que representam uma percentagem mais elevada, nós compramos, inclusive, de empresas estrangeiras.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor, na aquisição posterior à privatização dessas participações da Petroquisa, tem recorrido a recursos próprios ou a financiamentos do BNDES? Em que condições, se eles ocorreram?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Todas essas participações anteriores à privatização foram com recursos próprios. Posteriores, com as duas, o *mixing*, recursos próprios e as linhas de crédito que foram fornecidas, por parte do BNDES e outras entidades, porque a parte privada, que tentamos, inclusive, comprar alguma coisa, essas estavam, todas as que dispunham de títulos de privatização, para usufruir dos seus próprios objetivos no Programa de Privatização. Então, nós usamos algumas linhas de crédito. Se não me engano, do BNDES e do Banco do Brasil. Mas a maior parte, depois da privatização, foi com recursos próprios.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não tem esses dados?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Precisamente, não. Mas posso lhe afirmar que foi, com certeza, mais de 50% com recursos próprios.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Se o senhor pudesse remeter também esses dados, eu agradeceria.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Também farei isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor vê que nessa questão da avaliação a metodologia, de certa forma, tem padrões universais. O fluxo de caixa é descontado, é a metodologia empregada em muitos setores, na avaliação de qualquer empresa. O senhor aceitaria essa metodologia para avaliar a sua empresa para venda?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Aceitaria. Desde que fosse colocado e dadas oportunidades a todos, eu, sem dúvida, aceitaria.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor, evidentemente, aceitaria que se tomassem, para fixação desse fluxo de caixa, a taxa de desconto, dados eletivos, aqueles que tendem, sempre, ao achatamento da empresa. Como é o caso que vemos, aqui, do leilão da Açominas. Como é o caso que vimos, da Petrofertil, etc. Nós temos aí uma série de situações que foram analisadas e que mostram exatamente a eleição de fatores que sempre tendem a achatar o resultado final da avaliação.

E quando o senhor deu os exemplos, eu vejo, por outro lado, o que aconteceu com a Cosipa. Havia um discurso nacional de que a Cosipa deveria ser entregue de graça - e que não haveria compradores -, e que a Cosipa realmente não valeria aquele preço mínimo estabelecido. Não é verdade. Como disse o senhor, a iniciativa privada, quando quer realizar um bom negócio - e o disse corretamente, eu não faço qualquer censura -, compra pelo dobro do valor mínimo. Algo de errado existe nesse processo. Porque, evidentemente, deveria haver sempre essa disputa, que é salutar.

Da mesma maneira, eu estive em Minas Gerais, na segunda-feira, ouvindo mais de dez pessoas, entre técnicos, professores etc., pessoas ligadas, o Presidente da Açominas. E lá percebi, por exemplo, que - e o senhor deve conhecer, porque a Odebrecht é uma das empresas que estavam atuando nesse setor - as obras civis e a montagem de dois laminadores de perfis estavam com obras contratadas, da ordem de 400 milhões de dólares. Dos quais, 410, e 12, foram, efetivamente, pagos, porque, inclusive, há um *leasing* agora, para acertar, deve ter sido acertado na última segunda-feira, onde a Odebrecht era um dos que estavam realizando essas obras. Ainda restavam apenas 330 milhões de dólares, segundo informações, em ordem de grandeza, para que essas obras fossem concluídas, e esses dois laminadores que estão, em parte, encaixotados, e, em parte, montados, entrassem em funcionamento. E, de repente, a avaliação da empresa é exclusivamente 346 milhões de dólares. Parece-me, realmente, que o TCU teve razão, quando rejeitou essa avaliação. Porque, na verdade, só essas peças, só as terras, os 13.500 hectares, que não contam na avaliação, porque isso não tem nenhuma representação no fluxo de caixa; ao contrário, desce, porque se tratam de gastos da empresa e não renda, que podiam ser transferidos separadamente, porque não têm nenhuma relação com o objetivo produtivo da empresa, podiam ser transferidos a *latere*, à parte. O preço de terra não dá para enganar ninguém, porque me parece que é um preço corrente, em um lugar superprivilegiado, em Minas Gerais.

Na verdade, nobre Depoente, o que se verifica é que falta um zelador do patrimônio público. V.S^a é realmente um empresário de sucesso. É evidente que a coisa pública não se conduz com o objetivo exclusivamente de lucro da empresa privada; há outras variáveis, mas também não deve ser conduzida com o desleixo de um filho pródigo, que realmente não zela pelo seu patrimônio.

Esses são os pontos que julgo essencial esclarecer ao País no que se refere a esse processo de avaliação. Não tenho a análise das avaliações do setor petroquímico,

pois pegamos, no curso dos trabalhos desta CPI, algumas avaliações que eram importantes para termos alguma referência, já que as empresas seriam transferidas. Este é o quadro que acho difícil ser aceito lisamente por quem pensa neste País, por quem pensa no dinheiro público, que também é sagrado, que também é importante e que também deve ter um zelador. V.S^a deve zelar com rigor por seus interesses. Alguém devia também zelar, com algum rigor, para que esses valores chegassem a um preço razoável, se não ótimo. Isso porque essa idéia do mercado é válida quando temos mercado livre, quando temos compradores em excesso no leilão e a concorrência tende a buscar um preço de satisfação razoável. Aqui não acontece isso, pois não há, na verdade, leilão; já se sabe previamente quem são os compradores e quanto vão pagar, exceto com relação à pior empresa, que era a Cosipa, exceto com relação à Usiminas e a outras que também tiveram um aumento pouco significativo. Há também uma empresa do setor petroquímico cujo preço aumentou, ocasião em que foi usado o direito de preferência, que deveria ser, parece-me, estabelecido previamente.

Tenho outras perguntas a fazer, mas sei que existem vários Parlamentares que também querem fazê-las. Posteriormente, voltarei para fazer novas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paes Landim, primeiro inscrito, que disporá de 5 minutos. Igual tempo disporá o Sr. Depoente para suas respostas.

O SR. PAES LANDIM - Sr. Presidente, Sr. Relator, confesso que estou conhecendo hoje o Sr. Odebrecht, que sucede o seu pai, uma figura também respeitada no mundo empresarial brasileiro, o Sr. Adalberto. Tive contato, há alguns anos, na Universidade de Brasília, com a Fundação Odebrecht, quando fazia parte do conselho atuarial da Universidade. Essa fundação nos prestou relevantes serviços e daí vem a minha admiração continuada pelo trabalho do Grupo Odebrecht no Brasil. Eu me lembro de que no ano passado, quando eu me encontrava em Miami, o Cônsul brasileiro naquela cidade americana me mostrou a obra da Odebrecht lá. Em fevereiro, quando ia para o aeroporto, em Lisboa - que é hoje um canteiro de obras, graças ao Primeiro Ministro Cavaco Silva, com licença do meu amigo José Lourenço, pois a Comunidade Económica Europeia tem investido muito em Portugal - o motorista, entusiasmado, apontava uma obra de engenharia da maior importância, talvez a mais importante de Lisboa, construída pela Norberto Odebrecht. É evidente que isso não deixa de causar certo orgulho aos brasileiros. Vejo que V.S^a, em seu depoimento, fez questão de frisar essa imagem que a Odebrecht transmite, da capacidade brasileira de competição no exterior. Gostei de seu depoimento quando reafirmou a sua fé no papel da competição. Acredito que até por questões legais V.S^a defende a parceria com a PETROBRAS, a cuja privatização eu sou plenamente favorável, exatamente em função do dispositivo constitucional que exige o monopólio estatal do petróleo.

Parabenizo V.S^a pelo seu depoimento e discordo das observações feitas pelo eminente Relator, uma pessoa que, quanto mais eu discordo, mais admiro, porque realmente mostra ser um homem altamente competente, porque defende uma causa difícil, que é a manutenção de princípios estatizantes na economia brasileira. Somente o brilho do Senador Amir Lando consegue ainda questionar um processo tão válido hoje para a economia nacional.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. PAES LANDIM - Pois não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Creio que há um equívoco ou se trata de uma tentativa generalizada, um pouco maliciosa, de dizer que quem defende o patrimônio público, quem defende a lisura nessas transferências, está contra a privatização. Nós somos a favor do povo brasileiro e do patrimônio público. Nós queremos vender com lisura e, evidentemente, ressarcindo o patrimônio público da melhor maneira e, é claro, dentro dos princípios de uma política de transparência, de uma política industrial do País, que não existe. Mas esse é outro ponto. Só queria fazer esta ressalva.

O SR. PAES LANDIM - Agradeço a V.Ex^a, mas acho que o preço de mercado preserva bem o patrimônio público e é esse preço que vem sendo produzido nos leilões.

Eu teria duas perguntas a fazer ao Sr. Emílio Odebrecht, pois S.S^a já respondeu uma, sobre a origem dos recursos utilizados pela empresa na aquisição do controle acionário das empresas privatizadas do setor petroquímico. Às vezes se insinua que parte do capital investido na aquisição do controle acionário de empresas privatizadas vem de recursos do BNDES. Esse órgão tem linhas de crédito para isso, seus recursos são provenientes do setor produtivo do País e não há nenhuma razão para que esses recursos não possam ser alocados para investimentos dessa magnitude, a modernização do setor petroquímico e dos demais setores da economia nacional, estejam eles em mãos majoritárias da União ou não. Portanto, essa pergunta já foi respondida pelo Sr. Emílio, com muita propriedade.

Primeira pergunta: por qual motivo o senhor é contra a presença da PETROBRAS na segunda geração petroquímica e defende a sua presença nas centrais? O senhor já explicou isso em seu depoimento, mas tive dúvidas quanto à sua posição.

Segunda pergunta: o que ocorreria se, circunstancialmente, os grupos nacionais não assumissem o lugar da PETROBRAS, através da compra de suas participações nos leilões de privatização?

O SR. EMILIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, Deputado Paes Landim, quero agradecer as palavras de V.Ex.^a a respeito da nossa organização no setor de engenharia na área internacional. Em segundo lugar, só para enfatizar, eu gostaria de dizer que investimentos industriais requerem financiamentos de longo prazo. Os bancos de desenvolvimento existem exatamente para isso, ou seja, para um país criar condições de industrializar-se ou de modernizar seu parque industrial com recursos de longo prazo.

O segundo ponto que V.Ex.^a levantou, com referência à participação da PETROBRÁS, primeira geração e segunda geração, como a nossa organização vê essa questão, tive oportunidade de falar sobre isso em meu depoimento, mas vou aproveitar a oportunidade para acrescentar alguns pontos que considero realmente importantes para o esclarecimento de todos os Parlamentares e da Comissão.

A PETROBRÁS, com relação àqueles investimentos que eram brasileiros - não me refiro aos investimentos exclusivos das empresas estrangeiras -, que representam mais ou menos 55% dos investimentos totais na área petroquímica, é representada pelo setor nacional. Desses investimentos, cerca de 30% são da PETROQUISA; o restante são das empresas nacionais, onde detemos mais ou menos 6%, conforme foi dito.

O que procuramos, desde o início, como organização, foi nos posicionar quanto ao fato de que a participação da PETROQUISA, da PETROBRÁS, do Estado, simultaneamente, em todas ou em quase todas as empresas de segunda geração, onde ela era o único sócio comum, inibia uma série de fatores. Existem segredos tecnológicos no processo tripartite: sempre uma empresa nacional, uma empresa estrangeira de tecnologia e o Estado, via PETROQUISA. A presença do Estado, em todas essas empresas, causa inibição no campo tecnológico, porque a empresa, que é sócia numa empresa comigo e com a PETROBRÁS, a empresa de tecnologia, a estrangeira, tem um outro investimento com outro grupo nacional, e a PETROQUISA - essa é comum aos dois - é sua concorrente lá fora. Então, é um fator inibidor; por isso eu diria que temos, urgentemente, que concluir o programa de privatização.

Estou dizendo isso apesar de o Senador ter colocado que, com a PQU, o assunto praticamente se conclui. Eu diria ao senhor que ainda falta uma parte significativa. O senhor está certo, no Nordeste, por exemplo; mas, se não se concluir, essas que não estão privatizadas vão levar grande desvantagem em relação às que foram privatizadas. E nós, o grupo, - posso dizer isso de uma forma muito tranqüila -, já fizemos o que era mais significativo. Então, a não conclusão rápida desse processo vai colocar em sérios riscos e em desvantagem aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de realizar o projeto de privatização, porque já estamos com o nosso processo de tecnologia avançando com relação aos outros: estamos fazendo um processo de estruturação das nossas empresas diferente. Não temos um problema societário hoje. Aqueles que não tiveram o programa de privatização, se não lutarem para acelerar, vão ter problemas sérios. Esse era um ponto que gostaria de abordar no que diz respeito à segunda geração.

Quanto à primeira, considero e continuo defendendo - disse ao nobre Senador - que a ausência da PETROBRÁS quebra um elo fundamental, por ela ser a única fornecedora de matéria-prima: quebra a relação sadia entre a primeira e a segunda geração. Então, defendo a saída integral e a urgência na conclusão de tudo o que diz respeito à segunda geração, e defendo a presença da PETROBRÁS nas centrais, numa percentagem capaz de poder justificar essa relação sadia.

Com relação ao último assunto levantado pelo senhor, se os grupos nacionais não participassem desse programa, eu diria que talvez fosse um dos grandes mercados que existem no nosso País. A população que existe no Brasil e o que é consumido *per capita* aqui, em relação ao que é consumido nos Estados Unidos e na maioria dos países da Europa... Seria um crime se o brasileiro não estivesse enxergando e não estivesse lutando para que fossem criados grupos genuinamente brasileiros, usufruindo desse programa da petroquímica para enfrentar uma forte concorrência internacional.

Temos de fortalecer as empresas brasileiras desse setor, que tem um grande potencial de crescimento. São seis vezes mais que nós temos. No decorrer de alguns anos, quando essa recessão for eliminada e o poder aquisitivo for melhorando, temos uma faixa enorme de crescimento, independente do crescimento populacional. Então, o crescimento absoluto e o crescimento relativo se potencializam. É isso não pode se perder, com todo o trabalho que já foi feito, que tem as suas deficiências mas tem o seu mérito. Em nível petroquímico mundial, a concepção da petroquímica brasileira é muito boa. Temos trânsito em Portugal, na Argentina, etc, e sabemos, perfeitamente, que a forma com que foi concebida e conceituada a petroquímica brasileira, do ponto de vista de pólo e de centrais petroquímicas, é extremamente inteligente.

Então, volto a dizer ao senhor, que este é um setor estratégico e importante. Não entendo por que empresas brasileiras não estão procurando se estabelecer de forma forte, para ajudar, para contribuir com a sociedade e também para sermos competentes para concorrer internacionalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

V.Exª dispõe de cinco minutos, e igual tempo terá o Depoente.

O SR. RUY BACELAR - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Emílio

Odebrecht:

V.Sª fez um relato histórico da origem da empresa Odebrecht. Nós, baianos, acompanhamos esse crescimento e chegamos a dizer que a Odebrecht é uma universidade na formação de técnicos, de empresários, de operários, e que nós nos sentimos orgulhosos por essa empresa ter a sua sede na Bahia, por ter ganhado o mercado em quase todos os Estados do País e estar presente hoje em vários países do mundo. Daí o orgulho dos baianos, de quase todos que aqui estão.

Mas queremos questionar V.Sª no que diz respeito a um assunto já tratado aqui pelo eminente Relator, Senador Amir Lando, e também pelo ilustre Deputado do Estado do Piauí, Paes Landim: a questão da nafta, matéria-prima, petróleo pobre proveniente do refino do petróleo. A PETROBRAS subsidiava a nafta. Hoje me parece que esse subsídio, se existe, é bem menor.

Há um questionamento quanto ao preço da matéria-prima, da nafta nacional em relação à internacional. V.Sª defende um acordo a longo prazo com a PETROBRAS para o fornecimento dessa matéria-prima, a nafta, para o setor petroquímico e, ao mesmo tempo, defende a participação do Estado, da PETROBRAS e da PETROQUISA nas centrais petroquímicas. Ao mesmo tempo, acha que a PETROQUISA não deve participar na segunda geração dos petroquímicos. Pergunto a V.Sª: a PETROQUISA, não participando na segunda geração, não fica desobrigada de subsidiar a nafta, a matéria-prima? Essa é uma questão que gostaria que o senhor pudesse esclarecer.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Nobre Senador, em primeiro lugar, estou muito grato por suas palavras iniciais e gostaria de, se o senhor me permite, fazer talvez um pequeno esclarecimento inicial no que diz respeito a esse famoso subsídio.

Posso dizer a todos aqui - e está sendo gravado - que não entendo, nunca entendi e não reconheço subsídio de nafta em nenhuma época. A nafta é um subproduto. Quando entra um barril de petróleo na refinaria, no Brasil, pelas características de petróleo, saem cerca de 10% ou 12%. Se isso não for utilizado na área petroquímica, terá de ser misturado com a gasolina e vai piorar a sua qualidade. Então, o setor petroquímico foi e é uma solução quando não existe alternativa de aplicação da nafta, que existe em outros países, não o Brasil, pela distância de transporte que não compensa se desfazer dessa nafta, porque não competirá com outros países do Primeiro Mundo que têm a sua própria produção de refino. Então, é uma questão de não ter opção. O que a PETROBRAS sempre fez? Dentro de uma análise de preços do petróleo que ela compra e daqueles derivados que saem do equivalente a um barril de petróleo, onde 10% ou 12% é nafta, 30 e poucos por cento de óleo diesel, outro tanto, gasolina e vários outros subprodutos, a PETROBRAS fixa os preços em função de uma série de fatores, como a matriz energética, a questão de mercado, mas no todo ela é remunerada. Abaixa uns, aumenta outros, mas é remunerada.

Isso, do ponto de vista intrínseco ao Brasil. Em relação ao exterior, as diferenças que sempre existiram foram de transporte, porque não era possível competirmos na Europa, onde o preço da nafta era X e não podia ser acrescido o preço do transporte para vir para cá e depois o transporte do produto daqui para lá. Isso foi levado em consideração também. Então, aparentemente, tínhamos preços menores para compensar a questão do transporte.

A questão do preço da nafta, hoje, até onde temos informações, seja da ABIQUIM ou de outras entidades que estão fazendo um estudo a esse respeito... A PETROBRAS importa nafta porque houve um atraso no programa de ampliação de suas refinarias. No caso da COPENE, por exemplo, o seu programa foi casado com a ampliação da refinaria Landulfo Alves; mas o senhor bem sabe que houve esse descasamento. Então, com esse gap entre entrar em operação a duplicação da COPENE e não ter nem iniciado a ampliação da refinaria Landulfo Alves, o Brasil teve de suprir essa necessidade importando nafta. Só que, hoje, as informações que temos da ABIQUIM e de outras entidades que estão fazendo estudo são de que o que está sendo vendido às centrais é por um preço superior ao que a PETROBRAS está comprando.

Então, aí está havendo uma inversão. O motivo, acho que é problema de reflexão de cada um. Temos nossas convicções em relação ao que está por trás disso. Agora, achamos que é um assunto que cabe ao Governo e estamos fazendo um pedido para que analise o assunto. Então, nossa posição, como empresários, é solicitar ao Governo para que continuemos e para que se valorize esse investimento que o nosso Senador, Relator, tem levantado, pois é fundamental para a valorização desses ativos, porque na medida em que não se dá segurança de um preço a uma política de nafta de longo prazo, está-se desvalorizando esse ativo do Governo que, mesmo sendo minoritário, precisa ter valores compatíveis com o mercado. Se não colocarmos isso no programa da PQU, ou ela vai ser vendida, e vamos levar em consideração esse risco, ou efetivamente não vai haver leilão, porque não vai haver participantes. Pode haver, mas não vai ser concluído o leilão.

Então, a nossa defesa no que diz respeito à política de nafta passa, inclusive, não só pelo planejamento e estabilidade do investidor, mas também por propiciar uma melhor condição de preço de valorização dos ativos do Governo.

A permanência da PETROBRAS, que o senhor levantou, na primeira geração, já tive oportunidade de transmitir aos Parlamentares anteriormente, mas eu repetiria que, enquanto existir monopólio, isso tem de ser verdadeiro; enquanto a PETROBRAS for a única fornecedora de matéria-prima para as centrais, isso precisa ser verdadeiro. Se, amanhã, por qualquer motivo, o Governo passar esse direito para uma outra empresa e tirar o direito dessa concessão, dessa gestão da concessão - porque a concessão é da União, não é da PETROBRAS; a PETROBRAS está realizando a gestão em nome da União -, não há dúvida nenhuma, a PETROBRAS não tem por que permanecer. Aí é um problema de decisão política. A nossa decisão hoje é empresarial. É com a questão de que, quando buscamos sócios, é para agregar alguma coisa, diminuir riscos; não é para dividir lucros. Sociedade que é feita para dividir lucros não sobrevive. Então, precisa existir a interdependência entre os sócios.

Hoje, nós somos, sem a PETROBRAS presente na primeira geração, dependentes da PETROBRAS. E essa relação de dependência é a mais perniciosa que existe em qualquer sociedade, em qualquer meio empresarial, na relação entre países, na relação entre líder e liderado. A nossa defesa é quanto à interdependência dessa relação. Daí por que defendemos sua presença.

O SR. RUY BACELAR - E o alongamento.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Claro que é de longo prazo. Não pode ser jamais de curto prazo, tem de ser de longo prazo.

O SR. RUY BACELAR - V. S^a já abordou, aqui, o problema dos recursos, a origem de recursos para a aquisição da Odebrecht de empresas privatizadas. Mas quero fazer menção às moedas ditas podres. A Odebrecht tinha adquirido muito dessas moedas, todos os recursos pagos foram através de moedas podres. Há, ainda, estoque para aquisição de outras empresas?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, agradeço a oportunidade de me fazer esta pergunta, porque definitivamente a nossa organização considera criminosa a utilização, e como vem se alastrando em nosso País, da moeda podre. Isso é a institucionalização do calote. Esses papéis são frutos de dívidas do Estado para com setores da sociedade. Querer caracterizar dívidas como sendo umas mais outras menos podres é o primeiro ponto que me permito colocar como inaceitável. O que entendemos é que são papéis que podem ser utilizados como moeda de privatização, e não como moeda podre.

Agradeço a oportunidade que V.Ex^a me deu para colocar este ponto e gostaria que ficasse registrado.

Esta Casa vem dando exemplos a toda a sociedade e a nós empresários. Tenho amizade por muitos dos senhores e por tantos outros que estão aqui. Temos uma responsabilidade. Hoje, neste País, o problema é de crise ética. Não posso entender a continuidade da inadimplência que está existindo e o desrespeito aos compromissos que existem de todas as partes do Governo. Isso já está se generalizando entre empresários na relação de todos os setores da sociedade.

Sobre esse aspecto, gostaria de enfatizar que o que existe são papéis de privatização, que é uma negociação. Se o Governo deve e, ao mesmo tempo, se desfaz de ativos, está permitindo àqueles que desejam... E aí vem uma outra linha, o que está sendo feito é uma linha compulsória, e aí respondo o segundo ponto da sua pergunta: nós, compulsoriamente, não aceitamos nossas dívidas, salvo aquelas de empresas que foram determinadas no início do Governo Collor como empresas que iam ser extintas. Salvo essas, aquelas de nós que tinham crédito aceitamos o papel de privatização. Foi muito pouco. Não acredito que deva ter ultrapassado mais que uns 25 a 30 milhões de dólares, não mais do que isso. O resto adquirimos dentro da linha de crédito que o BNDES, o Banco do Brasil e outros instituições, inclusive de bancos privados, podiam dar.

A nossa ênfase foi efetivamente a de adquirir esses papéis. Os créditos que temos com o Governo consideramos que ele tenha de liquidar, porque, inclusive, são empresas que estão auferindo receitas e não têm nenhuma moral em não haver o pagamento quando o Governo está tendo resultado e receita em determinadas áreas. Naquelas áreas em que são a fundo perdido, podemos entender as dificuldades, e estamos aí para encontrar as soluções comuns, porque todos passam por dificuldades. Mas, em áreas estatais, em setores da economia do setor produtivo, em que os resultados surgem, em que o Governo deve e isso não é pago, e essas receitas são oriundas de um patrimônio que pertence de direito, mas não de fato, é algo, no mínimo, absurdo.

Então, sobre isso, gostaria de dizer que o que utilizamos na moeda, no papel de privatização, tanto própria como a que nós adquirimos junto às linhas de crédito, foi inferior ao que nós tivemos de despendar com recurso próprio. Na retomada entre o hiato que foi criado entre o Governo Collor e o Governo Itamar Franco no programa de privatização, a primeira empresa a ser privatizada, já nessa segunda etapa, foi a POLIOLEFINAS, que, dentro da estratégia, era uma empresa importante e, como tal, nós lutamos muito, e o Governo, vamos dizer, tomou uma decisão que até hoje foi inusitada dentro dos programas de privatização, que foi a maior percentagem de dinheiro próprio em moeda corrente. Foi 30%, se não me engano.

Então, posso dizer a V.Ex^a que, do ponto de vista de aquisições, usamos em torno de 25 a 30 milhões próprios e adquirimos o restante nas linhas de crédito

oficiais e privadas. Esse conjunto representa menos de 50% em relação ao que nós utilizamos de recurso próprio. Não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. RUY BACELAR - O senhor falou agora...

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Senador, o seu tempo está esgotado.

O SR. RUY BACELAR - Estou terminando. O Dr. Emílio falou agora no Governo Collor e no Governo Itamar. Gostaria de saber se há alteração no comportamento da Comissão Diretora. No Governo Itamar melhorou, de fato, o processo de privatização ou não?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, penso que o País todo piorou, de forma que seria muito difícil todas as áreas também não piorarem. No Governo anterior, não houve nenhum atraso. Sucessivos atrasos e prorrogações, por mais que sejam justificados, criam uma insegurança, criam uma intranquilidade. É nesse caso que digo que houve piora, não do ponto de vista da forma operacional, vamos dizer assim, da gestão, mas sim da questão da eficácia.

Quais são os resultados? Os resultados anteriores são diferentes dos resultados atuais. Como disse, o prejuízo que a Nação está tendo, desde que se iniciou o processo de privatização, por não ter havido a conclusão, cria dificuldades seriíssimas para as empresas que ainda não foram privatizadas.

Esse é um dado que gostaria de trazer aqui como empresário que tem responsabilidade pública, responsabilidade social e que hoje pode falar disso inclusive porque os interesses maiores já foram executados. Hoje, a nossa condição de competitividade com essas empresas que fazem parte de sociedades que ainda não foram alienadas àqueles que pertencem ao setor público é muito fácil, é automática, não representa nenhum esforço. É importante que haja consciência quanto a esse aspecto. Era a minha contribuição adicional que daria a esta Comissão.

O SR. RUY BACELAR - Para terminar, Sr. Presidente, já que estamos falando muito no Governo Collor e no Governo Itamar, é do conhecimento de todos que a EPC, do Sr. Paulo César Farias, prestou consultoria à Odebrecht. Prestou também algum assessoramento nessa área de aquisição de empresas petroquímicas?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não. Vou aproveitar, apesar de ter, é um assunto que já ...

O SR. RUY BACELAR - Ou o senhor responde se achar...

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Qualquer pergunta feita por V.Ex.^a terei todo prazer em responder de forma muito franca.

Não vou entrar em maiores detalhes, mesmo porque já houve uma CPI específica sobre isso. Pessoalmente, fiz questão de ir pessoalmente fazer o depoimento, não mandei ninguém da minha empresa, fui pessoalmente fazer o depoimento na Polícia Federal, porque alguém que confia nos seus atos e no dos seus companheiros de trabalho não pode estar delegando nem abdicando de determinadas ordens. Então, pessoalmente, tive oportunidade de ir à Polícia Federal para dar os devidos esclarecimentos a respeito do assunto.

Gostaria, nesta oportunidade, de dizer que, em hipótese nenhuma, tivemos nenhum programa, mesmo porque, permita-me a falta de modéstia, nós não precisávamos, vamos dizer, de assessoria nesse ou naquele assunto.

Quando a organização, Senador, tomou a decisão, na década de 70, tínhamos 100% de dependência do Governo brasileiro. Quando falei na "interdependência", posso dizer que hoje a temos. O Governo brasileiro, seja a União, seja o Estado, seja o Município, representa para a nossa organização não mais do que 35%. Para quê? Para que a gente possa ter a liberdade, a tranquilidade de, num depoimento como este, transmitir aquilo que nós pensamos sem nenhuma preocupação, na direção de dar a nossa contribuição para o País, para a sociedade.

Nós nunca usamos com essa finalidade. Conheci o Dr. Paulo César, mas nunca tivemos, em hipótese nenhuma... O contrato que fizemos com ele, como está nos depoimentos da Polícia Federal, visava exclusivamente termos conhecimento de onde seriam realmente as prioridades do Governo. O empresário - Empresário com letra maiúscula - precisa do Governo para saber o que ele quer, mais nada. Não precisamos e não queremos do Governo nenhum benefício, queremos do Governo condições de podermos trabalhar e sermos úteis à nossa sociedade.

Demonstramos isso porque, hoje, mais de 50% da organização está no exterior e não foi o Governo, e desses 50%, mais de 400, 500 milhões de dólares no ano de 1993 virá do Primeiro Mundo. Então, acho que é uma referência para uma reflexão de quem diz que não precisa do Governo no sentido dos "benefícios".

Queria aproveitar e transmitir aos senhores: não conheci, mas foi usado para conhecer o que o Governo, efetivamente, tinha de prioridade para a nossa organização se situar.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Obrigado a V.S.^a.

O SR. RUY BACELAR - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Edson Silva.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, Sr. Depoente, o sentido único desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a sua única razão de ser é a de investigar.

Portanto, quero dirigir aqui algumas perguntas ao Depoente, norteado por esse propósito.

Inicialmente, queria saber de V.S^a, se o dado tiver, quanto a Norberto Odebrecht, a empresa, a instituição Norberto Odebrecht despendeu, em moeda viva, nas participações que já adquiriu de empresas estatais.

Se não houver um dado absoluto, pelo menos um dado relativo, quanto em moeda viva e quanto no que o senhor chamou em títulos de privatização?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Nobre Deputado, deixe-me fazer um esclarecimento importante.

A Odebrecht S.A. é uma **holding** e ela tem, na área de engenharia, três empresas: a Construtora Norberto Odebrecht, a CBPO e a TENENGE. Na área petroquímica, como disse no meu depoimento, tem a Odebrecht S.A. e a EPB. Outros setores, todos esses vinculados diretamente à Odebrecht S.A., área de informática, de celulose, etc.

No caso da CNO, que é a construtora da Norberto Odebrecht, não tem nenhum vínculo com os programas petroquímicos. É um programa da Odebrecht S/A com a Odebrecht Química. São empresas independentes. A Odebrecht Química é uma subsidiária integral da Odebrecht S.A. Muita gente faz confusão por causa do mesmo nome e marca, mas existe a Odebrecht S/A e as outras.

Sobre a questão do que já foi feito, disse no início do depoimento que o nosso investimento no setor petroquímico, hoje, é de 610 milhões de dólares, aproximadamente. Desses investimentos, tivemos recursos próprios e financiados. Com recurso próprio, posso dizer a V.Ex^a que foi muito mais de 50%, no decorrer desses anos todos. E com recursos financiados, mas sem nenhuma linha de crédito a longo prazo, deve ter representado cerca de uns 20%, aproximadamente, que foram, alguns deles, do próprio comprador.

Por exemplo, sem entrar em maiores detalhes, a nossa condição de pagamento à PETROPAR era só de 3 anos. Então, é a PETROPAR que está nos financiando. Felizmente, ainda é possível algumas empresas terem crédito no Brasil. Os outros 30%, 25% foram mais ou menos na linha de crédito de longo prazo, utilizados com moeda de privatização. Isso, mais ou menos, é a composição dos nossos investimentos de 610 milhões de dólares, aproximadamente.

O SR. EDSON SILVA - V.S^a, ao responder uma pergunta de um Parlamentar, comentou que o País padece da ética. Pergunto a V.S^a se julga ético o BNDES financiar empresários na compra de ações de estatais, com 10 anos para pagar o financiamento, 2 anos de carência e juros de 6%, tendo como garantia as ações das próprias empresas que estão sendo adquiridas, no momento em que o País está em crise e o Governo alega privatizar para fazer caixa e investir em programas sociais. Essa filosofia de financiamento, na sua opinião, é ética? Afinal, de quem é a empresa? É do empresário ou do povo brasileiro, nessas circunstâncias?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Deputado, agradeço. Sinceramente é um assunto que não tive oportunidade de poder esclarecer. Creio que V.Ex^a proporcionou-me tal oportunidade neste depoimento à Comissão.

Em primeiro lugar, não existe programa industrial em lugar nenhum do mundo que não seja com financiamento a longo prazo. Não existe. Banco de desenvolvimento é para isso: para financiar a longo prazo. Quanto ao problema de garantia, é verdade. Foram dados em garantia os ativos, ou seja, as próprias ações. Creio extremamente de fé, porque não posso conceber que nenhuma organização... Se o Governo não confia nas organizações, que são as que representam o nosso País aqui dentro e lá fora, então não vamos nem iniciar o processo.

A garantia é um problema muito mais moral para quem tem e quem dá valor ético às coisas. Numa organização como a nossa, V.Ex^a já imaginou se deixarmos de cumprir um compromisso com qualquer empresa, em qualquer área? Como não será a repercussão disso a nível de outros negócios da organização, justamente agora que ganhamos um empreendimento - que não levamos, mas pretendemos levar - que é uma barragem nos Estados Unidos? E logo uma empresa do País que inventou a barragem, a hidrelétrica! Nós, brasileiros, fomos lá e conquistamos isso. A segunda colocada, uma empresa americana, apresenta como ponto de ataque, não a nossa proposta técnica, comercial, etc, mas os problemas do nosso País e aqueles nos quais as empresas estão inseridas dentro desse processo todo. É isso o que estamos querendo. Dentro dessa linha de que o devedor não vai pagar, não é possível. A organização nunca deixou de pagar nada.

Disse que o meu pai iniciou a reconstrução da organização, assumindo os compromissos, que, face à fatalidade, aconteceu à época com o meu avô.

O SR. EDSON SILVA - Se V.S^a me permite, para que possamos conversar claramente, não estou me referindo à empresa Norberto Odebrecht, mas à filosofia de financiamento. Admito até que a Norberto Odebrecht honre os seus compromissos. Mas não estou tratando da empresa, mas da filosofia que norteia esse financiamento num país em que muitas empresas privadas faliram e nas quais o Estado investiu.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Deputado, por princípio, acredito no ser humano, pois é o único que pode se desenvolver, criar, fazer algo. Se destruímos aquilo que é o agente do desenvolvimento, não será possível. A nossa organização, que tem como filosofia a terceirização, olha a capacidade daquele que está sendo contratado em realizar os serviços, interagindo e agregando alguma coisa.

Acredito que essas empresas, não é por estarem dando em garantia as suas ações que vão deixar de pagar. A empresa que tiver um negócio desse precisa de curto prazo. Precisa ser fechada. O que precisamos é fazer com que a lei seja cumprida para aqueles que efetivamente não seguem o mínimo que a ética, pelo menos, induz.

Não entendo isso como ponto negativo. Se V. Ex^a me permite, seria muito fácil pedir garantias de outra natureza, e à Odebrecht seria mais fácil; não seria talvez conveniente, mas seria fatalmente mais fácil do que outras empresas. O que desejamos é direcionar isso para algumas empresas, ou criar condições para todas as empresas? Penso que precisamos despertar a capacidade do empresariado brasileiro, permitir ao pequeno empresário, ao médio, a mesma oportunidade. Se ele é um bom gestor, se é competente, se é sério, se não for, o governo toma de volta. Qualquer credor toma de volta do seu devedor. Agora, se efetivamente ele teve a oportunidade do Governo, todos estamos contribuindo, construindo e dando oportunidades a uma série de outros grupos empresariais que precisamos fortalecer para que este País possa ser forte. Não existe país forte com empresas fracas.

Foi por isso que eu disse a V. Ex^a: acredito por isso. Talvez legalmente, tenha as suas restrições. Entendo o que V. Ex^a está levantando. Nesta oportunidade quero trazer um outro tema que nossa organização, aqueles que nos conhecem sabem que isso não é dito somente; é praticado.

O SR. EDSON SILVA - Respeito sua profissão de fé. Agora, como não tenho uma apreciação empírica desse acontecimento, a minha apreciação decorre da tradição de relação entre grupos empresariais e o governo. Permita-me dizer que não compartilho desse seu mesmo otimismo em relação...

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Isso é que é democracia.

O SR. EDSON SILVA - Quero saber de V. S^a sobre a propalada relação entre Norberto Odebrecht e PC Farias. Quantas vezes V. S^a se encontrou com o Sr. PC Farias durante o Governo Collor?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Se me permite, nobre Deputado, tive oportunidade de dar esclarecimentos quanto a isso na área petroquímica. Estive depondo na Polícia Federal, como disse, pessoalmente. Fiz questão de ir, não abdiquei desse direito, dessa obrigação. Não transferei isso para nenhum companheiro de trabalho da organização. Conheci e conheço, nunca neguei; e quem não conhece PC Farias? Agora, entre conhecer e fazer negócios há uma grande diferença.

No extenso depoimento que fiz na Polícia Federal, fiz questão de esgotar o assunto. Para mim essa é uma página virada, porque temos que olhar para frente, e não para o passado. Isso faz parte da nossa filosofia.

Estamos de consciência tranqüila; o que tínhamos que dizer já foi dito e para o conhecimento do senhor: talvez tenha sido uma das únicas que não foi indiciada. Não é apenas porque não foi indiciada; é porque, efetivamente, não há nada a ser comprovado. A nossa relação foi sempre efetivamente empresarial no sentido de buscar, como eu disse, o que era prioritário para um empresário que quer construir as suas bases sem dependência do Governo. Agora, quem precisa do Governo, seja porque é fraco, incompetente ou qualquer outra coisa, esses empresários é que vão buscar negócios específicos um atrás do outro.

Esse era o ponto que gostaria de ressaltar. Afirmo ainda que a Polícia Federal tem o depoimento completo que tive oportunidade de fazer naquela época.

O SR. EDSON SILVA - O senhor suspeita que haja alguma relação entre o esquema PC e o Programa Nacional de Privatização? O senhor tem alguma opinião sobre isso? É uma suspeição que já foi cogitada aqui nesta CPI? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Negativo, completamente. Pensar que possa existir, quem quer que seja, um programa que dê oportunidade a todos de adquirirem... Não tive oportunidade de dizer ao nosso Senador Amir Lando, mas estamos estudando a AÇOMINAS. Se, efetivamente, aquele preço mínimo da AÇOMINAS não for... Eu, por exemplo, seria mais radical, não daria preço nenhum. Acredito na lei de mercado e no empresariado brasileiro, que é competente. Trata-se de pessoas preparadas; estão precisando é desatrelar, sair da barriga da mãe - pelo que o Estado representa na economia.

Então, à medida em que isso é propiciado, não tenha dúvida nenhuma, esses homens têm tudo. Temos uma estrutura empresarial extremamente forte. Jamais posso compreender que possa ter existido a intenção desse homem de querer fazer algo, mesmo porque não precisa, só faz onerar. Todo custo corresponde a um benefício. Então, efetivamente, não existe como agregar algum benefício.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, por gentileza, apelo para a sua tolerância, de forma a concluir o raciocínio que me levou a fazer essa pergunta.

Indícios há. A revista IstoÉ, por exemplo, da semana passada, em matéria sobre a petroquímica, comenta informações de que foi negociado pelo PC Farias junto a empresários um esquema de redução de alíquotas de importação.

Da mesma forma, esta CPI tem indícios de que houve vazamento de informações privilegiadas que levaram determinados segmentos a adquirirem as chamadas moedas podres, que virtualmente vieram a ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização, quando essas moedas ou esses títulos de privatização ainda não eram admitidos como tais.

Temos indícios de que houve vazamento de informações privilegiadas, que empresários adquiriram, a partir dessas informações, moedas utilizadas na privatização que depois o Governo veio anunciar como moedas de privatização.

Portanto, o indício há. Com base nisso, estou fazendo a pergunta a V. S^a.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Estou falando de dois aspectos: primeiro, quanto à nossa organização, isso não ocorreu; segundo, não acredito em nenhuma vantagem disso, porque hoje...

O SR. EDSON SILVA - O senhor acredita que não há vantagem em um título ser comprado a vinte centavos e depois ser usado pelo seu valor de face de um?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, não acredito nisso, porque não vejo como possa ser uma realidade operacional. Por exemplo, hoje, quem aqui não sabe que algo deve vir do ponto de vista de uma reversão do processo inflacionário? Está-se especulando problema de dólar. Então, essas coisas surgem, e todo mundo estaria aqui correndo para comprar dólar ou para criar uma correlação de seus ativos financeiros casados com o dólar. Precisamos terminar com isso neste País. É querer raciocinar que o empresário brasileiro é fraco, que não sabe o que quer. Isso tem que acabar. E só termina quando tivermos consciência do que podemos fazer lá fora tanto quanto do que podemos fazer aqui dentro. Por que não fazemos aqui dentro? É preciso deixar o empresário agir.

O SR. EDSON SILVA - Que o empresário sabe o que quer tenho certeza, ele tem consciência. O que argumento é a relação suspeitosa que há entre determinados segmentos de empresários e o governo. Que o empresário sabe o que quer, disso não temos dúvida.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em qualquer sistema, entendo que existe o lado bom e o lado ruim. Então, não posso nivelar por baixo. Este é outro ponto: olho sempre o nivelamento por cima.

O SR. EDSON SILVA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Membros desta Comissão, caro Dr. Emílio Odebrecht:

O Deputado Edson Silva já esclareceu que o objetivo da CPI é investigar. Obviamente, não estamos aqui - não é a primeira vez que vou repetir - para discutir teses sobre privatizações, sobre pontos de vista, sobre qual é o melhor modelo para o País, até porque o melhor modelo, seguramente, não é o que vem sendo desenvolvido, na medida em que há um reconhecimento unânime da existência de qualquer projeto no País, qualquer projeto global de desenvolvimento, qualquer política industrial.

Portanto, o Programa Nacional de Desestatização é algo que está mergulhado no vazio. E para alguns - como é o meu caso - é algo vinculado à mais grave irresponsabilidade com os destinos do País, mas é uma opinião pessoal.

Por outro lado, como o objetivo desta CPI é investigar, respeitosamente, a nossa obrigação é perguntar. Acredito que seria um equívoco qualquer depoente se julgar, pela ação da pergunta, previamente constrangido ou melindrado, porque este não é o objetivo.

Gostaria, então, de fazer a primeira pergunta: o senhor participou de reuniões com autoridades do Governo, para decidir os destinos do setor petroquímico do Brasil, antes da privatização?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Ao contrário; procurei dar a nossa opinião e, infelizmente, não tivemos sucesso. Procurei dar e vou procurar sempre que for possível, Sr. Deputado, dar a nossa opinião àquelas autoridades que representam segmentos aos quais estamos vinculados. Não abrimos mão da nossa contribuição. E posso lhe dizer que tive algumas; não muitas, poucas, no início, procurando mostrar esses pontos, que acabei de dizer aqui, que são os pontos: a primeira, a segunda geração, participação. Tudo isso já foi conversado aqui. Então, tivemos, mas não logramos êxito nisto.

O SR. PAULO RAMOS - Mas participou de reunião com representantes do BNDES?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Tivemos, oficialmente, com o BNDES, como tiveram outros empresários. Fomos convocados para ser ouvidos em vários momentos. Participamos três vezes.

O SR. PAULO RAMOS - De reunião com empresários, como se fosse uma forma de dividir previamente o bolo, de modo que cada um tivesse acesso a um setor ou a uma empresa do setor petroquímico, ou a uma parcela previamente dividida?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Isso não, em hipótese alguma.

O SR. PAULO RAMOS - Nem sequer chegou a oferecer ou a formular a um empresário essa perspectiva?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Deputado, a guerra no setor é muito grande, dissemos aqui. Não neguei em momento algum que reconhecemos que temos o melhor portfólio. Não nego isso. Foi por isso que tivemos todos. Então, o senhor acha que é possível haver alguma conversa quando existe... Vou dar um exemplo ao senhor, fazer uma analogia.

Tenho sérias dúvidas quanto ao sucesso do MERCOSUL, pela diferença que existe entre os países. Acho que todos deveriam lutar para que ele tenha sucesso,

mas temos que ter consciência de que não é fácil, dadas as dificuldades inerentes da dimensão e da qualidade de cada país. Temos de lutar; é válido, é importante. Temos de fazer amanhã, mesmo que tenhamos dificuldades hoje, aquilo que está acontecendo no NAFTA, está acontecendo na CEE e assim por diante. Devemos ter consciência das dificuldades. Posso lhe dizer que não entendo dessa forma.

O SR. PAULO RAMOS - As empresas de consultoria Projeta, COMSEMP e Atlantic prestaram serviços para as suas empresas antes ou depois de privatizadas as empresas das quais seu grupo participou?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Quais?

O SR. PAULO RAMOS - Projeta, COMSEMP e Atlantic.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Confesso ao senhor que não tenho conhecimento, não participei disso, mas não quer dizer que não houve prestação de serviços dessas empresas à organização. São empresas de consultoria, é isso?

O SR. PAULO RAMOS - Empresas de consultoria.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não sei dizer ao senhor.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor poderia ao menos anotar para posteriormente me dar a resposta? As empresas são Projeta, COMSEMP e Atlantic. Gostaria de saber se elas prestaram serviços de consultoria à organização de V. S^a antes e depois de privatizadas as empresas de cuja compra o senhor participou.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Perfeito.

O SR. PAULO RAMOS - O Sr. Modiano e o Sr. Sérgio Zedron, antes ou depois das privatizações ou mesmo até a data atual, chegaram a prestar serviços para as suas organizações?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em hipótese nenhuma. Posso afirmar ao senhor que conheci o Modiano praticamente quando ele foi indicado e exerceu o cargo de Presidente do BNDES.

O SR. PAULO RAMOS - No depoimento lido, o senhor falou que houve atropelo no Plano Nacional de Desestatização. Quais?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Atropelo? Cheguei a usar essa palavra?

O SR. PAULO RAMOS - Sim, usou essa expressão, ou respondendo à pergunta do Senador Amir Lando.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não me lembro e, se usei, não me lembro em que contexto. Atropelo no Programa de Privatização? É isso?

O SR. PAULO RAMOS - É.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não me lembro, sinceramente. O senhor me permite um minuto?

O SR. PAULO RAMOS - De minha parte, não tem nenhum problema.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - (Pausa) Entendi. Ele aqui está me lembrando de que usei essa expressão quando vendíamos a necessidade da existência, isso no início, quando fomos convocados pelo BNDES e demos a nossa posição sobre o programa de política de longo prazo do preço da NAFTA e a questão de uma equação **antidumping**. Então, houve um atropelo em se fazer as privatizações sem antes ter isso sido equacionado. Ele me lembrou agora de quando usei a palavra atropelo.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor falou do quadro de degradação e miséria enfrentado pelo País. Nesse quadro, pode ser inserida a relação entre os empresários que utilizam o tráfico de influência e o Governo brasileiro?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Acho que a degradação é geral neste País. Permita-me, Deputado, a franqueza, mas penso que é geral. Pior do que isso é que a sociedade não é isso. As circunstâncias estão nos levando a todos a isso. Entendo que nós todos temos que lutar para que o ambiente não seja cada vez mais deteriorado. As coisas estão se deteriorando mesmo no País, não tenha dúvida.

O SR. PAULO RAMOS - Que circunstâncias o senhor alinha para levar a essa situação de degradação?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - A relação que hoje, felizmente, temos de referência entre o exterior e o Brasil. Se o senhor me permite, esse é o ponto em que mais estamos sentindo a situação que o Deputado Paes Landim levantou.

Estamos trabalhando hoje em 18 países. É uma diferença muito grande. Os problemas que estamos enfrentando lá fora com relação aos existentes aqui dentro - e não tínhamos problemas - estamos tendo nesses últimos 3 anos.

Acabei de dizer dos problemas que aconteceram nos Estados Unidos. Essa é uma questão de relação, de referência do que temos lá e que, infelizmente, alguns outros não têm condições de fazer isso, ficando apenas num processo interno de análise. Estou fazendo uma análise em relação ao que se tem aqui e ao que se tem lá fora. Lá é tudo mais fácil, só se tem oportunidades; aqui só se tem problemas.

Tenho uma opinião como empresário. Considero que, enquanto o setor produtivo estiver na mão do Governo, na forma e na dimensão em que está, deixando de cumprir aquilo que é a sua obrigação propícia - educação, saúde e outras coisas mais - vamos ter problemas cada vez mais crescentes.

O que é que se tem hoje no Governo em termos de prioridades? As conversas giram em torno do setor produtivo. Estamos atropelando a sociedade, criando nanicos para o futuro. Eu gostaria muito mais de ter não mil e poucos brasileiros, como tenho no exterior hoje. É uma vergonha eu ter 11 mil e poucos colaboradores no exterior e apenas 10% são brasileiros. Eu queria ter muito mais, como já tivemos numa determinada época. No nosso início, no exterior, era muito mais que isso. E por quê?

Porque o processo educacional deste País e a capacidade do brasileiro de apreender e de ser competitivo lá fora, por questões seja de saúde, seja de educação, é um negócio deteriorante.

Esses são os pontos a que estamos nos referindo no que diz respeito aos aspectos no exterior e no Brasil.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, V. Ex^a talvez seja testemunha, pela primeira vez, de que estou fazendo as perguntas com a maior objetividade. O depoente é que vem se estendendo. Portanto, peço a V. Ex^a que leve isso em consideração. Todos aqui também são testemunhas de que estou sendo conciso.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Prometo que vou ser muito mais objetivo.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor sempre comprou empresas ou já vendeu empresas de sua propriedade?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Toda vez que raciocinamos sobre uma desmobilização, pensamos antes numa mobilização. A nossa organização tem a bandeira do crescimento.

O SR. PAULO RAMOS - Mas já desmobilizou, quer dizer, já vendeu?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Claro! Inclusive, boa parte das empresas vendemos aos próprios colaboradores, criando oportunidade para o surgimento de outros empresários. Vários parlamentares aqui presentes que nos conhecem sabem disso.

O SR. PAULO RAMOS - Sou muito preocupado com a filantropia. Está aí o Roberto Marinho fazendo o programa "Criança Esperança", em que o horário da Globo é cobrado, mas ele se apresenta como filantropo.

Eu gostaria de saber se na venda das empresas, na desmobilização do patrimônio - vou usar a terminologia que talvez seja a mais adequada - o senhor também avaliou a empresa pelo fluxo de caixa? Como se deu a avaliação da sua empresa para a desmobilização do patrimônio?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não tenho a mínima noção. Foram, em determinadas épocas, fatos diferentes. Quando estamos analisando um negócio desses, com uma equipe de colaboradores, não é isso que é importante. Eu disse ao Senador que concordo com a forma como está sendo feita. Acho que está sendo feito corretamente. Eu faria, hoje, para uma empresa nossa. Disse isso e respondi a ele. Quais foram os sistemas aplicados? Diversos.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor conhece o Sr. José Pio Borges?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Pessoalmente não. Se não me engano, ele era o Vice-Presidente do BNDES na época do Dr. Modiano.

O SR. PAULO RAMOS - É.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não estive com ele nenhuma vez.

O SR. PAULO RAMOS - Ele era diretor de uma Petroquímica da Bahia.

O EMÍLIO ODEBRECHT - Do Grupo Mariani.

O SR. PAULO RAMOS - Exatamente, do Grupo Mariani. Já que estamos aqui - não vou dizer estranha, mas surpreendentemente - tratando da questão dentro dos seus melhores critérios éticos, perguntaria se o senhor conhece o episódio que envolveu a venda pelo BNDES das ações de que dispunha a Petroquímica da Bahia para o mesmo Grupo Mariani. Quando o Sr. José Pio Borges, que tinha vindo da Petroquímica, era vice-presidente do BNDES, em que circunstâncias ele saiu do BNDES, depois da venda? O senhor conhece esse episódio?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Posso lhe responder, com a objetividade que o senhor me pediu, que não conheço.

O SR. PAULO RAMOS - Não conhece?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não conheço. Conheço os diretores, os donos do Grupo Mariani, quer dizer, ex-Banco da Bahia, mas não conheço, inclusive, o Sr. José Pio Borges.

O SR. PAULO RAMOS - O BANESPAR tinha 54% do capital da Petroquímica da Bahia em ações preferenciais sem direito a voto. O Sr. José Pio Borges saiu, foi ser vice-presidente do BNDES, e o BNDES, através da Bolsa de Valores, transferiu essas ações de volta para o Grupo Mariani. Teria fugido à lógica do leilão? Como é que o senhor vê esse episódio?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Confesso ao senhor que também não tenho conhecimento disso.

Eu queria, Sr. Deputado, aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte: quem busca a interdependência e não a dependência está preocupado com o que faz e não com o que os outros fazem. Posso dar um exemplo a V. Ex^a: o americano, quando vê um carro que é último modelo sendo dirigido por outro americano, ele olha e diz: ainda vou ter um desses a qualquer momento. Aqui, no Brasil, infelizmente, o sujeito olha e diz: conseguiu aquele carro assim ou assado, teve benesses assim ou assado? São enfoques diferentes. O nosso enfoque, a postura da nossa organização, o meu pessoal é dentro dessa linha: de olhar o assunto positivamente. Por isso lhe confesso: não conheço, não sei e não são coisas que me motivam pessoalmente.

O SR. PAULO RAMOS - Vou tratar de um tema, Sr. Presidente, que considero delicado: a questão do esquema PC. Reitero que é a nossa obrigação perguntar.

O senhor afirma para todos os membros desta CPI que o senhor nem qualquer membro do seu grupo, em nenhuma oportunidade, pagou qualquer quantia, qualquer que seja, para comprar informações privilegiadas ou para comprar favores do Governo, mesmo que comprovando o pagamento da despesa através de notas adulteradas ou fraudadas? A inscrição na nota, o registrado na nota não correspondia à verdade do pagamento para comprar outro tipo de serviço, para corromper homens públicos. O senhor afirma que não teve esse procedimento?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu gostaria de, primeiro, dizer a V. Ex^a que não fique preocupado em hipótese alguma que eu fique ofendido.

O SR. PAULO RAMOS - Veja bem: faço questão de frisar que também não é...

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Está claríssimo.

O SR. PAULO RAMOS - A obrigação nossa aqui é perguntar.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Estou percebendo a forma como V. Ex^a está colocando. V. Ex^a vai ter todo o meu apoio nas respostas, visando a minha contribuição nessas investigações.

O SR. PAULO RAMOS - E quero só fazer um esclarecimento: não nos move a ilusão de que qualquer depoente poderá vir aqui para confessar. Não nos move essa ilusão.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Perfeito.

O SR. PAULO RAMOS - O que precisamos é colher o depoimento na medida em que o depoente, qualquer que seja, presta o depoimento sob juramento e, pelas normas em vigor - o Senador Amir Lando e o nosso Presidente são conhecedores profundos - representa ilícito não só faltar com a verdade diante de uma CPI, mas também omitir a verdade. Portanto, faço essa pergunta porque o Grupo Odebrecht tem sido citado em inúmeras oportunidades como tendo uma íntima ligação com o esquema PC. Notícias e até documentos são divulgados pela imprensa, e a própria CPI que tratou do problema também encontrou essa vinculação. Então, faço essa pergunta porque um empresário que talvez o senhor tenha conhecido, Irinaldo Uchoa de Medeiros, do Grupo Lume, deu uma vez uma entrevista, que presenciei, em que disse que aprendeu a investir na incompetência, na ganância, na volúpia do homem público. Disse também que empregou nos seus quadros vários ex-ministros, vários ex-servidores do Governo, isto é, como se fosse uma forma também de compensação.

A pergunta que faço com objetividade é esta: em alguma oportunidade o senhor se utilizou de qualquer mecanismo para comprar homens públicos, para pagar por serviços que não correspondiam às notas fiscais que estavam sendo emitidas ou mesmo sem emissão de nota fiscal?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Lógico que não, Deputado. Não tenha nem dúvida de que isso não passa. Sinceramente, entendo a pergunta, entendo a investigação, mas V. Ex^a há de compreender que isso não existe; nunca precisamos disso e não precisamos. Procurei aqui dar a posição da nossa organização a esse respeito. Sabemos que no dia em que a relação entre pessoas for dessa forma, Deputado, deteriora qualquer organização. Numa organização que tem uma visão de longo prazo, isso não persiste.

O SR. PAULO RAMOS - Mas o país como organização - não será essa uma das razões da degradação?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu não nego que possa existir em algumas áreas. Existe tanto no setor empresarial quanto em outros segmentos da sociedade, no Governo, etc. Precisamos é terminar com as condições, o clima favorável a isso. O que defendemos na organização é criar ambiente para o alto desenvolvimento do agente que se desenvolve, que é o recurso humano. Aquilo é o antidesenvolvimento. Quando fomos para o exterior e enfatizamos, não foi só por uma questão de diversificação, mas para liberar um pouco os jovens que estavam se formando e em quem acreditamos, para que eles realmente não tenham uma visão deformada de um país que está passando por uma dificuldade, mas é transitória.

Então, eu queria dizer que não existe isso. Quero também transmitir que todo o depoimento foi feito na Polícia Federal e mais ainda: V. Ex^a sabe foi talvez - não quero dizer que foi a única - mas foi uma das únicas que não foi indiciada.

O SR. PAULO RAMOS - Ainda.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Aí é uma questão... V. Ex^a está se colocando como Polícia Federal!

O SR. PAULO RAMOS - Foi só uma impertinência.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Talvez as intenções de muitos sejam nessa direção. Mas acredito na Justiça.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor poderia discorrer sobre as ligações entre o grupo Odebrecht e o Banco Econômico?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - São as melhores possíveis. O gestor principal do Banco Econômico, um dos maiores investidores do Banco Econômico, que é o Sr. Angelo Calmon de Sá, amigo nosso, já trabalhou na organização. Temos uma política de conviver bem, inclusive ajudar no que for necessário outros grupos baianos. Foi o que fizemos recentemente, tanto quanto fomos ajudados no princípio da década de 70, quando tivemos as nossas dificuldades. O grupo Paes Mendonça, que passou por determinado momento de transição, tivemos oportunidade de ajudá-lo agora e de retribuir com aquilo que ele nos fez no passado. Então, acho que esse é um problema

em que me sinto orgulhoso de me dar bem e poder ter oportunidade de contribuir com este grupo e outros grupos da Bahia em prol do progresso de uma das unidades da Federação.

O SR. PAULO RAMOS - Vou concluir, Sr. Presidente.

O senhor confirma que a Odebrecht, detentora de 31% das ações da Poliolefinas, adquiriu através do Banco Econômico outros 31%, à época em poder da estatal PETROQUISA, sem nenhum outro competidor? O senhor confirma essas informações divulgadas pela imprensa à época da privatização da Poliolefinas?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Desculpe, Deputado. De que empresa? V. Exª pode repetir?

O SR. PAULO RAMOS - O senhor confirma que a Odebrecht, através do Banco Econômico, como detentora de 31% das ações da Poliolefinas, adquiriu outros 31% em poder da estatal PETROQUISA, sem nenhum outro competidor?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Deixe-me ver se entendi bem: o leilão foi feito e quem comprou as ações fomos nós. Não houve nenhum outro competidor. Confirmo, claro. É de conhecimento público.

O SR. PAULO RAMOS - Isso desafia o princípio do leilão?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não. Não houve interesse. Vou dizer a V. Exª: colocando 30% como colocou, queria ver o grupo que fosse se interessar. V. Exª sabe o porquê. Só compramos isso, porque acreditamos no Programa de Privatização. Essa foi uma forma de coagir o Governo, devido a todo um problema da sociedade, que culminou com algo que nos dará muito trabalho, no sentido de recuperar esses investimentos adicionais, que são, até certo ponto, inviabilizadores desse programa.

O SR. PAULO RAMOS - Eu gostaria de fazer uma última pergunta.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Gostaria de, efetivamente, deixar esse ponto muito claro. Eu diria a V. Exª que, se, na PETROQUÍMICA UNIÃO, PQU, colocarem o percentual em dinheiro, não vai ter privatização, porque isso, nas atuais circunstâncias e com todas as interrogações que o País tem, inviabiliza o programa.

O SR. PAULO RAMOS - Farei uma pergunta, que será repetitiva, mas tenho a impressão de que a resposta ainda não contou com a objetividade que considero desejável. Tal pergunta refere-se às chamadas "moedas podres".

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu gostaria de pedir a V. Exª. que não falasse sobre isso, pelo menos para mim. Isso não existe. Trata-se de um problema de institucionalizar o calote neste País. Eu não concordo com isso.

O SR. PAULO RAMOS - De qualquer maneira, as moedas passaram a ser chamadas de "moedas podres", inclusive por toda a imprensa.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Permita-me, Sr. Deputado, dívida é dívida, seja ela de quem for. São moedas de privatização.

O SR. PAULO RAMOS - Então, falarei de outra maneira. Essa chamada dívida estava completamente desvalorizada, e alguns sabidos, por intermédio de informações privilegiadas, entulharam-se das ditas dívidas do Governo. Logo depois, o então Presidente Fernando Collor de Mello considerou, pelo valor de face, como moedas de privatização. Assim como, no confisco dos cruzados e em outras oportunidades, o Governo Collor de Mello representou ser a maior fraude, em relação às "moedas podres", esse fato também ocorreu. É preciso lembrar que a CPI já dispõe de provas em relação a várias pitonisas, profetas, que adquiriram, antecipadamente, "as moedas podres" ou as dívidas do Governo.

Antes das privatizações, o seu grupo adquiriu as chamadas dívidas do Governo, as moedas, títulos da dívida agrária, debêntures da SIDERBRÁS e outras que se transformaram, depois, em moedas válidas para a privatização?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu tive a oportunidade de responder sobre esse assunto. Não me lembro quem fez tal pergunta.

O SR. PAULO RAMOS - Deve ter sido algum Senador. É que, às vezes, só ouço as respostas das perguntas que são feitas por Deputados. Mas eu sou republicano. O Senador sabe que eu só sei responder com objetividade.

Voltando à minha pergunta, Dr. Emílio Odebrecht, V.Sª adquiriu o que foi citado por mim anteriormente antes das privatizações?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em hipótese nenhuma. Somente recentemente, é que adquirimos as únicas, porque fomos obrigados.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, agradeço e quero dizer ao Dr. Emílio Odebrecht que não temos nenhum preconceito em relação aos grandes empresários do País. Ao contrário: a nossa reação é que, desgraçadamente para o País, muitos grandes empresários, justa ou injustamente, foram envolvidos no Esquema PC, que representou para o País uma espécie de desdita, pois a credibilidade dos grandes empresários, especialmente nacionais - até porque os multinacionais também estavam envolvidos -, foi "jogada por terra". Precisamos recuperar a confiança na relação entre as pessoas do País, e os empresários considerados os empreendedores não devem se permitir envolvimento em atos de corrupção, na medida em que, quando as coisas vêm à baila, o descrédito é dado para o País; às vezes, o descrédito não é dado, simplesmente, para o nome do envolvido ou para o nome do empreendimento.

Muito obrigado.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Dr. Emílio Odebrecht, o Estado de Alagoas, pelo fato de sediar o Pólo Cloroquímico Brasileiro, também tem sido palco do Programa de Privatização.

Atualmente, a empresa Norberto Odebrecht tem o controle da CPC e está adquirindo, ou já tem um percentual bastante expressivo da Indústria Química do Salgema, que são as duas indústrias-mães do Pólo. Praticamente, hoje, com esse processo de estagnação - para não dizer de retrocesso - do Parque Industrial Brasileiro, essas empresas são as únicas existentes no Pólo.

Isso nos tem inquietado - falamos, aqui no Congresso Nacional, em nome do Estado de Alagoas -, e gostaríamos de saber, se não houver nenhum impedimento de ordem empresarial, se V. S^a poderia explicar qual o pensamento do braço químico da empresa Norberto Odebrecht no que diz respeito ao Pólo Cloroquímico de Alagoas.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que é um prazer poder revê-lo, Senador Divaldo Suruagy.

Eu começaria por fazer um esclarecimento. Não temos controle da CPC. Essa empresa ainda não foi privatizada: 33% pertencem à PETROQUISA; 33%, à ODEBRECHT; e 33%, ao grupo japonês Mitsubishi e Nisho-Iwai. Temos 33% da CPC e, aproximadamente, 36% da Salgema, que não deixam de ser dois investimentos significativos em ambas as empresas, as quais, como o senhor bem disse, são de alta representatividade naquele Programa do Pólo Cloroquímico de Alagoas.

O nosso objetivo naquela área - como o é em qualquer área - é o de crescer. Estamos presentes em todos os pólos petroquímicos do Brasil e consideramos que o nosso desafio é o crescimento em todos eles. Infelizmente, não estamos crescendo como gostaríamos, tendo em vista a situação transitória brasileira. Mas o fato de que nós, recentemente, adquirimos uma nova parcela adicionada à que já tínhamos na Salgema demonstra a nossa intenção de fazer com que novos investimentos surjam. O nosso objetivo é o de que, amanhã, possamos ter, inclusive, uma condição de sinergia melhor do que a que se tem hoje entre essas duas empresas, no sentido de torná-las mais produtivas e mais competitivas em relação ao mercado externo.

Não sei se respondi à pergunta de V. Ex^a.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sim, V. S^a a respondeu.

Fiz essa pergunta, porque Alagoas, hoje, só tem duas saídas econômicas: uma, a do Pólo Cloroquímico, e a outra a do pólo turístico. Em teoria, essas duas saídas são conflitantes, porque uma, também em teoria, agride a natureza, e a outra precisa da natureza para melhor se desenvolver. O turismo em Alagoas é o turismo do lazer, não sendo apoiado na estrutura cultural. Portanto, hoje, a posição da Norberto Odebrecht passou a ser de uma significação muito grande para o Estado de Alagoas, porque, praticamente, essa empresa, mesmo não tendo o controle - eu imaginava que ela já tivesse o controle -, é a maior empresa que atua no Pólo Cloroquímico. Indubitavelmente, ela o é.

Gostaríamos de saber essa posição que V. S^a acaba de explicar. Muito obrigado.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Já que o Deputado Jaques Wagner não se encontra presente, concedo a palavra ao Deputado José Thomaz Nono.

O SR. JOSÉ THOMAS NONO - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Dr. Emílio Odebrecht por uma coisa muito falada, mas pouco praticada, que é a transparência. Penso que o representante do Grupo Odebrecht discutiu, aqui, suas posições com absoluta clareza, defendendo o seu credo de empresário, o credo da sua empresa, e prestando esclarecimentos que penso serem substanciais.

Não vou entrar na parte já ressaltada por alguns outros companheiros, porque foram tantas as perguntas relacionadas à questão do esquema PC e coisas semelhantes, que acredito se torna repetitivo e desagradável.

Raramente, tem-se a oportunidade de ouvir um empresário do porte de V. S^a com absoluta clareza. Então, quero aproveitar o momento para aprofundar algumas dúvidas que existem no sistema macroeconômico, permitindo à Comissão usufruir, positivamente, da sua experiência de empresário.

Quanto à primeira questão, discute-se, por exemplo, que o modelo de venda das estatais brasileiras percorrem um sistema inverso do normal, ou seja, vende-se, prioritária e cronologicamente, as empresas boas, e, num processo perverso de decantação, o Estado vai, paulatinamente, "ficando com o osso", o que irá nos levar, a médio prazo, a um outro tipo de problema. O que será feito, no futuro, com as empresas que já não deram certo sob a administração estatal e que, evidentemente, não têm nenhum atrativo, posto que o setor privado delas refluí ou, por elas, não se interessa? Eu gostaria de ouvir a sua opinião, como empresário e como cidadão, sobre esse fenômeno.

No que diz respeito à segunda questão, discute-se também que, talvez, fosse interessante para o Governo colocar à venda as suas ações ordinárias, ações pela qual o Governo detém o controle efetivo da empresa, adotando no Brasil um sistema assemelhado ao sistema mexicano, pelo qual o Estado também lucrou na medida em que a gestão privada, indiscutivelmente, muito mais eficiente, fez com que se valorizassem os artigos nacionais mexicanos. No caso, eu gostaria também de ouvir a opinião do Dr. Emílio Odebrecht sobre essa estratégia. Seria válido mudar, de uma certa forma, o enfoque com que se vem desenvolvendo o processo de privatização e partirmos para

algo desse tipo? Transferir o controle acionário, controle gerencial, para os grupos privados e permitir que o Estado, mantendo uma reserva de ações preferenciais se beneficiasse, digamos assim, do processo de agilização, de clareza e de lucratividade que a iniciativa privada dá às estatais?

No que concerne à terceira questão, eu lembraria o que V.S^a disse na sua exposição, página 7:

"Necessitamos de uma legislação eficaz também para proteger as nossas empresas de práticas desleais de comércio internacional a exemplo dos mecanismos existentes nos países desenvolvidos".

Refiro-me, expressamente, à essa afirmativa final. Não tenho a mesma desenvoltura, nem bagagem internacional do Deputado Paes Landim, que num curto espaço de tempo foi testemunha da Empresa Odebrecht, dos seus êxitos, não apenas em Miami como em Lisboa e se tiver algum tempo, sem dúvida alguma, ele percorrerá os quatro Continentes a que V.S^a aludiu. Mas, eu gostaria de usufruir também da sua experiência, ou seja, saber o tipo de mecanismos que os países desenvolvidos adotam, para, eventualmente, adotarmos, uma vez que estamos aqui na iminência de que ninguém sabe se esses virão ou não; não temos informação privilegiada a respeito. Nesta Casa, sabe-se pouco acerca do que vai acontecer nela daqui a alguns dias, se vamos ter ou não revisão constitucional. Não tenho a certeza se o nosso Deputado e Lord se apresentou hoje como verdadeiro membro do parlamento britânico, surpreendendo a todos nós, evidentemente, não por sua argúcia, mas por sua maneira cordata como se portou na sessão de hoje. Isso é um elogio. (Risos)

Eu gostaria de ouvir do Dr. Emílio um *approach*, alguma coisa nesse sentido, porque me parece que com a revisão constitucional, coisas dessa natureza devem ser consideradas fundamentais, se queremos mudar, realmente, a perspectiva produtiva do país. Eu queria colher informação a respeito desse assunto, porque V.Ex^a é um dos poucos empresários que atua com essa dimensão. Penso, até, que a Odebrecht nos coloca numa posição singular. Temos - digamos assim, nós, genericamente, não é o meu caso específico - certa fobia de multinacionais, evidentemente quando elas são estrangeiras; no caso de uma multinacional brasileira, vê-mo-la com extrema simpatia. Essa dicotomia de postura e de filosofia nos leva a essa necessidade de colher, de uma das poucas multi com êxito e multi com capital nacional, um testemunho que penso será importante, porque discordo dos companheiros que disseram que esta CPI é meramente investigativa. Não sou nem me sinto investigador, apesar de ser Procurador de Justiça, Promotor profissional, mas, penso que isso aqui transcende um pouquinho. Não apenas vamos esclarecer as coisas que precisam ser esclarecidas, mas também essa energia, palavra que V.S^a usa com tanta ênfase, penso que devemos aproveitar essas oportunidades que são escassas para colher um subsidiozinho a fim de legislarmos, a curto prazo, de uma maneira mais eficiente.

Essas são as quatro questões que eu colocaria para o Dr. Emílio Odebrecht, - repito - cumprimentando-o pela clareza, pela firmeza. Alguns pontos de vista de V.S^a, evidentemente dentro de um clima democrático, não encampamos, mas queremos cumprimentá-lo pela maneira como defendeu a sua concepção capitalista, a sua concepção competitiva, a sua visão do Estado. Isso é que é importante; é desse confronto de contrários que vamos, evidentemente, enfiar positivamente os nossos empresários e amansar, positivamente, os nossos estatizantes empedernidos.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Deputado, em primeiro lugar quero dizer do prazer de poder revê-lo pessoalmente, agradecer as suas palavras e lhe transmitir que temos um lema na nossa organização, que é o de despertar em cada empresário nosso a sabedoria. Realmente, fico satisfeito e extremamente, vamos dizer assim, recompensado de poder ter vindo aqui na oportunidade deste depoimento e de conhecer tantos Parlamentares, rever outros e poder conviver com a sabedoria, principalmente dessas últimas colocações de V. Ex^a.

Responderei às suas indagações. Vim no intuito de poder dar informações, mas também de contribuir - essa foi a postura com que procurei vir aqui, atendendo à convocação. Posso lhe dizer que não acredito em empresa ruim e empresa boa. Acredito em empresa malgerida. O negócio petroquímico, como disse, tem um potencial inenso. Então, é uma questão de competência do empresário saber tirar partido da gestão, ser capaz de criar as bases da competitividade, tirar partido desse mercado que é crescente, que vai lhe dar uma base para poder competir fora do país. A competição no exterior tem que ter base aqui dentro.

Posso dizer a V. Ex^a que somos muito gratos a toda a sociedade brasileira, pois tivemos oportunidade de ter um País como o nosso, que teve duas décadas de investimentos fantásticos, o que nos propiciou, por termos as nossas bases aqui, podermos, realmente, ter alavancagem daqui para o exterior, porque no exterior a confiança era pelo que estávamos fazendo e tínhamos feito. O vazio não funciona.

Então, confesso a V. Ex^a que a nossa visão é sempre numa linha de quem faz qualquer negócio ser bom ou não é o empresário. O fracasso em algumas coisas que temos - e temos várias - é quando o nosso empresário faliu, ou porque o perfil dele não era para aquilo. Os motivos são diversos, mas estão sempre no nosso empresário. Agora, se existisse, não tenho dúvida. Penso que não tem nenhum sentido fazer... As duas coisas, para quem tem uma visão desse tipo, satisfazem. Diria que para nós tanto faria se fosse de uma forma ou de outra.

Agora, reconheço que o que V. Ex^a está levantando é o que predomina mesmo. Confesso que no setor petroquímico é muito difícil ter alguma coisa que não tenha pelo menos potencialidade. Então, é uma questão de gestão.

O segundo ponto: venda do controle. Diria a V. Ex^a muito rapidamente que a nossa organização apoiará isso totalmente. Só não fez uma exposição oficial, para não vir alguma coisa na direção de que estamos querendo ter o controle e investindo pouco hoje. Só por isso. Mas reconheço que essa é a melhor solução. Eu, inclusive,

soube que Ministro e pessoas ligadas ao Ministro atual estavam pensando dentro dessa linha. É uma linha, no meu modo de ver, sábia; sem dúvida nenhuma, sábia.

Quanto a **dumping**. Considero que o Estado precisa, efetivamente... Esse é que o ponto fundamental. Qual é o papel do Estado no que diz respeito ao setor produtivo? É provocar, é fiscalizar, é estimular, é regulamentar. E estar olhando essas coisas para não permitir a deterioração ou que, vamos dizer, empresas tirem partido dentro do enfoque do poder econômico, dentro de questões vinculadas a essa colocação que V. Ex^a fez, de **dumping**, etc.

Outra coisa. O Estado tem que ter uma estrutura para ter capacidade de analisar isso. Agora, quem deve trazer essas preocupações, quem deve provocar são os empresários. Cabe ao Governo, àquela entidade, verificar se isso é verdadeiro ou não. Então, por exemplo, no caso do PVC, tivemos oportunidade de provocar e foi aceita pelo Governo ou logicamente teve todo um embasamento de estudos. Levou quase três ou quatro meses para se concluir que, realmente, até fechamento de indústrias nos Estados Unidos e Europa ocorreram na linha do PVC; o que estava sobrando de PVC, o que era o aviltamento de preços e o que isso estava acarretando a nível de Brasil. A relação histórica, etc. Daí por que procuramos dar todo o embasamento, e o Governo foi buscar outras complementações, constatando isso *in loco*, vamos dizer, contratando A ou B ou diretamente no exterior para verificar a veracidade daquelas informações, concluindo que estava realmente existindo, em uma determinada época - e ainda existe -, pela situação mundial, essa peculiaridade. Então, é muito mais criar uma base no Governo e o empresariado ter condições de poder provocá-lo para que ele possa avaliar e decidir sobre a existência ou não dessas regras, ou seja, não aceitáveis, anticomerciais.

Não sei se tive a felicidade de responder tanto quanto V. Ex^a me perguntou; contudo, procurei fazer um esforço.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Estou extremamente satisfeito com a resposta. Apenas faria uma pequena observação complementar: na consideração que V. S^a fez sobre o modelo tripartite, isto é, esgotado evidentemente, V. S^a usou uma frase muito pertinente, que eu gostaria de aprofundar um pouco. V. S^a diz, textualmente, que se inibe a atualização tecnológica e se inibe a eficiência comercial. Eu gostaria, se possível, que V. S^a detalhasse um pouco. Concordo em gênero, número e grau; porém, dito por um Deputado não vale. Eu gostaria de ouvir do empresário como é que o Governo inibe a eficiência comercial.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Nobre Deputado, V. Ex^a realmente me provocou um assunto que me havia passado e que considero de extrema importância para clarear esse ponto. Quando falei da questão, também nesse campo, da estruturação da eficiência e destaquei, em especial, a questão do mercado comercial, vamos dizer assim, da parte comercial, o que existia? A PETROBRAS, via Petroquisa, sendo uma acionista, no caso, por exemplo, da área de poliolefinas, que são onze empresas, das quais ela participa de oito, ela, efetivamente, dizia: "tal empresa faz isso, tal empresa faz aquilo". Dessa maneira, não se desenvolveu no Brasil - e isso é no Brasil - recursos humanos que tivessem consciência ou tivessem posicionamento de saber vender, de apenas emitir uma nota fiscal, porque estava claramente definido o mercado, quem comprava e o preço era fruto do que a produção e o fechamento davam. Não havia inteligência nenhuma; não se desenvolveu inteligência nessa área. O que aconteceu? Hoje posso ser testemunha, aqui, de uma coisa concreta: com o programa da PPH e da Poliolefinas, que fizemos, estamos hoje com a seguinte filosofia - e todos os empresários do setor, tenho certeza, gostariam de poder fazer -: olhar o cliente e saber como resolver o problema dele, como dar-lhe a melhor solução. Então, se ele vai usar o produto polipropileno, se ele vai usar o polietileno de baixa ou de alta, ou de linear, seja lá o que for, isso será em função da melhor solução para o seu cliente, que é custo, prazo e qualidade. Portanto, dentro desse alvo, estamos hoje desenvolvendo uma área comercial

capaz de enfrentar o mercado internacional amanhã. Se amanhã formos para a França, como exemplo hipotético - e não quero, em hipótese nenhuma, deixar de ter esses desafios - e verificar quais as necessidades dos nossos clientes ou do país França, do ponto de vista de consumidor de determinados produtos que produzimos, temos que identificar a melhor solução do produto a ser encaminhado para lá. Só assim seremos capazes de poder vender e vender bem. Isso era impossível ser feito, porque a PETROBRAS não permitia o conflito entre as empresas. Claro! Como conceber o conflito, se os interesses dela estavam divididos? Então, a melhor solução que tinha era tomar a iniciativa de dizer: A faça isso; B faça aquilo; C faça aquilo. Terminou. Agora não; com o programa - inclusive quando se completar - o que vai prevalecer é a competência. Defendemos que temos de dar oportunidade a todos. Dada a oportunidade, tem que prevalecer o mais competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Ramos) - Quero esclarecer aos membros da Comissão que a lista de inscritos é bem extensa e que o nosso Relator ainda tem algumas

perguntas a fazer. Lembro também que, amanhã às 10h, estará aqui presente para prestar depoimento o Dr. Delben Leite, atual Presidente do BNDES.

Com a palavra o Deputado Tourinho Dantas.

O SR. TOURINHO DANTAS - Sr. Emílio Odebrecht, Presidente do Grupo Odebrecht, quero agradecer a sua brilhante participação, em que, de forma concisa, apresentou a todos aqui presentes sua visão do mercado, da eficácia, da eficiência e o relacionamento do Grupo Odebrecht em toda a área química.

Trata-se de um grupo de que todos nós, baianos, só podemos nos orgulhar. Está presente em 18 países do mundo. É um patrimônio da Bahia e, hoje, podemos também dizer, é um patrimônio da Brasil. Concordo plenamente com as afirmações do Dr. Emílio no que tange ao processo de privatização. No ensejo do recebimento da Medalha do Mérito Industrial da FIESP, na semana passada, S. S^a, mais uma vez, expôs a sua tese acerca da necessidade de termos um Estado menor, um Estado enxuto, um Estado que cuide do básico, da educação principalmente, da saúde e do saneamento.

Não posso concordar, evidentemente, com o nosso querido e abnegado Senador Amir Lando quando diz que os valores obtidos através da venda das estatais, que dão prejuízo e são ineficientes, não estão sendo realocados. Imaginem que só o prejuízo que a COSIPA nos dava era de 1 milhão de dólares por dia e, hoje, baixou para 450 mil dólares. E, graças a Deus, foi vendida. São, pois, 450 mil dólares de prejuízo a menos por mês, que estávamos bancando. O patrimônio de débitos das estatais hoje está em torno de 107 bilhões de dólares, para um ativo de 130 bilhões de dólares.

Realmente, temos que repensar tudo isso, e espero que na revisão constitucional tenhamos também o bom senso de, afinal, enxugando o Estado, oferecer melhor oportunidade a todos os que estão à margem do mercado, da educação, da saúde, enfim, de tudo mais.

Todavia, teria apenas uma pergunta a fazer ao nosso Dr. Emílio Odebrecht, como um resumo de tudo que foi dito. A situação financeira do setor petroquímico, hoje, como foi colocada no próprio material distribuído, em especial da COPENE, é grave. Já há três anos, como V. S^a disse, os prejuízos avolumam-se.

Gostaria de saber a que o Dr. Emílio Odebrecht atribui a atual situação do setor, e qual a solução para que ele afinal retorne a ter saúde financeira. O que o País poderia fazer?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Nobre Deputado, primeiramente, quero agradecer a V. Ex^a as palavras iniciais e dizer que concordo integralmente com essa sua colocação. Vou procurar ser o mais objetivo possível na resposta à sua pergunta.

Os fatores básicos que estão fazendo com que a área petroquímica brasileira esteja passando por reais dificuldades são vários. Enumerarei os principais, que têm a ver com o mercado internacional, que está realmente em baixa, com uma superprodução, com o fechamento de fábricas no exterior; e, mesmo assim, as coisas estão extremamente aviltadas.

A recessão brasileira, sem dúvida nenhuma, está afetando diretamente a indústria petroquímica brasileira, que foi montada para atender, predominantemente, às necessidades brasileiras, dentro de um ritmo de crescimento que, todos sabemos, não está acontecendo há alguns anos.

O terceiro elemento que destacaria tem a ver com o que se busca eliminar ou minimizar com a privatização, ou seja, obter-se uma política de longo prazo de nafta, que realmente vem criando sérios problemas ao programa petroquímico como um todo, nas primeiras e nas segundas gerações. Hoje pagamos, no Brasil, em dólar, o eteno mais caro do mundo - essa é a realidade -, o eteno é um produto de matéria-prima. Assim, já podemos ter a dimensão do que representa tudo isso.

No programa de reestruturação das empresas, por todos os fatores que levantamos: torná-las eficientes, produtivas, competitivas em baixar custo, porque em commodities escala é fundamental, esses são os fatores preponderantes, os mais significativos.

A solução - não vemos outra - é a privatização, com os requisitos para tal, que passa pela equação do preço da nafta, uma política de preço da nafta de longo prazo, possibilitando às empresas serem criativas, tornarem-se eficientes, produtivas, para poderem, mesmo num mercado em recessão - nacional e internacional - terem condições de obter uma margem maior do que a de hoje. Com raríssimas exceções, hoje todas estão trabalhando no vermelho.

O SR. TOURINHO DANTAS - Agradeço ao Dr. Emílio. Há outros Colegas Parlamentares que também querem perguntar.

Concordo plenamente. Creio que a base de tudo é o mercado, a eficiência e também a eficácia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Johnson.

O SR. RENATO JOHNSON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, diferentemente dos Parlamentares que me antecederam, sou um Deputado da Região Sul, do Paraná especificamente e, portanto, não conhecia a sua empresa, Dr. Emílio, a não ser pelas notícias de jornal.

Quero cumprimentá-lo pelo trabalho que a sua empresa desenvolve, porque só uma empresa muito bem gerenciada, altamente competente e capaz, tem condições de competir em 18 países, em quatro continentes e trazer um bilhão de dólares anuais em faturamento do exterior. Cumprimento-o por esse trabalho.

Se a sua empresa é competente no exterior, tenho certeza de que também o é aqui no Brasil. Só através desse processo de concorrência e de competição é que vamos chegar ao tão almejado desenvolvimento que desejamos e esperamos.

Gostaria de fazer duas perguntas. A primeira delas é muito levantada na questão da privatização. Trata-se do problema do monopólio privado da petroquímica brasileira. A imprensa tem noticiado largamente que a privatização traria como consequência o monopólio privado de algumas empresas na área petroquímica brasileira.

Nós, que sempre fomos contrários ao monopólio na área de serviços públicos, obviamente também o somos a qualquer monopólio, seja na área pública, seja na área privada. O senhor fez uma colocação, na sua exposição, que gostaria fosse aprofundada, para que isso ficasse bem claro.

A segunda pergunta diz respeito a um aspecto de política internacional. Todos os setores que exigem alta tecnologia, como é o caso do setor petroquímico, tendem a concentrar seus esforços em poucas empresas, a nível mundial, em face dos altíssimos investimentos, especificamente na área de pesquisa e de desenvolvimento.

Isso não é um privilégio do setor petroquímico. Eu, por exemplo, vim da área de telecomunicações, onde havia um número muito grande de empresas nesse setor a nível mundial. Hoje, basicamente, pelo menos o que se comenta, está havendo união entre várias empresas em função desses investimentos em tecnologia.

Gostaria de ouvir as suas considerações a respeito do problema e das suas consequências no Brasil.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, Deputado Renato Johnson, quero agradecer suas palavras iniciais referentes à nossa organização. Isso, realmente, só faz aumentar a nossa responsabilidade como organização brasileira.

Quanto ao segundo ponto, no que diz respeito ao monopólio, seja público, seja privado, comungo integralmente com V. Ex^a. Somos contra. Esse é um problema conceitual.

Gostaria novamente de enfatizar que isso realmente não existe. São vários os grupos que estão no setor petroquímico. Além do mais, no setor privado nacional, existem pelo menos seis grupos que têm uma certa representação. Existem outros tantos na área dos grupos estrangeiros. Então, isso não existe, efetivamente, no setor petroquímico.

Disse, inclusive, na minha exposição, que a nossa participação, que é uma das maiores do setor privado, está em 6% do total. Não é por aí. E, hoje, com a abertura de mercado, não podemos estar analisando as questões restritas ao Brasil.

Se outras empresas pudessem vender petróleo, por hipótese, aqui no Brasil, efetivamente o monopólio da PETROBRAS deixaria de existir e, fatalmente, haveria outro nível de concorrência e uma série de outros fatores, que não estariam sendo analisados aqui.

Diria a V. Ex^a que o que realmente entendemos ser importante, neste contexto, é o fortalecimento das empresas nacionais, ou seja, de todas as que estão no setor petroquímico, que investiram nesse setor. Estão aí essas seis, fora as outras do segundo escalão, vamos dizer assim. Mas, de primeiro nível, estão essas seis empresas, que deveriam ter todo o apoio, como acontece em outros países. Elas deveriam ser desafiadas, inclusive, a serem empresas competitivas, úteis à sociedade brasileira, e, mais do que isso, serem competitivas a nível internacional.

É um desafio. Estamos na linha do desafio. Eu diria a V. Ex^a que não vejo dessa maneira, ao contrário, vejo o fortalecimento das empresas brasileiras.

Quanto à questão tecnológica, V. Ex^a levantou um dos pontos mais importantes. Não tive oportunidade de mostrar um dado: há um grupo suíço - se não me engano é a GEYER(?) - que está investindo cerca de 2 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento por ano nessa área.

A nossa produção, com tudo que se diz no Brasil - do ponto de vista da posição da ODEBRECHT - quando for concluído todo o programa de privatização dessas empresas e no estágio em que está - CPC, SALGEMA, POLIOLEFINAS, PPH, os investimentos que estão na UNIPAR, tendo o controle, ou seja, uma posição acima de 50% - não representa 70% do que uma empresa, um grupo suíço do setor faz de investimento em pesquisa e em desenvolvimento. Então, veja V. Ex^a o nosso desafio a médio e longo prazo. É um negócio realmente de outra dimensão, para "gente grande". Não é brincadeira.

Dessa forma, temos de criar condições para que as empresas brasileiras fortaleçam-se e tenham o desafio de poderem ser essas empresas suíças amanhã.

Tecnologia nessa área é fundamental. Daí a nossa posição de que é um ponto fundamental na questão da saída da PETROQUISA da segunda geração, exatamente por causa do programa tecnológico. A tecnologia, hoje, nesses outros setores de ponta, cada vez mais evolui rapidamente. A nossa estratégia é buscar parceiros tecnológicos, que nos permita estar desenvolvendo competência nesse setor, aqui, no Brasil; mas, temos de ter a consciência de que não podemos partir da estaca que eles partiram. Temos que partir da estaca em que eles estão. Cabe a nós ter a capacidade e competência de buscar esse parceiro tecnológico, visando isso. Isso só era e só é possível se, realmente, tivermos liberdade, e não tivermos nenhum fator que os iniba de criarem essas condições.

E fundamental, é importante, sem isso não adianta a eficiência que estamos temos, do ponto de vista estrutural, ela é - desculpe a expressão - ridícula, em relação ao que uma inovação tecnológica pode propiciar a qualquer momento. Temos que estar bem situados em tempo hábil. Não sei se respondi a V. S^a.

O SR. RENATO JOHNSON - Essa tecnologia, hoje, está associada também a empresas estrangeiras aqui no Brasil, na compra dessa tecnologia ou na associação? A presença da PETROQUISA inibe, justamente, que essas empresas associadas tragam essa tecnologia, porque, obviamente participa em várias empresas nesse investimento que foi feito em desenvolvimento e tecnologia - a empresa quer remunerar; quem aplicou quer ter a sua remuneração. De sorte que esta é a pergunta: a tecnologia, nessa área, hoje, basicamente vem de uma associação com empresas estrangeiras?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente. Ela vem com associação com empresas estrangeiras e como há várias empresas estrangeiras no País, participando de empreendimentos concorrentes, de indústrias concorrentes, que têm produtos concorrentes, e sendo a PETROQUISA, vamos dizer, o sócio comum, elas não desejam - naquelas em que isso ainda persiste - transferir toda a sua tecnologia e conhecimento, porque isso vazaria para os seus concorrentes no exterior. Essa é a essência do negócio.

O SR. RENATO JOHNSON - Muito obrigado.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Muito obrigado, também.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Emílio Odebrecht:

Os elogios já foram feitos por todos que me antecederam. Teria apenas a acrescentar que V. S^a representa, hoje, aquilo que considero da maior importância, que é a renovação das empresas na própria vida de cada um de nós. O Dr. Norberto passou a direção da Empresa a V. S^a que foi capaz, como já vinha fazendo, de organizar uma equipe de executivos, que também se renova, e sempre com eficiência. Aqui estão presentes alguns exemplos disso.

Mas gostaria de fazer algumas perguntas e também algumas considerações. Na questão da nafta, gostaria que V. S^a, no final da minha participação, apresentasse a composição de preço. Fala-se que o preço da nafta é inferior ao preço do mercado internacional, e que há, portanto, um subsídio grande por parte da PETROBRAS no seu fornecimento. Mas, no entanto, parece que a PETROBRAS, também, na composição do preço da nafta que vende, acaba tendo algum lucro na venda desse produto às empresas.

Gostaria de ter uma idéia da composição do preço.

V. S^a falou, defendendo um ponto de vista que é compreensível, que talvez não chegasse a pensar em preço mínimo para privatização, deixaria para o livre mercado. Discordo um pouco disso, porque, em primeiro lugar, somos favoráveis ao menor preço na licitação para execução de obras. E somos favoráveis ao maior preço para alienação de bens e patrimônio da União.

Há uma cultura nacional, infelizmente, em que muitas vezes se chega a um entendimento prévio quando não existe um limite mínimo de preço por parte daqueles que estão interessados na execução da obra ou na compra de alguma coisa.

Acredito que seja necessário estabelecer esse preço mínimo. Mas tenho dúvidas. Nós, quando votamos aquela medida provisória, durante o Governo Collor, tínhamos - a maioria do Congresso - uma preocupação muito grande de evitar o controle do capital estrangeiro na privatização. E aí foi criado aquele limite, não permitindo que aquele capital atingisse a maioria.

Hoje, isso não existe mais. Mas, em compensação, na venda das estatais, na privatização não houve atração do capital estrangeiro para aquisição dessas empresas. Por que isso? É uma indagação. A esses setores não interessa o capital estrangeiro? Na área petroquímica, por exemplo, o capital estrangeiro não tem o menor interesse na aquisição de empresas nacionais? Haveria a possibilidade de qualquer acordo para, posteriormente, se fazer a alienação de ações e benefícios de outras empresas que, aí sim, viriam? No meu entendimento, V. S^a tem uma experiência muito grande na área - como bom barrageiro - da ELETROBRAS. V. S^a acha que a privatização desse setor iria atrair capital estrangeiro, como se fala que a telecomunicação atrairia, porque seria do interesse internacional a aquisição de empresas nessa área? Por que não há essa participação do capital estrangeiro?

Gostaria de saber também qual é a intenção da empresa Odebrecht quanto à PQU. Existe disputa pelo controle da empresa? Existe a intenção de obter uma maioria com a aquisição de ações de outras áreas para ultrapassar o limite dos sócios da Odebrecht? Existiria, da parte da empresa que V. S^a dirige, a intenção de lutar por essa maioria, ou há a intenção de manter o equilíbrio existente, com a participação da PETROQUISA, da área da PETROBRAS?

Essas são indagações que faria a V. S^a. Com a experiência que tem nesse setor e com a preocupação que tem mostrado aqui ao fazer uma exposição clara, objetiva, transparente, acho que V. S^a poderia dirimir essas dúvidas que tenho, e fornecer essas informações de que todos nós necessitamos.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, Senador Jutahy Magalhães, quero agradecer as suas palavras. É um estímulo, realmente, ouvi-las de V. Ex^a, pelo que representa não só na nossa terra, como a nível nacional.

E só complementando um posicionamento que V. Ex^a colocou, de meu pai, Norberto, ter transferido o bastão, digo isso até para poder explicitar melhor a nossa filosofia. A sucessão é de gerações. Então, V. Ex^a foi correto quando disse que a equipe que compõe, etc... É verdade. Sem dúvida nenhuma, não é uma substituição completa, sai uma geração entra outra, mas é um processo gradual, que tem uma mistura, mas é extremamente sadio para a perpetuidade de uma organização, que isso se dê via gerações, com mesclagens. Porém, o que deve predominar são evoluções de gerações. Isso é que faz uma organização empresarial poder se perpetuar.

Quanto à parte da composição do preço da nafta, talvez fosse preciso dizer a V. Ex^a que temos, hoje, de dados concretos da ABIQUIM, principalmente no que diz respeito ao preço pelo qual a PETROBRAS está comprando nafta - é um monopólio, só ela pode comprar -, que está cerca de US\$158 o barril, e o preço para as centrais é quase US\$20 ou US\$30 em cima disso.

Isso é o que eu poderia esclarecer do ponto de vista numérico. É o que se tem hoje em vigência no que diz respeito à questão de nafta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por que se fala em subsídio?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente isso é que queremos caracterizar: não existe, nunca existiu antes; é questão de se olhar o conjunto. O ganho que a PETROBRAS tinha no que entrava de petróleo e no que saía de derivados, era distribuído nos diversos produtos - alguns mais, outros menos - em função de fatores, que se alteravam, inclusive, no decorrer do tempo. Nunca houve subsídio algum.

E hoje efetivamente há outros aspectos que têm a ver com todo esse programa e os motivos pelos quais estamos aqui depondo.

Numa outra questão que V. Ex^a levantou - a questão do que eu tinha -, talvez não fui muito preciso. Concordo integralmente com V. Ex^a: na área de serviços, o Governo compra o mais barato possível e na hora de vender os seus ativos tem que vender o mais caro possível. V. Ex^a está certíssimo. Isso não é só o Governo; também a nossa organização, quando contrata algum serviço, procura contratar da melhor forma possível, e quando vai vender algum ativo vai valorizá-lo o máximo possível.

O que eu quis dizer é que acredito na lei de mercado. Penso que o preço mínimo deve existir, não sou contra a sua existência; mas mesmo que ele não existisse, a lei de mercado faria com que fosse encontrado via concorrência; os interessados procurariam condições em que todos pudessem usufruir e adquirir aquele ativo que está sendo vendido em leilão pelo preço de mercado, pelo preço mais real possível.

Esse é um problema de convicção sobre lei de mercado, mas jamais discordando do princípio que V. Ex^a levantou. Estou de inteiro acordo com V. Ex^a.

A atração do capital estrangeiro, a que V. Ex^a aludiu, vale a pena explicar. Primeiramente, tem existido investimentos das empresas estrangeiras. Como? Por exemplo: quem adquiriu as ações da COPERSUL não foi a Odebrecht nem a UNIPAR diretamente. Quem entrou no leilão para comprar ações da COPERSUL foi a PPH, foi a POLIOLEFINAS, a POLIBRASIL, se não me engano, POLISUL, que são empresas dentro do sistema tripartite, onde estão os grupos estrangeiros. Quando adquirimos 10%, através da PPH, a RAYMOND(?), que é uma empresa estrangeira, também participou nessa compra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas não teve interesse de ter a predominância, de formar um grupo majoritário.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente. O que acontece é que ela, por efeito até de acordo de acionistas etc, com aquele problema de não passar a ter o domínio do programa petroquímico do Brasil, foi-lhe imposto o limite de 49%. Então ela estava limitada a 49%, como todas as empresas estrangeiras do setor, basicamente, que participam no programa tripartite, dentro do acordo de acionistas que foi orientado pelo Governo naquela época; todos aderiram a essas diretrizes. O limite para as empresas estrangeiras estava em 49%. Aí realmente é um desestímulo - não tenham dúvida de que é. Nós também não gostaríamos de estar investindo, limitados no poder de controle. Isso desestimula.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas a retirada dessa proibição - hoje não existe mais -, não seria um atrativo? V. S^a acredita que haverá atração de capital estrangeiro com essa modificação?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Acredito que vai melhorar; sem dúvida, acredito. O problema todo é que é difícil ao estrangeiro, hoje, investir aqui no Brasil, diante das circunstâncias. Essa é a realidade. Nós, que temos procurado estimular grupos estrangeiros em alguns programas de investimentos nossos aqui no Brasil, não temos tido guarida.

Posso dar um exemplo a V. Ex^a da nossa terra: temos aquele programa de celulose. Estamos, há quatro anos, procurando um sócio tecnológico que queira estar conosco, e eles não aceitam, a não ser para prestar assessoramento. Eles não querem vir na base do risco e usar tecnologia sem, realmente, estar casado no risco. Estamos tentando há quatro anos e não conseguimos. Por quê? Não é só pela questão das dificuldades do setor; é a situação brasileira, é o processo inflacionário que inibe os investidores. Se isso ocorre com os investidores brasileiros, imaginem V. Ex^s o que pensam os investidores estrangeiros, em especial os asiáticos, que não sabem o que é isso. É uma dificuldade para os japoneses compreenderem essas coisas.

Eu diria a V. Ex^a que o que está limitando hoje os investimentos por parte dos grupos estrangeiros é muito mais o período transitório que estamos vivendo. E digo

transitório porque acredito que seja realmente uma questão transitória, e esperamos que ela passe o mais rápido possível.

Quanto ao problema da energia, que V.Ex.^a levantou, é a mesma coisa. Acredito que os estrangeiros virão, sem dúvida nenhuma. É um setor pelo qual todos os grupos estrangeiros têm se interessado, em todos os programas de privatização. Na Argentina, há vários grupos interessados nesse programa de energia. Nós temos todo o interesse e estamos buscando sócios nessa direção, quando assim for colocado efetivamente em pauta.

Quanto à posição da Odebrecht na PQU - Petroquímica União, as nossas intenções não são de aumentar nossa participação; não temos participação direta na PQU; é a UNIPAR que tem uma participação em torno de 30%; nós temos cerca de 38% na UNIPAR.

A nossa defesa, que temos totalmente alinhada com o nosso sócio, é que não devemos utilizar a nossa capacidade atual para aumentar; ao contrário, devemos utilizá-la para viabilizar e exigir algo que vai na direção, inclusive, do que V.Ex.^a falou: que possa até valorizar o nosso patrimônio. Daí termos colocado como ponto fundamental a existência prévia dos investimentos para o programa de meio ambiente e o programa de uma política de nafta de longo prazo.

Esses são os nossos interesses: viabilização; que ocorra a privatização; que a gestão seja privada, onde teremos uma posição diferenciada; queremos ter, realmente, tanto quanto temos na COPERSUL, não dando ênfase no aumento de nossa participação; mas facilitando o programa, na participação que temos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, para encerrar a minha participação, quero também ter o direito de discordar do Dr. Emílio Odebrecht.

Logicamente que a ótica da resposta do Dr. Emílio Odebrecht é diferente da minha ótica sobre o assunto.

Eu perguntei aqui a S.S.^a o que pensa em termos de comparação entre o Governo Collor e o Governo Itamar Franco: se havia piora ou melhora. Ele disse que havia piorado. Discordo desse ponto, embora reconheça que a ótica com que o Dr. Emílio examinou a questão foi a de prejuízos materiais de empresas, como por exemplo a COSIPA, em que cada dia de atraso representava um prejuízo.

Existem outras circunstâncias que ilustram a minha ótica. Existem outras circunstâncias que determinam a preocupação do Governo Itamar Franco em fazer algumas modificações, dentro daquele movimento dos cara-pintadas que foram para as ruas e que falavam em ética e moral na administração pública.

A preocupação de fato é fazer com que haja transparência absoluta quanto a essa questão da privatização, que é muito combatida, inclusive por setores muito importantes. Daí a necessidade de o Governo ter essa preocupação, mesmo nas circunstâncias de em alguns momentos ocasionar atrasos.

É essa a preocupação do Governo inteiro: trazer para o Congresso a capacitação, o poder de chamar a si o direito de examinar a questão do valor da empresa a ser vendida. Essa é uma questão que deve ser debatida, porque nós, no Congresso, não nos preparamos para exercer essa função. E não estamos, parece-me, preocupados com isso. Para fazer a interpretação necessária em determinados casos, teríamos que nos preparar tecnicamente. Por exemplo, temos agora condições de dizer assim: "Se nos chamassem e ao Tribunal de Contas da União para acompanhar esse processo, teríamos as condições que eles tiveram de examinar, certo ou errado" - não vou entrar no mérito - "mas de examinar a questão da AÇOMINAS e discordar do preço que foi estabelecido". Acho que nós, no Congresso, estamos abrindo mão desse direito que nos foi agora trazido de volta. O Deputado José Lourenço pode agora olhar para mim e dizer: V. Ex.^a é um dinossauro.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Só pelo tamanho. Pela cabeça não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pensando que vai novamente trazer para que o Congresso examine caso a caso, que o Congresso examine previamente a questão de privatização. Eu tive essa idéia quando veio a proposta do amigo do Deputado José Thomaz Nonó, quando foi enviada aquela medida provisória. Eu apresentei muitas emendas e uma delas foi nesse sentido. É por isso que a minha ótica, nessa discussão, é diferente da de V. S.^a.

Eu acho que o Presidente Itamar Franco tem razão em preocupar-se com a transparência dessa questão para evitar que levem à opinião pública a idéia - que se está tentando levar - de corrupção na área da privatização. Com todas essas precauções, ainda se levanta essa impressão de que está havendo corrupção na área de privatização. Por isso sou favorável a que Sua Excelência tenha essa preocupação; às vezes demora um pouco mais, mas que atenda àqueles cara-pintadas que foram para a rua falar em ética e em moral.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, me permite? Eu considero o que V. Ex.^a afirmou extremamente importante; concordo com isso. Quando eu me referi, dentro da ótica de que está trazendo prejuízo para as empresas privatizadas e para as que não estão sendo privatizadas na medida em que há demora, penso que isso é uma variável; não é toda a equação. Quem tem o poder de decisão analisa as diversas equações e componentes e pode verificar a melhor decisão, levando em consideração todos os aspectos. Então, eu entendo. Agora, não quero deixar de registrar que existe essa coisa. É importante que a sociedade perceba que existe isso, mas que há opções melhores por isso, por isso e por isso.

A mesma coisa, empresarialmente: em determinado momento, nós tínhamos duas opções em nossa organização: ou ir para o Oriente Médio, com dinheiro, ou ir para a África, Angola, com guerrilha, sem dinheiro. E a nossa opção foi Angola, no início da década de 80, porque levamos em consideração uma série de fatores que não eram somente lucro, não era somente o dinheiro etc. Eu entendo isso. Mas é importante que se tenha consciência - toda a sociedade - de que o atraso é realmente prejudicial. O atraso do programa de privatização é prejudicial, sob essa ótica. Sobre outros assuntos eu não tenho dúvida nenhuma e, se tivesse, é como tenho visto o Ministro Fernando Henrique Cardoso: hoje, S. Ex^a afirma o que não dizia anteriormente. Penso que seja sua responsabilidade no cargo que lhe dá condições de perceber o que em outra época não percebia; S. Ex^a está sujeito a determinadas coisas a que naquela época não estava. Compreendo perfeitamente e não estamos discordando; estamos concordando na discordância.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, a luta que se trava hoje no País, na Câmara, no Congresso, é em relação a uma minoria que defende o Estado empresário; eu defendo o Estado social, o Estado que cuida da educação, que cuida da segurança, da saúde, das estradas etc.

Ninguém aqui critica, e eu ainda não presenciei uma CPI no Congresso para ver que a COSIPA engoliu sete bilhões de dólares nos últimos 10 anos; que a CSN engoliu cinco bilhões de dólares nos últimos seis anos. Enfim, essas estatais todas levaram, ao longo desses últimos 10 anos, cerca de 50 bilhões de dólares dos cofres do Tesouro Nacional. E isso em detrimento da educação, em detrimento da saúde. Não estou aumentando, não. Só o rombo na SIDERBRÁS, era de mais de 20 bilhões de dólares. O Orçamento da União, este ano, tem, para as estatais, 11 bilhões de dólares. Eu vi cortes em todos os setores, mas não vi cortes nas emendas da Deputada Maria Laura para a PETROBRÁS, por exemplo.

O que devemos fazer é definir o Estado que o Brasil quer: Se o Estado empresário ou o Estado social. Eu acho que a sociedade, pelas pesquisas crescentes, constantes, permanentes, já definiu que quer o Estado social e não mais o Estado empresário. Então, temos que avançar, nobre Senador - por quem tenho o maior respeito e estima pessoal, meu colega de longa data no parlamento da Bahia e aqui -; entendo que é do interesse nacional, é do interesse do povo brasileiro, e ninguém põe em dúvida o comportamento do Presidente Itamar Franco.

O Presidente Itamar Franco está acima de qualquer dúvida. Isso não é motivo para que o processo não seja acelerado e acelerado rapidamente. Nós temos que privatizar rapidamente para viabilizar o País. De outra forma não sairemos desta crise na qual estamos mergulhados há dez anos - o PIB brasileiro quase não cresceu; a população brasileira aumentou em mais de 30 milhões de habitantes, meu caro Senador, e o PIB brasileiro praticamente não cresceu! Esses marginalizados da economia, esses jovens que estão abandonados são subproduto do tipo de Estado que temos no Brasil, porque o Estado perdeu a capacidade de investir. A Constituição que aí está inviabilizou ainda mais o Brasil.

Eu tenho muita honra em dizer, muito orgulho de dizer que tirei zero no DIAP. Estive outro dia com um ministro de Estado, meu amigo, que me disse: "José Lourenço, não sei onde eu estava com a cabeça que tirei nove."

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu tirei 10.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - E veja V. Ex^a, que já entrou numa reformulação também total das suas posições, porque já admite a privatização; com cuidado, mas admite.

Mas entendo que a hora é de acelerar o processo. Espero que na revisão constitucional se acabem com todos os monopólios existentes no País. O problema é que para permanecermos auto-suficientes em petróleo precisamos de 40 bilhões de dólares. Já 50 anos, ouço falar que o petróleo é nosso - petróleo, Paulo Afonso e o cacau - e não chegamos à auto-suficiência porque não temos recursos para investir. Então, tem que se acabar com o monopólio; mas ouço em entrevistas: "Não, este é um setor estratégico".

O último sujeito que usou as trincheiras na guerra foi Saddam Hussein, que deixou 50 mil iraquianos morrerem dentro daquelas trincheiras porque é burro; a guerra agora é de foguetes, e ele usou trincheiras. Nós ainda estamos com essa mentalidade das trincheiras, sem saber que a guerra agora é de foguetes. Até o contrato de risco foi derrubado; não passou na nova Constituição. O risco agora é dividido. Aliás, não: é só da PETROBRÁS. É exclusivo; é patrimônio público.

Mas espero que na revisão constitucional nós tenhamos a oportunidade de rever essas posições e colocar o Brasil no caminho da modernidade. Porque, infelizmente, a Constituição que aí está é uma aposta segura com o que de mais arcaico existe no mundo.

Para terminar, meu caro Dr. Emílio Odebrecht, eu gostaria de fazer duas perguntas apenas. Recortei isso em um jornal e, sabendo de sua vinda aqui, gostaria que me respondesse: A COPERSUL já está realmente privatizada?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - A COPERSUL?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sim.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - É para responder já?

der into Xetuc

O SR. JOSE LOURENÇO - Bem, há uma outra pergunta que o senhor poderia responder: Por que, se já foi privatizada - penso que sim - ainda não foi incluído o processo? No caso de já ter sido paga.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, quero dar-lhe um abraço, já que há bastante tempo não nos víamos pessoalmente. Sobre a sua pergunta, aconteceu o leilão da COPEL, mas a privatização ocorreu de direito e não de fato. Iria até que não ocorreu nem de direito, porque ainda falta complementar uma série de problemas burocráticos, seja a nível do BNDES, seja a nível das ações que foram feitas por uma das empresas consumidoras do pólo. E o leilão foi realizado sob esse programa. Ainda estão sendo tomadas providências, os avanços que estão acontecendo ainda não foram suficientes para concluir totalmente o processo, com o qual já se comprometeram todas as empresas que entraram no leilão. Isso é uma verdade. O leilão foi concluído, mas as providências para passar o direito, no sentido completo, ainda não ocorreram.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Direito de mando, de comando, de gestão.

Muito obrigado, Dr. Emílio Odebrecht, quero cumprimentar V.S^a. Conheci seu avô, conheço seu pai, conheço sua empresa. Empresas como essa são o orgulho do nosso País. A exposição que V.S^a fez aqui hoje enriqueceu esta Casa, porque muitos Parlamentares ficaram conhecendo o tipo de empresa que temos no País, uma empresa que hoje exerce competição no exterior, em dezoito países, que ganha concorrências e que tem por trás o ônus da situação interna que temos e que, sem dúvida alguma, compromete até a atuação das nossas empresas no campo internacional.

Mas acredito, como o senhor também afirmou, que vamos sair dessa fase difícil com a colaboração e a contribuição de todos, para que as nossas empresas possam ter um desempenho não só como já têm hoje, mas tendo por trás um País do qual todos nos possamos orgulhar.

Muito obrigado pela oportunidade que nos deu desse encontro.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu é que agradeço a V.Ex^a, Deputado. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, Dr. Emílio Odebrecht, naturalmente V.S^a aqui ouviu as saudações aos feitos de sua empresa, orgulho dos baianos segundo depoimentos aqui prestados. É a multinacional que nos faltava, mas, do meu ponto de vista, esse é apenas um aspecto dessa realidade.

Há um outro aspecto que acompanhamos também, preocupados, pela imprensa. É que ao mesmo tempo em que espalha seus feitos pelo Brasil e pelo mundo, o nome Odebrecht aparece também vinculado a certos acontecimentos pouco recomendáveis aqui no Brasil, como o Canal da Maternidade; quando assassinaram o Governador do Acre, e no mesmo andar do prédio estavam funcionários da Odebrecht; um Ministro da Fazenda cai devido a uma viagem que fez acompanhado, segundo a imprensa, de funcionários do grupo; o escândalo PC Farias também envolveu o grupo Odebrecht, e, no caso das privatizações, mais uma vez surge a empresa ou o grupo, segundo reportagem da jornalista Míriam Leitão, que trabalha no jornal O Globo, onde produz uma coluna de economia. V.S^a aparece em uma foto, ao lado do Dr. Gerdau, e a sublegenda diz: "O barão da nafta".

Segundo essa jornalista, V.S^a se transforma num monopolista do setor petroquímico no Brasil, e com uma receita, aí é textualmente da jornalista Míriam Leitão, "que mistura ousadia e jogadas nem sempre elegantes estão a ponto de assumir o controle dos mais importantes setores da indústria nacional." Diz ainda Míriam Leitão que, ouvindo um ex-consultor do grupo Odebrecht, foi informada de que V.S^a teria trazido do exterior seiscentos milhões de dólares cash para concorrer no setor de privatizações da petroquímica nacional.

É claro que hoje o senhor faz um discurso privatizante, mas todos sabemos que o setor petroquímico no Brasil foi montado com uma grande participação do Estado. O povo baiano, o heróico e respeitável povo baiano, deve à presença do Estado fundamentalmente a construção do pólo petroquímico da Bahia. E o desenvolvimento da Construtora Odebrecht se deve também à capacidade de o Estado produzir obras em larga escala, principalmente nos anos 70 e 80. Amaldiçoar o Estado, hoje, parece-me algo contraditório. É claro que muitos negam o passado, e o próprio Ministro Fernando Henrique o fez recentemente. Tenho no meu passado a coisa mais valiosa para garantir o meu futuro.

Perguntar-lhe-ia, Dr. Emílio, a que o senhor atribui o envolvimento do nome Odebrecht nessa série de episódios obscuros e sombrios da recente e triste realidade política do Brasil: PC Farias, Canal da Maternidade, assassinato do Governador do Acre, privatizações, manobras na compra de empresas da petroquímica brasileira. O senhor atribui isso propriamente a que razão?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Meu Deputado, gostaria de agradecer a oportunidade que V.Ex^a está me dando até para esclarecer muitas coisas. Quem está numa situação de isenção - e estamos aqui e fiz um juramento, estou deixando um documento com um depoimento escrito, não estou apenas falando - pode discernir se uma organização seria capaz de fazer todas essas coisas ao mesmo tempo. Será que uma organização que conseguiu manter quarenta e um mil colaboradores durante todo esse período de crise, de forma contínua, que está trabalhando no exterior, como está, que

está se diversificando etc. e não temos nenhum problema no exterior, em dezoito países, onde temos os mesmos relacionamentos, ou maiores... Relaciono-me pessoalmente com a maioria dos Presidentes da América Latina e da África. Não há nenhum problema...

Gostaria, também, de inverter a pergunta. Por que isso está... Não será, talvez, para provocar uma reflexão? O que isso tem a ver com a nossa posição, que está aqui explícita no programa de privatização? Não será, efetivamente, porque investimos realmente recursos, porque a nossa política é de reinvestimento, não crescemos como a maioria dos outros, cujas empresas são pobres e os donos ricos? Aqueles que nos conhecem sabem perfeitamente.

Meu pai dirige o carro dele com a idade que tem; é um carro nacional; a família toda faz o mesmo, e isso é expresso também para todos os colaboradores da organização, que assim também são, não são perdulários, têm um tipo de vida diferente. Por quê?

Eu inverteria um pouco a pergunta. Será que é porque há os que estão sendo afetados? Porque temos a consciência que o melhor pelo nosso País é o Governo sair do setor produtivo o mais rápido possível, o Estado se dedicar aos aspectos sociais, à educação? Temos batido na tecla e estamos fazendo, investindo, a nossa fundação está toda voltada para isso. Não dizemos uma coisa e praticamos outra. Temos uma filosofia explícita num livro, que flui de cima para baixo mesmo. Pergunto: será que todo o programa de defesa da privatização que fazemos, dessa nossa ação no exterior... Hoje não temos mais dependência do Governo brasileiro, não temos mais a preocupação de que o País precisa de nós tanto quanto precisamos dele. Será que esse conjunto de coisas não afeta diversos interesses instalados, e fatalmente surgem coisas como um ex-ministro, colaborador de oito anos da nossa organização, ser chamado para servir a sua Pátria; amanhã a nossa Organização ou qualquer outra deste País, tem de dispor de seus recursos se aquilo for útil para a Nação. Defendo essa linha. Fizemos uma notificação à Odebrecht; é verdade que todos esses pontos estão esclarecidos.

Portanto, perdoe-me, Deputado, mas eu procuraria, diante da provocação que V.Exª fez, levantar o outro lado da reflexão: o porquê de não termos isso em 18 países em que trabalhamos há mais de 20 anos. Emílio Odebrecht relaciona-se com as autoridades e com os presidentes desses países do Terceiro Mundo muito melhor do que se relaciona com as autoridades no Brasil. Não existe escândalo, não existe nada; vários companheiros daqui tiveram oportunidade de visitar empreendimentos nesses países e constataram o trabalho que nós, como representantes, levando a bandeira brasileira, estamos realizando.

Será que o reconhecimento no nosso País é demonstrado por meio dessas reações, de assassinato de Governador; uma reação como aquela que nos obrigou a transmitir aquela mensagem por intermédio de órgãos da imprensa escrita e falada?

Fomos obrigados a isso, como uma manifestação de repúdio ao ataque empreendido contra os nossos homens - esses nós defendemos. Por esses nossos poucos mais de quarenta mil colaboradores, vamos lutar sempre para poder angariar novos colaboradores e a eles oferecer condições melhores de vida. Se todos lutassem por esse mesmo objetivo, talvez o Brasil não estivesse na situação em que se encontra hoje.

Quis fazer essa provocação, porque alimentar esse assunto do assassinato, assunto já definido e comprovado, mantê-lo como notícia em alguns órgãos, áreas da imprensa é sem dúvida motivo para se pensar e meditar a respeito do que está por trás disso. Queremos empresas fortes neste País ou queremos destruir o agente do desenvolvimento? Se a intenção é destruir os agentes do desenvolvimento, para isso já foi criada uma série de dificuldades, como o exemplo que citei, nos Estados Unidos. Mas essas dificuldades, nós vamos superá-las. Disso não tenha dúvidas, porque da mesma forma que existem aqueles que se estão sentindo contrariados, há aqueles que se estão sentindo encorajados.

O SR. ALDO REBELO - Dr. Emílio Odebrecht, é do conhecimento nosso e de V.Sª também que a PETROQUISA tem realizado um amplo trabalho no desenvolvimento de tecnologia do setor petroquímico no País. O senhor, naturalmente, que tem adquirido ações em volume crescente no setor petroquímico, poderia informar-nos se o seu grupo tem algum centro de pesquisa voltado para a área química e petroquímica?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Antes de responder à sua pergunta, gostaria de dizer a V.Exª, Sr. Deputado, que a nossa organização não pode estar concorrendo no Primeiro Mundo se não estiver agregando alguma coisa diferente. Recentemente, patenteamos um processo de fabricação de casas sobre o qual que vínhamos pesquisando há muito tempo.

O SR. ALDO REBELO - A minha pergunta referia-se ao setor petroquímico.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Vou chegar a esse ponto, se V.Exª me permitir. Faz parte da filosofia da organização buscar em todas as áreas em que ela está envolvida inovação tecnológica, desenvolvimento tecnológico.

Continuando a minha exposição, quero dizer que, hoje, o nosso sistema de fabricação de casas está apto a concorrer a preço 30% mais baixo do que qualquer outro. Isso é resultado de um trabalho de muitos anos, Deputado; não é resultado de um trabalho de um ano apenas.

No setor de informática, o Brasil, via nossa organização, a CMW, está levando para os Estados Unidos uma tecnologia de controle e automação que não é

utilizada ainda em qualquer outro lugar do mundo. Isso não foi feito por acaso, mas por convicção, por filosofia e por determinação.

Com relação à área de petroquímica, Deputado, processo nosso de tecnologia, realmente, não o temos. O que estamos buscando e fomos impedidos de continuar na busca? Buscamos o mínimo de competência para podermos caminhar na direção correta. Pesquisa sem direcionamento, perdoe-me Sr. Deputado, só o Governo pode fazer; empresário não faz pesquisa pura. Pesquisa pura é para país desenvolvido ou para Governo. Empresário tem de orientar sua pesquisa na direção de um produto, de uma finalidade, de uma objetividade. O Brasil precisa de habitação barata. É nisso que estamos investindo; é o nosso ramo. O Brasil precisa criar condições de desenvolvimento de informática, para não ficarmos atrasados nessa área em relação a outros países. No desenvolvimento de um programa de informática, investimos. Estamos levando para o mundo uma tecnologia que outros não têm.

Os alemães estão associando-se a nós, porque sabem que, se não o fizerem, não vão ganhar a concorrência do controle e automação do metrô em Portugal. Competência brasileira, Deputado.

Com relação à área petroquímica, infelizmente, fomos impedidos de fazer algo significativo, como gostaríamos. E estamos pedindo à sociedade, ao Governo, que nos libere para fazermos na área petroquímica aquilo que já fizemos em outros setores.

O SR. ALDO REBELO - O senhor considera que modelos de integração petróleo/petroquímica usados em empresas como a Shell, a British Petroleum e outras do mesmo porte são ainda válidos nos dias de hoje?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - A quais modelos V.Ex^a se refere? Não entendi.

O SR. ALDO REBELO - Refiro-me ao modelo de integração entre a produção, a prospecção do petróleo e a integração da empresa petrolífera com o seu setor petroquímico. Esse modelo ainda tem atualidade, validade? Essas empresas ainda o utilizam?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu diria que todo modelo é válido. É uma questão da oportunidade, do tempo; é uma questão das circunstâncias. Por exemplo, raciocinarmos que um programa no Japão pode partir da exploração da matéria-prima não faz sentido. Por que os japoneses estão tão avançados tecnologicamente? Por que eles seguiram a linha do mercado? Associações nossas aqui no Brasil estão tendo problemas com os japoneses, porque é difícil eles compreenderem que o Brasil é um país que dispõe das matérias-primas e, por isso, devemos utilizar ao máximo a tecnologia para desta tirar proveito desde a origem: a matéria-prima. Eles não têm essa preocupação, porque não possuem a matéria-prima.

Então, o que eu poderia dizer do modelo da empresa de petróleo irem na direção da petroquímica? É perfeitamente válido, tanto quanto é válido os grupos petroquímicos irem na direção do petróleo. Também é válido que a empresa de petróleo restrinja-se à exploração e produção de petróleo e não entre em petroquímica, ou que grupos petroquímicos não entrem na área de petróleo, seja de exploração, seja de produção. Existem todos os três modelos em vigor simultaneamente no mundo inteiro.

O SR. ALDO REBELO - Tenho duas, Sr. Presidente, para encerrar. A primeira é a seguinte: na relação entre as centrais de matéria-prima e as empresas de segunda e terceira geração, o senhor vê uma contradição entre aquela que deve centralizar custos e, portanto, arcar com presumíveis prejuízos? O senhor pensa que essa deveria ser a central? Dever-se-ia dirigir a possibilidade de lucro, a lucratividade, para as empresas de segunda e terceira geração?

Com a última pergunta, gostaria de saber se tiveram influência, ou se repercutiram nas atividades do Grupo Odebrecht no exterior, as denúncias envolvendo o nome Odebrecht com as atividades do Dr. Paulo César Farias.

Para concluir, gostaria de dizer aqui que nós também somos contra o monopólio. Preocupamo-nos com a possibilidade de o setor petroquímico no Brasil transformar-se num monopólio privado que repita o monopólio da propriedade da terra, o monopólio do cimento e outros que têm trazido tão graves prejuízos ao desenvolvimento harmônico, equilibrado e socialmente justo do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o último inscrito.

O SR. ALDO REBELO - Há duas perguntas a que ele não respondeu. Por favor, Sr. Presidente!

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Deputado, quanto à parte dos lucros direcionados para primeira ou segunda geração, tive oportunidade de dizer, num determinado momento, que não existe a hipótese de um negócio ser bom para um e ruim para outro; ou o negócio é bom para todos, ou não sobrevive. Uma sociedade é feita não com o intuito de dividir lucros; ela é feita para perdurar, é feita com a finalidade de agregar riquezas, dar sinergia.

Portanto, entendo programa de primeira e segunda geração integrado; sem dúvida nenhuma, tem de ser integrado. Isso faz parte de uma cadeia única; jamais uma parte sobrevive sugando a outra. Por quê? Para a primeira geração sobreviver, ela precisa que os seus clientes, que são de segunda geração, cresçam. Não se trata de sobreviver, na verdade, mas de crescer e perpetuar-se. É a segunda geração, para ser competitiva no mercado externo, que é o que vai dar a ela a base de sobrevivência e de

crescimento, ela precisa ter primeira geração eficiente, competente, para poder dar a ela a condição de fornecer matéria-prima, em termos de preço, qualidade e quantidade, na forma mais competitiva possível.

Conseqüentemente, ou os dois são interdependentes e funcionam bem, ou um prejudica o outro. Se a central não vender para a segunda geração, não tem para quem vender. Logo, essa questão de direcionamento de lucro não existe. Perdoe-me a sinceridade, mas o empresário, seja de primeira ou de segunda geração, que não esteja orientando o negócio nessa direção simplesmente está caminhando para o suicídio.

Quanto ao envolvimento, como já tive oportunidade de dizer aqui, no caso particular, não foi só do PC, foi de tudo, todo o problema, a crise brasileira, os problemas das empresas brasileiras, inseridas nessa crise. Estou preparando todo um material - e, na época oportuna, vou trazê-lo a esta Casa - que tenho certeza é importante como processo de informação. Trata-se do que andam utilizando para impedir que empresas brasileiras possam concorrer no Primeiro Mundo. Isso não aconteceu com relação a países do Terceiro Mundo; não temos tido nenhum problema nessa direção. As Embaixadas transmitem essas informações para seus países, e os grupos empresariais de lá - onde há um verdadeiro processo de disputa - utilizam de todos os meios possíveis para nos impedir de continuar concorrendo.

Então, esses vínculos foram insinuações não comprovadas; nenhuma delas foi comprovada. Aliás, diga-se de passagem, não há o que comprovar. Isso tem ocorrido, mas temos tido a capacidade, até agora, de superar esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o último inscrito, o Deputado Marino Clinger.

O SR. MARINO CLINGER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores:

Ouvi o depoimento de V.Sª que me impressionou muito favoravelmente. Eu não teria nenhuma pergunta a fazer antes de o senhor responder às perguntas feitas pelo Deputado. O senhor afirmou que conheceu o Sr. Paulo César Farias e que manteve contacto com ele, com o objetivo de saber das prioridades do Governo, a fim de nortear os rumos das empresas que V.Sª tão bem dirige.

Se foi isso que entendi - e foi isso o que o senhor falou, salvo melhor juízo -, o Sr. Paulo César Farias não era a pessoa mais indicada para transmitir as prioridades do Governo, visto que não exercia nenhum cargo no Executivo; ele apenas tinha uma amizade pessoal com o Presidente Fernando Collor de Mello. Essa sua afirmação fez-me solicitar-lhe esclarecimentos, haja vista que, como disse, fiquei muito favoravelmente impressionado com o depoimento e a história das Organizações Odebrecht.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Agradeço. É verdade: eu realmente fiz tal afirmação. Relatei que o conhecia e que procurei conhecer as prioridades do Governo por intermédio dele e de várias outras pessoas. Eu sabia - o Brasil inteiro sabia - da participação do Sr. PC Farias no programa de campanha do Presidente Collor. E, efetivamente, todos sabiam do convívio que ele tinha com toda a estrutura. Naturalmente, eu jamais definiria as atitudes da organização pautado apenas num posicionamento dele, mas, também, foi útil conhecer suas percepções em função do relacionamento que ele tinha. Por exemplo: se uma empresa estrangeira, hoje, vem ao Brasil implantar um investimento, como fazemos em qualquer país do exterior, o que ela faz? Busca uma empresa local para obter o máximo de informações possíveis.

Portanto, procuramos o Sr. Paulo César, assim como estivemos no Ministério da Fazenda, do Planejamento, depois de constituído o Governo, no sentido de termos um quadro para tomarmos as nossas decisões. Isso tudo foi dito, na época, inclusive à Polícia Federal, com todos os demais esclarecimentos decorrentes do fato, o que, efetivamente, não me exime nem me dá o direito de negar. Essas coisas foram verdade e, como verdade, precisam ser ditas, mesmo que haja outras interpretações.

O SR. MARINO CLINGER - Por mais estranhas que elas sejam?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Perfeitamente. Estranhas para uns, compreensíveis para outros, não estranhas para outros. Em outras palavras, é o preço da democracia. É preciso ser dito, para que cada um possa chegar à sua conclusão. Muito obrigado.

O SR. MARINO CLINGER - Agradeço-lhe também.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, não sou Membro desta CPI, mas considero da maior importância a vinda do Sr. Emílio Odebrecht ao Congresso Nacional.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de ter tido oportunidade de formular questões a V.Sª por ocasião da CPI que investigava questões relativas ao Sr. PC Farias.

V.Sª tem, certamente, a informação de que, aqui, no Senado Federal, preocupe-me com certas relações da Odebrecht com respeito às autoridades governamentais. V.Sª citou, por exemplo, a preocupação que houve em relação ao Ministro Eliseu Resende, pelo fato de ele ter sido colâborador da empresa. Gostaria de transmitir-lhe as seguintes informações: Em primeiro lugar, as coisas positivas que um empresário, uma empresa faz na direção do desenvolvimento do País devem ser consideradas como um ativo importante para toda a Nação.

Compreendo a importância de pessoas que organizam a produção, criam idéias, têm iniciativas as mais diversas. Isso é fundamental para o desenvolvimento do País. Conheço iniciativas da Odebrecht - por intermédio de leitura, não pessoalmente - relativamente a projetos como os existentes em Salvador, de auxílio aos menores, que, de outra maneira, estariam nas ruas. Esses são fatos positivos.

V.S^a afirmou que houve repercussões no exterior do caso Paulo César Farias. Mas eu mesmo, quando estava nos Estados Unidos, li uma reportagem, no *New York Times* - ao lado de fatos que repercutiram negativamente para o Brasil, como o massacre de menores na Candelária -, sobre a Fundação Odebrecht e outras iniciativas de outras empresas, na Bahia, de alguns de seus competidores, como a OAS, para o auxílio aos menores, o que considero positivo.

Também considero importante que uma empresa brasileira desbrave oportunidades na África, em Angola. Na minha opinião, deveríamos ter com países do Terceiro Mundo relações de natureza cultural, empresarial e econômica mais freqüentes. O fato de uma empresa brasileira realizar empreendimentos em Angola, em circunstâncias difíceis, em meio a guerrilhas, é de grande significado.

Mas, para que os fatos estejam bastante claros, eu não gostaria de perder a oportunidade da sua presença no Congresso Nacional, para abordar um assunto que, sei, já foi tratado. Eu não estava presente, mas sei que V.S^a mencionou que, quando a Odebrecht fez contribuições - que foram registradas - à empresa EPC, do Sr. Paulo César Farias, teria havido uma contrapartida de informações. Eu fui um dos que aqui requereram que V.S^a estivesse presente naquela oportunidade, mas o fato é que, dos diretores das empresas que haviam dado contribuições, poucos vieram, se não me engano, três: o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, representantes da TRATEX e da CETENCO.

V.S^a quase foi "salvo pelo gongo" porque terminou o período de depoimentos. E ficamos dependendo do parecer que havia sido solicitado pela subcomissão presidida pelo Senador Maurício Corrêa e pela Polícia Federal. Mas em ambos os casos a informação que chegou foi considerada, pelo Relator, Senador Amir Lando, como insuficiente, ou seja, não se considerou a informação prestada como uma contrapartida adequada para os valores que então haviam sido pagos.

Embora não sendo este o objeto principal desta CPI, penso que seria uma contribuição para a busca da transparência, da verdade que deve prevalecer neste País. Se V.S^a puder especificar a informação, o tipo de contrapartida prestada pela EPC...

E sobre o caso do Ministro Eliseu Resende, eu apenas gostaria de transmitir a V.S^a - e já o fiz ao Diretor da Odebrecht que me visitou em nome da empresa -, acredito, porque assim dizia, mas fiz questão de relatar-lhe que aqui formulei questões ao Ministro Eliseu Resende no cumprimento do meu dever como membro do Legislativo, que tem como competência fiscalizar os atos do Executivo.

Assim o fiz por uma questão de bom-senso, em função de algumas coincidências, quais sejam, o fato de que, das obras definidas pelo novo plano do Governo, quatro estavam relacionadas com empreendimentos de empresas relacionadas ao Grupo Odebrecht e o fato de que se estava apreciando a concessão de um empréstimo do mecanismo PROEX também para um empreendimento da Odebrecht no Peru. A propósito, tive a oportunidade de visitar Furnas, que é a administradora do empreendimento de Angola, para averiguar, com maior profundidade, toda a história do relacionamento do Sr. Ministro Eliseu Resende com a Odebrecht. O bom-senso demandava que essas providências fossem tomadas e que aquelas perguntas fossem dirigidas ao Ministro.

Era apenas isso que considere importante aproveitar a oportunidade para dizer neste dia, Sr. Presidente. Fica, então, a pergunta, que, não sendo desta CPI, regimentalmente cabe ao Presidente encaminhá-la ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Fica a critério do depoente respondê-la ou não.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador Eduardo Suplicy, não vou me abster - sendo esta a primeira oportunidade que temos de conversar - de tentar responder-lhe, logicamente sem entrar em detalhes porque o assunto, como V. Ex^a bem sabe, data já de uns três anos.

Eu já disse aqui - mas tenho certeza de que V. Ex^a não estava - que é lema da nossa organização não acumular problemas e, sim, direcionar nossas energias para as oportunidades, para o crescimento. Então, confesso-lhe que hoje já não me lembro mais de detalhes. Efetivamente, na época eu não os dominava, mas uma coisa para mim era sagrada: quem deveria estar presente, enfrentar todo o processo, ir à Polícia Federal era eu pessoalmente. Não mandei nenhum companheiro. Refiro-me ao processo do chamado "Caso PC".

Eu só discordaria de V. Ex^a em uma coisa: quando V. Ex^a disse "foi salvo pelo gongo". Quero que V. Ex^a saiba o quanto fiquei decepcionado por não ter tido oportunidade de comparecer naquela época.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não por falta de requerimento, que eu aqui apresentei.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Eu queria ter tido oportunidade de prestar alguns esclarecimentos, esclarecimentos estes que foram todos prestados à Polícia Federal, com todos os detalhes. E pude esclarecer o ponto essencial que V. Ex^a

levantou: a questão da EPC, quanto ao valor e à contribuição. Logicamente, não foi somente isso. Houve - e foram entregues à própria Polícia Federal - todos os dossiês de estudos que tínhamos feitos e que precisariam ser analisados e verificados. E foram programas efetivamente de tamanho, de responsabilidade e de conteúdo elevados. Isso tudo foi demonstrado na época. Foi demonstrado todo o serviço.

Perguntaram-me se não a considere caro. Eu digo que, se fosse hoje, sem dúvida nenhuma, acho que é caro. Mas, para a nossa organização, naquele momento em que precisávamos dirigir energias para todo o processo internacional, era importante que eu não estivesse perdendo tempo e nem investindo e direcionando energia em áreas que não estavam fazendo, ou não fariam parte das prioridades.

Confesso-lhe que não tenho detalhes maiores sobre o assunto, porque demandou bastante tempo e já passou muito tempo, sendo tudo feito na Polícia Federal e que o V.Ex^a, como conhecido pesquisador, pode obter os dados - se não me engano - na própria Polícia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obtivemos os relatórios da Polícia Federal. Soubemos que as contribuições da Odebrecht para a IPC foram das maiores, cerca de 3,7 milhões de dólares, o que não é algo assim tão fácil de esquecer, do ponto de vista de um responsável por uma empresa, por maior que seja o seu patrimônio.

Considerou-se isso como não havendo contrapartida, conforme disse o Relator, Senador Amir Lando, e também, no seu sub-relatório, o Senador Maurício Corrêa, que presidia a Subcomissão da qual eu fazia parte. O que foi ali demonstrado não teve a contrapartida que se pudesse considerar.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Pediria ao Senador que concluísse o seu pensamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. Membros, vou concluir, porque tenho que elucidar alguns pontos ainda e quis dar oportunidade a todos. Vamos ver se, de forma objetiva, conseguiremos chegar a termo, no menor espaço de tempo possível.

Gostaria, inicialmente, de começar por uma pergunta em que gostaríamos da opinião do Dr. Emílio Odebrecht, no que se refere a esse processo de privatização. Acredito que todos estamos de acordo que esse processo deveria ter sido realizado visando, evidentemente, à saída do Estado sobretudo daqueles setores da economia em que a iniciativa privada já tem porte para assumi-los e para levar adiante, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento. Porque não queremos, simplesmente, transferir, para paralisar e estagnar a produção industrial no Brasil, já que estamos num vazio de política industrial. Esse processo de privatização deveria ter vindo no contexto de um programa industrial, de uma política industrial para o País.

Citar a Argentina como exemplo é uma grande mentira, é uma farsa. A Argentina, realmente, conseguiu privatizar num curto espaço de tempo, mas não resolveu seus problemas. Do ponto de vista industrial, houve uma regressão acentuada. Hoje, a Argentina realmente está com graves problemas sociais e um crescimento cada vez maior da pobreza e da miséria. Assim também o México, que tanto se propaga. Ou seja, o processo de privatização não resolveu os problemas desses países.

Estamos pensando no Brasil de amanhã. Entendo que um empresário do porte do Dr. Emílio Odebrecht também deve ter um compromisso com este País. Não adiante pensar, especialmente, única e exclusivamente, no crescimento da empresa, a não ser que se vá sair do País. Mas parece que não é essa a intenção das organizações. Uma organização que tem o pé no Brasil e que, ao menos, coloca no discurso uma defesa, até um resgate de um sentimento de nacionalidade que está se perdendo no Brasil. Sei que o capital não tem pátria. Mas ninguém pode negar - e o senhor, que está lá fora, sente - o que é ser efetivamente um ente estranho às nacionalidades onde atua. Sempre há restrições, que são normais. Sempre há defesa do empresariado às iniciativas, porque, se vamos crescer, seremos um concorrente, em potencial, dos demais países que também estão nessa corrida.

Em outras palavras, a nossa preocupação é muito mais ampla, diz respeito ao modo como esse processo possa ser inserido numa política industrial do País; o Estado sai dos setores e vamos organizar outros setores com a presença, não ou sim, conforme a dependência, com a parceria do Estado, ou então com o Estado bancando essas atividades. Como o senhor vê esse ponto, que, para mim, é crucial? Não estamos pensando que, no Brasil, agora, acabar com as estatais é resolver os problemas nacionais. Isso é uma mentira. Não vamos pregar isso para a Nação, porque é mais um vazio e vamos criar uma grande desconfiança no povo brasileiro. Como o senhor vê isso? Ou estou absolutamente enganado?

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, em primeiro lugar, gostaria realmente de reiterar a resposta dada por V.Ex^a a sua própria observação, no que diz respeito ao posicionamento da Organização Odebrecht, como empresa brasileira, se está ou não querendo sair do País. A nossa definição é que somos uma empresa brasileira, orgulhamo-nos disso e a nossa base político-estratégica é o Brasil. Isso está definido, explícito, é uma posição. Temos perfeita consciência disso. Inclusive, orgulhamo-nos muito do que estamos fazendo no Primeiro Mundo e de sermos

reconhecidos, porque o Primeiro Mundo sabe das dificuldades de uma empresa, cuja origem está num País em desenvolvimento como o nosso, com todas as dificuldades inerentes a isso, de estar disputando, em igualdade de condições, com as empresas que têm outras condições, não só do ponto de vista dos integrantes das suas organizações, como do respaldo que recebem dos governos de seus países. Então, isso nos orgulha muito. E quero reiterar que nossa posição é a de que somos uma empresa brasileira, orgulhamo-nos disso e nossa base político-estratégica é o Brasil.

Segundo ponto: tenho refletido bastante sobre isso, tenho ouvido falar. O que me preocupa é que tenho percebido, Senador, que não existe uma unidade de percepção do que significa uma política industrial. Se V.Exª, amanhã, ou mesmo hoje, aqui, perguntar a qualquer um dos presentes o que entende como política industrial, sou capaz de afirmar que talvez não existam duas opiniões iguais.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o pior é que não existe política nenhuma.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente. Vou dizer como encaro o problema. Considero - e está na regra geral - que o Estado precisa sair do setor produtivo, concentrar-se naqueles aspectos fundamentais, dentro da nossa visão, e a iniciativa privada que se estruture, que seja competente, para identificar no que, efetivamente, o Brasil é diferente. Para V.Exª ter uma idéia, quando entramos no ramo de celulose, apesar de toda a crise de celulose no mundo, o Brasil tem uma diferença; aquele sul da Bahia, o programa no Rio Grande do Sul e outros, em outras áreas; o programa na ferrovia tem uma peculiaridade - Carajás - do que representa já ter toda aquela infra-estrutura pronta no problema sinérgico. É preciso usufruir das circunstâncias. Então encaramos, efetivamente, uma linha de deixar a iniciativa privada usar da sua criatividade, da sua competência na direção dos investimentos que precisam ser feitos, utilizando toda uma força.

Claro, cabe ao Governo procurar estimular as áreas que considera fundamentais. Nesse caso, o estímulo é via financiamentos, e desestimular, ou não estimular, as áreas que considera que não precisam ser estimuladas. Não sei se fui explícito.

Agora, V.Exª pode ficar certo de que tenho procurado dialogar, inclusive no meio empresarial, e existem opiniões e formas de perceber sobre política industrial completamente diferentes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A nossa preocupação reside num ponto fundamental: realmente o Estado precisa de investimentos até para alavancar o desenvolvimento. Numa economia pobre, de capacidade aquisitiva pobre, se o Estado não alavancar recursos, realmente fica difícil, porque o senhor não pode pensar no mercado externo exclusivamente. Entendo que qualquer empresário brasileiro não pode pensar exclusivamente no mercado externo. Temos uma Nação, temos 32 milhões de famintos. Precisamos resolver essa questão. Amanhã, poderão ser 40; e assim sucessivamente. O Estado brasileiro, se continuar com esse nível de endividamento e, sobretudo, com o serviço da dívida, que pega 60% do Orçamento - que foi 45 no ano passado, 25 no anterior e, possivelmente, 85 no próximo ano -, se continuarem esses níveis, será reduzido a nada, será a economia sem mercado interno. Vamos entrar para esse processo da Argentina e do Chile, que é esse vazio. Estabilidade existe, mas não é a solução. Riqueza é crescimento. Entendo que o papel da iniciativa privada é fundamental, mas estou preocupado com essa idéia no sentido de minimizar o Estado a nada. E não se pode pensar, ao menos numa sociedade organizada, sem essa presença de um ente superior, para dirigir os seus destinos. Portanto, a minha preocupação aqui é exatamente que não entremos para esse vácuo absoluto; senão este País realmente vai ficar impossibilitado, e as iniciativas do empresariado aqui dentro não vão ter espaço de sobrevivência. Essa é uma preocupação.

Mas vamos voltar ao tema; há alguns detalhes que precisam ser esclarecidos.

Um acordo de gestão entre a Odebrecht e a UNIPAR foi amplamente divulgado pela imprensa. O senhor poderia prestar maiores esclarecimentos a respeito desse fato? Da gestão entre a Odebrecht e a UNIPAR? Esse acordo envolve mudança do controle da UNIPAR do Grupo Geyer para a Odebrecht? Gostaria que se o senhor tivesse um documento mandasse para nós uma cópia e desse algumas explicações.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em primeiro lugar, existe um acordo de acionistas entre nós e a UNIPAR. É um acordo de acionistas que caracteriza a profundidade do nosso relacionamento de longa data. Isto foi explicitado como resposta a tudo que tivemos de reação de terceiros; foi uma demonstração de confiança dos nossos sócios, o que só fez aumentar as nossas responsabilidades. É não existe nada que signifique controle; não altera absolutamente nada. O que existe é uma gestão compartilhada, como sempre existiu; só que ela agora está formalizada.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nesse sentido, o senhor falou que a Odebrecht não tem o controle, em nenhuma central, de matérias-primas diretamente. E, indiretamente? A COPERSUL?

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Também não. Temos via PPH e a POLIOLEFINAS 10% cada uma. O total que temos via essas empresas é de 21%, ou seja, um quinto...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com a UNIPAR?

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - É porque na POLIOLEFINAS somos nós e a UNIPAR.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, claro, a UNIPAR. Então a UNIPAR não tem nenhum.

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Nós e a UNIPAR juntos via POLIOLEFINAS...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor tem o controle...

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente, ou seja, temos uma participação de 20% na COPERSUL.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então não tem o controle.

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Em hipótese nenhuma.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O controle realmente cria um certo temor exagerado. E, nisso, penso que temos que preservar o setor. Veja no setor petroquímico, se o País não tiver capacidade de investimentos, por exemplo, onde teríamos PVC? E o saneamento, a distribuição de água, canalização de água etc.? Quer dizer, se o Estado como um todo, o município, os Estados e a União perderem essa capacidade, talvez não tenhamos como desenvolver atividades que são importantes. Não podemos perder de vista essa capacidade do Estado de promover investimentos.

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Estou de pleno acordo com o senhor.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E a imprensa também noticiou recentemente que o Banco Central solicitou esclarecimentos à Organização Odebrecht, em razão da entrada, do repatriamento de 600 milhões de dólares, que seriam utilizados no programa de desestatização. Essa notícia é verdadeira?

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Gostaria até que fosse. Sinceramente, Senador, eu gostaria que fosse. Se eu tivesse 600 milhões de dólares vindos do exterior para cá, eu, sinceramente, estaria fazendo muito mais coisas do que estamos fazendo no Brasil.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quer dizer que não há...

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não existe isso, em hipótese nenhuma. Cheguei, na brincadeira, a pedir ao Banco Central que ele confirmasse, porque na hora em que ele confirmasse eu passaria a fazer ...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Alguém comentou um fato que me parece que seria uma incongruência, porque eu tenho que acreditar no seu discurso. Dizia que a Shell estaria por trás do setor petroquímico brasileiro, através da Odebrecht. Isso procede, também? Tem alguma procedência? Há alguma negociação, alguma tratativa nesse sentido? Estaria inclusive destoando do seu discurso, mas é um fato, a pergunta...

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Claríssimo, Senador. Sempre fomos, desde o princípio, comprador. Não somos vendedor. Dialogamos com a Shell até enquanto ela estava... Estamos tendo informações não confirmadas ainda de que o acordo que eles tinham com a Raymond, a Montetsu, está tendo alguns probleminhas no exterior. Foi anunciado ontem que foi rompido esse acordo. Então estávamos discutindo com a Shell como a compradora da Raymond, conseqüentemente nossa sócia na PPH. Porém, recentemente, fomos informados - ele está me confirmando isso agora - que foi rompido esse acordo entre Shell e Raymond. Então a Shell já não é mais nossa sócia, fatalmente será outro o comprador da Raymond no exterior.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A Odebrecht, na pessoa do seu diretor Álvaro Cunha, declarou à imprensa, à *Gazeta Mercantil*, em 7-12-92, que "existem relações incestuosas" entre o Estado e o setor privado" - aqui estou resumindo - daí a importância da desestatização. O senhor concorda com essa afirmação? O que significa essas relações incestuosas? Falo evidentemente em relação à Odebrecht e não exclusivamente no que ele pensava, porque ele estava falando em nome da empresa, num contexto de relação da empresa com o Estado. Como ela se manifesta? Quer dizer, esses pontos para mim são importantes, porque é evidente que, ou vamos caminhar no sentido de restabelecer relações limpas e sadias entre o Estado e a iniciativa privada, ou vamos destruir o Estado e a iniciativa privada, nesse caminho. Eu não sei. Sei que até o Procurador-Geral da República disse que é impossível acabar com a corrupção. Também não vou entrar nessa discussão, mas temos que buscar um novo caminho para este País, senão não vamos construir uma grande Nação. As coisas têm que ser claras; a empresa tem que ter a sua oportunidade dentro de um contexto legal, ético, e preservar, enfim, relações sadias. Senão, se não mantivermos os mínimos padrões morais, vai desmoronar tudo. E aí não adianta nem a segurança das capitais; pelo menos aqui no País não estarão evidentemente sob aquela tranquilidade indispensável para o êxito e a progressão. Não posso fazer a pergunta ao Sr. Álvaro, infelizmente o senhor vai ter que responder.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, então vou pedir licença porque realmente eu não posso...

Senador, são dois pontos: com referência à posição da organização - e confio plenamente nos meus companheiros, quaisquer que sejam - posso traduzir claramente a posição da organização e depois vou dizer o que eu podia aferir da conversa diretamente com ele. A posição da organização, efetivamente, é a de que nós encaramos esse programa da saída do Estado para evitar questões que prevalecem toda vez que alguém tem o direito de decidir sobre alguma coisa. Por exemplo, o direito de

ampliar uma fábrica, até antes do programa de privatização, era do Governo. Então, sempre lutamos foi no sentido de transferir para a iniciativa privada, para que essa assumisse o ônus da decisão de ampliar ou não a sua indústria. Claro, essa decisão teria que estar respaldada no fornecimento da matéria-prima, porque o fornecimento da matéria-prima era efetuado - e ainda é - unicamente pela PETROBRAS. Essa sempre foi uma disputa que empreendemos no sentido de que liberasse o setor privado para que ele se ajustasse, tomasse as providências, assumisse as decisões; e não o Governo ficar tutelando e, com isto, o empresário ter que ir suplicar para poder fazer coisas que estão inerentes a ele.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E esse pedir ao Estado sempre, às vezes, tem um custo para as empresas?

O DR. EMÍLIO ODEBRECHT - Não há a menor dúvida que existe o custo, o ônus da energia, o gasto da disputa entre os concorrentes, num processo usa mais o conhecimento dele do que o outro, o lobby, e as coisas se deterioram de forma que...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Dr. Emílio, creio que chegamos a um ponto em que temos que realmente passar este País a limpo certos aspectos de hipocrisia, - não me refiro ao senhor - e há hipocrisia nacional a esse respeito. Penso que - desculpe-me, depois eu volto ao senhor, para concluir - esse é um ponto que quero deixar registrado, o que estamos pensando. Efetivamente, não foram fáceis todos os processos por que passamos. Pode-se até dizer que foi injusto contra o Collor e eu respeitaria, mas, de qualquer maneira se tentou passar algumas coisas a limpo e instaurar uma aurora de decência. Este País chegou a um momento, pela sua dimensão de grandeza, pela sua vocação, é um país que tem um destino imenso, um país que tem tudo, é um país realmente dadivoso - eu diria assim - para todos nós e o senhor é um exemplo. Então acho que chegou a hora de se colocar este País dentro de uma perspectiva nova, das relações sadias, das relações justas, que, efetivamente, esses espaços sejam conquistados pela competência, pela diligência, pela eficiência, acabando de vez com os *spreads*, as taxas, os pedágios. Temos que pensar que chegou a hora. Não vou exigir do senhor qualquer confissão nesse sentido, mas sei que isso também não é dignificante para um empresário sério.

Que o Estado seja realmente gerido para o bem comum, para o interesse geral da Nação. Esse esquema obriga uma permeação, aí incestuosa - é o meu sentimento - da iniciativa privada dentro da estrutura do Estado, para confirmar, ganhar posições, conquistar espaços, que poderiam ser conquistados de uma forma lícita, correta. Quer dizer, é esse estado de coisa que deve ser banido. Que as prioridades se fixem, não pela capacidade de uma empresa, as empreiteiras vivem numa relação... O senhor já disse que, graças a Deus, hoje tem apenas 35% do seu faturamento relacionado com atividades governamentais em todos os níveis, penso, de prefeituras à União.

De tudo isso, o que queremos é que as prioridades sejam estabelecidas dentro de um programa de Governo. Não essa capacidade que determinada empreiteira tem de oferecer a obra para um prefeito, para um governador, sobretudo, nessas áreas, dirigir as prioridades de certas áreas federais.

Entendo que é chegada a hora de realmente mudarmos. Sei que isso não é difícil, nem estou exigindo, não estou fazendo qualquer acusação ao senhor, mas temos que acabar com essa hipocrisia, porque isso está realmente - usando uma palavra bastante coloquial - matando esse País, matando as nossas esperanças. Isso está sepultando a nossa vocação de grandeza.

Acredito no Brasil e até nessa capacidade inventiva, criativa do empresariado, do trabalhador brasileiro. Nosso trabalhador não é o pior do mundo, como se fala. É o senhor que percebe essas esperanças no mundo inteiro, em boa parte do universo, poderia até reafirmar isso.

Penso que temos tudo, mas é preciso um pouco de grandeza, um pouco de visão de estadista neste País para que saíamos, enfim, desses pressupostos, desse lodaçal que não ajuda a ninguém. Alguns aproveitam, mas esses poucos não vão ajudar a construir um Brasil dos nossos sonhos.

Faço essa colocação e deixo aberto a quem quiser se manifestar, ou então fica livre...

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com muito prazer.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Senador, gostaria de aproveitar essa oportunidade para colocar alguns pontos que considero importantes para reflexão de todos nós.

Estamos extrapolando uma situação que, na realidade, não é essa. Posso afirmar a V. Ex^a. É como se a situação fosse de tal magnitude que não tivesse mais solução. Posso testemunhar que existem, em qualquer sociedade, essas relações deformadas. Existem entre empresas, entre líder e liderado, mas não é nessa dimensão, em hipótese nenhuma, ao ponto de estarmos criando uma dimensão que, na realidade, inexistente.

Diria até que isso tem criado uma apatia no Governo, de um modo geral, e ninguém decide mais nada. Senador, os companheiros de empresa de outras organizações, que não têm as opções, as oportunidades que nós temos fora e na diversificação, estão passando sérios problemas, porque ninguém decide mais nada por uma questão de preocupação. Quer dizer, o processo da omissão, da timidez que se está

criando neste País conduz essa relação entre empresa privada e Governo, a um ponto de improdutividade que o País e a sociedade estão pagando.

Creio que precisamos romper esse ciclo. Faria, ao dizer isso, uma provocação, adicionando aos pontos que tive oportunidade de levantar no próprio depoimento.

V.Exª deve ter acompanhado, deve ter sabido do esforço que fizemos em determinadas instrumentações, como a questão de licitação, vendendo uma tese onde o preço mínimo e menor possível de coisas subjetivas e, ao mesmo tempo, tendo o seguro-garantia, de um outro lado, proporcionando as garantias, como é feito nos Estados Unidos e assim por diante.

As instrumentações, o processo de recuo do Governo não é sair do setor produtivo, no sentido de abandonar, abdicar. Não. Precisa dar rumos, definir prioridades, porque o Governo está aí para criar incentivos onde existem as prioridades da sociedade. O empresário que quiser fazer outra coisa, que faça por conta própria.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Estado não poderá ser uma entidade privada jamais, e nem pode-se privatizar o Estado para que ele privilegie alguns. O Estado tem essa grande função do bem-estar geral.

O SR. EMÍLIO ODEBRECHT - Exatamente.

Queria aproveitar essa preocupação de V.Exª, que é extremamente válida, para dizer que tenho acompanhado a forma como V.Exª vem colocando isso. É muito importante que mudemos, que passemos a limpo, mas é importante também que possamos ver as coisas sobre outro ângulo: precisamos, rapidamente, sair desta fase para uma outra fase, porque o País não pode parar.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Vamos encerrando nossos trabalhos, marcando uma reunião para a próxima terça-feira, às 15 horas. Aliás, amanhã às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h40min.)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Serviço de Comissões Especiais e de Inquerito

C O N G R E S S O N A C I O N A L

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02. DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 23A. REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1993.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02. da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira. Presidente. Paulo Ramos, Vice-Presidente. Amir Lando. Relator. Edson Silva, Marino Clinger e Jutahy Magalhães. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquerito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO" Havendo numero regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor Luiz Carlos Delben Leite, Presidente do BNDES, convida o depoente para sentar-se à mesa e solicita-lhe a leitura do juramento. A seguir, a presidência passa a palavra ao depoente para fazer sua

exposição. Logo após, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator para fazer as indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Edson Silva, Marino Clinger e Jutahy Magalhães. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigraficas

ANEXO A ATA DA 23A REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 26/08/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR LUIZ CARLOS DELBEN LEITE, PRESIDENTE DO BNDES QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRAFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESESTATIZAÇÃO
REUNIÃO 26/08/93 - 10h22min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR : SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: LUIZ CARLOS DELBEN LEITE

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Havendo número legal, declaro aberta mais uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização.

Convido o depoente a prestar o juramento.

Solicito a todos que permaneçam de pé.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Iniciando nossos trabalhos, passo a palavra ao depoente, Dr. Luiz Carlos Delben Leite, para que ele faça sua exposição.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Vou fazer uma rápida exposição, tendo em vista alguns poucos aspectos, porém importantes, do papel do próprio BNDES, enquanto gestor do Programa de Desestatização, deixando, portanto, mais tempo para que sejam feitas as perguntas pertinentes. Mesmo porque acredito que todos aqueles, que me antecederam até agora, devem ter falado largamente sobre todos os demais aspectos que esta Comissão procura investigar e conhecer.

Eu queria reportar-me aos 41 anos de história do BNDES, que estiveram sempre ligados aos grandes projetos de desenvolvimento nacional. Não há grande projeto no Brasil que não tenha tido como parceiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O desenvolvimento desses projetos e os trabalhos realizados para que eles se tornassem possíveis, conferiram uma competência técnica indiscutível a todo o seu corpo de colaboradores. Sem dúvida, hoje o BNDES reúne uma das melhores massas críticas em termos de recursos humanos do serviço público federal brasileiro. Não tenho qualquer dúvida com relação a isso. Dada essa competência técnica, acabou-se por atribuir ao BNDES o papel de gestor do Programa Nacional de Desestatização.

Esse Programa de Desestatização reúne uma série de importantes objetivos para a economia brasileira, e eu poderia enumerar alguns deles que, a meu ver, devem ser ressaltados: a própria modernização da indústria nacional, a redefinição do papel do Estado na economia, a redução das dívidas públicas (tanto interna quanto externa), a redução do déficit público (tendo em vista, inclusive, os permanentes e repetidos aportes de capital feitos pelo Governo para sanear essas empresas), o fortalecimento do próprio mercado de capitais, que vem ocorrendo dentro do processo de privatizações.

Durante muito tempo fez-se uma confusão muito grande com relação ao papel do BNDES, tendo em vista que tínhamos, até então, a mesma Presidência para o BNDES e para a Comissão Nacional do Programa de Desestatização; tínhamos a mesma pessoa exercendo os dois cargos, o que deixava a entender que todo o processo também passava pelas decisões que seriam então definidas dentro do BNDES, o que não é verdade.

Mais recentemente, por meio do Decreto-Legislativo nº 1, que aprovou a composição da Comissão de Desestatização a partir de fevereiro deste ano, fica mais claro o papel do BNDES na medida em que deixa o Presidente do BNDES de ser Presidente também da Comissão Nacional de Desestatização. Conseqüentemente, fica claro que o papel do BNDES é gerir o processo, é instruir o processo, é prestar todas as informações, cumprindo, portanto, os diplomas legais que definem cada uma das etapas do processo de privatização, executando, portanto, o BNDES, as decisões da Comissão Diretora e da própria Presidência da República, contratando as consultorias mediante licitação pública para realização das duas avaliações econômicas, e ainda para contratação de uma consultoria para a área contábil, jurídica e de avaliação patrimonial, também por processo de licitação.

O BNDES ainda intermedeia as recomendações das consultorias para a Comissão Diretora sobre as condições gerais de privatização, e mesmo com relação aos ajustes prévios que devem ser feitos nas empresas a serem privatizadas. O BNDES procede, também, durante todo o andamento dos trabalhos, à divulgação dos processos de privatização, publicando os seus editais para cada um dos eventos a serem realizados e participa das reuniões técnicas com empregados das empresas, com os sindicatos, com vereadores, com deputados estaduais; reuniões essas que visam discutir e informar cada um dos elementos, cada um dos pontos da privatização de cada uma das empresas, ficando, portanto, as decisões fundamentais a cargo da Comissão Nacional de Desestatização, do Programa de Privatização e da própria Presidência da República. E agora, com as Medidas Provisórias 327/93 e 334/93, com o próprio Senado Federal - medida provisória essa que deve estar sendo reeditada no dia de hoje - decidindo, então, pelo valor final das empresas, considerado valor mínimo para leilão, a percentagem de pagamento em moeda, a eventual existência de *golden share*, que garanta condição especial de participação do Governo nessas empresas e as próprias empresas a serem privatizadas.

Todas essas são decisões que competem à Comissão Nacional de Desestatização e à própria Presidência da República, com a possibilidade de o Senado avocar o processo para examinar quanto à avaliação dessas empresas.

Essa confusão de percepção externa, que afinal permitia entender que o BNDES era o gestor e também o órgão decisório do processo de privatização, acabou sendo também levada para dentro do Banco, tendo em vista a sua própria organização interna, onde, dentro de um processo matricial, praticamente tinha-se o processo de privatização permeando toda a organização do Banco. Isso acabou gerando também, por outro lado, eu acredito, aí sim, um prejuízo para o próprio BNDES, na medida em que ele se viu dificultado para realizar os trabalhos, que lhe são mais peculiares, pois são os trabalhos que deram origem à sua própria existência e que estarão sempre a seu cargo, tendo em vista o desenvolvimento nacional, ou seja, o trabalho de gerar novas formas de estimular o desenvolvimento nacional, de estimular a criação de novas empresas, novos empregos, etc.

Entendendo bem esta confusão, procuramos logo no início da nossa gestão - talvez tenha sido o meu primeiro ato - separar as tarefas, criando, dentro do BNDES, uma área específica para privatização, que foi preenchida por pessoas mais especializadas no processo de privatização. Isso nos permitiu alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar, conseguimos, com isto, ter mais agilidade interna no Banco, um controle de qualidade mais acurado de cada um dos procedimentos da privatização e conseguimos, ainda, a sistematização de todas as informações do processo de privatização permitindo, então, que todo o pessoal restante do Banco pudesse passar a dedicar-se ao desenvolvimento das atividades normais do BNDES. Estamos procurando dar ao processo de privatização a melhor qualidade, a maior probidade, a maior seriedade, para que ele possa, efetivamente, atingir os objetivos que o Congresso Nacional decidiu e que o Brasil todo hoje aceita como necessário para o seu maior e pleno desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Acabamos de ouvir a explanação do Dr. Delben Leite.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, relator desta Comissão, para que formule suas perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, Sr. Depoente, Dr. Luiz Carlos Delben Leite:

Inicialmente, peço que V.Sª dê algumas explicações a esta Comissão de como se faz o processo de financiamento para as privatizações. Como, as partes que entram nesses leilões, obtêm os financiamentos, via de regra, do BNDES?

Gostaria que V.Sª descrevesse as razões que levam este organismo a proceder assim.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Nobre Senador, me permitiria dizer que o BNDES não financia a venda de empresas estatais, dentro do Programa Nacional de Privatização. Na verdade, o BNDES, ao longo do tempo, tem feito diversos financiamentos a várias empresas estatais, as quais não honram seus compromissos, e o BNDES faz a securitização dessas dívidas.

Temos, por exemplo, uma parte de debêntures da SIDERBRÁS que não foram honradas e que o BNDES mantém em sua carteira de ativos, ativos esses irrealizáveis, tendo em vista a dificuldade de a SIDERBRÁS e do próprio Governo Federal honrarem suas dívidas. Essas dívidas são securitizadas, são transformadas em títulos, chamados - a meu ver impropriamente - de moedas podres. Não são moedas podres, são dívidas podres que se tornam pagáveis mediante a sua securitização.

Vendem-se essas moedas aos eventuais compradores nos leilões da privatização, num prazo de 12 anos, com 2 anos de carência, 10 anos de amortização, a 6,5% de juros ao ano e com parcelas progressivas. No primeiro ano, há duas parcelas de 1,5% de amortização, no segundo ano, 2,5%, e assim por diante, crescendo até que se chegue ao limite do pagamento total. É um financiamento inclusive com juros reais de 0,5% em relação aos juros originais destas dívidas.

O que fazemos é vender esses títulos aos eventuais compradores nos leilões de privatização.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu acho que é uma questão meramente de semântica, porque quem vende a prazo, financia. Há um financiamento. Dizer, datíssima vênica, que não se financia o processo de privatização, porque se financia a moeda a ser utilizada na compra desses títulos, é pura questão de semântica.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Nós vendemos moedas com juros de 6,5%, tornando um ativo que antes era irrealizável, em um ativo efetivamente realizável, desta forma saneando também os ativos do próprio BNDES.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.Sª me permite lembrar que, ontem mesmo, o Dr. Emílio Odebrecht disse que financiou a compra de uma parte, e não integralmente como alguns disseram, que adquiriu as moedas, dando como garantia as próprias ações.

Não sei por que esconder à Nação que está se fazendo isso. Há realmente nisso um procedimento absolutamente, do ponto de vista lógico, incongruente. Pela Lei nº 8.031, um dos objetivos da privatização era exatamente transferir recursos para o Governo. Na mídia é isso que se prega, mas, na verdade, o Governo vende e ele mesmo financia. No mínimo, aí há uma incoerência, porque, nessas circunstâncias, entenderia que o ideal seria vender, e vender bem, dentro do programa - esse é um outro ponto que desejo salientar -, para obter caixa; e não vender, dando em garantia as próprias ações.

O que temos, na verdade, é uma operação em que o Poder Público, mais uma vez, banca a privatização. Não vejo como fugir desse dilema, não sei se é uma questão de lógica, me parece que é uma lógica elementar, uma lógica formal, uma lógica que não chega a ser uma lógica dialética.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu diria, caro Senador, que existe talvez um outro ponto que deve ser abordado, para que essa análise possa se completar. Trata-se da origem das moedas de privatização. Na verdade, os CPs e as próprias debêntures representaram no passado uma entrada de recursos em dinheiro efetivo no caixa do Governo; dinheiro esse que não foi pago, que não foi devolvido. Ou seja, o Governo foi financiado por essas moedas durante muito tempo. Hoje, o que se faz é a venda dessas moedas, tornando essas dívidas recebíveis por parte do BNDES e contribuindo, conseqüentemente, para a redução da dívida pública federal.

Com o processo de privatização e com a venda desses títulos, inclusive financiados, é importante ainda ressaltar que estamos procurando também, financiando em 12 anos essas moedas, facilitar para que mais grupos, para que mais pessoas possam vir a participar do processo de privatização.

Nós sabemos que o Brasil é um País pobre, com falta de recursos financeiros. Temos milhões e milhões de miseráveis, onde mesmo as nossas camadas mais ricas são infinitamente mais pobres do que aquelas dos países do Primeiro Mundo.

O que estamos fazendo? Procurando democratizar o acesso ao processo de privatização, vendendo moedas ao preço de face, financiadas em até 12 anos, com taxas de juros de 6,5% ao ano.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Dr. Delben, vamos admitir a sua lógica, que se quer democratizar. O povo tem acesso ao BNDES, ou só as grandes empresas efetivamente têm acesso? O povo, esses 32 milhões de miseráveis, teriam acesso ao BNDES para obter financiamento e comprar uma ação, ou esse discurso realmente não condiz com a realidade?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu diria que o povo, o mais pobre, normalmente não tem acesso. O BNDES está inclusive propondo a utilização das chamadas moedas sociais - Fundos, PIS/PASEP e o próprio Fundo de Garantia - para que esse povo também possa participar do processo de privatização.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quais são as condições para alguém chegar ao BNDES e obter esses recursos disponíveis hoje?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A condição é total, qualquer empresa, qualquer pessoa pode fazer a compra de moeda, assumindo o compromisso e dando a garantia.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu quero que V.Sª esclareça à Comissão de que precisa um cidadão ou um pequeno empresário, quem não tem ainda um cadastro, e quanto tempo ele necessitaria para se habilitar a esses recursos? Quais são exatamente as garantias que o BNDES exige para que alguém se habilite a um crédito?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Só as ações da empresa comprada, nenhuma outra garantia. Qualquer pessoa pode habilitar-se ao financiamento sem nenhuma garantia adicional.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, antes a pessoa precisa adquirir as ações, levar as ações?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não. Ele faz a reserva das moedas, participa do leilão, faz o pagamento, ou seja, deposita as moedas e dá as ações em garantia no mesmo momento.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Qualquer um?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Qualquer pessoa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essa é uma informação que nós não tínhamos. Sempre houve uma minoria com acesso aos recursos, e esse fato, sobretudo, deve ocorrer na história mais recente do BNDES.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Gostaria até de lembrá-lo que em todos os processos temos tido a participação dos trabalhadores das empresas. Na própria CSN, tivemos 31 mil trabalhadores que participaram da privatização e que hoje são acionistas da empresa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu sei, conheço bem esse processo, isso foi evidentemente negociado pelo Clube de Investimento dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eles formaram um grupo para poder comprar em bloco.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Os trabalhadores nem chegaram perto do BNDES. Esse clube, evidentemente, foi que chegou.

A Comissão, através do Presidente, fez um requerimento ao BNDES, em 8 de junho de 1993, que já foi reiterado pela segunda ou terceira vez no prazo de 10 dias. Devo alertá-lo de que só isso constituiria um ilícito e que poderíamos evidentemente acionar o Ministério Público para agir. Mas não é esse o intuito, queremos uma colaboração que seja razoável, porque, senão, teremos que usar dos meios legais para coagir a instituição a nos fornecer as informações solicitadas.

No requerimento, enviado ao BNDES em 8 de junho, pelo Presidente desta Comissão, eu solicitava, no prazo de 10 dias, a quantidade e os tipos de moedas existentes em carteira, neste agente financeiro; bem como informações sobre quem e a que preço foram as mesmas adquiridas.

Em 24 de junho, tivemos informações de que as debêntures: quantidade 31 mil, valor 41,4 milhões de dólares. E assim temos 13 informações incompletas, não se sabe de quem, nem quando, nem quanto, nem a que preço foram adquiridas.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Senador, se V.Exª me permitir, talvez eu possa esclarecer melhor a questão.

Esses créditos jamais foram adquiridos pelo BNDES. Como disse a V.Exª, são subscrições, por exemplo, de debêntures, que deveriam ter sido pagas pela SIDERBRÁS e não o foram no passado, são créditos. É como está escrito aqui, na segunda linha...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas são créditos de quem? Vieram de onde?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Aqui são debêntures, está escrito SIDERBRÁS. São debêntures da SIDERBRÁS que foram subscritas pelo BNDES há 10, 8 ou 6 anos e que esta empresa não pagou. Esses títulos foram transformados em moedas de privatização através do processo de securitização.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.Sª subscreveu "adquiriu debêntures". Há um processo de aquisição. Então o BNDES não é titular, se é titular adquiriu. Isso é elementar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Perdão, talvez tenhamos sido técnicos na resposta e não tenhamos tido a preocupação - falha nossa - de esclarecer exatamente que um crédito, nesse caso, representa exatamente a subscrição de uma debênture. Não é uma aquisição, é uma subscrição, porque era uma debênture a ser resgatada, e não o foi. Então é um crédito que continuou na carteira do BNDES, como vencido e não pago, sendo transformado então em moeda.

Não sei se esclareço a dúvida de V.Exª.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu entendo, evidentemente não há como fugir: se alguém é titular de um crédito ele, necessariamente, adquire esse crédito, ninguém pode ser titular sem adquirir. Eu entendo a preocupação que houve, extremamente técnica. Mas quero saber - agora vou explicar-me de uma forma descritiva - como o BNDES subscreveu esse crédito. Para mim, no momento em que ele adquire a titularidade, ele tem a propriedade desse direito. Todos os direitos são adquiridos, de uma forma ou de outra.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O crédito é um direito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Tem várias maneiras, o senhor pode comprar; eu não falei compra e venda.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Por isso não dissemos que compramos, mas temos um crédito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A aquisição é o gênero, a compra e venda é uma forma de aquisição. Poderia ser a transação, poderia ser uma maneira mais variada possível de formas de aquisição.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A compensação de débitos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Exatamente. Existem "n" fórmulas, porque a aquisição..

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Que se constituíram em créditos no final.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, mas eu quero saber de quem e quando.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Da SIDERBRÁS. Só ficou faltando o "quando", Senador, mas posso informar-lhe também.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E qual foi o valor dessa aquisição?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O valor nós temos aqui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Foram evidentemente subscritos nesse valor?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Nesse valor, em dólar.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Relator, o depoente está afirmando que o BNDES só dispõe de debêntures da SIDERBRÁS em termos de moedas de privatização. É o único título que o BNDES tem?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Temos também dívidas vencidas.

O SR. EDSON SILVA - Quais?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.Sª pode consultar sua assessoria, Dr. Delben?

Evidentemente que essa resposta veio muito resumida.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu vou explicar para evitar confusão, pois, às vezes, não conseguimos nos lembrar no momento certo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quero saber como foram constituídos esses créditos. Para mim, botei o gênero, porque a construção de créditos é uma forma também de aquisição. Disse tudo isso como "aquisição", não falei compra e venda, não falei em nenhuma outra forma, fique no gênero e não na espécie.

V. Sª terá que fazê-lo também por escrito.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Vou tentar explicar da melhor forma possível, Senador.

No passado, o BNDES financiou a COSIPA, a AÇOMINAS, a CSN e diversas outras empresas. Como não tivessem sido honrados, esses financiamentos

foram então sendo acrescidos das despesas normais de juros e correção monetária ao longo do tempo. No momento em que estas dívidas foram consolidadas, a SIDERBRÁS que era a holding controladora dessas empresas, passou a ter o controle, recebeu essas dívidas, assumiu essas dívidas e, com essas dívidas, aumentou o capital dessas empresas. Essas dívidas foram então transformadas em debêntures, entregues ao BNDES como forma de pagamento daquela dívida, que, nesse momento, adquiriu a titularidade das debêntures. Antes, ele era o titular das dívidas, dos créditos. Agora, ele securitizou e fez posteriormente a venda.

O SR. PAULO RAMOS - Permite V.Exª um aparte?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com todo prazer.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, é importante a presença do Presidente do BNDES aqui para que possamos esclarecer alguns pontos, pois estamos constatando que o BNDES, sob a sua Presidência, não tem colaborado com os trabalhos desta CPI, dando-nos a impressão de que pretende esconder alguma coisa. Essa tem sido a nossa preocupação, na medida em que a CPI tem o objetivo de investigar possíveis irregularidades naquele órgão.

Na medida em que o Programa Nacional de Desestatização foi gestado durante uma administração comprovadamente corrupta, inclusive com a participação do BNDES, esse procedimento só contribui para que a desconfiança recaia sobre os novos dirigentes, uma que a informação dada pelo BNDES é abusiva, desrespeitosa...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO RAMOS - Deixe-me primeiro concluir.

Já não é o primeiro requerimento de informação encaminhado ao BNDES, que não cumpre o prazo solicitado e quando o faz é de forma lacônica, enviando pilhas de documentos sem nenhuma interpretação, o que não é correto, principalmente tratando-se de um órgão governamental.

Quando estivemos com o Presidente da República, Sua Excelência afirmou que o maior interesse do Governo é a apuração de tudo que aconteceu e que está acontecendo no Programa Nacional de Desestatização. Quem não quer ser confundido com todo o escândalo que houve durante o Governo Collor e quem tem responsabilidade pública, deve compreender que tem também o dever de colaborar com os trabalhos da CPI. Essa colaboração não tem sido constatada através das ações do BNDES. É uma preocupação nossa, e a presença de V.Sª aqui serve para que possamos fazer este tipo de alerta.

Já a informação neste documento comprova que houve a mais completa má vontade, e não sabemos se há o desejo de ocultar. Espero sinceramente que não haja e que o relacionamento da CPI com o BNDES seja respeitoso, mas um respeito que precisa ser mantido, com o BNDES cumprindo o seu dever de informar com clareza as solicitações feitas pela CPI.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Deputado, respeito a sua opinião, mas não concordo. O fato de o BNDES ter sido o banco responsável pela gestão do processo de privatização quer seja durante o Governo Sarney, quer seja durante o Governo Collor, quer seja durante o Governo Itamar Franco, de maneira nenhuma o identifica com a eventual corrupção que tenha havido no Governo Collor.

O BNDES é composto de um corpo técnico da maior qualidade, e a sua acusação, Deputado, permita-me, é um pouco leviana.

O SR. PAULO RAMOS - Não é leviana.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Chamar um corpo técnico inteiro de corrupto é, no mínimo, leviano, Deputado; permita-me, com todo o respeito que o senhor me merece...

O SR. PAULO RAMOS - Não lhe permito, porque...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - ...porque não se pode chamar alguém de corrupto sem provas, e o senhor não as têm, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - Não estou chamando o corpo técnico.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O senhor chamou todos de corrupto.

O SR. PAULO RAMOS - Não estou chamando o corpo técnico, nem todos de corrupto. Estou dizendo...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O senhor chamou de corrupto aqui e agora.

O SR. PAULO RAMOS - Não, não chamei.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Seria possível ouvir a fita?

O SR. PAULO RAMOS - É possível ouvir a fita e quero dizer que V.Sª...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - E digo mais. Eu o ouvi, Sr. Deputado; agora o senhor me ouça...

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me concedesse a palavra para dizer ao Presidente do BNDES...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O senhor pode me aguardar, por favor.

O SR. PAULO RAMOS - Não aguardo não, quero falar agora, Sr. Presidente, quero que V.Exª...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sr. Deputado, o que acontece é o seguinte...

O SR. PAULO RAMOS - Quero a palavra, porque ...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Todas as informações solicitadas pela CPI foram prestadas na hora certa.

O SR. PAULO RAMOS - O Sr. Delben Leite está torcendo as minhas palavras e tentando, com um falso amor corporativo, defender...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não existe amor corporativo, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - Da sua parte sei que não existe, dos funcionários e dos técnicos do BNDES sei que existe, mas daqueles que...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Deputado, o senhor é meu convidado para ir ao BNDES e conhecê-lo mais de perto.

O SR. PAULO RAMOS - Mas por parte daqueles que dirigem o BNDES e o envolvem em atos de corrupção não há amor corporativo. E o BNDES está envolvido, desde o Governo Sarney, passando pelo Governo Collor, em inúmeros fatos de corrupção dos quais esta CPI já dispõe de documentos para comprovar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não existe isso, Sr. Deputado. É a sua opinião e não é verdadeira.

O SR. PAULO RAMOS - Portanto, quero dizer a V.Sª que não torça as minhas palavras, querendo assumir a defesa de um órgão que V.Sª não tem respeitado na Presidência.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Respeitei sempre, Deputado, respeito V.Exª e digo que o BNDES tem trazido todas as informações necessárias, solicitadas pela CPI.

O SR. PAULO RAMOS - Não tem trazido. Sou um democrata que respeito a democracia e a pratico em todos os dias da minha vida e espero - espero - que a apuração desta CPI não envolva V.Sª.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Jamais envolverá, Deputado, e ninguém do BNDES.

O SR. PAULO RAMOS - E mais, espero também que V.Sª assuma as responsabilidades que lhe cabem, trazendo as informações que são solicitadas por esta CPI, porque se o fizesse, o Relator não estaria tendo a necessidade de destrinchar um documento rude e desrespeitosamente elaborado.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O documento respondeu a pergunta, conforme ela foi feita.

O SR. PAULO RAMOS - O documento não respondeu a pergunta conforme foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, realmente devo dizer ao Presidente do BNDES, Dr. Luiz Carlos Delben Leite, que a resposta não atendeu às minhas expectativas. Vou lê-la para V.Sª - evidentemente, acredito que não foi V.Sª que a elaborou, mas sim algum assessor. Não vou aqui estabelecer uma contrariedade que me parece, neste momento, imprópria, mas vamos analisá-la.

"Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através de Requerimento nº 002/93 CN, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização, solicito a V.Sª encaminhar a esta CPMI, no prazo de 10 dias, as quantidades e os tipos de moedas podres..."

- evidentemente que é uma forma de comunicação; também concordo com V.Sª que não se chamam moedas podres, mas isso parece-me irrelevante. É a maneira de comunicar-se, porque isso é tido hoje como um dado corrente -

"...existentes em carteira nesse agente financeiro, bem como, de quem, quando e a que preço foram os mesmos adquiridos."

É nessa situação, evidentemente, que queria analisar, Dr. Delben. Preciso analisar e podemos até estabelecer um requerimento diferente para ser mais amplo. Quero - é um dos existentes em carteira - saber sobre toda essa moeda destinada então ao Programa de Desestatização.

Gostaria de saber mais do BNDES. Evidente que não é da sua gestão - não estou levantando uma questão pessoal, enquanto é institucional - mas quero saber, por exemplo, aqui, como foi inclusive estabelecido esse custo de moedas de privatização? Por exemplo, não sei as razões que levaram o BNDES a securitizar dívida da União referente à desapropriação de um porto fluvial em Belém do Pará; possivelmente o senhor não sabe agora, evidentemente que não, mas que me desse então um quadro explicativo das razões; o porquê - certamente existe no histórico da instituição - de ter sido esse porto fluvial do Pará. De quem era? Por exemplo, nesse caso específico, em que condições, em que valores foram desapropriados? Quer dizer, essa coisa toda. Gostaria que tudo isso fosse informado a esta CPI, as razões que levaram, evidentemente, e qual o histórico de cada caso.

Por outro lado, queremos ver como foi feito esse grande mercado das moedas e temos elementos muito claros de como se movimenta esse mercado antes mesmo de ser securitizado. Não estou acusando ninguém. Mas é interessante que alguém tenha começado a ter informações privilegiadas na época, isto é, antes do processo de privatização e iniciou-se um comércio; já estamos visualizando; e também é difícil entender por que não foi, por exemplo, tentada, também, a desapropriação de

outros bens, de outros créditos. Parece-me que isso precisa de uma explicação, porque entendemos que as moedas que foram securitizadas teriam uma razão de ordem pública; mas, quer dizer, pinçar um fato específico... queremos chegar nesse ponto.

Então, para resumir. É evidente que a resposta é insatisfatória, e eu fiz questão de registrar isso porque queremos, sobretudo, estabelecer um relacionamento claro, visível. Veja, investigamos o Presidente Collor, investigamos um Presidente da República e as informações nos foram dadas na maior lisura, não tivemos problemas com informações. E estávamos, aparentemente, investigando os atos de um Presidente.

Aqui, não; estamos em uma coisa bem distante; quer dizer, não há razão para que as informações realmente sejam tão reticentes ou tão econômicas, eu diria.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Foram talvez sucintas.

Veja bem, Senador, queria só acrescentar o seguinte: quando se fala em moeda se entende, no caso, a moeda própria, debênture. Mas, na verdade, o que V.Ex^a quer é uma informação mais completa. V.Ex^a quer saber desde a origem da formação do crédito, digamos, até agora.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Agora não, estou alterando aqui e se V.S^a quiser, faremos por escrito. Mas quero deixar bem claro porque acho que nós todos estamos buscando um nível de entendimento. Preciso efetivamente trazer agora desde a origem; segundo, que créditos foram constituídos em favor do BNDES, em que circunstâncias?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Informaremos todos os detalhes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos colocar uma data que no meu entender deveria ser de 1990, ou seja, de janeiro de 1991

O SR. PAULO RAMOS - Senador, permita-me?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Há créditos anteriores, Senador.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas não quero de 20 anos. Não sei se o senhor está entendendo.

O SR. PAULO RAMOS - O Programa Nacional de Desestatização começou no Governo Collor, desde 1990. Desde Sarney, mas a Comissão está apurando de uma data, lamentavelmente. De qualquer maneira convém, pelo menos, buscar esse fluxo a partir de 1986 - pelo menos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não tivemos privatizações em 1986.

O SR. PAULO RAMOS - Não, mas é isso que estou dizendo: temos que saber se houve informação privilegiada.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É porque esse cesto de moedas, ele realmente é...

O SR. PAULO RAMOS - Se me permite, de 1986, já é um prazo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas tudo bem, aceito a ponderação. Acho que não haveria dificuldade.

Gostaria agora de saber do Presidente e até dos técnicos se existem dificuldades; não queremos aqui buscar uma massa de informações; posso reduzir, evidentemente, aceito a moderação, mas quero fazer essa consulta, preciso tomar uma decisão, porque senão vamos ficar num tema e eu...

O SR. PAULO RAMOS - Quero dar uma explicação, já que V. Ex^a acolheu a ponderação. Vamos ter a oportunidade de verificar o movimento nesse período; se o objetivo é saber de informação privilegiada ou de qualquer coisa vinculada, temos que ter como comparar, pelo menos, com uma pequena fase anterior. E a movimentação desses títulos do BNDES, certamente, não foi uma movimentação tão grande assim; ela deve ter sido intensa exatamente no período que antecedeu a privatização, se é que aconteceu.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Perfeito, vou ouvir o Presidente após a consulta. Precisamos, realmente, esclarecer muitos pontos.

Sr. Presidente, gostaria de saber se V.Ex^a considera razoável que as informações sejam fornecidas a partir de 1986.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Está ótimo. Vamos levantar os dados, aí no caso, crédito por crédito que existia e traremos, então, até a data que foi feita a securitização, que foi transformado em debêntures.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E as aquisições posteriores a essa data...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Posso lhe informar, Senador, que não há nenhuma aquisição.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nenhuma conversão, então, como o senhor quer.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, nenhuma aquisição de moeda em qualquer...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, no mercado não houve. Evidentemente, não falei em aquisição no mercado. O banco é titular, houve uma aquisição, não há como fugir. Há aquisição; apenas a forma, a espécie, que foi conversão, que foi compensação, enfim, cada caso é um caso. De qualquer maneira, quero saber, então, como foi obtida, se lhe soa mal a idéia da aquisição?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Em princípio, vou lhe dar a informação completa, por escrito, a partir de 1986. Mas quero deixar claro o seguinte:

sempre as moedas do BNDES decorreram da transformação de créditos vencidos e não pagos pelas empresas estatais, que foram securitizados, sob forma de debêntures.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Só de empresas estatais?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Exatamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então o senhor pode passá-las para mim. Poderia haver também de empresas privadas?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não há.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Bem, quanto a esse ponto acho que está claro.

Prossigo, Sr. Presidente, num ponto agora mais amplo, como era o meu desejo. Nós temos uma preocupação Dr. Delben, a respeito de um plano mais amplo que é: Qual a política industrial do País - porque entendemos que o País realmente necessitava retirar-se de certos setores da economia, onde foi importante a presença do Estado, por exemplo, no setor petroquímico; onde hoje, inclusive, se reclama a permanência da PETROQUISA, ao menos nas empresas em primeira geração, e a saída, por exemplo, do setor siderúrgico, que me parecem setores maduros da economia. É claro que esse deveria ser um programa conjugado com uma política industrial do País; e aliás isto é o que, de certa forma, prevê a Lei nº 1.081, num dos seus objetivos.

Qual é a política para superar esses vazios da saída do Estado. A presença do Estado não foi um retrocesso, apesar de se dizer que tenha sido. Na verdade não foi isso; o Estado foi o grande alavancador do desenvolvimento industrial no País. Isso é uma questão que não podemos negar. Então, talvez o Estado tenha que buscar parcerias em outros setores e, ao menos, criar oportunidades para que a iniciativa privada possa assumir esse papel.

A nossa preocupação é com investimentos. Se o Estado perder a capacidade de investimentos pode levar o País a um vazio, como aconteceu com a Argentina. Quando se chama a Argentina, chama-se uma farsa, uma mentira e não podemos mais enganar o Brasil dizendo que foi a solução.

Vejam o que está acontecendo na Argentina - ontem foi noticiado na Folha de S. Paulo. Pode ser que não seja o retrato final e verdadeiro, mas esse retrato já me foi repassado, sobretudo, por pessoas da área diplomática - eu diria assim - que vivem na Argentina, onde "as filas se estendem interminavelmente diante de todos os hospitais, onde o número de doentes aumentou 30% em cinco anos, enquanto que o de médicos e enfermeiros caiu 70%". Aqui vem mais um ponto que poderíamos destacar: "a vida na Argentina tornou-se tão cara como na França ou nos Estados Unidos, os yuppies, armados de seus telefones celulares, invadiram os bairros caros, e o salário mínimo não passa de US\$ 200 mensais; o índice de desemprego chega a 9,9% e o de subemprego, a mais de 12%"; enfim, a estagnação industrial. Este quadro não é o paraíso que se apregoa.

Esta, então, é a minha preocupação, porque não estamos aqui apenas, evidentemente, para pensar nas investigações, não; queremos ter, efetivamente, uma maior amplitude. O problema da desestatização deveria ser um processo dirigente, saído do Estado, buscando-se o melhor preço, mas isso é um tópico que depois quero explorar; mas, sobretudo, temos que pensar no crescimento econômico do País. Era isso?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Estou de acordo. Temos, realmente, que pensar no crescimento da economia.

Senador, no Governo Collor foi anunciada pelo menos, talvez não complementada, uma política industrial e do comércio exterior - a PICE - que tinha como um dos seus corolários o problema da qualidade e da competitividade. Parece-me - isso agora é uma dedução em função de todas as declarações e de todos os enunciados que foram feitos no próprio Governo Collor - que chegou-se à conclusão de que estas empresas estavam obsoletas, o que se pode constatar pela própria necessidade de novos investimentos para atualizá-las tecnologicamente. Na COSIPA - um caso que me vem a memória agora - serão necessários investimentos da ordem de US\$ 700 milhões, nos próximos cinco ou seis anos, para que se possa atualizá-la tecnologicamente.

Precisar-se-ia, então, recursos adicionais do próprio Estado para se investir nessas empresas e para torná-las, então, competitivas a nível internacional. Desta forma, pode-se ter seus produtos, em termos de qualidade e preços, competitivos suficientemente; pode-se, também, com isso, introduzir na economia brasileira maior eficiência no próprio tecido industrial, tendo em vista que, normalmente, são empresas não mais estratégicas, mas ainda empresas - digamos - importantes no insumo de matérias-primas. Não mais estratégicas e com peso relativo menor - no caso, as siderúrgicas - em relação, digamos, ao passado, tendo em vista a substituição desses produtos por produtos sucedâneos que os substituem de forma mais eficiente e barata.

Outro aspecto que me parece fundamental na determinação do processo de privatização derivaria da incapacidade do Estado, tendo em vista as suas próprias condições econômico-financeiras, de efetuar os investimentos necessários, e da constatação de que - digamos assim - a administração dessas empresas, no âmbito do Estado, tendo em vista todas as influências a que ficam sujeitas, deixariam ou deixam, na verdade, de permitir que elas fossem mais eficientes. Não que o Estado seja um mau administrador - você pode ter bons administradores no Estado ou na iniciativa privada - mas mais em função, digamos, de todas as questões políticas envolvidas que, muitas vezes, contemplam ou são obrigadas a contemplar acordos, onde os fatores objetivos da necessidade de a empresa ser bem administrada nem sempre são observados com rigor.

Isso acabou induzindo ineficiências que se acumularam durante o tempo e que redundaram, segundo as análises que temos hoje, em investimentos maciços do Governo Federal nessas empresas, sem obter delas retorno. Portanto, tratava-se também da necessidade da reforma do papel do Estado, porque acumulamos uma grande dívida social - penso que esta é hoje uma constatação do próprio Governo Itamar Franco - e temos hoje enormes problemas de saúde, temos problemas na Previdência, temos problemas seriíssimos na área de educação, onde recursos adicionais são necessários e sobrecustos não existem. E essas empresas, além de estarem promovendo prejuízos ao longo do tempo, também não estavam recolhendo os seus impostos regularmente; e são impostos bastante importantes, em termos de valor, tendo em vista o próprio porte dessas empresas. Então, o Governo também, além de ter que aportar recursos, não recebia a contrapartida de impostos que, normalmente, uma indústria deve trazer.

Parece-me, portanto, que essas questões determinaram e determinam hoje o Programa de Privatização, ou seja, introduzir-se a eficiência e competitividade no setor industrial brasileiro nessas matérias-primas, que são bastante importantes e até fundamentais; reduzir-se o déficit público e contribuir também para a redução da dívida pública através do processo de privatização; reformar o Estado, tirando-o da participação desses setores, fazendo com que ele possa voltar-se para as questões mais importantes da saúde e da educação, enfim, para as questões sociais do País.

Como política industrial, sem dúvida alguma, a busca da qualidade e a busca da competitividade também determinaram ou determinam o processo de privatização, ainda que o País como um todo - o senhor tem razão - não tenha hoje uma política industrial.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esse vazio me preocupa.

A questão, evidentemente, precisa ser enfrentada de acordo com um panorama legal. Vivemos numa democracia e, sobretudo, num Estado de direito, e a lei deve ser observada a qualquer preço.

Veja V.^{sa} que esses princípios, sobre os quais vou ler, constantes da Lei nº 8.031, de 1990, não são novidade, mas uma repetição que vem praticamente desde o primeiro decreto, ainda à época do Beltrão, que foi o primeiro a se pronunciar sobre o tema. Diz o seguinte:

"É instituído o Programa Nacional de Desestatização com os seguintes objetivos fundamentais:

- Reordenar a posição estratégica do Estado - o senhor acentuou, mais ou menos, esse ponto - na economia, transferindo a iniciativa privada a atividades individualmente exploradas pelo setor público.

- Contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo com o saneamento das finanças do setor público.

- Permitir a retomada de investimento nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas da iniciativa privada".

Esse é um ponto que realmente deveria ter constado de uma cláusula nessas transferências, para esse compromisso ser claramente visualizado. Essas transferências, evidentemente, têm um escopo, um fundamento legal. Essas empresas, até agora - segundo temos observado nos depoimentos - não têm investido maciçamente; têm feito investimentos de rotina, que, aliás, vinham sendo feitos até em maior quantidade quando ainda na condição de empresas públicas. Portanto, esse ponto deveria constar expressamente dos editais, para que quem adquirisse se comprometesse, inclusive com o poder fiscalizador do órgão gestor, que seria o BNDES, o órgão mais apropriado.

Continuando a leitura:

- "Contribuir para a modernização do parque industrial, ampliando a competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia.

- Permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença dos Estados seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais.

- Contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo de ofertas de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa".

Em relação a essa questão, poderíamos ter pensado em alguma forma que não fosse o leilão maciço, mas, sim, pensando inclusive na venda, um programa de pulverização desses capitais na Bolsa de Valores, como aconteceu. Na minha opinião, o modelo exclusivo do leilão não foi a maneira mais inteligente, até porque - a lei previa, era um dos objetivos legais - se poderia ter buscado resultados melhores. Não vamos dizer que todo o programa foi concebido de forma perversa. Aqui foi uma repetição, e até vários dispositivos foram introduzidos no próprio Congresso brasileiro. Não foi uma repetição da medida provisória que veio do Presidente Collor.

Quero apenas dizer que, nesses objetivos, poderíamos ter redimensionado esse programa. E, nesse particular, creio que o Governo Itamar Franco perdeu também uma oportunidade. Fala-se agora nessas idéias, com as quais concordo plenamente, inclusive foi sugestão inicial desta CPI e se discutiu aqui. Abriu-se o leque de compradores, porque assim poderíamos ter leilões. Na verdade, hoje se sabe quem são os compradores e quanto vão pagar, com algumas exceções, e a mais surpreendente é a COSIPA. No leilão dessa empresa, dizia-se que não haveria compradores e que ela era

absolutamente inviável, mas, na verdade, dobrou-se o seu valor mínimo. Parece, portanto, que alguma coisa nessa avaliação não estava correta. Fez-se um discurso absolutamente negativo, e, não obstante, o mercado reagiu. Que explicação o senhor tem para esse fato?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu teria condições de aduzir uma informação que me parece importante. Eu diria que dois aspectos foram fundamentais para que se alcançasse o sucesso obtido na privatização da COSIPA. Um deles foi uma alteração na modelagem de venda, que, aliás, partiu de uma decisão da própria Comissão Nacional de Desestatização; foi discutida no Palácio do Planalto com o Presidente Itamar Franco, com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro Alexis Stepanenko, com o Líder Roberto Freire, e que dá conta da venda da parcela que se refere ao controle do capital da empresa, e não do total das suas ações.

Com isso, o valor efetivo vendido, quer dizer, o valor de cruzeiros envolvidos era menor do que a venda global. Então, foi vendido o controle, e o Governo continuou com uma parcela de ações em seu poder, ações que não lhe permitem o controle do capital da empresa, mas que lhe permitirão, mais tarde, usufruir da rentabilidade dessa empresa, agora bem administrada, e poderá vender, então, no mercado, auferindo um lucro maior. Isso permitiu, tendo em vista esse valor menor - ou seja, o percentual menor do capital vendido, o volume menor - acirrar a disputa pelo controle acionário da companhia. Esse foi um fator que me pareceu importante para determinar esse sucesso.

O segundo, eu diria que foi a ação do próprio Governador Luis Antônio Fleury Filho no Estado de São Paulo, onde S.Ex.^a procurou estimular diversos grupos empresariais a participarem do processo de privatização. Fez inclusive uma visita à COSIPA e provocou todo um fato político, que acabou realmente chamando muito mais atenção, de forma que a disputa foi muito grande no leilão. Tivemos a participação ativa de três ou quatro grupos no leilão, elevando, então, o preço até o lugar em que chegou. Esses dois fatores, portanto, acredito que explicam esse valor maior de ágio obtido na venda.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Na verdade, temos o diagnóstico de que a metodologia de avaliação poderia ser questionada, sobretudo pela própria estrutura das nossas empresas. Poderia ser válida, talvez, para uma empresa européia; mas para o Brasil, temos, por exemplo, um capital imenso que não tem nenhuma relação com o fluxo de caixa; pelo contrário, até deduz.

Vou dar como exemplo o setor imobiliário. Entre as nossas empresas estatais, num dado momento da década de 70, havia uma espécie de entendimento geral de que se deveria investir muito no setor imobiliário. Por isso, a AÇOMINAS, por exemplo, tem hoje uma área de 13.500 hectares de terra extremamente valorizados, que poderiam, inclusive, ser absolutamente destacadas da empresa que não iriam alterar em nada o seu fluxo de caixa. Essa metodologia está desprezando, é evidente, todo o capital. Por outro lado, ela seleciona perversamente dados que levam sempre ao achatamento nas avaliações.

Já discuti inclusive aquela cláusula que há nos contratos dos consórcios, que é o prêmio. Esse prêmio pode chegar aqui ao valor de 0,35%. Isso também é um estímulo para que os consórcios avaliem a menor para extrair ainda essa vantagem a maior depois, se houver essa disputa e, conseqüentemente, um ágio.

Teríamos muitos fatos a analisar, mas vou me deter na AÇOMINAS, porque estive, na segunda-feira, em Minas Gerais e achei, criticamente, que não podia resistir àquele laudo. E o Tribunal de Contas, na quarta-feira, acompanhou esse entendimento.

Em que pesem as ponderações do Presidente da Comissão de Desestatização, na verdade, esses valores seriam insustentáveis, não resistiriam, em momento algum, a uma análise da legitimidade dessa avaliação. Veja que poderíamos citar o caso dos examinadores de perfis e trilhos, que estão praticamente encaixotados ou sendo montados, que valem 600 milhões de dólares; as obras civis já foram implementadas pelo valor de 400 milhões de dólares. Isso está sendo absolutamente desprezado nessa metodologia, evidentemente, do fluxo de caixa descontado.

Esse é um patrimônio do povo brasileiro; nós é que estamos pagando. Será que seria lícito vender a empresa, o imóvel, etc., etc., dentro dessa perspectiva?

Assim, a CSN. Essa metodologia, realmente, não foi de buscar o preço mínimo; não o foi no meu entender e creio que também no entender do povo brasileiro. Mas isso vai ser passado a limpo, não vai ficar desse jeito! Não estou responsabilizando ninguém, mas vai ser difícil o povo brasileiro digerir isso. Qualquer governo legítimo que vier em 94 vai rever este processo. Porque é impossível que se assalte dessa maneira aparentemente lícita - e não estou estabelecendo responsabilidades, porque o senhor está cumprindo a lei; mas essa metodologia empregada dificilmente vai resistir no tempo. Tirou-se um presidente, e isto não foi gratuito. Tenho certeza de que um governo que tenha um compromisso popular vai rever isso. Mas é evidente que, se vier dentro dessas mesmas idéias, a coisa vai ficar definitivamente como está.

O que o senhor poderia me agregar, ou justificar, ou até pensar num modelo diferente, porque, se mudássemos o sistema de leilões, teríamos então as ações no mercado e uma série de oportunidades de, talvez, melhorar esse ingresso de recursos no patrimônio público.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Senador, eu me permitiria dizer ao senhor o seguinte: o método de avaliação que tem sido utilizado no Brasil no programa de privatizações não é inédito, não é invenção brasileira e não é uma tecnologia que foi aqui desenvolvida. Esse é um método que tem sido utilizado em todos os países do mundo na avaliação das empresas, e tendo em vista que quando se destrincha, quando se vai ao âmago da sua formulação, ele acaba se mostrando a melhor forma de determinar o valor de uma empresa. Tanto é que diversos países no mundo têm utilizado essa forma para vender suas empresas e para estabelecer o valor mínimo de venda.

Se eu disser: "mas é o valor exato", é lógico que o valor exato não existe, porque há uma série de fatores altamente objetivos, mas há também um pouco de subjetividade na análise. Prova disso é que temos duas avaliações, e foi introduzida a possibilidade de se obter uma terceira avaliação, quando houver diferença que supere os 20% entre a primeira e a segunda. Essa terceira avaliação seria para resguardar o interesse público e evitar que qualquer subavaliação acabe prevalecendo, mesmo para o estabelecimento do valor mínimo.

Agora, estabelecido o valor mínimo, há ainda o leilão, onde os grupos interessados, as pessoas interessadas vão ofertar os seus lances, o que normalmente eleva o valor total da venda. É um método, e é o método mais técnico que existe até hoje. Se descobrirmos um método melhor ou se recebermos sugestões de um método melhor, estaremos evidentemente dispostos a levá-las às autoridades competentes, às autoridades que decidem, para que, depois de analisadas, sejam adotadas.

Até agora isso não aconteceu, e temos, digamos, procurado seguir a lei rigorosamente. Eu diria, Senador, que o processo de privatização brasileiro é o processo mais rigoroso, mais minucioso que se observou até hoje em todos os países que desenvolveram a privatização. Mais rigoroso e mais minucioso.

Eu citaria, inclusive, Senador, o caso do prêmio que o senhor mencionou: temos tido um prêmio de até - como o senhor falou - de 0,35%, não é? Tenho conhecimento de casos - por exemplo, da empresa RUMASA, na Espanha - onde o prêmio foi de 1%. Há o caso da Colômbia, com prêmio de 2%; o caso da Nova Zelândia, com prêmio de 1%; Portugal, com 2,5%; Turquia - o único abaixo de 1% - 0,5%; e o caso de Costa Rica com 5%. O prêmio é estabelecido em função do sucesso da venda, não do trabalho de avaliação, ou seja, é uma forma a mais de estimular a obtenção do melhor valor de pagamento final da empresa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não acha que deveria avaliar menos?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não no valor final da empresa, porque é o sucesso da venda.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, e quanto menor for a avaliação, maior a diferencial, maior a vantagem?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, mas não é sobre o diferencial: é sobre o valor total.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, sobre o valor total.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sobre o valor total.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos aqui analisar o que foi dito: "a eleição de elementos, a eleição de dados na estruturação desse preço".

Veja, por exemplo, que o Tribunal de Contas apresenta uma série de distorções. De resto, estamos analisando outras avaliações e esses mesmos dados se repetem, pelo menos no caso da ULTRAFÉRTIL, que foram tão divulgados os elementos.

Quer dizer, o senhor acha isso também normal?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, eu diria...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O método é universal. E a forma de aplicação dele?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu diria, Senador...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nessa visão crítica, o BNDES não deveria ter, em cada caso...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu diria, Senador, o seguinte, se me permite: o TCU não chegou à conclusão. Ele pediu um adiamento do prazo para aprofundar as averiguações e chegar ao seu laudo final a respeito da AÇOMINAS, na medida em que existem ou apareceram divergências entre os membros que assessoram o TCU para a revisão do trabalho, para que eles possam terminar o trabalho de avaliação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas constatamos em vários deles essa divergência.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Temos que aguardar o final do desenrolar dos acontecimentos, e se o TCU apontar falhas...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não nesse, em outros fatos.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - ... se apontar falhas, falhas essas que não foram encontradas em processos anteriores, cujos laudos foram aprovados pelo próprio Tribunal de Contas da União e em processos onde os mesmos procedimentos foram adotados, procedimentos exatamente iguais; então, se forem apontados, evidentemente vamos rever.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Acho que o BNDES, como gestor, deveria ser um zelador desse patrimônio.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Procuramos sê-lo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esses elementos deveriam ser escoimados inicialmente, para que efetivamente se buscasse uma lógica razoável na estruturação desses preços - citamos o caso da uréia, na avaliação da ULTRAFÉRTIL, por exemplo. Aqueles valores do Mar Negro, evidentemente, não eram os valores do mercado, ou não faziam uma média do mercado. Por outro lado, sempre buscando os elementos que mais reduzem os preços.

Há outro ponto. Os editais têm sempre sido claros no sentido de que os consórcios - as empresas de auditoria aqui - não podem prestar serviços de assessoria, etc., de auditoria nas empresas compradoras. No caso específico, a Booz Allen vem prestando assessoria à USIMINAS há muitos anos - a CPI, inclusive, já está de posse desses contratos.

Como o senhor verifica, é por essas circunstâncias que a USIMINAS é um dos principais possíveis compradores da AÇOMINAS. Não sou contra que ela compre, mas essa incompatibilidade...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A Booz Allen teria sido consultora da USIMINAS e também da AÇOMINAS?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ela é consultora da USIMINAS e avaliadora da AÇOMINAS, ela é que fez a avaliação, pelo menos em termos de edital.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Estou recebendo a informação de que existem duas empresas Booz Allen; uma de engenharia, outra de consultoria. Não se saberia qual delas estaria trabalhando para uma ou para outra. De qualquer forma, talvez sejam grupos ligados entre si.

Parece-me que não há impedimento legal quanto ao fato de a empresa trabalhar para a USIMINAS, e talvez não tivéssemos como impedir que uma empresa como essa participe do processo de licitação.

Em todo caso, é um fato novo que V.Ex.^a está levantando, e eu teria que fazer uma verificação melhor.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Este é um fato verdadeiro, constatado. O que nós achamos é que os critérios foram estabelecidos nesse sentido e para evitar esse incesto, eu diria.

Sei que há muitas perguntas de outros parlamentares, mas eu preciso perguntar mais, porque realmente é a oportunidade que temos de esclarecer muitos pontos. Mas, Sr. Presidente, em razão de estarem presentes outros parlamentares, vou paralisar neste ponto e dar oportunidade aos demais. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Tem a palavra o Deputado Edson Silva. V.Ex.^a terá dez minutos para formular suas perguntas e o depoente, igual tempo para respondê-las.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta CPI, Sr. depoente, aproveito a presença de V.S.^a depondo nesta CPI para fazer minhas as preocupações do Deputado Paulo Ramos, relativamente à forma, no mínimo displicente, com que o BNDES tem tratado os requerimentos de informações que temos solicitado a partir desta CPI.

Penso que é possível haver um relacionamento de entendimento, na medida em que creio que as partes estão interessadas - pelo menos este é o nosso propósito: que esta investigação seja feita da maneira mais transparente possível. O povo costuma dizer que "quem não deve, não teme".

Quero crer que a presença de V.S.^a possa restabelecer a expectativa que temos em relação ao BNDES, já que até aqui não foi possível ter essa crença, na medida em que o BNDES não tem atendido às solicitações. Entendo que não precisamos apelar para recursos judiciais, a fim de que esses pedidos sejam atendidos.

Queria fazer esse registro, na expectativa de que V.S.^a possa, ainda em tempo, corrigir essa distorção.

Gostaria que V.S.^a precisasse melhor o que atribuiu ser uma conquista do programa de privatização; precisar o que é redução da dívida pública e o que é redução do déficit público. Porque V.S.^a, interpretando, lendo, afirmando o que está previsto na Lei nº 8.031, também já diz isso. Como se materializam com o PND redução da dívida pública e redução do déficit público?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Tentarei responder de cabeça para evitar demanda maior de tempo, Deputado.

O SR. EDSON SILVA - Para que ganhássemos tempo, V.S.^a poderia fazer a explicação técnica e conceitual e depois nos remetesse. Aliás, aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para pedir - posso formular isto em requerimento - ao depoente que, se for possível, o BNDES nos informe em quanto a dívida pública e o déficit público já foram reduzidos com as mais de vinte empresas estatais privatizadas. Acredito que o BNDES tem esse dado e poderia colocar à disposição desta CPI. V.S.^a poderia se restringir à fundamentação conceitual e técnica.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Conforme é de conhecimento público - e eu me permitiria relembrar um fato que me parece importante ou a soma de alguns fatos - entre os anos de 1982 e 1992, tão-somente no setor siderúrgico, o Governo brasileiro aportou capitais da ordem de 21,9 bilhões de dólares, recursos estes todos eles dirigidos ao saneamento financeiro dessas empresas, tendo em vista os frequentes

déficits que essas empresas apresentavam. Esses recursos foram aportados sempre através de dispêndios do próprio Tesouro Nacional; recursos que não tiveram retorno, na medida em que o lucro produzido por essas empresas, considerado o mesmo período, atingiu a casa de aproximadamente 700 milhões de dólares.

Isso nos dá conta de que o déficit obtido nesse período - 82/92 - só das empresas siderúrgicas, seria da ordem de 21 bilhões e 200 milhões de dólares.

Como estamos, com o Programa de Privatização, contribuindo para redução do déficit público? Estamos estancando o aporte de recursos do Tesouro Nacional para o saneamento dessas empresas. Estamos, simplesmente, deixando de obrigar o Tesouro Nacional a cumprir os compromissos que as empresas não vinham cumprindo, quer seja no pagamento de salários, quer seja no pagamento de fornecedores, dívidas vencidas, etc.

Diria mais, que o déficit público vem sendo também reduzido, tendo em vista que cada uma das empresas privatizadas, à exceção de uma única, todas as demais vêm recolhendo seus impostos em dia, quando não o faziam anteriormente, ou seja, vêm contribuindo, inclusive, para aumentar a arrecadação do Governo Federal.

Então, em termos de déficit público, essa explicação parece-me que fica bem clara e caracteriza, efetivamente, o estancamento do déficit provocado pelo processo de privatização.

O SR. EDSON SILVA - V.S^a não está confundindo aporte, que V.S^a está chamando de déficit, com investimento? Seria ingenuidade pensar que uma empresa pode manter sua produção sem investimentos.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Deputado, estou falando em saneamento.

Normalmente, quando se faz investimento em uma empresa, a não ser o investimento inicial, os demais são feitos com o lucro que a empresa gera. É essa a fonte de financiamento básico para se financiar um processo de investimento; porque, muitas vezes, em função de fluxo de caixa, toma-se o financiamento de um banco e o complementa, mas tem que ter sempre lucro. Essa é uma regra no processo empresarial; e no setor público essas empresas jamais trouxeram lucros capazes de ressarcir essa despesa do Governo Federal, porque foram feitos sempre, e inclusive, para saneamento, ou seja, para liquidar débitos acumulados. Isso é que é importante. Então, trata-se, efetivamente, de redução do déficit público, complementado ainda pelo aumento de arrecadação de impostos. Esse é um ponto.

Quanto ao problema da dívida pública. Como tínhamos, e temos ainda, dívidas acumuladas - volto agora ao setor siderúrgico - digamos com o próprio BNDES, dívidas enormes, que o Governo Federal não tem recursos para pagar, na medida em que essas dívidas forem transferidas para a SIDERBRÁS, cujo único e majoritário acionista é o Governo Federal, foram securitizadas; e os credores dessas dívidas puderam vender esses títulos no mercado, e eles foram utilizados para pagar as empresas estatais, reduzimos a dívida pública na mesma proporção da venda das empresas estatais. Até à privatização da COSIPA, se não me falha a memória, ou melhor, sem a COSIPA, já tínhamos deduzido em 5 bilhões, 361 milhões e 400 mil dólares a dívida pública federal.

O SR. EDSON SILVA - Mas os títulos arrecadados não significam abatimento de dívida: eles são repassados. No caso da PETROQUISA, por exemplo, ela passou a ser credora dos títulos que foram usados na privatização das empresas estatais. Como que a dívida foi reduzida?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, nobre Deputado. Os compradores dos títulos, das moedas de privatização, na verdade, era uma dívida do Governo que passou a ser do setor público, e que pagou o setor público com essas moedas do Governo Federal. Isto quer dizer que o crédito que o BNDES tinha, digamos, junto à SIDERBRÁS, que era uma dívida da COSIPA, ou da CSN, ou da AÇOMINAS, foi transformado numa debênture, que ficou de posse do BNDES, que não podia receber esse valor. Então, ele vendeu para o comprador de uma dessas companhias esses títulos, e vendeu a prazo, e essa companhia pagou à empresa privatizada. A dívida que existia do Governo acabou, zerou; o Governo não tem mais essa dívida. Deputado. Efetivamente há uma redução da dívida pública.

O SR. EDSON SILVA - Gostaria, Sr. Presidente, de dizer que a informação que o Presidente do BNDES nos apresenta aqui não condiz com os levantamentos que temos e com o conceito que já formamos acerca do papel desses títulos na dívida pública. Gostaria, portanto, que o Presidente do BNDES nos remetesse, sistematizadamente, essas informações que ele está nos dando, porque, até onde tenho conhecimento, as informações não procedem.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Com relação à PETROQUISA, tenho uma informação adicional, Deputado.

O SR. EDSON SILVA - O depoente está prestando uma informação, um depoimento sob juramento.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - No caso da PETROQUISA o Deputado tem razão.

O SR. EDSON SILVA - E da PETROFÉRTIL também.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Também, porque a empresa fica com esses títulos; ela será credora, a longo prazo, do próprio Governo Federal. Ela vai também diminuir a dívida na hora em que utilizar esses títulos, digamos, se tiver

dividendos, para pagar dividendos ao Governo Federal. Dessa forma ela liquida também a dívida, entendeu? Ou seja, também contribui para reduzir a dívida pública.

O SR. EDSON SILVA - De toda a forma, admitindo-se como certa a sua informação relativa ao déficit público - que julgo que não seja, mas de toda forma admitindo-se que o seja - por que o Programa de Privatização não se limita às empresas que estariam proporcionando esse tipo de déficit público à que V.Sª se referiu? Afinal, não foram só empresas deficitárias que foram privatizadas.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sr. Deputado, essa decisão, como falei no começo, não cabe ao BNDES, e, sim, à Comissão Nacional e à própria Presidência da República. No entanto, acredito que exista uma lógica para isso, e estou informado de que existe. Na verdade, essas empresas, para se tornarem competitivas, para que possam desenvolver produtos com a qualidade requerida no mundo moderno, para que possam praticar preços capazes de competir no mercado internacional, elas necessitam de investimentos, de recursos financeiros para poderem se reequipar muitas vezes, para poderem se desenvolver, caso específico da PQU, por exemplo.

E o Governo Federal, tendo em vista essas dificuldades orçamentárias, não tem conseguido fazer isso, não tem recursos para fazer isso. O que tem impedido que essas empresas - tendo em vista que normalmente são empresas com elevado grau de endividamento - possam desenvolver-se e continuar, ao longo do tempo, se desenvolvendo, oferecendo empregos e oportunidades de trabalho.

Na medida em que estamos privatizando essas empresas, elas passam a ter essa capacidade, passam a ter condições de receber investimentos e continuar a crescer. Trata-se, também, de uma opção de Governo. Existem problemas sociais no Brasil muito grandes. Assistimos, nas portas de nossas casas, nas ruas, nos sinais em que paramos os veículos, ou mesmo andando, a muita gente pedindo esmolas porque não tem emprego.

Temos visto o sistema de saúde praticamente falido, o sistema de educação com sérias dificuldades, a Previdência Social igualmente. São todos elementos do sistema que necessitam receber aportes de recursos do Tesouro Nacional, que se encontra também exaurido, em função das dificuldades todas por que passa a economia brasileira. É uma questão de decisão de Governo.

O SR. EDSON SILVA - Dr. Delben, naturalmente V.Sª veio aqui para depor e tem toda a liberdade para expressar o seu ponto de vista. Não quero que V.Sª saia daqui sem tomar conhecimento da minha indignação com a propaganda hipócrita do Programa de Privatização.

Essa mesma impressão que V.Sª está transmitindo não encontra qualquer respaldo na realidade. Veja que, há dois meses, o Governo, para socorrer os hospitais conveniados com o SUS, hospitais falidos, teve de recorrer ao FAT e dele tomar emprestados 33 trilhões de cruzeiros. E perguntamos, como perguntei aqui no plenário: onde estão os recursos arrecadados com o Programa de Privatização? Efetivamente, ninguém poderá responder, porque não há recursos ou moedas vivas para financiar essa mesma propaganda mentirosa que o Governo faz de que vai privatizar para cumprir sua função social de atender à educação, saúde, etc.

Não quero que V.Sª saia sem tomar conhecimento da minha indignação com essa propaganda hipócrita e contra o patrimônio público, que está sendo destruído dentro da lógica insana de destruí-lo para construir o patrimônio privado. Porque não há nenhum elemento, nenhuma evidência de que os tais objetivos fundamentais propalados desse Programa até aqui tenham sido alcançados, haja vista o que a Procuradoria-Geral da República divulgou meses atrás, ou seja, que os recursos em moeda viva arrecadados são inferiores ao que o Governo gastou com a chamada "propaganda do elefante branco" e com a contratação de auditorias. Os gastos nesse terreno são superiores ao que o Governo arrecadou em moeda viva no Programa de Privatização.

Mais sensato, para que a opinião pública soubesse exatamente o que é o desastre desse Programa, seria que as coisas fossem ditas com maior transparência. Aliás, alguns Parlamentares nesta Casa têm a coragem de dizer: "privatize, entregue; se necessário for, dê de graça!" Digamos isso, mas não façamos a propaganda hipócrita de que o patrimônio público está sendo reduzido para resolver os problemas nacionais. Ao passo que estamos vendo, a cada dia, notícias, que evidentemente contaminam um programa, que querem dar credibilidade a ele, com os dados que já temos nesta CPI, indicando que se deixou vaziar informações privilegiadas. Temos, inclusive, os dados de bancos fictícios ou de bancos que não têm a condição que pretendem lhe dar e que, no entanto, altos funcionários do Governo, nas mais variadas esferas, estão envolvidos na compra de títulos podres, que estão sendo usados no Programa de Privatização.

O melhor seria que as coisas fossem colocadas de uma maneira transparente, para que o povo tomasse conhecimento. Se for preciso abrir mão das empresas, então, que se faça isso. Mas não que isso seja feito de maneira a enganar a opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Edson Silva, V.Exª já concluiu o seu pensamento? (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr.s e Srs. membros, Sr. Relator, Sr. depoente: muitas vezes, a tranquilidade do vendedor ou do preposto do vendedor é uma tranquilidade que não pode se comunicar àqueles que permanecem numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito durante horas e horas ouvindo, colhendo

documentos e formando a convicção de que estamos diante de uma espécie de conluio que tem uma inteligência tal qual a dos grupos que se beneficiam. Existem aqueles que, às vezes, podem "pousar de inocentes úteis", o que talvez não seja o caso para quem conquista uma formação numa área específica.

Portanto, é preciso se dizer ao Dr. Delben Leite que, no exercício do mandato e na vida em geral, este parlamentar não tem por hábito agir com levandade, mas com convicção. E tenho uma opinião em relação às empresas estatais que estão sendo criminosamente vendidas ou doadas, numa espécie de antro de corrupção - alguns "entram como inocentes úteis" - que conhece os órgãos públicos, que conhece os servidores públicos, que conhece o BNDES, que conhece muitos servidores do BNDES, e que sabe também que esses servidores, muitas vezes e em muitas oportunidades, são intimidados, são coagidos, pois existe a necessidade de preservação do emprego.

É preciso que todos saibamos que o servidor público no Brasil está intimidado desde a "era Collor", que colocou em disponibilidade um número muito grande de servidores. Aquela intimidação tinha o objetivo exatamente de criar dificuldades para que os servidores, encorajados pelas liberdades democráticas, fizessem denúncias em relação ao antro de corrupção que se verificava na administração pública.

Portanto, quero dizer a todos aqui presentes, especialmente ao depoente, que, quando afirmo estarmos diante de um antro de corrupção nesse Programa Nacional de Desestatização, quero dizer que esse antro tem autores e beneficiários.

Faço inicialmente essa afirmação para não deixar passar aquela feita pelo Dr. Delben Leite de que eu estaria sendo leviano, acusando o BNDES. A instituição é uma coisa e as pessoas que a dirigem representam outra. Nesse caso específico, elas realmente representam outra coisa, na minha opinião, que é fundamentada em quem se dispõe, inclusive, a dizer que esse Programa Nacional de Desestatização envolve um antro de corrupção e que está disposto a abrir mão da imunidade para comprovar em juízo.

Gostaria de fazer a primeira pergunta: o Dr. Delben Leite pertence aos quadros do BNDES?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não.

O SR. PAULO RAMOS - Na iniciativa privada, qual a atividade que o senhor desenvolveu?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sou empresário.

O SR. PAULO RAMOS - De que ramo de atividade?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Fabrico máquinas gráficas.

O SR. PAULO RAMOS - Qual o nome da sua empresa?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Manig S/A.

O SR. PAULO RAMOS - Sabemos que, para ocupar um cargo público, especialmente vindo da iniciativa privada, há necessidade de apoio político. De onde vem a indicação para que o senhor integrasse a presidência do BNDES, que é uma instituição que tem profissionais de mais alta competência, que, seguramente, em competência profissional estão, e até em formação, em currículo, numa posição, acredito, bem superior àquela que talvez o senhor ocupe no ranking da opinião dos economistas do país? Como veio a indicação?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Gostaria que V.Ex.^a conhecesse um pouco o meu currículo.

O SR. PAULO RAMOS - De onde vem a indicação?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Fui convidado pelo Presidente Itamar Franco.

O SR. PAULO RAMOS - Essas empresas de consultoria que prestam serviço nessas avaliações suspeitas, dentro do meu ponto de vista, e criminosas em função das confirmações que já temos, o senhor teve ligação com alguma delas no seu ramo de atividade privada?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Nenhuma delas. Posso comprovar.

O SR. PAULO RAMOS - A comprovação é o nosso dever. A sua obrigação aqui é buscar as provas.

Disse, ontem, para o Dr. Emílio Oderbrecht que não imaginávamos - seria uma ilusão, uma inocência - que algum depoente viesse aqui confessar alguma coisa. Não imaginamos isso. Sabemos, inclusive, que os depoentes vêm aqui com o objetivo de justificar os seus atos, sejam eles criminosos ou não. Portanto, o dever de investigar é nosso.

O senhor está no BNDES desde quando?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Desde o dia 19 de março de 1993.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor exerceu algum cargo público antes?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Fui Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor tem alguma ligação anterior com o Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor é vinculado a algum partido político?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sou filiado ao PMDB.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor é filiado ao PMDB desde quando?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Desde junho do ano passado. No entanto, labutei pelo PMDB, como simpatizante, muitos anos, tendo participado de campanhas políticas ao lado do Dr. Ulysses Guimarães, Dr. Renato Archer e uma série de outros grandes nomes da política brasileira.

O SR. PAULO RAMOS - Dr. Orestes Quércia também?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não. Em campanha política não. Participei como Presidente do IPT no Governo Orestes Quércia. Fui Presidente do IPT nessa ocasião.

O SR. PAULO RAMOS - Fiz questão de registrar porque não vejo razão de ocultar o nome do Sr. Orestes Quércia.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Também não vejo. Não existe nenhuma acusação provada, até hoje, contra ele.

O SR. PAULO RAMOS - Não; o que me preocupou foi o desejo de ocultar. Mas não há problema.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não tive nenhuma intenção em ocultar. Tinha falado em participação de campanha política, e o senhor perguntou se participei de campanha política com ele, falei que não. Mas participei como Presidente do IPT no Governo dele.

O SR. PAULO RAMOS - Pode o senhor, então, creditar a sua indicação para o BNDES ao fato de ser do quadro do PMDB?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Acredito que por ter sido Secretário da Ciência e Tecnologia em São Paulo e Presidente do IPT no Governo de Luís Antônio Fleury Filho.

O SR. PAULO RAMOS - Nesse pequeno período do Governo Fleury. Muito bem.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Fui Presidente da maior associação de empresários do Brasil, que é a ABIMAQ-SINDIMAQ - Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos, durante 5 anos; eleito a primeira vez em 1986 e reeleito em 1989, lutando sempre pelo desenvolvimento da indústria brasileira.

O SR. PAULO RAMOS - Há eleição lá?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Há eleição. Aliás, ganhei uma eleição de um grupo que dominava o sindicato há 50 anos, liderado naquele tempo pelo Dr. Mário Amato.

O SR. PAULO RAMOS - Deve ser o grupo da modernidade.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não sei se sou do grupo da modernidade, mas lutei contra o Sr. Mário Amato.

O SR. PAULO RAMOS - Quando o senhor ganhou essa eleição?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Em 1986.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor teve vinculações anteriores com o Sr. Eduardo Modiano?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não.

O SR. PAULO RAMOS - Ele é um economista também considerado renomado e nunca prestou serviços nem em atividades acadêmicas?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Em nenhuma atividade.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor chegou no BNDES e preservou todos os diretores?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Todos os diretores foram preservados, sem exceção.

O SR. PAULO RAMOS - Que vinham da era Collor?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eram diretores que vinham da era Collor, da era Sarney, que vieram do passado. São diretores que vêm se dedicando à casa já há muito tempo, com comprovada experiência técnica, e sobre os quais não pesa qualquer tipo de dúvida que tenha chegado ao meu conhecimento. São técnicos da mais alta qualidade. Seria bom até que os senhores os conhecessem de perto.

O SR. PAULO RAMOS - Vou perguntar sobre alguns. E com o Sr. André Franco Montoro Filho?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Tive contato com o Sr. André Franco Montoro Filho algumas vezes, Presidente da FIPE que é, mas não passou de 10 encontros durante toda a minha vida. Mas nenhum contato de ordem profissional, apenas encontros casuais.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor recebe salário para presidir o BNDES?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Recebo salário.

O SR. PAULO RAMOS - De quanto é o salário do Presidente?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - De 258 mil cruzeiros reais.

O SR. PAULO RAMOS - Como o senhor vê, dentro dos melhores padrões éticos, que alguém exerça o cargo de presidência de um Programa Nacional de Desestatização, que deve exigir dedicação integral - é a impressão que se tem pela dimensão do programa - um cargo de tamanha responsabilidade e que absorve tanto tempo, sem nenhuma remuneração?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Acredito que há brasileiros capazes de fazer isso, Deputado. Apesar de que, talvez, para alguns poucos isso pareça incrível, há brasileiros que se movem pelo País, mesmo à custa de prejuízos pessoais.

O SR. PAULO RAMOS - Deve ser o caso do Sr. André Franco Montoro Filho.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não tenho a menor dúvida. Até pelo seu passado e pelo passado do seu pai, homem inatacável na vida pública brasileira, uma das raras figuras inatacáveis na vida pública brasileira.

O SR. EDSON SILVA - Deputado, permita-me um aparte.

O senhor disse que manteve todos os diretores do BNDES que lá estavam, e todos foram nomeados para o BNDES antes do Governo Collor. Nenhum foi nomeado no Governo Collor?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Isso não sei. Digo que foram diretores durante o Governo Collor, foram diretores ou técnicos durante o Governo Sarney, durante o Governo Figueiredo. Quero dizer que são técnicos que exercerão as suas funções com competência em qualquer governo. Estão servindo, agora, ao Governo Itamar; podem, amanhã, vir a servir a outro governo.

O SR. EDSON SILVA - O Sr. não tem conhecimento de quais diretores foram nomeados no Governo Collor e quais vieram antes do Governo Collor?

O SR. PAULO RAMOS - Pode consultar a assessoria para dar essa informação. Quem foi nomeado no Governo Collor e permanece na administração?

O SR. EDSON SILVA - Uma informação: o Dr. Sérgio Zendron é um dos diretores, diretor do BNDES desde 1984. O Dr. José Mauro Mitral Carneiro Cunha entrou no ano de 1990, tendo saído o diretor que veio para o Banco Central. E Dr. Fábio Heber, esse foi nomeado já na época do Presidente Antônio Carlos de Barros Castro.

O SR. PAULO RAMOS - Dr. Zendron ingressou no BNDES em que ano, já que está presente e pode dar essa informação?

O SR. SÉRGIO ZENDRON - Em 1976.

O SR. PAULO RAMOS - Ele pode citar alguns quadros da direção do BNDES que tenham entrado no mesmo ano, em 1975 ou 1976.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Que tenha entrado nesse ano ou que esteja no Banco desde essa época?

O SR. PAULO RAMOS - Quem ingressou sem concurso, com prova de títulos?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - É difícil responder aqui, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - A informação que temos é que não só o Dr. Zendron como o Dr. Lima Neto, e outros, ingressaram no BNDES com prova de títulos. Queria confirmar essa informação, que nos foi dada pelo próprio Dr. Lima Neto, de que alguns quadros tinham ingressado no BNDES, na era Geisel, em 1975 e 1976, sem concurso. O concurso foi simplesmente uma prova de títulos e os quadros vieram de outros lugares.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Pode até ser. Poderia até responder, Deputado, se o senhor assim o desejar. Formule V. Ex^a o requerimento por escrito, conforme as regras da Casa.

O SR. PAULO RAMOS - Formularei o requerimento.

O senhor conheceu o Sr. Pio Borges?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, mas já ouvi falar.

O SR. PAULO RAMOS - Sabe qual função por ele exercida?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Foi diretor do Banco, mas não sei em que área. (Pausa)

Estou sendo informado que foi vice-Presidente.

O SR. PAULO RAMOS - Um pouco antes de o senhor ser Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Bom! Mas não fui ao Banco para investigar o passado; fui para exercer as funções do Banco, o que tenho procurado fazer com esmero e dedicação integral - 24 horas por dia.

O SR. PAULO RAMOS - Exatamente essa preocupação.

Em sabendo que a administração Collor está sendo vasculhada e as comprovações de corrupção são as mais abundantes - o nobre Senador Amir Lando, que felizmente é o nosso Relator, participou da CPI do PC e conseguiu se aprofundar, não completamente, em todo aquele mar de lamas, que talvez seja maior do que um oceano.

Como é que o senhor assume a presidência de um banco com a responsabilidade de conduzir os destinos do País nas privatizações, e não investiga, pelo menos, o período anterior?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Existem os órgãos próprios, na República, encarregados, por lei, de exercerem a tarefa de investigação. Existem profissionais especializados. Não sou formado nessa área.

A minha obrigação e a minha maior preocupação é com o futuro do Brasil. Aliás, talvez um dos grandes problemas que o nosso País enfrenta hoje seja exatamente - digamos - o fato de estar perdido nos seus erros do passado e nas suas pequenas coisas, esquecendo do seu futuro, dos milhões de brasileiros que precisam de uma ação forte, de muita dignidade e de muito trabalho para traçar um rumo para o País.

Se eu for perder tempo para fazer as investigações a que o senhor está se referindo, não terei tempo, provavelmente, para exercer qualquer função que seja capaz de levar o Banco a exercer o papel que realmente lhe cabe.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor não tomou conhecimento de nada? Nada chegou ao seu conhecimento de irregularidades?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Nada. Tenho inclusive algumas iniciativas que vêm procurando conhecer algumas atitudes, através de auditorias do Banco, mas todas, até agora, trouxeram-me informações positivas.

O SR. PAULO RAMOS - A mesma diretoria anterior?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Os diretores que estavam no Banco quando eu lá me encontrava.

O SR. PAULO RAMOS - Quando me encontrar com o Diretor Pio Borges, vou perguntar.

Permita-me, mas, nessa sua lógica de raciocínio, o Brasil padece dos erros. O que lhe parece, como Presidente que é de uma instituição que tem a responsabilidade frente ao PND, uma declaração do tipo dessa dada pelo Sr. Norberto Odebrecht, em entrevista ao Jornal *Folha de S. Paulo*, onde admite: "Empresário culpa o cliente pela corrupção". Para o Sr. Norberto Odebrecht, se algum funcionário da sua empresa cometeu irregularidade é porque foi forçado. E esse mesmo grupo vem adquirindo, cada vez mais, o controle de empresas estatais, ou pelo menos participação acionária significativa em empresas estatais? Como é que o senhor vê isso? Porque aqui não é passado, é presente.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Qual é a pergunta específica que o senhor faz? O senhor tentou fazer uma ligação com duas coisas que talvez não tenham ligação alguma: o fato de ele ter dito que um funcionário agiu mal porque foi forçado e o fato de ele está comprando participação em empresas estatais. São duas coisas diferentes.

O SR. PAULO RAMOS - Ligação tem; talvez o senhor não tenha prestado atenção. Vou procurar demonstrar isso.

O que perguntei, diante do seu raciocínio de que o Brasil padece de erros cometidos no passado...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Aliás, o próprio Deputado Paulo Ramos falou isso. O próprio Collor...

O SR. PAULO RAMOS - Estou me referindo à declaração dada pelo senhor. Pergunto: o que é que lhe parece, frente a esse raciocínio de que o Brasil padece de erros do passado, uma declaração dada por um empresário brasileiro de grande porte, que admite a corrupção e que está envolvido com o esquema PC - confessadamente -, mas que vem adquirindo crescentes participações no controle acionário de empresas estatais?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Em primeiro lugar, Deputado, nem sempre a imprensa reporta com absoluta fidelidade as declarações de uma pessoa. Essa declaração pode ter sido feita no contexto de uma resposta mais ampla em um trecho da frase, o que muitas vezes nos impede de ter uma análise criteriosa daquilo que foi falado.

Agora, se esse empresário, efetivamente, tivesse dito isso, dentro deste contexto que o senhor coloca, penso que é o caso de a polícia investigar.

Isso cabe à Polícia Federal, e não a mim, ao BNDES.

O SR. PAULO RAMOS - Quero lhe informar que, lamentavelmente, o Sr. Emílio Odebrecht, por vias transversas, confessou isso - que o senhor está atribuindo a uma deformação da imprensa -, ontem, desse lugar onde o senhor está.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu disse que nem sempre a imprensa transcreve com absoluta fidelidade o texto de uma informação.

O SR. PAULO RAMOS - Estou dizendo que esse não é um problema de transmissão da imprensa, porque o Sr. Emílio Odebrecht, por vias transversas, confirmou o que a imprensa está dizendo.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Então, o senhor, como Deputado, a meu ver, deveria fazer uma representação contra ele, para que a Polícia Federal investigue isso.

O SR. PAULO RAMOS - Do que vou fazer tenho consciência, e a CPI está instalada para, entre outras coisas, apurar esse tipo de irregularidade.

Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que tenha uma certa paciência comigo, porque ainda tenho algumas perguntas a fazer.

Dentro do seu ponto de vista, o que interessa é o daqui para frente.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não. O que interessa para mim, enquanto administrador do Banco, é administrá-lo daqui para frente, dentro da seriedade, dentro da probidade que o próprio Governo Itamar Franco tem, por todos os meios, feito prevalecer no País.

O SR. PAULO RAMOS - Com a minha descrença, é bom que se frise.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Tenho que respeitar sua opinião, ainda que não concorde com ela.

O SR. PAULO RAMOS - Claro. Como as administrações, inclusive no Governo Itamar - tão probo, tão honrado - se sucedem numa velocidade muito grande, os Ministros são substituídos, - o senhor está no BNDES mas o antecedeu Dr. Barros de

Castro, que também ficou por um período muito pequeno. O senhor não vê isso como preocupação, como uma forma de soterrar os escândalos do passado, essa substituição tão freqüente de diretores? Já que a mentalidade que contribui para a impunidade é: - o que me interessa é daqui para frente, como é que o senhor vê isso?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Vejo que são atos administrativos decorrentes de quem, de acordo com as leis feitas por esta Casa, e dentro dos parâmetros constitucionais vigentes, agiu dentro do interesse maior da Nação brasileira. Em absoluto posso aceitar que qualquer ação desse tipo tenha sido levada a efeito pelo Presidente Itamar Franco com o objetivo de soterrar fatos passados. Em absoluto. O Presidente Itamar Franco, por todos os meios, tem procurado sempre fazer prevalecer o direito, a justiça, a verdade, a lealdade, a franqueza.

O SR. PAULO RAMOS - Penso que Sua Excelência, como primeiro mandatário da Nação, simplesmente não tem sido acatado ou obedecido pelos escalões subordinados. Não acredito que o Presidente Itamar seja o tutor disso.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Fico feliz com esse seu reconhecimento, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - Creio que ele é um dos inocentes úteis; mas que contribui.

De qualquer maneira, volto a perguntar: é possível administrar um Banco sem ter pessoas da sua própria confiança na administração? Como o senhor recebe quadros que participaram de um período, vamos dizer, tão nebuloso e tão constrangedor para o nosso sentimento de brasileiro? O senhor preserva a confiança nesses quadros?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Tenho assessores e a chefia de gabinete, no Banco, que levei junto comigo, e tenho formas de fazer com que todos os atos que necessitam da minha anuência sejam previamente verificados, certificando-me sempre de que os mesmos obedecem estritamente os mais legítimos interesses do BNDES e do próprio País.

O SR. PAULO RAMOS - Naturalmente que não só o senhor.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - E tenho confiança também que esses diretores, por tudo que têm demonstrado durante este período em que presido o Banco, agem com a maior lisura e com a maior probidade. Até prova em contrário, eu os terei na maior consideração.

O SR. PAULO RAMOS - Essa sua declaração nos leva ao entendimento de que o senhor tem disposição de comprovar que essa afirmação é verdadeira: de que são probos, são dignos.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Disse que esses diretores, desde o momento em que assumi a presidência do Banco até o presente momento, agiram com absoluta lisura, com absoluta probidade em todos os seus atos.

O SR. PAULO RAMOS - Em relação aos fatos anteriores à sua gestão, o senhor não assume responsabilidade alguma.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Acredito que tenho feito, também, porque senão já teriam tentado agir de maneira diferente, e nunca o fizeram.

O SR. PAULO RAMOS - Haveria disposição da sua parte e dos seus diretores em comprovar que realmente têm um comportamento ilibado?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Desde que qualquer acusação seja feita...

O SR. PAULO RAMOS - Vou fazer uma solicitação, se não for acolhida, Sr. Presidente, apresento como requerimento. É sobre as declarações de bens: se poderíamos receber, aqui, na CPI, *esponte propria*, por uma cessão voluntária dos titulares, as declarações de bens de todos os diretores do BNDES dos últimos, vamos dizer, seis anos.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Teria que consultá-los, porque é uma questão de caráter pessoal que precisa ser colocada. Agora, se for requerido, e se a lei der cobertura a esse tipo de requerimento...

O SR. PAULO RAMOS - Poderia, voluntariamente, se apresentar como exemplo.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Apresento a minha declaração quando o senhor quiser.

O SR. PAULO RAMOS - Poderia, então, contar com o recebimento dessas declarações dos seis últimos anos?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sim, senhor.

O SR. PAULO RAMOS - Quanto aos demais diretores, o senhor faria a consulta?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Faria a consulta a eles.

O SR. PAULO RAMOS - Há diretores aqui presentes?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sim, o Dr. Sérgio Zedron

O SR. PAULO RAMOS - Poderia consultá-lo neste momento?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Já consultei, e ele já se dispôs a mandar para o senhor.

O SR. PAULO RAMOS - Então eu precisava, Sr. Presidente, que essa informação sobre os demais nos fosse transmitida, pelo menos até a semana que vem, para que, na hipótese de negativa, pudéssemos tomar as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Pois não.

O SR. PAULO RAMOS - Mas vou fazer uma pergunta sobre um fato que ocorreu fora da sua gestão. Como o Dr. Zendron está presente e, aliás, também relacionado para ser convidado a depor, de qualquer maneira está lhe assessorando, pergunto: O Sr. Ricardo Figueiró é conhecido no Banco? Quem é ele? Pertence ao quadro do Banco?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sim, senhor. É do quadro do Banco; da mais alta qualificação.

O SR. PAULO RAMOS - Ele assessora o Sr. André Franco Montoro? Qual a função dele no BNDES?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Ele é o secretário da área de privatização.

O SR. PAULO RAMOS - Mas ele é secretário pelo Banco ou pela Comissão?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Pelo Banco, mas secretaria as reuniões da Comissão, também, por solicitação do próprio Dr. André e da Comissão Nacional.

O SR. PAULO RAMOS - Exercia o mesmo cargo durante a gestão do Sr. Modiano?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, porque foi alterada a organização do setor. Mas ele já trabalhava na privatização.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor tomou conhecimento de uma operação que envolveu o Sr. Pio Borges, vice-Presidente do Banco, em relação às ações preferenciais de uma petroquímica da Bahia, do Grupo Mariani, em que o BNDES tinha 57%, se não me engano, dessas ações, mas sem direito a voto?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, senhor.

O SR. PAULO RAMOS - O Sr. Zendron pode ajudar? (Pausa)

A informação que temos é que o Sr. Pio Borges, vice-Presidente do Banco, era ex-diretor dessa Petroquímica da Bahia, do Grupo Mariani, e foi trazido para ser vice-Presidente do BNDES. Nessa ocasião, o BNDES vendeu a sua participação na Petroquímica da Bahia para o Grupo Mariani e, logo depois da saída do Sr. Collor de Mello, ele saiu do BNDES e voltou para a Petroquímica da Bahia, onde está hoje. Como o senhor vê este episódio?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Depende. A venda foi feita com lucro ou com prejuízo para o Banco?

O SR. PAULO RAMOS - Certamente, com prejuízo. Porque tudo que tem sido feito é com prejuízo.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não sei. Precisaria verificar. O senhor está fazendo uma afirmação que não sei se é verdadeira. O senhor tem o número?

O SR. PAULO RAMOS - Não, estou perguntando.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, o senhor não perguntou. Eu que perguntei se foi feito com lucro ou com prejuízo.

O SR. PAULO RAMOS - Quem está aqui para perguntar sou eu.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O senhor disse: certamente com prejuízo. O senhor tem esse número?

O SR. PAULO RAMOS - Não, gostaria que me desse o número. Quero pedir.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Posso lhe informar. Requeira a solicitação que lhe informo.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor está sendo interrogado, não é isso?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sim, Deputado, mas o senhor fez uma afirmação de que ela teria sido vendida certamente com prejuízo. O senhor repete "certamente com prejuízo"?

O SR. PAULO RAMOS - Acredito que tenha sido, mas preciso confirmar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Então, é melhor confirmar antes de fazer uma afirmação sem nenhum fundamento.

O SR. PAULO RAMOS - Como a regra tem sido a alienação do patrimônio público sempre com preços inferiores ao seu valor real, quer dizer, esse critério de avaliação...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O que o senhor chama de valor real, Deputado?

O SR. PAULO RAMOS - Chamo de valor real aquele valor que preencheria os melhores padrões de moralidade, dignidade, respeito público...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Então, posso assegurar ao senhor que o patrimônio público tem sido vendido pelo valor real.

O SR. PAULO RAMOS - Talvez o senhor, como neófito no BNDES, conheça pouco.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Neófito, não; novato.

O SR. PAULO RAMOS - Novato.

O SR. DELBEN LEITE - Neófito, não admito porque não é o termo adequado. Se o senhor procurar no dicionário, verá que não tem a mesma conotação.

O SR. PAULO RAMOS - Não vou, aqui, discutir o "Aurélio", Sr. Presidente, estamos discutindo a privatização.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O senhor talvez não conheça bem a língua portuguesa.

O SR. PAULO RAMOS - Talvez estejamos diante de um grande economista, alguém que esteja ombreando com o Sr. Antônio Houaiss. De qualquer maneira, tudo bem. Não é isso que vem ao caso.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, V. Ex^a está com o seu tempo esgotado.

O SR. PAULO RAMOS - Estou caminhando, Sr. Presidente. É que estamos, aqui, numa espécie de busca, aparentemente infrutífera, na medida em que às vezes a competência se verifica também nas respostas, isto é, as respostas que não são concludentes, são contraditórias, etc. De qualquer maneira, já estamos habituados, não é o primeiro caso.

O senhor vê como ético, pelo menos, alguém pertenceu aos quadros de uma empresa...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Jamais operaria com uma empresa a qual tivesse pertencido.

O SR. PAULO RAMOS - Jamais operaria?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Jamais operaria.

O SR. PAULO RAMOS - Bom, pelo menos, já foi uma resposta objetiva.

O fato de ser novo, novato ou neófito - coloco as palavras como sinônimas para evitar...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Erroneamente. É um direito que o senhor tem.

O SR. PAULO RAMOS - Tudo bem. Alguns erram, outros mentem; aqui é assim. Outros escondem a verdade.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Alguns erram e mentem, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - É claro, erram e mentem. Aqui, então, nesta CPI, tem sido o festival da mentira. Pode ter certeza disso. Temos certeza. Aliás, é uma coisa terrível; causa indignação, que a gente...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Pois posso lhe afirmar que não houve qualquer mentira. Se V. Ex^a disser que eu sou mentiroso, terá que provar isso.

O SR. PAULO RAMOS - Nós vamos comprovar se V. S^a está mentindo ou não. Nós vamos comprovar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - V. Ex^a não vai comprovar jamais, jamais.

O SR. PAULO RAMOS - Vamos buscar as provas. E se, em qualquer oportunidade, ainda ao longo da minha perquirição, tiver que fazer alguma acusação, eu a farei e me responsabilizarei por ela. Aliás, essa tem sido a tônica da minha vida: fazer a acusação e comprovar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Espero que assim seja, e vou aplaudir V. Ex^a sempre que for assim.

O SR. PAULO RAMOS - Aliás, só faço acusação quando tenho a comprovação.

Como é que V. S^a vê essa intervenção do Tribunal de Contas da União? Curiosa até, a intervenção. Na minha opinião, ficou mal, porque houve tantos casos precedentes, com ampla divulgação, e o Tribunal de Contas somente agora toma conhecimento do fato.

Como é que V. S^a vê o caso da AÇOMINAS, que é um caso escandaloso? A AÇOMINAS tem um patrimônio recente que está sendo instalado, cujo valor, já instalado, supera o da avaliação. Como é que V. S^a vê isso?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não existe ainda uma conclusão do Tribunal de Contas da União.

O SR. PAULO RAMOS - Há documentos.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O Tribunal de Contas da União não se decidiu.

O SR. PAULO RAMOS - Não é o Tribunal de Contas, não. A a informação é do Relator.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - V. Ex^a está falando do Tribunal de Contas da União.

O SR. PAULO RAMOS - O Tribunal de Contas da União somente agora se arrepiou com esse episódio. O que causa preocupação é que ele já deveria estar arrepiado com muitos outros.

O nosso Relator esteve em Minas e tomou conhecimento da verdade. Isto é, a AÇOMINAS já pagou... Veja bem, isto não é dado a ser levantado. A AÇOMINAS pagou quanto, Senador Amir Lando?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A AÇOMINAS investiu 6 bilhões de dólares em investimento e a avaliação está em 346 milhões (?) de dólares.

Quero ainda esclarecer que um bilhão de dólares em instalação será transferido, porque não entra no fluxo de caixa; pelo contrário, é considerado como prejuízo.

O SR. PAULO RAMOS - Estou lhe fazendo perguntas com base nos dados trazidos pelo nobre Relator

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - E que, aparentemente, V.Ex^a acaba achando que tem razão. Se V.Ex^a me permitir, talvez possa trazer-lhe alguns dados que mudem um pouco o seu conceito.

O SR. PAULO RAMOS - Posso permitir, claro! Estou lhe fazendo perguntas sobre isso.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A AÇOMINAS fez um projeto de investimento, em 1975, se não me engano, de 2 bilhões de dólares, que incluía esses laminadores mencionados por V.Ex^a. Laminadores esses que seriam instalados num determinado local, escolhido inadequadamente, pela péssima gerência do Estado, por todas as razões que nós conhecemos. Como consequência, foram necessárias fundações extraordinárias, de custos elevadíssimos, que acabaram impedindo, inclusive, a instalação, no tempo certo, desses laminadores.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu quero contestar V.S^a, porque isso não é verdade.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Esses laminadôres estão, tecnologicamente, desatualizados; ou seja, um plano de investimento mal concebido, malfeito, que jamais terá condições de gerar recursos adicionais para a empresa.

O SR. PAULO RAMOS - Esse aspecto não chega a ser relevante.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quero dar uma declaração, Sr. Presidente.

Continuar enganando o povo brasileiro desse jeito! V.S^a queira me desculpar, meus respeitos, mas não são esses os argumentos que vão iludir o povo brasileiro. Se há responsabilidade, vamos apurar e botar essa gente na cadeia, mas não se pode consumir esse patrimônio público imenso, e dizer que temos de privatizar por 340 milhões. Pode ser que a empresa nem isso valha, mas alguém vai responder por esse dinheiro. Isso é um crime de lesa-pátria.

A minha indignação chega a um ponto que eu não suporto mais. Desculpem-me porque este não é o meu procedimento, mas eu não suporto mais esse discurso, esse discurso que realmente não atende à realidade. Vamos dizer o que aconteceu, vamos dizer a verdade. Onde está esse dinheiro? Alguém tem que pagar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Também acho.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não posso admitir esse assaquete contra o meu País.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu me permitiria até emitir uma opinião pessoal, Senador, no sentido de que, efetivamente, se fizesse uma CPI para investigar todos os desmandos que foram gerados nas empresas estatais brasileiras.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nesta CPI, esse tipo de responsabilidade será...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Acho que é importante, fundamental.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, fui socorrido aqui por um dicionário, que diz que neófito é aquele que acabou de entrar numa corporação.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Inexperiente, não é, Deputado?

O SR. PAULO RAMOS - Está aqui: noviço.

De qualquer maneira, é só para corrigir o Dr. Delben Leite, porque S.S^a é que está errado. Na próxima vez, deve consultar o dicionário do Aurélio Buarque de Holanda antes de...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Obrigado.

V.Ex^a me empresta o dicionário. Quero as informações adicionais que, por certo, dele constam.

O SR. PAULO RAMOS - Eu não quero, Sr. Presidente, perder a indignação do Senador Amir Lando. Gostaria de dizer ao Dr. Delben Leite que a indignação do Senador Amir Lando é a mesma de todos nesta CPI, pelo menos uma parcela muito grande. Os discursos que contornam a verdade são feitos aqui com uma dose, podemos dizer, de cinismo que nos leva a uma situação de revolta.

O que há, hoje, em relação ao patrimônio público é um verdadeiro assalto. E nós, que estamos aqui tomando conhecimento da verdade, não só compreendemos a indignação do Senador Amir Lando, mas fazemos parte dessa indignação. Incluem-se na expressão "os vendilhões da Pátria" aqueles que estão envolvidos nesse Programa Nacional de Desestatização, mesmo que como inocentes úteis.

Euclides da Cunha, em "Os Sertões", escreveu uma frase que diz: "mercenários inconscientes". Talvez alguns sejam mercenários inconscientes.

Não é possível! Eu tenho certeza absoluta de que nenhum empresário, nenhum cidadão venderia o seu patrimônio da forma como têm colaborado para vender o patrimônio nacional. É óbvio que nós estamos no país da impunidade, nós estamos no país dos corruptos, no país dos assaltantes, no país dos discursos, no país da mentira, mas estamos também no país da fome, no país da miséria, e aqueles que são titulares, que são gestores da coisa pública não podem ser perdoados, porque não podem ser inocentes úteis.

Eu perguntaria ao Dr. Delben se ele venderia a empresa dele sem levar em consideração o patrimônio instalado. Perguntaria ao Dr. Delben se ele, numa situação de déficit, tendo dez empresas, venderia a deficitária ou venderia a que está dando lucro, para reduzir o seu déficit. Perguntaria se ele venderia participações minoritárias, como as que o BNDES tem.

A imprensa já publicou e eu também queria saber se o dado é verdadeiro: qual é o valor das participações minoritárias do BNDES? Como esses créditos foram construídos? O BNDES tem participação minoritária num sem-número de empresas, que têm algum papel vinculado ao do Estado. Por que o BNDES tem essas ações, essas participações minoritárias? Foram créditos não honrados?

Por que vender o patrimônio público, entregá-lo num assalto clamoroso, e não vender as ações minoritárias? Qual a explicação - já que está na sua gestão -, qual a razão de vender empresas lucrativas, que têm vinculação com o papel estratégico do Estado, e não vender as participações minoritárias? Qual a explicação do empresário responsável?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Peço a V.Exª que conclua o seu pensamento.

O SR. PAULO RAMOS - Eu concluo, Sr. Presidente, mas gostaria de obter resposta a estas perguntas: Por que o BNDES dispõe dessas participações minoritárias? Têm essas empresas a mais elementar vinculação com qualquer papel do Estado? Qual a razão pela qual o BNDES, ao invés de vender um patrimônio que é importante para o Estado brasileiro, para a economia nacional, não vende essas participações que foram assimiladas pelo BNDES, também através de corrupção?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Deputado, com relação ao neófito, quero dizer o seguinte: segundo o Aurélio, esta palavra tem uma conotação muito clara, e entendi que V.Exª quis empregá-la quando a usou:

"Aquele que recebeu ou acabou de receber o batismo: puma pequena multidão de neófitos, ainda na candidez das vestes próprias da iniciação, mas cheios de promessas".

Ou seja, aquele que faz promessa sem ter, na verdade, o conhecimento necessário para fazê-la.

O SR. PAULO RAMOS - Não, não. Promessa aí é sinônimo de esperança.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Ou esperanças.

O SR. PAULO RAMOS - Então, é o seu caso. V.Sª é um neófito, nessa acepção.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, na sua opinião.

O SR. PAULO RAMOS - Nessa acepção.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Na sua opinião.

O SR. PAULO RAMOS - Ingressou o novo, foi batizado no órgão e está cheio de esperanças...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sou um homem de 47 anos. Sempre desenvolvi todas as minhas atividades com o máximo de responsabilidade, pé no chão e absoluta probidade.

O SR. PAULO RAMOS - Então, tudo bem. Responda a minha pergunta: porque o BNDES...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A sua pergunta, em primeiro lugar, é em relação ao TCU.

O SR. PAULO RAMOS - É o TCU, vamos lá!

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O TCU ainda não se manifestou. O que tomamos conhecimento, através da própria imprensa, foi de divergências, entre os técnicos que foram utilizados pelo TCU, relativamente aos relatórios de avaliação feitos pelas consultorias.

O SR. PAULO RAMOS - O TCU tem um espaço na imprensa muito maior do que o do nosso Relator.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Deputado, permita-me. V. Exª fez todas as afirmações, agora tem que me ouvir.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, não espero que o Depoente apóie sua resposta no TCU, mas que sustente a sua resposta na afirmação do Relator, aqui presente, que, aliás, contestou a sua resposta, dizendo que ela não era verdadeira.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Bom, mas eu gostaria de saber por que ela não é verdadeira.

Agora, o que acho é o seguinte: as empresas estatais foram tão mal geridas que, realmente, deveriam ser dignas de uma CPI, para apurar as responsabilidades de todos aqueles que desviaram os recursos dessas estatais durante tantos anos, roubando todo o povo brasileiro. E nisso o Senador tem absoluta razão, porque essas empresas foram, realmente, dilapidadas por verdadeiros assaltantes que lá se instalaram.

O SR. PAULO RAMOS - Pelo que foi dado depreender, a indignação do Senador também está vinculada às vendas que estão sendo feitas agora, não é? Não é só em relação a vendas passadas. A indignação é quanto à avaliação, é quanto a tudo.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Com essa indignação não concordo.

O TCU é informado pelo BNDES, durante três fases específicas, de todos os processos de privatização: na primeira fase, são enviados todos os documentos referentes às contratações dos serviços de consultoria e auditoria; no segundo estágio, são enviados todos os editais de venda das empresas, conseqüentemente com todos os dados: o ato de fixação do preço mínimo e todos os relatórios de avaliação, montagem e

execução do processo de avaliação; no terceiro estágio, é enviada toda a documentação referente à operação de venda e liquidação financeira e todos os contratos decorrentes.

Em todos os processos de privatização, e, ultimamente, o próprio BNDES tem mandado, com antecipação, esses documentos, procurando sempre obter uma avaliação do TCU quanto aos laudos de avaliação, para que justamente tenhamos sempre mais um órgão que possa fiscalizar o nosso trabalho. E isso é uma iniciativa dentro da minha gestão, Sr. Deputado. É um ponto que me parece bastante importante.

O SR. PAULO RAMOS - Bastante importante, pode ter certeza.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Agora, com relação às participações do BNDES, tenho aqui um quadro...

O SR. PAULO RAMOS - Talvez tenha sido a razão pela qual o TCU somente agora se manifestou.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não, o da COSIPA também foi mandado, e o TCU se manifestou favoravelmente.

O SR. PAULO RAMOS - Mas, nas administrações anteriores, o TCU não recebia.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não. Recebia dentro desses mesmos três estágios, só que, digamos, sem essa iniciativa nossa de solicitar, inclusive, o pronunciamento antes da data do leilão.

O SR. PAULO RAMOS - Quer dizer que foi uma solicitação moralizadora, que não existia.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Foi uma forma de solicitarmos mais alguém para vir nos fiscalizar.

O SR. PAULO RAMOS - É sinal de que há possibilidade...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Para que nós tenhamos absoluta segurança de que todos os procedimentos estão absolutamente corretos.

Vou passar às mãos do Sr. Presidente um quadro que tem as participações do BNDES, as participações societárias. Está aqui o quadro e vou resumir alguns dados para V.Exª.

Temos um grupo de empresas, que são as empresas controladas pelo BNDES, a FINAME e o BNDESPAR, cujo total de valores nelas colocados é de sete bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e dezesseis dólares e quarenta e seis cents.

Temos, no grupo dois, ações do Projeto Jari, no valor de cento e oito milhões, duzentos e dezesseis mil e quatorze centavos de dólar.

No grupo três, temos um aumento de capital da União no BNDES, que a União fez no BNDES, integralizando esse aumento de capital com ações da COSIPA, de trinta e cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil dólares, e da Rede Ferroviária Federal, com cinquenta e três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil dólares.

Temos, num outro grupo, ações não vendidas no leilão de privatização da USIMINAS, num total de cinquenta e três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil dólares.

Temos, ainda, o último grupo, que são ações decorrentes de incentivos fiscais, no valor total de vinte e seis milhões, setecentos e doze mil dólares, representando aproximadamente quarenta e cinco empresas, com participações inexpressivas em relação ao capital. A relação dessas empresas, inclusive, também se encontra aqui e eu coloco à disposição do Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - Ótimo. Melhor entregar à Comissão. É muita honra para mim.

Sr. Presidente, Dr. Delben leu um trecho, acho que é um trecho bíblico, ...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Que explica o espírito da palavra...

O SR. PAULO RAMOS - ... em que os neófitos se banhavam no rio cheio de promessas. Espero - porque estou convencido de que, lamentavelmente, o Dr. Delben poderá vir a constatar que o rio em que está se banhando o BNDES, nesse Programa Nacional de Desestatização, é um rio de lama - que S.Sª não seja respingado, já que demonstra exercer o cargo com tanta preocupação e com tanta responsabilidade. Mas espero que, nesse rio de lama, S.Sª não seja batizado, porque será um neófito não muito apresentável.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Marino Clinger.

O SR. MARINO CLINGER - Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, gostaria de fazer cinco perguntas ao Depoente, Presidente do BNDES.

Quanto o Plano Nacional de Desestatização já despendeu, até o momento, em pagamentos de consultoria e publicidade?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Pode ser até 92, Deputado?

O SR. MARINO CLINGER - Pode sim.

O Governo Federal diz que os recursos provenientes da privatização de empresas públicas serão utilizados em atividades ligadas à Educação, à Saúde, à Ciência e à Tecnologia. Depois dos leilões das empresas privatizadas, num total de aproximadamente, se não me engano, vinte e três empresas, incluindo nessas empresas a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, a USIMINAS e a COPERSUL, quanto de recurso o Governo do Presidente Itamar já dispõe para essas aplicações?

O BNDES publicou recentemente na imprensa um quadro que demonstra que a União alocou US\$ 750 milhões no setor petroquímico e recebeu US\$ 340 milhões; a título de dividendos, tendo, como consequência, uma perda líquida de US\$ 410 milhões. Não lhe parece maldoso o fato de o BNDES omitir que o patrimônio atual da PETROQUISA é de US\$ 3,8 bilhões?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Essa publicação, Deputado, por especial gentileza, de quando é? Quem fez essa publicação?

O SR. MARINO CLINGER - Foi *O Estado de S. Paulo*, no dia 22/06/93.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Pode me emprestar, por gentileza?

O SR. MARINO CLINGER - Os técnicos do BNDES, quando fazem essas avaliações, desconhecem esta informação ou são orientados para tal, no sentido de passar para a opinião pública uma imagem distorcida das estatais?

A quarta pergunta: dos vinte e um bilhões de dólares que o Governo alega ter alocado nas estatais, nos últimos dez anos - informação amplamente utilizada pelos defensores da privatização -, qual foi exatamente a destinação desses recursos? Quanto foi aplicado nos segmentos de fertilizantes e no setor petroquímico?

Eram essas as quatro perguntas e, depois, após as respostas, gostaria de formular uma última.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Vocês têm os dados aí? (Pausa)

As informações, Deputado, teremos que passar a *posteriori*, por escrito, porque não as temos completas.

O total arrecadado - exceto da COSIPA, porque não foi feita a liquidação financeira ainda - seria de US\$ 109,5 milhões, exceto COSIPA, certo?

O valor dos pagamentos em publicidade, segundo estou sendo informado agora, é de US\$ 52,7 milhões, incluindo também as consultorias.

O SR. MARINO CLINGER - Mas, nesses US\$ 109, estão incluídos os recursos de 1993?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Inclui 93, exceto COSIPA. Perfeito.

O SR. MARINO CLINGER - Cinquenta e dois milhões é só até 92, se incluirmos também 93...

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Parece que foi muito pouco. A diferença seria muito pequena. Mas posso dar-lhe a informação complementar e todas as informações passadas. Posso informá-lo por escrito.

O SR. MARINO CLINGER - Perfeitamente. Em relação às outras, V. S^a têm dados aqui ou não?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sobre essa reportagem, Deputado, diria que uma repórter pegou um quadro de dados e, sobre os dados, faz o título e as alegações, junta as informações que recebeu desse Ricardo Viana, se não me engano. Com esses dados, ela faz uma reportagem, de sua autoria.

O SR. MARINO CLINGER - E que não corresponde a verdade.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu precisaria examinar, com mais profundidade, para poder realmente verificar se corresponde ou não à verdade.

O SR. MARINO CLINGER - Então gostaria que V. S^a examinasse e nos enviasse, depois, para sabermos se é falsa ou verdadeira.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - V. Ex^a permite-me ficar com essa reportagem, por gentileza?

Ok. Obrigado.

Essa é uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, feita por uma repórter. V. Ex^a pode ver que possui esse mesmo caráter.

Poderia pegar uma xerox, se for o caso.

O SR. MARINO CLINGER - Sr. Presidente, para encerrar gostaria de fazer uma pergunta. Participamos de uma reunião - V. S^a havia sido recém-empossado no BNDES - no Ministério do Planejamento, com a presença de inúmeros Parlamentares e o ex-vice-Presidente do BNDES, hoje Ministro do Planejamento.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - O Governador Leonel Brizola, a Ministra Yeda Crusius...

O SR. MARINO CLINGER - Ministros de Estado. V. S^a lembra-se dessa reunião?

V. S^a concorda com a afirmação que foi feita e que está gravada, pelo ex-vice-Presidente do BNDES e atual Ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, de que se o preço da Companhia Siderúrgica Nacional fosse justo não encontrariam comprador. Isso foi declarado. V. S^a concorda com essa afirmação?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não me lembro exatamente das palavras, talvez não tenham sido exatamente essas, mas deu essa conotação.

O SR. MARINO CLINGER - Não. Mas o sentido foi esse.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - As palavras, não me lembro, mas o sentido foi esse. Foi uma declaração absolutamente infeliz, com a qual não concordo e que não condiz com a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNDS, Sr. Relator:

Infelizmente não me foi possível acompanhar os trabalhos de hoje nesta Comissão, porque, apesar de afirmarem que não trabalhamos aqui no Congresso, hoje estive em quatro reuniões ao mesmo tempo, além de atender compromissos que já havia marcado há alguns dias no meu gabinete.

Lamento não ter estado aqui presente, pois me parece, pelo pouco que ouvi, que foi uma sessão animada, quente, senti vibrações no ar. Verifiquei que a discussão saiu um pouco do rumo.

Estamos passando por uma fase difícil neste País. Atravessamos aquele processo de **impeachment**, do qual o Senador Amir Lando foi o Relator; vimos o povo na rua preocupado em criar uma esperança de princípios éticos e morais e a exigir responsabilidade da administração pública. Daí em diante, passamos a verificar, com os resultados obtidos no processo de **impeachment**, que as denúncias agora se seguem. Preencher hoje um jornal com 14 páginas de denúncias deve ser difícil; deve ser muito difícil para os jornalistas. Dessa necessidade, começam a surgir afirmações sobre fatos que não são apurados e que não têm por que ser denunciados e que nem devem ser de responsabilidade de alguém. Percebi que hoje aqui foram feitas afirmações de corrupção. Há pouco, ouvi a palavra rio de lama. Talvez porque passamos, há poucos dias, do 24 de agosto. Naquela época, falava-se em mar de lama; agora pelo menos já é um rio, não é mais um mar. Está melhorando este País. (Risos)

Mas eu gostaria de saber de onde podem surgir essas afirmações, assim, peremptórias: Existe! Isto é uma corrupção! O BNDES é de corruptos! Como é que surgem essas afirmações, assim, no ar, sem dizer nada? Quer dizer, uma pessoa não chega ao BNDES por favoritismo. Às vezes, tem os seus padrinhos, pode ter - infelizmente, isso é normal na política -, mas a pessoa chega também por sua capacitação profissional, por uma vida pregressa que deve ser respeitada.

Tenho muito cuidado com essas afirmações, porque - já repeti várias vezes aqui - quando se denuncia alguém, quando se acusa alguém, é como se uma pessoa fosse para um lugar alto, como a torre de televisão de Brasília, rasgasse um travesseiro e as plumas se espalhassem; depois, viesse essa pessoa e dissesse: "Não, foi um erro. Equivoquei-me". Tente juntar essas plumas para ver se consegue. Fica sempre difundida a idéia de que a pessoa realmente é culpada.

Lamento não ter acompanhado os trabalhos da reunião de hoje. Tenho procurado vir aqui de vez em quando, mas não posso estar sempre presente. Não faço parte desta Comissão, não sou nem efetivo nem suplente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor já faz parte, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas venho aqui sempre que posso, porque, a meu ver, é da maior importância o trabalho desta Comissão. A apuração dos fatos é essencial para a continuidade do processo de privatização.

V.S.^a afirmou que tivemos a preocupação de mandar ao Tribunal de Contas da União uma solicitação a mais. Então, parece que, no passado, não havia moralidade; agora, sim. Na verdade, não é essa a intenção. Trata-se de uma preocupação de fazer com que haja uma fiscalização a mais para acabar com as hipóteses de se levantarem dúvidas a respeito de um processo. Esse é o trabalho de quem quer agir com transparência. Nós temos, agora, esse caso do Tribunal de Contas que levantou uma dúvida que está sendo apurada.

Então, por isso, tenho muita preocupação de não se transformar esta Comissão num tribunal de exceção, como era aquele tribunal do tempo do "mar de lama", em 37.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não será o Nuremberg também?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E também não será o Nuremberg. Mas creio, por exemplo, que o Senador Amir Lando tem a preocupação - vi que também é a preocupação do Presidente do BNDES - de apurar os fatos da má gestão da Administração Pública durante tantos anos. Alguém deve ser responsável pelo desvio de recursos que possa ter ocorrido. Se ocorreram, alguém deve ser responsabilizado. Agora, tudo isso tem que ser apurado normalmente, sem declarações antecipadas de que fulano ou beltrano sejam culpados.

Já ouvi aqui declarações personalizadas de corrupção, sem que se dê direito à pessoa acusada de dar a resposta necessária. E quando os fatos também são públicos, as informações públicas desmentem a afirmação de que essa pessoa foi corrupta.

Tenho procurado sempre defender que as nossas intervenções, o nosso papel, em qualquer comissão de inquérito, não é discursivo. Devemos aproveitar a presença de depoentes para fazer indagações. E, hoje, já estava invertendo isso. Como não compareci à reunião toda, ouvi apenas uma parte, estou fazendo a minha intervenção praticamente discursiva, protestando contra essas afirmações feitas de forma tão peremptória. Já ouvi de vários Parlamentares que ninguém tem o direito, nem condições de afirmar que há corrupção neste Governo. Podem discutir se está mais ou menos competente. Mas no que se refere à corrupção?! Mesmo de deputados opositores ouço dizer que não têm dúvidas a levantar quanto a isso. Se dúvidas existissem, os fatos deveriam ser apontados. Mas falar de forma afirmativa - não é nem uma indagação, não se trata nem de querer buscar a verdade - com isso não concordo.

Se o Senador Amir Lando estivesse sentado no meu lugar, teríamos um discurso muito mais veemente, porque S. Ex.^a é veemente por natureza. A indignação do Senador...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Devo dizer, nobre Senador, já que me provocou, que não fiz acusação sobre qualquer ato de corrupção.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não estou afirmando que V. Ex.^a disse. Estou referindo-me apenas à forma de oratória. Não estou falando do conteúdo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que aconteceu, por exemplo, na AÇOMINAS não pode passar em branco. O País vai ter que verificar onde foi esse dinheiro. São mais de seis bilhões de dólares envolvidos nesse programa.

Permita-me, Sr. Presidente e Sr. Depoente, neste aparte que me concede o Senador Jutahy Magalhães, dizer que a metodologia, no caso da AÇOMINAS, é prejudicial. Por quê? Porque a AÇOMINAS estava com um setor inconcluso no qual foram investidos equipamentos no valor de seiscentos milhões de dólares. Esses equipamentos estão novos, conservados, parte deles estão semiconservados, existem obras de engenharia civil no valor de quatrocentos milhões. O contrato original para instalação era de quatrocentos e oitenta milhões. V. Ex.^a estava aqui, falei sobre isso com o Dr. Emílio Odebrecht e S. S.^a me disse que não poderia precisar os valores nem as razões, mas que efetivamente a Odebrecht e a Tenenge eram dois dos maiores clientes dessa operação. Foram pagos quatrocentos e doze milhões de dólares e, hoje, para se concluírem as obras, trezentos e trinta - podem ser trezentos e trinta e dois ou trezentos e vinte e seis. Trata-se apenas de um ponto de referência de grandeza. Até me surpreendo porque esse contrato foi firmado em dólar - quatrocentos e oitenta - e depois se tem que pagar quase trezentos e trinta para se concluir a obra. Isso mereceria ao menos uma explicação. De qualquer sorte, temos aqui um milhão de dólares em jogo. Na AÇOMINAS existe evidentemente um porto de praia onde a empresa tem parte - se não me engano, 1/3. Citei um exemplo absurdo, treze mil e quinhentos hectares de terra, numa região supervalorizada do Estado de Minas, não sei qual o Município, mas me parece que é o de Ouro Branco. Isso poderia ser inclusive destacado, mas não tem qualquer ligação direta com a produção de aço. Trata-se da questão do "pulo do gato". Esse patrimônio que esta oculto é o grande *free lance* de vantagem porque no fluxo de caixa esses bens até acarretam uma diminuição. Evidentemente, isso tem um custo de conservação. Ontem, o próprio Dr. Emílio Odebrecht, a quem não faço qualquer restrição, disse que vai concorrer à compra da AÇOMINAS porque realmente o preço é convidativo. Se não houver um aumento exagerado nessa revisão do preço, o mesmo é convidativo.

Quero apenas dizer que não chamei ninguém de corrupto, chamei a atenção para o fato, porque, se eu não tivesse estado lá, não teria visto isso. Quando fui à Minas, tive oportunidade de constatar isso. É claro que para mim, que sou um zelador do patrimônio público e eu o fui desde a minha juventude, sempre zelando pelas terras devolutas dos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas, especialmente Acre e Rondônia, resgatando milhões de hectares para serem distribuídos aos colonos posteriormente, sempre tive um grande respeito pelo patrimônio público. E aqui também. Por isso, questiono essa metodologia, principalmente com relação a esse caso específico. Há outros detalhes também. É aquilo que já disse, ou seja, a eleição de fatores que sempre achatam o preço. Trata-se de uma questão de ponto de vista. Penso que esse assunto dificilmente passará em branco amanhã. Hoje, há uma cortina de fumaça. Daí a minha veemência, Sr. Presidente. Há um discurso já talhado, no geral, e que não se aplica aos casos concretos e que esconde, involuntariamente, uma série de fatores da realidade. Se isso for constatado, esse processo dificilmente passará pelo crivo da legitimidade. Não estaremos livres - espero que não - de que isso ocorra. Não quero apontar responsabilidades porque não tenho, absolutamente, isso ainda firmado. Entendo que há um programa de concepção perversa. Mas há também aqueles que querem defender o patrimônio público.

Essa a minha posição.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aceito a posição de V. Ex.^a e acredito que essa é também uma preocupação do próprio Governo. V. Ex.^a é um Senador, e o Governo, através de medida provisória, deu direito ao Senado, tendo dúvidas quanto à avaliação, de trazer para si essa responsabilidade. V. Ex.^a tem o direito de utilizar isso, se não perder os prazos. Não digo que V. Ex.^a vá fazer levantamentos, mas tem o direito de pedir ao Tribunal de Contas da União que o assessore e faça esse levantamento, não só para V. Ex.^a mas também para o Senado. Isso porque no momento em que V. Ex.^a pedisse esse levantamento o Senado iria assumir também esse papel. Essas dúvidas poderiam ser levantadas, esclarecidas, e reformulados os preços de acordo com aquilo que fosse apurado. O Governo atual tem procurado dar transparência a esse processo. Não vou dizer que o Governo esteja certo em tudo, porque não sou criança. É como disse o Deputado Paulo Ramos, não sou neófito. Acredito que estamos em condições de examinar o assunto. Se V. Ex.^a conhece o problema de perto, tem as condições legais para exercitar o papel que o Governo deu ao Senado. Nós, no Congresso, queremos abrir mão disso com o projeto de resolução que aí está. Nós mesmos é que não queremos...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nem V. Ex.^a nem eu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A maioria, infelizmente, não está votando. Não está havendo maioria para se votar. Se já houvéssemos votado, teríamos perdido nesta Comissão. V. Ex.^a pode aproveitar-se disso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estamos trabalhando nesta Comissão, e a minha preocupação pode ser resolvida neste fórum. Estamos contando aqui com o

auxílio da Presidência do BNDES, que está efetivamente dando informações e ouvindo também as posições, os dados e os elementos que são apresentados a respeito. Após isso, S. Ex^a certamente poderá ter uma visão diversa a respeito. É claro que também tenho o meu ponto de vista.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Terminada essa parte discursiva com relação à USIMINAS, antes de ser privatizada, segundo informações, a empresa não vinha pagando impostos, não vinha cumprindo determinadas obrigações. Um ano após essa privatização, o que representam hoje esses impostos no que se refere aos interesses da União, ou seja, esses recursos que agora são alocados e que não vinham sendo alocados antes? Existem dados concretos sobre isso?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não tenho esses dados agora, mas penso que são importantes e que devem ser trazidos ao conhecimento da Comissão. Eu me permitiria, Senador, mandar apurar esses dados, com a maior urgência possível, e encaminhá-los a V. Ex^a e ao Presidente Ezio Ferreira, para que todos tenham conhecimento - inclusive poderemos fazer um levantamento de todas as empresas que foram privatizadas até agora - de quanto representa o recolhimento de impostos que essas empresas passaram a fazer após a privatização.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Seria interessante.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - Aproveitando a colaboração espontânea do Presidente do BNDES, recebemos a informação de que, logo após a privatização a USIMINAS, houve o recebimento por parte do BNDES de um empréstimo de 100 milhões de dólares. Assim, seria interessante que a Comissão pudesse receber informações sobre todos os empréstimos feitos às empresas privatizadas, caso esses tenham sido feitos após a privatização, para que pudéssemos saber, caso a caso, as condições desses empréstimos, pois temos informações que a USIMINAS recebeu 100 milhões de dólares poucos dias após a privatização.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou confundindo as datas e por isso tenho dúvidas. Quanto a essa questão do empréstimo do BNDES às empresas privadas, trouxe sugestões, quando da apresentação da medida provisória, para que fossem evitados esses empréstimos, ou seja, não ocorressem empréstimos de bancos oficiais à empresa compradora. A meu ver, naquele momento, isso representaria um favorecimento inadequado. Discuti essa questão e não lembro se o Deputado Ezio Ferreira, juntamente com o atual Ministro do Planejamento e outros presentes deram algumas explicações com relação aos empréstimos subsidiados, que era a minha tese.

Senador, se V. Ex^a tomar como base os juros praticados no mercado interno, o empréstimo até poderia ser chamado de subsidiado. Mas se V. Ex^a tomar como base os juros externos, verá que os tomadores de dinheiro estão pagando muito mais, o que é o normal no mercado internacional. Então, são dois pontos que dão margem a interpretações diferentes e que podem ser levados em uma discussão para dois caminhos.

O mesmo ocorre quando falam que nós, Senadores, ganhamos demais. Evidentemente que, se compararmos o nosso salário com o do trabalhador, realmente ganhamos. Mas se compararmos nossos salários aos dos executivos de empresas privadas, aos dos jogadores de futebol que tiveram êxito, aos dos treinadores de times de futebol, ganhamos pouco. Então, essa é a diferença da interpretação quando calculamos e fazemos essas comparações que, às vezes, não nos levam a um bom caminho.

No que se refere à avaliação, como disse o Senador Amir Lando, temos condições de fazê-lo. Deram-me uma explicação, e discuti muito contra essa idéia. Mas hoje dão uma interpretação que pode ser válida para alguns: quando se faz, hoje, a avaliação do preço da empresa, o passado é praticamente esquecido. Então, ver-se-á se essa empresa, desta data em diante, terá condições de dar retorno ao capital empregado. Então, as aplicações que foram feitas ali, infelizmente, não são levadas em consideração. O Governo gastou determinada quantia, mas, na composição do preço, essa quantia não vai ser incluída.

O SR. PAULO RAMOS - Nobre Senador, não se leva em consideração em o que se tem em caixa!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não estou discutindo; estou fazendo uma afirmação do que existe a respeito do assunto. A pessoa pode aceitar ou não, mas são informações que têm que ser levadas em consideração no exame do quadro geral, para formarmos a nossa opinião de acordo com as informações.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Imagine o quanto é difícil avaliar o fluxo de caixa de uma empresa recém-construída, porque esse mercado futuro seria muito incerto. Trata-se exatamente da estrutura das nossas empresas estatais, que têm uma estrutura diferente, porque aqui se tem o supérfluo, e mostrei uma série de pontos que são supérfluos, mas que são valores agregados.

Mas não existe, aplicando-se a metodologia, como avaliar, como considerar esses valores agregados. A coisa realmente desaparece através da metodologia de simplificação do fluxo de caixa que é descontado. Evidentemente a uma taxa de desconto que se aplica. Também nessa taxa de desconto, às vezes, se elege elementos os mais negativos para se depreciar, no final, o preço. São detalhes que aí merecem uma discussão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Foi o que disse ontem, em outros termos, ao Dr. Emílio Odebrecht: acho que devemos ter cuidado em procurar o melhor e maior preço nas licitações para execução de nosso patrimônio. Essa é a avaliação que devemos fazer através de uma discussão. E, nesse caso, da AÇO MINAS temos o direito de fazer essa avaliação, exercitando o nosso direito. Essa é a minha discussão. Temos o direito. Então, vamos utilizá-lo. O que não adiante é ficarmos aqui criticando e atacando sem que façamos uso do nosso direito. Se perdermos a chance de fazermos essa avaliação e a comparação, depois não vamos ficar aqui dizendo que os outros são corruptos. Primeiramente vamos verificar; depois vamos acusar.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sr. Presidente, diria, inclusive, que é importante notar que todos esses aspectos são considerados na avaliação das empresas, até, eventualmente a receita que a venda do imóvel - não estou dizendo que é o caso específico -, possa resultar amanhã para a empresa que está sendo vendida. Colocaria à disposição dos senhores, se for o caso, os próprios consultores, que fizeram o trabalho, para responderem perguntas específicas, digamos, desse tipo, como foi levado em consideração no relatório para que os senhores tenham explicações totais. Se o objetivo é esclarecer, estamos à disposição da CPI para esse fim e vamos esclarecê-los em tudo o quanto for possível.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, farei uma indagação acompanhada de uma brevíssima consideração. Em um passado recente, na época do regime autoritário muito coisa foi denunciada. Por exemplo, a ferrovia do aço. Na época havia denúncias que a ferrovia do aço, que a Transamazônica representava um descaso com o dinheiro público. Entretanto, na época, se pegarmos os discursos da época vamos verificar que eles são semelhantes aos feitos agora para justificar essa venda, essa entrega, essa alienação irresponsável do patrimônio nacional. Aliás, algumas das minhas opiniões sobre o Programa Nacional de Privatização eu colhi do livro com os discursos do Senador Jutahy Magalhães. Quer dizer, sou discípulo do Senador Jutahy Magalhães e de tantos outros...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Só lamentei que na Câmara o meu projeto não tenha sido aprovado, porque aqui no Senado foi aprovado.

O SR. PAULO RAMOS - Certamente não o foi pela falta do voto do meu Partido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O PDT fez vários discursos no sentido de apoiar o meu projeto. Mas, infelizmente nunca foi executado.

O SR. PAULO RAMOS - Apoiou. O PDT é minoria na Câmara. O Governo é sempre maioria. Em algumas oportunidades o Governo não é maioria. O Governo é uma maioria tão grande que se tiver interesse, hoje, aprova o projeto de V.Ex.^a, porque o Governo é maioria. É maioria no Senador, na Câmara, então, nem se fala! Mas como é que o Dr. Delben imagina que será possível responsabilizar os administradores de hoje que estão "vendendo" o patrimônio público no futuro? Como se imagina ser possível isso? Admite ser possível com tantos exemplos passados no País?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Os responsáveis sempre terão que ser responsabilizados perante a lei. Se não fizemos no passado, falhamos todos. Acho possível. Por que não? Nesse País deve prevalecer a justiça algum dia. E os senhores estão procurando isso, inclusive. Agora, o que espero é que o faça de maneira absolutamente isenta. Procurem saber a verdade realmente. O que às vezes deixam indignadas as pessoas que também servem ao poder público, muitas vezes com a mesma dedicação, o mesmo amor, o mesmo espírito de trabalho são as acusações que muitas vezes se fazem pressupondo, quer dizer, antecipando-se ao julgamento na fase preliminar. O importante é que esperemos as conclusões, para, depois, firmar as nossas convicções. É o que acabou de dizer o Senador Jutahy Magalhães. Vamos aguardar as conclusões finais, apurar todos os fatos, olhar, realmente, com profundidade, para colocar acima de todos os interesses, quer sejam partidários ou políticos, quer sejam eleitorais, enfim, financeiros, todos os interesses, dentro do interesse maior do País, verificando tudo com profundidade.

Por isso é que estou colocando, por exemplo, à disposição, no caso da AÇOMINAS, os próprios consultores para responderem às perguntas feitas, porque este trabalho foi muito minucioso. Os senhores devem compreender que o BNDES cumpre uma legislação extremamente rigorosa. Por favor, atenham-se a todos os itens e verifiquem tudo o que é feito para se chegar ao valor de uma empresa.

O SR. PAULO RAMOS - Dr. Delben, embora eu aparente ser mais velho, sou quase da sua idade. Sabemos que a grande trama feita no País era a trama feita através da própria lei.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A lei foi feita dentro do Congresso Nacional.

O SR. PAULO RAMOS - Eu quero dizer que está tudo dentro da lei. A lei permite tantos desvios, tem as lacunas.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Mas se nós não a seguirmos, Deputado, amanhã seremos também culpados. Nós temos que seguir rigorosamente, ao pé da letra, a lei.

O SR. PAULO RAMOS - Há lacunas, imprecisões na lei. Fiz uma pergunta, e o Dr. Delben Leite não a respondeu. O senhor venderia qualquer das suas empresas, dentro dos mesmos critérios com que estão sendo vendidas as empresas estatais?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Não tenho a menor dúvida, venderia como vende qualquer capitalista, em qualquer parte do mundo.

O SR. PAULO RAMOS - É uma maravilha, se o senhor quiser vender, fale comigo.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Está à disposição. Se o senhor quiser comprar, fale comigo.

O SR. PAULO RAMOS - Eu sou um modesto assalariado, não tenho condições.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, apenas quero fazer uma observação. O Presidente do BNDES acaba de colocar à disposição da CPI os consultores, os técnicos que poderiam dar as informações sobre a avaliação da AÇOMINAS. Penso que é o momento de aceitar isso. Esta comissão deve solicitar que o Presidente combine com o Presidente da Comissão para marcar uma data, um local, para fazer as avaliações.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Aceito. Na terça-feira, se quiserem, venho aqui.

O SR. PAULO RAMOS - Agora, a minha abordagem é quanto à metodologia empregada. Podemos ter outras metodologias, quero que o Presidente esteja certo. Não sei onde foi valorizado, nesta metodologia, o Porto de Praia Mole. A metodologia, pela sua própria estrutura, afasta esses elementos. Como o senhor disse, não interessa o passado. Isso está absolutamente correto. A fraude está na metodologia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não fui eu quem disse isso, não. Essa é a declaração das pessoas.

O SR. PAULO RAMOS - A verdade é que a fraude está na metodologia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Há oportunidade de perguntar e é hora de fazer isso. Só lamento não estar aqui, pois vou passar dez dias fora. E eu digo, Deputado, que os meus discursos podem ser lidos e relidos para serem trabalhados.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria, também, Sr. Presidente, que viesse quem realmente produziu este trabalho. Caso contrário vem o Diretor, o Presidente, e vão dizer que não sabem de nada. E aí vamos detalhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando, para concluir.

O SR. RELATOR (AMIR LANDO) - Sr. Presidente, nobres membros da Comissão, Sr. depoente, eu queria saber, inicialmente, qual o diploma legal que dá legitimidade processual para o BNDES comparecer em juízo, para tratar das questões relativas à privatização. O Senhor tem esse fundamento jurídico, pode consultar?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu teria que consultar a minha assessoria. Em princípio, acredito que o estatuto do banco e a determinação da legislação coloquem o BNDES como gestor do programa. As duas coisas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Para mim, essa competência é da Advocacia-Geral da União. Quem representaria os interesses da União seria a Advocacia-Geral da União. Entendo que o BNDES não tem essa legitimização processual.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - É uma empresa, Senador: ...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas como é que uma empresa vai legitimar todos os demais interesses que são, essencialmente, da União?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu só poderia falar a respeito dos atos por ele praticados.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Os atos dele, sim. Eu não entendo essa legitimização processual. Mas tem havido, e não encontrei. Isso tudo pode ser questionado. Eu sei que é uma questão jurídica. Eventualmente, o senhor poderia ter um assessor aqui. Mas se me quiser passar as informações depois, por escrito, ficarei agradecido. Lendo, não encontrei legitimização processual.

Quais as empresas de publicidade contratadas, até aqui, pelo PND? A "Setembro Negro" está incluída?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Eu lhe envio por escrito, Senador. Se, por acaso, nós não tivermos aqui, vem por escrito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É só setembro. Negro é porque envolve algum passado obscuro. Setembro.

(Inaudível. Intervenção longe do microfone)

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não. Consultora, não. Publicidade. Ela foi contratada, também? Em caso afirmativo, eu quero saber, então, quem foi contratado, e quais os valores de cada contrato? Pode ser?

Eu quero, evidentemente, naquelas informações gerais. Eu precisaria saber quais os recursos para esse programa de privatização do BNDES. Para quem foi, então emprestado - ou vendida a moeda - como o senhor queira? Não vamos nos ater a um termo.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Vendida a moeda para a compra das empresas, para os leilões.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É. Durante esse processo de privatização.

O Sr. Sérgio Zedron, que está presente, em recente entrevista à imprensa afirmou que a desestatização do setor petroquímico é necessária, porque a

PETROBRAS havia perdido 5,8 bilhões em subsídios da nafta. Isso é um ônus para a sociedade. Parece-me que para esse problema, como está, o jeito seria cortar o subsídio. Não é a privatização que vai resolver essa questão. Se não se cortar o preço subsidiado - e aí vai uma opinião - nesse setor petroquímico, fica difícil. Nós não teríamos competitividade hoje, a nível internacional, se não houvesse um pequeno subsídio. É difícil eliminar todos os subsídios. Mas isso já é um ponto de vista pessoal. Não quero impor nada.

Ontem, o Sr. Emílio Odebrecht, em depoimento nesta CPI, afirmou categoricamente que não existe subsídios. Na verdade, existem. O preço da nafta no mercado interno é de 155 dólares por tonelada. No mercado internacional, 170. Mas existiria mais o transporte, evidentemente, e o preço em torno de quinze dólares. Chegaríamos a 185. Quer dizer, há uma pequena vantagem. Eu não sou contra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Permite-me V.Ex^a um aparte, nobre Senador Amir Lando?

O SR. RELATOR (AMIR LANDO) - Com todo prazer, ouço o aparte de V.Ex^a.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto à questão da nafta, ontem procurei me informar, porque tenho dúvida quanto a esse subsídio. V.Ex^a deve estar comparando o preço interno de 155 dólares com preço externo, no mercado mundial, de 170, 175 dólares.

O preço de produção da nafta - aí foi a minha indagação -, a formação do preço interno. A PETROBRAS, segundo a informação do Dr. Emílio Odebrecht, produz a nafta por um preço "x" e consegue vender essa nafta com algum lucro. Foi a informação que ele forneceu. Se V. Ex^a dissesse que se essa nafta fosse vendida no mercado internacional produziria um preço mais alto, aí sim. Mas nem sempre podemos fazer esse tipo de comparação. Se o mercado interno exige uma determinada produção, se não atendermos à necessidade do mercado interno para exportar, estaremos cometendo um grande equívoco.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu não queria abrir uma discussão sobre esse tema do subsídio. Entendo que, em certos setores, é importante a presença até do Estado para dar esse incentivo. Sobretudo, o nosso setor petroquímico é um setor incipiente, eu diria assim, é um setor em que realmente essa parceria do Estado foi decisiva. De acordo com informação de que dispomos, nessa área industrial não temos uma tecnologia avançada que possa melhorar consideravelmente a produtividade.

Então, essa participação no atual estágio do preço - vamos dizer assim - favorecido da nafta dá vigor ao setor. Se tivéssemos que chegar - não posso quantificar agora - aos valores do mercado internacional, teríamos algumas dificuldades para sustentar a nossa indústria, e ela é importante. Essa é uma compreensão que tenho.

De qualquer maneira, sempre como referência de produtos dessa natureza, o petróleo é mercado internacional, a nafta também. Sempre a referência é mercado internacional.

Não sei se os meus dados são definitivos.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Estão relativamente corretos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estão mais ou menos próximos?

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - Sim.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esse é só um detalhe. O que mais me preocupa é uma explicação sobre o dado oferecido pelo Dr. Sérgio Zendron. Eu gostaria de saber se efetivamente houve, se se perdeu esses 5,8 bilhões, e em que período.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - A informação que estou recebendo do Dr. Sérgio Zendron é a seguinte: esses dados provêm de um relatório da própria PETROBRAS, trazido por informação do Dr. Roberto Villa - não é isso? - de que desde 1980 até 1993 teria sido acumulado um prejuízo de aproximadamente seis bilhões de dólares em função da diferença de preços e dos subsídios que teriam sido dados através da nafta.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS DELBEN LEITE - E coincide - diz também o Dr. Sérgio Zendron - com o estudo feito pelo BNDES nesse mesmo período.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Só quero dizer aquele aforismo antigo: "Todos os caminhos levam a Roma". Todos os argumentos levam à privatização. Esse argumento não é a privatização que aproveita. Privatizando, se não se corrigir esses preços, esses valores poderão ser efetivamente aumentados. Não é argumento para privatizar. É argumento de uma política de Estado. Interessa subsidiar? Se dependesse

do meu pouco entendimento, eu até acho que devemos preservar esse ramo, que considero promissor. E na medida em que o Brasil se desenvolver, vamos ter, possivelmente, mais saneamento básico, etc. E talvez esse setor tenha um espectro muito grande para se expandir.

O que me deixa um pouco preocupado é que todos os argumentos são válidos para a privatização. Não vamos resolver o problema deste País só privatizando. Vamos resolver uma questão, mas que, se cair num vazio, não vai acontecer, como aconteceu na Argentina. O Chile também, até certo ponto, de acordo com os dados que tenho, continua nessa linha. Temos que pensar este Brasil mais longe do que essas datas de abates das estatais. Não é isso que vai resolver os problemas do País. É uma falácia dizer que o Brasil vai entrar nos eixos. Pode entregar tudo de graça amanhã. Vamos ver

se esse é o mal deste País. É evidente que não. Por isso é que me debato no sentido de aqui angariar o máximo de recursos, porque sei que os recursos que estiveram no caixa poderão produzir alguma coisa, se forem bem empregados. E penso que serão bem empregados.

O BNDES justifica as suas participações em duzentas empresas. Essa pergunta, até certo ponto, já foi feita por outro. O senhor vai dar aqui informações. Onde obteríamos a informação de todas as participações acionárias da União no Ministério do Planejamento? De lá, vamos ter não só o BNDES, como BNDSPar, a União diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Esta presidência já fez essa solicitação ao Ministro do Planejamento.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, concluo, dizendo ao nobre Presidente do BNDES que o que nos preocupa é efetivamente pensar este País de forma transparente e passar a limpo certos setores. Não podemos viver com essa irresponsabilidade no trato da coisa pública e, sobretudo, dos recursos públicos. A mim não constitui um argumento da privatização, quando se fala que foi feito um investimento e que se consumiram 20 bilhões de dólares. É um ato de grandeza nos últimos anos - ou que seja 23. O que me preocupa, sim, é para onde foi esse dinheiro. Não se pode esconder debaixo do tapete uma montanha de dólares desse tamanho. Falo em responsabilidade - me entenda bem - de quem geriu esse imenso patrimônio.

Chamo também - e aí é o meu dever - à responsabilidade o BNDES no que se refere a acompanhar esse programa e maximizar os resultados para a sociedade brasileira. O povo brasileiro está chegando ao seu limiar da resistência, às fronteiras da tolerância. Temos que dar uma perspectiva ao menos do melhor para o amanhã. Não há outra saída.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Agradeço a presença do Dr. Luiz Carlos Delben Leite. Fico grato pela boa-vontade do BNDES e da sua Presidência em colocar os técnicos para nos ajudar na conclusão dos nossos trabalhos, da verificação desta CPI em todos os setores da atividade da privatização.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião, convocando uma para terça-feira, às 15 horas, com a presença do Sr. Jorge Gerdau, Presidente do Grupo Gerdau; outra para quarta-feira, às 10 horas, com a presença do Ministro Fernando Henrique Cardoso; e uma terceira reunião, às 15 horas, com o Ministro Paulino Cicero.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 56 minutos.)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO"

ATA DA 24a REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1993.

Às dez horas do dia trinta e um do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Amir Lando, Relator, Edson Silva, Luiz Roberto Pontes e Sérgio Miranda. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião de trabalho com os consultores avaliadores da Setepla Tecnometal Engenharia do Serviço A, do Banco Interatlântico S/A e da Booz-Allen & Hamilton do Serviço B. A Presidência solicita o Deputado Edson Silva para presidir a reunião. Usam da palavra os Senhores Parlamentares Luiz Roberto Pontes, Sérgio Miranda. É

zio Ferreira, Edson Silva e Amir Lando, bem como os Consultores Avaliadores Senhores Boaventura Mendonça d'Ávila Filho, Renato Ribas Pessoa e Maurício Kauffman, Consultores-Avaliadores da Setepla Tecnometal Engenharia, Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado, Consultor Avaliador do Banco Interatlântico S/A e Ery José Bernardez, Oscar de Paula Bernardez e Fábio Monteiro de Barros, Consultores Avaliadores da Booz-Allen & Hamilton, usam da palavra também os Senhores Armando Galhardo N. Guerra, Diretor do Departamento Nacional de Minas e Energia do Ministério das Minas e Energia e José Rodrigues, Assessor do Senador Amir Lando. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO A ATA DA 24ª REUNIÃO DE TRABALHO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". REALIZADA EM 31/08/93, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 31/08/93 - 10h

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR : SENADOR AMIR LANDO

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Passo a Presidência ao nobre Deputado Edson Silva.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Senhores membros da Comissão, convocamos esta reunião interna da CPI com o propósito de ouvir os consultores dos consórcios A e B, acerca da metodologia de avaliação da AÇOMINAS.

Para melhor operacionalização dos nossos trabalhos, nós vamos ouvir, no tempo de trinta minutos, a exposição dos senhores integrantes do consórcio A, depois trinta minutos para o consórcio B; em seguida, passaremos às perguntas.

Eu convido o representante do consórcio A, engenheiro Boaventura D Ávila, a tomar assento à mesa.

Nós não vamos seguir o rito ordinário da CPI em relação ao juramento, porque se trata de uma reunião interna, mas os depoimentos e os debates que se seguirão estarão sendo gravados para posterior exame dos membros da CPI.

Com a palavra o Dr. Boaventura DpÁvila.

O SR. BOAVENTURA D ÁVILA - A empresa contratada para fazer a avaliação econômico-financeira da Açominas foi a Cetebra Tecnometal Engenharia, empresa da qual sou sócio e que está aqui representada por mim, Boaventura DpÁvila, pelo engenheiro Maurício Kauffman, que foi o coordenador executivo do trabalho e pelo engenheiro e economista Renato Pessoa, que foi o responsável pelas análises financeiras da avaliação da Açominas.

A nossa empresa tem uma tradição de 30 anos de consultoria e engenharia de projetos nessa área siderúrgica - deixo aqui um folheto com o Deputado - e temos participado também, com bastante frequência, de todo planejamento siderúrgico e projetos para essa área.

Nos projetos de privatização, nós temos participado desde o ano de 1989, no Governo Sarney, com a privatização da USIBA, quando nós trabalhávamos para o grupo Siderbrás. Participamos da privatização da USIBA, fazendo serviço para a SIDERBRÁS; depois participamos da privatização da Companhia Ferro e Aço de Vitória, COFAVI, nesse caso, prestando consultoria a um comprador; e participamos das concorrências de todas as privatizações siderúrgicas sob a égide do BNDES, nos dois últimos governos.

Nós participamos do consórcio que privatizou a USIMINAS - Usina Siderúrgica de Minas Gerais, e participamos agora, também recentemente, fazendo o serviço A na privatização da COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista.

A nossa especialidade é fundamentalmente essa área de siderurgia e metalurgia, e no trabalho da AÇOMINAS nós realizamos o serviço A, que é fundamentalmente uma avaliação econômico-financeira com base na metodologia de fluxo de caixa descontado - isso consta da legislação do processo de privatização e do edital que convocou a nossa participação, que convocou a contratação da consultoria.

Então, com o amplo conhecimento que tínhamos da AÇOMINAS e do setor siderúrgico em geral, nós fomos escolhidos, selecionados numa concorrência bastante acirrada, para participar. Fomos a empresa contratada para realizar, então, essa avaliação econômico-financeira representada pelo serviço "a".

O nosso trabalho na avaliação da AÇOMINAS começou exatamente nesse conhecimento que nós tínhamos do setor e da própria AÇOMINAS.

Temos também uma tradição de trabalhos para a AÇOMINAS, ao longo de toda a existência da usina, e nós sabemos perfeitamente que a AÇOMINAS é uma empresa que foi concebida como uma usina fabricante de laminados, fabricante de perfis pesados e perfis médios: é um projeto que ficou pela metade, porque foi instalada apenas a fabricação de aço e a venda de um produto semi-acabado, um produto de menor valorização na hierarquia dos produtos siderúrgicos e, ao mesmo tempo, é um produto de uma demanda instável, porque representa uma oferta de um produto intermediário a quem vai acabar esse produto.

De qualquer maneira, méritos sejam dados às administrações da AÇOMINAS até aqui, que conseguiram fazer dessa, vamos dizer assim, meia usina, ou dessa usina não integrada um centro de negócios bastante significativo.

Como isso foi conseguido? Valorizando o produto. O tarugo, esse produto semi-acabado, foi, ao longo do tempo, sendo valorizado com uma produção mais nobre, com uma produção mais especificada, e a AÇOMINAS, então, montou um modelo que se pode dizer que ela, hoje, tem uma usina que tem um produto com alguma diferenciação em relação aos seus concorrentes, um mercado interno muito pequeno e uma participação bastante fundamental nas exportações.

Então, é uma usina que produz um semi-acabado, mas um semi-acabado que está se qualificando, que vem se qualificando sempre. Esse é o destino da AÇOMINAS: qualificar cada vez mais o seu produto, fornecer ao mercado interno, na medida das necessidades, que não são muitas, dependem do desbalanceamento de outras usinas, como a Mendes Júnior, por exemplo, que não tem capacidade de produzir todo o aço para ela mesma laminar e compra uma parcela desse aço sob a forma de tarugos da AÇOMINAS, e o mercado externo que ela vem conquistando e nobilitando ao longo do tempo.

Esse é o quadro da AÇOMINAS; mais ainda, uma empresa, em nível de produção, de ocupação da capacidade, que está praticamente estável nos últimos três anos.

Ela tem produzido, normalmente, dois milhões de toneladas/ano de aço nos seus conversores, com seu alto-forno funcionando, também, direitinho, uma usina bastante bem operada, vamos dizer assim, e que tem o seu produto sendo nobilitado.

Para a execução do trabalho, e aí eu gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que esse trabalho foi realizado por nós, do serviço A, no período de junho a outubro de 92. Nós não fomos, em hora alguma, convocados para nenhuma atualização desse trabalho. O nosso trabalho ficou pronto em outubro de 92. A previsão de privatização, da execução do leilão da AÇOMINAS era dezembro de 92, quando houve a interrupção do processo de privatização por três meses.

Na retomada do processo, participamos de diversas reuniões com a comissão de privatização, e ao serviço B, que vai falar depois, coube fazer a atualização, o que não é muito importante no caso da AÇOMINAS, porque, como eu falei, ela é uma empresa que vem tendo um desempenho bastante estável nos dois ou três últimos anos.

Fizemos todas as análises de cenário, como iria evoluir a economia brasileira, numa metodologia nossa, que é toda integrada. Quando se diz que é um cenário de crescimento ele é, também, um cenário em que a matéria-prima encarece; quando se diz que é um cenário de abertura da economia brasileira, ou seja, livre comércio de importação e exportação, esse modelo é um mercado que nos diz que o minério de ferro, oferecido dentro do Brasil, vai ter o mesmo valor do preço de exportação. É um cenário totalmente integrado. Quando dizemos que vai haver crescimento econômico, falamos também que a mão-de-obra da AÇOMINAS vai ganhar mais ao longo do período, vai ter um crescimento real de salário. Esse cenário totalmente integrado chega ao modelo operacional para a AÇOMINAS.

Fizemos, no nosso trabalho, três configurações operacionais para operação da AÇOMINAS: uma, exatamente no *status quo*, sem nenhum investimento senão aqueles compulsórios, relativos a reforma de alto-forno, manutenção corriqueira da usina, que teria um grande entrave para a AÇOMINAS, que seria não nobilitar o produto, quer dizer, ela não teria condições de enobrecer mais o seu produto, ou seja, ficaria num nível de preço de semi-acabado bastante baixo.

A segunda configuração é a de que ela fizesse alguns investimentos, 100 milhões de dólares de investimentos, visando especificamente nobilitar esse produto. Seria metalurgia secundária do aço, chamado forno panela, na frente dos fornos produtores de aço e, principalmente, o acabamento de tarugo, que é um gargalo da AÇOMINAS. Então, com uma linha de acabamento de tarugo ela poderia produzir 100%, não precisava produzir secundariamente placa, como faz hoje.

A terceira hipótese - inclusive constava do Edital essa obrigação -, de analisar também a entrada dos laminadores, a operação dos laminadores. Nós estudamos a entrada em operação de dois laminadores. O laminador chamado de perfil médio é aquele que o próprio mercado desaconselha em cima de uma concorrência acirrada e de um mercado que já foi de 500 mil, hoje, não passa de 100, 150 mil toneladas, foi desaconselhada a instalação dele no período.

E o laminador de perfil pesado, da AÇOMINAS são dois laminadores, vamos dizer assim, mesmo em nível siderúrgico, enormes. Um laminador de 800 mil toneladas de perfil médio para um mercado interno que hoje não passa de 200, e um laminador de trilhos e perfis pesados, com capacidade de 700 mil toneladas.

Nesse caso do trilho em perfil pesado, apesar de requerer investimentos grandes para ser implantado, nós estudamos uma configuração com a implantação desse laminador e os resultados obtidos; esse laminador ofereceria, fundamentalmente, trilhos, dormentes e perfis pesados. Os senhores sabem que não é da cultura de engenharia brasileira a construção em estrutura metálica. Então, esse mercado de perfis é muito pequeno. Mesmo no mercado de trilhos, trilhos para reposição para novas ferrovias, que sempre no Brasil era um mercado da ordem de 100, 120 mil toneladas, hoje está na casa das 30 mil toneladas por ano. As ferrovias não têm feito manutenção nem têm se expandido. Isso deve melhorar a curto prazo, com investimentos privados e com a retomada dos projetos ferroviários no Brasil.

Então, a terceira configuração foi com operação do perfil pesado, se bem que melhorando muito os resultados da empresa, por requerer investimentos bastante grandes não representou uma valorização significativa para a empresa, quando expressa em valor presente e líquido.

Montado todo esse esquema operacional, partiu-se para a montagem do fluxo de caixa, da série de fluxo de caixa e do desconto desse fluxo de caixa. O procedimento de avaliação de empresa, através do modelo do desconto de fluxo de caixa, não apenas está exigido no edital de convocação das empresas, mas como nós temos trabalhado tanto na linha do vendedor como na linha do comprador em diversos negócios, em diversas transações entre empresas, achamos que, realmente, é essa a linguagem do mercado quando compra um determinado bem. É saber qual é o resultado que esse bem traz ao comprador.

Sobre as características dessa metodologia e como esses fluxos foram incluídos no trabalho, eu preferia que o Engenheiro e Economista Renato Pessoa me substituísse aqui nessa exposição, por favor.

O SR. RENATO PESSOA - Eu fiquei encarregado, nesse quadro do serviço A, de fazer a parte das projeções econômico-financeiras, os descontos de fluxo de caixa, determinação do valor presente líquido, conforme estabelecido no Edital de concorrência e previsto mesmo na legislação.

O que fizemos, conforme o Boaventura falou, foi considerar, em primeiro lugar, a existência de uma usina na sua situação atual, que foi a configuração que nós denominamos de **status quo**.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, eu gostaria de interromper um minutinho.

Parece-me que essa proposta de trabalho não é a metodologia que imaginávamos. Queríamos um encontro informal para troca de opiniões, sobretudo sobre as dúvidas que assaltam a Comissão, sobretudo os assessores, nem são os Deputados, uma coisa bem informal para que se pudesse, efetivamente, extrair daí uma série de informações que nos importam. Acredito que aí seria mais produtivo.

Ouvir uma versão pura e simples, já estamos cansados de ouvir esse tipo de colocação. Para nós o importante é extrair as dúvidas que se tem. Por exemplo: como se chegou a 346? Isso é que é inexplicável para nós. No meu entender, para mim é mais importante a assessoria estar aqui, sobretudo, no que tange ao Relator, para que pudesse efetivamente extrair alguns dados que para nós é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Senador, nós combinamos aqui uma exposição de 30 minutos, 15 para o Consórcio A e 15 para o Consórcio B e, em seguida, passaríamos à segunda fase. Estamos nos primeiros 15 minutos do Consórcio A e, em seguida, o Consórcio B.

O SR. RENATO PESSOA - Em primeiro lugar, determinamos essa projeção vinculada à situação de **status quo**, que é essa situação conforme o Boaventura definiu, em que existem apenas investimentos considerados mínimos, inadiáveis e compulsórios, para que a empresa possa se manter no seu mercado.

Esse fluxo foi descontado a uma taxa - talvez, aos poucos, consigamos responder algumas das dúvidas que existem - esse fluxo foi descontado a uma taxa de 14%, que foi a que nós, a partir de uma série de avaliações, concluímos como sendo a taxa mais adequada para o tipo de operação que se faria.

Adicionalmente, conforme também foi falado, nós contemplamos projetos de que derivavam de situações novas de investimentos e que permitiam à empresa uma valorização adicional que, em função desses investimentos, permitiria produtos de melhor qualidade e, conseqüentemente, de melhor preço, além de uma melhor participação no mercado, inclusive participando mais em termos de mercado interno, que é um mercado que tem uma rentabilidade maior.

Procurando essa valorização, tínhamos esses dois quadros de alternativas adicionais de configuração para a Açominas, e determinamos quais os resultados adicionais que eram introduzidos no processo, no fluxo de caixa por conta desses investimentos. Calculamos fluxos de caixa diferenciais em relação a esse fluxo da situação-base existente.

Esses fluxos que seriam desenvolvidos a partir de investimentos realizados um pouco mais adiante, ao longo do tempo e com recursos totalmente novos, que não passam por moeda de privatização, fora descontados à taxa de 18%.

Com esses dois resultados, com esses dois valores presentes líquidos, somados ao valor da usina, da empresa, ao valor econômico de 500 milhões de dólares. A partir desse valor de 500 milhões de dólares, recebendo as informações do serviço B, em relação aos ajustes que precisavam ser feitos em termos de dívidas e créditos que a empresa ainda tinha que enfrentar, foi que nós chegamos ao valor de 346 milhões de dólares.

Basicamente, esse foi o procedimento adotado. Outros detalhes mais específicos talvez fosse mais conveniente a gente explicar na medida das questões que os senhores certamente têm.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Consulto o Sr. Relator se ouvimos a assessoria do Consórcio B?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos ouvir, dentro dessa temática já proposta.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Tem a palavra, por igual tempo de 15 minutos, o representante do Consórcio B, Dr. Ely Bernardes.

O SR. ELY BERNARDES - A nossa participação é sob a forma de um consórcio do qual participam as empresas Booz-Allen & Hamilton(?), com a condição de liderança e de maior envolvimento, principalmente na avaliação econômico-financeira, o Banco Interatlântico, o NMB Post Bank, Advogados Machado Mayer e Plan Consult, Planejamento e Consultoria, como líderes dessa associação. Participaram ainda dos trabalhos a empresa Arthur Andersen, que fez a parte de auditoria da empresa, uma parte importante das informações a serem fornecidas aos interessados, e a empresa Tecne, que fez a avaliação de impactos sociais da desestatização.

O tema que temos para discutir é metodologia. Parece-me que a metodologia que está sendo empregada é a prevista na legislação, é a consagrada. Se nos perguntassem, adicionalmente, "se os senhores tivessem a liberdade de escolher a metodologia, escolheriam outra? Responderíamos que não. Nós aplicaríamos essa porque é realmente a mais indicada, a mais apropriada e universalmente aplicada e aceita.

Talvez as nossas discussões sejam mais produtivas se nós conversarmos sobre a aplicação da metodologia. Parece-me que esse é o ponto porque é aí que podem surgir diferentes opiniões, diferentes interpretações, e cada um de nós deve ter a justificativa para a forma como tratou.

Qualquer uma dessas empresas que integram essa associação ou que, como subcontratadas, participaram do trabalho, são empresas experientes que têm participado do processo, no Brasil, fora do Brasil, e que acumulam um conhecimento muito amplo tanto na parte de metodologia quanto na parte de mercado.

A parte principal do nosso trabalho, em primeiro lugar, é identificar aquilo que é importante para que se calcule o valor da empresa da forma mais apropriada e que se chega ao maior valor possível. Estamos trabalhando para um vendedor e a maneira de bem servi-lo é indicar a ele o valor mais alto que a empresa pode obter.

Não é isso, na verdade, que é pedido diretamente no contrato. O contrato pede a indicação de um preço mínimo, e nós também indicamos esse preço mínimo. A metodologia nossa, na verdade, busca indicar ao vendedor uma faixa de valores dentro da qual nós achamos que deve se situar o preço de venda da empresa.

Se tivéssemos trabalhando para um vendedor privado, nós faríamos essa avaliação por esse caminho e ao identificarmos os diversos valores possíveis na faixa, iríamos contactar aquele comprador potencial que, no nosso entendimento, seria o que poderia pagar o preço mais alto. Se ele não estivesse interessado, iríamos descendo até, se quiséssemos realmente vender, chegar àquele que pagaria o preço mais baixo.

O processo definido é um leilão. O cálculo do valor econômico da empresa, aplicado segundo a metodologia que é universalmente aceita e praticada, nos dá a indicação desse valor. Mas o importante é nós termos consciência de que esse valor vai ser levado a um leilão. A importância que se cria é que esse leilão tenha interessados, e que esses interessados vejam uma empresa que para eles faz sentido.

Tem sido até a prática, no caso brasileiro, de que nos leilões os preços pagos em vários casos têm excedido o preço mínimo. Então, o sentido do preço mínimo, calculado nos nossos trabalhos, tem muito mais o objetivo de defender o vendedor, para que a empresa não seja vendida por um preço irreal, mas também tem o papel de criar um ambiente de venda por um preço acima, sempre que possível.

Para chegarmos a isso temos que simular a vida da empresa num horizonte futuro. E simular horizonte futuro tem muito de técnica, mas tem muito de percepção. Aí é muito importante se destacar a percepção de quem está fazendo o trabalho, das pessoas envolvidas, da experiência que têm.

No caso nosso, Booz-Allen? especificamente, temos uma lista de clientes no mundo inteiro que excede 100 empresas siderúrgicas. Tomando somente o caso do setor siderúrgico, os nossos parceiros de negócios, nesse caso de avaliação, também têm currículo da mesma natureza.

Chamo a atenção para esses aspectos, porque eles vão ser muito importantes quando começarmos a discutir qual a sua percepção de venda, qual o preço futuro, qual a quantidade, qual a necessidade de investimentos, qual a taxa de juro adequada, qual a remuneração dos investidores com seus recursos próprios, como é que se tratam os recursos que serão obtidos, eventualmente, através das chamadas moedas de privanização?

Na verdade, mais do que a metodologia está a importância do trabalho. A percepção, a capacidade dos avaliadores de interpretarem isso, previrem o futuro é uma incerteza e sempre o será. Dizemos, nós planejadores, que a única coisa absolutamente certa nas nossas previsões é que estarão erradas e que vamos discutir o grau de erro. Claro que sempre trabalhamos no sentido de que o grau de erro seja o menor possível e, por isso, é importante o conhecimento.

O nosso trabalho constitui-se, basicamente, em estimar as quantidades que vão ser vendidas, a que preços venderemos essas produções; se serão vendidas no mercado interno ou no externo; quais os custos possíveis nessa empresa, não os custos possíveis dentro da empresa como ela existe hoje, mas os custos possíveis dentro da empresa como ela deve existir sob uma gestão privada, porque senão estaríamos vendendo uma empresa com uma gestão pública para um investidor privado que vai tirar mais dela.

Temos que considerar tudo isso nas nossas avaliações. Temos que considerar as restrições existentes, por exemplo, para vender aço numa empresa estatal, onde, para uma viagem do seu diretor comercial precisa de autorização de Brasília; isso não existe na empresa privada, que busca o melhor preço no mercado internacional, podendo, os seus executivos, transitarem livremente.

Temos que estimar investimentos realistas com relação aos desembolsos futuros da empresa. Também fizemos isso em profundidade. Uma empresa desse tamanho tem uma máquina central que se chama alto-forno, que, de tempos em tempos, tem que ser reformado - é uma reforma expressiva em termos de desembolso. Isso tem que ser considerado e está considerado. Então, acho que o importante, dentro do trabalho, quanto à metodologia, é a aplicação na metodologia.

Um outro aspecto que gostaria de chamar a atenção de V.Ex^{as}, também importante dentro desse trabalho, é que estávamos, ao iniciar o trabalho, diante de uma empresa tecnicamente falida, com um endividamento para o qual ela não tinha capacidade de pagamento. Isso, obrigatoriamente, levou à necessidade da análise de pontos importantes no reequacionamento financeiro da empresa. Esse reequacionamento é uma parte importante do trabalho, que denominamos ajustes prévios, dentro da linguagem dos processos de desestatização. Tivemos que percorrer

pontos críticos com relação ao endividamento da empresa, com relação a uma operação de arrendamento mercantil, que envolve equipamento, com relação a impostos, Previdência, que estava com pagamentos desatualizados; situação de contratos, obrigações da empresa que comprometem parte da produção; as grandes reformas, investimentos relacionados ao meio ambiente, investimentos relacionados com as nossas próprias sugestões de melhoria na empresa para sua operação futura, porque isso contribui para melhorar o valor da empresa. Então, todos esses elementos são objetos do nosso trabalho.

De uma forma didática, a metodologia do fluxo de caixa descontado é isso que já foi dito aqui e que me permito repetir: é projetar os fluxos de recursos futuros da empresa e identificar uma taxa de custo de capital que essa empresa suportará ao longo do período de projeção e trazer esse valor para a data em que estamos avaliando. É o fluxo de caixa descontado. Adiciona-se a isso o valor residual da empresa, porque se projetarmos uma empresa siderúrgica por 20 anos, ela não acaba ao fim dos 20 anos; ela vai existir por mais 20, 40, 50 ou 100 anos, e isso deve ser projetado.

Então, existem várias maneiras de se estimar esse valor, e a forma mais consagrada é admitir que essa empresa continuará operando perpetuamente com esse resultado do último ano. Para descontar esse valor para o valor da venda, temos que considerar que essa empresa tem dívidas, se nós vamos vender ações, embora a empresa, como um todo, valha 100; se ela tem dívidas de 50, as ações só valem os outros 50. Temos que considerar que nesse processo de avaliação, de qualquer empresa pública ou privada, existem sempre fatos que não são registrados na contabilidade da empresa e que podem se materializar no futuro, sejam créditos, sejam débitos, sejam as chamadas contingências, que podem ser favoráveis ou não.

Fizemos uma análise bastante detalhada, principalmente envolvendo o trabalho de auditores e advogados para identificar a situação da empresa com relação a esse tipo de evento. Esse fato é importante dentro do processo de avaliação, na medida em que a lei determina que o Governo, ao vender as empresas, não assuma nenhum compromisso com relação a riscos futuros e com relação a fatos passados. Então, os compradores devem ser esclarecidos sobre a existência ou não desses riscos. Isso é um outro fator importante.

Outro ponto que se deve considerar também é no sentido de que podem existir certos ativos na empresa que não contribuem, necessariamente, para a geração de resultados futuros, mas que, se vendidos ou utilizados para outras finalidades, podem também ter um valor de mercado, para serem considerados na nossa avaliação.

O nosso preço final, na verdade, é determinado pela projeção de resultados na empresa, considerando os seus compromissos com investimentos e seus compromissos decorrentes da operação, deduzido desse valor, que é o chamado valor econômico, as dívidas, as contingências, acrescentando-se a esses valores eventuais ativos que possam ser tornados disponíveis e que possam ser vendidos.

No caso da AÇOMINAS existe uma situação bastante peculiar. Há algum tempo, foram comprados dois laminadores, que estão atualmente em fase de instalação, portanto, faltando um bom tempo para o início de sua operacionalização. Então, tinha que ser tomada uma decisão a respeito da consideração, do ponto de vista operacional, se seria conveniente ou não a instalação desses laminadores e se isso acrescentaria valor para a empresa ou não.

Em nossos estudos trabalhamos com dois cenários. Um, que chamamos caso-base. Na verdade, o caso-base não é um cenário da empresa como existe, com os investimentos menores necessários para operá-la melhor e com os ganhos de eficiências decorrentes de redução de custos e aumento de receita, previsíveis dentro de um processo de gestão. Uma outra alternativa seria aquela que contempla a instalação dos laminadores. É mais ou menos público, com certeza V.Ex.s sabem que quase 1 bilhão de dólares já foi investido em dois laminadores, que se encontram em fase intermediária de instalação.

A instalação desses dois laminadores requererá investimentos adicionais da ordem de 400 a 500 milhões de dólares, que é um valor expressivo. Então, tem que se examinar as possibilidades de instalação. Dois aspectos foram considerados: primeiro, o de mercado. Examinamos se existe mercado para os produtos desses dois laminadores. Constata-se, com relação a um deles, que existe uma razoável possibilidade de venda dos produtos para o chamado laminador de perfis pesados e trilhos. Esse laminador, para dar uma ordem de grandeza aos senhores, tem uma capacidade de produção da ordem de 440 mil toneladas anuais. Hoje, esses produtos, no mercado brasileiro, giram em torno de 200 mil toneladas. Quer dizer, a metade da capacidade.

O segundo laminador, chamado de laminador de perfis médios e barras, tem uma capacidade de cerca de 700 mil toneladas anuais. Esse laminador é mais de quatro vezes a demanda brasileira. Caso fosse destinado 50% de sua produção ao mercado internacional, especificamente, ele abalaria esse mercado, pois é talvez 40 ou

50% do que se comercializa desse produto. Então, ele tem uma dimensão para a qual não se recomenda a instalação, porque não tem como vender essa produção.

Assim, fizemos um segundo cenário, considerando a instalação do laminador de perfis pesados. Destinamos uma parcela relevante ao mercado interno e uma outra parcela, muito importante, à exportação. Existe um mercado internacional para esses produtos. São necessários, na nossa estimativa, 275 milhões de dólares para completar a instalação desse laminador. Temos aí um outro problema difícil, porque a

empresa não gera recursos para instalar esses laminadores, não tem capacidade de geração de caixa e nem capacidade de endividamento. Ela está em um nível de endividamento que não permitiria sua instalação.

Na verdade, essa é uma decisão que só pode ser viabilizada se os novos controladores tiverem recursos para aportar ou, então, capacidade de aval em endividamentos suplementar ou da própria empresa.

Mas, de qualquer maneira, a consequência, considerando a instalação e considerando que hajam os avais ou os aportes de recursos adicionais, a nossa avaliação é a de que o valor da empresa, como um todo, crescerá cerca de 50 milhões de dólares. O valor das ações crescerá cerca de 16 milhões de dólares.

Essas cifras são chocantes, porque estamos falando em 1 bilhão de dólares, mais 275 milhões de dólares para ganharmos 50 milhões de dólares de valor na empresa, ou 16 milhões de dólares de valor nas suas ações. Isso decorre, basicamente, de um produto que não tem uma grande margem de comercialização no mercado interno. É um produto que teria que ser destinado, em grande parte, ao mercado externo, que é bastante competitivo e com baixas margens de lucro para todos os produtos siderúrgicos. Então, isso não é nenhuma exceção, é uma regra, aliás.

Acredito que, com isso, tenha dado uma idéia geral, direcionando-me mais para o lado da aplicação da metodologia do que da própria metodologia.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Agradeço a exposição de V.Sª.

Sr. Relator, quero esclarecer que, como se trata de uma reunião interna da CPI, a nossa sistemática de funcionamento será diferente das reuniões ordinárias das CPIs, no sentido de que poderão fazer perguntas tantos os Membros desta CPI e os Parlamentares que não a integrem, como também os assessores da CPI.

Concedo a palavra ao nobre Relator Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Devemos, aqui, quebrar todos os formalismos.

Costaria de fazer algumas perguntas, pois tenho vários compromissos no dia de hoje, necessitando, por isso, retirar-me desta reunião. Farei a pergunta a qualquer um dos senhores que desejar respondê-la.

O que representou os 13.500 hectares de terras no Município de Ouro Branco, que a ACOMINAS detém?

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Peço que os depoentes se identifiquem antes de responder às perguntas, para que o registro de seu depoimento seja devidamente gravado.

O SR. ELY BERNARDES - A ACOMINAS dispõe de diversas áreas ou imóveis nos seus ativos. Dois mil, quinhentos e cinquenta e três hectares são compostos por imóveis ocupados pela área industrial, incluindo parte do cinturão verde, que é necessário existir, pois uma indústria siderúrgica sempre procura se proteger por uma grande área para evitar a aproximação da população e de habitações que trazem transtornos.

Afora isso, existe um outro grupo de imóveis tratados, na avaliação, como imóveis vendáveis, que não são destinados à operação da empresa. Esses imóveis são constituídos por 33 residências, mais 102 residências e mais 73 residências, todas nas proximidades dos Municípios de Ouro Branco e Congonhas.

Existem também 185 lotes urbanizados mais outros 586 e mais outros 6 lotes, que não estão sendo utilizados na operação da Usina, destinados ou considerados como vendáveis e assim tratados.

Existe mais uma área de 1.626 hectares de imóveis urbanos e não urbanizados da ACOMINAS, entre os Municípios de Ouro Branco e Congonhas, considerados como vendáveis.

Existe ainda uma área de 11.262 hectares, não urbanizada, nos Municípios de Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, considerados como vendáveis; outros 637 hectares, também nestes mesmos municípios, mais uma área de 1.094 hectares. Mais 2.368 hectares que são imóveis rurais e que estão cedidos em garantias hipotecárias: Fazenda Cabelo, Ponta da Serra, Fazenda Pé da Serra e Pé do Morro.

E existe ainda um hospital que serve à comunidade de Ouro Branco e adjacências que também não é um bem operacional e está considerado. Todos esses imóveis foram avaliados a preço de mercado pela empresa PLANCONSULT, que participou do trabalho. E chegou-se a um valor de dez milhões seiscentos e oitenta e cinco mil dólares, dos quais o hospital representa três milhões e seiscentos; as residências, cerca de novecentos mil dólares; os lotes urbanos, setecentos mil dólares - estou dando valores redondos -; outros terrenos urbanos, mais três mil e novecentos dólares; terrenos e canteiros, um milhão e duzentos mil dólares; e terrenos rurais afastados mais duzentos e sessenta e nove mil dólares.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Se o senhor me permite, quem foi que avaliou esses imóveis?

O SR. ELY BERNARDES - A Empresa PLANCONSULT.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor considerou séria essa avaliação?

O SR. ELY BERNARDES - Não sou um especialista para julgar o trabalho dos colegas, mas essa empresa foi recrutada...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas devo dizer que só um administrador irresponsável aceitaria essa avaliação. Quem conhece o valor mínimo de um terreno urbano, quem conhece o valor mínimo de um hectare rural em Minas Gerais consideraria equivocada essa avaliação. Vou dar um exemplo só para o senhor ter uma idéia: no meu Estado, em Rondônia, o valor de mercado de um hectare de terra está em torno de cinquenta mil cruzeiros. Em Rondônia, e não em Minas Gerais. E aqui se avalia descaradamente **esses** imóveis! Isso é uma vergonha; isso merecia cadeia!

Não quero fazer mais nenhuma pergunta, porque realmente não tenho condições de ver esta malversação do patrimônio público. Desse jeito, não há seriedade nos trabalhos!

Se o senhor fizesse um cálculo sério num desses terrenos, levando em conta que em Rondônia eles custam 50 mil cruzeiros, o senhor veria quanto estaria custando.

O SR. ELY BERNARDES - Senador, eu gostaria de esclarecer, para sua tranquilidade, que a empresa que fez esse trabalho é especializada e credenciada pelo BNDES, e a avaliação foi feita com visitas no local.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas não está servindo ao interesse público! É isso que tem que acabar neste País. Deve-se fazer um trabalho sério, porque o patrimônio tem dono e é do povo brasileiro. Isso é uma vergonha!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu faria uma pergunta preliminar, mais dirigida aos representantes da Booz Allen. Vocês consideram que não há um conflito de interesses pelo fato de a Booz Allen trabalhar para a USIMINAS, ter contratos de consultoria com a USIMINAS e esta fazer parte do grupo de empresas interessadas na compra da AÇOMINAS?

O SR. FÁBIO MONTEIRO DE BARROS - Sou representante da Booz Allen. Não há conflito de interesses no caso. Em primeiro lugar, porque no edital há uma disposição expressa dizendo que é livre a prestação de serviços profissionais, desde que resguardado o sigilo deste Serviço B que a empresa estava prestando e também resguardada a ética profissional. No caso, seria muito difícil encontrar alguém especializado no Brasil que não tivesse trabalhado para todas as empresas siderúrgicas, como é o caso. Estão no mercado, todas exigem serviços e, assim, todos os que entendem e que sabem o que fazem no setor já trabalharam para as várias indústrias.

Em segundo lugar, é preciso considerar que, nesta fase, não se sabe quem são os compradores. Tem-se notícia, ouvem-se rumores de que alguém está interessado, supõe-se que determinadas empresas tenham interesse. Mas essas são decisões que a prática do mercado, os leilões de privatizações já demonstraram que os consórcios se formam quase que na hora da compra, inclusive muitos deles se modificam, adicionam integrantes, saem outros que estavam interessados. Portanto, nunca se sabe qual é a composição do grupo comprador. E há mais: existe obrigação contratual da empresa, da Booz Allen, com o BNDES, de manter o sigilo com relação às informações que venha a dispor, em função do trabalho que está sendo feito.

A Booz Allen é uma empresa séria, correta, assentida no mercado, no Brasil e internacionalmente. Jamais praticou qualquer atividade pouco ética ou jamais fez algo que pudesse ser considerado contra o interesse do seu cliente, que, no caso, é o BNDES. Há uma consideração que me parece bastante importante: quem fornece as informações é o BNDES, e não a empresa. E, no caso, com a modificação da legislação pelo Governo Itamar - muito bem feita, aliás, muito aplaudida por todos nós, exatamente para evitar problemas deste tipo, relativos à transparência total do processo -, não há informações que não estejam disponíveis para os compradores. Há todo um procedimento em que eventuais interessados podem, além das visitas previstas no edital, além do questionamento todo que o processamento da licitação ou anterior à licitação se faz no processo de privatização, ter acesso a todas as informações relativas à avaliação da empresa. O nosso trabalho, que é entregue ao BNDES e que é sigiloso, por força do nosso contrato com relação a terceiros, é distribuído pelo BNDES aos interessados. Basta ir lá, pedir e a empresa os fornece. Tudo o que sabemos em relação ao trabalho está contido no livro; não há nada mais além daquilo. De modo que é muito difícil o conflito de interesses no caso, além do fato de se tratar de um leilão público. Como se pode privilegiar alguém num leilão público? Diminuindo o preço? Então, diminui-se para todos. Aumentando o preço? Aumenta-se igualmente para todos. Porque a disputa é feita no leilão para a determinação do preço em que são vendidas as ações. E o preço, em leilão, é realmente de mercado.

O SR. ELY BERNARDES - Eu queria dizer, só para complementar, que, além disso, todos os serviços que prestamos à USIMINAS não envolvem nenhuma avaliação associada à AÇOMINAS ou mesmo à COSIPA. Inclusive, lendo a *Gazeta Mercantil*, hoje, de manhã, soubemos de uma eventual participação da USIMINAS na COSIPA, e não tínhamos a menor idéia do que estava acontecendo. Também nem nos aproximamos de qualquer questão associada à AÇOMINAS. E no nosso documento apresentado ao BNDES durante a proposta, que são os anexos históricos e currículos do Serviço B, dizemos, nas páginas 1 e 2 e 1 e 11, que estávamos trabalhando para a USIMINAS. Esse fato nunca foi segredo para ninguém! Dizemos: "Aliás, sentimos-nos honrados de ter sido agora novamente selecionados pela USIMINAS para auxiliar em seu processo de reestruturação pós-privatização". Depois, dizemos novamente: "Atualmente, fomos contratados para um amplo programa de melhoria de eficácia organizacional, adequando a USIMINAS à sua nova condição de empresa privada". Essa foi uma informação que nunca foi mantida como segredo ou não foi divulgada ao

BNDES. Era absolutamente do conhecimento público que trabalhávamos para aquela empresa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O que me chama a atenção é que consta do edital de licitação, expressamente no seu art. 14, § 5º:

"Não prestar aos eventuais interessados na aquisição de ações da empresa qualquer serviço que possa configurar conflito de interesses ou contrariar a ética profissional".

Além de constar do edital de licitação, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, Resolução nº 700/90 e 701/90, também reza que não podem ser aceitas no processo de avaliação ou no processo de acompanhamento empresas que possuem ligações com interessados na compra. Do ponto de vista formal, existe essa contestação.

Eu queria ouvir o resto da resposta à pergunta do Senador Amir Lando. Objetivamente, esses imóveis rurais e urbanos constaram do preço do leilão? E além disso - uma outra questão -, por que não constam da totalização, a preço do valor do mercado os seguintes itens: o Porto de Praia Mole, contas a receber, títulos a curto e a longo prazos, que totalizariam algo em torno de 464,8 milhões.

No relatório, há uma referência de que as dívidas da AÇOMINAS, principalmente aquela operação de *leasing*, dizem respeito a algo em torno de 640 milhões. Essa questão está sendo resolvida pelo Governo.

Então, haveria de fato essas contas a receber - como consta no relatório da Arthur Andersen -, que dolarizamos, na página 9 do relatório do Consórcio da Booz Allen, Consórcio B.

Como foram tratados essas contas, títulos e valores a receber para a composição do preço de leilão, incluindo estoques, segundo o nosso cálculo, algo em torno de sessenta e três milhões e quatrocentos e sessenta mil dólares para a composição do preço de leilão?

O SR. ELY BERNARDES - Pertencem ao Serviço B. Vou responder objetivamente o aspecto da consideração do Porto de Praia Mole e dos ativos realizados na empresa.

Para a AÇOMINAS o Porto de Praia Mole é um bem de produção, assim como o é o alto-forno ou como o é o laminador que está instalado. O que ele proporciona para a empresa? Causa custos à mesma, e o benefício que ele traz é no sentido de que a operação de exportação de produtos ou a importação de matérias-primas através do Porto de Praia Mole significa ter preços de venda mais altos e custos de matérias-primas mais baixos. O Porto de Praia Mole proporciona à AÇOMINAS uma economia na exportação da ordem de dez dólares por tonelada, comparativamente a um porto público; e uma economia, na importação de carvão, da ordem de até sete dólares no custo da tonelada de carvão importado.

Então, esses valores estão computados no resultado maior da empresa, por vender a preço mais alto, porque ela vende o produto posto dentro do navio. Se por esta razão a empresa tem um custo menor, ela tem uma receita líquida maior. Importa matéria-prima, consome matéria-prima posta na usina. E se ela tem um custo menor para descarregar e trazer até a usina, isto é uma combinação feliz não só do porto, a AÇOMINAS utiliza também a Ferrovia Vitória-Minas, cujos custos são mais competitivos com relação, por exemplo, à Rede Ferroviária Federal.

Porém, esses valores aparecem dentro do trabalho, se expressam através da melhoria dos preços de venda, da receita da empresa e da redução de custos.

A resposta é, então, afirmativa. E não se trata de um bem vendável, pois é um bem necessário para que o benefício se mantenha.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas a AÇOMINAS vendeu parte do porto à CST e à USIMINAS.

O SR. ELY BERNARDES - Não, o porto era da SIDERBRÁS, e esta, na composição de dívidas que fez com estas empresas, transferiu o porto para um consórcio que é integrado pela AÇOMINAS, pela CST e pela USIMINAS, que são, por sua vez, os maiores usuários desse terminal; hoje, um terminal privativo, dentro da nova legislação de portos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas isso consta como contas a receber por parte da AÇOMINAS. O porto foi inicialmente construído em função dos interesses da AÇOMINAS.

O SR. ELY BERNARDES - O que consta como valores a receber são composições da dívida. Talvez até o Dr. Armando Guerra, que está aqui e que participou dessa negociação através do próprio Governo, possa nos acrescentar informações. Mas o fato é que houve uma composição de dívidas; existiam créditos de algumas empresas contra a SIDERBRÁS e débitos da empresa SIDERBRÁS com outras empresas. Foi feito um *clearing* desses débitos e créditos. E, como resultado, a AÇOMINAS recebeu, como parte do pagamento de seus créditos perante a SIDERBRÁS, o porto e outra parte, que são os títulos das empresas CST e USIMINAS. Essa é a informação que temos.

O SR. ARMANDO GUERRA - Funcionário do Ministério das Minas e Energia. Na realidade, o Porto de Praia Mole é composto por dois terminais: um, de carvão, que é de propriedade da Vale do Rio Doce; e o terminal de produtos siderúrgicos, que era de propriedade da SIDERBRÁS, quer dizer, a empresa que fez os investimentos nos seus ativos. Ele visava, àquela época, a já atender às três usinas e o terminal de produtos siderúrgicos que era de propriedade da SIDERBRÁS. A

SIDERBRAS fez os investimentos nos seus ativos naquela época, visando a atender três usinas: a CST (e era fundamental porque, se não, a CST não viabilizaria sua instalação naquela região), a AÇOMINAS e a USIMINAS.

Em 1990, com a liquidação da SIDERBRAS, o Governo transferiu a concessão desse terminal privativo para o consórcio dessas três empresas. E a SIDERBRAS vendeu, depois de uma avaliação realizada, os ativos para o consórcio, para as três empresas, por um valor aproximado de 108 milhões de dólares; cabendo a cada empresa 36 milhões de dólares. Ela vendeu a prazo, financiou. A SIDERBRAS usou esses títulos que recebeu da CST e da USIMINAS para pagar uma dívida contraída com a AÇOMINAS.

O efeito é esse a que o senhor se referiu, mas foi uma venda direta da SIDERBRAS para o consórcio. E a SIDERBRAS, de posse desses títulos, pagou compromissos que tinha com a AÇOMINAS.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Concluiu, Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não. Estou aguardando a explicação em relação ao Porto de Praia Mole e em relação à questão dos imóveis.

O SR. BOAVENTURA DAVILA - Eu só queria complementar o que o Sr. Ely José Bernardes falou. No caso do Serviço A, fazemos apenas a avaliação do fluxo de caixa operacional da empresa. E nós também consideramos essa vantagem de utilizar um porto, um terminal privativo próprio. E totalizando os números aproximados de que o Sr. Bernardes falou, de vantagem em relação ao terminal privativo da COSIPA, por exemplo, nós temos uma vantagem para a AÇOMINAS, por usar esse porto, da ordem de 11 milhões de dólares por ano. E isso foi incluído no nosso fluxo de caixa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E quanto aos imóveis, como fica? A empresa, o consórcio que comprar a AÇOMINAS pode utilizar esses imóveis e vendê-los a preço de mercado. Como são incluídos no preço de avaliação?

O SR. ELY BERNARDES - Com relação aos imóveis...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Urbanos e rurais.

O SR. ELY BERNARDES - ...urbanos e rurais que não são operacionais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, mas parte desse débito está sendo assumido pelo Governo, pela SIDERBRAS, principalmente a operação de *leasing*.

O SR. MARCO AURÉLIO CANÇADO - Sim; a operação de *sales back*, no valor de 397 milhões de dólares. Se V. Ex.^a quiser, tenho detalhes que posso relatar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em que margem do montante a SIDERBRAS está assumindo a caixa do Tesouro?

O SR. MARCO AURÉLIO CANÇADO - Dentro do processo de equacionamento financeiro prévio ao leilão, foram efetuados alguns pagamentos com os créditos que a própria empresa detinha. Ela liquidou parte do seu endividamento junto a bancos, especialmente junto ao Banco do Brasil; reescalou impostos de uma forma geral - e aí se incluem ICMS, INSS, IPI, Finsocial, PIS/PASEP, fundo de garantia, que, na data, se encontravam em atraso -; detinha dívidas por fornecimento de matérias-primas junto à Companhia Vale do Rio Doce, basicamente pela aquisição de minério; devia a fornecedores e empreiteiros privados, de um modo geral, no valor de 17 milhões de dólares - aí também se incluem provisões que são aquelas a que o próprio Ely já se referiu em sua exposição, quais sejam, aquelas que dizem respeito à reforma do alto-forno e outros -; e, ainda, a operação de *sales back*, no valor de 397 milhões de dólares.

Parte desse endividamento, especialmente no que se refere ao *sales back*, foi integralmente assumido pelo Tesouro, através da SIDERBRAS. Demais dívidas foram pagas ou quitadas por geração de caixa própria da empresa ou por utilização de créditos por ela detidos, tais como os créditos contra a CST, a USIMINAS e a própria SIDERBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Deputado, para favorecer a própria dinâmica dos trabalhos, eu queria sugerir, pois certamente V. Ex.^a tem outras perguntas, que passássemos a palavra ao Deputado Luís Roberto Ponte, voltando depois a V. Ex.^a. Também tenho algumas perguntas a fazer.

Tem a palavra o Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Vou fazer uma proposta, porque, naturalmente, essas perguntas não têm como serem respondidas agora. Que sejam enviados para esta Comissão os dados que, a meu ver, nos interessaria muito possuir, ou seja, algo na linha de que pudéssemos ter, em moeda presente, com as correções da inflação, o que foi investido nessa usina toda; o que o Governo, a sociedade brasileira colocou, com discriminação de todo o seu patrimônio, inclusive os imóveis. Não sei como isto entrou no patrimônio da empresa; o que foi pago originariamente *vis a vis* do que agora está sendo computado nas avaliações, com uma data de referência, qualquer que seja, corrigido pela inflação do País e não pela moeda americana. Isso teria muita

importância, pelo menos, para o meu convencimento da conveniência desse tipo de negócio.

O segundo ponto diz respeito a essa questão dos dois examinadores. Eu queria confirmar, se eu bem entendi, o que foi informado. A usina investiu um bilhão de dólares, nesses dois anos, e a consideração de um deles está descartada, porque nem sequer há possibilidade de sua utilização por falta de mercado, quer nacional, quer internacional; que a consideração de um outro implicaria, para seu funcionamento, um investimento de mais de 200 milhões de dólares, elevaria o valor da venda, pelos critérios adotados de avaliação, em cerca de 50 milhões de dólares. Mas o valor realmente investido nestes dois laminadores é, em moeda presente, da ordem de 1 bilhão de dólares.

Começaria com esta afirmação, se bem entendi essa parte dos laminadores.

O SR. ELY BERNARDES - Deputado Luís Roberto Ponte, quanto à sua pergunta em relação ao aporte do Tesouro, o levantamento procedido pelos consultores indica-nos o valor de 6 bilhões e 249 milhões de dólares, considerando os 470 milhões de dólares do saneamento financeiro que antecede à privatização.

Portanto, a AÇOMINAS demandou do Tesouro 6,3 bilhões de dólares até esta data.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Por gentileza, em que período se deu esse aporte?

O SR. ELY BERNARDES - Foi de 1976 a 1993: 6,25 bilhões de dólares. Este dado consta do edital de venda da empresa. Trata-se do item 7.13 do edital.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Queria ainda um esclarecimento sobre este número. Esta cifra em dólares está sendo trazida pelo valor em dólares na ocasião de cada investimento?

O SR. ELY BERNARDES - Eles foram corrigidos com a inflação do dólar, para 31.12.92.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Inflação em dólar?

O SR. ELY BERNARDES - Exatamente. É o *super price index* americano.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Tem-se aí, então, quinze anos de inflação americana; então, trazido para uma inflação real, deve aumentar muito.

O SR. ELY BERNARDES - Isto já está trazido, Deputado, com a cotação do dólar de 31.12.92, época em que ocorreram os aportes.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Veja bem: se é corrigido só em dólar; se, em 1976, comprei 100 dólares e estou colocando em dólar, este não é o valor do dólar no presente, porque existe inflação em dólar.

O SR. ELY BERNARDES - Os valores estão inflacionados.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Então não é corrigido por dólar.

O SR. ELY BERNARDES - Cem dólares naquela data seriam 150 dólares de hoje.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Está sendo feito desta forma.

O SR. ELY BERNARDES - Exatamente. Porque teríamos dólares com muitos anos de diferença no caso.

A outra parte da sua pergunta se referia a laminadores; é difícil para nós, consultores, justificarmos a situação dos laminadores - o que podemos falar e estamos fazendo dentro do trabalho -, até porque se pede aos consultores que seja manifestada uma posição específica do destino a ser dado a esse quadro de um dos laminadores que tem uma razoável viabilidade econômico-financeira. Quando dizemos que ele acrescenta 50 milhões de dólares ao valor econômico da empresa, estamos dizendo que ele acrescenta 56 milhões de dólares, remunerando os capitais necessários para completar a instalação.

Ao nos referirmos ao laminador de perfis médios e barras, estamos diante de uma situação em que não é possível fazer cálculo econômico, porque existe uma limitação de mercado, e qualquer que fosse o investimento, ele não teria retorno, pois não há para quem vender estes produtos. Este é o quadro com que nos defrontamos.

Sugerimos, dentro do nosso trabalho, que esses laminadores, ao serem vendidos a uma empresa, sejam considerados pelo seu valor de liquidação, a preço de sucata. A palavra é até dura de se dizer; compramos uma coisa que já custou um bilhão

de dólares e vamos vendê-la a preço de sucata. Mas, talvez, em algumas das situações, o prejuízo menor possa ser este.

Tratamos dos laminadores de uma forma que eles são mantidos, e até se gasta para mantê-los na projeção de caixa, mas também se atribui a eles, no momento da venda da empresa, o valor que teriam, pelo menos, nessa hipótese de liquidação. Isto significa cerca de 54 milhões de dólares; 18 milhões de dólares, o laminador de perfis médios e barras, e 35 milhões de dólares, o de perfis pesados e trilhos.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Quando foram comprados esses laminadores?

O SR. ELY BERNARDES - Eles acompanharam a compra da usina; deve ter sido em 1976.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - E o mercado se deprimiu de lá para cá?

O SR. ELY BERNARDES - Não. Provavelmente houve um erro de estimativa. Projetou-se um crescimento de mercado irreal - um Brasil de outra era, e ainda assim com certo exagero, no nosso modo de ver. O Booz Allen já fez trabalhos outros, relativos a esses laminadores, e desaconselhou a sua compra e instalação.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Seguindo a orientação do Presidente, outro Deputado perguntará, e depois complementarei.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Deputado, permita-me, antes de voltar a palavra a V. Ex^a, aproveitar a sequência de perguntas do Deputado Luís Roberto Ponte.

Esse aporte está discriminado ano a ano, relativamente à fonte do Governo? O senhor teria condições de informar qual o aporte, não nesse período de 1976 a 1993, mas no período de 1982 a 1992, incluindo o ano de 1982?

O SR. ELY BERNARDES - Um esclarecimento técnico: Devemos enviar as informações que o Deputado pediu das avaliações dos imóveis, em moeda local inflacionada, à Comissão ou diretamente para o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Enviem para a Comissão e posteriormente o Deputado poderá acessá-las. Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Gostaria de fazer um comentário sobre o método de avaliação.

Conseguimos, a partir do estudo dos relatórios, fazer um quadro comparativo sobre a questão do preço patrimonial, considerando alguns elementos de valor de reposição, em dólar. O valor de reposição, segundo os consórcios avaliadores, alcançaria 2 milhões e 569 mil dólares.

O chamado valor de mercado: sobre os valores apontados acima, são aplicadas fatores de depreciação para uso, dano, decrepitude ou inadequação - 2 milhões e 202 mil dólares.

Valor de mercado para todos os bens: É incluído no valor acima o valor de mercado dos imóveis urbanos e rurais e Porto de Praia Mole, procedimento não efetuado pelos auditores porque, como foi explicado, utilizaram outro método. Então, o valor de mercado para todos os bens, segundo os próprios consórcios, é hoje 2 milhões e 329 mil.

Ainda se aplica para calcular o preço um valor após o chamado efeito-leilão, que ocasiona um deságio de 80% a 90% para alguns bens, e para bens específicos, de 20% a 25%. Aplica-se sobre este valor, após o efeito-leilão, um valor para liquidação controlada.

O que me espanta - e queria chamar também a atenção do Deputado Luís Roberto Ponte sobre isto - são alguns critérios utilizados. O valor de liquidação, segundo o consórcio, é definido nos seguintes termos: o valor que o bem alcançaria, se fosse exposto a uma venda imediata controlada, onde comprador e vendedor tenham pleno conhecimento do bem, mas este último está compelido a vender.

Efetua-se um processo de privatização, onde se é compelido a vender por uma questão política. Quem compele o Governo a vender esses bens? É o prejuízo? O que determina essa compulsão, essa obrigação de vender o bem? O Governo está compelido a vender, mesmo que a empresa seja lucrativa? Por que está compelido a vender?

Essa concepção do valor de liquidação causa um rebaixamento em relação ao valor de mercado para os bens; se o valor de mercado é de 100%, o valor para liquidação controlada alcança um preço de 19,181%. Essa concepção de liquidação, em termos dos levantamentos patrimoniais feitos, reflete a concepção de que a usina se paralisaria, se liquidaria, se dissolveria, seria fechada. Se se tem outro preço que não foi utilizado, outra concepção que não foi utilizada, uma liquidação controlada dois, onde faria apenas a avaliação dos equipamentos e cada equipamento seria vendido de *per si*, isso ocasionaria um rebaixamento maior ainda que daria, apenas em relação ao valor patrimonial, algo em torno de 2,758%.

Então, gostaria de fazer este comentário sobre a comparação entre o patrimônio. Sei que o método utilizado não é o método patrimonial, mas isso em termos de avaliação de um bem público, do patrimônio, porque grande parte dos 6 bilhões de dólares que foram investidos pelo Governo, se não me engano, algo em torno de 3 bilhões de dólares são juros de operações financeiras; o valor dos bens que ali estão efetivamente instalados chegam a 3 bilhões de dólares, quase a metade. A metade foi de juros daquelas operações caixa preta, da falência do Brasil; obrigaram-se as empresas estatais a assumirem empréstimos para fazer caixa todo o período Delfim, que ainda hoje é muito obscuro.

Chama-me a atenção também o cálculo dos cenários, pois achei interessante a própria avaliação que o representante da Booz Allen fez - e está passível de erro qualquer avaliação de cenário; mas há vários exemplos na avaliação de cenários feita, se nos detivermos um pouco para analisar, discutir: no caso do setor de fertilizantes, considerava-se o preço da venda de fertilizantes no Mar Negro, não se levando em conta a crise financeira que vive a ex-União Soviética, profundamente rebaixado em função de fazer caixa em dólar; então, esse, que é um preço ocasional, fruto de circunstâncias ligadas a um momento de conjuntura, é considerado como um preço real para o processo de avaliação. Todo o processo de avaliação e dos cenários montados leva a uma subestimação do bem a ser leiloadado.

Espero, até por ser um político ligado ao movimento dos trabalhadores, que tenhamos no Brasil uma evolução de salário médio de 50%, nos próximos 15 anos. Nas próximas eleições vai ganhar o Lula, não sei se parte dos consultores têm consciência disso - mas vai começar a elevar o salário real em 50% em 15 anos, quando nos últimos anos teve um rebaixamento talvez de 50%.

O SR. ELY BERNARDES - É interessante notar que esta Casa acaba de votar uma política salarial que rebaixa o salário real.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Fiquei até feliz com a perspectiva avançada dos consultores que querem recuperar o mercado interno.

O SR. ELY BERNARDES - Desde que isso não se refletisse na definição do preço mínimo do bem a ser leiloadado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso não bate com a realidade. O mínimo de avaliação política da situação do País, um crescimento de salário real de 50% nos próximos 15 anos não corresponde nem à política salarial das empresas privatizadas. E os cenários sempre variam em função de redutores - na minha concepção, não sou *expert*, mas leigo um pouco informado sobre estas questões. Não é o caso da Açominas, mas uma concepção geral dentro do programa de privatização.

Concluindo este comentário, poderíamos depois fazer uma avaliação mais precisa desses cenários; não sei se a consultoria fez algum reexame mais atualizado, se os dados que foram levantados em junho de 92 confirmam o preço de mercado ou são negados pelo desenrolar do processo econômico. Chama-me a atenção, também, o caso concreto quanto a existir algo em torno da Açominas, uma disputa grande. Não é que não poderíamos prever; os senhores não poderiam prever que a USIMINAS se interessaria pela COSIPA ou faria esse negócio agora com a BRÁSTURBO; é evidente que é possível prever isso. Mesmo o caso do interesse da USIMINAS em relação à Açominas é previsto, inclusive, dentro das hipóteses levantadas pelo próprio consórcio; é possível que a Açominas venha a tornar-se supridora de um pool de consumidores, passando a operar como centro de custos. Isso se adequaria muito mais a uma propriedade da própria USIMINAS - pelo menos foram os comentários que eu li na imprensa.

A contestação do consórcio formado pela Mendes Júnior: se o Grupo Gerdau compra a AÇOMINAS, fecha-se a siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora. É por isso que se prevê uma disputa nesse leilão talvez maior do que as outras. Existe um contrato de venda de tarugos, o contrato vai se manter, mas existem cláusulas que, em depoimento prestado à CPI, em Belo Horizonte, mostram que se o Grupo Gerdau comprar, se estiver formando esse consórcio junto com a USIMINAS, é possível fechar, porque o contrato não prevê um cronograma de entrega dos tarugos; basta que se entregue a produção num processo que desorganize a ação da Usina Mendes Júnior. E queria saber também, para encerrar, não sei que pontos os membros do consórcio avaliaram e se vocês têm essa informação; os auditores do TCU têm contestado os resultados da avaliação feita pelos consórcios.

Então, a pergunta seria quanto a essa questão da auditoria do TCU, em que elementos está sendo contestada.

O SR. ELY BERNARDES - Vamos tentar focar os principais pontos levantados pelo TCU. A maior diferença de percepção ou de abordagem do TCU com o projeto dos consultores está associada à que taxa utilizar no desconto dos fluxos de caixa futuros, bem como qual taxa aplicar para trazer a valor presente o endividamento da empresa. Eu acredito que esse seja o ponto mais relevante nos levantamentos que o TCU fez. Eu diria que o segundo mais importante, o mais relevante, na nossa percepção, está associado ao fato de que o consórcio B previu investimentos no futuro e não refletiu esses investimentos em melhoras de margem. Nós simplesmente dizemos que são investimentos que têm que ser realizados. Não sei se alguém aqui acredita que algum outro ponto também seja tão relevante quanto esses dois, mas me parece que os dois pontos mais relevantes para discussão são esses.

O SR. RENATO PESSOA - No que diz respeito aos trabalhos do serviço A, o TCU tem dois pontos que considero os mais importantes. Um deles é o fato de que mantivemos o empréstimo compulsório ao longo de todo o período, e o segundo deles é a forma de descontar o fluxo de caixa. Se forem considerados interessantes, gostaríamos de explicar esses dois pontos também.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em termos de metodologia para desconto dos fluxos de caixa, a razão de termos dado atenção diferenciada pode ser explicada pelo Dr. Ely e pelo Dr. Cançado sobre o que foram valores de mercado. Talvez o Dr. Cançado queira abordar quais são as taxas de mercado; por que descontamos a 12% as dívidas e por que descontamos a 15% os fluxos de caixa operacionais. Eu vou passar a palavra, então, ao Dr. Ely e ao Dr. Cançado que podem descrever o porquê dos 12% e o porquê dos 15%.

Temos que diferenciar avaliação de preço: uma coisa são avaliações, outra coisa é preço; por quanto avalio o negócio e por quanto quero vender. Na página 2.1 do nosso documento, fizemos uma análise de cenários, aonde mostramos qual é o valor da empresa em diferentes cenários de taxa de desconto, bem como em diferentes cenários de melhorias ou mesmo deteriorações operacionais da empresa, em que as margens podem melhorar ou subir; e mostramos que a AÇOMINAS pode ter um valor, dependendo do cenário em que se concretize, que pode variar de 227 milhões a 446 milhões. Então, a avaliação é sempre muito associada a cenário. Agora, ao recomendar o preço mínimo de 320, buscamos ficar numa faixa intermediária desses valores e garantir ao máximo a vinda de interessados ao leilão para maximizar o valor final de venda da empresa. O que nos preocupa é uma venda, como ocorreu com Tubarão, em que aparece só um interessado; daí a garantia de que se vai vender a preço mínimo.

O SR. ELY BERNARDES - Houve vários leilões, Deputado Sérgio Miranda, em que apareceram pouquíssimos interessados, não apenas a CST; no setor de fertilizantes, praticamente não houve leilão, porque as compras já foram predeterminadas, todo mundo sabia quem ia comprar. E ficava no preço mínimo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Com esta preocupação é que recomendamos um preço mínimo de 320, que é uma faixa intermediária. Também é importante salientar que essa documentação toda é dada como uma recomendação do consórcio à Comissão de Privatização, que é quem toma a decisão final de qual é o preço mínimo proposto. E nós concordamos; achamos que para maximizar o valor de venda no leilão, que foi estimado pela Comissão em 346, se não me engano - valor adequado para atrair o maior número possível de participantes e garantir a venda por um valor superior ao preço mínimo desejado ou preço mínimo que se quer garantir.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Só uma pergunta, talvez até um pouco pessoal, Deputado Sérgio Miranda. V. Ex^a, como homem de empresa que trabalha numa consultoria importante, acredita que o cenário real vai subir 50% nos próximos 15 anos?

O SR. MARCO AURÉLIO - Não só acreditamos como usamos esse número em todos os nossos estudos.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - O salário está subindo na Booz Allen?

O SR. MARCO AURÉLIO - A Booz Allen usa uma mão-de-obra diferenciada, que não poderíamos usar como representativa; mas eu poderia dar como referência ao Deputado o trabalho que fizemos para a ABIFFA, há um ano, olhando o futuro da indústria de fundição no Brasil, onde assumimos exatamente que o Brasil ganharia em produtividade e transferiria 50% desse ganho de produtividade para

melhorias de salário. Então, nas nossas projeções de futuro, mesmo lidando com a iniciativa privada incutimos esse número, porque hoje, agora mesmo, acabamos de ser contratados pelo SINDIPEÇAS para fazer uma atualização da posição da indústria automobilística brasileira no cenário internacional; sempre nos surpreende como, hoje, o Brasil tem um custo de mão-de-obra, mesmo incluindo todos os encargos, muito abaixo do que era, em termos relativos com a Coreia, Taiwan e outros países com quem concorremos no mercado internacional. Então, qualquer análise de futuro que fazemos - e aqui nem é a opinião da Booz Allen, mas a opinião de Oscar Bernardes, cidadão brasileiro - achamos absolutamente insustentável manter os níveis de salário onde eles estão hoje. Entre as nossas previsões de futuro, incluímos um aumento real significativo que entendemos absolutamente necessário, dentro de um cenário otimista de Brasil futuro.

Acho importante salientar que essas taxas que estamos utilizando não foram criadas para o Programa de Privatização brasileira. A Booz Allen tem muitos trabalhos no Brasil de compra e venda de empresa no setor privado, e as taxas de desconto que utilizamos são significativamente superiores a essas. Não usamos taxas inferiores a 18% no desconto.

Eu poderia comentar alguns casos que são de conhecimento público; há outros que não teria liberdade; mas quando fizemos toda a estruturação da Associação da General Electric com a Villares, na área de motores elétricos e locomotivas, todas as taxas utilizadas foram superiores a 15% nessas avaliações.

Em qualquer avaliação de atratividade de novos projetos no Brasil, sempre utilizamos taxas superiores a 18% no setor privado. Então, a taxa de 15% é absolutamente consistente com o objetivo de se maximizar o valor da empresa e, ao mesmo tempo, se viabilizar a sua privatização. Porque devemos lembrar que mesmo em países de economia estabilizada, quando lemos os relatórios das grandes empresas,

observamos que elas buscam garantir ao seu investidor retorno sobre o patrimônio líquido, que é algo associado a essa taxa de desconto de resultados futuros, de no mínimo 15%; isso, com respeito a empresas européias, americanas ou asiáticas. Então, achamos que qualquer taxa inferior a 15% é um pouco irreal dentro de uma economia livre e estabilizada, mas mesmo assim, para efeito de análise de sensibilidade, chegamos a olhar 13% como limite inferior para essa taxa de desconto.

E, sem dúvida, uma discussão difícil de se ter com o TCU, se 15% é certo, se 12% é certo, se 14% é certo. É absolutamente impossível alguém dizer que tem certeza absoluta de qual é a taxa de desconto que deve ser aplicada a fluxos de caixa futuros. Aqui entra uma questão de julgamento, e o nosso julgamento é com base em uma experiência internacional muito grande. Os técnicos da Booz Allen do Brasil participaram ativamente do processo de privatização da Argentina; fizemos a privatização das ferrovias argentinas; fizemos a avaliação de uma siderúrgica de aços especiais que foi privatizada na Argentina; trabalhamos com um comprador na privatização de uma grande siderúrgica de aços planos na Argentina; trabalhamos com compradores na privatização do setor de gás e eletricidade. Em todos esses casos, usamos taxas de 15% para cima. Assim, temos trabalhado com 15%, porque é a taxa que na experiência da Booz Allen é o limite inferior mais adequado para se utilizar em processos de avaliação de empresa.

O que talvez pudesse organizar o processo de privatização e evitar toda essa discussão seria o Governo, por legislação, ou o BNDES, nos editais, definir quais seriam as taxas para desconto; mas o próprio BNDES quer gerar essa dúvida entre os consultores para melhorar o processo de avaliação; ele quer que haja análise, que haja interpretação, que haja visão de cenários futuros e que haja propostas sobre que taxas devem ser utilizadas. O BNDES nunca nos orientou.

No primeiro projeto que tivemos com o BNDES, na privatização que fizemos, o projeto A, de Tubarão, a primeira pergunta que fizemos foi se iríamos ficar ali discutindo ad eternum se a taxa deve ser 14%, 14,5%, 15%, 15,5%; «porque não há como precisar essa taxa. Por que, então, o BNDES não dita essa taxa? Porque faz parte da metodologia; a intenção deles é ver qual o julgamento dos consultores. E o julgamento dado é o de que a taxa é de 15%. Já quanto aos 12%, peço ao Dr. Ely e ao Dr. Cançado que falem.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Tem a palavra o Dr. Marco Aurélio Cançado.

Solicito a V. S^a que complete a resposta dada para, depois, passarmos às outras perguntas.

O SR. MARCO AURÉLIO CANÇADO - Outra forma simplista - apenas para também introduzir um elemento novo à discussão - é a de que, nos mercados internacionais, algumas avaliações, especialmente no setor siderúrgico, são feitas por múltiplos de valor. Há uma reconhecida consultoria internacional, baseada nos Estados Unidos, composta hoje pelos maiores analistas do setor siderúrgico em nível mundial, que introduziram essa metodologia, que conclui, ao final, que uma empresa siderúrgica vale pelo seu faturamento; ela tende a ter um valor semelhante ao seu faturamento. No caso específico da AÇOMINAS, estaríamos falando de um valor em torno de 440 milhões de dólares.

V. Ex^{as} vejam que, por vários enfoques, por várias metodologias, os valores são relativamente próximos. Óbvio que desse valor sempre se desconta a dívida

não operacional. No caso da AÇOMINAS, temos um valor de dívida não-operacional bastante elevado.

O passado recente da economia brasileira demonstra que as taxas de juros praticadas no Brasil, em nível real, têm sido, de maneira sistemática, bastante elevadas. Ano passado, tivemos taxas da ordem de 4,5% ao mês reais, ou seja, taxas de juros das quais, uma vez deflacionadas pelo índice da inflação, o que remanesce é uma taxa de juros considerada como real. Analisando-se o ano de 1992, é possível se inferir uma taxa de juros praticada no mercado local da ordem de 20% em termos reais. Neste ano de 1993, até o mês de julho, a taxa, pelo período de sete meses, estava em 9%. Esta, anualizada, será certamente superior.

A comparação que se faz é a seguinte: quando o investidor vai fazer um determinado investimento, ele quer ter, como retorno do capital aplicado, uma taxa que lhe satisfaça, seja do juro que ele poderia obter em uma aplicação alternativa, seja do investimento que ele vai ter que efetuar no futuro dessa companhia.

A comparação entre custos de capital e taxas de juros não é muito perfeita, porque envolve o sentimento de cada um em relação àquilo que ele se dispõe a investir e quanto ele quer ter como retorno do seu capital. Esse é o dado subjetivo que se introduz na discussão. A Booz Allen, por intermédio da sua experiência, e nós, do Banco Interatlântico, também pela nossa experiência, jamais utilizamos taxas de custos de capital inferiores a 15%. Nós próprios estamos analisando um caso, o qual também não posso citar por dever de sigilo, no momento atual, que deve ser concretizado e publicado no início do próximo mês de setembro, cuja taxa de desconto utilizada é de 18%.

Portanto, usualmente no setor privado, onde as transações se fazem de forma muito mais fluida, elas são consagradas. Não vejo nenhum contra-senso, nenhum conflito entre uma taxa de 15% a ser utilizada para a venda de um bem público e uma de 18% para uma transação do setor privado.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - V.Sª tem resposta à indagação que fez ainda há pouco sobre o aporte de capital?

O SR. MARCO AURÉLIO CANÇADO - No período a que V. Exª se referiu, de 1982 a 1992, usando os valores históricos, de cerca de 4,2 bilhões de dólares, portanto, equivalentes a 78% do valor global, utilizando-se o valor corrente, inflacionado pelo passo do IGP americano, constata-se que é de cerca de 4,7 bilhões de dólares, equivalentes a 75% dos 6,2 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Concedo a palavra ao Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Eu perguntaria se esses laminadores estão em estado de obsolescência tecnológica ou não, se é só uma questão de porte.

Pergunto ainda, em relação à questão de que a AÇOMINAS, hoje, descontando o saneamento que o Governo supostamente já fez ou fará para o processo de privatização, se é uma empresa que dá prejuízo operacional ou não.

Eu queria saber se realmente a derradeira parte do saneamento é da ordem de 400 milhões de dólares, que é o que entendi que entrou. Quer dizer, o Governo está fazendo um saneamento de 460 milhões de dólares para vender por 360 milhões de dólares. É isso mesmo?

Quanto à questão das taxas que foram citadas há pouco, estou pegando o bonde andando. A diferença entre essas duas taxas é o resultado de que dividindo? É a expectativa de remuneração do capital investido do comprador? É isso que se diz por taxa de 15%? É essa a expectativa de remuneração? E os 12%, que estão sendo tomados, é o que se imagina que se vai pagar de taxas de juros de dívidas atuais da companhia? Seria isso? O que é doze e o que é quinze?

Esse último número dado, de 4 bilhões e 200 mil, algo assim, nesse período, em moeda corrente americana e para 4 e 700, considerando o índice de inflação interna nos Estados Unidos, não aumenta apenas 10% em 10 anos?

A menos que esses investimentos sejam mais recentes, parecem-me totalmente fora de qualquer parâmetro razoável. Ainda que a média fosse de 87, seguramente, em seis anos, a inflação americana estará muito distanciada de seus 10% ou algo assim. Eu gostaria de uma discriminação, mas não tenho dados. Despertou-me muito o interesse a análise dessa questão. Agora, vou ver se arrumo tempo para analisá-la.

E, finalmente, gostaria de fazer menção a uma questão mais política: é indispensável que se procure demonstrar - nem sei se faz parte do contrato de V. Sªs - se realmente a Nação investiu 6 bilhões e 500 milhões. Vai receber por isso 300 milhões? Tem que ser mostrada com clareza a origem disso. Quem errou? Quem provocou isso? Será que todas as siderúrgicas do mundo agiram dessa forma? A sociedade precisa saber. Não duvido que sejam só 300 milhões de dólares. Até prova em contrário, essa é a realidade. Mas até para facilitar o processo de privatização, é preciso se mostrar o escândalo que era fazê-lo. Como é que se evadiu isso? Comprou-se um terreno que valia tanto e que agora vale tanto; compraram-se laminadoras por tanto e que hoje valem tanto por tais e quais razões. Há pessoas culpadas? Foram as circunstâncias econômicas do mundo? Foi o setor que fez isso? É um problema intrínseco à própria natureza do órgão público quando entra na atividade econômica?

Cinco por cento de investimento numa siderúrgica é um escárnio. Custa-me crer que ainda haja fatos dessa natureza, acima dos jargões, no teto do País. Com

relação a um prejuízo de 5%, em patrimônios eternos, é realmente doloroso, num período de sete ou oito anos.

Eu gostaria muito de ter esses dados. Não estou questionando, em absoluto. Até prova em contrário, para mim, são os relatórios que valem, mas os números são muito estarrecedores.

O SR. PRESIDENTE (Edson Menezes Silva) - Concedo a palavra ao Sr. Ely Bernardes.

O SR. OSCAR BERNARDES - Começarei falando sobre o estado da tecnologia dos laminadores. Os laminadores que estão comprados na AÇOMINAS, na verdade, são talvez os três últimos laminadores deste tamanho que foram vendidos no mundo. Então, não temos um parâmetro, hoje, para dizer que o laminador que foi comprado pela siderúrgica C, D ou F é uma tecnologia mais moderna. Mas, avaliando-os de uma forma própria, o que se vê é que esses laminadores poderiam ser melhorados de alguma maneira no aspecto de controle, na introdução de mais tecnologia de controle do processo, mais eletrônica basicamente. Não são investimentos muito expressivos.

Existe um outro aspecto com relação a uma parte dos laminadores, que são os fornos de reaquecimento de tarugos. A tecnologia desses fornos já não é a última, mas a própria AÇOMINAS já se deu conta disso e contratou com os fornecedores uma atualização tecnológica.

No estado de instalação em que eles se encontram, é possível instalar os fornos com a tecnologia adequada. Então, não há um problema tecnológico. O problema que há é mercado com relação a esses laminadores.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Eu gostaria de saber, se V. Sª for responder, em que ano esses laminadores foram comprados.

O SR. OSCAR BERNARDES - São de um projeto do começo da década de 70.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - V. Sª sabe exatamente de que ano é?

O SR. OSCAR BERNARDES - O ano da compra talvez não tenha tanto significado quanto o ano do projeto. Trata-se de um projeto da faixa de 1970.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - De quem foram comprados?

O SR. OSCAR BERNARDES - Eles foram comprados da Alemanha. Quanto à data, confirmando, foram comprados em 1977.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Então, é a melhor tecnologia do mundo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sobre os laminadores, V. Sª pode responder em conjunto?

Quando participamos da reunião da CPI feita em Belo Horizonte, Minas Gerais, discutiu-se muito esse problema da instalação dos laminadores. Parece que o Governo, em 1987, fez uma composição financeira com a AÇOMINAS e contratou, nesse período, através da diretoria financeira dessa empresa, essa operação de *leasing* para instalação dos laminadores. E a operação comportava, basicamente, a instalação. É lógico que, depois do contrato, os laminadores estariam instalados e funcionando. Foram gastos mais de 300 milhões de dólares.

Posteriormente - e isso nos causou espécie - para que fosse completada a instalação, ainda seria necessário algo em torno de 300 milhões de dólares. Ou o cálculo para essa operação foi mal feito, porque os 400 milhões não eram suficientes para que fossem instalados e colocados em funcionamento os laminadores, ou as empresas contratadas para fazer as obras de engenharia civil e de instalação propriamente dita não cumpriram o contrato, supervalorizaram os seus preços, porque não foi concluída a obra.

Além disso, ainda existe a necessidade hoje de aportar algo em torno de 300 milhões. Por conseguinte, isso nos causou uma certa perplexidade: Onde está o furo? Foi no cálculo do serviço de *leasing*? Ou foi por um trabalho mal realizado - a expressão certa é um eufemismo - da empresa responsável pelas obras civis de instalação? V. Sª tem alguma informação sobre isso? Afinal de contas, por que esses laminadores não estão funcionando? É isso que quero saber.

O SR. OSCAR BERNARDES - Deputado Sérgio Miranda, o projeto desses dois laminadores, por volta de 1972, era desenvolvido pela Construtora Mendes Júnior, que iria instalar uma siderúrgica e implantar esses laminadores. Nós, o Renato e eu, demos uma consultoria à Siderúrgica Mendes Júnior na época que havia esse projeto. Viajamos ao Japão e vimos lá toda a dificuldade de dois laminadores iguais, implantados no Japão, que é um país que tem terremoto, que exige uma estrutura metálica mais pesada. E os dois laminadores do tamanho dos que a AÇOMINAS quer colocar, e que a Mendes Júnior pretendia colocar, naquela época, levaram de 62 a 74, que foi o ano em que fomos ao Japão, para atingirem a plena capacidade, para criar mercado para que pudesse haver produção.

Nossa consultoria, em virtude desse fato, recomendou à Construtora Mendes Júnior que abandonasse o projeto desses laminadores. Esse projeto foi retomado pela AÇOMINAS três anos depois da nossa constatação. Tínhamos, nessa época - e existe até hoje - um laminador na CSN que era o único ofertante do perfil pesado e do trilho. É um laminador obsoleto, de 1946, e que exigiria uma substituição, se houvesse um mercado para isso. Não houve, por parte do dono do equipamento, na

época da sua implantação - houve tentativas - recursos para incentivar esse mercado, para criá-lo, mesmo ao nível das universidades, a fim de se formar uma nova consciência de estrutura metálica no País.

Por outro lado, o laminador de perfis e trilhos tem um produto que hoje praticamente não se produz no Brasil,² que são os trilhos. Esse laminador da CSN oferece um produto que a Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária praticamente não compram; quando necessário, importam os trilhos do exterior. Existia, naquela ocasião, um mercado de trilhos de 100 a 150 mil toneladas por ano e que neste ano não passa de 30 mil. Quer dizer, houve todo um processo de demora na implantação do laminador que o prejudicou também. Não houve verbas para a AÇOMINAS fazer uma criação de mercados em relação a isso. Em 1986, depois que os fornecedores obrigaram a AÇOMINAS a receber os laminadores, ela tentou implantá-los, e a saída foi o *salesback*. Não estou muito a par do acordo, mas o Oscar pode complementar a informação.

O SR. OSCAR BERNARDES - Oscar Bernardes Booz Allen. O que os senhores encontram na dimensão desses números e no choque do valor que está sendo dado a essas empresas *versus* o que a Nação investiu nas mesmas? Minha pergunta está associada ao comentário feito anteriormente, ou seja, de que pelo menos metade desse investimento foi realizado sob a forma de juros e despesas financeiras. Não há nada mais oneroso, em qualquer projeto de implantação de indústria, do que atrasos em cronogramas. É a AÇOMINAS é um caso clássico de um cronograma desastroso. Nunca foram cumpridas as metas de datas por falta de recursos. E o contrato de *salesback* é mais um exemplo, porque este não só ia garantir fundos por parte dos bancos, mas também previa uma contrapartida da empresa, com sua geração interna de caixa para financiar as obras. Logo após ter sido assinado esse contrato de *salesback* - talvez o Dr. Armando possa dar-nos maiores detalhes a respeito - houve novamente um processo de controle muito intenso de preços sobre os produtos siderúrgicos no Brasil.

O SR. ARMANDO GUERRA - A AÇOMINAS é uma das poucas empresas siderúrgicas que não tem preço "cipado". O seu preço é isó sob o mercado externo.

No caso específico da implantação dos laminadores, evidentemente deve ter havido um somatório de problemas. Não vou excluir os custos adicionais da obra e a previsão do orçamento abaixo do preço real.

O SR. OSCAR BERNARDES - Mas foi quase o dobro, Armando!

O SR. ARMANDO GUERRA - Não vou descartar essa possibilidade. A grande diferença foi a defasagem cambial que houve no País nesse período, principalmente no ano de 1990. O custo da obra era definido através de indicadores, de formas paramétricas, em que você considerava o salário e o IGP. E a fonte de recursos era o dólar. Com a defasagem cambial, começou a haver esse descasamento. Então, Deputado, posso afirmar-lhe que a grande causa dessa defasagem no orçamento foi a questão do câmbio, quando comparo o câmbio com os outros indicadores do País naquela época. Não vou descartar a possibilidade de ter havido outros problemas, porque não estou com os dados aqui.

Outro fato importante levantado pelo Oscar Booz Allen é a questão do atraso. O laminador de blocos e placas da AÇOMINAS, por exemplo, teve um atraso de 59 meses; a metalurgia, a parte de alto-forno, cinterização e coqueria tiveram um atraso de 71 meses na implantação; o laminador de tarugos, cinquenta e dois meses. Tudo isso fez com que a empresa incorresse no pagamento de juros, durante a construção, em valores superiores a dois bilhões e duzentos milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Quero saber quais os valores a que chegaram os Consórcios A e B, os valores definitivos.

O SR. MAURÍCIO KAUFMANN - Na realidade, nosso valor refere-se ao valor econômico da empresa, e não à recomendação de preço mínimo. Nosso estudo está centrado no aspecto operacional. Não analisamos essa parte relativa ao endividamento e aos ajustes que foram feitos pelo Serviço B. Chegamos a uma sugestão de valor econômico de 500 milhões de dólares e, em cima desse valor, abatemos o total de ajustes realizados pelo Serviço B. Essa é a primeira diferença. Portanto, na realidade, o número que estudamos e que recomendamos refere-se ao valor econômico da empresa, à sua operação, e não ao conjunto dos seus ativos. Estariam excluídos os ativos não-operacionais e toda essa parte de endividamento.

A partir dessa informação que nos foi oferecida oficialmente pelo banco de forma discriminada, fizemos uma análise. Como já foi dito, existem diferenças entre as metodologias que são absolutamente normais entre os consultores. Acho que isso inclusive é a causa do enriquecimento desse programa, ou seja, as consultoras chegam com as suas experiências e trazem as suas metodologias e as suas premissas. A questão fundamental não é comparar aspectos específicos de premissas, de metodologias de uma consultora com a outra. Se formos fazer isso, vamos chegar a resultados bastante diversificados em todo esse processo. Penso que o fundamental é comparar a coerência de cada trabalho realizado; é comparar as premissas e as metodologias realizadas por cada consultora de *per si*. Essa é a questão mais importante.

Assim, recebemos esses valores, esses ajustes do Serviço B; fizemos uma comparação com relação à metodologia que empregamos e que possui alguma diferença em relação ao Serviço B; fizemos algum tipo de correção e aplicamos esses ajustes no nosso valor econômico e chegamos a este resultado, ou seja, 346,4, que foi o preço considerado pela Comissão de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - E o Serviço B?

O SR. OSCAR BERNARDES BOOZ ALLEN - Houve referência, no começo das nossas discussões, a uma data-base para os nossos trabalhos, e o Serviço A informou que a data-base em que trabalhou foi maio de 1992. Trabalhamos com duas datas-base, com três níveis de informação, na verdade, porque o nosso trabalho é o mais completo e é aquele que leva ao preço final. No trabalho comparável com isto que está sendo referido, o valor econômico encontrado para a empresa, na hipótese que chamamos de caso-base, seriam 479 milhões de dólares; na hipótese de se incluir o laminador, 530 milhões de dólares. A partir desses 530 milhões de dólares, retirando-se o endividamento, as contingências ou considerando a possível venda desses ativos não constantes do fluxo, chegamos ao valor de 322 milhões de dólares. E de acordo com a nossa técnica, com a nossa maneira de avaliar, a partir desse valor que encontramos, situamos o preço da empresa nessa faixa que foi mencionada anteriormente, de 230 a 410 milhões de dólares. Tendo em vista a modalidade de venda, que é o leilão, recomendamos a quantia de 320 mil dólares como valor final. Portanto, 320 mil dólares é a resposta final para sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Na avaliação dos dois serviços, há alguma recomendação de investimentos para os compradores?

O SR. OSCAR BERNARDES BOOZ ALLEN - Permita-me continuar respondendo à sua pergunta. A posição filosófica da Comissão de Desestatização e que normalmente nos tem sido passada nas discussões que tivemos - porque durante o processo de avaliação tivemos entrevistas com a Comissão de Desestatização e recebemos orientação e informação a respeito - é no sentido de que o vendedor não deseja assumir compromissos futuros com os compradores, nem impor-lhes compromissos futuros. A empresa está sendo privatizada e deve ser gerida como o comprador achar mais adequado. Nós, como avaliadores, temos que considerar investimentos que sejam benéficos para o valor da empresa e fazemos isso.

No caso da AÇOMINAS, estamos considerando investimentos da ordem de 40 milhões de dólares em diversas áreas; mas há um especificamente importante de 30 milhões de dólares, relativo à parte de acabamento de produtos. Isso tem dois efeitos: um efeito de redução de custo e outro de melhoria de produto. A redução de custo aumenta a margem, e a melhoria de produto aumenta o preço de venda. Portanto, consideramos que, qualquer que seja o comprador, isso deveria ser feito. Mas esse investimento não é imposto a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Uma das grandes deficiências, uma das grandes maracutaias desses editais - fato que a vida comprova - é que o comprador não assume qualquer compromisso, e o resultado é que empresas estatais estão sendo privatizadas e quase nenhum investimento foi feito nas mesmas. E elas auferem, depois de privatizadas, enormes lucros. Mas essa é uma outra questão.

Com relação a esses 40 milhões de dólares sugeridos como investimento, qual é o prazo exigido?

O SR. ELY BERNARDES - De no máximo dois anos. Há também outros investimentos compulsórios que têm de ser feitos, como a reforma de altos-fornos, que representa o valor de 70 milhões de dólares; investimentos com o meio ambiente, porque existe um compromisso com o órgão responsável por essa questão, no valor de aproximadamente 15 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - De acordo com a avaliação dos senhores, qual é o investimento necessário hoje para se montar uma empresa como a AÇOMINAS com a sua disponibilidade de equipamentos?

O SR. ELY BERNARDES - Sr. Deputado, a pergunta tem o sentido de se comparar esse investimento com o que poderia valer a AÇOMINAS. Todavia, acho que deve ser feita outra consideração a respeito, ou seja, se alguém investiria hoje o que custa a referida empresa para se construir uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Mas estou perguntando ao senhor o quanto seria investido.

O SR. ELY BERNARDES - A resposta ficaria muito teórica, pois diríamos que custaria tanto para se fazer algo que ninguém vai fazer!

Quanto à pergunta inicial do Deputado Ponte, ou seja, a explicação relativa aos seis milhões de dólares, não somos contratados para justificar ou não o valor desse investimento. Nosso trabalho, nossa competência deteve-se na avaliação de quanto poderia ser vendida essa empresa, tendo em vista o que ela poderia gerar de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Ely Bernardes) - V. Sª tem a liberdade de responder se quiser.

O SR. ELY BERNARDES - Creio que não estaríamos sendo bons consultores se lhe fornecêssemos uma resposta improvisada. Teríamos que avaliar, por exemplo, quanto custa a terra. Trata-se de uma avaliação que se tem que fazer caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Mas, objetivamente, sobre a avaliação do quanto seria necessário para investir-se hoje na aquisição de uma AÇOMINAS, com a sua disponibilidade de equipamento e tecnologia, o senhor não tem condições de responder?

O SR. ELY BERNARDES - Não; não temos isso elaborado, até porque não se faria uma AÇOMINAS igual à que existe. Por exemplo, existem inovações tecnológicas.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Bom, isso é relativo, tanto é que existe alguém que se dispõe a comprá-la!

O SR. ELY BERNARDES - Trata-se de uma apreciação subjetiva.

O SR. OSCAR BERNARDES - Talvez fosse interessante a Comissão pedir ao BNDES os documentos de avaliação da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Isso porque, nos primeiros projetos de privatização, o edital pedia que também se levantasse o custo de reposição, ou seja, trata-se exatamente da pergunta levantada pelo Deputado, do quanto custaria para se construir essa usina hoje. E na avaliação da Siderúrgica de Tubarão, há a comparação entre o que foi gasto, o que custaria para construí-la hoje e o preço proposto para a venda.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Há alguma avaliação a respeito do valor patrimonial da AÇOMINAS? Refiro-me ao valor patrimonial, e não ao fluxo de caixa.

O SR. ELY BERNARDES - Sim. Mas a avaliação do valor patrimonial por que método?

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Aí estaria incluído o patrimonial disponível da empresa e o patrimônio não-operacional.

O SR. ELY BERNARDES - O valor patrimonial contábil?

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Sim.

O SR. OSCAR BERNARDES - O valor patrimonial contábil está no Relatório de Auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - A preço de mercado naturalmente.

O SR. OSCAR BERNARDES - Nesse caso já não é contábil. Esse é o problema. Essa avaliação patrimonial refere-se aos bens do ativo. Essa avaliação foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Ativo disponível?

O SR. OSCAR BERNARDES - Não, ativos totais; sem se entrar em consideração com relação a passivos, ao imobilizado da empresa. Não tenho esse valor em mãos, mas posso informar-lhe posteriormente; e consta das avaliações.

O fato é que, a partir de um certo momento, começamos a trabalhar com valores que fazem sentido para o propósito do trabalho. Existem outros valores, como aquele ao qual o senhor se referiu, ou o valor patrimonial contábil, que são dados informativos, mas que não têm uma aplicação no sentido do trabalho de determinar o preço da empresa, porque o método da avaliação é o dos resultados futuros.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Mas o valor patrimonial contábil existe?

O SR. OSCAR BERNARDES - Sim, esse posso dar-lhe aqui. No relatório de auditoria especial, o valor de patrimônio líquido da empresa em 31 de dezembro de 1992, com os ajustes recomendados pelos auditores foi de 26 trilhões, 564 milhões, 142 milhões de cruzeiros. Os auditores que trabalham conosco no processo partem da situação da empresa e podem recomendar alguns ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - O valor de mercado o senhor não tem?

O SR. ELY BERNARDES - Não, de mercado não tenho, mas tenho uma parte do valor em dólar, que é 2 bilhões 144 milhões. Isso é o patrimônio líquido contábil.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Uma curiosidade: que opinião os senhores têm a respeito do fato de que os editais, por instrução do BNDES, contemplam o chamado prêmio para os consórcios, que, no caso da AÇOMINAS, é de 0,4%, se não houver ágio, e de 0,8%, se houver ágio.

Esse dispositivo previsto nos editais é algum estímulo para os avaliadores chegarem à conclusão do preço mínimo recomendável ao BNDES?

O SR. JOSÉ RODRIGUES - Eu só queria fazer uma observação nessa questão. Não quero explicar nenhuma indignação do Senador Amir Lando, mas só fazer uma referência. O valor das terras dos tais 13 mil hectares são avaliados pela empresa a 8 cruzeiros reais o metro quadrado hoje. Talvez não se compre nem um metro quadrado em Vigário Geral hoje. Mas só para fazer uma indicação: só o prêmio, se for vendido pelo preço mínimo, que seria oito milésimos, daria para comprar quatro mil hectares de terras da AÇOMINAS.

O SR. OSCAR BERNARDES - Respondendo à pergunta do Deputado, os números são precisos, mas o edital lê de uma forma diferente: diz que o prêmio será o menor entre os seguintes valores na data da liquidação financeira da operação perante o Fundo; quatro milésimos do valor obtido com a venda das ações ofertadas e oito milésimos do valor mínimo para a venda das ações ofertadas fixadas pela Comissão Diretora.

Estava eu respondendo especificamente à pergunta do Deputado. O incentivo para o consórcio é de aumentar o valor mínimo, porque a comissão sempre estará estipulada como máximo, pelo valor mínimo associado à venda. Talvez o Dr. Cansado, que esteve envolvido no processo da COSIPA, pudesse explicar esse fato ao senhor, porque eles tiveram um ágio enorme na transação, mas toda comissão que vão receber é exatamente só a comissão sobre o preço mínimo.

O incentivo ao consórcio é que aumente o preço mínimo e não que diminua para aumentar o ágio. Não há benefício algum em aumentar o ágio para o consultor.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - É sua interpretação, porque evidentemente não vai fixar um preço invendável. Evidentemente ele tem interesse, na sua linha de raciocínio, de que a empresa seja vendida e pelo preço mínimo.

O SR. MARCO AURÉLIO CANÇADO - Partilho do raciocínio do Oscar Bernardes, no sentido de que é preciso ter em mente, quando se fala na venda de uma empresa por leilão, a percepção de que só existirão compradores para aquela empresa se o preço possibilitar disputa. Contrariamente ao que o senhor se referiu, o preço de incentivo é efetivamente o preço mínimo. Ele é que define o limite para a remuneração dos consultores, o que é uma prática absolutamente usual, válida em qualquer mercado.

No caso da COSIPA, em que fui um dos consultores, nosso limite máximo foi fixado com base no preço mínimo, e o ágio obtido no leilão, quase 100% do seu preço, resultou de uma disputa de mercado pelo controle da companhia que não teve nenhum efeito no prêmio a ser pago a nós consultores.

O preço mínimo, sim, define o limite. E é de interesse do Governo, dos consultores, que ele seja estabelecido de forma a causar a disputa em leilão.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Esse é o raciocínio, em tese, porque, na verdade, pelo que temos apurado na CPI, os leilões tem se revelado uma farsa, por conta de que temos os dados a comprovarem vários casos. A COSIPA é uma exceção nessa realidade, mas vários leilões de privatização de empresas estatais tem revelado que os compradores são, inclusive, previamente conhecidos e, após a realização do leilão, esse conhecimento anterior é confirmado, por conta dos acordos existentes entre as partes interessadas.

De forma que, se o raciocínio de V. S^a pode ser verdadeiro para a COSIPA, admitamos, não se revela verdadeiro para a maioria dos casos anteriores de privatização.

O SR. OSCAR BERNARDES - Deputado, primeiro acredito ser importante não deixar qualquer margem à dúvida de que é do interesse do consultor definir um preço mínimo baixo; pelo contrário, para o consultor é muito mais interessante definir o preço mínimo o mais alto possível, pois a sua comissão estará limitada neste número.

Eu não gostaria de deixar dúvidas sobre o fato de que não há incentivo algum. Sem dúvida, há o desejo do consultor, como o da Comissão de Desestatização, de viabilizar a venda da empresa, e aí é que há o equilíbrio de tentar a arte de definir a que preço se atraem compradores e se consegue maximizar o preço de venda.

Quanto ao que tem acontecido em outras privatizações, não tenho conhecimento detalhado de que a Comissão tenha, pois está analisando mais de perto caso a caso. Entretanto, uma hipótese que podemos levantar é que os preços não atraíram um maior número de compradores, porque não há razão para que não participem vários compradores. Qualquer grupo interessado poderia ter participado.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Permita-me dizer-lhe que sua premissa não é verdadeira com base nos dados que temos. Quero dar-lhe um exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional. A imprensa especulou muito que o preço fixado para a CSN foi tão elevado que não houve comprador suficiente para adquirir a totalidade das ações. Tudo ensaiado, pelo que apuramos, porque houve um acordo prévio entre os compradores que definiu que eles só comprariam uma quantidade de ações que lhe asseguraria o controle acionário da CSN.

Portanto, essa hipótese de preço elevado que desestimula o investidor não é verdadeira.

O SR. ELY BERNARDES - Está, nesse caso, envolvida uma outra consideração, quanto à modelagem da venda.

No caso da AÇOMINAS, o leilão só terá sucesso se vender 100% das ações. Não estamos sugerindo uma montagem, no caso da AÇOMINAS, em que alguém possa comprar 51%, e o Governo permaneça acionista minoritário com 49%. Para esse tipo montagem, no nosso caso, existe um cuidado dentro da formulação da venda das ações que força os interessados a comprarem a totalidade das ações, e não uma parcela.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Mas não há nenhuma regra legalmente definida que imponha ao investidor comprar menos de 100% ou comprar a totalidade de 100%.

O SR. ELY BERNARDES - Não; se não forem vendidos os 100% das ações, não existe venda. Se alguém comprar 50% ou mesmo 51%, a empresa não está vencida.

O SR. MARCO AURÉLIO CANÇADO - No caso específico, ao qual já me referi como Líder de Consultoria e, também, no caso da AÇOMINAS, caso não haja a venda de 100% das ações colocadas - objeto de venda - não será realizada, não se considerará concretizada a venda, e sim será necessário um novo leilão para que, sendo vendidos os 100%, se considere válida a venda.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Consulto o nobre Deputado Sérgio Miranda se há mais alguma indagação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - O Sr. Deputado Roberto Ponte tem ainda interesse...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, só mais uma pergunta: para voltar à questão do salário que, a meu ver, é interessante, depois eu proponha que essas empresas dessem consultoria ao Ministro Fernando Henrique Cardoso para ver se

melhora a política salarial do povo brasileiro. O que me chama a atenção é que, numa previsão do Consórcio "A", se faz uma previsão para que no ano 2.002 a massa salarial a ser empregada na USIMINAS é algo em torno de 70 milhões de dólares, com rebaixamento de 90 para 70 e, até por medidas internas de reestruturação, haja essa diminuição da massa salarial. Mesmo podendo haver aumento real para os trabalhadores de per si, a tendência da massa salarial global é diminuir por métodos mais modernos de gestão que não vêm ao caso. Daí dizer que esta previsão de um aumento real de 50%, além de contrária à prática de 64 para cá, em que há uma diminuição do custo real do salário, também não se ajusta às previsões das próprias políticas salariais impostas pelo Governo mais recentemente. Esse dado, então, é mais evidente de distorção no processo de avaliação.

Era essa a questão que eu queria levar em conta.

O SR. MAURÍCIO KAUFFMAN - Eu gostaria de fazer algumas observações sobre essa questão que realmente considero bastante importante.

Como tinha dito antes, se não conseguirmos olhar cada relatório de uma forma global, analisando a sua coerência, Sr. Deputado, corremos o risco de pinçar determinados aspectos e não conseguirmos entender realmente o que foi feito no nosso trabalho.

Por exemplo: nesse caso dos salários, esses 50% referem-se a uma base anterior. Na base de 93, estaríamos falando de um crescimento de 36,6% de salário.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - O custo total de salário em 1992 é de 94.609 dólares. É só uma previsão: do "B" faz 94 milhões em 1992...

O SR. MAURÍCIO KAUFFMAN - Vamos falar um pouquinho do "A", porque vamos comparar o "A" com o "B", e isso não vai levar-nos a nada porque, realmente, são premissas e metodologias diferentes, mas dentro de cada relatório coerente. Esse que é o aspecto mais importante.

Então, no nosso caso, estamos falando não da massa de salário, mas do salário real médio do trabalhador - no caso da AÇOMINAS - o salário, e não a massa - nesse crescimento de 36,6. Isto, primeiro, está coerente com o cenário de retomada, lenta e gradual - nenhuma euforia - do processo de crescimento do Brasil e implica crescimento da demanda interna.

A coerência está no fato de, por um lado, estarmos crescendo o salário, que aumenta o custo, mas, por outro lado, estarmos crescendo a demanda interna e crescendo a receita.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Apenas para uma observação.

Para o trabalhador, é importante um aumento de salário real, mas para a empresa o que vale é a massa salarial.

O SR. MAURÍCIO KAUFFMAN - Perfeito, vamos chegar lá.

Eu queria apenas levantar esse primeiro aspecto. Quando falamos em custo, temos de olhar a receita. Se não houver coerência entre esses dois aspectos - nesse caso, concordo - há problemas. Estamos prevendo um aumento de 30% a 40% num cenário de estagnação, o que é absolutamente, incoerente. Não é o nosso caso, porque estamos falando disso num cenário de retomada de aumento de demanda e de crescimento de receita.

Por outro lado, no nosso caso, quando analisamos a AÇOMINAS, que, como já foi dito, é uma projeto inacabado à luz da sua concepção inicial, observamos que ela está voltada basicamente para o mercado externo, que tem um risco muito maior. No mercado interno, ela está concentrada num único cliente, enfim, tem problemas muito sérios e riscos muito sérios.

Mantidos esse quadro e essa estratégia comercial e produtiva, a AÇOMINAS, na nossa opinião, teria um valor próximo ao valor de liquidação. Partimos dessa base e tínhamos essa intuição; pelo conhecimento que temos do setor siderúrgico - não tínhamos os números, não fizemos o estudo - tínhamos a intuição.

Centramos todo o nosso trabalho na idéia de valorizar o produto da AÇOMINAS, porque percebemos que esse tarugo, diferente dos produtos "concorrentes", feitos através de sucata e outras rotas tecnológicas, tinha um valor intrínseco maior e até poderia ser colocado em mercados mais nobres, como o dos parafusadores, fabricantes de molas, que têm necessidade de produtos mais sofisticados e tenderiam a comprar aqueles produtos. Isso já uma realidade.

Debruçamo-nos sobre essa idéia. Conversamos com clientes da Ásia, dos Estados Unidos, para verificar até que ponto eles poderiam comprar mais, até que ponto poderiam valorizar ainda mais, a nível de preço, o produto da AÇOMINAS. Fizemos esse estudo aqui dentro, levantamos várias hipóteses de como crescer esse mercado industrial brasileiro e de como a AÇOMINAS participaria desse crescimento.

Isso, nobre Senador, implica valorizar o produto; isso implica realizar determinados tipos de investimentos. Tivemos a preocupação de manter os investimentos no menor nível possível, mas reconhecemos que eles fariam como que fosse elevado o preço. Obviamente, podemos fazer todos os investimentos possíveis - como colocou o nobre Deputado Ezio Ferreira. Todos os investimentos são benéficos. Poderíamos chegar a cifras astronômicas, mas procuramos determinar os que seriam indispensáveis para sustentar essa estratégia. É óbvio que o novo dono poderia instalar o chamado lingotamento contínuo. Mas essa seria uma estratégia do novo dono e estaria dentro de outro contexto que, neste momento, não valorizaria a AÇOMINAS.

Nesse sentido, a mão-de-obra tem de ser mais sofisticada e mais bem remunerada não apenas porque prevemos uma recuperação lenta e gradual da massa salarial brasileira - coerente com a recuperação lenta e gradual do PIB -, mas porque, dentro da própria AÇOMINAS, teríamos de ter uma mão-de-obra um pouco mais qualificada para podermos fazer um produto também mais qualificado.

Eu só queria ter dado esses exemplos para mostrar que a coisa é mais complexa. Quando pinçamos isoladamente determinados aspectos de um relatório, podemos estar cometendo um erro, a exemplo do que - a meu ver - cometeu o chamado grupo de colaboradores do TCU.

Fizemos um trabalho de 3 ou 4 meses, que já foi fruto de uma experiência de trabalhos anteriores, ao longo de 20 anos.

Se não nos debruçarmos sobre a coerência de cada relatório, não vamos chegar a lugar algum. A própria taxa de descontos, que é a grande questão que todo mundo está colocando e que é o fator fundamental da definição do preço, é uma questão complexa, difícil. O Brasil, por não ter uma tradição de estabilidade econômica, tem dificuldades muito maiores, a nível empresarial, de definir essas taxas. Para nós, as dificuldades são maiores do que as de um país mais estável.

Há muitas correntes de opiniões, filosofias, pensamentos econômicos diferentes. Não dá para simplificar, não dá para dizer se foi maquinação do grupo A ou do grupo B.

Isso não leva a nada. Penso que o trabalho que os consultores fizeram - já trabalhamos na USIMINAS, já trabalhamos na COSIPA e trabalhamos na AÇOMINAS e podemos atestar - foi, de fato, sério. O trabalho que os consultores do BNDES vêm fazendo é bastante sério, bastante profundo, bastante complicado. Eles merecem que estejamos inteiramente à disposição para discutir todos os aspectos.

Em relação à taxa de descontos, temos uma metodologia diferente: partimos de duas taxas de descontos. Estão falando em quatorze e dezoito. Por que um falou em quatorze, outro em dezoito, outro em quinze? Será quem está certo? Não é isso. Quer dizer, creio que temos que nos debruçar sobre essa coerência interna de cada Relator, senão não chegaremos a lugar algum.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Perguntaram se a AÇOMINAS, hoje, é uma empresa deficitária, em termos de operação. Ficou faltando a resposta. Ela tem lucro operacional?

Fizemos uma indagação, com relação aos dois laminadores não utilizados, no sentido de saber se a Usina, hoje, é considerada uma usina moderna, atualizada, em termos tecnológicos. Outra indagação: quanto custaria - pressenti que já fizeram essa pergunta - para implantar uma usina da mesma característica e capacidade, independente de haver ou não um processo decisório de fazer a usina. Eu queria saber o que custaria, se houvesse um processo decisório de implantar uma usina com essas características.

O SR. ELY BERNARDES - Deputado Luís Roberto Ponte, a sua primeira pergunta é com relação ao lucro operacional. A AÇOMINAS vem contabilizando lucro. Mas, na verdade, a empresa contabiliza esses lucros dentro de um processo em que uma parcela dos custos não vem sendo adequadamente considerada. A empresa deixa de pagar contribuições sociais, deixa de pagar impostos e não contabiliza nenhum encargo financeiro sobre esse financiamento.

Portanto, aparece no balanço da empresa um dinheiro de graça. Esse dinheiro de graça evidentemente não existe. Está certo?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Mas aí não há possibilidade de contabilizar.

O SR. ELY BERNARDES - Tem que contabilizar os custos.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Evidentemente. É inimaginável que ela tenha lucro sem contar as despesas sociais.

O SR. ELY BERNARDES - A depreciação que se adota é uma depreciação adequada ou inadequada? A empresa está tomando uma taxa de depreciação tal que levaria cem anos para que ocorresse a depreciação do seu parque industrial.

A empresa está contabilizando, como gastos pré-operacionais, uma série de despesas que, no entender dos auditores que fizeram a avaliação, deveriam ser contabilizados como custos do exercício.

O senhor, que é um empresário e que conhece bem esses procedimentos, sabe que, na vida real das empresas, se a contabilidade fosse levada rigorosamente em dia, dentro da boa técnica, os lucros que aparecem nos balanços não existiriam.

Ocorre que a empresa tem uma geração de caixa positiva. É positiva operacionalmente, se for esquecido que se devem pagar os atrasados que não foram pagos: impostos de fornecedores e uma série de outros que estão sendo reescalados com o próprio Banco do Brasil, que entrou na composição.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A empresa Arthur Andersen, que faz parte do Consórcio B, aprova o balanço. Há um depoimento dela, mediante o qual aprova o balanço, dizendo que está adequado:

"...em nossa opinião, exceto pelos efeitos mencionados nos § 3 e 5, o balanço patrimonial especial é adequado".

Os § 3 e 5 referem-se apenas à questão dos laminadores de perfis médios e pesados.

Depois o senhor leia, porque parecer da Arthur Andersen é pela aprovação do balanço.

O SR. ELY BERNARDES - Não, o parecer da Arthur Andersen é pela aprovação do balanço, com ressalvas. Isso é um pouquinho da técnica dos auditores. "Aprova-se o balanço, com as ressalvas a seguir mencionadas".

Se olharmos o relatório da Arthur Andersen, que tenho em mãos, há cerca de 12 itens de ajustes propostos. Esses ajustes são exatamente os necessários para que a Arthur Andersen concorde. Ela aprova o balanço, desde que com esses ajustes. Parte desses ajustes, no exercício de 1992, foram feitos até no balanço da Empresa, mas uma parte maior não foi considerada. O balanço de 1992 a Arthur Andersen ressaltou. São essas ressalvas às quais estou fazendo referência.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - No depoimento do Diretor-Presidente da empresa, em Belo Horizonte, foi ressaltado que, nos últimos três anos, a empresa apresentou uma lucratividade algo em torno de trinta, quarenta milhões de dólares por ano.

O SR. ELY BERNARDES - Eu apenas mencionaria um fato que, por si só, já demonstra o que estou dizendo.

Relativamente ao fornecimento de tarugos da AÇOMINAS para a Mendes Júnior, houve uma grande discussão e a SIDERBRAS concordou em fazer um pagamento adicional à AÇOMINAS.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTES - Foi feito o acordo.

O SR. ELY BERNARDES - O contrato foi feito. Há toda uma discussão em torno de uma ação popular que corre no Fórum do Rio de Janeiro ou de Belo Horizonte. Mas o fato é que a contabilização, em um ano, de 250 milhões levou a um lucro. Mas essa é a contabilização, em um ano, de efeitos de 3 ou 4 balanços passados. Naquele ano, portanto, só há lucro, mas um lucro que não decorre do exercício da operação da empresa; decorre de um lançamento contábil que se refere há três anos passados, há quatro anos passados.

Se no ano em que a empresa aparentou ter 130 milhões de dólares, como está demonstrado no balanço, fosse feito o lançamento correto, provisionado no ano anterior, o lucro não existiria; seria um prejuízo enorme!

Esse é o aspecto que estou discutindo; estou respondendo à pergunta do Deputado Pontes.

Não queremos fazer nenhuma crítica à gestão da empresa. Ao contrário, acho que a gestão da siderúrgica AÇOMINAS fez um trabalho muito produtivo, muito adequado, muito elogiável nesses últimos três anos, com o ajustamento da empresa. Avaliar o trabalho, no entanto, é diferente de avaliar o resultado. O trabalho foi excelente. Temos dito isso para a administração da empresa, para a Comissão de Desestatização. É uma convicção nossa: o trabalho da atual gestão da AÇOMINAS é um trabalho muito bem feito, muito sério e muito produtivo. Mas daí a dizer que a empresa está tendo lucro há uma distância. Temos a liberdade, a honestidade e a obrigação de dizer que o resultado seria um pouco diferente daquele que é mostrado se houvesse um rigor contábil mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Deputado Roberto Pontes, tem mais alguma indagação?

O SR. LUIZ ROBERTO PONTES - Se esses dados já estão disponíveis no relatório, gostaria de mais uma indagação: Quanto custaria a implantação de uma siderúrgica do mesmo nível de capacidade de produção, de investimento?

O SR. ELY BERNARDES - Já fomos antes questionados com o mesmo tema. Não temos uma informação precisa para dar a V.Ex^a, na medida em que isso exigiria um orçamento, isso exigiria uma avaliação, isso exigiria a projeção de uma usina, pelo menos uma engenharia básica dessa usina de dois milhões de toneladas. A projeção não seria de uma usina de dois milhões de toneladas, uma vez que aquela foi projetada para 12 milhões de toneladas. O lay out da usina envolve uma terraplanagem de cerca de - ontem eu manuseava informações sobre avaliação - 150 milhões de dólares.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTES - Um esclarecimento. Estou perguntando o custo para instalar uma usina - não aquela - com aquela capacidade.

O SR. ELY BERNARDES - Um número de referência que se toma hoje - por favor, ajudem-me, colegas de serviço - para a construção de uma usina integrada, com laminadores, seria da ordem de mil, mil e duzentos dólares tonelada/ano de capacidade.

A AÇOMINAS não tem laminadores instalados. Portanto, se tomássemos um número referencial - não estou dando um número preciso - de mil dólares tonelada/ano, a capacidade existente deveria custar em torno de 2 bilhões de dólares.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTES - Com os laminadores instalados?

O SR. ELY BERNARDES - Com esses que existem lá.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTES - Só os instalados, sem os outros dois? Sem os dois laminadores, que são componentes?

O SR. ELY BERNARDES - Podemos fazer a conta. Sem a instalação dos dois laminadores, no estado em que estão, valem 400 a 500 milhões de dólares. A complementação, a diferença é de 2 bilhões para 1 bilhão e meio.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - Esse seria o preço para se conseguir uma usina, qualquer que seja, não a AÇOMINAS, com a produção de 2 milhões de toneladas?

O SR. ELY BERNARDES - Dois milhões de toneladas. Seria uma ordem de grandeza. Faço questão de ressaltar que essa é uma informação genérica e que se tem que fazer uma análise, caso a caso, para poder chegar a um número confiável sobre o qual se possa afirmar.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - É importante que possamos ter uma idéia. Esse número existe. Em uma usina hidrelétrica pode-se prever um "x" por quilowatt. São números internacionais, todos conhecem. Deixe eu complementar, para ficar claro.

A AÇOMINAS é uma usina que produz tarugo; se tivesse a laminadora, teria avançado, produzindo mais do que tarugo, não é isso? Pois bem, os laminadores atuais levam a uma capacidade de 2 milhões de toneladas/ano. Quanto custaria para implantar uma usina racional, com toda a tecnologia moderna, com produto final semelhante ao que a AÇOMINAS pretendeu quando foi concebida?

O SR. ELY BERNARDES - Vamos entrar num outro terreno, Deputado Ponte. Não se empreenderia uma usina de 2 milhões de toneladas para vender semi-acabados-acabados em nenhum lugar do mundo, provavelmente, com recursos privados.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - Isso é outra coisa. Perguntei o que custaria para implantar.

O SR. ELY BERNARDES - E custaria para implantar...

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - A decisão de fazer ou não é outra coisa.

O SR. ELY BERNARDES - Exatamente. Mas ficamos num terreno muito perigoso, porque estamos discutindo uma teoria que não existe. (Risos)

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - O senhor sabe para que eu quero esse número?

O SR. MAURÍCIO KAUFFMAN - É exatamente essa pergunta que eu gostaria de fazer ao Deputado: qual é o interesse no número?

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - O senhor me dá licença para que eu possa sonhar com alguns números na minha cabeça? É para isto: quero sonhar.

O SR. ELY BERNARDES - (Risos) O senhor está pensando, talvez, numa usina nova no Ceará ou no Rio Grande do Sul?

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - Quem sabe... quem sabe...

O SR. ELY BERNARDES - Mas é por isso que os grandes projetos siderúrgicos, de maneira geral, são feitos sob o abrigo de algum tipo de incentivo - seja fiscal, seja financeiro - que viabiliza o projeto.

Passar de 2 milhões para 6 milhões é uma discussão um pouco mais complicada. Se alguém conceder ao empreendedor um financiamento como o concedido no projeto de expansão japonês, ou seja, com 20 anos de prazo, 5 anos de carência, 3% de juros, num país que tem inflação de 10% ao ano, começa a ser viável. No Japão da época a inflação era de 10% ao ano.

Se raciocinarmos no sentido de se fazer a instalação da usina num Estado que concede o retorno de 60 ou 70% do ICM gerado - e os Estados brasileiros, de maneira geral, têm programas de incentivos para investimentos novos -, estaremos justificando esse investimento através de subsídios.

Se fosse para instalar na região da SUDAM ou da SUDENE, com os recursos de incentivos fiscais ou mesmo dentro do plano de financiamento da indústria de base em que a correção monetária estava limitada a 20%, quando a inflação já era 100%, seria viável. Acho que são mecanismos pelos quais se pode induzir a implantação de uma usina desse tamanho, mas são mecanismos de subsídios. Elas são implantadas necessariamente com subsídios, está certo? Não com recursos próprios.

O que acontece hoje, no mundo, é que essa linha de produtos é feita pelas chamadas miniusinas, que têm um investimento de uma fração desses mil dólares que estamos falando, que têm um custo mais baixo e que têm uma flexibilidade de mercado muito maior. Vender 2 milhões de toneladas anuais de semi-acabados-acabados é uma missão complicada, porque tem que se identificar 30 usinas que comprem uma parcela dessa produção, sujeita a flutuações de seu mercado de produtos finais, e que transmitam para o preço de venda dessas matérias-primas qualquer flutuação dos seus produtos finais, que necessariamente e inteligentemente tentam ficar com a maior parcela, tentam repassar para o custo as reduções de preço de venda. Acho que esse é o quadro importante a ser considerado, quando se fala de siderurgia integrada.

O SR. MAURÍCIO KAUFFMAN - Só gostaria de complementar, porque esse assunto é muito importante e vem sendo levantado insistentemente. Só queria demorar mais um ponto.

Estamos falando de um setor - no Brasil, particularmente - que tem o dobro da capacidade de produção que a demanda interna teria capacidade de absorver - no mundo também há uma sobre capacidade. A possibilidade de exportar produtos siderúrgicos, portanto, é muito complicada, é muito arriscada. Não existe a possibilidade de o empresário investir mais do que um valor aproximado daquele que falamos, a não ser por sinergias ou estratégias específicas, as quais não nos cabe analisar, com o retorno empresarial razoável. Então, é essa questão que nos coloca.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - A análise em torno de se há ou não conveniência é muito variável. Celulose tem superávit no mundo de oferta; entretanto, tem gente querendo ampliar. Hoje há superávit, amanhã não há.

Pode-se entrar numa outra área que tenha superávit, que não seja indicada a possibilidade; pode-se entrar nela, sabendo das condições. Quero saber de dados simplesmente concretos. Quanto custa? É necessário saber, até porque a pessoa que vai comprar vai querer funcionar.

O SR. MAURÍCIO KAUFFMAN - Claro!

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - Não é para isso que se compra? Quero saber por quanto se instala uma usina de 2 milhões de toneladas/ano? O senhor pode dizer que não dá para fazer pelo preço que, de fato, custaria, que só daria para funcionar se fosse pago 10% do valor. Isso é um outro departamento.

O SR. ELY BERNARDES - No caso, ou empresário que vai adquirir é muito estúpido - o que a realidade não demonstra -, ou está convencido de que fará um bom negócio. Do contrário, não compraria.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE - Não sei a tendência do mundo. Esse número é importante para um outro tipo de raciocínio. Não estou dizendo que estão vendendo por 300 milhões uma coisa que pode custar 2 bilhões. Não é esse raciocínio simplista que pretendo transmitir, mas isso faz parte dos dados para compor. Temos duas possibilidades: ou enterraram, no passado, 6 bilhões de dólares da sociedade brasileira, ou estão pretendendo enterrar agora. Se vocês estão corretos - imagino que sim -, enterraram, no passado, o dinheiro do povo. E isso tem que ficar claro para a sociedade, até como lição para evitar fatos semelhantes no futuro. Se não estão corretos, será enterrado agora o dinheiro do povo, com o que não podemos concordar. Em macroanálise, é isso que está acontecendo. Não podemos aceitar, porque seis bilhões de dólares é uma cifra que erradicava quase que metade das favelas deste País. Temos que mostrar, até para ter chance o Programa Nacional de Desestatização, que é preciso vender agora antes que não valha mais nem os 320. Isso deve ficar claro. Ou, então, não é nada disso: os terrenos estão lá e já valem "2X" - foram comprados por "X". Os laminadores ainda estão lá? O mundo ainda os usa; por que não vendem? Essa análise é imprescindível, mas provavelmente vocês já fizeram.

Nós, que temos obrigação de sermos fiscais dos interesses sociais, somos obrigados a "pegar o bonde andando". Por isso não fiquem zangados e irritados pelo nosso desconhecimento. Estamos procurando, à luz das informações, colaborar e minimizar os prejuízos do País.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) - Não havendo mais nenhuma pergunta, queremos agradecer a presença de todos e os depoimentos das pessoas que aqui vieram.

No edital de convocação desta CPI consta como objetivos da mesma: examinar os indícios de irregularidades no curso do Programa Nacional de Desestatização e adotar as recomendações necessárias.

Seguramente, o depoimento desta manhã deve ser encaminhado ao Ministério Público, *ipsis litteris*, pela riqueza de dados apresentados.

Reitero os agradecimentos.

Informo aos Srs. Membros da CPI e demais presentes que o depoimento de hoje, previsto para às 15h, do Sr. Jorge Gerdau, foi cancelado a pedido deste, por invocar seu interesse na participação do leilão da AÇOMINAS. Temendo que o seu depoimento pudesse ter alguma influência no leilão da AÇOMINAS, ele nos pediu que fosse ouvido após o acontecimento do referido leilão. Esta é a documentação escrita feita pelo Sr. Jorge Gerdau.

Quero comunicar que amanhã, às 10h, teremos o depoimento do Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Fernando Henrique Cardoso, revestido de uma importância maior, dados os últimos acontecimentos envolvendo dirigentes do BNDES.

Às 15h, de amanhã, teremos o Ministro das Minas e Energia, Sr. Paulino Cícero de Vasconcellos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 52 minutos.)

-OBS-

(Devido a falta de clareza do mapa que nos foi fornecido, pode ter havido troca no nome dos oradores.)

Secretaria Legislativa
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 25A REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1993.

Às dez horas e quinze minutos do dia primeiro de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, José Aníbal, Elísio Curvo, Dirceu Carneiro, Jacques Wagner, Chagas Rodrigues, Rose de Freitas, Almir Gabnel, Edson Menezes Silva, Elcio Álvares, Teotônio Vilela Filho, Roberto Campos, Manno Clinger, Fetter Júnior, Jackson Pereira, Nelson Wedekin, Nelson Marquzezelli, Eduardo Suplicy, Vivaldo Barbosa e Ruy Bacelar. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Henrique Cardoso, Ministro de Estado da Fazenda, convida o depoente para sentar-se à mesa, solicita a leitura do juramento e passa-lhe a palavra para fazer sua exposição. Logo após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Paulo Ramos, Elísio Curvo, Dirceu Carneiro, Jacques Wagner, Edson Silva, José Aníbal e Almir Gabriel. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 25A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 01/09/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 01/09/93 - 10h15min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Senhores membros da Comissão, vamos dar início aos nossos trabalhos pedindo a S.Ex^a, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, para prestar o juramento.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o depoente para a sua exposição.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros da Comissão, senhoras e senhores:

Eu vou aproveitar esta oportunidade para fazer algumas reflexões sobre o problema da privatização no Brasil. Como eu entrei por uma porta diferente da que havia combinado com os meus assessores, não tenho nem sequer anotações. Mas como eu não gosto de anotações, vou fazer a exposição a partir da minha memória.

Desde que assumi o Ministério da Fazenda, há 3 meses, eu tenho me preocupado, como é natural, e como é a preocupação também do Presidente da República, do Governo, do Parlamento e da sociedade, com a questão do programa de privatização. Por quê? Porque na quadra que nós estamos enfrentando a privatização torna-se uma peça fundamental de qualquer política econômica. Eu me recordo que no dia em que tomei posse no Ministério da Fazenda, em circunstâncias mais atribuladas que as de hoje, também, sem que eu sequer, naquela ocasião, soubesse que deveria fazer um discurso, fiz uma referência à questão da privatização nos seguintes termos: Hoje não se trata de uma opção ideológica a questão de privatizar ou não privatizar; é uma questão de prática, é uma questão que tem que ser medida em termos políticos, não-ideológicos, e em termos econômicos.

O Brasil deveu boa parte do seu desenvolvimento econômico à ação do Estado. Notadamente a partir dos anos 30 e com mais força depois da Segunda Guerra Mundial, o Estado teve um papel não só de condutor e indutor do processo de crescimento econômico, como teve um papel também de investidor direto. Aqui os mais velhos hão de se recordar das enormes dificuldades que tivemos que enfrentar para a questão relativa à formação de uma siderúrgica brasileira e, mais tarde, para a questão relativa à exploração do petróleo no Brasil.

Existem vários trabalhos - para os que não se recordam ou tenham a sorte de não ter vivido essa época, porque são mais jovens - existem vários trabalhos muito importantes que analisam o que foi o papel do Estado no crescimento econômico do Brasil. Vou me referir apenas a um deles, do Dr. Luciano Martins. Basta ler esse livro a respeito das decisões fundamentais do crescimento econômico, para que se verifique que se não tivesse havido uma ação coordenada do Poder Público, dificilmente teríamos passado do estágio em que vivíamos, uma sociedade agrária, exportadora, para uma sociedade industrializada, e que tinha no mercado interno uma das alavancas fundamentais para o seu desenvolvimento.

No caso da indústria siderúrgica, mais especificamente, Volta Redonda se iniciou como uma empresa privada. Depois, dado o vulto dos investimentos, ocorreu o oposto do que ocorre hoje. Era necessário buscar fundos públicos. Houve uma tentativa muito forte no Governo Vargas para atrair capitais estrangeiros para Volta Redonda. E os capitais estrangeiros não vieram não porque o Governo Vargas não tivesse desejado, mas porque a *United States Steel Corporation*, entre outras empresas, que naquela época chamavam de *trustes*, aquelas empresas consideravam que o Brasil era um País muito importante como consumidor de produtos acabados, mas que não teria escala para ser produtor. Foi necessário que o Governo Vargas, através do então creio que

Capitão Macedo Soares, fizesse um esforço de negociação, tendo enviado uma missão à Alemanha, às vésperas da Guerra Mundial, para que essa missão que foi à Alemanha servisse de contrapeso à intransigência dos capitalistas norte-americanos. Com isso foi possível obter uma negociação nos Estados Unidos com um Banco de Importação e Exportação, o *Eximport Bank*, de tal maneira que foram dados créditos ao Governo do Brasil, para que pudesse instaurar a Usina de Volta Redonda. Então, de certa maneira, temendo os americanos que houvesse um acordo com a Alemanha nazista, fizeram um acordo com o Governo brasileiro, que possibilitou construir Volta Redonda.

Devo dizer que nesse momento não apenas havia uma ação do Governo como também uma concepção militar, baseada na idéia de autarquia. Aqueles que têm mais curiosidade histórica poderão ler as memórias do General Góes Monteiro, que à época ocupava um papel de destaque na formulação da política das Forças Armadas, cujas concepções a respeito da situação econômica, vê-se lá, com muita clareza, estavam baseadas na idéia de autarquia. Um país deve produzir tudo que necessita.

Alguns anos mais tarde, outros inventaram um termo de desenvolvimento prussiano, não com conotação pejorativa, mas positiva, com a mesma intenção de sublinhar a importância da ação do Estado e a necessidade dos países terem um desenvolvimento autárquico, de alguma forma repetindo conceitos que, no Século XIX, haviam sido esposados, basicamente, pela Alemanha.

E nós, com esse jogo feito no Governo Vargas, conseguimos os créditos necessários para a Usina de Volta Redonda, que, como eu disse aqui, veio também com uma forte inspiração militar, em que houve grande participação até mesmo na direção das empresas por parte de elementos das Forças Armadas.

O mesmo se diga com relação ao petróleo. No caso do petróleo, as pessoas estão mais avivadas, suponho, e sabem que houve um debate muito grande a respeito do que fazer com a indústria do petróleo. Eu, por circunstâncias pessoais, quando menino, passei um tempo vivendo na casa de uma pessoa chamada Horta Barbosa, Marechal Horta Barbosa, que foi o primeiro fundador do Conselho Nacional do Petróleo, e cuja filha é minha tia. Então, desde pequeno, eu via nas estantes da casa do General um vidrinho de petróleo, como símbolo da necessidade de que o Brasil tivesse uma autonomia na produção do petróleo. Mais tarde, tivemos a campanha "O Petróleo é nosso", de que todos se recordam.

Também, em termos biográficos, o primeiro processo que eu sofri foi porque eu era tesoureiro da Comissão de Estudos e Defesa do Petróleo, cujo Presidente, em São Paulo, era meu pai, e no Rio, era um tio meu, ambos generais. Então, acompanhei bastante de perto esse esforço da criação de um Estado nacional, capaz de atuar economicamente.

Isso não só se consolidou no segundo Governo Vargas, como seguiu adiante, com conotação um pouco diferente, no Governo Juscelino Kubitschek que adotou uma estratégia diferenciada, mas sempre no sentido de sustentar o crescimento e os pólos de desenvolvimento a partir de uma ação do Poder Público. No tempo do Juscelino foi feito um Programa de Metas, em larga medida executado pelo BNDES, com a colaboração de pessoas que não pertencem a mesma família intelectual, como Celso Furtado e Roberto Campos. Nesse Programa de Metas o que se desejava era seguir adiante com o processo de industrialização, já passando da fase da indústria de base - petróleo, siderurgia - para uma fase de produção de bens de consumo de massa, tipo automóvel, e também da construção naval e mesmo de elementos da questão de criar-se uma indústria de aviação. Nesse modelo, na época de Juscelino, o que ocorreu foi já uma espécie de simbiose. Juscelino, percebendo que a burocracia governamental não tinha capacidade para dar esse novo passo... O primeiro passo foi dado, como eu disse aqui, com a presença do Estado, pelas razões já ditas. Também no caso do petróleo houve tentativa de capitais estrangeiros. A transformação do petróleo em monopólio estatal foi feita pela UDN, com apoio da UDN, aqui no Congresso, um partido conservador que tinha, naquela época, uma visão nacionalista, o que, naquele momento, significaria a questão de transformar-se o petróleo numa indústria monopólica e do Estado, com a presença direta do Estado. No tempo de Juscelino isso mudou. Buscaram-se mecanismos de indução, criaram-se comissões de apoio à indústria automobilística, à indústria de transporte, várias comissões de apoio. Como não havia uma burocracia apta a isso, agregou-se à antiga burocracia uma nova burocracia, que era o início do que foi depois chamado de tecnocracia. Com esses elementos deu-se um novo salto no crescimento econômico, a famosa tese dos "50 anos em 5" do Juscelino. Efetivamente houve uma transformação objeto de um grande debate, porque setores à esquerda consideravam que Juscelino estava mudando o modelo, como de fato estava. Mudar o modelo significava acrescentar à base estatal monopólica uma base de investimento, que era privada e até estrangeira, como, no caso, a indústria automobilística. Houve um sério debate, porque havia setores nacionais envolvidos na produção de automóvel. Isso se

repete na América Latina toda. Na Argentina era o Di Tella; hoje, é Ministro do Exterior; foi o pai dele quem fez os carros Di Tella; eu mesmo andei muito em carros Di Tella, que eram carros fabricados nacionalmente na Argentina. E nós tínhamos carros fabricados nacionalmente aqui.

Quando veio esse novo surto, houve, por assim dizer, um aporte maciço de capital estrangeiro e um outro grande salto no crescimento econômico.

Nesse meio tempo, tinha havido uma profunda modificação no comércio internacional e na produção internacional. Até os anos 50, fim dos 50 e começo dos 60, os trustes, como se chamavam, não tinham - como já disse aqui - uma disposição de investir no mercado de outros países; eles tinham mais a disposição de controlar o mercado via comercial. Houve uma grande transformação no processo produtivo internacional e houve um começo do que hoje é mais nítido da internacionalização da produção. E nessa internacionalização da produção, no começo, nesse período do Governo Juscelino, houve algum interesse de investir capitais em vários países, não foi só no Brasil. Isto criou uma dinâmica nova e uma modificação sensível nas relações econômicas entre os povos. Por quê? Porque até essa época havia uma certa noção de que o crescimento do mercado interno não era do interesse do capital externo, fosse o capital externo basicamente como foi ilustrado no caso da siderúrgica, não acreditava que houvesse capacidade de expansão do mercado interno, que basicamente utilizava a mão-de-obra barata e as matérias-primas como instrumento de exportação. Era mais um modelo de enclave, embora não tivesse sido sempre assim. No Brasil havia diferenças, mas, grosso modo, a concepção que se tinha era que capital externo vinha para explorar mão-de-obra e matéria-prima.

A partir do momento, e isso é mundial, que começou a haver investimento industrial pelo capital estrangeiro, houve uma solidariedade, que não foi percebida com clareza na época, entre o investimento externo e o mercado interno; era investimento para ser vendido no mercado interno e não para exportação; o Volkswagen, o Simca, esses carros vieram e ficaram solidários ao crescimento do mercado interno, e muita gente não percebeu. Isso já nos anos 60. Eu mesmo tive muitas brigas a propósito disso. Eu estava na CEPAL, escrevi um livro chamado "Dependência e Desenvolvimento da América Latina", onde a contraponto central era essa, eu dizia que não existia mais a mesma condição do passado, que nós tínhamos outro tipo de vínculo, e nesse novo tipo de vínculo havia investimento estrangeiro que dependia do crescimento do mercado interno, portanto, já não era o "modelo colonial", era outra coisa. Não obstante, quase todo mundo continuou pensando em termos antigos.

Nós assistimos a esse modelo que foi chamado de substituição de importações, significando que em muitos países, progressivamente, deixou de ter apenas um setor exportador e um setor industrial, quando existisse estatal, para haver um setor competitivo, embora geralmente oligopólico, formado, quase sempre, pelo menos com um eixo baseado no capital estrangeiro, em investimento estrangeiro. Esse processo de substituição de exportações permitiu também um novo surto, a continuidade de crescimento. O processo de Juscelino está embutido nessa questão mais ampla, uma modificação na relação internacional dos capitais e um novo papel do Estado e do setor privado. Em algum momento, eu chamei isso de desenvolvimento dependente associado, porque havia uma associação entre capital externo, capital interno, capital estrangeiro, e esse desenvolvimento ia buscar efetivamente uma transformação industrial que necessitava de mercado interno.

No passo seguinte, tudo isso se dirige também à exportação, não apenas alguns desses países ampliam o seu mercado interno como os bens industriais passaram a ser exportados - eu não vou entrar em muitos detalhes porque se não eu vou fugir demais ao meu tema, mas eu gosto de dar o panorama para não ficarmos flutuando, pensando que estamos inventando a história. Alguns desses países basearam o seu desenvolvimento num modelo exportador, embora industrial. Isso nunca foi puramente assim a não ser no caso daquelas quase cidades-Estado, tipo Cingapura, cujo mercado interno não é suficientemente amplo e forte para dar sustentação a um desenvolvimento estável e, portanto, depende da exportação. Isso não é verdadeiro para a Coreia, que desenvolveu também um mercado interno; e, claramente, não é verdadeiro para o Brasil.

Nunca fomos uma plataforma de exportação; sempre fomos simultaneamente um País cujo dinamismo estava no mercado interno e também passava a participar da exportação. Embora tenha havido um crescimento efetivo das exportações - e, no caso do Brasil, 60% das nossas exportações se compõem hoje de produtos industrializados, e essas exportações abrangem mais de duzentos itens industrializados, portanto somos um País industrializado que exporta, com um perfil que se aproxima já dos países desenvolvidos -, nunca deixamos de ter um mercado interno importante. É o que se chama de coeficiente de dependência, que é a proporção de importação e exportação sobre o produto bruto, no Brasil, sempre foi pequena e continua pequena. Não sei dizer agora de quanto será, mas está aumentando o grau, o peso das exportações - devemos exportar esse ano quarenta bilhões e importar uns vinte e cinco: são sessenta e cinco bilhões sobre um total de quatrocentos e cinquenta bilhões, isso vai dar o quê? Cerca de 16%, 17% do produto, pegando os dois lados, exportação e importação - se considerarmos só a exportação será menos de 10%, cerca de 8%.

Quer dizer, exportamos muito pouco, e nisso está considerado tudo: indústria, agricultura. O Brasil não é, do ponto de vista do produto global, tipicamente

um País exportador. Os Estados Unidos também não. Temos um pertil mais americano do que francês ou do que suíço, por exemplo.

Bem, ocorre que, com a continuidade desse processo e com a internacionalização do sistema produtivo, hoje, os grandes fundos de acumulação passaram a ser privados. Não vou entrar em detalhes se é ouro ou dólar, ou o que aconteceu com o petróleo, mas, no caso específico do Brasil, o Estado, que tinha crescido muito em termos de investimento direto, inchou em termos da chamada socialização das perdas; ou seja, as empresas que não têm condições de sobreviver vão para o Estado - depois as pessoas pensam que elas são estatais, mas elas nasceram no setor privado e ao invés de ir à falência, como talvez fosse mais útil socialmente, elas são absorvidas pelo Estado, e o Tesouro passa a sustentá-las. Isso criou, além daqueles pólos dinâmicos do Estado, positivo no crescimento, um inchaço do Estado.

No conjunto, o chamado setor produtivo estatal passou a ter dificuldades de financiamento e elas advieram por várias razões, entre as quais o fato de que esse setor produtivo estatal se orientou para sustentar o desenvolvimento privado. Isso é típico no caso da indústria siderúrgica. A razão pela qual a indústria siderúrgica

brasileira estatal chegou ao ponto em que está - e como vocês sabem os dados foram mais do que ditos e reditos aqui, só nos últimos dez anos, creio que foram cerca de US\$ 21 bilhões que o Tesouro teve que aportar para esse setor, ou seja, o povo pagou - basicamente, a questão que está por trás disso é o preço; e o preço controlado, a política de preços controlada pelo setor público também acabou por fazer com que as empresas estatais não tivessem mais condições de competitividade, porque o preço, controlado e baixo, beneficiava as indústrias que utilizam a matéria fundamental produzida por essas empresas.

Mas o fato é que isso se generalizou e, ao mesmo tempo, houve um forte assalto do setor político, clientelismo, e essas empresas incharam em conta pessoal. O caso mais dramático foi o da COSIPA, porque é uma empresa boa, tinha várias condições positivas, bloqueada pelo preço, inchada pelo empreguismo e depois pela negociata. Na verdade houve aí um acoplamento entre o interesse da corporação, o setor político da corporação, do setor político externo a ela que emprega lá, do setor político que protege os interesses privados, do setor privado que se acopla à empresa, que passa a ser um conglomerado de interesses que são tudo, menos públicos.

Embora no ponto de partida já era privada, a COSIPA acabou vindo para o Estado por socialização de perda; mas, de qualquer maneira, embora na origem pudesse ter um papel desbravador, com o correr do tempo muda o sentido de tudo isso e o setor siderúrgico brasileiro, no seu conjunto, passou a ser uma carga pesada para o Estado. E o mais grave: se o Estado estivesse em condições efetivas de investir, poderia acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Não estando o Estado nessas condições, essas empresas ficam para trás.

No caso da COSIPA, chegou-se a um ponto em que quanto mais produzisse, quanto mais exportasse pior seria, porque o preço, o custo da produção seria mais alto do que o preço de venda; quanto mais brilhante o resultado das exportações, mais grave para o Tesouro, porque ela estava se endividando crescentemente. É claro que esse é um caso extremo.

Já o modelo da Petroquímica foi outro, desenhado pelo governo militar sob a idéia do tripartite: Estado, empresa privada nacional e empresa privada estrangeira. O Estado sempre aí, como trampolim, escorregador, para que os recursos acabassem fluindo lá, e os resultados foram vistos também. É a mesma coisa: política de preço de certo tipo. Quando se tira essa política de preços as empresas não têm como se sustentar, porque já estão bastante arrebitadas.

Então, no conjunto, o setor produtivo estatal acabou, como hoje, tendo uma situação de grande dificuldade de renovação, mesmo quando pegamos uma empresa como a PETROBRAS, que tem um desempenho excelente do ponto de vista técnico, mas hoje tem um grave problema, que me é cobrado a toda hora, que é a tarifa, o custo da gasolina, do diesel e do álcool. Por quê? Porque se não atualizamos a tarifa, a empresa se descapitaliza. Se atualizamos a tarifa, que está em defasagem, tem que ser acima da inflação, a população grita, porque as tarifas públicas estão crescendo mais depressa do que a inflação, e é verdade. O mesmo vale para as empresas elétricas. No caso das elétricas, a recapitalização está custando um aumento real de tarifa de 8,7% por mês, acima da inflação.

Quando se vai investir nessas empresas, ou o Tesouro aporta recursos, ou estes são retirados das tarifas, do preço de venda. Se não há uma margem de lucro razoável, elas não têm como investir; se não têm como investir, elas se sucateiam. Essas não estão sucateadas, a PETROBRAS não está sucateada; mas o fato é que ela passou a ser utilizada pelo conjunto do Governo, ora para baixar o preço, ora para subir, para ter folga de recurso; ora para obrigatoriamente repassar o preço que ela ganha lá fora mais caro aqui, ora para ter uma margem de lucro, ora para sustentar a indústria de álcool; enfim, necessariamente, entrou na manipulação política - mesmo uma empresa do porte, da qualidade e do desempenho da PETROBRAS.

No setor elétrico, a situação é bastante mais dramática do que essa, porque o investimento é realmente muito pesado - basta pensar o investimento de Itaipu, US\$20 bilhões ou coisa equivalente. Os custos financeiros de tudo isso, por mais que se negocie e renegocie, são altíssimos e têm que ser repassados para a tarifa,

porque senão quem paga é o Tesouro, e Tesouro é o apelido do povo; ou, pior, tenta-se privatizar o dinheiro público, pensando que o Tesouro pode ser usado à vontade.

Então, o gargalo que temos em questão é: Por que privatizar? É por esta razão: Porque não temos mais condições de dar sustentação ao parque industrial que depende do Estado. O Estado então tem que fazer opções. O Estado não, o Congresso. Que setores são considerados essenciais e que setores devem ser privatizados? Quais são os setores que, num dado momento, tiveram de ser estatais por várias circunstâncias - algumas estratégicas, outras para tornar fundo de acumulação - e quais são os setores que não têm mais essas características, embora possam tê-las tido no início do processo. Esse é um julgamento técnico-político que passa, naturalmente, pelo Congresso, e o Executivo depende da decisão do Congresso nessas matérias.

Bem, privatiza-se, fundamentalmente, porque o Estado não tem condições de fazer os investimentos necessários para que as empresas não se arruinem; ou para que elas não se arruinem é necessária uma política de preços que é danosa para o interesse público, porque tem que extrair, via tarifa, uma massa de recursos muito alta, o que é incompatível tanto com o que a população pode pagar e quanto com a política de controle inflacionário.

Essa, a meu ver, a razão fundamental. Há razões acessórias: Diz-se que o Estado é mal gestor. Isso é discutível, sob meu ponto de vista, porque pode vir a ser bom, depende das circunstâncias.

Aqui houve um acasalamento perverso no Brasil entre a gestão não só da empresa, mas também do Estado, e os interesses tanto privatistas quanto políticos, e como sou Senador - e me orgulho disso - devo dizer que a contribuição que o setor político deu ao arruinamento do setor público foi imenso, porque houve a partilha das empresas pelos partidos, não de todas e nem sempre, mas frequentemente e de muitas. E essa partilha, nunca entendi por que uma Bancada deve pedir para nomear um Diretor Financeiro de uma empresa pública. Nunca entendi as razões. Porque o Diretor Financeiro não é quem vai dar a linha política da empresa e nem é desse modo que sai o voto. Temos que fazer uma crítica e acabar com isso, porque é matéria-prima para a corrupção.

Todos sabemos que, frequentemente, se pressiona para a nomeação desse ou daquele, que, embora não seja muitas vezes por esse motivo, mas dá margem a que ocorram tais procedimentos. Essas empresas precisariam ser profissionalizadas, como toda administração pública. Toda administração pública deveria ser por carreira e por concurso, com muita e pequena exceção, porque, não sendo assim, temos um sistema "clientelístico", em que os interesses políticos - não os discuto - vão pressionar e distorcer o interesse público, que requer uma ação racional por parte daqueles que estão realmente conduzindo uma empresa que é pública.

De qualquer maneira, embora não seja esse o argumento que estou usando como fundamental para explicar porque privatizar - o fundamental é econômico - acredito que esse também tem um certo peso, porque se chegou a um ponto tal que não temos controle dos procedimentos das empresas.

Há muitos anos, muitos analistas chamavam atenção para o fato de que as empresas públicas não obedeciam ao Governo, e que às tentativas de controle das empresas públicas, por parte do Governo, fracassavam: e é verdade, em larga medida. Nem todas as empresas, nem todos os Governos, mas é verdade.

A política de salários se faz independente! A política dos fundos de pensão é escandalosa, porque esse dinheiro é do povo que é apropriado. Não importa que seja por funcionários, é apropriado indevidamente, do ponto de vista não pessoal mas no de uma política.

A verdade é que, realmente, - não vou dar números, não é o caso, há outras comissões que analisam essas questões - a gestão dessas empresas se faz com larga independência frente à política econômica do Governo, e portanto do interesse geral, porque só quem representa o interesse geral é quem foi eleito pelo povo para isso, e não para quem foi nomeado de uma forma arbitrária para ser diretor de uma empresa, e não obstante criou-se um setor muito forte que joga com vigorosa autonomia, muitas vezes contra a orientação geral dada pelo Governo.

Há razões também políticas que me levam a crer que é necessário repensar a questão do modelo da participação do Estado no processo econômico. Agora, sei que há outras tendências, outros pensamentos chamados neo-liberais que acreditam que a questão fundamental é que o Estado não deva intervir em nada e que, provavelmente, o setor privado, por si, é capaz de tudo. Não é o meu pensamento. Nunca foi e nem é o meu pensamento. Acabei de dar as minhas razões, porque acho que deva haver a privatização, por isso disse que não se tratava de uma questão ideológica, não é em termos de que só um mercado. Não, inclusive porque esse mercado foi constituído em larga medida por essas empresas.

Como fazer essa privatização? Creio ser esta a questão que está sendo discutida aqui. Queria dar uma panorama geral para situar qual é a minha posição, porque penso que ela não é diferente da do Presidente da República em relação a essa matéria; os fundamentos de por que e como fazer essa privatização.

O atual Governo e, no caso específico, o atual Ministro, declarou que era preciso acelerar o processo de privatização. Quais as razões pelas quais penso assim? Pelo seguinte: estamos hoje numa situação fiscal absolutamente inaceitável. Os senhores receberam, ontem, o orçamento proposto para 1994. Aquele orçamento não é aceitável porque tem um déficit muito elevado. Ele é verdadeiro. Adotamos a política de não

camuflar; ao invés de dizer: "bom, vamos colocar uma taxa de inflação mais baixa, depois vamos colocar uma mais alta e com isso fecham-se as contas" - e o Congresso faria a mesma coisa, ia aumentar as despesas, porque disse que vai ter um excesso de arrecadação - resolvemos fazer a coisa da maneira mais realista possível.

A arrecadação, no Brasil, cresceu substancialmente, por várias razões. O esforço arrecadador da receita é enorme. Cresceu porque houve retomada do desenvolvimento econômico do País, dado que ainda não entrou na percepção coletiva, mas que é verdadeiro.

O crescimento é bastante significativo, ele foi, no semestre passado, de cerca de 4%; tivemos um crescimento de produtos industriais e agrícolas bastante expressivo. Houve uma retomada do crescimento. A produção automotora, este ano, vai ultrapassar ou se aproximar de 1 milhão e 300 mil veículos. Não temos nenhum setor da economia, salvo, como digo sempre, o cacau na Bahia, que esteja provocando dificuldades do ponto de vista de mercado.

Subiu o preço do café, da soja e do milho. Há, portanto, fortes indicadores de retomada de crescimento. No início se dizia que era uma bolha de consumo. A bolha durou bastante e continua consistente, propiciando, naturalmente, um aumento de arrecadação. Está havendo um aumento da arrecadação do ICMS, do IPI e dos vários indicadores.

Esse aumento de arrecadação, em termos reais, deve ser, este ano, no Tesouro, cerca de 20%. As vezes, vejo nos jornais que há uma contradição entre os números. Não há essa contradição, o que existe é apenas metodologia diferente, conceito de caixa e conceito de competência. Também não sabia dessas coisas; agora, que virei Ministro da Fazenda, aprendi.

Acontece o seguinte: a Receita, quando arrecada, faz acordos, muitas vezes, e computa como resolvida uma questão que se vai desenvolver no tempo. No acordo, a empresa vai pagar, por exemplo, 1 milhão de dólares durante 60 meses, o Tesouro só vai computar os meses deste ano. A Receita vai computar o que ela resolveu, 60 milhões. Então, em termos de Receita, são cerca de 30%. Em termos efetivos do Tesouro, são 20%. Não há contradição nos números. Ninguém está mascarando número algum. A questão é só entender qual é o critério. De qualquer maneira, 20% reais são um forte crescimento.

O orçamento que foi apresentado ao País, através do Congresso, supõe, além desses 20%, mais um aumento de 15% no ano que vem. Se isso for verdadeiro, vamos ter recordes de arrecadação no ano que vem, 85 bilhões de dólares. É difícil que a sociedade tenha condições de arcar com ônus crescentes. Pode-se melhorar em termos de se aumentar a base de arrecadação, mas, certamente, certos setores estão supertributados.

Temos que olhar para o outro lado, e outro lado não é animador, é o da despesa. Apesar do crescimento da arrecadação, a despesa cresce mais depressa, e, basicamente, porque estamos obrigados, por um lado, constitucionalmente, a fazer transferências para Estados e Municípios, muito fortes; por outro lado, temos um crescimento real de pessoal extraordinário. Os salários pagos pela União cresceram numa velocidade enorme. Em termos do conceito de competência, devem ser revistos - digo "devem ser" porque estou falando de memória -: no ano passado, cerca de 16 milhões de dólares, ou 14 milhões - não tenho certeza - este ano, 18 a 20 milhões e, no ano que vem, 27 milhões - refiro-me só à administração direta e aos pensionistas - e não houve aumento no número de pessoal.

Quando há reivindicações de que os salários estão baixos, é verdade, para alguns setores. Segundo lugar, o Governo Itamar Franco concedeu aumentos - e o Congresso sancionou, senão induziu -, muito fortes devido à isonomia e aos reajustes crescentes. Assim, os senhores podem ver no orçamento que vamos ter um folha bastante acentuada de pessoal.

Previdência é outro item importante, e o outro é saúde. Quero alertar aos Srs. Senadores e Deputados, que, depois daqueles momentos de aflição na questão da saúde, que nós todos nos comovemos, ninguém mais me procurou para discutir a questão do financiamento da saúde, e a saúde está sendo paga com dinheiro emprestado dos trabalhadores. Mas um, dois meses, vamos ter de novo um problema com a saúde. Também quero lhes dizer que, só esse mês, o Tesouro transferiu, para pagar hospitais, fora o dinheiro direto da saúde, 27 bilhões de cruzeiros reais. Foi mais que todo o resto do custeio do País.

Por que estou dizendo isso? Porque temos uma situação de déficit grande que não podemos permitir. Precisa-se de uma reforma na Revisão Constitucional, uma distribuição nova entre Estados, Municípios e União.

O orçamento que aí está, não está para ser ampliado nos gastos, e sim para ser cortado e, se possível, ampliado nas receitas. Como há pontos essenciais, ele precisa de uma redistribuição entre União, Estados e Municípios, porque senão não vamos poder enfrentar as questões.

Havendo esse quadro de desequilíbrio, um dos elementos capazes de equilibrar a situação fiscal é a privatização. Não sou favorável à utilização de recursos da privatização para custeio. As empresas do setor público são patrimônio do povo deste País, que não deve ser comido nem em aumento de pessoal nem em gastos correntes. Só se justifica se for para que realmente coloquemos em ordem as contas públicas e façamos fundos de investimento em áreas para as quais necessitemos de investimentos reprodutivos.

Na Argentina, o modelo utilizado equilibrou muito as contas públicas empregando recursos de privatização para gastos decorrentes. Não creio que seja o modelo mais adequado, mesmo que os gastos sejam justificados, porque senão vamos comer o futuro deste País, vamos resolver as deficiências do orçamento corrente gastando patrimônio. Quem faz isso na vida pessoal sabe o que acontece: os filhos morrem pobres.

Acredito que temos que pensar um modelo de privatização, levando em consideração o conjunto da situação: é preciso privatizar pelas razões já apontadas, é preciso fazer o equilíbrio na situação do Brasil: caso contrário, não há inflação que se controle.

Repito que não adianta vir falar comigo que tomada dá choque; ponha o dedo na tomada quem quiser tomar choque, porque isso é farsa. Um choque sobre a base de um equilíbrio fiscal permanente é uma ilusão que baixa os preços em uma semana, e, três meses depois, o ministro, o partido, o governo que fez isso está desmoralizado. Quem aplaudiu vai. Isso não quer dizer que não haja medidas a serem tomadas para baixar a inflação, elas existem, mas, primeiro é necessário colocar a casa em ordem, para que elas surtam efetivamente um efeito que não venha a ser contraproducente para o povo daí a dois, três meses.

A privatização é parte desse processo. Não quero fazer críticas, nem ficaria bem, mas acredito que não aceleramos o processo de privatização porque queríamos ter maior convicção de que a estratégia de privatização era a mais adequada.

Esta Comissão conversou com o Presidente da República. Modificamos uma decisão em função de argumentos expendidos por esta Comissão a respeito do setor petroquímico, no caso da Nitrofétil, e a Comissão sabe que a estratégia de privatização é algo sério. Alguns, até Parlamentares, dizem que devemos fazer a privatização selvagem, que isso salva o Brasil, mas não embarco nesse tipo de tese fácil, até porque uma privatização selvagem iria queimar o patrimônio público sem o objetivo preciso, e não haveria condições de ser feito, seria simplesmente uma acusação generalizada de corrupção.

Temos que fazer uma privatização acelerada e consequente. Estamos fazendo os estudos pertinentes para sabermos o que privatizar primeiro e como fazê-lo. Quero deixar bem claro que os mecanismos de avaliação são absolutamente transparentes.

Alerto os membros da Comissão para o seguinte: não se deve confundir resultados diferentes a partir de metodologias diferentes. Quando disse que a confusão entre arrecadação, 30% ou 20%, era por causa de metodologia, o mesmo se pode fazer com a avaliação de uma empresa. Uma avaliação contém sempre uma certa apreciação que, no limite, pode ser subjetiva. Qual é a minha expectativa de ganho nos próximos anos? Qual é a minha expectativa da taxa de descontos? Se mudo a expectativa, mudo o resultado.

Então, dirão: mas, nesse caso, estamos à mercê do arbítrio? Não, porque é mercado. A meu ver, é muito importante entender os mecanismos de mercado. Algumas pessoas podem ser contrárias ao mercado, só que não têm mais para onde ir, porque o mundo todo, hoje, funciona na base do mercado.

Vejamos: quero uma economia pastoral. Sete alqueires e uma vaca. Cada um levanta cedo, ordenha a vaca, uma delícia. Se puser conhaque no leite, fica melhor ainda. Mas como é que se faz isso? Ah, quero uma economia baseada na pequena empresa. Mas onde?

Não é isso o que ocorre no modo de produção contemporâneo. Há regras que são dadas por um ajuste tecnológico, num conjunto muito complexo de circunstâncias, e o fato é que o mundo hoje se rege por regras de mercado.

Se faço uma subavaliação, qual é o maior risco que tenho? É de não ter competidores para alguém que vai comprar no preço subavaliado. A melhor privatização é aquela feita com regras mais estáveis, com o maior anúncio prévio, com menos ziguezague na data do leilão, com mais condições de segurança e com o número maior de pessoas dispostas a comprar, porque nessa hipótese aumenta o preço.

Na medida em que fazemos o oposto disso, estamos beneficiando os poucos compradores, ou, às vezes, o único comprador. O que é favorável a um bom desempenho na privatização é a existência de regras estáveis, é a existência de muitos ofertantes. Cada vez que levantamos uma dúvida, e esta não tem fundamento - quando tiver fundamento é outro caso - estamos ajudando os especuladores com a melhor das intenções.

Suponhamos que houve uma subavaliação, suponhamos que a COSIPA tenha sido subavaliada. O que aconteceu na COSIPA? Havendo competidores, o leilão sobe o preço e corrige-o. Agora, se não temos competidores e se criamos condição de incerteza, aumentamos o risco de um mau negócio. É essencial que o País esteja convencido do procedimento que está sendo utilizado.

Por isso, esta Comissão é essencial. Se houver algo escondido, se houver algo na manga do colete, vai ser ruim. É essencial que o País esteja entendendo por que, e como se privatiza.

No caso da COSIPA, a Comissão de Privatização introduziu uma inovação, qual seja a de que o Governo reteve 80% das ações preferenciais. Qual é o fundamento para isso? É que, como estamos privatizando, na suposição de que haverá mais investimentos por parte do setor público e privado, que vai se renovar, que haverá

melhor gestão, que haverá melhor desempenho, é de se esperar que as ações subam de valor. Então, por que vender tudo? E os mexicanos fizeram isso. Vende-se uma parte.

Por outro lado, acredito que seja possível pulverizar, distribuir mais as vendas na sociedade. Vou dar um exemplo que é polêmico: o Banco Meridional, que vai ser privatizado. Conversei com muitos setores do Rio Grande do Sul, a partir do Governador. Há uma reivindicação regionalista legítima de o Rio Grande ter um banco. Por que não? Há mecanismos para isso. Por que não se privatizar de forma tal que se difunda mais no Rio Grande a participação acionária? Há mecanismos, não se trata de um mero processo automático de mercado, há uma possibilidade de condução de uma estratégia de privatização que tem apoio na sociedade, pela sua transparência, pela sua ação consequente, não só nesse caso, como podemos ter também a utilização de novas moedas de privatização, que serão necessárias. Por que do que se trata? O Estado está profundamente endividado e tem patrimônio.

Quando a pessoa está endividada e tem patrimônio, o que que faz? Faz uma estratégia de corrigir uma pela outra, ela vai vender da melhor maneira possível o patrimônio que tem, não é isso? Vai vender da melhor maneira possível, e abate a dívida, porque, se não abater a dívida, não resolveu a questão.

A União está profundamente endividada. Só no setor elétrico, o Congresso aprovou uma lei que passou para a União o CRC na base de US\$25 bilhões. Quando formos acertar as contas com os Estados, graças à lei que foi aprovada no Congresso, enviada pelo Executivo, os Estados se livraram do mico, o Tesouro arcou, quer dizer, o povo arcou, US\$25 bilhões, só no setor elétrico. Se for fazer o levantamento dos chamados megapassivos, vamos ver que a situação é bastante dramática e temos que enfrentá-la, porque não podemos deixar que este Estado fique bloqueado e incapaz de atuar naquilo que lhe é pertinente. E o que lhe é pertinente é cuidar dos interesses do País. não só em termos do social, mas também dos econômicos e dar sustentação àquele setor produtivo que ficar sob sua guarda. Neste momento, não fazemos nem uma coisa nem outra.

É importante que se criem moedas de privatização que permitam liquidar alguns megapassivos. Há uma compreensão equivocada do que se chama, na linguagem normal, de moeda podre. Não estou defendendo o ocorrido, estou dizendo que essas moedas são a expressão de uma dívida pública. Temos que saber qual é a melhor maneira de valorizar essas moedas para que não percam demasiado seu valor de face, mas temos que aceitar como boas.

Agora, por que aceitar como boas só, por exemplo, as TDAs, que são dos detentores de títulos da dívida agrária pela desapropriação que sofreram de terras? Por que não fazer a mesma coisa com os trabalhadores, que também são credores do Estado? Fundo de variação salarial, esse parece que tem complicações, mas FGTS, vários fundos que são de posse dos trabalhadores e são dívidas do Estado. É claro que, como Ministro da Fazenda, não posso simplesmente deixar que os megapassivos de longo prazo desapareçam e deixem-me o problema dos megapassivos de curto prazo. Tenho que olhar também o interesse mais imediato do curto, inclusive a questão de quanto entra em **cash**. E depende do que se vai fazer com esse **cash**. Se for para jogar em despesa corrente, para mim não refresca muito.

Enfim, há toda uma política que precisa ser compartilhada e que vamos anunciar no fim de setembro. Seu objetivo é permitir a aceleração da privatização. Já disse aqui: é preciso acelerar o processo de privatização. Agora, para isso temos que ter caminhos claros, compartilhados pela sociedade e que permitam um desenvolvimento desse processo sem o zig-zag, porque o zig-zag beneficia os poucos compradores e especuladores, porque a incerteza não ajuda um bom negócio, não ajuda a venda pela União de uma maneira mais correta, valorizando ao máximo seu patrimônio.

Nessa estratégia temos que pensar também que não se trata, simplesmente, de, como se dizia, "jogar fora as jóias da coroa", quer dizer, é preciso ter uma perspectiva de tempo. Esse Governo vai ter dezesseis, quinze meses; o Brasil vai durar. Então, não se trata de dizer simplesmente que vou fazer nesse momento tudo. Não. Vamos definir tudo o que for possível, o caminho. E com clareza entender o porquê vamos acelerar a privatização, o modo como vamos fazê-la e ter consistência nisso.

Penso, Sr. Presidente, que era o esclarecimento que queria prestar. Se mais não digo é porque mais não sei, não é porque esteja escondendo, é porque estamos estudando os mecanismos para alcançarmos uma estratégia mais consequente de privatização. Vamos nomear o novo diretor do BNDES. Não é verdade que saiu já nos jornais. Estes se antecipam à decisão governamental, não há ainda uma pessoa escolhida, mas certamente a pessoa escolhida vai sê-lo dentro da ótica de que o BNDES vai ter que atuar de forma consequente, aberta, mas bastante coerente com o programa de privatização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Relator, Senador Amir Lando, para fazer as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, inicialmente, gostaria de abrir o leque das nossas dúvidas com um dado alarmante, que foi a sangria de 21 bilhões de dólares do Tesouro Nacional, que, em ordem de grandeza, representa os recursos aportados às estatais nos últimos dez anos, 82/92.

E interessante uma análise desses dados, que mostram uma realidade que a Nação precisa conhecer, e nada melhor que o detalhamento.

Se olharmos onde foram investidos, a grosso modo, esses recursos, poderíamos dizer que 20 bilhões de dólares foram investidos em cinco empresas fundamentalmente que representam um peso grande, quase que absoluto: AÇOMINAS, 4 bilhões de dólares; COSIPA, 3 bilhões mais tração de 174 milhões; CSN, 3 bilhões e 800 milhões de dólares; Central Siderúrgica de Tubarão, 2 milhões e 100 mil e a Rede Ferroviária Federal, 8 bilhões e 668 milhões.

O que aconteceu, então, com essa imensa soma de recursos, onde foram parar esses 20 bilhões de dólares? E se tirarmos a Rede Ferroviária Federal, que é um capítulo à parte nesse contexto, vamos, então, nos deter na AÇOMINAS, na CSN, na COSIPA e na Central Siderúrgica de Tubarão.

O que verificamos também é que esses investimentos têm uma densidade muito maior no ano de 87, 8 bilhões, 517 milhões; em 92, 831 milhões de dólares; em 91, 1.400, 1.200, e ainda em 88 também 3 bilhões e 827 milhões de dólares. O que se verifica é que nesse período houve maciços investimentos. A CSN foi praticamente reestruturada em termos de investimentos, que foram intensos nesse período. Agora, a nossa preocupação é exatamente verificar o que aconteceu com esses recursos. O que não podemos consagrar é a impunidade de administrações anteriores; não podemos esconder essa montanha de dólares debaixo do tapete e dizer que está tudo bem. O que também torna difícil é concordar com uma avaliação de 346 na AÇOMINAS.

Vou fornecer um dado: um bilhão de dólares foram gastos na implantação de dois laminadores de perfis pesados e médios e trilhos. Esses equipamentos ainda estão sem uso: são 600 milhões de dólares, as obras civis orçadas em 460 milhões de dólares dos quais foram pagos 412. Segundo informações, faltariam ainda 330 milhões de dólares para concluir essas obras. É inconcebível, também, se o contrato global era de 460 milhões, o porquê isso agora, em termos de correção e ajuste, esses restantes 50 milhões passaram a ser 330 - e segundo a Booz Allen* é mais - são 400, número de grandeza, 450 milhões de dólares para concluir essas obras.

A nossa preocupação é dar a conhecer à sociedade o que está acontecendo. Quanto a essa metodologia, sobretudo da AÇOMINAS, que tivemos oportunidade de analisar de perto, esse bilhão de dólares na metodologia aplicada foi reduzido a mais ou menos 16 milhões de dólares. Essas empresas deveriam investir, diversificando, inclusive no ramo imobiliário, que não tem nenhuma relação com a produção da AÇOMINAS e que poderiam absolutamente ter sido destacadas e alienadas no mercado onde, possivelmente, todas as construções urbanas e as terras rurais não poderiam nunca apenas alcançar o volume de 10 milhões de dólares.

São esses detalhes que exigem, no nosso entender, uma visão diferente, talvez, daquilo que parece lógico e como regra definitiva do mercado, esses valores obtidos nas avaliações. Alguém poderá argumentar: não, mas existe um leilão que vai definir o preço. Sabemos que esse leilão, realmente, não atinge sequer, dentro da concepção do que seja um leilão, essa idéia onde não se tem, fundamentalmente nesse processo, nem compradores, nem preço definido. Na verdade, há um esquema fechado que reduz a participação e que já se sabe previamente quem serão os compradores.

O que existe por trás de tudo isso é um imenso patrimônio, avaliação patrimonial desprezada nessa metodologia do fluxo de caixa descontado, talvez não seja aquela que possa aferir, de maneira mais justa e correta, o valor desse imenso patrimônio do povo brasileiro. Por quê? Porque as nossas empresas excederam-se e desviaram-se dos objetivos fundamentais da produção e da produtividade.

Cito, como exemplo, a explicação que o Presidente da Açominas ofertou-nos em Belo Horizonte, no que tange aos investimentos no ramo imobiliário.

Quero dizer com isso que é preciso - parece-me - fazer uma leitura detalhada e dar conhecimento à Nação sobre para onde foi esse dinheiro. Não podemos passar a mão por cima e achar que vender por 346 ou 700 um patrimônio imenso seja realmente o procedimento mais interessante para o Tesouro e para o povo brasileiro. Creio que, a partir daí, vem a idéia de se modificar, e em profundidade, esse processo. O leilão não é a única forma contemplada na lei para transferir as estatais. Privatizar é preciso, mas é preciso privatizar bem. E é preciso que alguém zele por esse patrimônio. O nosso cuidado é exatamente ir buscar onde foram esses 21 bilhões de dólares.

Sabemos que na CSN há um setor que foi modernizado de 1976 a 1986: são os laminadores e alto-tornos implantados nesse período. Consequentemente, são investimentos que ainda têm uma vida útil considerável.

Gostaria de ouvir de V. Ex^a algumas considerações sobre esse ponto dos recursos aportados pelo Estado. A sociedade brasileira precisa de uma explicação transparente e detalhada para que possa compreender para onde foi essa montanha de dólares.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Pois não, Senador Amir Lando. Também acho que é preciso saber melhor como se jogou fora o dinheiro público. O há dúvida alguma de que V. Ex^a acabou de mencionar um fato divulgado por nós.

Houve um desperdício e, como bem disse V. Ex^a, em 1988, estava tudo saneado. Em 1993, estamos, outra vez, endividados. Quer dizer, houve um saneamento no setor siderúrgico em 1988: cinco anos depois, está tudo em situação pior, devido provavelmente à falta de critério na utilização desses recursos.

Mencionei que havia uma questão de política de preços. V. Ex^a está indo em uma outra direção - a meu ver - pertinente também. E não é só isso. Houve uma desorientação na utilização dos recursos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Concordo com a política de preços.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Sei que V. Ex^a concorda. Mas houve também má gestão, fruto, como eu havia dito, do clientelismo, da relação - digamos - incestuosa, com interesses que não são públicos. Podem ter ocorrido também fatos sobre os quais não quero falar porque não sei se, de fato, ocorreram. Mas pode ter havido até mesmo interesses - digamos - ligados à corrupção. Pode ter havido uma porção de coisas.

E digo mais: aqui estamos nos referindo a 21 bilhões de dólares, referentes apenas às empresas que estão na lista de privatização. O que custou ao Tesouro, ao povo, em dez anos, não foi só isso. Estamos lidando com 33 empresas, das 200 que o Governo possui. Então, se computarmos todas, o que custou ao Tesouro é muito mais - que 21 bilhões de dólares. Se computarmos só as empresas do setor elétrico, o salto será muito grande. Não estou dizendo que tenha havido má utilização necessariamente, mas realmente é isso.

V. Ex^a dá uma razão adicional do porquê da privatização, considerando que realmente houve uma perda de controle. Essas empresas transformaram-se realmente em gigantes ou em empresas - não gosto da expressão porque é usada na televisão - "elefantíacas", que estão andando por aí com a pata pesada, fazendo uma coisa aqui e outra ali, sem que ninguém possa controlar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estaremos diante daquela piada do inglês que encontrou a mulher com o amante no sofá, em casa, e vendeu o sofá?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não sei se é o caso de vender o sofá. Acho que nos estamos livrando das amantes. Dou o direito a V. Ex^a de torcer pelas amantes. É uma boa torcida. Não é uma questão pessoal; trata-se de uma questão de estrutura. Na estrutura que está montada aqui, como o Deputado sabe, os interesses existentes, políticos e privados, são muito fortes. O Governo fica impotente para controlar. E o Congresso também, controla *ex positis*.

Houve várias alternativas de se criar comissões de controle de empresas estatais. Não se conseguiu, não funcionam. Não se consegue controlar nada. Realmente, a dificuldade é muito grande. Portanto, acredito que deve haver mecanismos de outra natureza.

Acho que a questão que o Senador levantou é pertinente. Houve má gestão, não há dúvida alguma. E pode ter havido, além da má gestão, processos mais graves na gestão.

Também não quero generalizar, porque sei que há muitas empresas onde isso não ocorreu.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos tentar colocar isso em pratos limpos, para que a Nação tome conhecimento da verdade. Existe um ponto, que é doutrinário, e que quero abordar. V. Ex^a explicou muito bem as razões da participação do Estado nessas atividades produtivas, e ficou evidente o preço que a Nação pagou pelo processo de industrialização, pela alavancagem da industrialização no País, que evidentemente tinha que custar algum preço à Nação brasileira.

É evidente que se pode romper a questão ideológica, a exemplo da queda do Muro de Berlim e dos fatos ocorridos na ex-União Soviética, mas é difícil romper a contradição entre o público e o privado. Há uma área de conflito. Evidentemente que uma empresa pública tem uma estrutura privada ágil; agilidade que, por interveniência do Estado, foi cortada. Por exemplo: até o Decreto-lei nº 200, tinha a empresa pública uma autonomia - a autonomia é indispensável - que a permitia ser ágil e eficiente. Mas, ao mesmo tempo, ela tem o escopo de executar políticas públicas, o que significa quase que um prejuízo previsível. Não há dúvidas de que a interveniência política foi desastrosa. V. Ex^a citou muito bem.

Quero apenas situar este ponto de controvérsia, que é insuperável: não posso conceber uma empresa pública com estrutura exclusivamente privada, com toda a autonomia; ao mesmo tempo, é necessária a autonomia para que ela seja produtiva.

Parece-me que temos que esclarecer com muita propriedade esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Peço à Comissão e às pessoas que estão acompanhando os debates que permaneçam em silêncio.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Estado, sempre que intervém, intervém com essas restrições.

Esse controle, se for exagerado, mata a empresa, asfixia. Quer dizer, não sei como encontrar o *modus faciendi* da ação estatal ao executar as políticas públicas. Parece-me tranquilamente que deve ser eliminado o fator da intervenção politiquês, ou político-partidária, seja o que for. Não se pode lotear as estatais. As estatais têm que ser um instrumento de apoio de ação governamental eficiente e, ao mesmo tempo, competente. Para isso, parece-me que é mais importante dar oportunidade a quadros técnicos do que propriamente a políticos na execução dessas teses.

Não vejo como superar totalmente esse dilema, esse conflito, uma contradição, um paradoxo, enfim. Há um ponto difícil de conciliar; e, como disse V. Ex^a, é meramente uma questão doutrinária. Gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Nobre Senador, acho que é uma questão importante. Há um mecanismo. Por exemplo: temos um contrato de

gestão com a Vale do Rio Doce, que funciona. O Governo estabelece certas metas e dá liberdade dentro daquelas metas.

Estou disposto a encorajar um contrato de gestão com a PETROBRÁS. Acho que seria um caminho positivo para aquela empresa e para o Governo, que define metas quantitativas, dá gestão e dá liberdade de atuação aos gestores da empresa. Ao definir as metas, compatibilizamos o interesse público, do ponto de vista da política econômica do Governo. Feita a meta, dá-se liberdade de gestão. Acho que o contrato de gestão é um mecanismo que devemos adotar até mesmo com outros tipos de empresas no Brasil, porque permite maior flexibilidade na gestão e, ao mesmo tempo, consecução da política econômica.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Porque a empresa, que já não podia sobreviver com o Decreto-lei nº 2.300, jamais poderá sobreviver com a Lei nº 8.666. Realmente, isso é importante, porque, senão, estaríamos decretando a falência dessas empresas, por um mecanismo de controle que não funciona, que não ajuda e que, realmente, só faz astixiá-las e retirá-las do mercado.

Finalmente, há um ponto que eu gostaria de citar: trata-se da política de pessoal. Evidentemente que essas empresas têm estrutura privada e disputam o mercado de trabalho na iniciativa privada. Nesse caso, a remuneração tem que ser como a do padrão das empresas não apenas brasileiras, mas também das do mercado internacional.

Quando se fala dos servidores, temos de verificar o nível dos servidores. Ninguém irá contratar, por exemplo, um engenheiro na PETROBRÁS, pagando-lhe um terço, ou menos, do que seria o seu valor no mercado até internacional, senão não teremos concorrentes. Assim, os quadros técnicos, infelizmente, estão fora da política do rviço público em geral. Parece-me que isso precisa ser esclarecido. Não há como querer sempre se rebelar contra os altos salários e nivelar os demais a eles. Não vou dizer que não há exageros, mas deve sempre ser olhado caso a caso, observando-se o padrão internacional de remuneração.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Concordo com V. Ex^a, no sentido de que, em primeiro lugar, penso que mesmo o servidor público direto tem que ser bem-pago. Não tenho opinião contrária a isso. Ao contrário, penso que estamos fazendo uma política lamentável. O modo de pagamento do servidor público no Brasil é equivocado.

Devo dizer, com clareza, algo que não é popular: essa isonomia não está funcionando, a não ser para baixo; ela está atrapalhando. É preferível pagar melhor a todo mundo e deixar que haja uma certa diferenciação de salário, na base de especificidade de competências. Deve-se pagar melhor a todos. Mas, como se paga muito mal, as pessoas se agarram na isonomia para aumentar o salário. Isso é compreensível, mas não tem efeito positivo.

Penso que seria preciso ter maior flexibilidade na questão dos salários. Quando se olha a estrutura de salários do topo da Administração Pública Direta brasileira, percebe-se que é uma vergonha. No Ministério da Fazenda, tirando o Ministro, que ganha como um Senador e que, portanto,...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Portanto, ganha pouco.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Isso eu não sei. Eu não reclamo.

Como dizia, no Ministério da Fazenda, tirando o Ministro, que ganha como um Senador, os demais funcionários ganharam, no máximo - eu não sei exatamente, porque o salário muda todo o mês -, até o mês passado, o salário de 90 mil cruzeiros reais. A segunda pessoa do Ministério, os assessores, ganham essa quantia ou menos. O mesmo ocorre no Banco Central. Isso é inviável, é uma hipocrisia, é uma farsa.

Qual o meu problema com a questão salarial das estatais? Não é que o salário seja alto ou baixo. Entendo bem o argumento de que existe um mercado, de que existe, por exemplo, um engenheiro ou um piloto de avião que têm que ter um pagamento. Tudo isso é verdadeiro. O meu problema é saber de onde sai o dinheiro. Se esse dinheiro sair da empresa e se essa for produtiva, trata-se de política da empresa. O meu problema começa a ficar complicado quando o dinheiro sai do Tesouro. Quando o dinheiro vem sob outras formas, a conta vai para o Tesouro, porque, nesse caso, estou pagando bem às custas de quem não ganha nada, que é aquele que paga o imposto, na sua maioria.

Não tenho nada contra o fato de haver um salário correto; pelo contrário, penso que, no Brasil, os salários são baixos. O que questiono é o modo de fazê-lo. Por isso, penso nos contratos de gestão. Dado o contrato de gestão e autonomia financeira, se a empresa não pedir recursos, se já estiver madura para funcionar, ela que faça a sua política de salário.

O que não pode ocorrer, no Brasil, é a situação em que qualquer aumento do setor privado acaba chegando ao setor estatal e ao Tesouro, porque, nesse caso, estamos perpetuando - não é questão de injustiça salarial - a exploração dos mais pobres pelos mais ricos, embora todos sejam assalariados. Nesse caso, eu sou contra. Não sou contra por pensar que os salários devem ser baixos: sou contra, quando vejo que, para pagar salários altos para alguns, sou obrigado a não dar saúde para outros ou a manter os salários de outros muito baixos. Essa é a questão. Penso que se resolve esse problema dando-se às empresas contrato de gestão e autonomia.

Entendo perfeitamente que os salários devem ser corretos, e que, quanto mais altos eles forem, melhor será para o País. O que não pode ocorrer é fingir que

ninguém está pagando esse preço. Alguém o está pagando. Então, vamos corrigir isso, e penso que o contrato de gestão corrige isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Acredito que, realmente, esse é um mecanismo inteligente, que me parece acertado. Isso poderia até ter sido adotado em momentos anteriores.

O SR. EDSON SILVA - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. EDSON SILVA - Aproveitando a linha de raciocínio do Ministro, a quem saúdo, preliminarmente, gostaria de fazer uma pergunta: Quanto à lógica que V. Ex^a manifestou, não seria conveniente que, pelo menos, o contrato de gestão - aproveitando o seu raciocínio - tivesse sido usado por empresas estatais que foram privatizadas e que eram lucrativas?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Entendo o alcance da sua questão, mas não lhe posso dizer, porque não acompanhei a situação de cada uma. Mas, das empresas privatizadas que estou vendo aqui, poucas eram lucrativas.

Em segundo lugar, outras razões que mencionei aqui, pelas quais temos que privatizar, tratam da questão de que não temos que anular dívida, e o Tesouro tem dívida. Então, devem ser vendidas também as que são lucrativas, porque a dívida tem que ser paga. Se não houvesse dívidas, se tudo estivesse funcionando maravilhosamente bem e se a gestão fosse melhorada, o seu argumento teria solidez. Mas a coisa não funciona assim.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sobre esse ponto, poderíamos dizer - volto a falar - que, das 33 empresas arroladas inclusive por V. Ex^a, cinco delas consumiram 20 bilhões de dólares. Temos mais 1 bilhão de dólares para as restantes. Esse é um quadro interessante de ser analisado. E 15 dessas empresas não receberam qualquer recurso. Especialmente o setor petroquímico, nesse período, não recebeu absolutamente nada.

Mas continuemos em questões gerais. Tenho outras perguntas, que já havia formulado antes, mas vou deixar que outros desejosos de interpelar o Sr. Ministro formulem as suas perguntas. Ao final, se houver tempo e oportunidade, farei as minhas perguntas.

Mas vou fazer mais uma pergunta, Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso. Como encontrar lógica num programa de privatização, quando é voz unânime - inclusive entre os empresários que vieram depor nesta CPI - que o País não possui uma política industrial definida? Isso nos preocupa. É o que aconteceu na Argentina e mesmo no México. A nossa preocupação é no sentido de que esse programa, realmente, fosse conjugado com uma política industrial brasileira, com o Estado saindo de certos setores e motivando outros; enfim, com o Estado funcionando como o grande alavancador do desenvolvimento industrial do País. Em verdade, não podemos deixar o País num vazio industrial. Gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a a esse respeito.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Se V. Ex^a quiser saber a minha preferência, também pretiro que haja uma política industrial definida. Penso que - como eu disse aqui - o BNDES deve ser o grande banco da privatização e da política industrial. Penso que o País precisa de uma política industrial, que, hoje, não pode significar o que significou no passado: ela não pode significar subsídios do Estado para empresas, porque não há condições para que isso ocorra e nem há necessidade. O setor privado está capitalizado. Não há necessidade disso, embora alguns sempre desejem um pouco de subsídio. Mas isso significa que realmente temos que ter uma definição mais clara de como é que se faz a estratégia para tudo isso. Eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, e, dado o número de inscritos, S. Ex^a terá cinco minutos para fazer as suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS - Farei as perguntas com muita objetividade, para aproveitar bastante o tempo.

Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, V. Ex^a fez afirmações a respeito das injunções políticas para a indicação de dirigentes de empresas estatais e de outros setores da atividade pública. O atual Governo vem fazendo, praticamente, a mesma coisa. Há alguma explicação para isso? Por exemplo, o Sr. Delben Leite, Presidente demitido do BNDES, é um empresário em São Paulo. Qual a explicação para isso? O Governo atual se submete também às mesmas injunções, ou seja, ele comete os mesmos erros que V. Ex^a condena?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Os erros não são do Governo, mas sim do nosso sistema político, dos Partidos, dentre os quais, inclusive, o de V. Ex^a. Todos participam. No Estado onde V. Ex^a tem predominância, será a mesma coisa. Não se trata de pessoas, nem do Governo, mas sim de um sistema que se montou no Brasil. Não creio que se possa modificar isso, senão modificando o sistema. Esse sistema tem que ser mudado. Não vou, aqui, "tapar o sol com a peneira". Aliás, todos sabem dessas coisas. É verdade.

O SR. PAULO RAMOS - Seria razoável que, não obstante as injunções políticas, para dirigir o BNDES, por exemplo, fosse feita a indicação de empresários; e que, por exemplo, fossem indicados também para o Banco Central consultores da FEBRABAN ou banqueiros? É razoável admitir que a injunção política possa chegar a esse ponto?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Penso que essa não é uma pergunta, mas sim uma suposição capciosa. Não respondo a ela.

O SR. PAULO RAMOS - Uma suposição?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - V. Ex^a está fazendo uma suposição de que deveria haver a injunção política na designação dessas áreas. Isso eu não aceito.

O SR. PAULO RAMOS - O que estou perguntando é se, não obstante a injunção política, é razoável admitir tais indicações.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Mas eu não sei qual o caso concreto a que V. Ex^a se refere. Gostaria apenas de dizer que, como não existe um sistema de carreira no Brasil - e eu sou favorável a ele; declarei, aqui, de início, que essas instituições deveriam ter carreira -, deve haver escolhas. Em toda escolha, há critérios. Alguns desses critérios são objetivos, outros são subjetivos, e pode haver proposições. Mas injunção política é uma coisa diferente. Implica, para sermos precisos, em que existe uma situação na qual quem vai nomear não tem como escapar, pois foi uma injunção política: ou não tem como escapar porque adere, política e emocionalmente, aos interesses de quem está propondo: ou, ainda, porque não tem força para fazê-lo. As duas situações não existem.

O SR. PAULO RAMOS - O objetivo da CPI é investigar irregularidades. Existe um ditado conhecido de todos que diz: "Brigam as comadres, aparecem as verdades". O Ministro do Planejamento está trocando com o ex-Presidente do BNDES alguns desaforos através da imprensa. Esses desaforos não são suposições de ninguém da Comissão nem deste Parlamentar que está fazendo a pergunta.

O Ministro Alexis Stepanenko falou sobre o tráfico de moedas podres. O Governo tem ciência desse tráfico de moedas podres? V. Ex^a, como Ministro da Fazenda, tem ciência?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não, não tenho ciência, nem nunca vi acusação concreta ou dado que me levasse a isso.

O que houve foi que o próprio BNDES tinha, especialmente, TDAs e se livrou delas, o que, do ponto de vista do BNDES, é um bom negócio; do ponto de vista de estratégia de utilização de moedas, é outra questão. Do ponto de vista do BNDES, o que houve foi isso. Não tenho informação alguma a respeito de tráfico de moeda podre.

O SR. PAULO RAMOS - Alguns depoentes defenderam aqui a figura do leilão, dizendo que ele procurava ajustar o preço de venda ao mercado. V. Ex^a também defende essa opinião?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não sei o que significa ajustar ao mercado. O leilão é uma expressão de mercado, ou seja, há oferta e procura. Se é isso, é tautológico - acredito.

O SR. PAULO RAMOS - Qual a explicação que o Governo pode dar para se entender que as empresas devem ser vendidas pelo preço de mercado, mas as moedas podres não são avaliadas de acordo com o preço de mercado?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Perdão, Excelência, mas acho que é o oposto. O mercado é quem define o valor da moeda. É exatamente isso; se não fosse isso, seria pelo valor de face.

O SR. PAULO RAMOS - O Governo estabeleceu um percentual de desconto do valor da moeda: seria o valor de face com um deságio. O Governo está admitindo as moedas podres pelo valor de face ou não?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não, o valor é de mercado, tem deságio. Isso é normal em qualquer circunstância, havendo mercado.

O SR. PAULO RAMOS - As empresas são vendidas pelo valor de mercado, mas o Governo recebe as moedas podres pelo valor de face. Como é que fica a livre iniciativa, a economia de mercado, dentro da concepção do capitalismo da modernidade?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Perdão, não vou entrar na discussão da modernidade com V. Ex^a, porque não é oportuno.

O SR. PAULO RAMOS - Nem pretendo, não é esse o objetivo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Agradeço a gentileza. Mas penso que se trata aqui de outra questão.

A moeda é a expressão de uma dívida do Governo, reconhecida pelo Congresso. Essa moeda vale, é uma dívida de, por exemplo, 100. O Governo deve 100 e, ao dever 100, ao invés de pagar em dinheiro, ele dá um papel, e esse papel tem o valor de 100 para o Governo. Para o mercado, quando se vai negociar essa moeda, porque talvez se queira realizar mais depressa esses 100 que o Governo prometeu que vai pagar, vende-se por 60, por 70, depende de como seja.

A mesma coisa acontece com os títulos da dívida. Do ponto de vista do Governo, é uma dívida de 100. Do ponto de vista de quem vai se livrar daquele papel, depende de quanto alguém ofereça pelo papel, para esperar que um dia o Governo pague.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Permita-me uma intervenção, nobre Deputado Paulo Ramos. Gostaria de levantar um ponto interessante, Exm^o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente da FIESP defendeu aqui, nesta CPI, que achava ético e prudente que o Estado também recebesse essas moedas na privatização pelo valor de mercado - não importa se é 50, 60, 30. Ele acha que o Governo deveria ter adotado essa medida, pois seria uma forma mais justa de se abater essa dívida.

E apenas uma idéia, uma indicação do Presidente da FIESP, que me parece representativa.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - É uma idéia que o Congresso pode aprovar, mudando a orientação e dizendo que o Governo, ao invés de honrar o valor de 100 estabelecido anteriormente, faça-o valer 50, desapropriando quem tinha a moeda em 50%. Isso é possível, mas é uma desapropriação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o Congresso não opinou a respeito do valor dessas moedas, foi a própria Comissão que estabeleceu 1/6 de moedas e praticamente...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Perdão, mas no Senado votei a respeito disso. Essa é uma decisão do Congresso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu também votei, Ministro.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Contra?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não. O que se abriu foi a possibilidade de o Poder Executivo fixar 1/6 de moedas. Quem fixou, realmente, foi o BNDES, como gestor do programa.

Essa é a questão: aí não se estabeleceu preço; esses valores foram, efetivamente, estabelecidos pelo BNDES, através de critérios do BNDES.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Quero dizer a V. Exª que não participei dessa fixação de critérios.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Evidente que não.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Estou simplesmente descrevendo qual é o mecanismo, qual é a razão: é que o Governo emitiu aquilo, reconhecendo uma dívida de 100. Mas ele pode dizer que irá aceitar por 50.

O SR. PAULO RAMOS - Talvez tenha sido por essa razão, pelo fato de o Governo aceitar as moedas pelo valor de face, superestimando o valor das moedas em função do mercado e subavaliando as empresas estatais, que o Ministro Alexis Stepanenko tenha se referido ao tráfico de moedas podres. De qualquer forma, S. Exª foi convocado e explicará isso.

V. Exª divulgou pela imprensa - e esse é o motivo dessa tabela, desse quadro - quanto o Governo investiu ou gastou em algumas empresas estatais. O Governo tem um levantamento de quanto custaram ao Tesouro os investimentos na iniciativa privada em igual período, e que acarretaram prejuízo? Ou seja, em relação ao financiamento do Governo para a iniciativa privada, o Governo tem esse levantamento, em igual período?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não sei se tenho, mas, se V. Exª quiser, acharia ótimo que se levantassem esses dados.

E também sou contra isso. Posso dizer a V. Exª que sou absolutamente contrário a que o Governo fique subsidiando, de forma direta ou indireta, sem que haja algo claro. Como Ministro da Fazenda, vejo, a toda hora, empresas privadas que têm o aval do Governo não pagando suas dívidas e o Tesouro as pagando. Sou contra; mando bloquear as contas das empresas - tenho feito isso - até que elas paguem. Não dei aval a empresa alguma e vou fazer publicar, dentro em breve, um ato proibindo que o Tesouro dê aval para empresas.

De modo que, nesse caso, estamos na mesma: a mesma coisa que vale para cá, vale para lá.

O SR. PAULO RAMOS - Mas não parece uma coisa inquietante que o Governo tenha tido a preocupação exclusiva de fazer um levantamento e divulgar dados em relação às empresas estatais, não tendo igual cuidado em divulgar para a opinião pública dados correspondentes à iniciativa privada?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não, Deputado. Isso é simplesmente porque essas empresas estão sob o controle direto do Governo - a CEST controla. O que se discutia era a privatização, e não outro tema. E não sei se o Governo dispõe desses dados, pois o estado de desorganização da Administração Pública é calamitoso; tenho feito um esforço enorme para colocar isso em ordem.

Vou dar apenas uma informação: no que diz respeito à dívida dos Estados e Municípios para com a União, é um trabalho infernal chegar a números. De modo que V. Exª há de convir que isso é parte da desorganização do Estado, contra a qual eu me bo... Acho que o Estado deveria ser mais organizado. Se fosse, defender-se-ia melhor.

Pode ter certeza V. Exª de que, se a sua posição for a de defender o Tesouro, vai contar comigo. Tenho a mesma posição. Acho que não tem nenhum cabimento haver desperdício de recursos do povo para financiar, de forma não clara e sem um sentido social explícito, atividades privadas. Sou contra esse tipo de subsídio, sou contra facilidades.

Se V. Exª observar as empresas pelas quais estão lutando agora, verá que a maior parte delas são empresas privadas que, pelo processo de socialização das perdas, caíram nas mãos do Estado. Não vejo razão alguma para nós agora ficarmos defendendo-as, como se tivessem sido fruto de uma política favorável ao povo; não o foram.

Se V. Exª está dizendo que agora elas estão sendo mal vendidas, então é duplamente errado. Foi errado quando as assumiu, ao invés de deixar que fossem, pelos mecanismos de mercado, eliminadas; e errado agora, outra vez, se quiser continuar mantendo essas empresas com subsídios. Duplamente errado.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, peço a V. Exª que conclua.

O SR. PAULO RAMOS - Estou concluindo, faltam apenas duas perguntas. V. Ex.^a, Ministro, já reconheceu a impotência do Governo para não se submeter às chamadas injunções políticas nas indicações.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Perdão, eu não disse isso - aqui está registrado, espero. Eu disse o oposto: que eu não podia aceitar a sua pergunta, porque ela supunha uma impotência; é o contrário. Quando V. Ex.^a perguntou se havia injunção, eu disse que não poderia aceitar a pergunta, porque a injunção implica em que ou há solidariedade do Governo com interesse eventualmente escuso, que está protestando, ou o Governo é impotente. Eu disse que não aceitava nenhuma das duas possibilidades.

O SR. PAULO RAMOS - Não foi em função da minha pergunta, não. Foi durante o depoimento de V. Ex.^a. De qualquer maneira, as notas taquigráficas estão aí.

Mas a última afirmação de V. Ex.^a - e quanto a isso não vamos precisar consultar as notas taquigráficas - foi a de que o Governo não dispõe de dados, que a desorganização do Estado é a mais completa. Será possível considerar as decisões do Governo, já que este não dispõe de dados? Alguém decide sem dispor de dados ou é preciso dispor deles para decidir?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Ainda bem que somos adultos e sabemos que é preciso dispor de dados para se decidir. E fazemos um esforço enorme para dispor desses dados. Isso aqui é uma parte desse processo de dispor de dados.

Acredito que V. Ex.^a, em seus discursos pelo mundo afora, terá dito várias vezes que o Governo não tem a informação precisa, porque, como sabe V. Ex.^a - e aqui já foi dito várias vezes -, o aparelho estatal foi, em larga medida, privatizado, clientelizado, desprofissionalizado por nós - não no sentido de cada um de nós, mas pelo sistema político.

Isso tudo implica em tempo de reconstrução do aparelho estatal, e vale para todos os níveis de Governo no País, o que não quer dizer que não se possa ou não se deva governar. Quer dizer o oposto, que se deve fazer um grande esforço para se colocar a casa em ordem, que se deve fazer um esforço grande para clarificar com boa-fé, para dar informação, para buscar informação, para recuar quando se estiver errado.

Acho que ou saímos de um certo primitivismo político, ou o Brasil vai continuar desconfiando da classe política. Ou passamos a encarar os problemas nacionais com maior tranquilidade, firmeza, clareza, sem suposições de que todo mundo está querendo fazer o que é contra o interesse público, mas analisando cuidadosamente, discutindo os argumentos, juntando-nos para reconstruir o País e o Estado, ou então vamos estar estilingando entre nós equivocadamente, pegando falsas bandeiras, falsas pessoas, tendo brigas desnecessárias, fazendo proselitismos inúteis ou posando de heróis quando não é necessário, quando todos estão querendo a mesma coisa.

Entendo, Deputado, que na questão das informações temos de fazer um grande esforço coletivo. Sempre fui favorável a que houvesse esse tipo de discussão aqui, meu Deus do Céu! - como Senador que sou, como Relator da dívida externa aqui, durante tantos anos. Acho muito positivo isso, mas o espírito que nos deve levar é esse que estou vendo que está presidindo aqui, é o de não prejudicar, não fazer a pergunta contendo a resposta, porque só criança cai nessa armadilha. Um político mais experiente não cai nessas questões.

Ao invés disso, vamos esclarecer do que se trata, o que se quer, o que se deseja, o que é melhor para o Brasil, sem pressupor que um tem toda a razão e o outro está todo errado, porque não é assim.

O pressuposto de uma discussão democrática é a boa-fé. Tenho esse pressuposto e, aliás, atribuo a V. Ex.^as o mesmo, por isso estamos discutindo em termos tão amistosos.

O SR. PAULO RAMOS - Se, porventura, as coisas transcorressem sempre dentro da maior tranquilidade, da maior confiabilidade, obviamente não haveria necessidade de CPI. Ela existe porque há denúncias, algumas aqui nesta CPI já comprovadas, de irregularidades. Isso não significa que a responsabilidade caiba a este ou àquele Ministro que ocupe esta ou aquela Pasta.

Existe um ditado que conheço que diz que o bom julgador julga os outros por si. Não tenho a oportunidade de fazer discursos para o mundo, mas, pelo menos no âmbito do Congresso Nacional, procuro fazê-los apresentando as minhas posições e, obviamente, defendendo aquilo que entendo como sendo o interesse público. Mas a nossa dificuldade, muitas vezes, é de comprovar.

O nosso Relator, numa das perguntas, falou sobre o destino desses vultosos recursos de mais de 20 bilhões de dólares, aplicados nas empresas estatais. Obviamente que o destino desses recursos são as contas no exterior, as contas na Suíça, as contas numeradas, as contas secretas, e também uma circular do Banco Central, a CCS, a Carta Circular nº 5, que, se não me engano, ainda está em vigor.

Estou encaminhando um requerimento, mas já gostaria de contar com o posicionamento de V. Ex.^a sobre a disposição do Governo de enviar a esta CPI todas as movimentações financeiras feitas com base na Carta Circular nº 5, a partir de 1983. Esse é um requerimento meu, mas gostaria de saber da posição de V. Ex.^a sobre o assunto.

Estou encaminhando também, Sr. Presidente, um outro requerimento, para quebra do sigilo bancário e do sigilo fiscal de todos os membros da Diretoria do

BNDES, a partir de janeiro de 1990, e de todos os membros da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização. Não que o requerimento se baseie em qualquer desconfiância, mas a única oportunidade que temos de buscar a verdade é colhendo também os dados a respeito das pessoas que estão participando desse Programa. Lembro-me que, no início da CPI do PC, o nome do Presidente da República não estava envolvido. Houve até aqueles que o defendiam.

Gostaria de saber se o Ministro se dispõe a providenciar esses dados. Os investimentos do Governo na iniciativa privada já foram objeto de ofício encaminhado ao Ministério da Fazenda, cuja resposta ainda não veio. Isso foi feito já há um tempo razoável - talvez muito mais que 60 dias, desde que esse requerimento foi aprovado aqui e encaminhado ao Ministério da Fazenda -, e até o momento não obtivemos resposta. Sei que V.Exª não tem ciência disso. É impossível, na posição de Ministro, acompanhar tudo, mas peço a V. Exª que procure se interessar por esse aspecto, para que possamos comparar.

Mas a pergunta que fica, objetivamente, Sr. Presidente, é sobre a disposição do Ministro de nos encaminhar as operações financeiras feitas com base na Carta Circular nº 5, considerando todas as denúncias já havidas sobre a que se tem prestado essa CC5 e quais as razões pelas quais continua em vigor.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - O Deputado sabe que também sou Senador. Sei o que as CPIs podem e devem fazer. Vou me cingir à lei, totalmente. Se isso for um requerimento aprovado aqui, obviamente que será enviado.

Queria também lembrar ao Deputado o seguinte: isso deve ser feito para fato determinado. Não posso aceitar a suspeição generalizada, e V. Exª lançou uma suspeição generalizada. V. Exª disse que os 21 bilhões de dólares podem ter sido jogados em contas lá fora. Deixe-me defender os administradores das estatais.

O SR. PAULO RAMOS - Eu não disse isso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Disse.

O SR. PAULO RAMOS - Não.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Se V.Exª retira, melhor. Esse dinheiro foi mal gasto. Provavelmente foi mal gasto na gestão, porque outra vez as empresas ficaram numa situação difícil. Mas, entre ser mal gasto e eu, dizer que esse dinheiro foi utilizado passando por CC5, a diferença é enorme.

Se houver algum fato determinado - e deve ter havido -, algum indício de malversação por parte de algum dirigente, aí devemos fazer, realmente, uma investigação. Porém, uma investigação genérica não é possível, Deputado, porque, daqui a pouco, vamos dizer: todos os membros desta Comissão têm que ter suas contas abertas, porque não sei a que interesses eles servem.

Estou dizendo que não é um procedimento adequado. Procedimento adequado - aliás, mais do que adequado - seria, em havendo uma questão objetiva, uma suspeita fundamentada - V.Exª diz que tem -, a lei encarregar-se do caso. Temos que seguir a lei mais estritamente.

Com relação à CC5, tenho que verificar qual é a possibilidade que existe, no Banco Central, de 1983 até hoje, e quais são as implicações disso. A menos que V.Exª tenha realmente um dado, um indício, uma coisa fundamentada.

O SR. PAULO RAMOS - Sei que, às vezes, fazemos uma pergunta e quem tem obrigação de responder, ou pretende responder, interpreta.

Só vou dizer o seguinte: a imprensa tem, reiteradamente, denunciado a utilização das contas da Carta Circular nº 5 para evasão de divisas. A revista *Veja*, da semana passada, faz uma ampla reportagem. Não estou dizendo que todos os recursos que foram utilizados nas empresas estatais tenham sido desviados. Estou afirmando que quem procede a uma investigação tem que buscar a comprovação. O que não podemos é ficar como inocentes, imaginando que todos que se utilizaram da CC5 o fizeram de forma honesta. Até por que já há comprovações em contrário. Se não buscarmos os dados, não vamos ter como comprovar. É só isso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Deputado, quero dizer a V. Exª que não tenho, pessoalmente, nenhuma dificuldade, sendo lei, de cumpri-la. Apenas estou dizendo o seguinte: isso é uma outra investigação. Não tem nada a ver com a investigação das estatais; ou, então, V.Exª está supondo que, efetivamente, houve utilização da CC5, ou de qualquer outra, para malversação de fundos.

Pode ter ocorrido, não nego; e, se tiver ocorrido, deve ser punido, investigado. Agora, não entendo é como vamos partir para outro tipo de investigação. Então requeira-se uma CPI para a CC5, dizendo que há um fato determinado que diz que houve irregularidades na utilização da CC5. Não vou dizer nem que houve. Não estou defendendo. Não li, não sei e não vou defender de antemão, nem jamais defenderei bandalheira. Estou me referindo simplesmente a procedimentos. Se houver alguma suspeita, se o Relator ou a Comissão verificar que existe a má utilização por quem que está no Programa de Privatização, algum Diretor do BNDES ou alguém da CC5, tudo bem! Porém, pode ser feita uma devassa na CC5 se se fizer uma investigação sobre o que ela significa - o que, aliás, eu gostaria -, o que se faz lá e por que ela é usada. Isso é outra questão. Mas a ligação, a suposição genérica, parece-me não ser adequada para se apurar irregularidades ocorridas. E tanto V. Exª, tenho certeza, quanto eu queremos apurá-las. Entretanto, se houver algo em contrário no entender desta Comissão, siga a lei com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Elísio Curvo. V. Exª terá cinco minutos.

O SR. ELÍSIO CURVO - É o mesmo tempo que foi concedido ao Deputado Paulo Ramos?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Sim, é porque houve apartes.

O SR. ELÍSIO CURVO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros, Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso:

Realmente, como Membro titular desta Comissão, quero parabenizar V. Ex^a por estar aqui, agradecer-lhe e dizer que sou um dos tantos que acreditam na administração honesta e honrada que V. Ex^a está tendo à frente das nossas finanças.

É um desafio para V. Ex^a deixar a tranquilidade do Senado, do Ministério das Relações Exteriores e receber essa montanha de erros do passado para administrar para conduzir. Tudo o que V. Ex^a está recebendo agora são erros ou acertos do passado; mais erros do que acertos. Então, creio que V. Ex^a terá não só o meu apoio, mas o de todos os brasileiros e Parlamentares que querem acertar este País.

Quero dizer a V. Ex^a que não pratico a "partidocracia", ou seja, o homem que acompanha o partido, que vota apenas com ele. Pratico a verdadeira democracia: o povo no governo. Não posso admitir o que vi ontem: um Governador, uma vez contrariado, por ter sido demitido um homem indicado por ele, incitou o seu Partido para que o acompanhasse e pediu a exoneração de cinco Ministros. Com isso não concordo na minha forma de ver.

Por favor, vou chegar à conclusão, Sr. Presidente. Todos falaram. O Ministro falou de todos os temas da Economia...

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Porque dizem respeito ao nosso trabalho na Comissão.

O SR. ELÍSIO CURVO - Perfeito.

Sr. Ministro, em relação à questão da privatização no Brasil, vejo praticamente dois grupos: os que querem a privatização realmente e os que são contra, por formação partidária. Sou favorável totalmente à privatização por muitas questões, sobre as quais direi a V. Ex^a. Primeiro, nas estatais, não existe a continuidade administrativa. Cada diretor, cada presidente - mesmo que seja honesto -, ao chegar ali, quer dar uma prova de capacidade, de dureza. Ele demite o secretário, a secretária e até o atendente de café. Começa tudo outra vez! Portanto, não existe uma continuidade administrativa, e, por isso, chegamos a esse déficit louco nas estatais.

V. Ex^a veja o desmando no próprio Lloyd Brasileiro: tivemos que privatizá-lo. Há outras tantas companhias privadas cujas caixas foram equilibradas com a geração de empregos e com o pagamento. Creio que o Governo tem que ser sócio nos lucros: não pode participar, salvando unicamente a PETROBRAS. Mas, mesmo assim, terminando com o monopólio, as outras devem ser privatizadas. Não podemos continuar dessa forma.

Em relação à questão do empréstimo compulsório da PETROBRAS, eu gostaria de dizer o seguinte: quem comprou um automóvel postergou o vencimento para fins de 94, por falta de caixa e por erro do passado. E o dinheiro referente ao imposto compulsório dos combustíveis foi direcionado à PETROBRAS, que, até hoje, não o devolveu. E a empresa exige que o Tesouro, que V. Ex^a o devolva. Então, acho que é de competência da PETROBRAS emitir debêntures ou títulos quaisquer para saldar essa dívida, e não imputá-la agora ao Ministro da Fazenda.

Portanto, Ministro, creio que cabe à PETROBRAS, como depositária, devolver o empréstimo. Não se pode agora pressionar o Tesouro.

Recebi de V. Ex^a também o Orçamento da República. Para surpresa minha, vi três planilhas diferentes: uma, dada pelo Tesouro; outra, pela Secretaria; e outra pela Fazenda. Como membro titular da Comissão do Orçamento - inclusive onde estão inseridas as estatais com alocação de recursos - não sei a qual me cingir, Ex^a. Temos três resultados ali, três diferentes planilhas! A primeira diz que o déficit orçamentário para este ano será de 19 bilhões de dólares; e, para 1994, prevê-se um déficit de 31 bilhões de dólares.

Então, não creio que só a reforma fiscal, com o IPMF, salvará esse déficit. Há problemas mais difíceis de serem resolvidos. E se o déficit chegar realmente ao mercado financeiro, creio que vai haver pânico!

Estamos, portanto, com V. Ex^a para acertar. E digo-lhe que não devemos seguir o exemplo da Argentina, porque creio que temos a capacidade e o discernimento para resolver os nossos problemas sem copiar ninguém. A Argentina acaba de privatizar uma siderurgia, que é de fabricação militar, a SOMISA, e ninguém se opôs.

Quando começa o déficit, o que me interessa não é o valor da empresa - penso que esse tipo de avaliação, na questão da privatização, é de somenos importância -, o que vale é o quanto ela dá de lucro. Não adianta eu ter um monstro, como a COSIPA, que dava um prejuízo à Nação de bilhões de dólares. Sendo assim, é preferível fechar a empresa a continuar a jogar dinheiro na fogueira.

Vi, agora, por exemplo, na Alemanha, a OBENHAUSEN, uma siderúrgica de oito milhões de toneladas. O governo não teve como privatizá-la e fechou a siderúrgica. Na Suécia, o mesmo ocorreu com uma outra de dois milhões de toneladas. O governo quis privatizá-la e não conseguiu. Portanto, foi sucateada, apesar de ser uma siderúrgica moderna.

O Brasil começou mal, Ex^a, ao fazer essas megassiderúrgicas, quando hoje o mundo parte para as minissiderúrgicas junto ao consumo. E tudo isso continuará a dar prejuízo. Este é um pensamento meu, como empresário, e acho que temos que estar ao lado de V. Ex^a nessa questão das privatizações.

Vejo mais: por exemplo, nas companhias de automóveis, não há nenhuma estatal. Estão dando lucro e trabalhando. Da mesma forma, veja V. Ex^a a construção naval: não há a participação do Governo. O problema da intromissão do Governo não é de honestidade, mas da falta de continuidade administrativa. Cada governo que assume quer pôr o seu diretor e destruir tudo o que já existe. Então, temos, Sr. Ministro, nesta Comissão, que buscar os erros e identificar as corrupções. Como eu disse a V. Ex^a, temos dois grupos: um é a favor da privatização - no qual me incluo; o outro é totalmente contra, porque é radical.

Pergunto a V. Ex^a: o senhor também está de acordo?

Voltando um pouco ao nosso assunto, veja V. Ex^a os nossos gastos. O endividamento que V. Ex^a recebe vem de uma Ferrovia do Aço, que hoje exauriu a reserva de Minas Gerais; e temos que pagá-la. Por falta de planejamento, gastou-se 12 ou 15 bilhões de dólares numa ferrovia para transportar nada! Hoje, estão construindo Carajás, que foi construído para fazer caixa do Governo passado. O custo foi de 7 bilhões de dólares e, hoje, numa média ponderada de moedas e de tempo, o senhor terá de pagar quase 800 bilhões de dólares, com uma receita, apenas em Carajás, de 600 bilhões. V. Ex^a vai ter que administrar esse empreendimento porque recebeu de herança.

V. Ex^a recebeu de herança uma Açomina não planejada, que, depois de construída, foi vendida aos japoneses, que fizeram um *leasing* do próprio equipamento. As incoerências estão aí. Uma Transamazônica que foi para o indio!

Então, creio que o Governo não serve para administrar. As suas intenções são as melhores. V. Ex^a é um brasileiro que está pondo o seu nome de homem capaz em jogo, como um bom administrador ou como um mau administrador; mas a História saberá julgá-lo, como eu já o julguei, como um bom administrador.

Era o que eu tinha a dizer nesta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas suas palavras generosas. E quero dizer a V. Ex^a que expendi aqueles argumentos para mostrar que as nossas siderúrgicas não são diferentes do que V. Ex^a disse em relação às siderúrgicas européias.

Recordo-me que, no início do governo de Felipe González, fui à Espanha participar de um seminário sobre essas questões da administração pública. O governo era socialista e estava diante de um déficit brutal de empresas, especialmente siderúrgicas e automobilísticas. Ele não teve dúvidas: liquidou-as. Liquidou-as porque sentiu que isso é necessário, em certos momentos, para poder atender aos interesses nacionais e sociais. O que não quer dizer, como eu já disse aqui tantas vezes, que esse esforço feito tenha sido em vão no Brasil; não o foi. Tanto que hoje somos exportadores importantes de aço. Agora, é preciso ajustar as possibilidades do Tesouro às necessidades. Acredito, vou apenas repetir, que se deva vender da melhor maneira possível. Estou aberto à discussão.

O SR. ELÍSIO CURVO - Quando o produto é bom, o preço sobe. O que não se pode é arriscar. Para mim, a questão de valorização ou de avaliação é de somenos importância. Há castelos na França que custaram bilhões de dólares, valorizaram e, hoje, o senhor os compra por 200 ou 300 mil com alguém para administrá-los. Temos que ver a questão da lucratividade. Entendo que devemos nos desfazer de todas as empresas do Governo, que tem que ser sócio nos lucros. Deve-se cobrar de quem ganha, pagar bem os fiscais, como V. Ex^a disse, e ter, na fiscalização, funcionários altamente qualificados. Desse modo, teríamos um Brasil melhor.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Eu gostaria de acrescentar uma observação: muitos de nós aqui - alguns dos quais hoje se opõem à privatização -, opusemo-nos ao que foi feito pelo Governo, especialmente o do General Geisel. Dizíamos que eram projetos faraônicos, que estavam jogando o dinheiro do povo fora; e foi isso mesmo. O problema que temos que absorver hoje são essas loucuras, como é o caso não só da Transamazônica como da Ferrovia do Aço. E quantos de nós aqui gritávamos contra aquilo, dizendo que estavam fazendo projetos faraônicos, que não tinham sentido; pois fizeram! E agora, que temos que nos livrar do que foi feito erradamente pelos governos autoritários, vêm os mesmos que eram contra dizer: "Não, fica com aquilo e paga com o dinheiro do povo". Não é possível! Temos que ver as coisas com clareza. Somos herdeiros de muitos erros e também estamos fazendo os nossos. Penso que a autocritica é justa e válida. Também erreí muitas vezes nas apreciações.

O SR. ELÍSIO CURVO - E sobre o imposto dos combustíveis?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Sobre o imposto dos combustíveis, V. Ex^a tem razão. Postergamos e são 6,5 bilhões *in cash*. O Governo mandou um projeto, e o Congresso o aprovou. Pedi para vetá-lo, porque, com a minha assinatura, não vou dar dinheiro do povo para a classe média e para os ricos, ainda que eles tenham razão, titularmente, com o papel. Mas V. Ex^a tem razão; isso foi um empréstimo para a PETROBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares membros desta Comissão, Sr. Ministro:

Eu gostaria de fazer uma observação, não tão tópica quanto as investigações a que a nossa Comissão está procedendo, mas eu queria levantar, Sr.

Ministro, algo que pertence evidentemente às suas preocupações: uma visão desse sistema, desse estilo de desenvolvimento que estamos enfrentando.

Evidentemente, a maioria dessas questões não dependem de decisões políticas: é um conjunto de questões que envolve e define: são os sistemas produtivos, são as relações sociais, são setores da sociedade que pactuam procedimentos e assim por diante.

Esse sistema que estamos adotando no nosso País, do ponto de vista econômico, não tem vida longa; é um impasse a médio e longo prazo. Estamos precisando de quatro pobres no mundo para sustentar um rico, e não há nenhuma hipótese de termos dois ricos sustentados por três pobres. De modo que, além do aspecto predatório das deformações ambientais produzidas por esse sistema, elas conduzem a uma situação insustentável. Aqui, no nosso País, estamos, passo a passo, seguindo o mesmo modelo.

Sabe V. Ex^a que estou bastante vinculado à questão do MERCOSUL. E essa integração, em algumas reflexões que apenas estão sendo elaboradas preliminarmente, já nos aponta uma deformação fantástica da economia do nosso País. Isto é, a criação de um país menor do que esse território do MERCOSUL: mais ou menos 100 milhões de pessoas, produto de 460 bilhões de dólares, uma renda de aproximadamente 4.600, que fica de Minas Gerais para baixo, de Baía Blanca para cima. Ou seja: Sul do Brasil, Sudoeste e parte do Centro-Oeste; parte da Argentina; e pequena parte do Paraguai. Cria-se uma espécie de área privilegiada. Isso provavelmente deverá agravar também a migração e complicar muito mais a nossa vida do que já é complicada agora, do ponto de vista econômico.

Ministro Fernando Henrique Cardoso, eu gostaria que V. Ex^a fizesse uma reflexão sobre essa questão macro a partir das hipóteses de integração, onde os países perdem o comando das políticas sociais em função da imposição da lógica econômica da integração. Nesse caso, não tendo resolvido as diferenças sociais ou regionais, as integrações tendem a se agravar ainda mais. Eu diria então, nessa reflexão, que os nossos problemas serão gigantes nesses próximos anos, dado o estilo de vida econômica que estamos adotando: de consumo, de desperdício, como bem conhecemos.

Eu gostaria, portanto, de ouvir o parecer de V. Ex^a, porque me parece que este tema vai ocupar a agenda política e econômica deste final de século no nosso País, uma vez que não é suportável imaginar que as próximas gerações não tenham perspectivas de futuro, a não ser em um mundo tão injusto quanto este, de quatro pobres para um rico.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Pois não. Senador, V. Ex^a alude a uma questão que tem preocupado muitos, sobretudo, pessoas que pensam em termos mais filosóficos, entim, ao destino da sociedade de consumo e tudo o mais. E V. Ex^a junta a isso a questão relativa a integração. Permita-me, sem querer naturalmente falar para o mundo, como disse o Deputado - mas eu gostaria de fazê-lo - fazer uma referência a um encontro que tive na Espanha.

Pertenço ao comitê-diretor de uma revista chamada **O Socialismo do Futuro**. Essa revista agrupa várias pessoas, inclusive o próprio Primeiro-Ministro da Espanha - não vou citar todos. Travamos uma discussão sobre essas questões, e o tema em debate era o que fariam os socialistas no futuro. Lá, tive oportunidade de levantar - hoje não é novidade - uma idéia que era a seguinte: preocupamo-nos muito, no passado, com alguns desses problemas que mencionei agora, no início da minha exposição: formas de integração das economias ao plano internacional; de que forma viria a exploração de uns países pelos outros, quatro pobres para um rico, etc.

Agora estamos vivendo uma situação muito mais dramática. No passado, todas as teorias estavam baseadas na idéia da exploração e da dependência, teorias da esquerda. Pois bem, hoje, temos uma situação diferente e, de um certo ângulo, mais dramática, porque há aqueles que não servem nem para ser explorados. Quer dizer, no mundo que se está formando, há enormes setores que estão simplesmente à margem, crescentemente à margem. E esta é uma realidade cruel, porque não existe - se me permite outro esnobismo - nem mesmo a relação escravo/senhor, a famosa dialética de Hegel e de outros mais; não há o explorador e o explorado. Quando há, o explorado tem sempre a possibilidade da negação, de não aceitar a exploração. Quando as pessoas são simplesmente oriundas de países sem importância, ficam flutuando! Assistimos a uma situação desse tipo. Há muitas regiões da África que não são sequer exploradas. Sofremos um certo risco de ficar à margem.

A questão não é, portanto, de simplesmente imaginar um outro tipo de desenvolvimento, porque podemos ficar fora de qualquer tipo. E para que isto não ocorra é que se busca a integração, tendo como consequência o que V. Ex^a disse: é possível que, internamente, alguns tiquem à margem e não sirvam nem mais para ser explorados. É uma realidade! Não é de resposta fácil, mas como se sai dessa realidade? Simplesmente deixando todos à margem ou buscando integrar e, progressivamente, o quanto possível, evitar que alguns setores tiquem à margem?

Não há dúvida de que a integração no MERCOSUL vai criar um pólo de prosperidade no Brasil - V. Ex^a o disse e é verdade: é bastante positivo para o Brasil. O comércio entre o nosso País e a Argentina aumentou violentamente. Passamos, nos últimos três anos, de 2 ou 3 bilhões de dólares para 8,5 bilhões este ano. Nada cresceu tão rapidamente quanto isso, com grande proveito, especialmente para o setor industrial brasileiro: e com algum problema para o nosso setor agrícola. Esses processos são assim mesmo. Não adianta tapar o sol com a peneira, nem fazer oposição às transformações.

Temos que tentar minorar ou resolver o problema dos setores que vão ficar à margem. No caso do Brasil, isso existe realmente. Não creio que o correto seja fazer oposição à integração; pelo contrário, deve-se fazer a integração e criar mecanismos que evitem que outros setores fiquem à margem.

Não sei se é geográfica a questão; já foi a época em que o Nordeste era só desalento. Hoje, há pólos de crescimento nessa Região; sem falar no Norte, que tem um desenvolvimento muito forte, ou no Centro-Oeste, cujo grau de crescimento é enorme. O que existe são bolsões que podem crescer em certos momentos e em certas áreas e que se espalham para as outras. No fundo é questão de desigualdade. No fundo o que V. Ex^a coloca - outro dia conversei com V. Ex^a sobre o socialismo no futuro - é de novo a questão da igualdade. Essa vai ter que ser colocada.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, se o Ministro da Fazenda no Brasil tem tido a ingrata tarefa de dizer "cortem gastos, cortem gastos, não dá para ficar desequilibrado". é porque o Ministro tem forte sensibilidade social e não gosta de demagogia.

Nunca fui atim com a demagogia, pelo meu treinamento universitário talvez. Nunca fui atim com a demagogia; às vezes a fazemos, mas não é uma coisa que eu faça com gosto ou espontaneidade. Acredito que em certos momentos, mesmo que fiquemos sozinhos, devemos ficar com a convicção.

Estou convencido de que a questão da igualdade que V. Ex^a coloca é falsamente colocada, se não atacarmos de frente as questões centrais. A questão central hoje é a inflação, que é o mecanismo da reposição da desigualdade. O Brasil talvez tenha uma das maiores concentrações de renda no mundo. Ela funciona via inflação, e a inflação é como esses gases letais que são inodoros e incolores: matam e não percebemos.

A inflação aumenta a desigualdade. Temos a moeda do pobre, que é o cruzeiro - mesmo quando o chamamos de cruzeiro real - e a do rico, da classe média, do trabalhador mais organizado, que põe no banco o seu dinheiro, cujo valor é reposto pela conta remunerada - falsamente também, mas de qualquer maneira ele se defende mais. E a desigualdade aumenta.

Quem a sério quiser falar de política social - V. Ex^a eu sei que fala a sério, tenho certeza - e de desigualdade tem que encarar essas questões. Não vai haver política social possível, não vai haver melhor igualdade, se houver inflação. Não adianta demagogia - 100% de reposição salarial todo mês reduz em pior, não em melhor. Reposição todo mês é um erro, reduz em pior. Não tenho nenhuma dúvida em dizer isto, porque estou convicto disto. E é demagógico dizer o contrário, embora a intenção não seja.

Ou criamos condições de combater a inflação, ou não vamos combater a desigualdade nunca. Ela vai ser mantida, ampliada. Temos de enfrentar isso. Para combater a inflação não podemos ter atitude eleitoreira: temos que cortar despesas, e isto é desagradável. Mas ou se cortam as despesas, ou não vai haver combate à inflação. Não adianta pedir ao Ministro que faça um milagre. Não existe milagre. Todos temos que fazer juntos, e com coragem, sem demagogia, enfrentando as questões.

A questão que V. Ex^a colocou é central. Também quero um mundo mais igualitário; sempre quis e continuo querendo. Mas, porque quero, não fujo da briga nas questões centrais. Quando digo que é preciso privatizar - porque, caso contrário, não vai haver igualdade - é porque, se não conseguirmos acabar com os megapassivos do Brasil, não haverá igualdade. Não é privatizar à moda selvagem, como eu já disse aqui; não é privatizar sem estratégia; não é privatizar sem defender o patrimônio; mas é privatizando com consequência. Se não se fizer isso, não há como equilibrar o Brasil.

O Estado cresceu desordenadamente pela via autoritária; e acho engraçado os democratas que hoje se esquecem disso e defendem esses mesmos resultados como se fossem positivos. Acho muito engraçado! Cresceu pela via autoritária, desorganicamente.

Não sou daqueles que pensam que o Estado não deva ter função, nunca fui e continuo não sendo. Não sou dos que imaginam que o Estado não vai ter que ter uma ação muito eficaz; mas um Estado bloqueado não tem ação nenhuma, e é o nosso. Que política social nós temos? "Tapar buraco", arranjar dinheiro no fim do mês para pagar a Saúde, pedindo emprestado, como eu já disse aqui aos trabalhadores.

Que política social nós temos? Ou os senhores acreditam que o Brasil vai poder continuar do jeito que está? Hoje, 60% do Orçamento de pessoal é para pagar inativos. Em que país no mundo, quando a pessoa se aposenta no setor público, recebe 20% de aumento? Que país no mundo faz isso? Quem é que paga isso? São os pobres. É a desatenção na assistência social. São os pobres que pagam isso.

Não estou dizendo que seja esse o maior problema do Brasil, nem que a fonte de desigualdade seja a aposentadoria do funcionário público, porque eu não sou cretino. Sei que são outras as fontes de desigualdade; mas essa acrescenta, e como está ao alcance de minha mão, luto contra e digo a verdade, ou pelo menos tal como a vejo verdadeira. Não dá para continuar por este caminho: não dá para continuar já com 0,6% para cada um que trabalha no setor público; e vai crescer.

A Prefeita de Salvador ontem, que é insuspeita quanto à sua orientação ideológica, e é do meu Partido, veio me dizer o seguinte: "Sorte têm vocês, porque lá eu pago 103% da folha dos ativos para os inativos". Que país agüenta isso?

Volto ao tema de V. Ex^a. Quantos pobres estão trabalhando para que alguns - mas coitado, esse não é rico, é classe "mediazinha" - possam se defender? Temos que enfrentar essas questões também. Isso não quer dizer que não se tenha que enfrentar outras formas de distribuição de renda. E V. Ex^a sabe que eu, com a colaboração - um pouco a contragosto, mas construtiva - do Senador Roberto Campos, que aqui está presente, fizemos uma proposta do imposto sobre o patrimônio, sobre as grande fortunas.

Outro dia ouvi no rádio: "O Senador Fernando Henrique Cardoso quer regulamentar o IPMF dando dinheiro aos bancos". Meu Deus do Céu! Era a última coisa que eu gostaria de fazer na vida! Prossegue o noticiário: "Em compensação, não regulamenta a lei dele". Não regulamento porque a Câmara não aprovou, não porque eu não a tivesse feito, juntamente com o esforço de aprová-la no Senado. O Senado aprovou, foram vários senadores, a lei de participação dos trabalhadores no lucro das empresas, aumentando a produtividade e não aumentando o salário. Está lá na Câmara. Está lá na minha lei, na nossa lei.

Sou favorável a diminuir a desigualdade, e muito favorável; mas diminuir para valer, não com palavras, não com demagogia - e como V. Ex^a tem o meu pensamento, aproveito a deixa: para valer! Não adianta vir com camuflagem ideológica. Para mim não pega, porque eu conheço, não sei se mais, mas tanto quanto os que aqui conhecem, porque li os textos todos. Não estou aqui fazendo nenhuma heresia; estou dizendo que temos que enfrentar os problemas tal como eles se põem no Brasil hoje.

Hoje este País é viável, mas depende de nós, da chamada classe política: do Governo, deste Congresso. Depende de nós. Tínhamos vários fantasmas: a dívida externa e a dívida interna. A externa está equacionada. Se não houver muita oscilação aqui, se não houver muito zigzague, se não houver muita suspeita sem base, vai ser possível negociar a dívida externa em condições muito boas. Não é fácil. O Ministro da Fazenda sabe o que custa sustentar uma negociação da dívida nas circunstâncias brasileiras. E precisamos sustentá-la, porque ela é boa para o País.

Quanto à dívida interna - que todo mundo veja os orçamentos, a dificuldade dos juros - em poucos dias vamos mostrar aqui a relação do Banco Central com o Tesouro, e vamos ver como essa dívida interna é pequena. O "risco Brasil" está superfaturado. Não existe "risco Brasil". Este é um país viável, se tomarmos as medidas necessárias, se tivermos a coragem de, ao invés de nos "estilgarmos" por questões que não são as verdadeiras, nos unir ao redor das verdadeiras, corrigindo os erros recíprocos.

A responsabilidade é nossa - já termino, Deputado, Deputado, perorei demais. Perdão por lhe dizer, Deputado: a questão de V. Ex^a é central, mas não a vejo do ângulo de quem não deva se integrar; vejo-a do ângulo de que nos devemos integrar. Sou favorável à integração - comeci pelo plano mundial, porque sou favorável também à integração no plano internacional - mas ela tem custos, e esses custos são sociais, são econômicos, e temos que ter atenção e criar mecanismos para evitar que haja a marginalização também crescente.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria apelar a V. Ex^a, que é o condutor dos trabalhos, aos depoentes, mas também ao Ministro, e aos que fazem as perguntas, no sentido de que tenhamos mais objetividade.

A observação não vai de encontro à exposição longa que o Ministro fez agora, mas já são 12h28min, e todos queremos aproveitar a presença do Ministro para tentar esclarecer dúvidas e conhecer melhor o seu pensamento.

Então eu pediria mais objetividade a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores:

Eu queria começar dizendo a V. Ex^a que também só discuto com aqueles que pressuponho de boa-fé; com os outros, não me interessa conversar. Mas creio que V. Ex^a há de admitir que aqueles que defenderam os 100% também são portadores da mesma boa-fé, com outra visão sobre o caminho que queremos conduzir.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não duvido.

O SR. JAQUES WAGNER - Ministro, eu gostaria de ser mais objetivo, porque a idéia da CPI é melhorar um processo, na minha opinião, mal-comçado.

Admite-se, evidentemente, a discussão filosófica da privatização - sou daqueles que não defendem o Estado máximo. Creio que o Estado é uma escolha de uma sociedade de como quer ser dirigida. Considero horrível estarmos privatizando sem a política de desenvolvimento industrial, sem que essa sociedade saiba como é que se engata o chamado "trem da História", porque podemos nos engatar para sermos eternamente o último vagão. Penso que não deve ser esse o nosso objetivo.

E entendo que o mesmo remédio não serve para todos os países, porque temos a nossa elite econômica - o pior dos males daqui, na minha opinião. Como os nossos colonizadores vinham e voltavam - podiam voltar ao país de origem - tirando o que tínhamos, a elite produz aqui e leva para fora. Tem que se tomar cuidado com essa elite que socializou prejuízos e privatizou o Estado.

Quero voltar àquela conversa que tivemos no Palácio do Planalto, para saber se, nas modificações que V. Ex^a pretende, no processo de privatização, definitivamente deixaremos de tomar aquilo que estamos vendendo como garantia dos empréstimos que estamos fazendo aos compradores, como, por exemplo, na

L'ATRAFERTIL, onde 80% foram financiados pelo BNDES, que corretamente quer tirar as suas chamadas moedas podres, mas que toma como garantia o próprio negócio vendido. Amanhã estaremos, de novo, socializando prejuízos de maus empresários. Não são todos, mas eventualmente alguns.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não lhe posso afirmar, porque não revi todos os passos, mas V. Ex^a, nessa matéria, sabe que penso como V. Ex^a.

O SR. JAKES WAGNER - Este País precisa de aporte de capital e não de empréstimos. Precisamos de investimentos, até para que o País possa sobreviver, e, mobilizado aqui, dentro é mais fácil de ser retirado.

Queria saber se, nas novas modalidades que estão se pensando, nas privatizações que V. Ex^a disse que virão a público em setembro - se entendi direito - a sua equipe, ao invés de vender integralmente uma empresa, como está fazendo, com todas as suas ações que podem ser partilhadas, pensa em colocar essas ações nas bolsas de diversas praças, para que possam atingir um valor mais profícuo para o patrimônio público.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Mais uma vez, concordo com V. Ex^a. É preciso verificar de que maneira é possível colocar. Não é automático - as bolsas não aceitam automaticamente quaisquer ações; é preciso verificar se são empresas que podem realmente atrair o capital internacional. Acabamos de assistir ao que fez a YPF argentina, que colocou, com muito êxito, fora da Argentina.

O SR. JAKES WAGNER - Não proponho para o mesmo setor, porque considero estratégico.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não fiz como provocação.

O SR. JAKES WAGNER - Queria saber de V. Ex^a se a sua equipe pensa na hipótese da não-revelação do preço mínimo e, até mesmo, de não-pagamento de altos volumes de dinheiro para aferição do valor das empresas que serão privatizadas. Entendo que aqueles que querem comprar, esses, sim, devem oferecer, e não nós, a priori, colocarmos o preço mínimo, que acaba sendo sempre o preço de venda, com raras exceções.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - V. Ex^a sabe que isso não é afeto diretamente a mim. É do Ministério do Planejamento a questão da condução dessa política. Portanto, não estou informado desses detalhes. A minha equipe está discutindo com o Ministério do Planejamento. Outra vez, creio que é uma sugestão positiva e que levarei à equipe.

Pelo jeito, estamos muito afinados. Daqui a pouco, convido-o para ser gerente da privatização.

O SR. JAKES WAGNER - V. Ex^a sabe da minha fé em que poderemos estar juntos, se não neste Governo, quem sabe no próximo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Está feita a proposta recíproca.

O SR. JAKES WAGNER - Declaro isso publicamente no meu Estado, não tenho dificuldade alguma em fazê-lo.

Queria retomar o assunto do leilão das moedas.

Houve uma pergunta do Deputado Paulo Ramos, com a qual concordo - aliás, quero solidarizar-me também com a preocupação do Deputado em relação aos membros que, desde 1990, fazem parte desse processo. Não é levantar desconfiâncias, mas, se houve suspeitas sobre o processo, se há problemas com o processo, acho razoável que se estudem os seus condutores, até porque o BNDES, hoje - ninguém sabe - talvez seja a maior das nossas estatais, maior do que a PETROBRAS.

V. Ex^a colocou que o título da dívida é uma moeda - foi tomado em função de dinheiro pago - mas, como papel, não é exatamente uma ação: no mercado secundário, acaba tendo valores variáveis em função do que acha que se vai receber, ou que se não vai receber. A nós não interessa que essa dívida aumente lá fora. O que acredito que o Deputado Paulo Ramos dizia - que entendo, e essa foi uma sugestão à Comissão Gestora - é que antes do leilão propriamente dito deveria haver um leilão de moedas, para que fosse uniformizado. Não consigo entender como é que num leilão alguém paga com laranja e outro paga com abacate; porque quem quiser pagar com dinheiro vivo está pagando o valor real. E diz-se - quando tiver provas, levarei a V. Ex^a - que não há melhor negócio do que comprar no mercado secundário para, depois, transformar em patrimônio a três vezes o que se compra no mercado secundário a 25.

Sugiro também, - já que não se quer dizer que não se receberá papel da dívida pública, já que devemos dizer que queremos honrá-lo, que se façam leilões prévios, para a uniformização da moeda que será paga no momento do leilão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Pois não, anoto a sugestão de V. Ex^a.

O SR. JAKES WAGNER - Parece-me que tem mais gente do que V. Ex^a preocupada com algumas concordâncias.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Mas é uma boa preocupação; é sadia.

O SR. JAKES WAGNER - Sobre o setor elétrico, tenho uma preocupação. V. Ex^a falou de contratos de gestão para a PETROBRAS e para a Vale do Rio Doce. Na minha opinião, deveria se olhar para a experiência francesa. E falo isso porque considero fundamental o setor elétrico. Não vou partir da premissa da

desconfiança da iniciativa privada, mas V. Ex^a colocou muito bem: o capital quer ser remunerado. Determinadas atividades têm baixo retorno, por isso há necessidade da presença do Estado lá. Mas é preciso que o Estado lá esteja administrando bem.

Entendo que deveríamos estudar o modelo que foi utilizado na França. Todo o setor elétrico francês é público, mas é através de contrato de gestão. Evidentemente que não deve haver o sucateamento do setor elétrico; agora, é bom lembrar que os 25 milhões que V. Ex^a citou foi uma decisão de um Ministro da Fazenda, e não de um Ministro da Indústria e Comércio ou de um Ministro que fosse afeto à área do setor elétrico. E, portanto, vários Ministros da Fazenda acabam fazendo isso para sanear, e depois vendem quando de novo está mal. Então é melhor aprendermos a administrar aqueles setores que são estratégicos.

Finalmente, queria colocar uma pergunta: V. Ex^a mais uma vez falou que títulos de dívidas com os trabalhadores também deveriam participar. São da ordem de 10 bilhões de dólares os débitos com o FGTS, PIS e PASEP. Qual o prazo que V. Ex^a está pensando em aglizar para que esses títulos também possam transformar dinheiro, que é dos trabalhadores, em patrimônio produtivo e lucrativo?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Para mim, o mais rápido possível.

O SR. JAKES WAGNER - Não há previsão?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não, ainda não há. Eu que não tenho ainda. Estão analisando; não chegou até mim, porque, como disse, não é da minha Pasta diretamente. Mas acho que deve ser feito.

Com relação ao setor elétrico, à questão do contrato de gestão, participei aqui, há um ano e meio ou dois anos, em Brasília, de um seminário na Escola de Administração, justamente com os técnicos franceses. O contrato de gestão impressionou-se muito; é um modelo importante.

Gostaria também de lembrar a V. Ex^a que estamos na fase final, aqui no Senado, da discussão de um projeto, de que fui autor original, de concessão de serviço público. Já existe uma negociação em curso por causa do setor elétrico. Espero que se chegue a bom termo nessa negociação com o setor elétrico, especialmente com o setor estadual, porque haveria implicações. O Senador Teotônio Vilela Filho tem acompanhado essa matéria - creio que o Senador José Fogaça é o Relator hoje.

Entendo que, se acoplarmos a aprovação de uma lei de concessão de serviço público de uma maneira adequada com as providências que V. Ex^a está sugerindo, poderemos dar um salto importante no setor elétrico. Com uma nova lei regulamentando a concessão, haverá aporte do setor privado para novas obras no setor elétrico, e não temos, até hoje, uma regra clara sobre concessões. Acredito que esse setor, vital para o País, no meu modo de entender, é aquele que deva ser analisado em seguida, para ver o que se faz com ele: o que privatiza, o que não privatiza, o que faz com contrato de gestão, o que faz com concessão.

Sei que o Brasil tem urgências, mas - repito - não vamos fazer urgência em detrimento do interesse público. Por isso não lhe dou com precisão o momento disso aí, mas até sugeriria - como sugiro, se me permite o Presidente - aos demais Membros da Comissão, que, se puderem e se tiverem, façam sugestões. Está aqui o Dr. Edmar Bacha, assessor especial do Ministério da Fazenda, que pode servir de ponte para esse tipo de negociação. Quem está levando adiante e controlando isso lá é o Dr. Bacha e o Dr. Clóvis Barros de Carvalho. Conversem com eles enquanto é tempo, antes de anunciarmos algumas medidas, que eventualmente podem não ser as melhores, podem não ser as mais corretas. Pedina que V. Ex^a, que fez sugestões tão pertinentes, transmitisse mais detalhadamente, assim como peço aos demais Membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Edson Silva.

O SR. EDSON SILVA - Ministro, V. Ex^a conhece bem os propósitos desta CPI: investigar possíveis irregularidades. A esse propósito, acrescentaria a necessidade que esta CPI tem, frente à opinião pública brasileira, de explicar também o Programa de Privatização. Portanto, quero fazer algumas perguntas a V. Ex^a, orientado por esse propósito.

Preliminarmente, quero dizer-lhe que, quando se trata de discutir interesses do Brasil, a intransigência é absolutamente desnecessária.

V. Ex^a - o seu Ministério - tem dados sobre o quanto foi arrecadado na privatização para ser utilizado em investimentos?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Para ser utilizado em investimentos, não poderia dizer a V. Ex^a.

O SR. EDSON SILVA - Pergunto isso, porque V. Ex^a falou que um dos objetivos do Programa de Privatização é ter recursos para canalizar investimentos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Disse que, no meu ponto de vista, seria um equívoco utilizar os recursos da privatização para custeio e que vejo com certa preocupação este fato ocorrer na Argentina. Na verdade, os recursos do Programa de Privatização - V. Ex^a sabe até melhor do que eu - foram muito modestos em termos de recursos em dinheiro, em efetivo, e para esses há uma determinação de qual será sua destinação, essa parte relativa aos recursos em efetivos, que são basicamente para questões sociais, de saúde, segurança e dois ou três tópicos mais. São muito modestos. A maior parte dos recursos foi, na verdade, para abatimento de dívida, não houve sobra para investimento.

O SR. EDSON SILVA - Não queria fazer esta pergunta, mas a resposta de V. Ex^a me sugere esta indagação: em si, estamos diante, então, do reconhecimento de que o Programa não cumpriu um de seus objetivos fundamentais definidos na Lei nº 8.031, por conta de que já temos 23 empresas estatais privatizadas, dentre as quais algumas das mais importantes, e, até agora, V. Ex^a se vê obrigado a reconhecer que esse objetivo, portanto, não foi alcançado?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - O objetivo alcançado foi o de abatimento de dívida, em dois sentidos: primeiro, anular as dívidas patrimoniais que havia através de títulos; e, segundo, reduzir os aportes necessários que o Tesouro faz a essas empresas. Repito aqui: trata-se de uma questão em que temos dívida por um lado e patrimônio pelo outro. Oxalá estivéssemos numa posição em que pudéssemos fazer outras coisas. Tomara possamos. O patrimônio nacional é grande; não estamos numa situação de insolvência, em termos históricos, mas numa situação de grandes dificuldades conjunturais. Quando se define um programa, isso é feito pensando-se em objetivos mais amplos. Agora, se V. Ex^a estivesse no meu lugar - é verdade que não estava neste lugar quando a maior parte das empresas foi vendida - veria que não há muita alternativa, porque elas estão sendo vendidas por dívida. Estamos endividados e estamos liquidando dívida.

O SR. EDSON SILVA - Certamente, se fosse exigido dinheiro vivo, elas não seriam vendidas. É isso? Portanto, o Governo se viu obrigado a vender por papéis?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não, porque, se vender por dinheiro vivo, paga-se a dívida também.

O SR. EDSON SILVA - Mas, nesse raciocínio que V. Ex^a está fazendo, há duas premissas que parecem não ser verdadeiras: primeiro, de que o Governo ganha ao não deslocar dinheiro do Tesouro para essas empresas. Esses dados, que constam da planilha que V. Ex^a tem em mãos, foram fornecidos pelo Ministério do Planejamento a meu pedido. Aqui, estamos vendo que, em várias delas, o Tesouro não aportou um tostão de recurso, e eram lucrativas; no entanto, foram privatizadas. Portanto, essa premissa de que o Governo ganha em deslocar recursos do Tesouro para a estatal, nesses casos, não se verifica.

Segundo, nos casos de empresas estatais que são controladas por **holdings**, não há a figura da redução da dívida, pelos mesmos termos que a Lei nº 8.031 define. Pode-se citar, por exemplo, o caso da PETROQUISA. O que ocorre com uma empresa estatal em que a PETROQUISA tem participação? Os títulos vão para a PETROBRAS, no caso, que entram como recursos, como dinheiro vivo, sobre o que a PETROBRAS paga imposto de renda, e a dívida não é abatida da dívida da União. Portanto, essa é uma segunda premissa que não é verdadeira no caso das privatizações.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Creio que não expus com a clareza necessária, porque disse que a lógica que leva à privatização é a lógica da impossibilidade de o Tesouro fazer os investimentos na proporção e na velocidade necessárias para que as empresas não venham a ser sucateadas. Esse foi o meu argumento. Disse que, do meu ponto de vista, não se tratava nem da discussão de saber se o Estado é bom ou mau gestor: trata-se de uma situação de fato: não temos como financiar esse conjunto de empresas de forma a evitar que elas fiquem ou sucateadas ou o Tesouro mais endividado.

Ponto dois: disse que, do meu ponto de vista, os recursos gerados por essas empresas não deveriam ser desperdiçados em gastos correntes - este é o meu ponto de vista; não é o ponto de vista de todo o Governo - e que elas têm, dessas vendidas, cerca de seis bilhões de dólares que serviram para abater a dívida. Diminuímos a dívida em seis bilhões de dólares. Foi o que aconteceu. A lógica da venda não foi abater a dívida; a lógica é que não temos mais como continuar expandindo as empresas, e elas vão ser sucateadas. Ponto dois: estamos com endividamento. Ponto três: temos patrimônio. Troca patrimônio pela dívida, porque esse patrimônio é oneroso, mesmo nas empresas - não sei o caso concreto de cada uma e também não tenho por que defender o passado.

O SR. EDSON SILVA - Todas da área petroquímica e da área de fertilizantes.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Pode ser. Com relação ao que V. Ex^a disse a respeito da questão da **holding**, trata-se de um processo complicado mesmo: o Tesouro teve de emitir um título para trocar esse título, para que o dinheiro pudesse chegar ao Tesouro. É verdade.

O SR. EDSON SILVA - Ministro, de toda forma, gostaria que V. Ex^a compreendesse: o nosso propósito aqui é não apenas apurar os indícios de irregularidades, como também termos argumentos para explicar à Nação; porque somos cobrados por esse Programa, na medida em que há uma CPI. Então, nesse sentido é que estou querendo o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não discordo disso não.

O SR. EDSON SILVA - No caso concreto a que me referi, por exemplo, quanto às empresas da área de fertilizantes e da área de petroquímica, V. Ex^a disse que o Governo ganha porque não tira dinheiro do Tesouro para investir e impedir o seu sucateamento. Mas várias dessas empresas da área de petroquímica e de fertilizantes não receberam o aporte do Tesouro nem são empresas que estavam em processo de sucateamento; são empresas lucrativas e que, inclusive, contribuíam para o Tesouro da União à medida em que pagavam dividendos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Os dividendos que o Tesouro da União tem recebido dessas empresas são muito pequenos.

O SR. EDSON SILVA - Acredito que sejam.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Quero informar-me melhor. Não fui o autor dessa lógica. Comecei por dizer que estamos avaliando a

estratégia da privatização: o que deve ser privatizado e por quê. Portanto, não tenho por que automaticamente dizer que devêssemos fazer primeiro pela petroquímica. Não estou dizendo isso.

O SR. EDSON SILVA - Certo, penso que o nosso debate está na lógica de encarar os problemas com a sua realidade. Nessa medida, V. Ex^a deu uma importante contribuição a esta CPI.

Queria saber que pensamento V. Ex^a tem acerca desse episódio COSIPA, que se vai transformando num caso rumoroso. A COSIPA, V. Ex^a sabe, foi leiloadada dias atrás, e a imprensa, a partir dos últimos três dias, tem insistido, no seu noticiário, em que ela vai ser comprada pelos mesmo controladores principais da USIMINAS. Gostaria de saber o que V. Ex^a pensa, porque são essas distorções que nos chamam a atenção. O grupo que comprou o controle da COSIPA, o Grupo BRASTUBO, segundo as informações de que dispomos, tem patrimônio de 10 milhões de dólares e faturamento mensal de 2 milhões de dólares; e adquiriu 72% do controle da COSIPA, no valor de 237 milhões e 600 mil dólares. V. Ex^a, um homem inteligente como é, como explica isso? Quem tem patrimônio de 10 milhões de dólares faz um investimento de 237 milhões de dólares, ao que tudo indica como testa-de-ferro, porque agora vai passar para o controle da Bozano, Simonsen S.A. Isso não arranha essa preocupação que V. Ex^a e eu temos de defesa do patrimônio público, da transparência?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Se não pagarem, arranha; mas estou supondo que vão pagar. Imagine se fosse uma corretora que tivesse recebido ordem de comprar?! Não se sabe quem está comprando. Desde que pague... Se não pagar, o Governo recebe de volta; aí, vamos doar ao Deputado Paulo Ramos a COSIPA.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Edson Silva, ainda agora V. Ex^a pediu...

O SR. EDSON SILVA - Estou sendo objetivo. Posso passar do tempo, mas estou sendo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Gostaria que V. Ex^a e outros, dado o adiantado da hora, observassem o tempo.

O SR. EDSON SILVA - Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não sei se V. Ex^a me entendeu. Não sei se isso está ocorrendo, não sou fiscal da Bolsa de Valores. Isso passa por mecanismos que não são de Governo; são mecanismos da sociedade. Agora, o que nos interessa, como proprietários das ações que foram vendidas, é que paguem. Depois, há outra coisa, do meu ponto de vista, que é o seguinte: se depois o grupo que comprou não for capaz de levar a COSIPA adiante, não venha pedir mais dinheiro. Não venha pedir de novo socorro ao Governo.

O SR. EDSON SILVA - Era exatamente isso que ia falar a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - A isso eu diria que não, tranquilamente. Ou agimos assim, ou não há saída para o Brasil. Socialização de perdas, não.

O SR. EDSON SILVA - Queria conhecer o pensamento de V. Ex^a sobre esse problema. Uma empresa tem o patrimônio de 10 milhões e adquire 72% das ações da outra no valor de 237 milhões e 600 mil dólares. V. Ex^a responde que, se pagar, tudo bem. Mas o que ocorre é que isso foi financiado pelo BNDES nas seguintes condições: 13 anos para pagamento, 2 de carência, 6,5% de juros, e a garantia são as próprias ações da COSIPA. Esse é um negócio que interessa.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Do ponto de vista do negócio, o que interessa é saber se irão pagar. Se fosse um grupo chinês ou japonês, ou um grupo na esquina que se juntou para comprar, se tiver recursos para pagar, tudo bem. O Governo não tem instrumentos para controlar isso. V. Ex^a não gosta do sistema de mercado, sei disso. Mas ele existe assim. Se V. Ex^a quiser saber se isso é uma coisa positiva do ponto de vista de certos *standards*, é outro assunto. O mercado funciona assim. Não sei quem comprou. Só sei que comprou e quanto irá pagar.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Ministro, esse exemplo sugere que, para comprar a estatal, não precisa ter dinheiro.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - V. Ex^a está levando ao extremo. Pela lógica do absurdo, V. Ex^a teria razão. Mas só pela lógica do absurdo, porque não é bem assim. Até agora não houve nenhum caso de calote.

O SR. EDSON SILVA - V. Ex^a está aflito com o tempo, compreendo, mas peço um pouco de generosidade. Queria que o Ministro voltasse à temática que já foi tratada.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria de intervir na condição de relator; felizmente tenho esse privilégio. Permita-me, neste ponto, fazer aparte de uma das perguntas.

A nossa preocupação, Sr. Ministro, são os critérios de financiamento. Sabemos que, pela lei, o BNDES não pode emprestar a nenhuma empresa pública, apesar de todas as garantias. Mas quanto aos critérios das garantias que essa empresa poderia oferecer nessas condições para obter o empréstimo dessa monta, será que isso é

democrático? Qualquer um teria acesso? Porque realmente isso nos deixa um pouco embaraçados.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - V. Ex^a, que tem o poder de CPI, deve investigar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estamos fazendo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - O Ministro da Fazenda não tem como controlar essa matéria.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Obrigado.

O SR. EDSON SILVA - Ministro, quero antecipadamente dizer-lhe - quem sabe até envio-lhe o programa do meu partido - que não é como V. Ex^a está dizendo: não sou um homem arredio ao mercado. Só espero coerência nessa questão. Conheço V. Ex^a e o respeito pela sua capacidade intelectual; sei que está muito preocupado com a coerência entre o que está dizendo e o que está sendo feito. Esse é o sentido do nosso debate aqui.

Volto a uma temática que V. Ex^a já tratou e que, confesso, não fiquei satisfeito: foi a resposta à pergunta formulada pelo Deputado Paulo Ramos, relativamente à utilização do título público na privatização. V. Ex^a demonstrou, a meu ver, muita generosidade em relação ao mercado. Esse é um problema conceitual que não precisamos debater aqui. O que me parece estranho é que o mercado reaja de uma forma, rebaixando o preço dessa moeda, através do deságio, mas a lei do mercado não vale para comprar patrimônio público, porque vale o valor de face do título. V. Ex^a já tratou do assunto, mas gostaria que o desenvolvesse um pouco mais.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Expliquei a V. Ex^a qual a lógica que está por trás disso. Esse título tem valor, é uma dívida confessada pelo Estado. O Estado deve aquele dinheiro e vai ter que pagar. Ele está abatendo uma dívida. Digamos que tenho um título, o Estado confessa que me deve 100, depois digo que esse título não vale 100, vale 50. Se o Estado disser isso, ele está diminuindo. Isso só é possível se o Congresso Nacional aprovar, porque o Governo, em si, não pode. Não podemos decidir. É a mesma coisa de dizer que não irei honrar o que digo que fiz. Não tenho condições de fazer isso, a não ser declarando uma desapropriação, uma moratória.

O SR. EDSON SILVA - Ministro, e se o Governo decidisse, como política econômica, comprar os títulos que estão no mercado?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Com que dinheiro Deputado?

O SR. EDSON SILVA - Estou supondo, para acompanhar o seu raciocínio. Se o Governo pegasse, por exemplo, a reserva que tem relativamente ao saldo da balança comercial; e resolvesse aplicar uma parte desse recurso - temática que já foi sugerida inclusive aqui nesta Casa, não por mim, mas já foi sugerida - e comprasse uma grande parte dos seus títulos no mercado. Ele não compraria pelo valor de 100, mas pelo valor de mercado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Claro. O que significa isso? É bom esclarecer esse ponto, porque ele atormenta. Se eu tirar 1 bilhão de dólares das reservas, é a mesma coisa que emitir 1 bilhão de dólares. Não há diferença.

Outro dia, ouvi a sugestão de um companheiro, que prezo muito, o Professor Mangabeira Unger, que é um excelente professor de Harvard, dos mais brilhantes, que foi a seguinte: paga-se a dívida; monetiza-se. Tudo bem! Podemos monetizar. Fazer isso significa monetizar. Pegar a reserva e botar aqui é monetizar. Sabe o que acontece? V. Ex^a sabe. Se eu emitir 20 bilhões de dólares, crio a hiperinflação e arrazo com o patrimônio público e privado. É fácil. Qualquer bilhão que se tira de lá, não é preciso tirar da reserva, é o mesmo que emitir. Ah, sim, o Delfim disse, mas ele não é ministro. Aliás, quando ministro, fez algumas loucuras também. Pode ser que ele fosse capaz dessa loucura.

O SR. PAULO RAMOS - Mas o saldo da balança comercial... Como são remunerados os exportadores?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Deputado, com o saldo da balança comercial acontece o seguinte mecanismo: no Brasil, o Governo não produz commodities, não tem bens de exportação. Então, como temos o monopólio de câmbio, o que acontece é que, quando o exportador vende lá, o Banco Central tem um prazo para comprar os dólares que ele fez lá. O Banco Central, para comprar, tem que pagar. E, depois, para enxugar, ele emite títulos. É isso.

O SR. PAULO RAMOS - A pergunta não foi essa.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Mas estou explicando, basta ter um pouquinho de raciocínio. A equação é de segundo grau.

É o seguinte: para se fazer isso, tem que se financiar esses títulos. Então, você vai ao mercado, e aí vem os *dealers*, os famosos banqueiros, e lhe dizem: "Eu lhe empresto; como não tenho dinheiro, tenho que emitir o título, eu lhe empresto, se você me pagar 15%, 16%, 17%. Aumenta a dívida do Estado.

O SR. EDSON SILVA - Ministro, só quero esclarecer que a pergunta não foi essa. Sou economista e conheço um pouco do mecanismo. O que quis dizer é que, se o Governo fosse comprar, ele não compraria pelo valor de face: compraria pelo valor de mercado.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, desde o início das minhas intervenções, o Ministro sempre procura reagir com um certo gracejo, que recebo com uma demonstração de apreço, de amizade.

Sr. Ministro, V. Ex^a confessou que não é economista, mas certamente, à frente do Ministério da Fazenda, em alguns aspectos, tem verificado que precisa conhecer também de equação de segundo grau, ou de soma e de divisão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Quando não conheço, pergunto.

O SR. PAULO RAMOS - Às vezes, pergunta e não aprende.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - É que eu tenho deficiências mentais, Deputado. Não nasci com o seu brilho.

O SR. PAULO RAMOS - Não acredito.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL - Sr. Presidente, Sr. Ministro, só para esclarecer uma questão colocada pelo Deputado: existe uma lei que define quais são as moedas. Ela não define o valor, mas define quais são as moedas. Então, desse ponto de vista, a consideração do Ministro...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Permita-me. A lei não nomina todas as moedas. Temos uma denominação clara: TDAs, e temos todas as moedas, e aí é o Poder Público que fixou. O cesto de moedas foi fixado pelo BNDES.

O SR. JOSÉ ANÍBAL - O Deputado Paulo Ramos, depois, fez a sua observação, mas também entendi que ele teria afirmado que o destino desses 21 bilhões de dólares, aportados pelo Tesouro ao longo desses 10 anos, tenha sido as contas bancárias no exterior. Depois, entendi que ele fez parcialmente isso aí.

De qualquer maneira, fiquei muito preocupado, porque o Deputado Paulo Ramos acabou dando uma munição fortíssima para os defensores da privatização selvagem. Porque, se essa sangria é verdadeira, vamos privatizar amanhã todas, porque estamos estabelecendo um fluxo espúrio aí realmente fantástico.

Queria observar, Ministro, na linha do que disse o Jaques Wagner e também o Deputado Edson Silva, que a nossa Comissão não é só para investigar: é para propor também, até em função daquilo que se está observando aqui, que se está investigando, que se está inquirindo. Isso é fundamental. V. Ex^a estabeleceu bem essa parceria aqui hoje entre a Comissão, o Congresso e o Ministério (há aqui o responsável por elaborar essa proposta que vai ser apresentada no final de setembro). Se pudermos fazer disso uma rotina, vamos produzir o melhor resultado quanto ao processo num passo seguinte.

Mas queria destacar apenas três questões, Ministro, todas resultado da preocupação em todos os depoimentos havidos aqui: irregularidade no processo, empresas que devem ou não devem ser privatizadas e a dilapidação do patrimônio público. Que essa Comissão do Ministério, que está sendo responsável por reelaborar, de certa forma, o programa, procure dar transparência e resposta a essas três questões.

E, finalmente, acelerar o processo - V. Ex^a disse que não tem ainda claro se isso será possível até o final do mês, respondendo a uma pergunta do Deputado Jaques Wagner - de constituição dessa moeda social, que, efetivamente, significaria um resgate importante de uma dívida que é pública também. É uma dívida pública com os fundos dos trabalhadores.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Pois não, Deputado, acho que essa questão da moeda social é muito importante. Por mim, quanto mais depressa melhor.

E o propósito da minha vinda aqui, além de obedecer a uma regra da CPI, era também dizer que o Ministério da Fazenda está absolutamente aberto a sugestões; e ouvi algumas muito pertinentes aqui. Mais uma vez, convido os Deputados a que discutam logo, porque, se tivermos cometido algum erro, embora de boa-fé, mas prejudicial, mais depressa será resolvido.

Vou pedir a benevolência, porque tenho um encontro com o Presidente da República daqui a uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel.

O SR. ALMIR GABRIEL - Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, Sr. Ministro:

Na verdade, podemos constatar que não há uma postura contra a privatização: o que existe é a maneira de fazê-la, principalmente, como foi feita até aqui.

No meu entender, Ministro, a sua vinda a esta Comissão permitiu exatamente que esse diálogo pudesse ser feito de uma maneira bastante clara diante de toda a população, diante da imprensa, diante de todos os Parlamentares, e que alguns pontos, que considero significativos, fossem colocados.

A primeira é que, no meu entender, enquanto este País não tiver um plano estratégico para o seu próprio desenvolvimento, para o seu próprio crescimento, tudo que falarmos pode gerar mil discussões e mil posições; e cada uma delas pode ser verdadeira ou parcialmente verdadeira. Na medida em que não temos, nem pela classe empresarial, nem pelos trabalhadores, nem pelos partidos políticos, um plano estratégico de vinte, trinta anos, para o próprio País, não temos nem como discutir a questão de qual política industrial será seguida.

Segundo compreendi, após o cenário mundial aqui apresentado por V. Ex^a, há uma preocupação de como o País irá se ajustar, diante desse novo paradigma industrial que está posto para o mundo, sobretudo, baseado no conhecimento, na ciência

e na tecnologia, a fim de evitar que aumente a desigualdade entre as regiões e entre as classes no Brasil.

Portanto, a minha pergunta seria muito simples. Dentro dessa estratégia que está sendo pensada pelo Ministério e, obviamente, pelo conjunto do Governo, alguma visão estratégica para o País está sendo posta? E se poderíamos dizer que, além daquela questão imediata de que o Governo, através da privatização, resolveria o problema das dívidas e de uma série de problemas de gestão, entre todas essas coisas que são males, se tem sido pensada alguma coisa com relação a se adaptar, a se ajustar a uma visão de mais longo prazo; e, se dentro disso, a questão da ciência e tecnologia e da melhoria da infra-estrutura social e econômica do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estariam sendo pontos ou diretrizes significativas para o estabelecimento dessa programação?

Por último - não é uma questão - quero parabenizar a vinda de V. Ex^a, que para nós, sem dúvida nenhuma, sempre pelo brilho de sua inteligência, pelos conhecimentos que tem, contribui, extraordinariamente, para momentos de muita importância deste Congresso e do Poder Executivo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Senador, agradeço-lhe as palavras generosas e quero responder à questão central de V. Ex^a, dizendo o seguinte: efetivamente, no Ministério do Planejamento, especialmente no IPEA, existem grupos discutindo as questões de mais longo prazo.

Recordo-me de uma conversa que tivemos sobre essa matéria a respeito daqueles seminários do Dr. Velloso. Precisamos voltar a ter cenários mais claros. Isso se relaciona também com o que disse o Deputado Paulo Ramos sobre as informações. Perdemos o hábito da especulação bem baseada. Hoje não há país no mundo que dispense cenários alternativos, e esses cenários têm que estar informados por algumas diretrizes e também com alguns dados.

Ora, aqui no Brasil já fizemos um cenário muito equivocados sobre a questão demográfica. Não tomamos em consideração que já estava havendo uma transição demográfica violenta, com uma velocidade muito grande. A taxa de crescimento da população caiu. E se formos recorrer ao que foi dito há dez anos, tinha-se uma porção de hipóteses absolutamente equivocadas e vários cálculos quanto à área social errados, porque vamos nos defrontar com outras realidades demográficas: não só o crescimento da população será menor; o crescimento das cidades não vai ter o ímpeto que se imaginava, como está havendo um aumento da esperança de vida, quer dizer, a população está envelhecendo mais.

Isso vai obrigar a deslocar gastos. Vamos ter, se continuar no ritmo como está, mais escolas primárias vazias e menos atividades para os velhos, o que será necessário inclusive para nós dois daqui a alguns anos, porque mudaram as condições demográficas. De modo que uns poucos anos, como diz o Deputado Paulo Ramos, levam vantagem sobre nós.

Mas, de qualquer maneira, o que vai acontecer é que não podemos mais desligar, por exemplo, o nosso Orçamento do Orçamento Plurianual. Por isso este ano fizemos, pela primeira vez, uma tentativa de juntar os Orçamentos, levando-se em consideração essas questões.

Como vai ser o Brasil daqui a dez, vinte anos? Precisamos não só ter cenários alternativos, como também ações já, para chegar lá. A questão que V. Ex^a coloca é central. Não podemos continuar maltratando a ciência e a tecnologia. Estamos maltratando, não porque queiramos, mas porque não temos. Eis a razão por que brigo dizendo que é preciso mudar o Orçamento.

Este ano tem um pouquinho mais, mas mesmo assim é muito pouco, porque não temos um programa de investimento maciço em ciência e tecnologia. Não é só dinheiro não. É orientação sobre o que fazer nessas áreas também.

Há alguns programas; por exemplo, agora mesmo estamos nos confrontando com um problema que é o satélite do Brasil com a China. Entretanto, não temos dinheiro. Temos que arranjar. Há certas coisas que, tendo ou não dinheiro, têm que ser feitas. Por quê? Porque são fronteiras de conhecimento a que não podemos deixar de atender.

Opus-me a que houvesse cortes de verbas para certos Ministérios: Cultura, Ciência e Tecnologia, Itamaraty. Isso não tem um efeito efetivo sobre o déficit e tem um enorme efeito de desorganização do setor. Talvez tenhamos cortado simbolicamente um pouquinho só para dizer que tem esforço.

Mas, de fato, me oponho a que se façam cortes nessas áreas mais sensíveis, apesar de todas as dificuldades do Brasil, porque elas são tantas, neste momento, que não adianta fazer economia de conta-gotas, mas conta-gotas para essas áreas, porque nas outras tem que se fazer.

Concordo com as observações de V. Ex^a. Meu pensamento é esse. É preciso haver um pensamento estratégico. O Dr. Eliezer Batista fez, enquanto assessor do Ministro de Assuntos Estratégicos, algumas hipóteses interessantes. Temos que pensar em certo tipo de investimento. Isso implica a integração de mais longo prazo. Temos que preparar fundos para isso. Enfim, V. Ex^a tem toda razão.

Contudo, estou há três meses nesse Ministério e, se pudesse, não ficaria nem os três. Mas para colocar a Casa em ordem é preciso muitos anos e esforço coletivo. É nisto que tenho insistido aqui: que devemos nos convergir mais, apesar das diferenças, que devem manter-se, mas é preciso que haja um trabalho mais unido do Congresso com o Executivo, porque o Brasil não pode continuar mais a funcionar só com o Executivo e

também não dá mais para o Congresso só "estilingar" o Executivo. A responsabilidade é nossa e está sendo compartilhada hoje pela própria Constituição.

Por fim, Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy fez uma pergunta, tendo a gentileza de enviá-la, por escrito: no Leste Europeu, na ex-Rússia, na Checoslováquia, e agora também na Bolívia, já há algum tempinho na Bolívia, patrimônio público estatal foi distribuído entre os cidadãos. S.Ex^a pergunta se o mesmo pode ser feito aqui.

As situações são diferentes: nos países do Leste Europeu, eles estão querendo criar mercado, mas não há mercado. Imagino que farão isso de maneira atabalhoada. Resolveram distribuir as empresas pela número da população existente, porque não tem capital, não tem gerenciamento para esse tipo de questão.

No que diz respeito à Bolívia, dá-se o mesmo, pelas mesmas razões. O país é pouco industrializado. No nosso caso, precisávamos de investimentos. O nosso problema não é só distribuir a propriedade estatal, é juntar recursos para investir e acabar com dívidas para o Estado fazer o que tem a fazer. Se se distribuir, perde-se o ativo, sem nenhum ganho. Se distribuir à população, o que acontece? Nada. Quem vai gerenciar isso? Os mesmos. Por outro lado, onde se consegue dinheiro para investir? De onde vem? Não vem, não veio. Portanto, não há ganho. A meu ver, juntamente com a sua pergunta há uma outra preocupação com a qual compartilho. Como se distribui socialmente isso?

Penso que podemos desenhar mecanismos que pulverizem mais a propriedade das ações estatais. É preciso fazer com que a população participe mais ativamente desse patrimônio. Em parte, foi feito via empregados das empresas. Contudo, é pouco. Penso que deveríamos ter mecanismos que abrissem ao conjunto da população a possibilidade de participar. Alguns desses setores terão em pouco tempo grande lucratividade. Por que não dar à população, em geral, essa chance por intermédio de vendas de ações da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil? Isso resolve em parte a questão do investimento, porque entra dinheiro para o Estado que vai pagar a dívida. A outra não resolve, pois se terá que aportar mais às empresas, e a população não terá mais recursos de fazê-lo. Portanto, não é dessa forma. É preciso haver a combinação disso com grupos que tenham recursos, capacidade gerencial e estejam dispostos em investir. No meu entender, há muitos mecanismos que podem ser utilizados para socializar o patrimônio, ao invés de apenas concentrar em poucas mãos, sem ferir a necessidade de que existem mãos competentes para gerenciar e dinheiro para investir. Portanto, não seria uma pura forma de distribuição, mas algo combinado. No caso, seria uma sugestão positiva.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Comunico à Comissão que há três requerimentos que serão apreciados oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, entendo que abrimos hoje, aqui, um canal de discussão sobre um tema que, realmente, estava sob sigilo nacional.

A questão da privatização era uma causa consumada e sobre ela pesavam os Sete Selos do Apocalipse. Parece que vamos tirando com muita transparência, e um dos objetivos dessa Comissão é apurar irregularidades eventuais, sobretudo buscar a informação legislativa; a outra finalidade desta CPI é dar publicidade a esses atos. Neste particular, estamos cavando na pedra, mas devo dizer que há alguns avanços.

Quanto à nossa preocupação fundamental, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no final, teve a oportunidade de abordar alguns pontos que devem ser objeto de uma reformulação do programa de desestatização.

Entendemos que o modelo foi concebido em uma certa época da nossa História sobre a qual questionamos - inclusive tiramos o Presidente da República - mas este tema é intocável. Não existem assuntos intocáveis na República, sobretudo quando preside o interesse geral da Nação. Nesse sentido, tudo é possível ser orientado. Privatizar é preciso; privatizar bem é o imperativo. Sobretudo, queremos dizer que também não vamos construir neste Brasil uma falácia de que privatizar é a solução nacional. Podemos terminar essa privatização amanhã e, talvez, o resultado seja nas mesmas condições da Argentina, onde a capacidade de investimento do Estado está praticamente em limites intoleráveis, para quem pensa em desenvolvimento e futuro de qualquer país. Nesse ponto, poderemos aprofundar o diálogo e, certamente, dar alguma contribuição, porque estamos sentindo os reclamos do povo brasileiro. Se esse programa for bem privatizado e redirecionado, poderemos obter uma soma de recursos consideráveis, certamente para redesenhar muitos pontos obscuros neste País. É nessa linha que a CPI está investigando. Quanto a eventuais irregularidades, evidente são tópicos específicos.

Em nosso entender, o que está em jogo é o profundo amor por este País de que todos estamos acometidos, sobretudo nesse momento de crise, que não podemos transigir quanto a interesses gerais da Nação. Entendo que, no que concerne a esse ponto, algo já começa a ser corrigido. O esquema "era Collor", que estava impregnado no BNDES, começa a ser removido. Isso foi um passo importante. Com isso o Governo sucessor adquire credibilidade ao intervir em setores que suscitavam dúvidas à Nação.

Quero parabenizar a V.Ex^a pela transparência e o apego à verdade, embora possamos divergir em alguns pontos. No geral, vamos caminhar para o bem da Nação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Vamos encerrar os nossos trabalhos, marcando uma nova reunião para às 15 horas, com o Ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h18min.)

Secretaria Legislativa

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 26A. REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 1993.

Às quinze horas e quarenta e dois minutos do dia primeiro de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Victor Faccioni, Ruberval Pilotto, Almir Gabriel, Edson Menezes Silva, Jackson Pereira, Marino Clinger e Álvaro Pereira. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Excelentíssimo Senhor Doutor Paulino Cícero, Ministro de Estado da Minas e Energia, convida o depoente para sentar-se à mesa, solicita a leitura do juramento e passa-lhe a palavra para fazer sua exposição. Logo após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Edson Menezes Silva e Paulo Ramos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 26A REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 01/09/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PAULINO CÍCERO, MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO 01/09/93 - 15h42min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Vamos ouvir o Ministro das Minas e Energia, Deputado Paulino Cícero, ao qual peço que faça o juramento.

Solicito a todos os presentes que durante o juramento permaneçam de pé.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fato decorrente da execução do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra a S. Ex^a, o Ministro Paulino Cícero, que fará a sua exposição.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Sr. Presidente, Deputado Ézio Ferreira: Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Ramos: Sr. Relator, Senador Amir Lando: Srs.. Parlamentares, minhas Sr^{as} e meu Srs:

Acredito que uma política de desestatização não nasce necessariamente pronta e acabada, é produto de um aperfeiçoamento permanente.

Acredito que a política de privatização deva ser um produto de realinhamentos e de incorporações das experiências adquiridas, passo a passo, num longo processo que culmine por fazer dela um instituto eficaz para os objetivos a que se propõe, e, ao mesmo tempo, um instrumento estimado e respeitado pela sociedade nacional.

Penso que a política brasileira de desestatização, embora se tenha iniciado sob a égide do engessamento, na verdade, experimenta um constante processo de revisão.

Esta mesma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, à qual agora compareço e perante a qual jurei falar as verdades que forem de meu conhecimento, devera contribuir positivamente para a acumulação desse acervo de experiências, de avaliações e de análises, cujo produto final será certamente novo realinhamento e novo aperfeiçoamento dessa política.

No que diz respeito à conveniência de o País ter uma política de desestatização nesta quadra de nossa existência, não tenho dúvida em afirmar, considerando a minha experiência pessoal na administração e na gestão de empresas do Governo, que considero necessária e oportuna uma política que transfira acervos de gestão do Estado para a iniciativa privada.

Como ex-Presidente da Usina Siderúrgica de Minas Gerais, como membro do Conselho de Administração, no passado, da Companhia Vale do Rio Doce e de outras empresas, pude muito detidamente observar o quanto o Estado, em nome da necessidade de preservação de valores éticos da Administração Pública, inibe e garroteia o poder de gerência de seus administradores.

Na verdade, especialmente na área do Governo Federal, as empresas públicas e as de economia mista pagam elevadíssimo preço, como restrição de gerência financeira, de gerência salarial, de gerência de pessoal, de gerência mercadológica e até da mais importante das gerências para a sobrevivência das empresas, que é a de definição dos rumos estratégicos de cada organização.

Por isso, acredito que a transferência de acervos públicos da área oficial para a área da economia de mercado representa um passo necessário, bom e oportuno para a sociedade e, de outra parte, para as próprias empresas.

Compareço perante esta Comissão, Sr. Presidente, na condição de titular do Ministério de Minas e Energia.

É sabido que a Lei nº 8031, de 12 de abril de 1990, atribui a responsabilidade de definição e gerência do Programa Nacional de Desestatização ao Ministério do Planejamento e, mais especificamente, à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização. É lá o nicho onde se localiza a responsabilidade maior desse processo. No entanto, um número razoável de empresas em processo de privatização - por decreto presidencial, foram incluídas dentro do Programa - estão jurisdicionadas ao Ministério que tenho a honra de dirigir. O Ministério das Minas e Energia é, portanto, o supervisor de mais de uma dezena de empresas que se encontram na rota da privatização.

Assim, a minha tarefa é a de promover, junto a essas empresas, os alinhamentos empresariais necessários para a sua transferência à iniciativa privada.

O que cabe ao Ministério que dirijo é exatamente recolher da Comissão Nacional de Desestatização e eventualmente do gestor da privatização - invariavelmente tem sido, também por decreto presidencial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - suas sugestões e determinar que elas se implementem na administração das empresas que supervisionamos.

Acho, no entanto, que o fato de trabalhar na supervisão dessas empresas não inibe que o Ministério das Minas e Energia tenha uma visão política do fato de ser também ator e protagonista, embora sem responsabilidade maior na definição dos seus rumos finais.

Acho que até mesmo pelo vazo de ter saído desta Casa, do Congresso Nacional, desta Instituição Legislativa, devo exercer - e exerço - o poder crítico sobre os diversos aspectos envolvidos no dia-a-dia da privatização.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao sair da Câmara dos Deputados para assumir o Ministério, desde pronto iniciei algumas observações que poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do programa de privatização.

Apenas para citar, quero dizer que o Ministério das Minas e Energia, por ter um maior número de empresas envolvidas no Programa, logo colocou a questão da necessidade que uma parte dos pagamentos dos leilões se fizesse em moeda corrente. Não chegamos a contestar as moedas alternativas, não chegamos a dizer que elas deveriam ser afastadas dos leilões, mas imaginamos que seria importante a definição de que uma parte do pagamento realizar-se-ia em moeda corrente. Fomos mais longe: dissemos que a pecunia por essa via arrecadada deveria ser colocada em funções públicas de alta reprodutividade para a sociedade. Ao invés de dizer que o pagamento *cash* deveria ficar em benefício de tarefas da competência do Ministério das Minas e Energia, sugerimos que o pagamento fosse destinado à área de pesquisa científica, tecnológica, de desenvolvimento de processos, o que gera uma enorme capacidade reprodutividade dentro da economia.

Da mesma forma, chegamos a sugerir que, ao invés de as privatizações se fazerem apenas com objetivo de obter estatísticas de privatização, que elas se pudessem realizar dentro do contexto de uma política industrial. Essa idéia pareceu-me muito desenvolvida, na mesma época, pelo então Secretário do Planejamento, Dr. Paulo Roberto Haddad, com o qual tivemos longas tertúlias, discutindo as questões ligadas ao PND.

Também, por outra parte, recomendávamos - e chegamos a fazê-lo publicamente - que, na discussão do modelo de privatização de cada empresa, se pudesse incorporar ao processo decisório aqueles segmentos da Administração Pública que tinham, ao longo dos anos, acumulado experiência gerencial sobre aquela área determinada.

Isso me ocorreu porque - recordo-me - em certo dia consultei o Dr. Luiz André Rico Vicente, que era o Secretário de Minas e Metalurgia do Ministério da Infra-Estrutura, e indaguei dele como estava o processo de privatização da USIMINAS, cujo leilão estava previsto para 60 dias à frente. Ele, então, para minha surpresa, disse que estava zero de informações, que estava completamente despido de informações, porque, na verdade, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e os gestores da privatização conduziram o processo de maneira fechada e hermética. Por essa razão, ele não me pôde dar informações sobre o andamento do projeto de privatização da USIMINAS.

Hoje, aquelas áreas da Administração Pública que acumularam experiência sobre cada segmento econômico podem, devem e têm dado a sua contribuição para que a Comissão Nacional de Desestatização possa avaliar aquele processo.

Num País em que o recurso gerencial é, talvez, o segundo recurso crucial da sociedade, é muito importante não deixar de fora de um processo decisório de tamanha magnitude aquelas figuras que, ao longo dos anos na Administração, acumularam a sua experiência. Isso hoje está-se realizando, com a abertura da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização. Essas figuras da Administração Pública que tradicionalmente ocuparam-se da gestão dessas empresas prestam os seus depoimentos e dão os seus testemunhos. Também o fazem as áreas sindicais envolvidas - a jusante ou a montante - do empreendimento, seja como fornecedores de insumos e matéria-prima seja como eventuais compradores dos seus produtos. Todos eles, hoje, têm a oportunidade de levar o seu testemunho até a Comissão Nacional de Desestatização. É importante observar que, como produto de todas essas observações, lá ocorreu, efetivamente, um processo de abertura. Não significa isso que tenhamos, já agora, uma total inteligência nacional do que se faz. O processo é, eventualmente, restrito, até porque atinge setores localizados da sociedade, mas deve-se reconhecer que já se conseguiu, nesses 10 meses de trabalho do Governo Itamar Franco, uma razoável abertura do processo, ou seja, a "caixa preta" de que tanto falamos no Congresso Nacional está-se abrindo. Hoje seria, no máximo, uma "caixa cinzenta".

Outra observação que faço como produto das nossas recomendações da primeira hora é sobre a utilização intensiva de outros mecanismos de privatização, além do leilão. O leilão, dentro do elenco de possibilidades de privatização, transformou-se, no Brasil, numa espécie de solução monocórdia: tudo é na base do leilão. Houve, evidentemente, algumas empresas que entraram e em processo de liquidação - e o caso da SIDERBRAS, e o caso da INTERBRAS e de algumas outras empresas -, mas a grande solução foi o leilão. Então, sugerimos - está sendo objeto de um estudo, em profundidade, pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Fazenda - a abertura de capital das empresas. Acho que a abertura de capital, por recurso ao mercado de capitais, ao mercado aberto - já está regulamentado legalmente no País - é uma das formas mais inteligentes e eficazes de privatização, a exemplo do que aconteceu em outros países de mercado aberto. Além disso, outra solução seria o aumento de capital com renúncia (?).

Com todas essas observações, ainda colocamos outra questão: dizer **não** à possibilidade da constituição de monopólios e de oligopólios. Essa preocupação está permeando as decisões que vão sendo assumidas dentro do Plano Nacional de Desestatização, pelo qual não posso falar mas, de modo especial, tem permeado as ações de supervisão que o Ministério de Minas e Energia adota para supervisionar as empresas incluídas no Programa.

Outra observação refere-se à divulgação ampla dos relatórios de avaliação. Esses, sim, os relatórios de avaliação - parece-me - ficavam totalmente fora da alça de mira da opinião pública e do próprio Congresso Nacional. Era muito difícil ter acesso aos relatórios de avaliação. Hoje, eles estão abertos a toda a sociedade brasileira, através de alguns mecanismos que se vão constituindo e que passam a merecer contestações.

Feitas essas considerações preliminares, gostaria de dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que algumas questões colocadas, atualmente perante a opinião pública, estão recebendo carinhoso tratamento por parte do Ministério de Minas e Energia. Vou citar alguns desses pontos, sem prejuízo de que possam depois vir a ser objeto de indagações de maior profundidade.

Em primeiro lugar, falarei sobre a Companhia Vale do Rio Doce. Tem havido certa controvérsia nas páginas dos nossos jornais sobre a real intenção do Governo em privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. As vezes, agentes do Poder Público não suficientemente autorizados para se constituírem em porta-vozes de segmentos específicos da Administração emitem conceitos ou opiniões, que são assumidos ou tomados pela imprensa como manifestações de Governo, como definições de política oficial.

Para que não haja nenhuma dúvida, vou dizer que, primeiro, a Companhia Vale do Rio Doce não está no plano de privatização e nem vai entrar no Programa de Privatização do Governo Itamar Franco. Isso está fora de questão não só pelas recomendações explícitas que a situação sugere, mas pela própria definição tomada pelo Senhor Presidente da República, de quem tenho essa palavra formal e final. A Companhia Vale do Rio Doce não será objeto de privatização no seu Governo.

Dentro da mesma linha de raciocínio, gostaria de dizer que a interdição à privatização da empresa interfere na privatização das suas subsidiárias.

É preciso conhecer muito bem a Constituição e a natureza das subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce para entender a absoluta inoportunidade e inconveniência de pensar em sua privatização. Resumindo, posso dizer que não haverá a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, da mesma forma que não haverá privatização das subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce. As razões são óbvias.

Em primeiro lugar, vejo a Companhia Vale do Rio Doce como poderosa agência de desenvolvimento e vejo que a sua grande moeda é a credibilidade internacional.

A segunda razão é que a Companhia Vale do Rio Doce, como fator de integração nacional, com os seus trilhos colocados nos paralelos inferiores de nossa geografia, é a saída para os produtos minerais da Região Norte, da província de Carajás. A Vale de tal maneira atende ao território nacional com o seu complexo ferroviário e portuário e com a sua pontual presença nas minas de quase todos os elementos metálicos de que se compõe a escala de Mendeleev, que a sua presença é essencialmente estratégica. De outra forma, a privatização das suas subsidiárias significaria a segmentação da empresa.

Na verdade, quando uma empresa consegue resultados positivos, é porque ela opera com todas as alças do ciclo produtivo da área mineral: opera com a mina, opera com transporte ferroviário, opera com operações portuárias e mesmo com as operações internacionais, transoceânicas. Acho que essa integração de unidades produtivas gera, em benefício da companhia, o seu poder de competição internacional.

Finalmente, para terminar esse pequeno comentário sobre a Companhia Vale do Rio Doce, há um outro elemento: são os acordos feitos entre os acionistas e seus parceiros japoneses, americanos, espanhóis, alemães, canadenses, de muitas procedências. Esses acordos de acionistas de tal maneira estabelecem obrigações recíprocas e prioridade de mútua compra de ativo acionários, que privatizar qualquer dessas empresas subsidiárias da CVRD significaria a entrega do patrimônio nacional, sem nenhuma contrapartida de ganho para a sociedade brasileira.

No que diz respeito à PETROBRAS, tudo igual: tem havido um grande afluxo de notícias relativas à quebra do monopólio estatal do petróleo. Essa definição é basicamente assumida pelo Congresso Nacional. Se, na revisão constitucional a se realizar neste segundo semestre, o Congresso entender de liquidar com o monopólio estatal do petróleo, será uma questão a ser estudada. Mas lhes digo que não é intenção do Governo, e não será certamente, qualquer favorecimento a teses ou doutrinas dentro do Congresso Nacional que conduzam a esse resultado.

É muito importante dizer também que isso não decorre de postura ideológica. Acredito que se houvesse uma postura ideológica para discutir a questão do monopólio, perderíamos em objetividade e em consequências econômicas, e poderíamos ganhar em emoção. Entendo especialmente que o enfrentamento ideológico da questão do monopólio aquece as emoções, mas, de certa maneira, esfria o realismo com que se deve analisar as soluções econômicas para o País.

O nosso ponto de vista, contrário a essa quebra do monopólio, vem da avaliação objetiva do que a PETROBRAS realizou em quarenta anos de sua existência. Ela fez um grande trabalho, acumulou para o País um patrimônio de estudos e de inteligência que dificilmente teria chegado ao nível crítico a que chegou se houvesse no País uma abertura pura e simples do mercado de petróleo por volta de 1953, e se tivéssemos entretanto a possibilidade de importação de óleo a um dólar e quinze, a um dólar e vinte, a um dólar e trinta o barril. Creio que o que ela fez foi exatamente em nome do monopólio que a sociedade lhe conferiu.

De que a PETROBRAS fez, quero apenas destacar o enorme investimento em conhecimento geológico do País. Acredito que o conhecimento da geologia de petróleo foi o investimento maciço realizado pela empresa ao longo desses anos. Foram milhares e milhares de técnicos formados em nossas universidades, com cursos de pós-graduação nas mais variadas especialidades, foram técnicos e doutores que vieram das melhores universidades do mundo, trazendo para nosso acervo de conhecimentos a experiência de outros povos na área do petróleo. Entendo que o País investiu muito na inteligência, na constituição desse acervo da inteligência nacional voltada para o petróleo. Investiu muito em processos, em pesquisas, em desenvolvimento, e constitui, no Rio de Janeiro, junto ao Aeroporto do Galeão, o Centro de Pesquisa de Petróleo - na verdade, uma instituição como poucas no mundo, que, hoje, certamente não se conseguia edificar, se tudo pudesse ser convertido em moeda com menos de quinhentos a seiscentos milhões de dólares, e onde a PETROBRAS, anualmente, aplica, a partir deste ano, pela primeira vez neste ano, um por cento de todo o seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Aliás, com referência a essa empresa, é muito importante dizer que ela é colocada, frequentemente, em notícias de imprensa, como sendo um peso para a sociedade brasileira. Penso, ao contrário, que ela tem sido uma grande solução para o nosso País. Em primeiro lugar, porque absorve passivos da sociedade brasileira, carregando dentro de sua contabilidade, de uma maneira que nenhuma outra empresa, se fosse privada, lograria realizar, por exemplo, a conta-petróleo. A conta-petróleo hoje, localiza-se na cifra dos quatro e meio bilhões de dólares, que é uma dívida teórica da sociedade, ou do Governo, com a PETROBRAS. São créditos que ela tem a receber e que estão imobilizados perante o Governo. A conta-álcool, da mesma forma. O subsídio ao álcool, que se praticou até há alguns tempos atrás, gerou um passivo em favor da PETROBRAS, um passivo do Governo contra a PETROBRAS da ordem de 700 milhões de dólares. E a ELETROBRAS, que opera os sistemas isolados térmicos da Região Norte e Noroeste do País, aquela região do nosso Senador Amir Lando, tão mal servida de energia, em que o débito do Sistema ELETROBRAS e das empresas em geral de eletricidade com a PETROBRAS pelo fornecimento de óleo combustível e o de diesel, beira, também, os 700 milhões de dólares.

Isso é uma série de itens, que eu poderia arrolar, mostram que ela tem sido, na verdade, uma solução. E quando dizem que nela o Governo investe

maciçamente a cada ano, digo-lhes que não há notícia menos correta, menos verdadeira. Na verdade, desde o remoto ano de 1974, o Governo não coloca um único centavo sequer dentro da PETROBRAS.

Outro tópico que eu poderia abordar, Sr. Presidente, é a questão do setor siderúrgico que, na verdade, agora, só conta com uma empresa de porte na área dos aços planos, na rota da privatização, que é a AÇOMINAS. É uma área intensiva de capital onde está havendo grande transformação universal do perfil empresarial voltado para a produção de aços planos, de chapas, de bobinas. Acredito que o que se realizou até agora, no Programa de Privatização, está dentro da linha de menor resistência, ou seja, é um setor importante, porém não necessariamente estratégico para, justificadamente, permanecer na área de gestão empresarial do Governo. Penso que poderemos discutir isso, se for da conveniência da Comissão.

Finalmente, quero dedicar minhas últimas palavras a um setor que ainda está virgem em termos de privatização, que é o de energia elétrica. E dizer, Sr. Presidente, que o que há de essencial, no ponto de vista do Ministério das Minas e Energia com referência a energia elétrica, é a absoluta necessidade de capitalizar o setor. Vivemos aí um verdadeiro pesadelo com a situação a que chegou o Sistema Elétrico Brasileiro nessa virada de 92 para 93. Se não fosse o sólido e firme apoio do Congresso Nacional, dos Senhores Senadores e dos Senhores Deputados, para o aperfeiçoamento e a votação da Lei nº 8.631, de 4 de março deste ano, certamente eu não lhes poderia acenar agora com outra realidade para os próximos 3 anos que não fosse, primeiro, a de decomposição total do setor empresarial voltado para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, segundo, a perspectiva, por volta de 1996/97, de racionamento, de **black-out**, constituindo-se - e aí está o terceiro ponto - a energia elétrica no grande gargalo para a retomada do desenvolvimento econômico nacional.

Assim, a energia elétrica, que foi, pela sua abundância e subsídio de preço, um fator poderoso para alavancar o desenvolvimento nacional a partir da década de 50, se converteria agora no corolário de sinal negativo, ou seja, seria o elemento impeditivo da retomada do crescimento econômico do País. Mas com o apoio do Congresso Nacional, repito, e a votação da Lei nº 8.631, podemos reequilibrar as empresas, fizemos a limpeza dos seus balanços, houve o encontro de contas que chegou a casa dos 23 bilhões de dólares, estamos retomando lentamente, mas com muita firmeza, as 19 obras de geração de energia elétrica paralisadas, tanto na área térmica quanto na hidroelétrica e na nuclear; atastamos a perspectiva da falta de energia, e por isso acredito que podemos contemplar o futuro com segurança e firmeza.

Para isso, é preciso ter-se em mente algumas idéias quanto a esse complexo relacionamento: capital público e capital privado.

Primeiro, o Ministério de Minas e Energia diz "sim" à abertura do capital das empresas. E assim como estamos, na área do petróleo, já com os primeiros estudos para a abertura do capital da PETROBRAS Distribuidora, também na área da energia elétrica recomendei ao Presidente da ELETROBRAS e ao Presidente de Furnas todos os estudos para que Furnas Centrais Elétricas S.A. possa colocar suas ações em bolsas e, por essa via, captar o bom e sadio dinheiro privado para concluir suas obras e melhorar seu perfil econômico.

O Ministério recomenda que seja dado um "sim", e já decolou com essa solução para as Usinas de Itá, especialmente para a de Jacuí I, Termoelétrica, no Rio Grande do Sul. Além disso, está estudando a solução para a Usina de Serra da Mesa no interior do Estado de Goiás.

"Sim" à pré-venda de energia. Entende o Ministério de Minas e Energia que a incorporação de capitais privados ao sistema elétrico poderá ser feita por esta via: pela pré-venda de energia elétrica, até mesmo, eventualmente, fazendo pagamento de obras que estão paralisadas em quilowatts-hora a serem fornecidos no futuro, valendo esses títulos de pré-venda como documento quirográfico para alavancamento de recursos junto ao BNDES e a outras agências de financiamento.

"Sim", diz também o Ministério de Minas e Energia, ao chamado Consórcio de Auto-produtores. Não é justo que o Governo continue sozinho bancando todo custo e financiamento do sistema de geração de energia elétrica, em grosso, para o País. Não é justo que o faça para anastecer indústrias que tenham a energia elétrica como seu insumo principal e de grande peso específico em sua contabilidade - os chamados consumidores eletro-intensivos. Por isso o Ministério dá um "sim" para que eles, consorciados em entidades, ou agrupados em consórcios, possam promover a construção de suas próprias usinas hidroelétricas ou termoelétricas.

Além, essa é uma solução de grande facilidade, porque o Congresso Nacional ainda está apreciando a legislação que regulamenta as concessões públicas do setor de energia elétrica que exigirão sempre licitação dos recursos a serem colocados à disposição de concessionárias públicas. É importante dizer que para o serviço público de energia elétrica o abastecimento da sociedade, deve haver sempre leilão, e para isso tem que haver a regulamentação do Congresso Nacional. Mas quando uma empresa eletro-intensiva requer uma fonte hídrica, ou de outra natureza, para se auto-abastecer de energia não, há necessidade, evidentemente, de se fazer leilão ou licitação.

Essa é uma porta aberta que, regulamentada agora por decreto do Senhor Presidente da República, haverá de gerar o atendimento de grande massa de

consumidores intensivos de energia elétrica que poderão gerar sua própria energia. Isso para eles, enquanto consumidores, é de alta vantagem e de alta lucratividade. Só o diferimento dos impostos pagos na conta de energia elétrica, a serem quitados na saída final do produto do empreendimento industrial, representa um ganho substancial num País em que a inflação está beirando a casa dos 30%.

Da mesma forma, o Ministério diz "sim" à co-geração, ou seja, à criação de mecanismos que permitam o aproveitamento de excedentes de vapor, de calor ou da força mecânica do processo fabril para a co-geração de energia elétrica. Isso já está regulamentado.

Finalmente, o Ministério deve dizer "não" à idéia que circula, de vez em quando nos interstícios das notícias, da venda de ativos operacionais das empresas de energia elétrica, especialmente das usinas geradoras. Há muitas pessoas que se interessariam, evidentemente, em comprar usinas, já amortizadas, de empresas do Governo. O Ministério de Minas e Energia posiciona-se frontalmente contrário a essa idéia.

Colocadas essas questões, Sr. Presidente, fico à disposição dos Srs. Membros da Comissão para algum esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o nosso Relator, Senador Amir Lando, para os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, Deputado Paulino Cícero Vasconcellos, Ministro das Minas e Energias, inicialmente, queria situar-me um pouco no aspecto institucional para melhor posicionar a colocação do Ministério de Minas e Energia nesse contexto da privatização.

Na verdade, temos um Programa Nacional de Desestatização cujo gestor é a Comissão de Desestatização; e o gestor do Fundo Nacional de Desestatização é o BNDES. É evidente que, aqui, as funções foram confundidas ao longo do tempo, inclusive onde o BNDES adquiriu até legitimidade ativa para agir em juízo, o que ele não tem pela lei, carecendo desse fundamento. Mas sempre se confundiu porque o Presidente do BNDES, na época Eduardo Modiano, era também o Presidente da Comissão de Desestatização.

É importante situar: onde entrava o Ministério nesse contexto, qual era o seu papel antes e depois das inovações procedidas pelo Governo Itamar Franco nesse particular?

O SR. PAULINO CÍCERO VASCONCELLOS - Acredito que, passando-se o processo de privatização ao tempo do Ministério da Intra-Estrutura e na primeira fase do recomposto Ministério de Minas e Energia, tudo dentro de um extremo hermetismo, o papel que os Ministérios exerciam era extremamente diluído e sem importância. Essa é minha convicção pessoal.

No novo tempo - digamos assim - a partir dos decretos que o Presidente Itamar Franco começou a baixar sobre a privatização, foi possível aos Ministros supervisores da área fazerem colocações públicas junto a opinião pública, ao Senhor Presidente da República e ao próprio Ministério do Planejamento, que tem a seu cargo a supervisão do BNDES, alertando sobre esses pontos que aqui detidamente adestrei no começo de minha exposição. Entendo que aumentou o poder de presença no Governo Itamar Franco.

De qualquer sorte, é importante dizer que nosso poder é de supervisão empresarial das unidades colocadas dentro do programa. As definições de ajuste empresarial - isso entra na intimidade de cada empresa - são assumidas e tomadas pela Comissão Nacional de Desestatização.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que observamos aqui, ilustre Ministro, é que há sempre uma contradição entre a Comissão, que quer privatizar, quer alienar rapidamente, com suma brevidade, até ameaçando demitir-se se não for, como agora, levado a cabo o leilão da AÇOMINAS no dia 10 - exerce inclusive uma pressão que chega a soar como chantagem - (ficou um pouco aberto quem defende o patrimônio público nesse contexto), e os diretores das empresas quanto aos valores do laudo de avaliação. Entenderia que nesse sistema, pela sua própria organização, há uma contrariedade necessária, lógica. Via de regra, até que os depoimentos têm demonstrado que vários diretores sempre manifestaram que os valores estabelecidos pela Comissão realmente estavam achatados, depreciados.

Como poderíamos compatibilizar: quem quer vender, e que aposta a eficiência da sua atuação na venda, e quem tem que dizer que o preço está abaixo, que é pouco para a empresa?

Ninguém melhor, como o senhor bem relatou ao longo da exposição, que os diretores das empresas, que têm os dados, sabem o que lá existe. Por exemplo, na AÇOMINAS, - como ouvi do seu Presidente - existe um patrimônio imobiliário imenso, que tem um valor, mas que o sistema do fluxo de caixa descontado praticamente não pesa nada, e, se pesa, as vezes serve até para diminuir, sem falar em outras coisas.

Nesse ponto, como o senhor, que tem jurisdição sobre determinadas empresas, ou Ministério, cuja preocupação seria vender, preservando o patrimônio público, dirime essa situação um pouco incômoda que ocorre no momento em que comparece o diretor da empresa?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Nobre Senador Amir Lando, acredito que, ainda aí, mais uma vez se caracteriza o acerto daquela minha sugestão dada no início, de que se utilizassem outros mecanismos de privatização além do leilão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nisso, concordo plenamente.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Acredito que o recurso mais intenso - a busca de valores - eliminaria esse problema. O grande problema em todas as privatizações, normalmente, é o preço - a avaliação. Frequentemente, muitas pessoas, que até são contra a privatização, colocam-se a favor, mas discordam da avaliação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não é que eu seja contra a privatização, mas estou no mesmo sentido.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Não é o caso, absolutamente; conheço bem o pensamento de V.Ex^a.

Agora, quando a empresa entra no programa de privatização estabelece-se entre ela e o órgão gestor do programa, uma linha direta de conexões, tal o número de informações solicitadas, o fluxo de demandas de pedidos a serem cumpridos, de realinhamentos a serem feitos, que essas empresas praticamente estabelecem um processo de canal direto com o BNDES e a Comissão Nacional de Desestatização. É claro que não elimina formalmente a presença do Ministério supervisor. O Ministério tem o poder de observar, levantar, frequentemente dar as suas opiniões, mas não me lembro de ter que assinar papéis para que se cumpra essa ou aquela finalidade determinada pela Comissão. Entre as multidões de papéis que diariamente assino não me ocorre que tenha assinado documentos que significassem intermediação entre a Comissão de Desestatização, de um lado e a empresa em privatização do outro.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor levantou questões, para mim, extremamente relevantes, de extremo bom senso, e que visam fundamentalmente à preservação do patrimônio.

Quando o senhor trouxe uma colocação do seu próprio Ministério - V. Ex^a tem uma longa vivência nesse setor - e essa contribuição, me parece que foi importante, já da participação de diretores das empresas para discutir esses laudos, os preços mínimos esse papel, no contexto, ficou decorativo, sem poder institucional de um questionamento mais profundo - temos que descer à realidade. Na verdade, quem comandou todo esse processo foi o BNDES. A Comissão de Desestatização separou-se recentemente, mas não conseguiu - ao menos e o permito que temos das reuniões - fazer discussões mais profundas. Já com os laudos definidos, a situação ficou quase num processo de homologação. Isso realmente desvirtua os princípios legais, os objetivos muito bem colocados por V. Ex^a, porque, na verdade, o que se queria era dar uma transparência, enfim, uma maximização ao interesse do erário, ao interesse geral. Na verdade, isso não funcionou e, segundo os depoimentos coletados, o processo funcionou mais ou menos assim: os consórcios fazem os seus laudos, quando há até essa divergência de 20%, faz-se um acerto. Entrega-se para o diretor da empresa com um prazo exíguo, não dando para analisá-lo.

Tentamos aqui destrichar, tornar compreensível o laudo da avaliação da ACOMINAS. Devo dizer que não é fácil. É um processo complexo. E, a medida que se começa efetivamente deduzir essas fórmulas se pode observar que o intuito é sempre elegeer os elementos que levam a deprimir os preços. Os piores elementos, as piores hipóteses sempre são consideradas para levar o preço a uma maneira aviltada. Eu não sei se isso é deliberado ou se é um princípio imperativo técnico. Para mim, parece que tem um pouco de deliberação, não posso comprovar neste momento, ainda.

Entretanto, todo o problema se resume nessa idéia correta, que, infelizmente, foi solapada por um sistema que vem de um comando de pessoas que se instalaram nesse processo ainda na era Collor, a qual combatemos, inclusive tivemos a oportunidade de deixar um relatório à Nação contestando aquele período, e que esse mesmo grupo continuou no predomínio, que, felizmente, agora começa a ser questionado.

Quero parabenizar o Governo, como um todo, pelas mudanças havidas no BNDES. Não vou discutir a Presidência - que é até de meu Partido -, nem a questão partidária, discuto o interesse nacional. Alguns nomes do primeiro grupo, aquele formado por Modiano, Zedron, Perrone, etc., foram trocados, mas o núcleo permaneceu. Entretanto, parece-me que, agora, começou a ser debelado. Parabenizo esse atitude, porque as pessoas podem até não ser mal intencionadas, mas detêm vícios de origem, percebidos por mim.

De qualquer sorte, quanto a esse passo da pulverização das ações, da democratização do capital, da venda das ações, em última análise, como V. Ex^a afirmou, no mercado próprio, na Bolsa de Valores, enfim, usando a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, esses organismos que já realizaram, por exemplo, vendas de ações da PETROBRAS, etc., nos poderemos ter esperanças de caminhar nesse sentido, Ministro?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Quero dizer a V. Ex^a, Senador Amir Lando, que algumas experiências vão se acumulando. Ainda agora acabei de citar uma: a de que eu não me lembrava de ter, entre a Comissão de Desestatização e as empresas em projeto de privatização, serviço de *by-pass*, ou de que seja, como referendador de decisões. Não me ocorre, pelo menos. Essa é uma experiência que eu não havia ainda racionalizado, mas que não tive dúvida de colocar para aumentar o acervo de conhecimento que esta Comissão acumula sobre a matéria.

Trago, também, uma outra questão, que é produto de observação. O Presidente da República, Dr. Itamar Franco, é um homem extremamente aberto à

audiência de todos os setores que tenham algo a definir e a declarar sobre as questões de Governo. A ele se pode inculpar de outros pecados, mas não o de se recusar a ouvir as pessoas e os interlocutores que queiram levar a sua mensagem. Ele, para tomar as decisões do Governo, sempre ouve todos os envolvidos. É até um processo de decisão lento, que chega a ser difícil, mas porque ele leva em conta a necessidade de que todos expressem seus pontos de vista.

Percebo que Sua Excelência vive, em relação a isso, um estado de angústia. É também uma percepção que tento racionalizar. De um lado, não querer interromper um programa de privatizações é por ter absoluta consciência de que essa interrupção ou a redução da sua velocidade, a sua desaceleração, vai significar aumento de corporativismo e uma série de problemas na retaguarda das empresas. Ele tem absoluta certeza disso. De outra parte, o seu desejo de que o programa fique cada vez mais transparente, com maior credibilidade pública. Daí ele ter, recentemente, alvitado aquela forma de audiência do Senado sobre a avaliação das empresas antes de encaminharem para o leilão, até porque o Senado foi a grande Casa onde ele se fez politicamente, em nível nacional, e, por ver nele esse templo referendador de grandes soluções, imaginou que colocando o Senado dentro desse processo de avaliação crítica das privatizações, das avaliações, ele estaria melhorando o processo.

Se desta Comissão puder resultar sugestão que assegure a permanência de um programa apertado, aprimorado, realinhado, não tenho a menor dúvida de que o Governo o acolherá de braços abertos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não tenho dúvidas de que esta Comissão vai trilhar nesse sentido, mas nos preocupa um certo desespero para privatizar logo, porque, veja bem, os números estão aí.

Quando se fala que foram consumidos 20 bilhões de dólares nos últimos dez anos de privatização, e preciso fazer uma leitura. V. Ex.^a me conhece e sabe que vou fazer essa pergunta, porém, antes, tenho que fazer essas citações. Cinco empresas consumiram 20 bilhões de dólares, que foram, por ordem de participação: a Rede Ferroviária Federal - quase 9 bilhões de dólares; a AÇOMINAS - 4 bilhões e alguma coisa; a CSN - 3 bilhões e 800, a COSIPA - 3 bilhões e 100 e 2 bilhões e 100, a Central Siderúrgica de Tubarão.

Ora, na verdade, essas empresas foram alienadas, faltando apenas a AÇOMINAS.

Se a AÇOMINAS for transferida por 346, que, após devida análise manifestei-me contrário a esse número, porque, realmente, não há como justificá-lo... O patrimônio imobiliário, que não tem nada a ver com produção, com fluxo de caixa, é enorme e V. Ex.^a conhece as terras rurais, as terras urbanas, as construções civis, etc.

O que eu quero dizer, isso para dizer um setor, apenas um detalhe, os investimentos não acabados e os últimos dois laminadores de perfis pesados de trilhos e perfis leves alcançam investimentos da ordem 1 milhão, que não estão gerando nem um tostão em caixa. E, aliás, deveria praticamente ter sido concluída essa obra, porque um contrato de 460 milhões de dólares, pagos 412, 410 e, agora, ainda restam 330, segundo o presidente da AÇOMINAS, de obras para, efetivamente, esses dois laminadores entrarem em funcionamento.

Mas aí se questiona se tem mercado, se não tem mercado, parece-me que essa é uma discussão difícil.

Mas, de qualquer maneira, os avaliadores disseram que esse 1 bilhão de dólares representa, numa valorização dos 346, 16 milhões de dólares.

É evidente que essa metodologia me parece, no mínimo, "inservível", porque quem vai comprar adquire esses equipamentos novos, pois, segundo as informações, eles não foram usados, estão devidamente conservados. Esse é um patrimônio relevante. O que nos deixa um pouco preocupados e a pressa, o desespero para liquidar, definitivamente, a empresa. Inclusive tendo o laudo, isso é importante que se diga, vamos perceber que um dos fatores de depreciação é a necessidade de vender no prazo marcado. Até isso entra como um índice para deprimir mais esses valores.

Realmente, Ministro, é claro que nos estamos diante de um modelo perverso. Não foi V. Ex.^a que o implantou, mas, intencionalmente, o encontrou e o está executando, juntamente com o Presidente da República e com a sociedade brasileira. Esse processo não vai ficar assim tão tranquilo como parece. Ele não resiste a um teste de legitimidade.

Parece-me que essas mudanças são indispensáveis. Ao mesmo tempo, essa ideia da celeridade total não vai contribuir, porque onde o Governo investia praticamente paralisou em 1992, a não ser o saneamento da CSN, que foram quase 800 milhões de dólares.

Mas, fora daí, não temos muitas alternativas, quer dizer, as outras empresas não estão mais nem consumindo o dinheiro público como se fala, o Governo não está fazendo aporte de recursos.

V. Ex.^a, que é do setor petroquímico, sabe que nunca houve, ao longo dos últimos 10 anos, investimentos de um centavo. Estes são dados expostos pelo próprio BNDES. Das 33 empresas colocadas em privatização, apenas 15 consumiram recursos, mas é consumiram esses 95% dos recursos. Elas já foram vendidas e o aporte de recursos que voltou e muito pequeno. Poderíamos indagar para onde foram esses recursos, pois é impossível esconder debaixo do tapete 20 bilhões de dólares. Alguém geriu mal ou, então, realmente, a nossa tese do aviltamento dos preços procede. Esse é

o quadro que me preocupa. O que V. Exª teria a dizer? A minha pergunta esta diluída aí em alguns questionamentos.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Nobre Senador Amir Lando... acredito que no caso da siderurgia houve um passivo das empresas que ingressaram e estão no Programa Nacional de Privatização, decorrente de duas indoles.

A primeira foi a questão do preço administrado. Penso que o prejuízo da CSN, uma parte do prejuízo da COSIPA, dos anos da USIMINAS, o ano anterior àquele em que fui Presidente da USIMINAS, ela teve um prejuízo de 230 milhões de dólares. No ano em que entrei na empresa ela teve 110 milhões de lucros. Só fiz uma coisa: briguei por causa de preço, mais nada.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não é o Estado que é ruim, são os administradores, e V. Exª é um exemplo dessa tese.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - São bons administradores. O problema é que o Governo torçava a irrealidade dos preços tabelados para essas empresas. Então, às vezes, coloco a seguinte questão: onde estão os prejuízos da USIMINAS, da CSN, da COSIPA? Estão no caixa da General Motors, no caixa da FIAT, no caixa da Mercedes Benz, das empresas que produzem a linha branca de geladeiras, máquinas de lavar roupas, etc.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Socialização dos prejuízos, não é, Ministro?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Não é verdade? Portanto, uma parte do prejuízo e desta indole, controle de preços, subsídio para a indústria nacional...

Qual é a outra indole? A outra indole, eu diria: é falta de continuidade nos fluxos de implementação dos programas siderúrgicos. Por exemplo, quando eu estava na Presidência da USIMINAS havia lá um programa de investimento para ser cumprido em 5 anos, 230 milhões de dólares: melhoria do produto, melhoria de qualidade, automação. Gastaram 7 anos para fazer aquilo que se previu em 5. Esses 2 anos adicionais representam, no mínimo, 40% de aumento do custo financeiro sobre o empreendimento.

A AÇOMINAS é o exemplo típico disso. Dos chamados 6 bilhões de dólares que o Governo assumiu na AÇOMINAS, 2 bilhões e 400 milhões de dólares são de custo financeiro, devido ao não cumprimento do cronograma de implantação da usina. E mais 1 bilhão de dólares um erro fatal na definição da sua linha de produção. Implantaram lá um laminador de perfis médios e pesados, para o qual hoje há um mercado potencial de 3 milhões de toneladas no mundo todo e há uma capacidade já instalada de 55 milhões de toneladas. Então, gastar mais 400 milhões de dólares para construir o laminador significa aumentar o passivo da empresa em mais de 400 milhões de dólares para produzir e armazenar no pátio.

Então, veja V. Exª, pense que o problema decorreu de mau planejamento oficial, a política de preços do Governo...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esses dados do mercado são, realmente, um pouco contraditórios, sempre querem relatar um horizonte muito negativo. Já tive declarações de que esse horizonte não é tão negro assim para o mercado. Só fiz essa observação para registrar porque essa é minha convicção, apesar de não ser técnico.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Acredito que esse é o cenário deles lá. A pergunta de V. Exª foi sobre os preços.

Voltando ao tema, a definição de preços das empresas ligadas ao Ministério que dirige e que estão no programa de privatização é uma atribuição feita pela Comissão Nacional de Desestatização. Opino junto ao Presidente da República, frequentemente dou opiniões ao Ministério quanto ao valor que se deva cobrar nos leilões, em moeda corrente, para alimentar o fundo de ciência e tecnologia do País.

Digo, mais a V. Exª, a política de privatização tem de levar em conta também a disponibilidade de moeda. Se há um programa nacional que visa transferir, da iniciativa do Estado para a iniciativa privada, bens e acervos produtivos, o valor desses bens e também muito em função da disponibilidade de moedas para a execução desse programa.

Em segundo lugar, o perfil de endividamento de cada empresa. E, em terceiro, a sua demanda de capitais adicionais para sua integração e sobrevivência no mercado futuro. Tudo isso são fatores que normalmente não pesam dentro dessas definições de avaliação, mas que têm muito a ver com a possibilidade real de seu preço efetivo de venda.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E por que não destacar, por exemplo, o patrimônio imobiliário dessa empresa que podia ser vendido a um fazendeiro e não a um usineiro? Por exemplo, dos mais de 13.500 hectares de terras, existem 12.500 em torno da empresa, mas há vínculo com cinturão verde e uma área de segurança. Entretanto, somando-se tudo, teremos, aproximadamente, 15.000 hectares. O Presidente falou-me de 13.500 hectares.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Tem 13.500 hectares.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas na descrição dos imóveis, deu mais do que isso. Por que não se destacou isso, quando não tem nada a ver com a produção ou a produtividade da empresa? Ou talvez essas terras fossem vendidas? V. Exª acha

que não tem valor nenhum.' Esses 11.000 hectares foram avaliados em 200 mil dólares! Dez milhões de dólares...

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Não, 5 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não, 10 milhões de dólares todo o valor: 3.600 o hospital. O maior volume é das construções urbanas e civis. Vai ficar para a área rural quase que valor nenhum. Penso que se fosse lá nos confins da Amazônia a terra, possivelmente, valeria um pouco mais.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Nobre Senador, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, quando os ativos são não-operacionais, entram naquela cota para participação no leilão em **cash**, em moeda corrente. De tal sorte que os recursos em caixa das empresas mais os ativos não-operacionais é que definem, teoricamente, por parte da Comissão Nacional de Desestatização, o valor a ser cobrado em moeda corrente nos leilões de privatização. Então, esses 13.500 hectares de terras da ACOMINAS provavelmente terão a ver com essa cota de pagamento em moeda corrente. O que significa também o incremento no valor real, na medida em que as moedas de privatização, todas elas, têm, aproximadamente, de 60% a 70% de valor de face.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ministr., V. Ex.^a pôde redefinir as prioridades nas áreas do Ministério, evidente nas empresas jurisdicionadas ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de que esse cronograma não é mais indicável, por razões estratégicas, não quanto ao desenvolvimento, mas no sentido de visar uma melhor performance de resultados? V. Ex.^a pôde ainda alterar ou já encontrou "um prato feito" ao qual não pôde mais alterar os ingredientes?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Acredito que na área da siderurgia o processo caminha muito acelerado e dentro de uma lógica aceitável. No setor de energia elétrica estamos participando profundamente dos estudos estratégicos para a definição de um novo modelo institucional de energia no País. Isso está, inclusive, como um dos elementos contratados nos estudos de modelagem da privatização da Light, no Rio de Janeiro. Os estudos da Construtora A incluem avaliação e modelagem. E, em segundo lugar, subsídios para a definição de um novo modelo institucional para o setor de energia elétrica no Brasil.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu preciso participar de uma votação, mas voltarei, vou elaborar uma última questão. Antes, porém, vou prestar um depoimento.

Nós temos ouvido aqui vários empresários, diretores de empresa, também ligadas ao setor petroquímico. Num primeiro momento, o que se queria era a saída total do Estado deste setor. Mas, por razões que podemos já alinhar, mas já conhecidas por todos, hoje os empresários são unânimes em afirmar que o Estado não sai ao menos das centrais de matérias-primas. Quando falo do Estado, falo na PETROBRAS; a PETROQUISA, via PETROBRAS. E que é importante essa parceria, essa cumplicidade, até para a garantia do fornecimento da nafta, etc. Defende-se a privatização nas empresas de segunda e terceira geração.

Enfim, esse era um setor que realmente foi construído dentro de um modelo, que V. Ex.^a conhece, o modelo tripartite, que funcionou e é responsável pela nossa PETROQUISA.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Mas que ia muito mal, Senador. O setor petroquímico não ia nada bem. Penso que um certo grau de modernização e reestruturação da indústria petroquímica brasileira seria extremamente importante.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu ainda não tinha feito essa análise.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - É que V. Ex.^a perguntou se nos tínhamos algum estudo estratégico. Eu tenho aqui preparado para a área da petroquímica a primeira "boneca" feita não chega a ser ainda uma decisão já com o martelo batido, quer dizer, é estudo que nos fizemos para definir a nova direção da indústria petroquímica brasileira.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas a postulação dos empresários, ouvimos todos os principais ouvimos a ODEBRECHT, que tem uma posição importante, e todos foram unânimes no interesse da manutenção da PETROQUISA, ao menos nas centrais de matérias-primas. A minha colocação é essa, mas V. Ex.^a tem amplitude para responder a todos os pontos. O meu interesse era saber a opinião de V. Ex.^a sobre esse ponto. Mas tem o direito de fazer todas as considerações que entender.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Eu acredito, nobre Senador, que é fundamental, que dentro da nova modelagem do setor petroquímico brasileiro, haja uma presença não simbólica, de empresas públicas. Vale dizer, eu penso que a PETROBRAS, através de PETROQUISA, deve permanecer no setor petroquímico. Mas é muito importante para o setor, para o seu próprio bem, para se recompor de tantos esgarçamentos que sofreu ao longo dos anos, mesmo sendo um setor com forte presença privada, que a responsabilidade diretiva do setor petroquímico fique na mão de particulares. Esse é o meu ponto de vista.

Agora, outro dado que me parece importante. É fundamental a presença do Governo, porque, em primeiro lugar, ele servirá de elemento equilibrante para os diversos grupos que estão hoje ingressando no setor petroquímico ou que nele já se aclimataram. Então, o Poder Público, a PETROQUISA, no setor petroquímico, significa

um poder de intervenção, um poder de somar-se a grupos de maneira a evitar monopólios, de maneira a assegurar que haja efetiva competitividade no mercado.

E, finalmente, o setor petroquímico, e aí está uma das áreas que resultam negativas em seu desenvolvimento, tem um violento passivo ecológico, ecossistêmico de meio ambiente. A presença do Governo significa um potencial de negociação com as agências de meio ambiente que dificilmente, as empresas privadas teriam.

Então, a presença da PETROBRAS, via PETROQUISA, no setor petroquímico, significa atingir esses objetivos - entre 15% e 30%.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nas centrais, apenas.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Nos outros, em função específica de cada natureza, de empresa de segunda ou terceira geração, em função de interesses específicos e estratégicos participar moderadamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu fiz este questionamento, exatamente porque, inicialmente, era a saída total. E hoje, os próprios empresários é que estão reivindicando essa posição. E os argumentos foram ponderados, na linha em que V. Ex.^a expendeu, neste momento. A nossa preocupação é exatamente a sobrevivência do modelo industrial brasileiro.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Isso é essencial. Em todos os nossos setores industriais, jurisdictionados a supervisão do Ministério de Minas e Energia, aquele que mais me preocupa, nobre Senador, é exatamente a área petroquímica. Ou nós fazemos uma ação pronta e rápida, em relação a ele, ou as dificuldades serão crescentes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. Ex.^a, evidentemente, trouxe um dado novo que, até agora, não tinha vindo a esta Comissão a preocupação ambiental, que os empresários não manifestaram aqui.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - O senhor não imagina em que nível chega o passivo ambiental desse segmento econômico industrial.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria de dizer finalmente que o que se reivindica é a necessidade de concentração de capitais, porque estaríamos ainda num estágio de desenvolvimento em que a escala comanda o lucro. Há níveis tecnológicos que não são comandados pela escala, mas pela qualidade. Aqui, ainda é escala. Nesse ponto, exatamente, ao mesmo tempo, isso é um apelo para o monopólio ou oligopólio, e essa presença do Estado me parece fundamental para o equilíbrio. Mantendo essa linha, o Governo vai caminhar no sentido de uma necessidade concreta, também pensando neste País.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Deixarei com V. Ex.^a um estudo que resume pontos de vista do Ministério que dirijo sobre os objetivos básicos das diretrizes de atuação e as metas a serem atingidas. Não significam ainda a forma conclusão de uma política industrial para o setor, mas são estudos levantados pelo Ministério de Minas e Energia, com a colaboração da PETROBRAS, dos nossos órgãos regulatórios. Em meu gabinete, convoquei várias reuniões com administradores do setor. Isso significa a primeira tentativa de definir um rumo para a política industrial do setor petrolífero.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Isso é muito importante.

Sr. Presidente, eu vou me retirar, enquanto os demais fazem as suas perguntas, e em seguida retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Convoco Marino Clinger para servir de Relator *ad hoc*.

Tem a palavra o Deputado Edson Menezes Silva.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Preliminarmente, quero dizer que percebi no depoimento de V. Ex.^a, o que acho animador, uma certa preocupação com a defesa do patrimônio público, boa parte do qual está sob a gerência do seu Ministério.

Achei animadora também a informação que V. Ex.^a deu a esta CPI da disposição do Senhor Presidente da República em decidir ouvir. Lamento-lhe dizer que a experiência que tivemos não demonstra bem isto, porque vários Membros desta CPI tiveram audiência com o Presidente da República, por nossa iniciativa, e não fomos ouvidos como pretendíamos.

A época, nós lá fomos para manifestar preocupações e dar sugestões acerca de empresas que estavam por ser privatizadas, lamentavelmente, as nossas expectativas e o nosso alerta se confirmaram concretamente no caso da privatização da ULTRAFERTIL. Mas é só um registro.

Quero dizer a V. Ex.^a que o Programa Nacional de Desestatização, em que pese a sua preocupação de que ele seja transparente e não agreda o patrimônio público, é vastamente contestado, e V. Ex.^a deve ter conhecimento disso. Por exemplo, o jornalista Jânio de Freitas, do jornal **Folha de S. Paulo**, em sua coluna de domingo, faz as seguintes considerações ao analisar o episódio da exoneração do Presidente do BNDES:

"A privatização brasileira tem sido um processo vergonhoso, que se por ser brasileira não resultou, nem o fará, em maior ocupação de presidios

Nesse colar de episódios escandalosos, Zendron (ex-Diretor do BNDES, responsável pela privatização) esteve sempre no centro de cada caso, sempre envolvido com métodos de avaliação que depreciaram, em

benefício de compradores, em geral conhecidos de antemão, o valor do patrimônio nacional a ser privatizado. Apesar disso, ou por isso, atravessou todas as presidências do BNDES como principal gestor da privatização na equipe do Banco.

O Ministro Alexis Stepanenko afirmou que "a demissão do Sr. Sérgio Zedron da Diretoria do BNDES foi uma tentativa de abrir a caixa preta da privatização". Disse mais, que "forças econômicas poderosas, traficantes de moedas, estão na raiz dessa desobediência e rebeldia do BNDES com relação ao Ministro do Planejamento".

Logo, Deputado Paulino Cicero, Ministro de Minas e Energia, essas evidências, esses fatos que eu relate, - poderia relatar outros - demonstram exatamente o contrário desse esforço que V.Ex.^a fez para testemunhar que o Programa Nacional de Desestatização não agride, não compromete o patrimônio público.

O que V.Ex.^a pensa disso, dessas declarações e dessas denúncias, não apenas de irregularidades, que esta CPI está apurando? Ha denúncias de que o Programa Nacional de Desestatização é, em muitas circunstâncias, um antro de corrupção e de prejuízo ao patrimônio público nacional. O que V.Ex.^a pensa sobre isso?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Eu devo dizer ao nobre Deputado Edson Menezes, em primeiro lugar, que a minha preocupação não é apenas uma certa preocupação com a defesa do patrimônio público, é uma preocupação integral com a defesa do patrimônio público.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Eu retifico a minha afirmação e acato a sua colocação de completa defesa do patrimônio.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com referência ao Programa Nacional de Privatização, V.Ex.^a sabe, ele está longe, muito longe de representar um consenso nacional. Ao contrário, ele é um programa que tem gerado extrema controvérsia. As definições feitas, através de levantamentos de opinião pública, através de enquêtes, pesquisas de opinião, têm revelado, da parte da sociedade brasileira, um grande desejo de que algum programa de privatizações tenha sequência. Acho que tantas são as notícias que se colocam na imprensa a respeito das estatais, e até mesmo notícias frequentemente interessadas em criar dejas uma imagem inadequada, que isso fortalece o inconsciente coletivo, a convicção de que a privatização deve continuar no Brasil. Então, as pesquisas de opinião mostram que o Programa de Privatizações é um programa que vem ao encontro do que a sociedade deseja. De outra parte, é preciso ver também que a sociedade brasileira foi martelada por uma campanha de sentido eminentemente publicitário em favor da privatização, sem ter contribuído para esclarecer os seus grandes desafios e problemas.

O que se faz, aqui, hoje, dentro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, vale por toda uma enorme manada de elefantes na televisão. Porque, aqui, serenamente como é da boa índole parlamentar, estamos todos tentando achar uma melhora, um avanço para esse crucial desafio da sociedade brasileira, que é diminuir o tamanho do Estado de maneira correta, respeitável e em benefício da economia. Há essas contestações todas. Eu fico muito inibido de fazer quaisquer comentários sobre questões que tenham envolvido colegas meus de Ministério. O sentido lógico e ético natural impede-me de fazer comentários...

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Compreendo.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - ...sobre episódios que envolveram outros Ministros e seus subordinados e que culminaram em toda esta atoarda de crise, de manchetes da imprensa etc. Eu conheço o Ministro Stepanenko: é uma figura muito serena e muito firme, muito fiel ao Presidente da República. Eu sei que ele quer muito ver o progresso da causa, ver o Programa de Privatização como uma instituição respeitável da sociedade. Creio que o que S.Ex.^a está fazendo é em benefício dessa causa e nessa direção.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Ministro, vamos, então, sair desse plano de declarações atribuídas a Ministros do Governo Itamar. Eu vou lhe dar um outro fato, então, mas que vai nessa mesma linha de raciocínio. Eu fiz esta pergunta, hoje de manhã, ao Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, que aqui esteve defendendo. O senhor deve estar sabendo dos comentários e das especulações envolvendo a COSIPA. A COSIPA foi privatizada dias atrás, e, a partir dos últimos três dias, a imprensa tem insistido no noticiário de um evento que, a meu ver, se configura como uma grande negociação e que configura... reafirma o que o jornalista Jânio de Freitas disse aqui no editorial. Veja o senhor, Ministro, que o grupo controlado pelo Sr. Narcisi, da BRASTUBO, adquiriu a COSIPA por 237 milhões e 600 mil dólares, 72% das ações da COSIPA. E agora surge o comentário de que quem controla a USIMINAS, o Banco Bozano-Simonson, vai adquirir o controle da COSIPA através de um acordo prévio feito com o Sr. Narcisi. O que chama a atenção, e que esse grupo BRASTUBO tem um patrimônio de 10 milhões de dólares e um faturamento mensal de 2 milhões de dólares. E adquiriu uma empresa por 237 milhões e 600 mil dólares. É esquisito, e estranho que uma coisa dessas aconteça. Agora o controle vai ser passado para a USIMINAS, contrariando uma preocupação que o senhor manifestou aqui, que é a da oligopolização ou monopolização da economia.

Segundo as empresas distribuidoras de aço, estima-se que a USIMINAS, comprando o controle da COSIPA, terá o monopólio da produção de chapas grossas de aço e 70% da produção nacional de laminados a frio e a quente. Portanto, o Programa Nacional de Desestatização e PND, não segue a trilha que o senhor manifestou aqui. Não somente esse caso evidencia a má gestão, uma grande negociata, como também aponta para o que tem sido a tendência do Programa Nacional de Desestatização para a concentração, a monopolização e a desorganização da economia.

O SR. PAULINO CICERO DE VASCONCELLOS - Nobre Deputado, eu gostaria de dizer à V.Ex. que, nesse tema da COSIPA, essa questão deverá ficar mais clara ainda. Imagine eu que vamos ter pela frente esclarecimentos sobre os atores e personagens que comparecerem nessa cena.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Estou convencido disso também. A crise política do momento aponta para isso.

O SR. PAULINO CICERO DE VASCONCELLOS - Vamos ter ainda mais clara noção. Não creio em negociata porque, na verdade, pagar um preço pela empresa até supõe admitir-se a ideia de que tenham pago mais do que poderiam ter deixado de pagar. Então, não creio em negociata. Mas, de qualquer forma, dá a impressão de que se quis evitar publicamente a ideia de que se caminhava para um oligopólio ou para um monopólio.

Ha três meses atrás, manifestei-me sobre o plano de privatização das estatais do aço e disse que não poderiam ficar sob o comando dos mesmos acionistas a Companhia Siderúrgica Nacional e a USIMINAS, porque a Companhia Siderúrgica Nacional e a USIMINAS, juntas, caracterizariam a absoluta dominação do mercado, pela sua potencialidade empresarial e também em virtude de suas linhas de produção; mas eu não via caracterização de monopólio na compra eventual da COSIPA pela CSN ou pela USIMINAS. Por que? Porque a USIMINAS e a COSIPA, juntas, vão ter a possibilidade de dominar o mercado brasileiro na área das chapas grossas. As chapas grossas representam efetivamente 5% do potencial de linha de produção da própria USIMINAS. Então isso seria 100% do mercado nacional nas mãos de um mesmo grupo, mas significaria um potencial mínimo do produto acabado que eles entregam ao mercado nacional ou internacional. Juntas, as duas, USIMINAS e COSIPA, representariam 60% de laminados a frio e a quente, mas teriam pela frente a competição com a Companhia Siderúrgica Nacional. Hoje, elas estão em absoluta e violenta guerra de mercado dentro do contexto nacional e internacional. Estão caçando os clientes tradicionais daqui até a Coreia, passando por todos os países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Então, a área em que haveria efetivamente monopólio, ou seja, a área de chapas grossas, facilmente poderia se contrabalançar, bastando abrir a importação sem proteção alfandegária. Ficaria resolvido de maneira fácil.

Quero dizer à V.Ex. que essa preocupação tem chegado ao ponto de nós mantermos, no Ministério de Minas e Energia, alguns potenciais de interferência no mercado, não mais como poder regulatório, não mais como agente do Poder Público, que está não, e a missão do Ministério de Minas e Energia, ele é apenas o supervisor das empresas. Na medida em que essas empresas são privatizadas, nós perdemos o poder regulatório sobre cada uma delas. A intervenção só ocorre através das regras do mercado, ou seja, através da participação acionária de empresas do Governo, que nos estimulamos por razões estratégicas a ingressarem tanto na CSN quanto na USIMINAS. Agora, estamos estimulando-as a entrarem na AÇOMINAS, através da Companhia Vale do Rio Doce que como produtora de matérias-primas, como prestadora de serviços de transportes de serviços portuários, de transporte internacional transoceânico, tem razões estratégicas para comparecer como acionista em cada uma dessas empresas. Nós demos a ela uma carta em que, em primeiro lugar, reconhecemos de maneira concreta e absoluta as razões estratégicas pelas quais ela deve participar do leilão das empresas do setor siderúrgico. Em segundo lugar, fizemos uma recomendação clara.

Eu me permito ler para V.Ex. rapidamente, dois tópicos de uma carta minha dirigida ao Presidente da Vale do Rio Doce, Francisco José Senetinho.

"Nessa ordem de ideias, deverá ser evitada, no contexto de negociações dos futuros acordos de acionistas controladores, qualquer posicionamento ou aliança que favoreça a formação de cartéis, oligopólios ou monopólios. As associações, no que depender da CVRD, deverão priorizar a formação de grupos tais que resultem na preservação da identidade de cada empresa privatizada, evitando-se ajustes que conduzam a mutilação ou destituição de empreendimentos industriais."

Um ponto adicional, no item VI da carta, digo o seguinte:

Também é importante reforçar a conduta que, aliás, já faz parte da orientação da Vale do Rio Doce, no sentido de prestigiar as associações com os empregados. No modelo de capitalismo que buscamos, a harmonia entre capital e trabalho é fator de sucesso, ao mesmo tempo em que se assegura o caráter social dos empreendimentos econômicos."

Para tranquilizar o nobre Deputado, Edson Menezes, posso "dizer-lhe que conheço carta do Ministro Stepanenko dirigida à Sua Excelência o Presidente da República, em que S.Ex. expõe as mesmas preocupações a respeito e solicita o acionamento da Secretaria de Defesa Econômica exatamente para que possa ficar

atenção a todo o processo de privatização, de molde a evitar isso que preocupa a todos nós: as questões do monopólio, do oligopólio ou formação de cartéis.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - A preocupação é saudável, mas a dinâmica e a lógica do mercado são implacáveis com relação a preocupações desse tipo. Veja V.Ex.^a que, enquanto diretores da Vale do Rio Doce, que disputou o leilão da COSIPA, acompanharam esse leilão na sede da Corretora Magliano, Narcisi, que adquiriu 72,5% do controle da COSIPA, acompanhou o leilão na sede do Bozano-Simonsen, que agora vai comprar o controle que adquiriu o Grupo BRASTUBO.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Vou fazer uma revelação que o meu dever de juramento obriga. Quando houve o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional, o Dr. Francisco José Schettino, Presidente da Vale do Rio Doce, foi procurado pelo Sr. Júlio Bozano exatamente na tentativa de fazer com a Vale do Rio Doce um consórcio que gerasse acordo de acionistas, garantindo vantagens estratégicas para a Vale do Rio Doce. O Sr. Júlio Bozano é o Presidente do Conselho da USIMINAS. A minha recomendação foi absolutamente contrária, no sentido de impedir que isso ocorresse, em nome da condenação ao monopólio.

O SR. PAULO RAMOS - E se, no futuro, em qualquer outra administração da vida do País, houver a formação desse monopólio ou desse oligopólio? Hoje, o Governo está cuidando de deixar medidas preventivas para que tal não aconteça?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Acredito que nos teremos a possibilidade de fazer o combate a esses monopólios e oligopólios no futuro pela continuidade da atual política de baixas taxas de importação. Não há nada pior para o monopólio do que o oxigênio que vem de fora, do que a possibilidade de importar produtos de outras praças que estabeleçam um grau de competição efetiva da economia.

Em segundo lugar, uma sociedade e ágil e consegue dar respostas prontas a questionamentos e preocupações como as de V.Ex.^a, Deputado Paulo Ramos, pelas instituições que tem. Se a nossa Secretaria de Defesa Econômica tiver a agilidade necessária para cumprir a sua missão, ela terá condições de impedir esses monopólios que queiram se organizar dentro desse setor.

O SR. PAULO RAMOS - Só para concluir o aparte...

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Fazendo soar a campanha) - A palavra esta com o Deputado Edson Menezes Silva.

O SR. PAULO RAMOS - Ele me concedeu um aparte, Sr. Presidente.

Só para concluir. Se porventura o grupo controlador do monopólio internamente for o mesmo grupo do qual o Brasil teria que importar, isto é, se um grupo estrangeiro assumir o controle do monopólio aqui para uma dominação do mercado interno do mercado interno, mas do mercado internacional -, qual será a saída para o Brasil?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Responde com muito prazer ao nobre Deputado Paulo Ramos, dizendo que isso é totalmente impossível. O mercado hoje da produção de aço é de tal maneira atomizada, de tal maneira competitivo, que a regra é a guerra de preços, sempre em favor do comprador.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Ministro, a última pergunta, porque o meu tempo já se foi, apenas a generosidade do Presidente me permite dirigir esta última pergunta. V.Ex.^a tem conhecimento das incidências tributárias geradas pelo Programa de Desestatização na PETROQUISA? Por exemplo, 730 milhões de dólares referentes a realização das reservas de reavaliação; 300 milhões de dólares de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, relativo à venda de empresas de capital aberto. Caso o programa de privatização continue nos moldes atuais, a própria PETROBRAS se inviabilizaria financeiramente. O que V.Ex.^a está fazendo com relação a esse assunto, sabendo que o Orçamento que o Governo enviou ontem a esta Casa prevê a redução de investimentos da PETROBRAS, da Companhia Vale do Rio Doce e da ELETROBRAS, enquanto foi aumentando o índice de investimentos do BNDES? O que V.Ex.^a pensa disto?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Realmente, preocupa-me muito o fato de que a PETROBRAS, através da PETROQUISA e PETROFÉRTIL, pela venda de seus ativos empresariais, tenha acumulado perto de 1,45 bilhões de dólares em moedas alternativas. Isso soma também 162 milhões dólares de um ajuste feito com a ELETROBRAS, em 1986, por conseguinte, antes do Programa de Privatização.

A tributação sobre essa massa quirográfica de moedas é talvez um dos pontos questionados dessa normatização tributária do Programa de Privatização. A PETROBRAS não tomou nenhuma medida relativamente a isso, exatamente aguardando que se possa definir o rumo a tomar. Esse rumo passa pelo Ministério da Fazenda, e sei que o Ministro Fernando Henrique Cardoso e sua equipe estão estudando essa matéria, parece-me, aliás, conforme me disse um assessor meu, que, hoje pela manhã, S.Ex.^a teria respondido à pergunta de V.Ex.^a, dizendo que há efetivamente estudos no Ministério tendentes a dar uma solução adequada para esse problema.

Enquanto isso não acontece, quero dizer a V.Ex.^a que recomendei ao Dr. Joel Mendes Renno, Presidente da empresa, que estudasse um meio de capitalização da PETROBRAS para diminuir o seu apego a recursos de terceiros e a financiamentos de mercado, pela disponibilidade dessas moedas. Então, ele já formalizou, através da

Secretaria do Tesouro Nacional, pedido para utilização dessas moedas. Elas serão utilizadas para financiar projetos e programas da empresa, seja na área da pesquisa geológica, na área da prospecção, do desenvolvimento tecnológico, ou da implementação industrial. Então, isso está agora sendo estudado para se encontrar uma saída adequada.

Não posso deixar também de observar que, ao tempo em que muitas dessas moedas foram entregues à PETROBRAS, elas estavam numa taxa de 40% do valor médio de face, e hoje estão na taxa de 68%. Portanto, houve efetivamente um ganho para a PETROBRAS em ter mantido essas moedas securitizadas dentro da sua contabilidade. No entanto, ainda não há sobre isso - é importante dizer a V. Ex^a - uma decisão assumida. Se depender de mim, essas moedas vão gerar recursos de investimento para a PETROBRAS, vão gerar, em seu favor, menor dependência de recursos de terceiros, isto é, vai melhorar e permitir o endividamento da empresa, levando-se em conta também as cautelas que a indefinição tributária está gerando.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Sr. Presidente, apenas para concluir, peço ao Ministro que me permita dizer, não tomando como outro senão o de contribuir, que agilizem a questão, porque a lógica, pelo menos de um segmento do Governo, lamentavelmente não é essa de V. Ex^a.

Veja bem que a Receita Federal, através do Parecer nº 645, determinou a não-isenção desses tributos. E o fato de o Orçamento da União prever redução dos investimentos da PETROBRAS, da ELETROBRAS e da Companhia Vale do Rio Doce não é um bom sinal. Essa é apenas uma sugestão.

Sr. Presidente, concludo a minha parte, quero agradecer a atenção do Sr. Ministro, mas quero encaminhar a esta CPI um requerimento, que passo a ler na íntegra.

"Requero, nos termos regimentais, que seja encaminhado ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro do Planejamento ofício dando conta do inconformismo desta CPI quanto às afirmações veiculadas na imprensa e atribuídas a integrantes da Comissão de Desestatização, no sentido de que apresentarão pedido de exoneração coletiva se o leilão da AÇOMINAS deixar de se realizar no próximo dia dez.

Considero isso uma atitude de chantagem dos membros da Comissão de Desestatização com o leilão da AÇOMINAS.

Lembro que o aludido leilão foi adiado inicialmente por determinação do Tribunal de Contas da União, após verificação de possíveis irregularidades na definição do preço mínimo da AÇOMINAS". Submeto, então, a V. Ex^a o encaminhamento desse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros desta CPI, caro Ministro Paulino Cícero:

Faço questão de dizer que lembro com saudades que tive a oportunidade de ler ou reler hoje, pela manhã, o pronunciamento de V. Ex^a na Câmara dos Deputados em defesa da USIMINAS.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Não foi na Câmara dos Deputados, e, sim, na Frente Parlamentar Nacionalista.

O SR. PAULO RAMOS - Nessa ocasião, muitos tiveram a oportunidade de se solidarizar, na medida em que as preocupações que toram expressas com relação à USIMINAS naquela época chegaram a um ponto que, agora, de forma muito mais aguda, orientam os trabalhos desta Comissão.

Não se trata aqui de ser favorável ou contrário à privatização; essa etapa já foi superada, até porque já há o convencimento, pelo depoimento inclusive do próprio Ministro Fernando Henrique Cardoso, na manhã de hoje, e pelos depoimentos de todos os que por aqui passaram, não só com responsabilidade pública como também vinculados à iniciativa privada, de que o Programa Nacional de Desestatização transcorre sem que haja nenhuma política industrial. Mas todos dizem que o correto seria fazer um programa de privatização tendo como base previa uma política industrial.

Eu gostaria de saber, então, a opinião de V. Ex^a a respeito da existência ou inexistência de uma política industrial no Brasil e se as privatizações não podem ser contestadas em função da inexistência dessa política.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - É um prazer muito grande poder responder ao nobre colega e amigo Paulo Ramos da seguinte forma: vamos considerar as grandes vertentes de atribuições do Ministério das Minas e Energia. A primeira delas é para a área mineral, e, em relação a outra área de energia, temos o grande Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e também área de fósseis, Departamento Nacional de Combustíveis.

Vamos, então, por escala, tentar dizer a V. Ex^a que, na área elétrica, existe um plano de desenvolvimento da energia elétrica no País chamado Plano 2010, que agora está sendo atualizado para Plano 2015. É a forma que se encontra, dentro do setor elétrico no Ministério de Minas e Energia, através do seu braço regulatório, que é o DINA, e através do seu braço empresarial, que é o sistema ELETROBRAS, de poder ter uma visão prospectiva do desenvolvimento da eletricidade e do seu papel no contexto da economia nacional. Esse plano existe. Aguardamos e formulamos e o fizemos pela

primeira vez em homenagem a esta instituição, do Congresso Nacional, as cautelas que colocamos pela primeira vez para um programa de eventuais privatizações dentro do sistema de energia elétrica. Até hoje, isso não havia sido feito de forma sistemática em qualquer outro fórum de debates, mesmo em congressos ou simpósios a que o Ministério, com frequência e regularidade, comparece.

Portanto, para o setor elétrico, há todo um planejamento em estudo, que é o Plano 2015, com suas adaptações a esse momento de privatização da economia nacional. E deixamos clara a forma pela qual vemos a privatização do setor elétrico. Na verdade, optamos para receber recursos privados no setor, mantendo o controle ainda em mãos do Governo.

No setor de bens minerais, além de um elenco de cinco projetos de lei e de cinco decretos que Sua Excelência o Presidente da República assinará no próximo dia 08 de setembro, às 11h, no Palácio do Planalto, que consubstanciam um programa para a área mineral, que são assim uma forma orgânica de, ao mesmo tempo, desregulamentar, de criar fomento, de desenvolver planos plurianuais de avaliação mineral, de criar um programa de mapeamento básico, enfim, uma série de iniciativas consistentes e articuladas, há uma ação nossa, pronta para utilizar o grande instrumento que temos de investimento na área mineral sob o patrocínio do Governo, que é a Companhia Vale do Rio Doce.

Comecei o meu pronunciamento dizendo o porquê da não privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que, aliás, fazendo um parêntese, utiliza um expediente extremamente oportuno e que eu gostaria de ver estendido à PETROBRAS e a outros setores. A Vale do Rio Doce consorciou-se com dezenas de empresas privadas, aumentou o seu público de sustentação, amedanhou moeda privada, não perdeu o poder de controle e multiplicou, algumas vezes, o seu faturamento anual. Portanto, a Companhia Vale do Rio Doce é o braço de investimento no setor. E, no que diz respeito aos poderes regulatório e de fomento, essas medidas do Senhor Presidente da República indicam uma política para o setor mineral.

No que diz respeito à área de fosséis, temos uma definição fundamental que pende do Congresso Nacional: a questão do monopólio. Este, dentro do Texto Constitucional, está preservado e respeitado. Não há nenhuma atitude que signifique lesar esse monopólio, salvo excessos de restrições que se possa internamente impor à PETROBRAS. Creio que existem duas formas. Sr. Presidente, para acabar com o monopólio do petróleo: a primeira é, naturalmente, o Congresso Nacional, pela soberana decisão dos Srs. Deputados e Senadores, entender que o monopólio já cumpriu o seu papel e que agora é outro o cenário da indústria petrolífera no Brasil e no mundo; outra forma, a meu ver, é amarrar os braços e os pés da PETROBRAS, impedindo-se que ela cumpra a sua missão, tanto no âmbito de investimento, de atualização tecnológica quanto no de preços remuneradores, para assegurar uma adequada carteira de operação comercial e industrial. Para esse setor, a política desenhada é a da Lei nº 2.004, ou seja, setor básico de petróleo.

Comentou-se muito que, como novidade do setor, haveria a eventual privatização da BR - PETROBRAS Distribuidora. Nego, perante esta Comissão, que isso esteja sendo cogitado pelo Governo, especialmente pelo Ministério de Minas e Energia. Sobre esse assunto, tenho trocado ideias com o Presidente da República e estou autorizado a fazer - e tenho feito - estudos para a abertura do capital da BR - PETROBRAS Distribuidora.

No que diz respeito ao segundo lance da indústria de petróleo, que é a petroquímica, posso apresentar a V. Exª alguns estudos que elaboramos. Não chegam a ser ainda a formulação da política para o setor, mas serão convertidos numa proposta do Ministério de Minas e Energia para serem submetidos a outros órgãos do Governo ou ao próprio Congresso Nacional, a fim de podermos afirmar que temos uma política petroquímica no País. Quais são as linhas gerais, as diretrizes para o setor petroquímico? São aquelas sobre as quais fiz referência no início do Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando). - Não vou, já que o tempo é curto, estabelecer uma discussão sobre políticas industrial e setorial. Há um reconhecimento de que falta ao Governo uma política setorial, até porque o Governo nem sequer cuidou de definir qual seria o papel do Estado na economia. Depois de uma definição, previa a presença do Estado, em função de uma política mais ampla, aí sim, faz-se as privatizações, o que não houve. Aliás, o Ministro da Fazenda, hoje pela manhã, reconheceu o fato claramente, quando negou a própria existência da Lei nº 8.031, que falava em retirar o Estado da economia para que este pudesse tratar de suas verdadeiras atividades: saúde e educação. Foi a primeira vez que um depoente, exatamente o Ministro da Fazenda, não fez essas afirmações. S. Exª reconheceu claramente que o objetivo era pagar a dívida. É um reconhecimento que considero importante, mas lamentável, porque corrobora a sensação ou a certeza na alma daqueles que já eram contrários ao Programa de Privatização. O Governo, quando mandou a mensagem para que fosse 100% do capital estrangeiro, certamente que foi com o objetivo de que agora se fizesse a conversão da dívida externa: fez a conversão da dívida interna e agora irá fazer a da dívida externa. E, para "dourar a pílula", vai-se utilizar das chamadas moedas sociais para dizer que há a participação do trabalhador. De qualquer maneira, fica essa manifestação como uma demonstração de que, mesmo de boa-fé, o Governo está incorrendo num grave equívoco e, certamente, está comprometendo o futuro do Estado brasileiro, na medida em que não existirá nenhum setor para a chamada alavancagem da economia.

Quanto à questão da transparência, V. Ex.^a falou que esta tem sido uma preocupação muito grande por parte do Governo, que, aliás, estimulou a participação de diversos setores que foram ouvidos em relação ao Programa Nacional de Desestatização, inclusive com a participação de cada um na sua área específica. O episódio da Companhia Siderúrgica Nacional é conhecido: é um episódio em que o Presidente da empresa, nomeado pelo Presidente da República, acreditando nesse dever de participação sincera, denunciou fraudes nos laudos de avaliações. Como consequência, ele não foi ouvido, ou seja, há uma grande diferença entre ser ouvido e não ser acatado. Por outro lado, temos um depoimento prestado a esta CPI que eu gostaria de esclarecer: o depoente, o Sr. José Pereira de Sousa, cita o nome de V. Ex.^a:

"O Relator, Senador Amir Lando, faz a pergunta. V. S.^a já falou, mas vou acentuar novamente, e verdade que V. S.^a foi exonerado por discordar do valor da avaliação da ULTRAFERTIL, realizado pelo consórcio Trevisan Jaako Poyry.

Responde o Sr. José Pereira de Sousa: Certamente. No dia 19 de abril, fui chamado ao gabinete do Dr. Luca, na PETROBRAS. Ao chegar lá, ele me disse que o Presidente da empresa queria conversar comigo. Então, fomos ao Presidente da PETROBRAS, Dr. Joel Rennó, e ele, em dois minutos, disse-me: - Pereira, por instrução do Ministro Paulino Cicero, você está sendo substituído na PETROFERTIL. Respondi: Tudo bem! Por quê? Resposta: Porque você está atrapalhando o Programa de Privatização. Isso foi dito na frente do Diretor De Luca e do Joel Mendes Rennó. Então, perguntei-lhe o que deveria fazer e obtive esta resposta: - Você volta para a empresa. Já estou nomeando um interino, e você está saindo.

Acentuo, também, que já houve vários depoimentos nesta CPI sobre as avaliações, envolvendo, inclusive, o nome do atual Presidente da Comissão, Dr. André Franco Montoro Filho. Na discordância da avaliação da ULTRAFERTIL, da parte dirigente da empresa, ele afirmou: - US\$100 milhões para lá, US\$ milhões para cá não fazem diferença. A ordem é privatizar. Quem estiver contrário à privatização, deve pedir o nome para ir embora.

Gostaria de ouvir-lo.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - O senhor poderia continuar, por favor? Mais duas linhas abaixo ou três.

O SR. PAULO RAMOS - "Você está saindo, só isso. Acabou aqui.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Continue, por favor.

O SR. PAULO RAMOS - "Sai da PETROFERTIL no dia seguinte, e até hoje não retornou."

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Continuarei a leitura, se me permitir V. Ex.^a.

O SR. PAULO RAMOS - Permissão concedida.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Tenho a cópia do depoimento, rubricado também pela Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal. Nobre Deputado Paulo Ramos, digo isso porque tenho interesse em desfazer aquilo que em linhas abaixo se situa.

O SR. PAULO RAMOS - Esclareço a V. Ex.^a que nosso objetivo é esclarecer. Não há qualquer propósito... Ainda mais com V. Ex.^a, com quem temos uma convivência a mais amistosa, respeitosa e de longa data. É preciso que fique bem evidenciado.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Vejo a possibilidade de desfazer-se um equívoco, cometido com referência ao depoimento de José Pereira de Sousa. Lerei algumas linhas para que esse equívoco seja desfeito.

Ele me disse: "Você tem razão. Você tem instrução do Ministro e do Joel Mendes Rennó para aprovar o preço mínimo. Pedi, então, ao Dr. Luca que me encaminhasse a solicitação por escrito, senão não aprovaria o preço mínimo. Ao mesmo tempo, rejeitei minha carta de demissão, porque não o aprovaria de jeito nenhum. Eles mandaram um fax para o gabinete do Sr. Luna, na PETROBRAS, manuscrito pelo Ministro - repito: manuscrito pelo Ministro -, dizendo: Dr. Luca, determinar que se cumpra o solicitado na página 5 deste documento. Possui cópia, mas, lamentavelmente, está muito apagada, porque é um fax. Relator Amir Lando - Seria interessante mandar. O Sr. Pereira de Sousa - Entregarei à Comissão a cópia do fax. Há nele uma determinação do Ministro Paulino Cicero, atendendo a uma solicitação, do então Presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, que lhe mandou uma série de arrazoados, que no final dizia mais ou menos assim: solicito a V. Ex.^a determinação para que aprove o preço na página 5. O Ministro, baseado nessa mesma carta, deu um despacho, dizendo: Determinar que aprove o preço.

Pego a V. Ex.^a, nobre Deputado Paulo Ramos, que me permita a leitura do inteiro teor do depoimento do Dr. José Pereira de Sousa, porque ele está completo, redondo e totalmente enganado com referência a isso. Essas mãos aqui não escreveram nenhum despacho nesse sentido, em carta do Dr. Antônio Barros de Castro, Presidente do BNDES, relativamente a esse problema de avaliação da ULTRAFERTIL. Ele não vai encontrar, dizer que não encontrou, que era um fax, que não conseguiu ler. Quero admitir, em defesa e em benefício dele, que ele tenha se equivocado ou então não tenha conseguido ler adequadamente o fax. Mas digo a V. Ex.^a que não assine e não escreva nenhum documento para a PETROFERTIL relativamente a esse assunto.

É a oportunidade que V. Ex.^a me dá de desfazer um equívoco, absolutamente necessário. Obrigado.

O SR. PAULO RAMOS - É possível, então, que o Presidente da PETROBRAS tenha se utilizado, indevidamente, do nome de V. Ex.?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Não. É um homem de extrema correção. O Dr. Joel Rennó. É muito correto. Esta lá, por minha própria indicação, ao Presidente da República. Eu o conheço praticamente desde os tempos de estudante. É um monumento de correção pessoal. Ele nunca faria isso.

O SR. PAULO RAMOS - Fale isso independente da existência do fax. Estamos enfrentando um problema agora, que vem sendo atribuído a um Parlamentar, de ter-se utilizado de assinaturas de membros deste Parlamento.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Pretiro acreditar que o Dr. Pereira de Sousa tenha se equivocado. É o máximo que posso fazer em benefício da credibilidade pessoal dele.

O SR. PAULO RAMOS - Há outros depoimentos na CPI, sem envolver naturalmente o nome de V. Ex., que tratam do mesmo tema e registram as ameaças sofridas por aqueles que discordavam da orientação dada ou imposta pela Comissão Nacional de Desestatização. Não é o único depoimento, há outros. Inclusive, o Dr. Roberto Vila fez um depoimento muito extenso, afirmando a mesma coisa. Outros afirmaram a mesma coisa. Aliás, o próprio Dr. Sebastião Faria, em relação à Volta Redonda, fez a mesma afirmação, relatando o tratamento que recebeu à época em que foi decidido o preço de Volta Redonda. Aliás, o Deputado Marinho Klinger, que está aqui e faz parte desta Comissão, estava presente.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Quero dizer a V. Ex.ª que ha um detalhe muito importante que deve ser mencionado. O art. 23 da Lei nº 8.031 dispõe textualmente:

"Serão responsabilizados pessoalmente, na forma da lei, por eventuais ações ou omissões que impeçam ou prejudiquem o curso dos processos de alienação previstos nesta lei:

1- Os administradores das empresas incluídos no Programa Nacional de Desestatização e os das instituições detentoras das ações dessas empresas

2 - os administradores da instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização;

3 - os membros da Comissão Diretora do Fundo Nacional de Desestatização;

4 - os servidores da administração federal direta de que depende o curso do processo de alienação.

Parágrafo único - Sera de responsabilidade exclusiva dos administradores das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização o fornecimento, em tempo hábil, das informações sobre as respectivas empresas, necessárias à instrução dos processos de alienação."

Veja V. Ex.ª que esse dispositivo da legislação é de uma eficácia tão compulsória que não comporta qualquer dúvida ou questionamento.

O SR. PAULO RAMOS - A legislação também diz que os administradores devem gerir a coisa pública como se fossem seus próprios bens. Entretanto, não é isso o que estamos vendo no chamado país da impunidade.

Ha uma questão muito específica. Quando das discussões a respeito do modelo de privatização da Petroquímica União, indicaram uma posição consensual pela qual a PETROQUISA teria com cerca de 30%. A UNIPAR, atual acionista, manteria sua posição atual de 30%, os empregados 10%, e os novos acionistas com outros 30%. Foi uma decisão consensual das partes envolvidas, inclusive do Governo. A reunião da Comissão Diretora, realizada em 20/08, atropelou esse consenso. O Sr. Armando Guerra, representante do Ministério de Minas e Energia - representante de V. Ex.ª -, defendeu posição contrária.

Final de contas, o representante do Ministério responde por sua própria posição, ou tem o dever de defender a posição do Ministério?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Não sei exatamente, nobre Deputado Paulo Ramos, qual a tera sido o valor de suas colocações quanto ao percentual adequado de participação acionária. Mas a norma que, preliminarmente, está sendo discutida dentro do Ministério de Minas e Energia para essa área situa-se entre 15 e 30% - ha uma flexibilidade - como sugestão à Comissão Nacional de Desestatização. A decisão da Comissão. A sugestão que parte do Ministério de Minas e Energia para aquela Comissão e de que fique na faixa dos 15 a 30%.

O SR. PAULO RAMOS - Consta que o Sr. Armando Guerra, representando o Ministério, assumiu uma posição exatamente contrária à posição já expressa por V. Ex.ª.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Para esclarecer ao nobre Deputado, foi proposta - como me informa o próprio Sr. Armando Guerra, que está me assessorando nesta reunião - uma participação de 20% pela Comissão Diretora, e ele acompanhou o voto da maioria, representando o Ministério de Minas e Energia. Esse percentual se situa na faixa que o Ministério acha boa e adequada de participação da PETROQUISA no capital das empresas: entre 15 e 30%.

O SR. PAULO RAMOS - A história da Light uma história conhecida de V. Ex.ª. A Light pertencia à iniciativa privada e, no Governo Geisel, quando faltavam

poucos anos para que ela passasse graciosamente às mãos do Governo, o Sr. Ernesto Geisel, o Presidente da República à época, pagou 300 milhões de dólares e ainda assumiu um passivo de 2 bilhões de dólares.

V.Ex^a afirmou que, quanto aos ativos operacionais, o Ministério orientaria que não concordaria com a venda. A Light e a Escelsa estão incluídas nesse ativo operacional a que V.Ex^a se referiu?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Deputado Paulo Ramos, eu dizia "ativos não operacionais de cada uma das empresas em privatização". Por exemplo, um hotel que uma empresa possua dentro de Ouro Branco não é um ativo operacional, não é indispensável para que a empresa cumpra a sua meta de produzir 2 milhões de toneladas de aço por ano. Ele é um ativo não operacional, deve ter uma contemplação de preço diferenciada. Esse é o sentido.

Vou falar para V.Ex^a sobre a Light e a Escelsa. Não há nenhuma definição tomada pela Comissão Nacional de Desestatização relativamente à Light e a Escelsa. São as duas empresas que operam o setor de distribuição de energia elétrica dentro do sistema federal. Todas as outras empresas do sistema federal trabalham na área de geração e transmissão. Na distribuição, são exatamente essas duas empresas, com exceção da ELETRONORTE, que opera as praças de Manaus e Rio Branco. Quer dizer a V.Ex^a que não há nenhuma definição tomada sobre a LIGHT ou a ESCELSA.

Os estudos da Light incluem dois objetivos, dois escopos. O primeiro, fazer uma modelagem do processo de privatização. O segundo, fazer a sua avaliação. E há ainda um terceiro, que é levantar subsídios para a definição de um novo modelo institucional para o segmento da energia elétrica no País. Vou mais longe para dizer a V.Ex^a que, enquanto esses estudos estão sendo desenvolvidos...

Estive com o Governador do Espírito Santo, Dr. Albuíno Azeredo, e com vários membros da bancada capixaba com assento nesta Casa. Eu lhes disse a mesma coisa que transmiti ao Dr. José Mauricio Linares, Secretário de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro, que eles pareciam ter grande empenho em que essas empresas - a Light, no Rio de Janeiro, e a Escelsa, no Espírito Santo - permanecessem sob o comando majoritário dos seus respectivos Estados. Considero importante que a economia fluminense tenha controle sobre a Light, como acho importante que a economia do Estado do Espírito Santo governe as estratégias empresariais da sua Escelsa.

Eu lhes disse mais no que diz respeito à Light, um fato muito curioso, é que, no processo de privatização, no processo de encampação, de expropriação que houve pelo Governo, há uns 15 ou 20 anos, deu-se que a LIGHT teria sido dividida em duas: LIGHT-Rio e Light-São Paulo. A LIGHT-São Paulo virou ELETROPÁULO, e o Estado de São Paulo não pagou ao Governo federal a encampação da LIGHT paulista, fazendo com que todo o passivo do sistema anterior pesasse sobre a LIGHT do Rio de Janeiro, evidentemente, restando-lhe a capacidade de investimento; evidentemente, numa extrapolação - que pode até ter um tanto de poesia - quer dizer o seguinte, o favelado de Vigário Geral ajuda um pouco a pagar a energia elétrica do Jardim Paulista, em São Paulo.

Por essa razão, admitindo-se que há esse componente sensitivo dentro do problema da LIGHT e da ESCELSA, eu disse pessoalmente o seguinte: se os governos do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentarem modelagens e propostas para que, no programa de privatização dessas empresas, elas possam ser estadualizadas, fique bem claro que a decisão não é do Ministério de Minas e Energia. Mas a força que esse Ministério tem no planejamento energético seria colocada ao lado desses Governos Estaduais junto a Comissão Nacional de Desestatização. Se a proposta fosse feita de maneira temporânea, adequada, as próprias empresas que têm a seu cargo a tarefa de fazer a modelagem, como consultoras, poderiam estudar as propostas dos Governos Estaduais.

Considero importante que os governos estaduais tenham poder e jurisdição sobre essas empresas: que a economia dos Estados tenha sobre elas poder de influência e, eventualmente, dependendo de débitos com o Governo, poder-se-ia estudar uma forma adequada. O Ministério de Minas e Energia se colocou à disposição para colaborar. Estou aguardando que sua posição chegue no tempo adequado.

O SR. PAULO RAMOS - Aproveitando a oportunidade, já que se trata de uma questão que ename de doméstica, embora seja nacional...

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Nacional. O Rio de Janeiro continua sendo a Capital deste País, a Capital espiritual do País.

O SR. PAULO RAMOS - Até quando é esse prazo hábil? Obviamente que vamos, na Bancada do Rio de Janeiro, como um todo, assumir um empenho e fazer contato também com a Bancada do Espírito Santo, porque essa não é uma questão partidária. Embora os dois Estados sejam governados por representantes do meu Partido, não é uma questão partidária. Há envolvimento de todos os partidos defendendo a estadualização. Até quando é esse prazo hábil? V.Ex^a tem alguma definição?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Parece que 9 meses. Começou no mês de março até outubro.

O SR. PAULO RAMOS - Até quando tem que vir a contribuição dos respectivos Estados?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Eu disse que quanto mais cedo isso fosse feito, mais vantajoso, mas dentro do prazo.

O SR. PAULO RAMOS - So mais uma pergunta doméstica que me foi solicitada e que considero importante. Não tem relação com a CPI. Existe algum projeto de construção do gasoduto no Rio de Janeiro para ligar as plataformas do norte fluminense com o sul do Estado? Estão lá as plataformas da PETROBRAS.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Dispomos hoje, no terminal da PETROBRAS, próximo de Campos, de uma UPGN - Unidade Processadora de Gás Natural -, que tem feito a remessa desse gás para aquela região ligada à Refinaria de Duque de Caxias. Ela, de certa maneira, acopla-se com outro projeto de gasoduto que ligará a Refinaria de Duque de Caxias com Juiz de Fora e Belo Horizonte. Além disso, acopla-se também com o projeto de gasoduto da Bolívia, porque o Rio de Janeiro e São Paulo já estão interligados por gasoduto. Os excedentes de gás dessa malha permitirão o balanceamento de fatores muito adequados para atender o poio cerâmico do Estado do Rio de Janeiro e o póli cimenteiro.

Na verdade, o Rio de Janeiro é atualmente o grande consumidor de gás: dos 8 milhões de metros cúbicos de gás que o País produz, tirando a NITROFERTIL, que consome 27%, as grandes praças são Rio de Janeiro e São Paulo. Pense que, com esse investimento firme em gás que o Ministério de Minas e Energia este recomendando à PETROBRAS, teremos condições de dar um socorro termico para a cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Para encerrar, passo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Sr. Presidente, pela ordem. Preciso sair porque faço parte da Comissão de Orçamento, que está iniciando neste momento uma reunião.

Eu queria saber qual o encaminhamento que a Mesa vai dar ao requerimento que propus a esta Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Já está assinado.

O SR. EDSON MENEZES SILVA - Obrigado!

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, tenho ainda algumas perguntas a formular ao Sr. Ministro.

Eu gostaria de saber do ilustre depoente, o Sr. Ministro de Minas e Energia, Deputado Paulino Cícero, sobre o que vem acontecendo com os recursos gerados no programa de privatização, sobretudo no setor petroquímico.

A PETROBRÁS tem hoje encargos tributários, gerados em função do programa de privatização - entre os quais se cobra evidentemente o Imposto de Renda -, em torno de um bilhão de dólares, em razão dessas moedas. Mas sabemos que essas moedas recebidas efetivamente constituem um ônus para a empresa e não são recursos que vão para o caixa, mas títulos. No entanto, a incidência dos tributos é efetiva e, conseqüentemente, ela está hoje assimilando, já está diluindo esse prejuízo de um bilhão de dólares, em virtude do programa de privatização.

O que podemos fazer para minimizar esse impacto tributário na PETROBRÁS que realmente causa danos apreciáveis?

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - É com prazer que respondo ao Senador Amir Lando. Quero dizer que, durante a ausência de V. Ex^a, essa foi exatamente a 2^o indagação, formulada pelo Deputado Edson Menezes, mas eu gostaria de rapidamente simplificar a resposta para V. Ex^a.

A PETROBRÁS acumula hoje, nobre Senador, um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões de dólares de moedas recebidas nesses leilões. Aliás, um pouco menos, porque há um título de ajuste com a SIDERBRAS, feito em 1986, não derivado do programa de privatização.

No caixa da PETROBRÁS, esses títulos se valorizaram, porque foram recebidos na taxa, mais ou menos, de 40% a 45% do valor de face. E hoje, em média, situam-se em torno de 65% a 68% do valor de face. Houve uma positiva valorização, mas é certo que eles representam uma queda em relação ao patrimônio original da empresa.

Seria bom para a PETROBRAS utilizar agora esses títulos, alavancando recursos para melhorar o seu perfil de dívida. Ela está recomendada a fazê-lo. Essa é uma recomendação recente, feita há poucos dias para a instituição, que já bateu às portas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Assim, está-se estudando a forma de aproveitar esses títulos para gerar, como eu disse, recursos quentes que possam mudar o perfil de endividamento da PETROBRAS e diminuir seu passivo financeiro.

Mas isso tem de ser feito com uma definição prévia, através da área da Fazenda, da questão da incidência tributária porque, se permanecer a incidência tributária prevista em uma resolução normativa de determinado órgão, simplesmente a PETROBRAS vai entregar aquilo de graça, e isso significaria um grave prejuízo para ela e para os seus acionistas, inclusive privados.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sobre tudo para os minoritários!

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Inclusive para os minoritários, que têm direito de recasso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Isso pode gerar um dano apreciável.

O SR. PAULINO CICERO DE VASCONCELLOS - Então, tenha V. Ex^a tranqüilidade, porque, nos próximos dias, teremos uma decisão sobre essa questão. E terei prazer de passar uma correspondência ao nobre Relator da Comissão, dando conta do que se decidiu.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Tive de estar ausente para relatar uma questão da reforma agrária - trata-se de um projeto que veio da Câmara e era importante estar presente - e não sei se também foi perguntado sobre o setor de fertilizantes.

A minha pergunta é mais complexa, mas vou resumir-la. Hoje, após a privatização dessas empresas, temos de comprar fertilizantes à base de 30% mais caros, se comparado, em dólar, com o preço do ano passado. Evidente que, se computássemos os juros - até razoáveis - da moeda, mesmo com essa estabilidade do dólar, esses 30% não alcançariam nem sequer uma remuneração apenas dos juros. Ela já está agregando um excedente que inviabiliza muito a nossa produção agrícola. O preço dos nossos fertilizantes, se comparado mundialmente, está um pouco acima da média e, com mais 30%, realmente vai ficar bastante significativa a representação desses insumos. Isso nos preocupa sobretudo.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Encontramos, inclusive, nobre Senador Amir Lando, a área de fertilizantes praticamente toda privatizada no Ministério. Tivemos, assim, pouca presença, ao longo do seu processo, de descarte do poder público.

A decisão pelo Governo anterior de fazer a privatização, integrando o setor em uma opção de mercado, embutia realmente riscos potencialmente grandes.

Acredito que, pela utilização da Secretaria de Defesa Econômica e pela facilidade de importação, poder-se-á exercer sempre, sobre o preço interno desses produtos, uma saudável fiscalização. E a fiscalização pela competição externa, é o choque do oxigênio que vem de fora e que impede que os setores internos fiquem com a volúpia do lucro ou com o aumento inadequado dos preços. E, por isso mesmo, o comprometimento dos próprios custos agrícolas são essenciais para um País de 150 milhões de habitantes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E essa vocação agrícola e decantada desde Caminha!

A nossa preocupação, Sr. Ministro, no que se refere a esse processo de privatização, é a de que realmente se reordene, porque entendemos que o País está queimando a última oportunidade de resgatar recursos específicos, ativos, expressivos para redesenhar o quadro nacional.

Sabemos, sobretudo, da importância dos investimentos do Estado ainda em um processo de desenvolvimento econômico-social. No nosso estágio de desenvolvimento, o grande investidor ainda é o Estado. Existe essa idéia de que é necessário que o Estado saia daqueles setores, em que não há mais nenhuma justificativa para a sua presença, mas que não se asfixie o crescimento industrial do País. O mais importante é reordenar esses fluxos de recursos para projetar o desenvolvimento da nossa indústria, mas para isso é necessário um plano, um programa industrial. E esse programa de desestatização, está exatamente conjugado dentro de uma perspectiva de fazer este País crescer, porque a Argentina não pode servir de modelo para ninguém. Ela está em uma estagnação apavorante, e o seu crescimento industrial realmente caminha para a nulidade.

Não adianta apenas o equilíbrio das contas. A grande meta de um país em desenvolvimento é o crescimento, o desenvolvimento, e parece-me ser essa a função do Estado, que ainda não pode sair totalmente desse papel de alavancador do desenvolvimento econômico-social. Nesse sentido, a presença do Estado, em certos setores, tem esse papel fundamental.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - Tive o prazer, nobre Senador, respondendo ao Deputado Paulo Ramos, de mostrar como há, dentro do Ministério de Minas e Energia, essa preocupação que V. Ex^a tanto enfatiza.

O primeiro tópico que abordei, ao iniciar a minha pequena exposição, foi o de que realmente houvesse um programa de privatização dentro do contexto de uma política industrial.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esse é o registro que tenho aqui.

O SR. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS - E eu disse mais: o então Ministro do Planejamento, Paulo Haddad, em nossos encontros, em nossos almoços em Brasília e mesmo em Belo Horizonte, encarava sempre a necessidade de rapidamente desenvolver esses modelos, ainda que setoriais, de política industrial. Os mineiros parecem ter - essa é a tradição republicana - uma marca registrada dentro da política da República, que é exatamente a chamada vocação organizadora, a vocação ordenadora. É isso que sai da palavra do mineiro, muito mais do que do paulista, que fala no econômico ou do gaúcho, que fala em seguridade, segurança individual, segurança coletiva. O mineiro é muito preocupado com o ordenamento. Por isso, o Ministério das Minas e Energia, desde a primeira hora, cuidou de esboçar políticas industriais setoriais que pudessem ou convalidar os planos de privatização em andamento ou servir de base para o estudo aprofundado de setores que ainda não haviam ingressado no PND.

Assim, explicando ao Deputado Paulo, eu dizia que no setor elétrico temos o chamado Plano 2.010, que agora se atualiza com 2.015, e montamos uma base de estudos para aportar o máximo de capitais privados ao setor elétrico. Não chega a ser o que se chama de uma privatização do setor, porque o comando dessa área, que julgo estratégica, continua em poder do Governo. Mas queremos abrir espaço para que, ao lado do Governo, os particulares gastem a sua boa pecúnia, façam suas usinas para o seu consumo intensivo.

Temos um programa para a área de mineração, que o Presidente da República deverá assinar no próximo dia 8, encaminhando ao Congresso Nacional. São cinco projetos de lei e três decretos, embutidos aí um plano de investimentos, especialmente através da Companhia Vale do Rio Doce, configurando, por conseguinte, uma certa dose de articulação de um programa para esta área - o que não temos há muito tempo, aliás.

Aproveito a oportunidade para passar às mãos de V.Ex.^a um documento chamado "Reestruturação da indústria petroquímica brasileira". Essa é a primeira tentativa que fazemos para uma política para o setor petroquímico. Considero que aqui, de maneira sumária, está mencionado o que é essencial para uma avaliação do quadro.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, eu gostaria, para concluir, de agradecer a presença do Ministro da Minas e Energia, Deputado Paulino Cicero, e dizer que hoje tivemos a oportunidade de ouvir dois representantes do Governo Itamar Franco.

Não sei se é por uma afinidade, mas esta Comissão, como um todo, caminha muito mais lado a lado do Ministério de Minas e Energia no pensamento e, sobretudo, na visão teórica de uma questão tão importante para o País - visão doutrinária, para ser mais específico. Parece que temos muitos pontos em comum, sobretudo no sentido de aprimorar esse processo. Por certo, o bem há de vencer; por certo, poderemos avançar muito. E V.Ex.^a, hoje, deu oportunidade a esta Comissão de conhecer pontos que demonstraram que não estamos caminhando solitários. Sobretudo, o Ministério de V.Ex.^a acentuou muitos pontos que constituem preocupação comum: a execução desse programa, com as mudanças indispensáveis para o bem-estar da Nação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Devido ao feriado de 7 de Setembro, não teremos audiências públicas na semana vindoura. Porém, esta Presidência convocou para dia 14, às 15 horas, o Ministro Alexis Stepanenko, e dia 15, às 15 horas, o Ministro Alberto Goldman.

Agradecemos a presença do Ministro Paulino Cicero.

Está encerrada presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18:20min.)

Secretaria Legislativa

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 27A. REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1993.

Às quinze horas do dia quatorze do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Nelson Marquizezelli, Maurici Mariano, Elísio Curso, Adão Pretto, Dirceu Cameiro, Paes Landim, Beni Veras, Roberto Campos, Ney Maranhão, Gilberto Miranda, Jonas Pinheiro, José Thomas Nonô, Elcio Álvares, Marino Clinger, Nelson Wedekin e Rubem Medina. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Excelentíssimo Senhor Doutor Alexis Stepanenko, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, convida o depoente para sentar-se à mesa, solicita a leitura do juramento e passa-lhe a palavra para fazer sua exposição. Logo após, passa a palavra ao Relator para fazer indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Paulo Ramos, Roberto

Campos, Elísio Curvo, Ney Maranhão, Páes Landim e Beni Veras. Nada mais havendo a tratar, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 27A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 14/09/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ALEXIS STEPANENKO, MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COODENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO RAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESESTATIZAÇÃO
REUNIÃO 14/09/93 - 15h20min

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: ALEXIS STEPANENKO

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Havendo numero legal, declaro abertos os trabalhos da Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização. Ouviremos hoje o depoimento do Sr. Ministro Alexis Stepanenko, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Convido o ilustre depoente a prestar o compromisso regimental, com todos os presentes de pé.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Esta Presidência passa a palavra ao Ministro Alexis Stepanenko, para que possa fazer a sua explanação.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Ezio Ferreira, Sr. Relator, Exm^a Senador Amir Lando, prezado Deputado Nelson Marquezelli, Srs. Parlamentares, senhores assessores, senhoras e senhores:

É com o senso de alta responsabilidade que compareço a esta Comissão, entendendo que o trabalho que aqui vem sendo desenvolvido está dentro de um espírito eivado de patriotismo, de preocupação com o Estado, com a sociedade e com o patrimônio público. Ao longo dessas reuniões, esta Comissão vem levantando questões da mais alta importância para que este processo de privatização que está sendo conduzido pelo Governo seja o mais transparente possível. Espero que o Governo incorpore essas sugestões e entenda que o trabalho da Comissão é de crítica construtiva. Afinal de contas, apesar de o Brasil ter um pouco mais de know how do que outros países da América Latina, está num processo de aprendizagem, de constante aperfeiçoamento. Muitos dos debates aqui travados serviram de alerta para o Governo. É essa a orientação que o Presidente Itamar Franco tem, dado a mim, de entender que o trabalho com o Congresso é um trabalho de parceria indispensável na construção do processo democrático.

Portanto, esta é uma oportunidade não só de eu expor algumas idéias e alguns dados, esclarecendo aquilo que me for possível conforme o juramento prestado, mas também de ouvir, como tenho observado em outros depoimentos, preciosas sugestões.

Eu gostaria de fazer a minha intervenção - acredito que de forma inovadora -, tentando mostrar a V.Ex^{as}, à custa de duras penas, dados que conseguimos remontar na DEST?, com todas as dificuldades que são sabidas na coleta de dados.

Sobre o que estamos falando? Sobre as empresas estatais. Eu dividiria a primeira etapa fazendo uma equalização: qual o tamanho das empresas estatais? Quais são as suas principais características em termos de faturamento, de dívidas, de salários? Em seguida, indicar alguns males ou algumas doenças que afetam o desempenho das estatais. E cabe a todos nós, Executivo e Congresso, colaborar para que esses males sejam extintos, eliminados ou minimizados; e, finalmente, mostrar qual foi a diferença entre o que se fazia no Governo Collor e o que está sendo feito no Governo Itamar em termos de privatização, e, na conclusão, apresentar a este Plenário alguns novos rumos, já inspirados em muito no que esta Comissão vem discutindo ao longo do tempo. Esperamos que, a partir dessa intervenção, essa parceria seja mais íntima e que possamos contar com esta Comissão como um órgão de consulta face a face. Ao mesmo tempo, reafirmo que as portas da SEPLAN e do BNDES estarão, como sempre, abertas a todos os Congressistas para examinarem o que for necessário, sugerir aquilo que for conveniente, participar inclusive das reuniões da Comissão de Desestatização.

Vou me permitir, Sr. Presidente, voltar a minha época de universidade e mostrar as transparencias para ilustrar mais o que vou expor.

Em primeiro lugar, que universos estamos discutindo? São universos das empresas estatais federais, divididas em 122 empresas: empresas do setor produtivo estatal, por exemplo a Petrobras, as siderúrgicas; empresas típicas do Governo, que são as que geram receita mas dependem do Orçamento Federal, como é o caso da EMBRAPA, do SERPRO, da DATAMEC, que não tem uma independência completa em termos de receita; instituições financeiras - e aqui estão arroladas todas; lembramos sempre o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Meridional, BASA, BNDES - no BNDES, vamos ver que temos 19 empresas; as empresas constantes do Programa Nacional de Desestatização e as empresas já privatizadas. Esse é o universo que estamos trabalhando quando discutimos a privatização.

Quais são os principais grupos de empresas estatais? No setor produtivo estatal, temos o grupo Vale do Rio Doce, com 19 empresas; ELETROBRAS, 8 empresas; EMBRAER, 5 empresas; grupo PETROBRAS, 3 empresas; e TELEBRAS, 29 empresas. São as empresas operadoras mais a EMBRATEL.

Nas instituições financeiras, o Banco do Brasil com 10; Banco Meridional, 7; BNDES, 3.

De que empresas exatamente estamos falando? É surpreendente como há empresas que pouco conhecemos nessa listagem.

Nesse setor temos 50 empresas, estando incluídas as que estão em privatização e as que não estão.

Passarei estes dados à Comissão.

Creio que algumas empresas têm que puxar pela memória para que reconheçamos que é uma empresa de governo. Fica mais fácil ver agora quais são essas empresas agrupadas pelo Grupo Vale do Rio Doce: Grupo ELETROBRAS e Grupo EMBRAER; Grupo PETROBRAS e Grupo TELEBRAS. Esses são as mais conhecidas e procuradas.

São empresas típicas de governo aquelas que dependem de recursos do Tesouro. Destas 19, uma já está no programa de privatização, e as instituições financeiras, com o grupo de empresas que pertencem a cada instituição: Banco do Brasil, Banco de Investimento, distribuidoras. São empresas típicas de bancos.

-Qual o ativo dessas empresas?

Não podemos somar instituições financeiras com empresas que manufaturam ou prestam serviços. As SPS são empresas do setor produtivo e EPG? são típicas de Governo. Temos um ativo total de 193 bilhões de dólares - é uma estimativa - e um patrimônio líquido de 99 milhões de dólares.

Nas empresas financeiras, temos um ativo total de 140 bilhões de dólares e um patrimônio líquido de 24 milhões. É um patrimônio líquido normalmente menor, porque se trata de empresas de prestação de serviços.

O primeiro dado que preocupa, numa visão de acionista, sendo o Estado acionista, é que VBS é o valor da venda de bens e serviços ou, numa linguagem comum, seria o taturamento da empresa *versus* dispêndios correntes.

De 1987 até 1993, verificamos que as despesas dessas empresas toram maiores do que o seu taturamento, embora com um desempenho que vem melhorando. E, aqui, por que o taturamento está superior a despesa corrente? Porque foi orçado no PDG enviado ao Congresso.

Considero importante fazer uma comparação entre o orçamento fiscal e o orçamento das empresas estatais. Nós vemos a importância desse conjunto de empresas estatais face ao Orçamento Federal. O orçamento fiscal está mostrado na cor roxa, na cor de tijolo. Então, aqui temos os bancos e as empresas produtivas: a despesa de pessoal; o investimento. Todo o investimento do Governo Federal é menor do que o investimento dessas 159 empresas, como as outras despesas das empresas estatais são maiores do que a despesa do próprio Governo Federal.

É importante que, no PDG enviado ao Congresso, a participação do Legislativo na formulação do Orçamento leve isso em conta, porque é algo que ateta de forma muito importante a vida da Nação.

O dado que nos preocupa, que preocupa a SEPLAN é o passivo total das empresas estatais. Fazendo uma comparação, vimos que o passivo total, hoje, é de 107 bilhões de dólares e tem se mantido estável de 1992 para 1993.

Como esse endividamento se divide entre os grupos?

O principal endividamento é o do setor elétrico. O Brasil ainda não conseguiu sair da dívida resultante de todo o investimento que fez nessa área. Somando-se o setor elétrico com ITAIPU, explica-se, por exemplo, que, o BNDES, o BNDESPar seja sócio de 28% do setor elétrico. A inadimplência do BNDES nesse setor é de 4 bilhões de dólares.

Depois, o grupo petroquímico, o grupo de telecomunicações, o grupo Vale.

Como vimos na transparência anterior, como o taturamento, a venda de bens e serviços não supre as despesas, as empresas são obrigadas a procurar recursos de terceiros. Isto é, como o meu taturamento não consegue cobrir as minhas despesas, pego dinheiro emprestado.

De onde vem o endividamento das empresas? Esse endividamento é originário, principalmente, dos empréstimos internos e externos - vejam a grande fatia de dívida -: impostos e contribuições não são pagos, ou são adiados; o fornecimento de empreiteiros é bem menor do que se imagina, ou, pelo menos, do que as empresas que prestam serviços ao Governo se queixam; e das próprias estatais; e aqui há diversos outros.

Qual é a dívida vencida das empresas estatais? Isso explica um certo controle que estamos estabelecendo para não aumentar essas dívidas. Subimos de 19 para 23 bilhões de dólares, e para 23,4 bilhões de dólares, posição de abril de 1993. Esse é o montante que as empresas estatais estão devendo. Poderíamos comparar com a dívida da União também, embora sejam instrumentos diferentes.

Que empresas estatais devem?

Em dívidas vencidas, vemos novamente o Grupo ELETROBRAS, do setor elétrico; ITAIPU: dívida da COSIPA já ficou pendente; a Rede Ferroviária. São os principais grupos, as empresas que mais devem.

Essas dívidas vencidas são devidas a quem? E mais ou menos o mesmo perfil: elas constituem-se de empréstimos internos, e empréstimos externos; de dívidas às próprias empresas estatais; de fornecimentos de empreiteiros, impostos e contribuições, e diversos.

Quantos empregados existem nas estatais?

Estamos separando, em azul, empresas com bancos: vê-se uma redução que foi aquele efeito da reforma administrativa do Governo passado, sem nenhum critério, um verdadeiro cataclismo que se abateu na administração pública direta e nas estatais.

Como isso se compara com os funcionários da administração direta, incluindo os militares?

Temos praticamente, num total de 1 milhão 662 servidores, as estatais ocupando a taxa de quase 60% - uma taxa bastante importante.

Quanto se gasta com cada empregado na área estatal?

Quero dizer que esses dados são tirados dos balanços. Então, temos, azul novamente, empresas e bancos. Nisso, e preciso entender-se que não é só o salário do funcionário, mas o salário, os benefícios, encargos sociais e o provisionamento, porque, como são regidos pela CLT, é preciso que se faça provisionamento de férias, décimo terceiro, aviso prévio, etc.

Observamos aqui uma redução, também, no Governo passado e hoje estamos num nível de despesa média, no caso de empresas financeiras, em torno de 70 mil dólares/ano, e nas empresas produtivas de 25 mil dólares/ano.

Como é que se compara essa massa de despesas?

Tentamos, não numa forma muito rigorosa, porque na administração direta não conseguimos mensurar alguns benefícios, mas diríamos que o Estado tem despesa média de pessoal com os inativos e pensionistas, os servidores ativos, as empresas estatais produtivas e as empresas financeiras, e é justo que se afirme que na administração direta, onde temos a maior parte dos servidores, um milhão de servidores, realmente a despesa é muito pequena por média.

É o dado que mais preocupa porque - outros me precederam na exposição, como também os vários Parlamentares que têm intervindo - houve um momento histórico no Brasil em que se criaram as empresas estatais que foram modelos de excelência, modelos de empreendimento, modelos de avanço na tecnologia. Percebi em várias empresas estatais que conheci a chama, o vestir-a-camisa, o trabalho sem horário, o trabalho sem mordomias; e, depois, nesses últimos anos houve uma deterioração desse espírito empreendedor, desse espírito que vestia a camisa da PETROBRAS, da TELEBRAS. Houve uma renovação, e os novos quadros não assumiram, ou a própria gerência não teve a preocupação de ganhar ou de fazer a cabeça desses empregados e funcionários para manter aquela chama. Houve um divórcio entre a alta administração e o corpo funcional.

O Presidente Itamar, uma vez, perguntou-me o que achava do corporativismo, ao que lhe respondi: "o corporativismo, Presidente, pode ser um bem ou pode ser um mal." O corporativismo, permite-me a licença sociológica, foi um mecanismo de defesa do corpo funcional para se proteger da direção e do ambiente externo. Foi uma forma de defesa natural e ocorre com qualquer agrupamento humano, principalmente trabalhando, e empresas que sotreram influências do choque econômico que se abateu sobre a Nação em 1982: sucessivos governos, sucessivas modificações na administração. Então, esse corporativismo faz com que a casa se proteja. Mas, por outro lado, ele representa uma grande vantagem, porque tem, como ninguém, espírito de corpo que, sabendo uma administração que tenha visão do que é motivação, pode ser aproveitado e transformar e compartilhar com a sua equipe de funcionários as soluções para que a empresa saia dos problemas e continue a sua sobrevivência, servindo à sociedade.

No exame que fizemos, arrolamos alguns problemas que explicam a questão das estatais, como atetam o desempenho. Isso não é responsabilidade do empregado, nem do operário, é uma responsabilidade de governo para com a administração das empresas estatais.

Primeiro, há uma falta de sintonia entre diretrizes governamentais e empresariais de cada empresa. Faltou-nos o hábito de dizer aos Ministros o que esperamos de cada empresa estatal, qual a sua missão, qual o seu papel dentro da sociedade, o que desejamos dessa empresa. A falta de uma definição de missão, de objetivos, faz com que haja um dessintonia. E vamos lembrar que este País não planeja há mais de 10 anos, não estamos vendo a frente, não há definições de diretrizes. O que posso esperar de uma empresa, onde coloquei uma diretoria que não tem uma sinalização correta sobre o que se deve esperar para o futuro? Como é que essa direção pode orientar os seus subordinados? Então, este é um problema de governo.

Por outro lado, nós, Governo, enquanto Governo, não temos uma atitude de acionista em relação às empresas estatais no sentido de negociar resultados. Que resultado espero de cada empresa? E preciso deixar isso claro, como qualquer empresário faz quando acionista de uma empresa da qual faz parte.

Falta de continuidade administrativa na gestão e interferência política. Tivemos aqui o Governo Figueiredo, o Governo Sarney, o Governo Collor, o Governo Itamar; a direção da administração sofre com essa descontinuidade. São novos diretores de finanças, de produção, de comercialização, e isso explica também que, sem continuidade na alta cúpula, é difícil uma empresa progredir.

Corporativismo nas relações trabalhista foi uma consequência da própria defesa. Os empregados, não se vendo mais protegidos pelos seus Ministérios ou pelo Governo, tiveram essa tendência natural, sociológica, de sobreviverem, de se fecharem e passarem a lutar pelos seus interesses pessoais, muitas vezes em prejuízo dos objetivos maiores da empresa.

Processo de licitação. Ser administrador de uma empresa estatal é um grande desafio. Quem é administrador de uma empresa privada tem o poder de demitir, admitir, promover, pagar salários, dar prêmios por desempenho, contratar a melhores

preços, enquanto que o administrador da empresa estatal é inteiramente amarrado por uma legislação e por um excesso de controles: mesmo assim, o Governo obriga a empresa estatal a ter um desempenho equivalente à empresa privada.

Processos de licitações, por exemplo: hoje levam 45 a 50 dias: uma empresa que está competindo com uma empresa privada que compra em 24 horas ainda tem que seguir um plano moroso para dar a transparência. Mas há uma tendência cada vez maior de se colocarem regras da administração direta para uma empresa e pedir que essa empresa seja competitiva no mercado. Isso é muito difícil.

Excesso do controle dos meios, em prejuízo da falta de controle de resultados. Pedimos balanço, atuamos e auditamos sobre os meios e esquecemos de cobrar os resultados. Pedimos balanço, atuamos e auditamos sobre os meios e não esquecemos de cobrar os resultados - quantos dividendos por Estado. Negociar lucro, dividendos, benefícios para a sociedade, para os consumidores. Por exemplo: uma queda relativa e real do crescimento de taxas e tarifas, ter uma contabilidade de custo. Poucas empresas têm uma contabilidade de custo, enquanto é normal que uma empresa privada tenha contabilidade de custo.

As tarifas no Brasil tem sido, já de há muito tempo, mais uma questão política do que uma questão empresarial, o que prejudica a capacidade da empresa de fazer investimentos.

Quanto à questão do endividamento, se os preços são controlados, a empresa enfrentará dificuldades para superar suas despesas. Há também a questão de mentalidade. As nossas empresas estatais ainda são predominantemente voltadas para a idéia de produzir a qualquer custo, em vez de adotarem uma nova visão que dê ênfase ao cliente ou ao usuário, ao consumidor ou à sociedade. Por exemplo: quando o sistema de telecomunicações foi implantado no Brasil, determinou-se que haveria um telefone para cada brasileiro, preferencialmente nas residências. Setenta por cento dos telefones, se não me engano - e esta informação pode ser corrigida pelo pessoal do Sistema TELEBRAS - encontram-se nas residências. Foram implantados telefones em cidadezinhas pequenas, onde as pessoas não os usam, porque o hábito de enviar o menino para convidar um compadre para almoçar. Há telefones na Ceilândia, que permitem comunicação, via ligação direta, com Tóquio e Pequim. Atribuo isso ao fato de que profissionais preocupados em obter perfeição na área de engenharia utilizam tecnologia, esquecendo-se que em muitos casos seria mais adequada a implantação de telefones que não fazem Discagem Direta Internacional, o que poderia diminuir o seu custo.

A CGT reclama que pensamos em produtos muito caros, quando deveríamos ter produtos condizentes com o perigo do Brasil. Até hoje eu me espanto, Srs. Congressistas, lembrando-me dos filmes em preto e branco de Humphrey Bogart, em que ele chegava em um bar dizendo: 'Estou esperando uma ligação.' E havia uma cabina telefônica no bar por meio da qual ele fazia e recebia ligações. Nós estamos em 1993, temos mais de 200 mil aparelhos que ainda não recebem ligações. Em alguns casos, em comunidades mais pobres, o sistema está implantando a possibilidade de chamar e receber.

Acredito que a tecnoburocracia, na inauguração, quis fazer o melhor. E é essa a consequência do fato de a empresa estar excessivamente direcionada para a tecnologia, não percebendo as reais necessidades da sociedade. No caso da telefonía nos Estados Unidos e no Canadá, há linhas compartilhadas por 13 a 16 assinantes. No Brasil, não conseguimos fazer linha que possa ser compartilhada por dois. Para isso há uma resistência interna.

Uma outra consequência é a valorização da competência técnica. Os funcionários são valorizados e guindados a posições de chefia à custa de seus PhDs e cursos de mestrados na área técnica e não tanto na área gerencial. Quem tem a familiaridade com a empresa estatal percebe que falta **management**: a gerência da sua equipe. São técnicos excelentes e do mais alto gabarito, mas há uma falha na sua formação no que se refere ao desenvolvimento gerencial.

Quais os caminhos que temos? Ou empreendemos um constante esforço de melhoria da empresa estatal, ou abrimos o seu capital para privatizá-la. Aqui elencamos algumas sugestões - este seria um caminho. Seria a compatibilização dos objetivos empresariais com os de Governo e da sociedade - empresa, Governo e sociedade. Verificaríamos o que pretendemos em termos de telecomunicações, em termos de pesquisas tecnológicas na área da agricultura. Em outras palavras, estabelecer uma grande harmonia, uma grande integração entre sociedade - o consumidor, o usuário e o cliente -, o Governo e a própria empresa.

O CCE poderia atuar mais como um fórum de acionistas, procurando uma gestão corporativa do que um órgão à caça de bruxas, estabelecendo controles e tornando a vida das empresas mais difícil: uma atuação efetiva do acionista majoritário, via conselhos de administração e fiscal - passem os Srs. Congressistas - vez que estive no BNDES e nenhuma reunião do Conselho Administrativo foi feita. Estamos revendo essa participação, pois é fundamental que o Conselho de Administração seja ativo. Estamos treinando, vamos fazer uma cartilha para que os conselheiros tenham poder, inclusive, de verificar e discutir com a Diretoria, prevenindo o problema.

A responsabilidade dos administradores na gestão - já fizemos o primeiro contato de gestão com a Vale do Rio Doce, estamos em preparo final com a PETROBRAS: estabelecimento de código de ética; capacitação profissional do dirigente da estatal; desenvolvimento gerencial; atualização constante e tecnológica, mas, principalmente, modernização da gestão, qualidade e produtividade; saneamento

financeiro: busca de capital de risco - para sair do endividamento; estatuto das empresas estatais com definição das instâncias de poder administrativo; a participação dos empregados na gestão - porque é, também, uma forma de ganhar o corporativismo; será contar a responsabilidade da co-gestão; uma regulamentação mais clara dos serviços em produto e ênfase no controle de resultados.

E isso que, na SEPLAN, pensamos em termos das estatais que não estão incluídas no programa de privatização.

Quanto às empresas, gostaria agora de voltar ao Programa de Privatização e chamar a atenção para o fato de que o Brasil já vem caminhando nesse campo. Esse trabalho de privatização teve início no Governo Figueiredo, quando o nosso know-how começou com a venda de participação ou reprivatizações de empresas - foram feitas 20 no Governo Figueiredo; depois, no Governo Sarney, tivemos a continuidade desse processo (os valores de 190 milhões de dólares e 535 milhões de dólares); depois, no Governo Collor, aí, sim, houve a privatização e não só a venda de participações, em que houve 14 num total de 3 bilhões e 500 milhões de dólares. No Governo Itamar Franco, de novembro a setembro - não entram todas, são só citadas as principais - foram 9, num total de quase 3 bilhões de dólares que, somados à ACOMINAS, dá 3 bilhões e meio; quase o mesmo número do Governo Collor. De 1981 até 1993....

O SR. PAULO RAMOS - E a CSN?

O SR. MINISTRO ALEXIS STEPANENKO - É que ela não está emburda; so estão incluídas as principais e, certamente, ela teria que ser colocada aqui. Foram 71 empresas privatizadas ou reprivatizadas ou em venda de participações, num total de 7 bilhões de dólares e 123 para o Estado.

Com a assunção do Governo Itamar - é claro que o Presidente já havia manifestado uma grande preocupação sobre o processo de privatização e sua transparência, desde o início e esta é uma preocupação constante - ela não parou. Tanto que o Presidente recebeu a Comissão Parlamentar de Inquérito, ouviu as importantes ponderações e retez algumas decisões como no caso da NITROFERTIL em Sergipe. O Presidente está sempre atento às críticas, às sugestões, entim a tudo que possa apertear o processo.

Fizemos uma listagem de pontos que foram aperteados no Governo Itamar Franco. Há uma coluna sobre os itens, do período Collor e do período Itamar. O Presidente, no período Collor, não era ...(?); no período Itamar, o Presidente avoca a qualquer ponto do processo de privatização. A moeda corrente, no Governo Collor, não era prevista e, hoje, há um mínimo obrigatório, dependendo da empresa a ser privatizada. As reuniões das Comissões Diretoras eram fechadas; no Governo Itamar, são abertas, com a participação de funcionários, de trabalhadores, de religiosos que participam e opinam.

A Comissão Diretora e o BNDES era uma gestão unificada pelo Presidente e agora são gestões independentes: há o Presidente do órgão gestor e o Presidente da Comissão Diretora. A participação dos empregados era limitada em até 10% e, no Governo Itamar, em 20%; - e desejamos que seja maior. Sobre a participação do Congresso Nacional na aprovação de nomes, já existe uma medida provisória no Senado sobre apreciação dos laudos finais e uma emenda do nobre Senador Jarbas Passarinho, em que o Senado indicaria os 5 nomes que estão para ser votados.

Critérios para preço mínimo no Governo Collor: mercado, citação da empresa e rentabilidade. No Governo Itamar: mercado, citação de empresa, rentabilidade, valor dos ativos, valor patrimonial, valor da liquidação e valor da reposição do ativo.

Terceiro avaliador: não foi usado no Governo Collor e usado no Governo Itamar.

Auditoria patrimonial: era um serviço dentro de um outro grupo e aqui passou a ter independência.

Trabalhos escritos das consultorias: nenhum acesso ao público e agora amplo acesso ao público.

Capital estrangeiro: até 40 e agora até 100%.

Modelos: modelo único, embora a lei permita usar vários modelos, houve mudança no modelo de privatização, graças aos alertas da CPI.

Detesa da concorrência: era implícito e agora nós estamos tornando explícito.

Preocupação com o meio ambiente: não havia e passou a ser obrigatório.

Recursos humanos: não havia nenhum, e o novo proprietário deverá treinar a mão-de-obra, que eventualmente será demitida para a sua absorção no mercado, existe um prazo para isso.

Aplicações: amortização da dívida: além da dívida, os recursos da privatização são aplicados na saúde, ciência e tecnologia, segurança pública e meio ambiente.

Os problemas legais: eram muito maiores no Governo Collor e agora já foram aperteados, são menores.

Fundo de pensão: eram livres e agora há uma certa limitação para não haver uma estatização do processo.

O grupo de trabalho do Ministério da Fazenda, SEPLAN e BNDES: estamos muito curiosos com as sugestões a serem recebidas da CPI, traçando novos rumos para o aprimoramento do processo. Primeiro, não há dúvida que um dos pecados

fundamentais da privatização, por terem ficado as suas informações, a sua metodologia e os seus critérios techados durante muito tempo. Tive dificuldades de ver que o primeiro problema era um problema de comunicação, de tal forma que cada cidadão entendesse os critérios pelos quais as empresas estavam sendo vendidas - o povo, os empregados e toda a sociedade.

E preciso que se abra essa discussão, é preciso explicar o que são critérios econômicos, como fluxo de caixa, que não é de fácil entendimento ou percepção imediata.

Maior democratização do capital, dinamização do processo com novas metodologias, porque a metodologia atualmente utilizada é cara, lenta e, mesmo assim, discutida. Podemos encontrar formas mais criativas. Por exemplo, no caso da NITROFERTIL, uma solução seria voltar para PETROBRAS, como também vender ações da NITROFERTIL no próprio Nordeste, democratizando o capital para que o empresário nordestino ficasse com uma parte e a PETROBRAS pudesse ficar com a outra. Temos que pensar nessas novas metodologias, eliminar os erros e as distorções; muito tem se discutido, e vemos como pontos importantes para o aperfeiçoamento do processo, para uma reorientação do processo, para seu esclarecimento e transparência.

Meios: vamos desenvolver a CADE, Secretaria Nacional de Defesa Econômica, o Tribunal de Contas, que já está participando, destinar parte do capital para venda ao público por meio da rede bancária de balcão. Esse capital é do povo brasileiro, que é o contribuinte, e é justo que ele participe desse capital.

Facilitar acesso aos trabalhadores através do uso optativo dos fundos sociais, ou seja, o trabalhador terá a opção, não será retirado dele; ele o fará, se assim o desejar.

É preciso que, ao invés da poupança na ciranda financeira, criemos no brasileiro o hábito de ter a poupança do patrimônio de empresas produtivas, provocando até uma revolução na questão brasileira, de estimular outras empresas a abrir o seu capital.

E, se possível também, negociar a dívida ou o passivo trabalhista que, em várias empresas - no caso, a rede ferroviária - é muito grande. Aumentar a participação em cruzeros reais, vender controle e guardar ações preferenciais que serão, mais tarde, valorizadas. Esses são os novos rumos: não são definitivos - poderão surgir mais 20 sugestões. Estamos abertos para receber as sugestões, meditar e refletir, como disse no início, numa parceria fundamental entre o Governo e o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Srs. Congressistas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Amir Lando, que fará as suas indagações.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Alexis Stepanenko:

Em primeiro lugar, gostaria de registrar a preocupação manifestada por V. Ex^a relativamente ao aperfeiçoamento do processo de privatização. As notícias e os depoimentos de V. Ex^a constituem um alento para esta Comissão, que quer, realmente, aperfeiçoar o Programa Nacional de Privatização. Em verdade, a concepção desse programa vem do Governo anterior. Ele o submeteu ao Congresso Nacional, que, nesse momento, praticamente homologou o modelo vindo do Poder Executivo.

É claro que a nossa preocupação está em preservar um patrimônio imenso do povo brasileiro, ativos da ordem de 90 bilhões de dólares - como V. Ex^a acaba de transmitir a esta Comissão: ativos que não estão incluídos, na sua totalidade, no Programa Nacional de Privatização, mas que, das 33 empresas - e agora são 31 as mencionadas por V. Ex^a, não sei por que essa pequena diferença, se sou eu que estou enganado ou se é, realmente, erro na relação - nos últimos dez anos, consumiram algo em torno de 21 bilhões de dólares. Podemos citar que cinco delas absorveram 20 bilhões de dólares em números redondos.

É claro que a nossa preocupação é saber para onde foi esse dinheiro. A nossa preocupação é exatamente esse compromisso que V. Ex^a descreve como uma forma de aperfeiçoar a responsabilidade da gestão. Alguém tem de responder ao povo brasileiro: isso não passará em branco. Esse processo de privatização, que aliena ativos imensos, pode ser questionado no seu modelo, que não foi estabelecido por V. Ex^a nem pelo Governo Itamar, mas um modelo que vem sendo imposto à Nação goela abaixo com toda a força da mídia, sem possibilidades de qualquer revisão crítica. Felizmente o Governo, agora, sobretudo na pessoa de V. Ex^a, tem manifestado essa preocupação.

Não estamos aqui para atrapalhar, como insinuam alguns Ministros. Estamos aqui para questionar, para dar essa transparência. E o Governo quer, o povo brasileiro deseja, e nós não podemos, na condição de representantes do povo brasileiro, envolvendo a soberania popular, renunciar ao dever constitucional de fiscalizar esses atos. Não se trata de duvidar da lisura, mas até de questionar o modelo na sua concepção. E o Congresso tem esse dever - para não dizer esse direito.

De qualquer sorte, eu não poderia deixar - e essa não é a minha metodologia em perguntas que faço - de registrar o empenho de V. Ex^a no sentido de dar uma resposta ao povo brasileiro sobre o que realmente vinha acontecendo no processo de privatização. E, sobretudo, as sugestões que V. Ex^a elencou na transparência que há pouco tivemos oportunidade de ver, que são, em parte, as mesmas preocupações desta Comissão - e eu poderia dizer, em sua maioria.

Quero, mais do que isso, destacar a coragem de V.Ex^a de também levantar alguns pontos que, aparentemente, eram questões fechadas, eram perguntas respondidas, mas que por uma visão crítica passaram a ser revistas, sobretudo visando à defesa do patrimônio público.

É difícil encontrar neste momento alguém que defenda o patrimônio público. Há um saque no Estado brasileiro e esse saque vem desde há muito montado no desmonte do Estado. E quando se questionou a função do Estado, não se a questionou para buscar o aperfeiçoamento. Procurou-se, sim, desmontá-lo, deixar terreno livre para os interesses oblíquos - e por que não dizer ilícitos? - ganharem terreno com muita facilidade. Alguém tem que zelar por este patrimônio. Na minha infância, o zelador da escola cuidava do patrimônio da escola, e quando alguém quebrava um vidro era repreendido e tinha que etetivamente devolvê-lo para que fosse recolocado no lugar.

Vejo que esse papel do zelador no processo de privatização cabe ao Ministério de V.Ex^a. E por isso que eu quis registrar a posição sadia que V.Ex^a está procurando impor na condução desse programa. É claro que existem divergências, mas acredito que, quando existe boa vontade, é possível dissipá-las enquanto há essa parceria no Ministério do Planejamento.

E por isso que fiz questão de fazer esse registro, tujindo um pouco, como eu disse, à sistematica do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Tem a palavra o Ministro Alexis Stepanenko.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Agradeço as palavras do Senador Amir Lando, que são incentivo não só para o Ministro, como para toda a equipe da SEPLAN e do BNDES.

Nesse propósito, estamos reconhecendo o desmonte do Estado e muito preocupados com a sua recuperação e com a forma de podermos fazer um trabalho de parceria, de envolvimento dos empregados das empresas estatais, para que recuperemos a nossa capacidade de servir ao público, seja através das empresas, seja através dos serviços públicos.

Não há dúvida de que o Senador Amir Lando, com muita propriedade, levantou a questão da necessidade do aperfeiçoamento do processo, que é a atividade, um objetivo desta Comissão que acompanhamos com muito interesse.

É certo também que herdamos uma metodologia, com a inclusão de empresas do Governo anterior. Não vemos apenas que a solução é privatizar ou não privatizar. Precisamos de uma política de privatização e de diretrizes: precisamos até discutir com o Congresso Nacional. Serão essas ou aquelas as empresas? Quais são as conveniências para a sociedade brasileira?

Senador, acho que da diferença das trinta e três empresas é que não incluímos a Fink, que é uma subsidiária da Siderúrgica Nacional, e a USIMEC, que é uma subsidiária da USIMINAS; vamos chegar aos mesmos dados.

Para onde foram os vinte e dois bilhões? - é uma pergunta que fazemos. É preciso lembrar que no Governo passado os dados da SEST - Secretaria de Controle das Empresas Estatais - foram simplesmente colocados no corredor e destinados à reciclagem de papel. Atualmente a equipe, que conta com cerca de cinquenta técnicos do mais alto gabarito, está tentando recuperar a memória, inclusive junto às empresas, entrevistando outros secretários. Temos que aprender com o passado. Não devemos inventar a roda. Estamos conversando com todos os que passaram pela SEST para aprender com seus os erros, e os cometemos também. Espero, amanhã, poder transmitir isso a outros. A intenção de todo o administrador é o acerto. Estamos recompondo, mas esta difícil sabermos para onde foram esses recursos.

O SR. PAULO RAMOS - Permite-me um aparte, Ministro?

O Sr. Antonino Trevisan, da Trevisan Consultoria, foi Secretário de Controle das Estatais durante o Governo Sarney. Ele deve ter esses dados. Não é estranho que ele seja da empresa de consultoria que vem fazendo a maioria das avaliações? Não seria melhor consultar logo o Sr. Antonino Trevisan?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Já o estamos consultando. Ele não tem os detalhes que levou do arquivo para casa.

Outro coisa interessante é que o próprio Antonino Trevisan era da SEST e esta permitiu até que essa sua consultoria se tornasse mais conhecida. Independente de nenhum preconceito - ele é um profissional - também ouvimos idéias. Agora, nesse trabalho de consultoria, está trabalhando diretamente dentro das empresas. Ouvimos. Deputado, dentro daquele espírito de sabedoria oriental: ouvimos sem preconceitos para depois refletir sobre a questão, discutir e tirar as lições que são necessárias, de acordo com a nossa postura técnica, profissional e até ideológica.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Ministro, eu gostaria que ficasse bem esclarecido o que até hoje estava obscuro. V.Ex^a tentou, numa determinada transparência, separar os papéis do BNDES da Comissão de Desestatização.

O BNDES é gestor do Fundo; a Comissão é gestora do Programa. O que isso significa? Quais os papéis de cada um desses órgãos? Quem tem a representação jurídica do Programa Nacional de Desestatização?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Vou responder a pergunta, mas creio que o depoimento do Vice-Presidente, o nosso amigo Agripino, deve ter esclarecido bem a questão. Realmente, as coisas no início eram muito confusas. Fui ao Banco em dezembro, substituindo o Vice-Presidente, Marcos Viana, inclusive com a incumbência de o Presidente Itamar de prestar atenção ao processo de privatização. Naquela ocasião, era uma Diretoria totalmente nova, com o Presidente Barros de Castro. Agora, estamos começando a entender o processo de privatização. Inicialmente, tivemos um trabalho com o Dr. Jose de Castro, que foi toda a revisão do processo, que chamamos de decreto, que veio a culminar com a separação do Presidente da Comissão com o órgão gestor.

O banco ficou, no período do Governo Collor, inteiramente inibido nos seus objetivos-fins, porque a privatização ocupava 95% do tempo dos dirigentes. Tanto foi assim que as características do banco, aquelas para as quais ele foi criado, ou seja, de órgão de fomento, sinalizador do desenvolvimento, ficaram prejudicadas nesses dois anos em termos de investimentos.

A grande vedete foi a privatização.

E numa pesquisa com os próprios empregados do banco, verificou-se que 75% deles eram contra a atenção que a diretoria dava ao Programa de Privatização, que trouxe prejuízos ao banco.

Esse decreto que foi discutido com a Consultoria-Geral da República, sob a liderança do Dr. José de Castro, foi no sentido de separar as funções, para que o banco pudesse voltar, como de fato voltou, a ocupar seu espaço. Na administração do Presidente Delben Leite, foram lançados vários programas, entre os quais há um que considero muito importante: o Nordeste Competitivo. Isso facilitou os trabalhos.

Mas essa questão da Comissão de Privatização e de órgão gestor não é organizacionalmente muito fácil de ser resolvida. Há uma mescla. Procuramos dividir isso de uma forma mais clara, mas eu não acredito que esta organização ainda seja a melhor. Precisamos trabalhar com mais atino para haver uma separação real, para que o órgão gestor tenha um papel puramente técnico ou de assessor a comissão.

Sei das críticas. Por exemplo, presenciei, na comissão, o ex-Vice-Presidente João Agripino queixar-se sobre a vinda de materiais, de laudos imensos que negavam no dia anterior, às vezes no mesmo dia e da dificuldade de os representantes os examinarem em tempo hábil.

O sentimento que percebi pelo depoimento do Presidente João Agripino foi de atropelamento, da dificuldade de efetuar uma opinião mais técnica, mais abalizada, e tendo que decidir - muitas vezes ele se absteve porque não dispunha desses elementos.

Sendo Vice-Presidente do BNDES, na ocasião, tive eu também dificuldades, apesar de ter solicitado que me fosse feita uma exposição sobre a metodologia da privatização; também as tive quando percebi que havia o problema de comunicação. Tentamos distribuir, em janeiro, uma cartilha para que o homem comum entendesse o sistema de vendas, mas não conseguimos em virtude dos entraves burocráticos de licitação. Também enfrentamos dificuldades de trazer o processo de privatização, antes mesmo da CPI, para o próprio Congresso por meio de um seminário interno.

Mas alguma coisa foi feita. Foram chamadas as Centrais Sindicais, para torná-las explicações. Isso, porém, não é suficiente. Na medida em que existem críticas, isso significa que estamos comunicando mal, estamos explicando mal. Esse era um sinalizador poderoso.

Eu não pude concluir essa tarefa, Senador.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E como Ministro o senhor não teria condições de aprofundar esses pontos?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Com as modificações feitas, com o novo Presidente, Dr. Pêrsio Arida, temos todas as condições. Também em função do afastamento do diretor competente, Dr. Sérgio Zenaron - tão influenciado pela própria metodologia que já está perdendo um pouco dessa visão crítica - creio que teremos todas as condições. A Casa, o BNDES - e preciso que fique claro - é uma casa sã. Se por um lado, no Governo passado, a privatização inibiu as atividades-fins do banco; por outro lado, o banco escapou da destruição feita pelo Dr. João Santana, que descontou às vezes que tenha PHD em Auschwitz, para destruir o Estado dessa maneira.

Eu conto na Casa, na competência, no patriotismo da Casa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Falo isso, porque, na verdade, a liderança do processo de privatização ainda se encontra no BNDES. E nessas funções institucionais eu, realmente, não vislumbro. Quem representa em juízo a União - porque nesse caso o patrimônio é da União - tem sido o BNDES. Não entendo nem que ele tenha representação processual para atuar em juízo. Mas esse é um ponto jurídico.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - São os dois. A AGU também participa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A AGU, sim. Mas não está muito claro, o senhor tem razão. A AGU começou recentemente.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Fevereiro.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas, até então, praticamente era só o BNDES, que fez escola. Acho importante a definição institucional.

Eu tenho aqui um ofício dessa Comissão dirigido ao Presidente do BNDES. O Ministro Fernando Henrique Cardoso, estando aqui nesta Comissão dias

atras, afirmou que o BNDES detinha títulos da dívida agrária e estava transferindo-os a vários compradores das estatais.

Na verdade, o BNDES já procurou tecnicamente firmar que ele não financia, ele vende moeda, vende a prazo. Quem vende a prazo financia. Vende com 10 anos para pagar 2 de carência a juros de 6% ao ano. Mas o importante, no meu entender, para não entrar nessa questão semântica, é que o Ministro aqui falou que tinha TDAs e que esses estavam sendo vendidos. E num ofício muito sucinto, quando esteve aqui o ex-Presidente Delben Leite, nós procuramos entarçar que a resposta era inservível porque era sucinta, no mínimo, e não explicava praticamente nada. Já que o nosso requerimento tinha que ser encaminhado ao Presidente do BNDES para informar a esta CPI as quantidades, os tipos de moedas-podres - essa é uma linguagem que pode ser questionada mas corrente - existentes naquele agente financeiro, bem como de quem, quando e como foram adquiridas.

Em outras palavras, queríamos uma resposta ampla a respeito da composição desses créditos por tipo e quantidade de valor. Em resposta ao ofício da CPI, talaram que tinham debêntures da SIDERBRAS no valor total... Em outras palavras, são essas moedas securitizadas.

Eu queria saber se realmente o BNDES detinha TDAs. Se os tinha, quando vendeu, pra quem vendeu, de quem adquiriu, etc. etc? Porque também o Presidente do Delben Leite entarçou que não foram adquiridas moedas, mas que recebeu. Ora, aquisição pode ser de várias maneiras, inclusive compra e venda, mas não necessariamente a compra e venda. É o gênero.

Ministro, eu queria exatamente, do BNDES, já que mudou agora a diretoria, que V.Ex.^a recomendasse que nos fosse respondido, em todos os termos, o Ofício desta CPI nº 58/93, para que pudessemos analisar que valores são esses. Se o senhor tem algum dado a esclarecer a respeito, independente do BNDES, poderia fazê-lo.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - É estranho que eu não tenha sido informado sobre esse ofício, porque temos dado prioridade aos pedidos e requerimentos desta CPI, ou de qualquer Parlamentar.

Felizmente, a informação que obtive ontem que o nosso estoque de moedas-alternativas ou podres - que foi a linguagem que pegou - está quase no fim. Não devemos ter mais do que 100 milhões. Possuímos aqui talvez dados sobre a quantidade de moedas disponíveis. Podemos passá-los a V.Ex.^a e depois tirar xerox. Essa posição não incorpora a ACOMINAS.

Como se pode perceber nesse quadro, a maior parte de moedas ainda disponíveis no mercado são as chamadas MITFAS(?), que são Títulos da Dívida Externa.

O tipo de empresas que estamos privatizando não atraiu o capital externo.

Entretanto, tenho a convicção, Sr. Senador Amir Lando, que o grande problema da privatização nem está dentro do BNDES, mas no comércio de moedas alternativas feito pelo próprio mercado. Como surgiram essas dívidas? Antes da tomada de decisão, alguém já sabia. Alguns grupos correram ao mercado e compraram por um preço muito baixo e passaram a vendê-las. Quando a data dos leilões se aproximou, essas moedas alcançam 75% do valor de face. E isso precisa ser controlado. O apelo que faço à Comissão é que V.Ex.^{as} tosem até esses grupos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estamos indo, Ministro. O senhor imagina as dificuldades. Este era um capítulo sagrado, inacessível. Eram os sete selos do Apocalipse. Nós, aos poucos, estamos destraldando alguns. V.Ex.^a destraldou alguns também. É preciso registrar o trabalho de V.Ex.^a. Então estamos nesta linha.

As informações que nos vieram evidentemente não estavam completas. Possivelmente V.Ex.^a não o saberá, porque essa decisão do BNDES é anterior. Como foram securitizadas as moedas, foi uma decisão de Governo, do Governo anterior. E ninguém sabe, por exemplo, por que entrou indenização de um porto fluvial do Pará? Se V.Ex.^a tiver essa resposta - que, creio, dela não dispõe -, eu gostaria até de saber quais os critérios que levaram a incluir no cesto de moedas a indenização de um porto fluvial do Pará? V.Ex.^a tem algo a acrescentar?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Eu não tenho resposta a esse item em especial.

Mas faltou, no Governo passado, uma política de privatização. Como é que as empresas eram incluídas? Por meio de um ofício ao Ministro, perguntando quais as empresas que ele achava que deveriam ser privatizadas.

Hoje devemos definir uma política de privatização, quais as empresas que estrategicamente interessam ao Estado, para que, nessas, ele continue presente.

Por outro lado, sabemos que o Estado precisa diminuir. Repito o que V.Ex.^a sempre diz: não sou contra a privatização, mas sim a forma como ela é feita e serei contra sempre que a privatização prejudicar o Patrimônio Público. Portanto, temos que fazer um exame em conjunto dessas empresas e estabelecer uma política estratégica. Fica muito difícil discutir-se quais devem ser incluídas. Mas qual é o critério para incluir uma determinada empresa? O fato de ela estar endividada? Foi mal gerida? Agora, esta sendo bem gerida!? Entim, temos que fazer um esforço. Não basta discutir a metodologia de privatização, mas é necessário estabelecer uma política para resolver de quais setores devemos sair.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Exatamente. Tenho feito uma série de indagações nesse sentido e dentro dessa linha pergunto: essa seria uma parte de uma política global, de uma política de industrialização do País? Se assim for, esse programa de privatização deveria ser embutido num programa de um modelo industrial brasileiro. E é claro que o Estado tem que se retirar de certos setores em que não há mais sentido social, nem prático, nem conveniência administrativa ou pública para a sua permanência. Daí vem uma questão: o Estado brasileiro tem hoje uma programa industrial de longo prazo?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Política industrial de longo prazo? O Ministro da área é banqueiro. Creio que nunca vamos te-la.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Eu banqueiro?

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Ministro da área. Então política industrial não vai acontecer nunca.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Não. Vai acontecer, sim.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nobre Senador Gilberto Miranda, é evidente que a colocação de V.Ex.^a tem um sabor crítico, mas me parece que essa preocupação deveria estar ligada diretamente ao Ministério do Planejamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Vou tentar complementar a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Vamos colocar ordem nos trabalhos. V.Ex.^a tem que concluir seu pensamento com suas palavras e deixar que o Deputado Paulo Ramos faça seus comentários na hora devida.

O SR. PAULO RAMOS - Só desejo um aparte para complementar, para facilitar os trabalhos.

Na hipótese de inexistir uma política industrial, o que vem sendo confessado aqui por todos aqueles que prestam depoimento da área do Governo, por que não discutir primeiro essa política industrial e a razão pela qual o Governo continua privatizando? Não há definição. Quais as empresas que tudentalmente devem permanecer sob a tutela do Estado? Não há definição de nada, mas o Governo continua privatizando, cumprindo um cronograma elaborado pela administração anterior, reconhecidamente corrupta. Quer dizer, como é que saímos desse impasse?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Saímos desse impasse através da avaliação que está sendo feita na CPI e do próprio programa de privatização.

Se os senhores me perguntarem se falta uma política industrial, eu lhes respondo que sim: falta uma política industrial assim como falta uma política agrícola, uma política para a Saúde e uma política para a Educação. É preciso entender que o Presidente Itamar assumiu o Governo sem ter tido o tempo que teve o Governo passado - o período do Bolo de Noiva - para preparar-se, fazer um diagnóstico do Estado e estabelecer políticas, diretrizes. O Presidente Itamar assumiu provisoriamente e teve todo o cuidado de respeitar uma conduta ética, de não provocar uma crise institucional, conservando-se como Vice-Presidente, sempre asseverando que havia um Presidente. Teve o cuidado de não se precipitar. Quem priva da intimidade do Presidente Itamar sabe do seu profundo sentimento ético, do seu profundo respeito ao Parlamento. Na realidade, foi a partir de fevereiro, ou de janeiro, que começamos a ... E precisamos lembrar que quase todo o Governo Itamar foi sempre Oposição, sem conhecimento da máquina administrativa. Somente a medida em que fomos assumindo os órgãos, os Ministérios, verificamos o dano que havia sido causado. Funcionários da mais alta competência - posso citar o caso do IPEA e aqui está o Senador que criou o IPEA -, um terço deles aposentou-se, desgostoso com as condições: um terço está trabalhando em outros órgãos que pagam melhor e um terço permaneceu no IPEA recebendo salários baixíssimos. O IBGE quase desapareceu. Um técnico do IBGE em final de carreira recebe 60 mil cruzeiros reais. Quer dizer, a capacidade da inteligência da máquina estatal brasileira, Sr. Deputado, foi destruída. Há um milhão de funcionários, mas destes muito poucos são técnicos. Não concordando com o Governo, muitos técnicos foram colocados em disponibilidade por qualquer critério. Portanto, enfrentamos enormes dificuldades, não só este Ministro que vos fala mas também todos os outros Ministros. Encontramos ainda excelência nas empresas estatais. Portanto, taltam-nos técnicos e é urgente que se tomem providências em relação a esse problema. O compromisso do Dr. Pêrsio Arda deve ser cumprido rapidamente, porque o BNDES, repositório de toda a história da indústria brasileira, tem que, em conjunto com o Ministério da Indústria e Comércio, os demais e o Congresso, formular ainda neste Governo uma política industrial, o que vem sendo reclamado pelos empresários, pela sociedade e pelo Congresso Nacional. O senhor tem toda a razão nesse ponto.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ministro, é evidente que eu não poderia exigir do Governo Itamar, que assumiu em circunstâncias - eu diria - até trágicas, um programa agrícola de que o Brasil se ressentia, talvez desde Pero Vaz de Caminha, que foi o primeiro a escrever alguma coisa sobre o tema. O que questiono é essa aparente preocupação do Ministro da Fazenda que diz toda hora que "temos que acelerar" - acelerar a privatização, quando a privatização deveria ser parte de um projeto industrial do País. Questiono o porquê dessa pressa em um determinado setor, quando precisamos, como estadistas, pensar este Brasil de maneira maior, levando em conta gerações, e não apenas no amanhã, neste Governo. Neste particular vejo uma contradição em relação ao que está ocorrendo de fato.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Nobre Senador, acredito que o Ministro Fernando Henrique Cardoso fala em acelerar, porque S. Ex.^a conhece a metodologia do

BNDES, que, aparentemente muito cuidadosa, leva quase um ano para concluir o processo. São duas consultorias - agora há uma terceira. Existe um procedimento complicado. E algumas empresas são atrativas para o mercado. Queria lembrar novamente o caso da NITROFERTIL, uma empresa sadia. Em Sergipe, o custo do gás era extremamente reduzido. Para empresas como essa e outras, pode haver outro caminho de venda. A Vale do Rio Doce, no passado, e o Banco do Brasil fizeram campanhas em que pulverizaram o interior do Brasil com ações, de tal forma que o cidadão brasileiro as adquirisse. Porque era demorado - 6 meses, contra um ano e meio - e, de uma forma menos complicada, permitiu-se e até financiou-se para que o cidadão comprasse ações que são agora do seu patrimônio.

Temos que ter criatividade - e é a isso que o Ministro Fernando Henrique Cardoso se refere sempre quando conversa comigo - porque essa metodologia é muito emperrada, muito complicada e muito discutível. Temos que partir para outra metodologia, pensando no patrimônio público e no acesso a esse patrimônio pelo contribuinte, pelo cidadão brasileiro.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Concordamos plenamente com V.Ex.^a. Aliás, estranhamos que até agora tenha sido essa a solução monócórdia - para usar uma expressão do Ministro Paulino Cícero - sobre os leilões, pois sabemos que os leilões são mentirosos porque, na verdade, já se sabe previamente quanto vai ser pago - a não ser os dois ou três últimos casos que mudaram, como ocorreu com a ACESITA que mudou um pouco porque não se sabia exatamente quais grupos iam conseguir arrematar. Agora, estão começando a disputar: antes, nem disputa havia, mas um acordo previo em que se sabia quem eram os grupos majoritários e já se conhecia o preço. Isso não é leilão, isso é uma mentira. E esse sistema dirigiu essas estatais, esses ativos do Estado brasileiro para meia dúzia.

Concordo plenamente com a preocupação de V.Ex.^a. Nesse caso, não é a pressa que vai resolver, e a modificação desse modelo, porque o leilão não pode ser a única solução, nem pode representar a idéia da propaganda de quem vende um elefante. Era uma antipropaganda, ninguém queria vender uma estatal: queria, sim, vilipendiar o patrimônio público. Vamos vender uma ação para o povo brasileiro. Isso é fundamental! A verdade é que não podemos mais enganar o povo brasileiro. A consciência popular está crescendo nesse ponto.

Quando se fala nas resistências, não pense V.Ex.^a que são minorias incontestáveis, há - tenho viajado por esse Brasil atorá - uma resistência muito forte da população brasileira contra aqueles que não estavam se preocupando com essas vendas. E devo fazer uma ressalva, isso é fundamental: é chegada a hora de modificar o modelo, o sistema.

Não vou mais talar da metodologia da avaliação, porque me parece inconcebível o que aconteceu na ACOMINAS, em que um imenso patrimônio imobiliário foi avaliado, na composição final, em 10 milhões de dólares. E um absurdo! É claro que, no fluxo de caixa descontado, esses valores não importam. Todo o patrimônio, rural e urbano, representou 10 milhões e 300 mil dólares.

Então, o que se observa é uma metodologia que me parece desastrosa e que precisa ser corrigida urgentemente. Se V.Ex.^a quiser fazer alguma consideração, fundamentalmente estamos acordos.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Eu concordo, Senador, inclusive porque tive experiências em mercado comunitário de ações: fui contratado pela cidade de Toledo, em 1992, para mobilizar os empresários. E eles mesmos, sem a ajuda do Estado, criaram empresas, cada um depositando ou investindo aquilo que podia: alguns, 50 mil dólares; outros, 2 mil. Na experiência de Joinville, que foi conduzida pela FININVEST, esbarramos em barreiras legais, como o mercado de balcão que não tem essa liquidez imediata.

Tenho acompanhado essas experiências porque penso que a democratização do capitalismo passa realmente pela abertura do capital e pela posse dessas ações. No BNDES, uma das experiências realmente fantásticas foi a criação da Pernambuco S.A.

A Ceará S.A. foi uma outra experiência em que empresários locais, com a participação do BANDESPAR, também com capital de risco, puderam saber onde fazer o melhor investimento.

Estamos fazendo também agora a Juiz de Fora S.A. e dispostos a aumentar essa participação, dando assessoria técnica a grupos regionais, para que eles assumam a liderança desse processo de desenvolvimento. Costumava dizer no BNDES: temos que privilegiar. No caso nordestino, lutei muito para que fosse diminuído o limite de 3 milhões de dólares - é muito fácil se habilitar em São Paulo -, porque no Nordeste é muito difícil. E o que é importante, no Nordeste, é investir no empresário nordestino e não no paulista, que vai lá em troca de benefícios fiscais e não tem nenhum compromisso com a região. Então, temos que pensar nesse exemplo no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul, em Minas, enfim, em todas essas regiões.

O Senador Beni Veras fez um excelente trabalho sobre a questão regional, em que propõe a criação de uma corporação; estamos estudando. São essas idéias que chamo de mapa do otimismo. Temos condição de sair dessa situação difícil que o Brasil está enfrentando se tormos até ao povo buscar torças.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Existe algum critério para a montagem do cronograma de privatização das empresas? V. Ex.^a praticamente falou que é preciso

reformular, rever esse cronograma. Pergunto se V. Ex.^a acha que é possível alterar alguma coisa, no fim, com o tito de buscar um melhor resultado para o interesse geral.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Senador Amir Lando, a partir do momento que fui para a SEPLAN tive dificuldades de dialogar, não com o Dr. André Franco Montoro Filho, que tem um diálogo muito fácil, professor que está dedicando o seu tempo, a sua inteligência à privatização, mas com o órgão gestor.

E o cronograma me parece estar estabelecido, pelo menos aquele que me foi passado, muito mais em função do término dos trabalhos da consultoria: está seguindo a mesma metodologia, embora a lei permita que haja outras formas de privatização - o leilão não é a única.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Perteito. Isso não está sequer na lei: não é determinante da lei.

Há uma delegação ampla: o Poder Executivo pode estabelecer, como o fez, o custo de moedas. Pode estabelecer as maneiras, as formas, evidentemente, desde que zele pelo interesse geral.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Tem razão V. Ex.^a. Na medida que fazemos uma retrospectiva do programa de privatização, foram poucos os grupos privilegiados e, muitas vezes, as personagens se repetem, quase se tornaram especialistas em comprar empresas estatais. Esses pontos é que precisam ser revistos.

É preciso que a privatização seja feita dentro dos cuidados de uma estratégia, mas essa metodologia precisa ser revista, precisa ser transparente e contar com a participação dos interessados, ser aberta e não ficar restrita a um pequeno grupo como V. Ex.^a observou.

Estamos tomando providências, fazendo uma exposição de motivos e propondo um decreto ao Presidente da República para que os órgãos de defesa da livre concorrência, em vez de atuar a *posteriori*, passem a acompanhar os trabalhos da Comissão e, já na qualificação dos grupos, venham a conhecê-los. Não se pode dizer depois que não se conhece o contrato social. Não sei que grupo é esse. É preciso investigar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ministro, nesse ponto gostaria de saber se o Governo estava informado previamente de quem ia adquirir a COSIPA. Se quando esses grupos se estabeleceram, se cadastraram e se credenciaram para, inclusive, obter empréstimos do BNDES, se, quando da aquisição da maioria da COSIPA pelo Grupo Bozzano, Simonsen, o Governo foi tomado de surpresa, ou já sabia previamente.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - O Grupo Bozzano, Simonsen vem participando de todas as privatizações. A surpresa foi a Brastubo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, mas a Brastubo significava Bozzano.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Isso realmente nos pegou de surpresa e foi, aliás, o motivo de uma sugestão, em conversa com o Presidente, de trazer os órgãos da defesa da livre concorrência para participar. Já foram tomadas as providências. Esse Grupo tem mais 15 dias para apresentar informações à Secretaria de Defesa Econômica que, depois de apreciá-las, as encaminhará ao CADE, que tem 60 dias para fazer um julgamento. Dependendo desse julgamento poderá ser desfeito o negócio, penalidade máxima.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Realmente, para nós é preocupante que o BNDES, sobretudo, que tinha as atribuições legais para realizar esse empréstimo, não soubesse de quem era a Anquilla, por exemplo. De que não soubesse de quem era a Lotten. Isso, Ministro, envolvendo um empréstimo em torno de 300 milhões de dólares.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Duzentos milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essa é uma questão em que realmente a demissão me parece muito pouco para quem pratica um ato sem ter uma responsabilidade maior perante o povo brasileiro. E a demissão, em qualquer circunstância, não interessa de quem seja. Eu estou aqui para defender o patrimônio público.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Formalmente o BNDES não conhece. Formalmente. Mas quando - quem trabalhou em banco sabe - se empresta a um agente financeiro A, e se sabe que esse agente financeiro deve estar emprestando para empresas B, C e D, embora a responsabilidade seja do banco, quem vai pagar o banco, quem assume é o agente financeiro. Mas normalmente se conhece.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, eu teria muitas outras perguntas, mas entendo que não posso monopolizar a reunião, porque sou contra os monopólios. Mas eram perguntas, para mim, fundamentais. Desculpem. Da próxima vez, farei as perguntas em último lugar. Muito obrigado.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - O Senador Amir Lando deve estar sabendo agora que monopólio é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra S.Ex.^a o Deputado Paulo Ramos, que terá 10 minutos para formular as suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS - Acrescidos da tolerância de V. Ex.^a.

Eu gostaria de insistir na última indagação feita pelo Relator, porque me deu a impressão de que a resposta ainda ficou pendente de alguns esclarecimentos.

Gostaria de saber se V. Ex.^a, como Ministro do Planejamento, tomou conhecimento ou acha que é correto - preenche as normas, as exigências do Governo - se

fazer um empréstimo para uma espécie de testa-de-ferro de uma empresa no Programa Nacional de Desestatização. Que critérios o BNDES utiliza para fazer um empréstimo a qualquer cliente? Não tem cadastros, não faz levantamentos? Porque a gente, como pessoa comum, vai a um banco para fazer um empréstimo pequeno e passa por todos os crivos. Então, quais são os critérios do BNDES? Há possibilidade de ter havido convivência da parte do próprio BNDES ou de alguém ligado ao Programa Nacional de Desestatização?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Ilustre Deputado, o BNDES, como eu havia dito, faz empréstimo ao agente financeiro. E no caso Bozzano, Simonsen, é um banco que tem atuado de uma forma exemplar com o BNDES. A quem o Banco Bozzano Simonsen estava emprestando esse dinheiro, repassando esse dinheiro, nós não tínhamos conhecimento. Mas há muitos anos atrás, em 1969, eu trabalhei no Banco Lar Brasileiro e aprendi de um diretor uma lição muito importante para banco. Ele dizia: "Alexis, em banco, a gente confia no gerente; segundo, a gente não confia; terceiro, a gente desconfia. Nunca deixe para a terceira etapa. No momento em que você não confiou, demite." Eu não tive condições de fazer comprovações, mas tive uma série de divergências de ordem conceitual, ideológica e metodológica com o Dr. Sérgio Zedron e que me levou a fazer essa demissão. O CADE está fazendo essas investigações, a Secretaria de Defesa, e vamos chegar a alguma conclusão. Isso também é um alerta para o banco, para que seja mais transparente. A COSINOR foi um exemplo, algo muito dramático. Como é que a gente vende uma empresa para ser fechada? Esses incidentes até servem para apertarmos o processo. O senhor tem toda razão.

O SR. PAULO RAMOS - O que a gente espera e que tudo não tique esclarecido exatamente depois de todas as empresas terem sido privatizadas. Porque nós estaremos diante de fatos consumados, e cada um dizendo 'vamos apertar o sistema', quando não houver mais nada a privatizar. Aí ficaremos naquela situação de que quem ficou denunciando previamente. A comissão está levantando muitos dados, e as autoridades que têm responsabilidade pública na condução do programa sempre fazem ouvidos de mercador, como se as denúncias fossem levianas, como se a CPI não estivesse fazendo o levantamento.

Eu faria mais esta pergunta: quando V.Ex.^a demitiu o presidente do BNDES e demitiu também o Sr. Sérgio Zedron, quando houve a demissão de ambos, V.Ex.^a falou no tráfico de moedas podres, na caixa preta do BNDES (isto está na imprensa, estou com os jornais aqui); e V.Ex.^a também falou na proteção a grandes grupos, a grupos privados, toda a imprensa alardeou essas afirmações sem que tenha havido desmentido. A quem V.Ex.^a estava se referindo? Quer dizer, do que V. Ex.^a tomou conhecimento para fazer tais afirmações?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Vamos por partes, se o nobre Deputado me permitir. Primeiro, historicamente, a decisão da demissão do diretor Sérgio Zedron foi comunicada na quinta-feira ao presidente Delben Leite, numa conversa que tivemos, em que colocamos a necessidade de um trabalho mais integrado do BNDES junto com o Sistema SEPLAN. O presidente Delben Leite detendeu a permanência do Dr. Sérgio Zedron pelo menos até a conclusão da privatização da AÇOMINAS. E eu disse que não havia mais condições de mantê-lo. No dia seguinte, o presidente Delben telefonou-me dizendo que não aceitava as ingerências do Ministro, e eu, ouvindo suas ponderações, perguntei se ele tinha mais alguma coisa a dizer, o que seria, para mim, dentro dos hábitos políticos, apresentar a sua exoneração. Como ele não o fez, fui ao Presidente e coloquei, pela primeira vez, o cargo a disposição. Ou ele ou eu, porque isso é uma questão de hierarquia. O Presidente houve por bem decidir pela manutenção do Ministro e pela exoneração do presidente Delben. Ao longo do dia, vi que esse caso simples de uma questão de divergência administrativa, que ocorre em empresas privadas, públicas, dentro da administração, estava assumindo um caráter, uma repercussão que potencialmente poderia prejudicar o Governo Itamar Franco. Então, pela segunda vez, entreguei o cargo, como acho que é o dever de qualquer colaborador, já por escrito, para que o Governo, para que o Presidente, pensando no País, pensando no seu governo e esquecendo os laços de amizade, tomasse a decisão que melhor lhe aprouvesse.

Mas eu reconheço que sentia, Deputado, e isso já conversamos aqui com S.Ex.^a o Senador Amir Lando, essas dificuldades. Na administração do Dr. Barros de Castro, que já prestou depoimento, ele tinha uma idéia clara, e entregamos a formular até um documento sobre a colocação da privatização num contexto maior de uma política industrial. Quando o Dr. Barros de Castro pediu demissão, o que lamento muito, foi por uma questão de ordem pessoal: com a vinda do Dr. Delben, ate então eu participava como vice-presidente de uma comissão em que discutíamos, o vice-presidente, o presidente do Banco, o Dr. Zedron e outro diretor, o Dr. José Mauro, antes de levar à direção. Então, nós estávamos querendo abrir. A caixa preta não é o Banco. A caixa preta é o processo de privatização. O Banco é transparente. Então, na assunção do Dr. Delben, fui surpreendido, quase no meu último mês, por uma nova organização que foi criada e que excluía o vice-presidente. Eu adverti o Dr. Delben: "Esta cometendo um erro muito grande." Porque isso é novamente fechar. E eu tive dificuldades de acesso às informações. E aí começam as minhas divergências com o Dr. Sérgio Zedron. Quer dizer, eu teria que pedir informações quando um vice-presidente deveria ser suprido. Eu vivia atrás das informações que, imaginem, se isso não vai ao público, não vai à imprensa, não vai ao Congresso, não vinha nem ao vice-presidente da Casa. Hoje, numa nova política, o que temos acertado com o Dr. Pêrsio Arida e essa completa abertura.

O SR. PAULO RAMOS - Os depoimentos prestados na imprensa pelo Sr. Delben Leite, de voz própria, deixaram a impressão de que o atrito com V. Ex^a teria decorrido de cópias de relatórios de uma auditoria interna que ele fez no Banco e que envolviam contratações sem licitação.

Ele entregou a V. S^a algum relatório?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Na quinta-feira, quando o chamei para discutirmos o caso do BNDES, ele me entregou dois relatórios, que não li na hora, mas que tratavam de problemas com contratos. Li no dia seguinte e verifiquei que era um relatório feito na mais de trinta dias, especificamente sobre a minha gestão. Em tempos anteriores, eu havia pedido uma investigação sobre 188 contratos. Então, ele tomou três contratos dos 188, e em que, por acaso, conheço as pessoas. Um foi do Centro de Desenvolvimento de Executivos, que é considerado pela EXAME um dos dez melhores do Brasil, surge de um projeto com a BRASCAN e com a Western Ontario University e que antes de minha entrada no Banco já vinha sendo contratado pelo BNDES.

O segundo, da empresa Ávia (?) Internacional - eu conhecia a pessoa de Toledo -, já estava no Banco quando lá cheguei. Achei bom, porque nos conhecíamos, era uma pessoa competente e havia conseguido reduzir o número de empregados: dispôs com desses empregados para outras áreas, o que é bastante em termos de aumento de produtividade.

E o terceiro contrato se vincula ao momento em que cheguei ao Banco. Percebi, quando cheguei, que o Banco tinha enormes dificuldades em suas discussões com os sindicatos. Há um conflito de interesses. Então, pedi e recomendei - isso já vinha

sendo conversado pelo Banco - que se contratasse profissionais para negociar. Fui do Grupo Dez na FIESP e ele nunca deu manenete, porque tínhamos negociadores. Pelo lado dos empresários, o Dr. Drausio Viegas (?) e, por parte dos empregados, o Dr. Amir Pazzianotto (?). As negociações sempre se deram no melhor nível possível e nunca houve na indústria química - não me recordo - grandes problemas. Eu quis trazer essa tecnologia e apresentei os Drs. Sérgio Amadeu e Alencar Rossi, que foi Secretário do Trabalho em outros governos e o negociador da FENABAN. Por imposição da própria assessoria jurídica do Banco e da auditoria, os dois foram obrigados a constituir uma empresa, pois não podiam ser contratados como pessoas físicas segundo as normas do Banco.

E gostaria, Sr. Presidente, de dizer que logo após a apresentação dessas denúncias pelo Dr. Elói, pedi que a Siset fosse imediatamente para o BNDES verificar essas irregularidades, como fiz no caso da CSN - quando foi dito que havia troca, determinei imediatamente a instalação de uma comissão de inquérito. E quando cheguei ao Banco fiz uma comissão de sindicância para saber de irregularidades do passado na indústria naval.

Tenho um passado limpo, Sr. Deputado, e gostaria que o Dr. Elói fizesse um resumo aqui, mas ele não pode falar.

O SR. PAULO RAMOS - Não, V. Ex^a poderia encaminhar cópias não só do documento que lhe foi entregue pelo Dr. Delben Leite, mas da....

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Pertinentemente.

O SR. PAULO RAMOS - E também aquilo que foi relativo ao outro relatório a que V. Ex^a se referiu, já que estamos envolvendo o Lloyd e a Marinha Mercante.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Sobre a questão da SUNAMAM, que foi absorvida pelo BNDES, podemos mandar também.

O SR. PAULO RAMOS - Seria conveniente.

Como V. Ex^a falou sobre Volta Redonda, quero informar que temos documentos que comprovam que o laudo do consórcio "b" realmente foi adulterado para aproximar a avaliação, de modo a enquadrar na lei, isto é, ficando com um percentual menor que 20%. A que conclusão a investigação que V. Ex^a fez chegou?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - O trabalho da consultoria da CSN chegava - se não me engano - a quarenta e dois volumes, e quando o Presidente Sebastião Farias me pediu acesso aos relatórios, eu instruí o Dr. Figueiro que enviasse todos os documentos, os 42 volumes. Contudo, era a primeira vez que o fazíamos. Lembro que já estava em vigência o decreto de livre acesso a todos os dados. Ele fez uma seleção e enviou vinte e dois ou vinte e três volumes. E aí houve uma confusão, Dr. Sebastião Farias, porque, antes do laudo final do serviço a e b, existe um que o BNDES pede, que é para saber sobre o cenário, as estimativas, em que se esta a consultoria antes do relatório final. Isso é que foi confundido, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS - Só fiz a pergunta porque a CPI tem ampla documentação demonstrando claramente que foi adulterado, que houve troca de páginas. Pequenas mudanças de dados, simplesmente para chegar a uma conclusão final. Mas só fiz a pergunta porque V. Ex^a tem afirmado o desconhecimento em relação a inúmeros episódios que envolvem o Programa Nacional de Desestatização, especialmente em relação a fase anterior a sua gestão. E acredito que, como V. Ex^a fez a afirmação em relação a este caso, de que temos a comprovação de que houve adulteração, só fiz a pergunta para, pelo menos, verificar.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Deputado, V. Ex^a tem as conclusões da Comissão de Sindicância que fizemos do BNDES sobre esse assunto específico?

O SR. PAULO RAMOS - Não. Temos os levantamentos feitos pela própria CPI, mas seria interessante, como a CPI não tem as conclusões citadas por V. Ex^a, que fossem a ela encaminhadas.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Iremos enviá-las a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, quero avisar a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que temos 10 minutos para fazer as perguntas. Só gostaria que o depoente respondesse com objetividade, porque, senão, faço uma pergunta e o depoente leva 15 minutos respondendo, e o meu tempo fica esgotado. Estou procurando fazer as perguntas com a maior objetividade para exatamente ganhar tempo, a fim de fazer novas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Então, solicito que os dois sejam mais explícitos para dar encaminhamento aos trabalhos.

O SR. PAULO RAMOS - V. Ex^a fez afirmações e apresentou aqui uma projeção sobre as dívidas das estatais para com os bancos. Existe levantamento no Ministério do Planejamento sobre as dívidas do setor privado com os órgãos oficiais de crédito, ou só existe levantamento das dívidas de estatais?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Isso não temos. Temos a responsabilidade na SEPLAN, pelo Departamento das Estatais, de fazer o controle das mesmas; não temos a incumbência, que seria uma tarefa enorme, de mapear isso por todos os ministérios. Não temos esses dados, com muita dificuldade levantados, sobre as empresas estatais. Certamente que cada ministério poderá responder às dívidas que têm com fornecedores e com empresas.

O SR. PAULO RAMOS - Digo as dívidas do setor privado para com os organismos públicos.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - O inverso. Não temos. Isso seria um dado do Tesouro Nacional.

O SR. PAULO RAMOS - Sabe V. Ex^a por que pergunto, Ministro? Porque o Governo tem participação minoritária em um sem número de empresas. E essa participação minoritária decorre sempre de débitos que não foram saluados e que foram pagos com o patrimônio da própria empresa. Qual a explicação - embora os discursos sejam feitos ao longo dos anos - para que o Governo não tome nenhuma providência? Não verificamos nenhum resultado para que essas participações minoritárias sejam vendidas; e não as empresas estatais, muitas delas que não dependem de um tostão do Tesouro, não estavam em débito com o Tesouro, elas vão sendo privatizadas. No setor petroquímico, por exemplo. Empresas que não tinham qualquer débito com o Governo. Elas foram privatizadas sem explicação. E o Governo não toma a iniciativa de transferir as participações minoritárias. Qual é a explicação para esses dois casos? Empresas que não são devedoras são privatizadas, e o Governo não toma iniciativa de se libertar das participações minoritárias em um sem número de empresas, algumas até que toram talando fraudulentamente.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Sr. Deputado, constituímos um grupo de trabalho - SEPLAN, Ministério da Fazenda, BNDES, Comissão de Valores - e levantamos essas participações minoritárias: foi um trabalho exaustivo; e há duas semanas já saiu um decreto do Presidente permitindo e autorizando a venda dessas participações minoritárias, muitas das quais - V. Ex^a tem razão - com prejuízo, aquela velha prática de se colocar a empresa em dificuldades nos braços do Governo, e outras por uma questão de se utilizar os incentivos fiscais que havia na época. Então, as empresas compravam participações. Fizemos publicar no Diário Oficial esse decreto, fizemos publicar todas as participações acionárias e estamos estudando a situação de forma a, já com os alertas da Comissão, aguardar o momento mais oportuno para vender essas participações com o melhor preço possível.

Temos ações que são cotadas em bancos, temos ações de sociedades de capital aberto, mas que estão no mercado secundário, e temos também participação de empresas fechadas. Então, escrevemos, fizemos toda uma regulamentação, estamos trabalhando com todo o empenho e esperamos, dentro do prazo estipulado - nos sugerimos 180 dias, mas o Presidente pediu que recuassemos -, que essas empresas, essas participações sejam vendidas, mas com o melhor preço possível. O Governo já tomou essa providência.

O SR. PAULO RAMOS - O Governo tem tido muito cuidado com as empresas em que ele tem participação minoritária, mas não teve o mesmo cuidado de fazer uma avaliação prévia em relação às privatizações que já estavam relacionadas por um Governo reconhecidamente corrupto.

Eu estava ouvindo a explanação de V. Ex^a, e o que me causa uma certa indignação é que o discurso feito se distancia, está diametralmente oposto à realidade que estamos verificando. Quando V. Ex^a mostra, por exemplo, critérios para o preço mínimo, na transparência: quando, no caso da AÇOMINAS, fala em valor ativo, valor patrimonial, nada disso foi considerado. Entretanto, o discurso é feito e dá a impressão, com toda essa comparação entre o período Collor e o período Itamar, de que houve alguma alteração no resultado final.

Gostaria de saber como é que podemos, numa CPI, aceitar uma explanação que se distancia completamente da realidade. Quero dizer a V. Ex^a que o meu objetivo, na CPI, não é estabelecer dúvidas a respeito de quem quer que seja. É investigar. Mas quando pessoas sérias se manifestam tão inocentemente, ficamos com a

impressão de que o Governo Itamar foi possuído da mais completa boa-fé diante de uma realidade que é a mais corrupta.

O Sr. Emilio Odebrecht veio aqui e falou em novos padrões éticos de relacionamento empresário-Governo. E ele é um homem que está até a raiz dos cabelos envolvido no esquema PC.

V. Ex.^a fala nas moedas podres, em informações privilegiadas, e não é possível que o Governo, que dispõe de todos os mecanismos para investigar, não tenha tomado nenhuma iniciativa para conectar o caminho dessas moedas podres. E mais: a CPI ainda enfrenta todas as dificuldades para descobrir esses caminhos, e dificuldades que são colocadas, às vezes, por órgãos do próprio Governo.

Qual é a explicação que encontramos para essa espécie de convivência generalizada, até em função da boa-fé?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Nobre Deputado, do que V. Ex.^a alinhou, entre outras coisas, a falta de avaliação e algo com que já concordamos. O que está faltando é uma política industrial e uma política de privatização.

Agora, sobre a convivência, Deputado, acredito que o Presidente Itamar pessoalmente tem-se empenhado - tanto que recebeu esta Comissão, ouviu sugestões, ouviu críticas, e o trabalho da CPI tem sido de extrema utilidade -, em fazer o apertigoamento, que é o que estamos processando. Não há convivência do Governo Itamar com esquemas anteriores.

O SR. PAULO RAMOS - Qual é a responsabilidade do Ministro do Planejamento ou do Ministro da Fazenda em relação...

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Deputado, assim vamos ficar a tarde toda ouvindo V. Ex.^a. Já dei dez minutos de tolerância.

O SR. PAULO RAMOS - Vou fazer a última pergunta, Sr. Presidente. Qual é a responsabilidade de qualquer Ministro envolvido no Programa Nacional de Desestatização, no caso da comprovação de irregularidades? Como é que o Ministro responde por isso? Houve a comprovação de irregularidades, amplamente denunciadas por esta Comissão, num estorço muito grande. Qual é a responsabilidade do Ministro quando tudo ficar desvendado, como foi o caso da COSIPA, que contou com a inocência do Governo, com a tolerância do BNDES, que fez um emprestimo surpreendente a quem não tinha cadastro. Qual é a responsabilidade do Ministro no caso de comprovação de muitas irregularidades?

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Não chegamos ainda a conclusões sobre essas comprovações. Tomamos as medidas cabíveis, dentro do Governo, junto com o Ministério da Justiça. Pedimos essas informações, e na uma tramitação na Secretaria de Defesa Económica, o CADE. E, depois, virão as medidas judiciais cabíveis.

Agora, a responsabilidade do Ministro do Planejamento, especificamente, é a de Ministro que é supervisor do BNDES, e que, por decreto, por medida provisória do Presidente Itamar Franco, tem a função de assessorar o órgão gestor e a Comissão de Privatização.

Aguardo, com muita ansiedade, porque naquela entrevista com o Presidente, o Senador Amir Lando disse que reservava, para o final dos trabalhos, fazer as suas considerações. E as aguardamos com muita ansiedade, porque elas vão ajudar em muito o trabalho. Há dados que a Comissão possui e que não temos. Mas sugeri que fizéssemos uma parceria e o Senador, há duas ou três semanas, fez uma ligação avertendo-me sobre a avaliação de terrenos da AÇOMINAS. Esse tipo de diálogo já ajuda a tomar ações preventivas imediatamente, para não haver necessidade de consertar a porta arrombada.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Campos. S. Ex.^a terá dez minutos.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Sr. Presidente, farei algumas perguntas e, depois, ligeiras considerações.

Primeira pergunta: qual é a política do Governo Federal em relação à privatização do setor elétrico? Tenho ouvido três versões. Segundo uma delas, a intenção seria vender ações minoritárias de empresas já existentes, ELETROBRAS, Furnas, etc. Isso não é privatização. Opor-me-ia ferozmente a essa solução, porque isso seria simplesmente estatização da poupança. Privatização significa transferência de controle.

Uma segunda versão seria a venda do controle de empresas. E aí, felizmente, apenas duas foram mencionadas, a Light e a ESCELSA. Felizmente, o processo está sendo muito lento. Parece que na duas consultorias examinando a Light. A meu ver, seria totalmente desnecessário. A Light-Rio, há muitos anos cotada em Bolsa, tem 65 mil acionistas privados. O que haveria a fazer seria meramente arreglar as dificuldades que existem com o passivo morto, representado pelas ações da ELETROPÁULO, e vendê-las a Bolsa. Critério semelhante poderia ser aplicado, talvez, à Vale do Rio Doce.

Uma terceira interpretação é que o Governo cogitaria de abrir à participação privada o financiamento de empresas em andamento, em construção. Há, aparentemente, vinte e quatro obras paradas ou semiparadas, com investimentos de 12 bilhões de dólares. Isso seria muito útil se a angariação de capitais privados implicasse, também, em transferência de controle para os capitais privados, que terminariam a construção dessas empresas. Novamente, se a idéia é angariar capitais privados minoritariamente, isso não é privatização, é estatização da poupança.

Em segundo lugar, qual é a política do Governo em relação à Vale do Rio Doce. Entendo, de declarações do Ministro Fernando Henrique Cardoso, que ela seria incluída no processo de privatização. Entendo, segundo declarações do Ministro das Minas e Energia, que esse não será o caso. Ele a isso se opõe.

No meu tempo de Ministro do Planejamento, quando havia um empate entre ministros, o Ministro do Planejamento desempata. Pergunto-me se o ilustre Ministro vai desempatar nesse caso. E deve ser urgente esse desempate, para evitar confusão no mercado.

Terceira pergunta: qual a política do Governo em relação à telecomunicações?

Sabemos que as telecomunicações de uso público só podem ser privatizadas após emenda constitucional. As telecomunicações de uso pessoal estrito, começaram a ser privatizadas, houve depois um recuo do Governo, interrompeu-se a privatização da telefonia celular com resultados desastrosos, pois em São Paulo, por exemplo, só recentemente, sendo uma das maiores cidades do mundo, implantou-se a telefonia celular e, vergonhosamente, as promessas de entrega são de 30 mil aparelhos, existem nada mais que 100 mil pretendentes a telefones e, obviamente, a TELES P não tem capacidade econômica e talvez capacidade técnica para agilizar esse serviço.

Parece-me que a objeção à telefonia celular privada proveio da existência de uma liminar em um estado do Nordeste: o Governo deveria, pelo menos ter disputado isto em juízo e só tomar a decisão de abandonar a privatização da telefonia celular se houvesse sentença passada em julgado, o que não é o caso.

O ilustre Ministro nos enumerou e é um quadro extremamente interessante, as vantagens, melhoramentos da nova sistemática de privatização, comparativamente à anterior.

Permito-me duvidar que haja melhoramentos suficientes para justificar a dilação que ocorreu: em vez de mudanças melhorativas, entendo que houve mudanças dilatórias: passemos a examiná-las.

A primeira mudança é que o Presidente pode avocar a si qualquer problema relativo à desestatização: isto implicaria em reconhecer que o Presidente é um desocupado, ocioso.

Não é concebível que um Presidente considere um progresso chamar à si minúcias de um processo de privatização e em dois casos eu acho que se criou no Palácio do Planalto uma alfaiataria de investimentos, porque ao se liberar a participação estrangeira para 100% do capital, o que acho perfeitamente razoável, submeteu-se a decisão, caso a caso, ao capricho presidencial. Isto dificulta enormemente que os investidores estrangeiros se mobilizem, porque a rigor não sabem quanto poderão comprar de uma empresa, além dos 40% admitidos: estas compras exigem complexas montagens internacionais e este é um fator de desincentivo.

O segundo aspecto absurdo é que o Presidente chame a si, também, decidir sobre a percentagem a ser exigida em moeda corrente. Que particular informação existe, ao nível Palaciano, sobre avaliações, a saúde das empresas, o estado do mercado de capitais, para que o Presidente, num ato de iluminação, decida pormenores desta natureza? O Presidente tem responsabilidades muito maiores e deveria saber delegar funções desta natureza a entidades técnicas.

Os critérios do preço mínimo foram ampliados para incluir, por exemplo, o valor de reposição do ativo: parece-me um critério inteiramente obsoleto, não faz nenhum sentido, bastariam os critérios anteriores, mercado, situação da empresa e rentabilidade.

Criou-se a figura do terceiro avaliador, quando acho que um avaliador já é demais. A rigor, a avaliação só faz sentido do ponto de vista do vendedor: é ele quem precisa ter uma indicação sobre se lhe convém ou não vender. A avaliação que conta é a do mercado: esta será sempre ou quase sempre diferente das outras duas avaliações, a do vendedor, que quer maximizar o preço, e a do consultor, que atualmente usa critérios técnicos sofisticados, mas não tem condições de avaliar coisas importantes como o risco político, os passivos trabalhistas ocultos, que são abundantes nas empresas estatais, a possibilidade de mudanças súbitas na política do Governo. Esta é uma avaliação que tem que ser feita pelo comprador e é a única que interessa: no mercado o que realmente conta é a oferta e a procura e toda essa quereia sobre avaliações do consultor, do vendedor, parece-me masturbação contabilística, sem realismo de mercado.

Uma modificação introduzida e que o novo proprietário deverá treinar a mão de obra que eventualmente será demitida. Isto me parece humanitário. O resultado é meramente uma redução do preço que o comprador está disposto a pagar, porque estaria absorvendo uma responsabilidade que basicamente cabe ao Governo: cuidar do desemprego, treinar pessoal, é uma responsabilidade que cabe ao Governo e não a empresa.

Outra vantagem indicada foi a ampliação das aplicações possíveis dos proventos da privatização. Anteriormente a privatização seria dedicada à amortização da dívida: deveria haver um outro elemento a ser incluído, dívida ou novos investimento. Entretanto, na modificação que se introduziu, admite-se despesas correntes, o que se estaria fazendo, então, é sacrificar patrimônio público, sem reduzir o passivo público, aplicando os recursos em despesas correntes.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso, quando falou aqui recentemente, criticou o programa de privatização argentino, exatamente porque,

segundo ele, o Ministro Cavailhõ teria utilizado os proventos da privatização, não só para amortizar a dívida, não só para investimentos, mantendo, portanto, um equilíbrio patrimonial ou até melhorando o patrimônio, mas para cobertura de despesas correntes.

O que o Ministro da Fazenda considera um pecado, aparentemente, o Ministro do Planejamento considera uma virtude e seria útil um reconciliação destes dois pontos de vista.

A meu ver, os proventos da privatização deveriam ser utilizados para liquidação de dívidas ou para novos investimentos, e não para cobertura de dispêndios correntes.

Minha última pergunta, refere-se à ampliação do elenco de moedas de privatização. Não assisti a toda exposição do ilustre Ministro, é possível que esta pergunta já tenha sido respondida. Fala-se que haveria inclusão de moedas sociais, quero que isto ocorra. PIS, PASEP, FINSOCIAL; pergunto se haverá também a inclusão, entre as moedas de privatização, das dívidas das estatais para com fornecedores e empreiteiros, entendo que isto alargaria enormemente o número de moedas disponíveis para privatização e seria um excelente meio de saneamento destas empresas deficitárias.

Pergunto, também, se há intensão de fazer alguma coisa em relação aos débitos estaduais: uma idéia que foi por mim aqui proposta, intelizmente o Governo não se entusiasmou por ela, mas seria, a meu ver, importante, e condicionar os acordos de consolidação das dívidas dos Estados e Municípios a cessão em garantia de ações de empresas estaduais ou municipais, que o Governo Federal se reservaria o direito de lançar nos leilões de privatização, sempre que houvesse inadimplência. Esta seria, a meu ver, uma sanção extremamente poderosa contra Estados devedores, notadamente o maior devedor, que é o Estado de São Paulo, que não se preocupava muito com o não recebimento do Fundo de Participação, mas que certamente se preocuparia muito com a entrega de ações de suas estaduais a serem privatizadas.

Finalmente, uma pergunta, Sr. Presidente, foi mencionado o nome do ex-Diretor do BNDES, Zendron, A meu ver, é um técnico competente, não o conheço intimamente, mas o admirei pela valentia com que detendeu a privatização, inclusive quando houve ameaças físicas a saúde dos que peritavam essa tese no caso da USIMINAS, e gostaria que ele fosse ouvido, pois deve ter uma história a contar; oportunamente, espero que o Presidente o inclua entre os nomes a serem ouvidos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Quero avisar a V.Exª que o Zendron já está convocado.

Marcarei data oportuna.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Disciplinadamente, acho que obedeci ao tempo determinado por V.Exª.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Nobre Deputado Roberto Campos, tentarei responder com a mesma objetividade utilizada por V.Exª.

Na política de privatização do setor elétrico, temos um grupo de trabalho entre o Ministério da Fazenda e a SEPLAN, que estão trabalhando, inclusive com a participação de técnicos do BNDES, e não chegamos a conclusões a nível de ser levadas a Ministro. Os trabalhos continuam, essas alternativas estão sendo consideradas e esperamos que estejam concluídos em 15 dias.

Quanto à Vale do Rio Doce, a definição do Presidente Itamar é de que todas as empresas que estão, direta ou indiretamente, protegidas pela Constituição - e será uma decisão do Congresso -, serão respeitadas pelo Governo. Essa é a minha posição. Creio que o Ministro Fernando Henrique Cardoso deve ter mencionado - por ser ela uma empresa de grande porte, por ser a primeira empresa de que já temos um contrato de gestão -, que seria uma empresa privatizável. Mas a instrução do Presidente da República é que todas essas empresas serão definidas por ocasião da revisão constitucional. Quando isso ocorrer, o Presidente acatará a decisão do Congresso.

As empresas de telecomunicações se encontram também dentro dessa proteção constitucional. Então o que nos estamos fazendo com a TELEBRAS é iniciar um trabalho de contrato de gestão.

Quanto aos melhoramentos, Sr. Deputado, o Presidente já avocou a si - a privatização pode ter tido uma legitimação por parte do empresário privado, mas ela não tem e não teve uma legitimação política -, essa legitimação política. Não é um capricho presidencial, pois o Presidente não decide sozinho; Sua Excelência ouve as ponderações dos vários Ministros das áreas interessadas e, após uma avaliação global, aí, sim, ele delibera.

O SR. ROBERTO CAMPOS - V. Exª me permite um aparte?

A legitimação veio da Lei de Desestatização votada pelo Congresso. O programa de privatização estava legitimado por lei.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Então, desculpe-me, em vez de usar a terminologia de legitimação política, deveria dizer sociológica ou social.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nobre Deputado, Ministro Alexis Stepanenko, eu queria dizer que há uma sutil diferença, sobretudo do ponto de vista do Deputado Roberto Campos, entre legitimação e legalização. Há uma legalidade. Agora, quanto a legitimação, fico com a distinção que V. Exª fez.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Quanto a percentagem de moedas correntes, nobre Deputado..

O SR. ROBERTO CAMPOS - V. Ex.^a é conhecido pela subjetividade de opiniões.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Quanto às percentagens de moedas correntes, ela é extremamente pequena, não varia de 3%, 5% ou 6%. Tomo, como sugestão, a aplicação em novos investimentos e o pagamento das dívidas de fornecedores.

No que tange a situação orçamentária, devo lhe dizer que estamos com dificuldades na área de saúde, de segurança pública, dificuldades notórias que o Congresso conhece. Uma pequena parcela de recursos está indo desatogar o problema, num percentual de 3% a 5%, em média. Podemos levantar, exatamente, quanto é que foi para esses programas prioritários na área de saúde, segurança pública e meio ambiente.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Sr. Presidente, poderia adicionar uma pergunta de que me esqueci.

Um dos grandes obstáculos à participação de credores externos na privatização é a exigência de deságio compulsório, introduzido pela Resolução nº 82, do Senado Federal. Sem a revogação dessa resolução, dificilmente os credores estrangeiros utilizariam os papéis de dívida externa para privatização, porque se sentem discriminados. Enquanto os títulos chamados 'podres' da dívida interna são aceitos pelo valor facial, os títulos mais solenes, com compromissos internacionais da dívida externa, são objetos de um deságio compulsório.

Cogito o Governo de propor a eliminação desse deságio?

Considero que, longe de ser uma vantagem, a submissão dos processos ao Senado, para laudo final, é inconstitucional, pois extravasa das funções do Senado. As funções do Senado são exaustivamente descritas no art. 52 da Constituição: inclui dívida interna, dívida externa e garantias, mas nada há que se refira à obtenção de receitas pela venda de empresas. É simplesmente inconstitucional submeter ao Senado laudos de avaliação. E o Senado certamente não está tecnicamente preparado para isso.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - V. Ex.^a falou também sobre os critérios e sobre o terceiro avaliador. Isso foi feito visando dar maior transparência aos trabalhos da comissão diretora. Quanto ao treinamento de mão-de-obra, esse foi um artigo que eu, pessoalmente, coloquei no decreto e esse tema vem sendo discutido. Não há que se ter espanto em relação a isso, pois as empresas brasileiras, mesmo as estatais, se comparadas às estrangeiras, não se investem nada na especialização de seus operários. Lembro que esse aspecto da especialização da mão-de-obra não interfere na privatização, pois temos um sistema - SENAI - que já recebe contribuições, o que isenta a empresa de qualquer custo.

Na terceirização daqueles desempregados temos o sistema SEBRAE e o SENAC que funcionam muito bem. Então, foi imaginado que uma empresa, gastando muito, despenderia 1% do seu faturamento. Como estamos falando de operários, de escriturários, mensalistas, para os quais já existem sistemas determinados e vamos apenas utilizá-los. Portanto, não vimos essa dificuldade.

Sobre as aplicações da dívida já falamos. As ampliações das moedas sociais e algo que está sendo discutido, mas com a preocupação de que esses fundos, PIS, PASEP e FGTS sejam utilizados com a anuência do trabalhador. Não vamos meter a mão nesse dinheiro e transformá-lo em moeda. É preciso que haja anuência, que ele tome uma decisão optativa, facultativa.

Quanto aos débitos estaduais, estamos fazendo um levantamento do número de empresas dos Estados, e a nossa previsão é de que existam de 300 a 500 empresas. Já alguns governos estaduais têm procurado o BNDES para fazer convênios com fins de privatização. Isso é uma outra tendência muito interessante, Sr. Deputado.

Creio que respondi às principais questões do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Elísio Curvo. V. Ex.^a terá 10 minutos para suas indagações.

O SR. ELÍSIO CURVO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro e demais membros, aqui, da Comissão.

Primeiramente, Sr. Ministro, eu quero parabenizá-lo pelos dados estatísticos que trouxe para nós. Dados que desconhecíamos, gráficos perfeitos, e, pelo que demonstrou, V. Ex.^a quer privatizar tudo assim como eu.

V. Ex.^a demonstrou que há grandes estatais, com débitos previdenciários no valor de aproximadamente 10 bilhões, que se constituíram como depositárias intéis de impostos que até hoje não foram repassados à Previdência.

Sr. Ministro, V. Ex.^a, bem como esse Governo herdaram essa montanha de erros, esse desatino da privatização. Observo, no caso da Vale do Rio Doce, que ela apenas apresenta o lucro operacional em seu Balanço e que, jamais, amolizou qualquer investimento: Vitória Minas, Tubarão, Carajás, tudo isso com o dinheiro do povo. Assim, estou de acordo com V. Ex.^a na privatização da Vale e de todas as estatais.

O Orçamento que V. Ex.^a apresentou aqui mostra um déficit, se não me engano, de 19 bilhões para 1993 e de 31 bilhões para o ano de 94; sendo que 10 bilhões se destinam a cobrir o déficit das empresas estatais, em 1993.

Não posso concordar quando afirmam que estão dilapidando o patrimônio público ao se fazer a privatização da forma como se faz. Acho que dilapidar

é jogar um milhão e meio de dólares, por dia, na COSIPA. A privatização dessa empresa custaria muitos menos aos cotres País do que a continuação de sua manutenção, pagando um milhão e meio de dólares por dia de prejuízo.

Não faço questão da avaliação, mas quero sim desmontar esses elefantes brancos, essas monstruosidades que nós aqui, da Comissão, estamos analisando sob um prisma equivocado. Estamos querendo verificar, primeiro, o telhado do edifício, quando nós deveríamos verificar as origens, o porquê dos erros do passado. Há pouco, o Deputado Paulo Ramos reteriu-se, com muita propriedade, ao Governador Leonel Brizola de quem V. Ex^a é amigo e a quem respeito. Mas S. Ex^a, quando Governador do Rio Grande do Sul, criou um monstro, um elefante branco, que era a Usina de Piratini, porque queria, de qualquer maneira, que aquele Estado produzisse aço. Veja o rombo que deixou nas finanças do País, mas ninguém o criticou. É incrível! Devemos buscar as origens desses erros que teremos de resolver agora. Ninguém aqui tratou de mostrar quem iniciou a corrupção, a origem de todos esses erros do passado. Creio, Presidente...

O SR. PAULO RAMOS - Deputado, é só para registrar que V. Ex^a era o grande defensor na CPI, do PC Farias, do Governo Collor. Portanto, os critérios de V. Ex^a não deveriam ser considerados.

O SR. ELÍSIO CURVO - V. Ex^a está errado. Fui contra ao relatório do Senador Amir Lando, que entendia ser taccioso.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Peço a V. Ex^a que se limite ao...

O SR. ELÍSIO CURVO - Se me permite, Sr. Presidente, estou falando no tempo a mim destinado.

Quando pedi que se fosse dado subsídio a cancelar a carta patente dos fantasmas, V. Ex^a votou a favor; quando pedi que depusessem os 50 deputados que receberam do PC, que exigi que fossem incluídos na CPI, V. Ex^a omitiu o voto comigo; quando pedi que depusessem aqui os 5 governadores, V. Ex^a ficou em cima do muro; quando pedi que todos os empresários que deram dinheiro ao PC, fossem enumerados, V. Ex^a não me acompanhou no voto.

Meu voto foi declarado e está na história: queria a punição do PC e de todos. O voto do Senador foi omissivo, foi preparado. E retuto, então, V. Ex^a que ficou em cima do muro como sempre se tem portado...

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Ézio Ferreira há um trabalho desta CPI em andamento e gostaria que V. Ex^a a ele se limitasse.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, não posso permitir que o Deputado Elísio Curvo falte com a verdade, pois eu não integrava a CPI do PC. Eu apenas acompanhei os trabalhos daquela CPI e não tive direito a voto, porque não era membro da Comissão. Portanto, o Deputado Elísio Curvo falta com a verdade e faz afirmações. O Deputado Elísio Curvo deteve o esquema PC e o Sr. Collor de Mello durante toda a CPI.

SR. ELÍSIO CURVO - V. Ex^a mente. Eu quis que todos participassem do inquérito, inclusive o Sr. PC Farias. Tinha a valentia de fazer voto em claro, o que V. Ex^a não tem.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Pode concluir Deputado Elísio Curvo.

O SR. ELÍSIO CURVO - Pergunto a V. Ex^a se tem conhecimento de que a Vale do Rio Doce adquiriu, não na sua administração, 14% de uma usina argentina, que foi privatizada, que é a SUMISA. Ela hoje é a detentora... Veja a incoerência... Nós aqui lutamos pela privatização, pela não estatização, e a Vale do Rio Doce é detentora de 14%, se não me falhe a memória, da SUMISA - Sociedade Siderúrgica Mista da Argentina. Era uma siderúrgica de fabricação militar. O governo argentino estatizou pelo preço que quis. Não houve essa gritaria, essa incoerência, pois é muito fácil alguém ficar em cima do muro...

Quero aplaudir a este Governo que está seguindo com as privatizações. Creio que dilapidar o patrimônio, voltar a repetir: é jogar US\$ 1 milhão e 200 mil dólares, por dia, no forno da COSIPA, como está ocorrendo até então. Creio que esse dinheiro poderia ser aplicado, como V. Ex^a bem o disse, na educação, na saúde, isso sim.

O Governo é um péssimo administrador, como V. Ex^a também afirmou, pois não existe continuidade administrativa. Cada diretor que entra, para dar prova de honestidade e capacidade, exonera do secretário até ao atendente de caté. Começa-se tudo outra vez. Os pedidos políticos vão se inchando, fiquei impressionado com a estatística que V. Ex^a apresentou.

Sou favorável totalmente à privatização, mas buscaria, Sr. Presidente, a origem dos déficits dessas empresa e por que temos que privatizá-las. Ninguém foi punido. Hoje fala-se em avaliação. Esta pouco me importa. Se o assunto é bom, cada um vai pagar 3, 10, 20 vezes mais. Vejo a privatização da COSIPA, que foi avaliada em aproximadamente US\$100 milhões, mas foi privatizada por 300 bilhões de dólares.

Agora, se o BNDES emprestou o dinheiro ao banco, teve suas garantias. Se o banco o repassou a terceiros, é problema do banco. O BNDES está livre dessa culpa. Ele emprestou diretamente ao Bozano Simonsen, e se ele passou na qualidade de depositário é problema dele. Deve ter a garantia e suas tradições para fazer esse tipo de negócio. Creio que aqui, Presidente, temos de buscar, como digo, a origem dos fatos. Uma Piratini, que dói no Deputado que saiu daqui, onde o senhor Brizola fez no Rio Grande do Sul, contrariando tudo. O Rio Grande do Sul sem minério, sem gás, sem nada, faz-se uma fábrica de aços finos especiais. Gastou-se US\$ 3 ou 4 bilhões, e

ninguém pagou nada por isso. Então, quero agradecer essa exposição - talvez levada pela emoção, pela forma que fui injuriado. Esta aí o Senador Amir Lando, quando declarei meu voto na CPI. Foi voto declarado, pois era contra tudo aquilo. V. Ex^a bem viu. Queria PC, queria os bancos na cadeia. V. Ex^a ouviu meu voto declarado. Não foi voto de quem tinha medo. Fui o único do Congresso Nacional, entre 583 Congressistas que declarou seu voto na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Sou testemunha, pois as nossas divergências, clara e respeitosa, aconteceram de forma bem tranquila naquela CPI.

O SR. ELÍSIO CURVO - Não é quem estava com Collor ou PC. Estou com a consciência, estou com o Brasil, Ministro, muito obrigado pela exposição. Aqui, nesta Comissão, defenderei a privatização. O Governo é um péssimo administrador. Não pode continuar. Vejo o exemplo das grandes famílias lá no meu Estado: Grupo Zaran: mesmo a minha empresa, com meus filhos, hoje. Tenho uma empresa com quase 4 mil funcionários. Passei a meus filhos, 3 engenheiros, estão aumentando a produção. Existe uma sequência administrativa. Temos uma forma de administrar as minerais de Urucum. Ao passo que, aqui, o Governo, cada um - como V. Ex^a bem apresentou - modifica, modifica, e investimento. E o pedido de Deputado, do Senador, do Governador que querem encher as estatais. Isso não pode ser na minha empresa, pois não aceito pedido político. Lá se não servir, se não tor bom, não entra. Creio que o Governo tem que ser sócio nos lucros, não nesse prejuízo, porque não vejo - dilapidado o patrimônio - vendendo, privatizando o que temos aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Ministro, ouvi, atentamente, uma parte do debate, quando V. Ex^a estava fazendo a exposição sobre a privatização. V. Ex^a citou, e com muita propriedade, pois creio que nesse ponto o Governo está certíssimo, de ter aumentado a 100% o problema da privatização referente a capital estrangeiro. Faria algumas perguntas que já toram feitas por alguns Parlamentares. Reservar-me-ei em depois fazer um pequeno relato. Agora, uma só pergunta. Sabemos que privatização, Sr. Ministro, deságua investimentos. Investimentos estrangeiros. Alguém falou sobre uma arrecadação nessa privatização de US\$22 bilhões, e para onde toram? Quanto gastaríamos se, por acaso, não se tivesse feito essa privatização de sessenta e tantas empresas. Dizia muito bem, Ministro Alexis Stepanenko, o Senador Ronan Tito naquele episódio da privatização da USIMINAS. E algo que gravei e sempre talo e repito. Senador por Minas Gerais, dizia: "A criação da USIMINAS, até sua privatização, os incentivos dessa empresa deram prejuízos a Minas Gerais de US\$2 bilhões e meio. Isso significa que esse dinheiro iria para que? Para benefício do povo em infraestrutura e outras coisas. Sou homem que tem relação muito forte com a Ásia: com a China Popular, China de Formosa, entim, com o povo chinês, e costume matar a cobra e mostrar o pau. A última vez que encontrei com V. Ex^a foi em um almoço no Palácio das Princesas, quando V. Ex^a lá esteve, numa festa que o povo pernambucano não se esquece. O documento que tenho aqui em mãos, para mostrar a todos, é o reflexo dessas privatizações. Certo ou errado? Mas o interesse, tenho certeza, do governo, é o benefício do povo brasileiro. Este documento é onde algumas pessoas que conheço, que há 6 anos, me bato por esse estreitamento da abertura dos investimentos de capital estrangeiro, e deveria começar por essas privatizações, para termos os bons parceiros. Sabemos que nosso cobertor está curto, quando o colocamos na cabeça e sentimos frio no pé e vice-versa. E, nos grandes projetos, precisamos de parceiros que contem em nós. Isso já está começando a acontecer, Ministro.

Há seis anos, um projeto de autoria deste Senador, sobre investimento de capital estrangeiro veio ao Senado Federal. Tive o prazer de, neste projeto terminativo em que precisava de onze votos, obter dezesseis votos na Comissão de Economia do Senado Federal. Agora, ele está na Câmara dos Deputados para ser votado.

Passei a ter uma carta, em inglês, dirigida ao Governo de Pernambuco. Mantive uma ligação permanente com os grandes grupos de investimento da Ásia. Essa carta em inglês é dirigida ao Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, e trata de idéias que tive sobre investimento.

Sr. Ministro, essa carta dá uma noção do interesse de alguns países asiáticos em investir em nosso País, uma vez que possuem bastante capital para isso. Um país como Formosa, com um território menor do que a Paraíba, possui noventa bilhões de dólares de reserva. E a China está dando o exemplo ao mundo, por ser hoje o maior investidor de capital estrangeiro.

Na China Popular o pequeno, o micro e o médio investidor realizam investimentos internos e remetem o seu capital para fora sem nenhum problema. Aproveitando a idéia desse país, fiz um projeto, aprovado aqui no Senado Federal, em que tive o cuidado de fazer uma separata em chinês, traduzido para o inglês e português. Coloquei à disposição dos meus Colegas para que, se tivessem alguma dúvida, fossem à Embaixada da China Popular. O Senado Federal proporcionou-me a satisfação por ter aprovado este projeto.

Sr. Ministro, aqui está a tradução da carta do Sr. Raymond Tan. A Dark Investimentos é uma empresa de grande porte, está ligada a Hong Kong, Cingapura, Formosa e Malásia.

"Expressamos Senhor Senador Ney Maranhão nosso interesse em executar alguns projetos no Brasil."

E ele, gentilmente, nos sugeriu que escrevêssemos a S. Ex^a, o Governador.

"Logo após minha recente viagem ao Brasil, discuti com o meu sócio e com um colega de trabalho sobre vários projetos disponíveis no Brasil. Decidimos levar adiante o seguinte projeto em Pernambuco."

Sr. Ministro, esse projeto tem um valor superior a um bilhão de dólares. Um bilhão!

"Construção e administração do Porto de Suape, em Pernambuco."

V. Ex^a sabe o investimento feito naquele porto e o que é necessário para complementá-lo. Haja vista o interesse dessa gente, eles já haviam registrado no computador o porto de Suape, desde primeira vez que visitei Formosa.

"O porto de Suape pronto, com a Transnordestina acoplada, é o resultado de investimento para o Nordeste e para Pernambuco."

Eles têm isso no computador. É uma prova de que querem investir no nosso País.

"Junto aos nossos associados estamos interessados em construir e administrar o Porto de Suape. Pretendemos construir um terminal portuário com capacidade de carga líquida e seca. Apreciaríamos se S. Ex^a, o governador, nos ajudasse a adquirir a licença, autorização para a construção, operação do porto, taxa, etc.

Gostaríamos de saber como obter um estudo sobre a viabilidade do porto."

Pernambuco tem cento e oitenta e seis cidades. Tudo controlado pelo Governo através da COPESI?. V. Ex^a sabe que investimentos de água e de esgoto são sérios problemas nesse País. Eles querem investir, complementar e dar água ao Nordeste.

"Entendemos que mais cento e oitenta cidades necessitam de instalação do sistema de distribuição de água para levar até aos povoados a água de reservatório. Parece que a empresa responsável por tal serviço é a COPESI? e gostaríamos de contactar com a sua direção para sabermos os termos e as condições de operação de uma companhia dessa natureza. Quanto a área de distribuição, gostaríamos de ter acesso aos estudos sobre... e taxa disponível.

Quanto ao serviço de eletricidade é a mesma coisa. A questão da hidroelétrica que desejam montar nesse País. Com relação à telecomunicações é o mesmo.

"Estamos também interessados em desenvolver o sistema de rede de telecomunicações do seu Estado e precisamos também de informações sobre as condições de operação de uma companhia de telecomunicações.

"Temos interesse em extrair granito bruto, produzindo granito polido para exportar ao Brasil."

Esse pessoal é rápido, eles querem logo uma solução. E essa solução temos que dar aqui também, como V. Ex^a o faz sobre a questão de privatização.

"Esperamos estar capacitados a contribuir no sentido do desenvolvimento do Brasil e gostaríamos de assinar um memorando, de acordo com os órgãos governamentais apropriados, o mais rápido possível, para vários projetos acima relacionados de modo que possamos começar o planejamento dos projetos."

Isso significa realidade. É aquilo que o Governo brasileiro está sinalizando e precisamos complementar com esse seu trabalho magnífico nessa questão de privatização.

Sr. Ministro, vou deixar uma cópia desse documento com a assessoria de V. Ex^a. Dentro do programa do Governo Itamar Franco, qual é o percentual mínimo a ser privatizado até o final deste Governo? Porque quanto mais se privatiza mais cresce a credibilidade dessa gente para ser o nosso parceiro aqui no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Concedo a palavra ao depoente. Ministro Alexis Stepanenko.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Nobre Senador, no programa de desestatização estão incluídas mais 31 empresas. Mas, como já disse, temos grupos de trabalho entre o Ministério da Fazenda, SEPLAN e alguns ministerios envolvidos, estudando outras alternativas, aqui amplamente debatidas, de abrir esse processo; não seguir apenas uma metodologia.

Estamos recebendo solicitações de alguns governos dos Estados, pedindo assessoria. Estou em contato com a Universidade de Nova Iorque que ofereceu um programa para treinar, expor as várias metodologias, porque nos falta *know how*; até pedi que fossem incluídos o Congresso Nacional, o TCU, a Procuradoria Geral da República para que vissemos os processos de privatização-desregulamentação em curso nos Estados Unidos, no México e no Chile. Aprender com o erro e com acertos dos outros.

Esse processo de discussão é diferente de outros países onde a privatização começou com as empresas mais importantes. Nos casos do México e dos Estados Unidos toram as empresas de petróleo, eletricidade, telecomunicações e bancos; o Brasil começou com as empresas mais problemáticas. Todo esse processo de discussão é diferente porque não houve nesses outros países - como V. Ex^a sabe, no México, a participação do PRI(*) é muito forte e a do Congresso muito pequena.

Entendemos que a discussão com a CPI abriu uma discussão para a sociedade em que diminuir cada dúvida e aproveitar as críticas para transformar em

acertos é um caminho sem volta. Não sei se em outros países com uma mudança eventual de governo se volta tudo para trás. No caso brasileiro estamos fazendo um pouco mais lentamente, mas estamos elaborando e procurando aperfeiçoar o processo para que ele seja o melhor para a sociedade - não sou eu aqui nem será uma pessoa só que irá determinar qual é o melhor - chega desse iluminismo que foi do passado em que técnicos PhD se reuniam numa sala e imaginavam o que era bom para o povo brasileiro. O Governo Itamar exige que seja ouvido o Congresso Nacional, a sociedade organizada. Para isso temos o fórum Agenda Brasil.

Qual é o processo? Vimos e chegamos à conclusão de que falta uma política de privatização inserida num contexto de política industrial. Se chegarmos a esse acordo dessa parte filosófica, entre as vários partidos e correntes ideológicas, podemos partir a isso rapidamente atendendo aos reclamos de trabalhadores e empresários. Entim, de todos aqueles que têm colocado dúvidas, sinalizações da necessidade de aperfeiçoamento. Estamos culminando com esse processo.

Definido isto será muito fácil inclusive descentralizar a privatização dentro da conveniência de Estado, município, ouvida a sua população, e desde que não represente uma dilapidação do patrimônio público.

O que o senhor tem em mãos já é um resultado prático do interesse, e que isso reafirma. Quando estive na Alemanha, em fevereiro, vendo o grande interesse que a privatização despertava entre os *brokers*, os intermediários do mercado, perguntava: vocês querem comprar as nossas empresas? - Não. Queremos saber a sinalização. O que eles estão esperando realmente são as empresas que, no mercado internacional, têm um alto valor, como é o caso de telecomunicações, como é o caso do setor elétrico, como é o caso, por exemplo, da nossa empresa Vale do Rio Doce. Mas isso caberá ao Congresso decidir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM - Sr. Presidente, gostaria de antemão de dizer que o Ministro do Planejamento se houve com muita objetividade em sua exposição, o que lhe é peculiar, embora seja esta a segunda vez que o vejo, e a sua gestão tem se caracterizado exatamente pela elegância, pela discrição e objetividade. É um homem envolvido com a área econômica, mas é também um bom sociólogo e faz jus ao prenome: executou um grande trabalho de ciência política, não deixando de fazer um diagnóstico da realidade americana. Penso que S. Ex^a portou-se como um homem de governo, e um bom mineiro, e não fez juízo de valor algum: fez um quadro do que existe, do que já foi privatizado, quais as melhorias que entendeu, do ponto de vista social, tosem importantes introduzir no processo de privatização, até porque, infelizmente, no Brasil, não se chegou a um consenso sobre isso. A Argentina e o Chile tiveram muita sorte, porque suas sociedades toram consensuais.

A Argentina que era o país mais radicalmente nacionalista da América Latina, de repente cansou. O Ministro do Planejamento está vendo aqui a figura eminente do Senador Amir Lando que prestou relevante serviço ao País na CPI do PC, mas que hoje, no entanto, é o grande cavalheiro da estatização, quer dizer, está vendo que é um homem resistente - a sua posição não é isolada, nem no Congresso, nem na imprensa e nem na sociedade brasileira - e penso que o Ministro Stepanenko foi muito hábil em tentar harmonizar essas tendências em conflito hoje, infelizmente, na sociedade brasileira, como bom é o consenso pela mais ampla e profunda privatização.

Queria não perguntar ao Ministro Stepanenko mas apenas fazer um comentário para a comissão, Sr. Presidente: o nosso Relator, o eminente Senador Amir Lando, a quem presto sempre as minhas homenagens, fala sempre no desmonte do Estado, como se as estatais não fossem responsáveis por esse desmonte. Fico a imaginar que o eminente Ministro Alexis Stepanenko deve ter assessores que não recebem a décima parte do que recebem os assessores das empresas estatais. Então, os Ministérios, que deviam ter o *brain trust* da sociedade ao seu lado - quem tem são as estatais - às vezes são obrigados a requisitar funcionários estatais, com seus altos salários, que, claro, ali dentro dos seus pareceres, das suas opiniões e dos seus trabalhos, vão sempre tentar a manutenção dos privilégios corporativistas.

O Ministro talou muito bem no IPEA, que foi uma bela elaboração do então Ministro do Planejamento Roberto Campos, como formuladora de estudos, de diagnoses, de análises da realidade brasileira, no entanto, hoje, detasado em vista da política salarial: como não é uma empresa estatal - evidente - não pode usar e abusar, ter privilégios e isenções que tinha até certo tempo tributadas.

Mas o Ministro Stepanenko, de uma maneira muito sutil, mostrou aqui, nessa relação das empresas estatais, - como é realmente um homem estudioso, sutil, digamos até meio florentino - o maior diagnóstico do absurdo dessa criação de empresas estatais, no Brasil, que a era Bresser(?) sobretudo Geisel, com aquela formulação do Sr. João Paulo Reis Veloso, o famoso tripé, empresa privada, estrangeiras e estatais, só que as estatais a custo de empréstimos externos - o endividamento brasileiro é resultante disso.

Vejamos os abusos que cometeram os burocratas "estatalizando" este País. Vejamos, na relação de empresas elencadas pelo eminente Ministro do Planejamento: Navegação Rio Doce Ltda., aí vem Vale do Rio Doce Navegação S.A. - é a mesma coisa! Tudo isso por quê? Isenção de impostos etc., mais emprego, mais vantagens etc.

Temos aqui uma empresa gerencial de projetos navais e várias outras empresas ligadas com a companhia de navegação. Vejo aqui, por exemplo, nas empresas tipo de governo. Vejamos aqui a preciosidade disso. Até descobro, Sr. Ministro, a Companhia de Colonização do Nordeste - confesso que desconhecia - e acho que o eminente Senador Beni Veras, que considero o mais bravo representante do Nordeste nesta Casa, pelo seu conhecimento, pela sua sabedoria, pela sua prudência e pela sua paixão pelo Nordeste, desconhecia essa companhia nordestina de sondagens e perturbações. Realmente, o Nordeste precisaria muito se uma companhia dessas, efetivamente, estivesse prestando serviços ao Nordeste.

Mas o que me espanta aqui, Sr. Ministro, vejamos: Temos Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - a CODEVASF, que está prestando um serviço fundamental: é uma companhia que, talvez, se não tivesse sido desvirtuada por muito empreguismo e fisiologismo, estaria prestando o mesmo papel que a Companhia do Vale Tennessee prestou ao desenvolvimento dos Estados Unidos. Mas não precisava mais dessa companhia de navegação no rio São Francisco. A mesma companhia, a CODEVASF, podia prestar esse mesmo serviço.

Temos, Sr. Ministro, Indústrias Nucleares do Brasil S.A., seguindo-se a NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S.A., URANOS do Brasil S.A. Em geral, o que se tira dessas empresas tipo governo? Tem-se duas ou três que faço questão de aqui ressaltar, a EMBRAPA, que realmente prestou grandes serviços à pesquisa agropecuária neste País: a década de 80 foi toda perdida, porque a agricultura brasileira teve um grande desempenho dentro da crise que nos passamos, mas a EMBRAPA foi responsável pela descoberta de novas tecnologias e está hoje também detasada por falta de investimentos etc.

Então, com relação ao desmonte do Estado em que o Senador Amir Lando tanto insiste, basta ler esta listagem florentina do eminente Ministro do Planejamento para esse tipo de fonte estatística, Sr. Senador, criado às custas do dinheiro do contribuinte.

Eu me lembro, por exemplo, das companhias de docas, a PORTOBRÁS, que o General Geisel criou e logo instalou a sede em Brasília, em 1976; a imprensa noticiou na época, Brasília não tem nada haver com problema marítimo, mas veja aí os absurdos da criatividade estatizante à custa do contribuinte brasileiro. Naquela época, o prédio da PORTOBRÁS custou, não sei avaliar a preço de dólares hoje, 500 milhões de cruzeiros. Então toda essa parafetnalha hoje que o Sr. Darci Siqueira e o General Geisel trouxeram da PORTOBRÁS e imaginaram o Brasil como uma grande empresa também da PETROBRÁS e se criou a CLT e toda essa contusão, Geisel é o responsável por isso; destruiu todo esse Decreto-lei 200 criado por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões e estão aí as ongens.

Sr. Ministro Alexis Stepanenko, V. Ex^a prestou hoje um grande serviço à nação, de uma maneira sem tomar partido que é o mais importante, porque V. Ex^a como um homem de equilíbrio, de bom senso preteriu não se envolver na polêmica.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nobre Deputado, V. Ex^a me concede um aparte, já que me citou duas vezes?

O SR. PAES LANDIM - V. Ex^a é o Relator, pode falar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas V. Ex^a fez, evidentemente, considerações sobre a minha pessoa e minha atuação.

O SR. PAES LANDIM - Sou seu admirador, falei sobre as posições de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando falo em desmonte do Estado, evidentemente não estou preocupado com o nome dessas empresas, porque muitas delas são ociosas e eu não peço qualquer seleção, como bem frisou o Ministro, quer dizer, fundamentalmente, muitas vezes, fruto de empenho político, de lobby político e cabide de emprego. Estava me referindo às 33 estatais e quando falo em desmonte do Estado, falo na forma leviana com que se trata o patrimônio do povo brasileiro.

O SR. PAES LANDIM - Pode-se criar empresas estatais desnecessárias.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu não criei nenhuma. Isso foi no Governo anterior.

O SR. PAES LANDIM - Não vai onerar o contribuinte?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Temos que discutir primeiro qual a empresa estatal, em que circunstância se cria uma empresa: muitas delas têm razão de ser. Por exemplo, a INASA, evidentemente, e hoje uma empresa praticamente em dificuldades, falida, mas foi uma empresa fundamental para o povoamento da Amazônia. Quer dizer, não se pode fazer um juízo abstrato e simplista dos fatos; temos que contextualizar qualquer evento. Não vou discutir com V. Ex^a sobre a Empresa de Colonização do Nordeste: acho que deveria ter, porque o Nordeste precisa sofrer uma profunda reforma agrária. Enquanto não se mudar a estrutura fundiária do Nordeste esse mesmo Estado perverso vai continuar porque é uma estrutura de latifúndio que atravessa os séculos, desde as capitâneas hereditárias e que não se modificou; de forma que permanece a pobreza e a seca do Nordeste porque não se faz reforma agrária. Mas esse é outro ponto. Se eu fosse Presidente da República entraria com toda a força, resistindo às pressões dos coronéis; ou se faz reforma agrária no Nordeste, ou o Nordeste vai ser sempre essa fonte de miséria e de fome do povo que vem sofrendo injustamente. Pouco que conheço do Nordeste me dói pela injusta.

O SR. PAES LANDIM - Imagine o Norte de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sou, efetivamente, do Norte; fui para lá há 20 anos, procurando fazer reforma agrária. O Estado de Rondônia assentou mais de 200 mil famílias e deve a este Senador, então advogado do INCRA, que resgatou as terras dos latifundiários, resgatou títulos-grilagem, defendendo o patrimônio público, enfrentando os jagunços; resgatei mais de 6 milhões de hectares para distribuir para o povo, 50 e 100 hectares para cada um. Isso eu fiz. Esses fatos, efetivamente, coloco no meu currículo; mas teria outros para dizer a V. Ex^a.

Então, quando falo no desmonte, falo exatamente dessa desorganização, onde há uma *res nullius* presa, inerte para os audazes, os audaciosos e, sobretudo, aqueles cuja ânsia de riqueza não têm limites, não têm freios legais e saqueiam o Estado; contra eles, o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Ouvi com muita atenção a exposição do Sr. Ministro do Planejamento e alguns pontos me chamam a atenção no âmbito da Comissão. Um é que me parece que a discussão tem ideologia demais. A questão da privatização, hoje, é uma questão de organização do Estado. Num Estado moderno, numa região relativamente desenvolvida em que a iniciativa privada tem a capacidade de tomar a iniciativa da atividade econômica, não há razão para o Estado se envolver.

Se V. Ex^a tem aqui no Centro-Sul, por exemplo, as condições de uma iniciativa privada dinâmica, capaz de tocar as empresas de aço e siderurgia, não há razão para o Estado perder o seu tempo nisso porque sabe-se que o Estado como entidade produtora é de baixo desempenho pela própria natureza, por regulamentos etc. que garantem a empresa pública. Ele citou exemplos muito interessantes como esse da questão da compra de bens. É algo provado universalmente: o governo não é um bom produtor de bens; ele cabe quando não há iniciativa privada capaz de tomar o cuidado da produção.

No Nordeste, por exemplo, penso que cabem ainda empresas governamentais, mas aqui no Centro-Sul acredito que seja altamente justificável que se procure repassar essas empresas à iniciativa privada. Penso que isso não é um desmonte do Estado, e um remonte do Estado, é deixar o Estado entregue a sua tarefa especial.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. Ex^a permite um aparte? Está se dirigindo diretamente a mim e faço questão de responder.

Em primeiro lugar, veja V. Ex^a, quando se fala que o Estado deve sair nós concordamos; apenas queremos que o Estado saia bem, que não saia num saque ao patrimônio, efetivamente criando lesões irreparáveis ao patrimônio público. O que queremos é uma forma inteligente da saída do Estado: ou queremos que o Estado privatize, mas privatize bem.

Então, penso que nessa questão V. Ex^a não está trazendo uma lição nova, de forma alguma; nem descobriu o "ovo de Colombo" querendo dizer esses fatos. Não se trata de colocar uma questão ideológica; trata-se sim de estabelecer um caminho correto à saída do Estado, porque é um equívoco imenso do povo brasileiro.

O SR. BENI VERAS - Talvez V. Ex^a não perceba o quanto há de carga reativa na maneira como se coloca ao problema. Eu, por exemplo, não percebi, nas perguntas que fez, com respeito à intervenção do Ministro, essa imparcialidade, esse distanciamento que se atribui. Penso que há de sua parte uma posição fácil de ser notada em que a privatização é vista como um mal em si. Pelo menos é essa a dedução que pude tirar. Desculpe se não for verdadeira.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não, respeito V. Ex^a, mas não acato o seu juízo, porque não constitui para mim nada que possa modificar os meus conceitos: V. Ex^a nada agrega às minhas convicções. Agora, não admito que faça um juízo dessa natureza, porque está equivocado. Quero privatizar corretamente, quero zelar pelo patrimônio, não vamos entregar para meia dúzia de brasileiros, de estrangeiros, para quem quer que seja, um patrimônio imenso que custou uma fortuna ao povo brasileiro. Com isso não concordo. A história vai julgar quem assim proceder: e fique tranquilo, V. Ex^a, que essas coisas não passarão; como diria na revolução francesa, na revolução espanhola, não passarão.

O SR. BENI VERAS - Imagino que talvez este assunto não mereça a carga tão forte que estamos introduzindo na discussão. Penso que a questão é não levarmos o Estado a ter excesso de cuidados no processo de privatização, caindo do outro lado. Por temer que possa acontecer um possível deslize, teremos tais cuidados que não faremos a privatização no momento certo, que é o que convém ao País no presente momento.

Perdoe-me V. Ex^a se tomou como afronta as afirmações que fiz, não foi essa a intenção, apenas discuti o tema de uma maneira mais isenta, mais imparcial.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não. Mas da parte de V. Ex^a diga que é parcial. Vejo V. Ex^a também como parcial.

O SR. BENI VERAS - Penso que isso, repetindo o que estava falando, me parece o remonte do Estado, é repor o Estado no seu papel mais próprio, é deixar ao seu cuidado aquilo de que não está cuidando atualmente: saúde, educação, saneamento, moradia; não tem condições de cuidar e perde milhões.

Veja o exemplo da EMBRAER: no ano passado, votamos 600 milhões para cobrir o caixa da EMBRAER. Este ano ela já precisa novamente de uns 600 a 700 milhões de dólares para recobrir o seu caixa. Isso é dinheiro desperdiçado. Porque uma empresa como a EMBRAER, se quiser treinar pessoas na tecnologia aeronáutica, pode

criar um instituto de pesquisa, gastar 20 milhões de dólares por ano e treinar essas pessoas, não precisa fabricar aviões. Já que provou que não é capaz de fabricar aviões de maneira econômica, por isso tem prejuízos acumulados ao longo dos tempos.

A mesma coisa tem aqui o exemplo da COBRA, está relacionada aqui: Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros(?) S.A.: com a cobertura enorme que teve, mesmo assim não foi capaz de desempenhar o seu papel: deu um enorme prejuízo ao País e está caindo aos pedaços nas mãos ainda do Governo.

A esse respeito, a exposição do Ministro me chama a atenção, temo que nos enchamos de cuidados desmedidos por temor que possa acontecer algum deslize. Penso que a privatização é um processo em que há riscos: se esses riscos forem moderados devem ser corridos, faz bem ao País, no presente momento, repassar para a iniciativa privada, que tem mais capacidade.

A revista Veja, esta semana, publicou uma matéria sobre as siderúrgicas que foram repassadas à iniciativa privada, que é bastante esclarecedora. Ela revela como essas empresas têm flexibilidade para resolver os problemas que o mercado antepõe à atividade produtiva. É muito interessante essa reportagem.

Penso também o seguinte, no caso de Região subdesenvolvida como o Nordeste, cabe e é necessária a iniciativa do Governo. O Porto de Suape, por exemplo, que está parando há tanto, está precisando de um investimento relativamente moderado que se o Governo tivesse condições de fazer aquele porto funcionaria bem e ajudaria a Região a se desenvolver.

Era isso que queria dizer. Agradeço a participação do Ministro, realmente muito importante, e realço este aspecto: penso que devemos correr o risco da privatização sem maiores temores, com cuidado que, naturalmente, o Congresso deve ter na defesa do interesse público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra, para terminar, o depoente, o Ministro Alexis Stepanenko.

O SR. ALEXIS STEPANENKO - Quero agradecer novamente a oportunidade de ter vindo a esta Comissão, que é a Casa do Congresso, que é a Casa do povo.

O meu intuito foi de compartilhar com V. Ex^{as} os dados de que dispomos. Estamos falando das estatais: Quantas são? Qual é o tamanho? Qual é o faturamento? Qual é o patrimônio líquido? Qual é o endividamento? Para onde é o endividamento? Quais são os caminhos a seguir? A melhoria da gestão, ou a privatização através de novas formas?

Quis trazer, Sr. Presidente, exatamente os dados de que dispomos: quis colocá-los aqui e dividi-los, numa parceria importante, para que esta discussão nos ajude a formular soluções. Cada um colocou pontos importantes. Senador Beni Veras, por exemplo, fala sobre a necessidade da permanência de empresas ou até de novas empresas no caso do Nordeste; há outros que defendem a permanência do Estado em alguns setores estratégicos. É uma complexidade. Essa complexidade tem que ser examinada, discutida com a devida premência para que atendamos aos interesses do País, sempre, como entatiza o Senador Relator, na defesa do interesse público. Tenho entendido a posição que é a favor da privatização, mas com cuidado de preservar o interesse público. E, segundo, descobrir as origens das mazelas do passado para punir aqueles que fizeram com que algumas empresas, que foram muito bem no começo, tivessem um desempenho muito ruim no final.

Novamente o meu agradecimento. A SEPLAN está aberta. Estamos aqui com praticamente toda a equipe. Como disse o Deputado Paes Landim: entendemos a SEPLAN hoje não como aquela do passado, mas a SEPLAN que presta uma grande assessoria ao Ministério e ao próprio Congresso, que são os órgãos que fazem a política pública. A nossa outra tarefa: colaborar com o Ministério da Fazenda, que está desenvolvendo uma luta, através do Programa de Ação Imediata, para resolver os problemas financeiros do País.

Cabe a nós, à SEPLAN, sair dessa discussão miúda do dia-a-dia e pensar quais são as diretrizes para o desenvolvimento do País. O Brasil não pensa no futuro há mais de 10 anos. No momento em que construímos essas diretrizes de desenvolvimento e discutirmos com os envolvidos, penso que as questões que estamos debatendo ficarão mais claras. E preciso que apresentemos, que estejamos aqui pelo menos em dezembro, dando essas diretrizes do aproveitamento da enorme potencialidade que este País e cada região têm, segundo as suas vocações em termos de recursos físicos, naturais, financeiros e humanos. Pelo menos nesses 100 últimos anos crescemos em índices superiores aos Estados Unidos e ao Japão, mas não tivemos a distribuição dessa riqueza. E um País sem distribuição de riqueza não pode esperar autonomia no seu desenvolvimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Esta Presidência agradece a presença do Ministro Alexis e convoca reunião para amanhã às 15 horas.
(Levanta-se a reunião às 18h38min.)

Secretaria Legislativa
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 28A. REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1993.

Às quinze horas e vinte e um minutos do dia vinte e um do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, José Lourenço, Paes Landim, Edson Silva, Roberto Campos, Marino Clinger, Robem Medina, Maunci Mariano, Elcio Álvares, Irapuan Costa Júnior, José Anibal, Gastone Righi, Nelson Marquezelli e Aroldo Cedraz. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor Aldo Narcisi, Presidente do Conselho da Cia. Siderúrgica Paulista - COSIPA, convida para Relator *ad hoc* o Deputado José Lourenço. Logo após, convida o depoente para sentar-se à mesa e solicita-lhe a leitura do juramento. A seguir a Presidência passa a palavra ao depoente para fazer sua exposição. Logo após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer as indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Edson Menezes Silva, Paulo Ramos, Paes Landim, Roberto Campos, Ruben Medina, Maunci Mariano, Marinho Clinger, Gastone Righi e José Lourenço. Nada mais havendo a tratar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 28A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 21/09/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO DOUTOR ALDO NARCISI, PRESIDENTE DO CONSELHO DA CIA. SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO - 21/09/93 - 15H21MIN

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: ALDO NARCISI

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Está aberta a reunião.

Convidamos o Sr. Aldo Narcisi para tomar assento à mesa. Esta Presidência pede a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento do depoente.

O SR. ALDO NARCISI - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização."

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o depoente. Sr. Aldo Narcisi, que terá 30 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. ALDO NARCISI - Muito obrigado, Sr. Presidente, passo a V. Ex^a o meu depoimento, com os respectivos documentos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, manifesto, de início, meus sinceros agradecimentos pelo convite para participar desta reunião e, assim, no que concerne a recente privatização da COSIPA, poder restabelecer as verdades dos fatos.

A esse respeito espantou-me muito a enorme quantidade de interpretações equivocadas, apressadas, incompletas, até mesmo inverídicas, talvez nem sempre motivadas pelo interesse público ou bem comum. Sou, por isso, muito grato à oportunidade que V. Ex^s agora me dão para pôr um ponto final nas explorações indevidas.

Para que todos possam entender os motivos e a própria maneira como eu e a BRASTUBO participamos do processo, achei conveniente fazer uma explicação preliminar por escrito, eventualmente mais longa do que a usual, para então passar a responder às perguntas que certamente ocorrerão.

Move-me, nesta exposição completa e transparente, antes de tudo, minha convicção firme de cidadão de que é preciso manter, apertar e acelerar o programa de desestatização para que o Estado reencontre suas vocações naturais e indelegáveis, e nos assegure a todos igualdade de oportunidades, educação, segurança, transporte, alimentação, saúde, moradia, infra-estrutura em geral, justiça e liberdade para cada um de nós agir e construir.

Move-me, também, minha convicção mais profunda de que a empresa privada só encontra justificativa moral pela sua capacidade de gerar mais rapidamente que uma empresa pública riquezas novas, que possam beneficiar não apenas o capital que tomou o risco do empreendimento, mas também todos que com ela se envolvem: empregados, fornecedores, clientes, a comunidade em que ela se insere e o próprio Estado.

O Estado, através dos tributos que impõe, em troca iria assegurar seus direitos. Não fosse assim, e só o Estado deveria deter os meios de produção para dividir os benefícios entre todos os cidadãos. Acredito mais, que esse papel de acelerador do desenvolvimento e gerador de novos empregos que o empresário privado tem de assumir fica muito realçado quando ele adquire uma empresa sob controle público para sanear-la e, assim, aliviar o Estado e os contribuintes de terem de pagar a conta de suas ineficiências estruturais, dada a sua condição de estatal.

As empresas siderúrgicas públicas de aço plano têm uma longa história de grandes investimentos e pессimos resultados, que trustram sobremodo suas equipes, via de regra bastante capazes. A COSIPA não escapa à regra geral, com alguns fatos gravíssimos adicionais: a deterioração, além do normal, de seus equipamentos, a ausência de padronização adequada de rotinas de operações, gerando brutais inseguranças para o seu pessoal, e índices alarmantes, muito acima dos padrões nacionais, de acidentes com o pessoal, com efeitos graves, chegando até a morte - nos últimos 3 meses tivemos 3 acidentes fatais na COSIPA -, e uma indiferença passiva aos problemas ambientais que ela própria gera ou sofre, e que atinge o seu operário e as comunidades em que esta inserida.

Privatizar a COSIPA tinha que significar capacitá-la, no mais breve tempo possível, a se justificar pelo lucro, pela eficiência e pelos compromissos com os seus clientes, fornecedores, empregados e comunidade.

Logo depois de completar, em agosto de 92, com sucesso absoluto, a privatização da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que sucedeu a igualmente bem sucedida privatização da USIMINAS, um consórcio constituído pela BRASTUBO, que é a segunda fabricante de tubos de aço do País; pela Cona Trading, que vende produtos de aço no exterior; pela Rio Negro, FREFER, DUFER e LIMASA, todos distribuidores de aço, com ou sem prestação de serviços próprios adicionais, entendeu cabível estudar como viabilizar a privatização do "patinho teio" das siderúrgicas nacionais: a COSIPA.

Nota-se que esse grupo, embora de médios empresários paulistas, teve em 1992 um faturamento da ordem de mais de 550 milhões de dólares e um patrimônio líquido de 160 milhões de dólares. Não se tratava, portanto, de um empresa média isolada, mas sim de um grupo de certa expressão patrimonial.

No entanto, o consórcio não tinha experiência nem capacitação suficiente para promover por si só aquela privatização - ressalva-se apenas a experiência limitada da Rio Negro, que, controlada pela Mitsubishi, já participara da formação de um grupo de controle da USIMINAS.

No início de setembro de 1992, o consórcio, em conjunto, selecionou o Banco Bozano Simonsen S.A. como a instituição financeira que, no seu entender, poderia com ele colaborar mais efetivamente assistindo na avaliação da COSIPA, na formulação de um plano para a sua acelerada recuperação, na identificação de eventuais interesses na formação de um grupo de acionistas controladores da COSIPA, na participação desse grupo no leilão, e, mais que qualquer outra instituição, pelo comprovado resultado já produzido na recuperação da CST, auxiliar a reorganização da própria COSIPA pós-privatização.

Vejamos os dados mais expressivos que levaram a essa seleção. Segundo conseguimos apurar, o Banco Bozano Simonsen, usando de moeda de privatização de que dispunha, isto é, sem qualquer apelo ao BNDES ou a terceiros, comprou ações da USIMINAS e, em conjunto com parceiros comerciais daquela empresa, promoveu a formação de um bloco de controle, que detem cerca de metade do capital votante da empresa, abrangendo: NIPPON STEEL, uma associação de capitais públicos e privados do Japão; os empregados e outros bancos, além deles mesmos.

Sua habilidade para formar esse grupo, coordenar sua ação inicial, especialmente junto a acionistas relevantes que não a integravam, como o Vale Rio Doce, a VALIA e a PREVI, e obter o consenso para o período de transição entre a fase pública e a fase da USIMINAS privatizada, valeu a escolha unânime do Sr. Júlio Bozano para presidente do Conselho de Administração, apesar de o grupo Bozano Simonsen deter menos de 7% das ações ordinárias e, num conselho de oito membros, eleger apenas um, o próprio Sr. Julio Bozano.

No caso da CST, na época os resultados da capacitação da Bozano Simonsen já aparentavam, e mais recentemente confirmaram-se, mais brilhantes. De início a Bozano Simonsen tora responsável, junto com a Vale do Rio Doce, posteriormente com a adesão do UNIBANCO, para que se formulasse a solução para a privatização da CST, apesar das suas reconhecidas dificuldades.

Além disso, contribuiu, junto com a Vale e o UNIBANCO, através de um comitê especial de conselho, para a aceleração, de forma nunca vista antes em qualquer caso de privatização, da recuperação da empresa. Os resultados da ação conjugada do comitê com a diretoria da CST, já conhecidos, são impressionantes. Em três semanas, racionalizaram-se os quadros e se remotivaram os empregados. Em apenas cinco meses e meio, com maciço apoio dos empregados, dentro de um conceito de administração que adota no grau máximo o binômio delegação e liberdade para agir e criar, responsabilidade e disciplina, a CST passou a ter custos dos mais baixos do mundo em produção de aço, estando a caminho acelerado de recuperação.

Note-se, também, que, na CST, o Bozano Simonsen, que não tem qualquer controle, detem apenas 26% das ações ordinárias e elegeu dois dos nove

conselheiros da sociedade. O Sr. Julio Bozano, de novo por suas qualidades pessoais, foi eleito presidente do conselho.

Além desses dois casos, que, como participantes do mercado de aço já conhecíamos bem, podemos nos certificar que o Bozano Simonsen estivera envolvido por si ou para clientes nos seguintes processos recentes de privatização: FOSFERTIL, COPEL, PETROFLEX, CELMA, Caraíbas Metais, PISA e SIBRA.

Por todos esses motivos, o consórcio liberou contratar o Banco Bozano Simonsen S.A. para auxiliar na privatização da COSIPA. Indagado sobre a sua disponibilidade, o Banco Bozano Simonsen nos pediu tempo para consultar a USIMINAS e a CST, porque, se em qualquer delas, já estivesse determinado um interesse no leilão da COSIPA, ele se sentiria impedido de nos assessorar.

Dadas as respostas negativas das empresas, firmamos com a Bozano Simonsen, há mais de 1 ano, no dia 14 de setembro de 1992, contrato para a assessoria dele a nós, e desde então vimos lhe pagando os honorários mensais acertados.

O anexo 1, que foi entregue ao Sr. Presidente, identifica todos os serviços que o Bozano Simonsen nos prestaria na assessoria da privatização.

Algumas conclusões do texto, quanto ao do contrato em questão, são mais do que óbvias. Vejamos: nunca a BRASTUBO, ou o consórcio em que ela se integrou e que o Bozano Simonsen assessorou, admitiu a hipótese de comprar para si o controle da COSIPA. Os textos do anexo 1, itens 5, 7 e 9 a 11, evidenciam com clareza que a intenção de todos os membros do consórcio era compor com outros interessados e formar um grupo de controle cujos interesses individuais fossem identificados, aceitos e conciliados.

Nossas ações e declarações subsequentes, como mostro a seguir, são absolutamente coerentes com as primeiras finalidades. Só que antes da identificação, aceitação e conciliação dos interesses dos possíveis controladores, considerávamos, e ainda consideramos, que o interesse maior de todos tem de ser sanear e recuperar a COSIPA, para que ela supere os seus graves problemas que já apontei antes e, assim, possa perenizar-se como empresa antes e acima dos seus acionistas. Perenizada, ela será capaz de cumprir todos os seus objetivos de empresa privada: lucro, produtividade, eficiência, qualidade de produtos e serviços, preços competitivos, manutenção e ampliação de empregos, expansão dentro e fora do setor, controle dos problemas ambientais, investimentos, inclusive na comunidade, e, por último, a contribuição ao Estado pela nova riqueza criada com velocidade maior e mais adequadamente distribuída entre capital, trabalho, clientes, fornecedores e tributos.

Preciso, neste ponto, fazer uma pequena digressão de como nós do consórcio viamos, e continuamos a ver, com o apoio do Bozano Simonsen, e já agora da USIMINAS, a velocidade da modernização da COSIPA, para explicar a V.Ex^{sa}, em seguida, as dificuldades que tivemos em encontrar parceiros que comungassem com essa nossa visão.

O mercado brasileiro de aços planos, que inclui placas, chapas grossas, laminados a quente e laminados a frio, revestidos ou não, tem sido há bastante tempo um mercado superotertado. Toda vez que a demanda é muito inferior à oferta, os preços praticados não remuneram adequadamente os produtores. Alguns, como por exemplo a CSN, ainda na sua fase estatal, resolveram abandonar o mercado nacional de preços tipados e partir para o internacional, onde os preços eram livres e melhores.

Ocorre que, com o fim do comunismo, 100 milhões de toneladas/ano de laminados produzidos pelos países da Cortina de Ferro passaram a ser ofertados no Mundo Ocidental, e os preços lá fora despencaram também. Adicionalmente, o Brasil iniciou seu caminho na direção da abertura de sua economia, baixando as alíquotas alfandegárias. Hoje, o limite de preço de qualquer laminado de aço plano e o preço pelo qual o congener externo, de igual qualidade, pode ser importado no Brasil.

Ainda há alguns dias foi baixada a Portaria nº 505, de 10 deste mês, do Ministro da Fazenda, que eliminou qualquer tributação sobre as chapas grossas, perfis soldados, produzidos apenas pela USIMINAS, COSIPA, USIMINAS Mecânica, BRASTUBO, sem que isso prejudicasse, de forma insana, a comercialização desses produtos por aquelas empresas no mercado nacional, ao que estou informado.

Somos francamente favoráveis ao caminho da abertura da economia. Já exportamos 60% dos nossos produtos por causa da recessão interna. Nossas usinas podem, de uma maneira geral, com as equipes e equipamentos que possui, conseguir atingir níveis de competitividade para vender seus produtos em qualquer mercado do mundo.

A COSIPA, entretanto, faltam vários fatores, a começar pela motivação e integração do seu homem, que decorre sempre do nível de desânimo que se lhe atribui, continuando com a necessidade de urgente recuperação de equipamentos e índice de produtividade, fixação de tecnologia mais avançada e outros.

Foi por esse motivo, e só por esse, que o nosso consórcio, em conjunto com Bozano Simonsen, deliberou contratar a assessoria técnica em siderurgia para a COSIPA, com o objetivo duplo de permitir a adequada avaliação do valor econômico da empresa e de preparar um plano de ação para a fase pós-privatização que acelerasse ao máximo a recuperação da COSIPA.

Todos os esforços para esse fim foram imediatamente envidados. Foi contratado técnico reconhecidamente experiente para a elaboração do plano de recuperação: o Sr. Luiz Eduardo Kikinger de Abreu. O anexo 2 contém dados relevantes

sobre a capacidade e experiência profissional do Dr. Abreu, bem como o escopo do seu trabalho para chegar à proposição de um plano de recuperação.

Não vou ler aqui o anexo 2, que está na mão do Sr. Presidente. O trabalho do Dr. Abreu tratava da viabilidade econômica da empresa, abordava até o detalhe de cada equipamento, determinava os problemas principais da COSIPA e o tempo necessário para que ela fosse viabilizada. Quando ela poderia voltar a dar lucro? Qual a ação comercial que deveria ser feita? Qual a ação administrativa a ser feita?

Já em outubro ficaram prontas as primeiras avaliações técnicas e financeiras, revistas pelo consórcio até novembro de 1992. No início de janeiro de 1993 foi apresentada aos membros do consórcio pelo Bozano Simonsen e pelo Dr. Kikinger, e por nós aprovada, uma primeira versão do plano de recuperação - esse plano montado pelo Dr. Kikinger - e das projeções econômicas e financeiras da COSIPA, se adotado aquele plano. Como o leilão da COSIPA foi adiado de fevereiro de 1993, sendo realizado só em 20 de agosto, o plano e as correspondentes projeções foram sucessivamente revistas, dando origem a mais duas versões, uma de maio de 1993 e outra de agosto de 1993. A última versão acompanhou a proposta da BRASTUBO à USIMINAS, no último dia 27 de agosto, a que me referirei mais adiante, e se encontra junto ao texto da presente exposição, com o seu anexo 3.

Começa em janeiro de 1993 a nossa vã peregrinação para tentar fazer o que só agora conseguimos, a formação de um grupo de acionistas que, além de buscar seus próprios interesses como torcedor de bens ou serviços, ou comprador de produtos da COSIPA, se identificasse antes com o plano de ação básico, ainda que para modificá-lo em certos pontos, ampliá-lo, alterá-lo, então, apertecoa-lo.

Mas a grande maioria dos nossos interlocutores na busca de parceiros para o controle da COSIPA, embora tivessem recebido uma ou mais das várias versões do nosso plano de ação, aparentemente também não as leu ou as considerou completamente, talvez porque, na sua opinião, a mera compra do controle já permitiria atender aos interesses desses interlocutores, quaisquer que fossem eles.

De janeiro a agosto de 1993 estivemos sem qualquer resultado prático, em alguns casos mais de uma vez, com as seguintes empresas: USIMINAS, CSN, Vale do Rio Doce, Nippon Steel, Vicunha, Votorantim, Paranapanema, vários bancos, outros distribuidores de aço reunidos no INDA e o clube dos funcionários. A USIMINAS, a Vale do Rio Doce e a CSN foram as únicas a discutir, embora não centradas nele, o plano de ação, mas aparentemente sem lhe atribuir qualquer relevância.

A própria USIMINAS, em reunião em 22 de junho de 1993, na presença de todos os membros do consórcio, declarou-se desinteressada em participar do leilão da COSIPA conosco, preferindo concentrar seus esforços no leilão da AÇOMINAS, a ter de enfrentar a oposição paulista, tradicionalmente manifestada contra a sua entrada na COSIPA, ainda quando o acionista era comum, SIDERBRAS.

Saimos da USIMINAS desesperançados, porque era indiscutivelmente a que melhor serviria na parte técnica para acelerar a recuperação da COSIPA. Ela tem níveis de produção, de produtividade, de custos, de qualidade e de parcelas de mercado que a COSIPA, sua irmã gêmea em equipamentos, nem sonha.

O trabalho que constitui o anexo 3 evidencia, com clareza, esses fatos.

Nossas reuniões subsequentes mais importantes foram com a Vicunha, a CSN, a Vale do Rio Doce e com os empregados da COSIPA, representados pelo presidente do clube. Não tivemos qualquer receptividade maior para os nossos propósitos de ter pronto um plano de ação, contendo linhas mestras a serem adotadas após a privatização.

A sensação que nos restou, no período que se estende de meados de julho até a data do leilão, era a de que um grupo capitaneado pela Vicunha e integrado pela Vale do Rio Doce, CSN - essa representada no leilão pela sua subsidiária, a FEM -, Votorantim e empregados da COSIPA, já havia se formado e estava disposto a adquirir o controle da empresa pelo seu preço mínimo, ou próximo dele. Para tanto, haviam identificado e conciliado seus eventuais interesses individuais, limitando-se a indicar que a gestão de empresas seria profissionalizada, como se esse fosse o único requisito para a superação dos gravíssimos problemas da COSIPA. Alegavam aceitar, é verdade, a nossa adesão ao grupo deles, desde que nos termos deles, mas não entravam em discussão sobre como recuperar a COSIPA. Estava, pois, selada a nossa sorte: ou aderíamos, sem qualquer pretensão que não fosse um mero atendimento de nossos direitos como consumidores de produtos da COSIPA, ou eles seguiriam sem nós, na sua marcha de busca do controle da empresa, cuja recuperação não discutiriam conosco.

Neste mesmo momento, autorizado por meus companheiros, procurei o Bozano Simonsen, e concluímos juntos que a COSIPA era recuperável, dentro do plano de ação proposto, com algumas eventuais modificações, mas também que não haveria tempo para a formação de um novo grupo de controle. Desenvolvemos então o esquema que acabou prevalecendo.

Ainda tentamos, mesmo depois de desenvolvermos o esquema que relatarei a seguir, mudaram o rumo das coisas, numa última e vã tentativa com Vicunha, Vale do Rio Doce, CSN e Votorantim, no dia 17 de agosto, aproveitando o fato de que o leilão havia sido adiado para 20 de agosto, e a reunião não deu em nada.

Voltamos ao esquema desenvolvido primeiro para o leilão do dia 10 e depois aplicado no leilão do dia 20 de agosto, que consistia em: Bozano Simonsen aceitou o risco de financiar a Brastubo para comprar quantas ações fossem necessárias para o consórcio vencer o leilão, desde que eu aceitasse que deveríamos procurar, após

o leilão, uma empresa siderúrgica de porte nacional ou estrangeiro para participar do grupo, cabendo ao Bozano Simonsen indicar as duas primeiras a serem procuradas, dada a sua experiência no setor; e a BRASTUBO e seu grupo indicar qualquer outra, se nenhuma das duas do Bozano Simonsen aceitasse a proposta feita a ela. Foi de Bozano Simonsen a indicação da USIMINAS, como esciarcereí adiante.

A segunda hipótese: a Bozano Simonsen, com opção para comprar ações da COSIPA, especialmente no caso de uma siderúrgica por ele indicada, aceitaria participar do grupo.

Eram essas as duas condições que o Bozano Simonsen colocava.

Estimamos, Bozano Simonsen e eu, que o risco envolvido consistia apenas em falharmos na formação do grupo de controle, e por isso ter eu de revender as ações compradas, provavelmente com algum lucro, mediante um novo leilão, agora privado, de que participariam os que tivessem manifestado maior interesse na aquisição das mesmas ações.

Outra alternativa, que acabou se concretizando, seria vender sem lucro uma parcela menor do controle da COSIPA a uma empresa siderúrgica de porte, que viesse a atender ao nosso duplo objetivo antes relatado, acelerar a recuperação da COSIPA, dentro de um programa mínimo de ação e de objetivos empresariais de longo alcance. E a celebração de um acordo de acionistas que nos assegurasse uma participação adequada mas vantajosa, que é a oferecida pelo outro grupo, Bozano Simonsen e eu achamos que o risco valeria a pena.

Fixados esses termos, tranquilizei meus companheiros e, junto com Bozano Simonsen, tracei a estratégia do leilão, que passo a relatar.

Essa estratégia é necessariamente diversa da estratégia dos investimentos em si, pois se limita a criar condições que facilitem a realização do investimento já decidido.

A primeira providência foi o Bozano Simonsen reservar no BNDES todo o seu limite operacional normal, 400 milhões de dólares, para comprar do BNDES, a prazo, a moeda que viesse a ser gasta no leilão pelo nosso grupo. O BNDES só confirmou a reserva de 300 milhões de dólares, mas afinal foi necessário um pouco menos do que o valor reservado.

O anexo 4 e a cópia do contrato celebrado entre o BNDES e o Bozano Simonsen para aquisição da moeda, que se junta com a confidencialidade que a matéria exige e a lei impõe. Reserva e contrato estão sujeitos e obedecem estritamente à Resolução nº 803/93, de 15 de janeiro de 1993, da diretoria do BNDES.

Note-se que, para fins de leilão, o BNDES só pode vender moeda a prazo para instituições financeiras dentro dos seus limites cadastrais: são as instituições adquirentes da moeda que, nos termos da lei e do contrato que celebram com o BNDES, a repassam para os adquirentes de ações, para fins da liquidação financeira do preço da arrematação. Num prazo que não costuma exceder a 90 dias após a revenda, a instituição que tiver revendido a moeda adquirida do BNDES pode vir a ser substituída pelo BNDES se o seu cliente tiver um cadastro aceitável pelo BNDES e puder atender às exigências desse órgão. Caso contrário, o banco revendedor continuará credor do comprador final da moeda. Até o presente, no caso da COSIPA, o BNDES limitou como cabível a vender a moeda a prazo ao Banco Bozano Simonsen para aplicação pelos clientes desse, na liquidação financeira do preço de arrematação das ações da COSIPA, não tendo ainda, dada a exiguidade do tempo, ocorrido qualquer pedido de substituição.

A legislação em vigor permite - e a prática dos leilões de privatização tem consagrado, no desenvolvimento e implementação das várias estratégias de leilão - a utilização indiscriminada de empresas que se tenham identificado e que tenham registrado moeda avultando as seguintes hipóteses de uso de empresas, apenas por motivos estratégicos de leilão:

1 - A constituição de companhias especificamente para compra das ações no leilão, que não existiam antes. Exemplo: CINCO que comprou a SNBP; FERTIFOZ, que comprou a FOSFERTIL.

2 - O uso das companhias existentes, mas inoperantes. Exemplo: ALBATROZ, do Grupo SAFRA, que adquiriu várias participações, especialmente da ACESITA; EMPETRO, do Grupo Ipiranga, que adquiriu ações da COPESUL.

3 - O uso de companhias operantes, mas com o objetivo social diverso. Exemplo: DOCENAVE, que é a subsidiária da Vale para transportes marítimos, e adquiriu participações na CSN e AÇOMINAS.

4 - O uso de companhias operantes ou não, que não serão as detentoras das ações adquiridas. Exemplo: SRL, que adquiriu para o Grupo Banco Econômico ações da AÇOMINAS, e DRESDNER BANK, que comprou ações da OXITENO, para capitalizar no grupo Monteiro Aranha.

Tudo isso se faz de forma a não revelar integralmente todos os interesses e todas as moedas disponíveis para os lances. A legislação assegura ainda o sigilo total das moedas registradas para fins de leilão. Todo esse processo sigiloso tem por objetivo único preservar as decisões tomadas pelos grupos empresariais que estarão presentes a um dado leilão, dificultando o acesso de seus concorrentes ao conteúdo exato de suas intenções, em benefício útil da própria União Federal.

Aliás, estranho muito que, embora sigilosa por lei, a informação detalhada quanto às moedas disponibilizadas para o leilão da COSIPA tenha sido objeto de relatório preparado por um dos licitantes derrotados e amplamente divulgado pela imprensa, o que nunca ocorrera antes.

Voltando ao nosso caso, para os grupos que nos ofereceram aderir ao acordo deles, parece que composições prévias que "vacinem" contra ágio em detrimento da natureza do leilão e em prejuízo claro do vendedor, são consideradas morais e legítimas, enquanto que para eles atingiriam as proximidades de uma pretensa ilegalidade, mera estratégia de leilão, inclusive empresa inoperante mas preexistente e legitimamente registrada, como foi o caso da Anquilla, que relatarei a seguir.

Até o leilão no dia 20, a ANQUILLA era uma empresa praticamente inoperante, colocada junto com outras por Bozano Simonsen, à disposição do consórcio, para compor a estratégia do leilão. Nenhum de nós, entretanto, considerava que viesse a ser necessária a utilização da moeda registrada em seu nome para aquisição das ações, dada a expectativa geral de um ágio inferior ao que ocorreu. A Vale do Rio Doce, por exemplo, que no leilão vinha acompanhando Vicunha e CSN, foi até um ágio de 94%, embora tivesse sido autorizada por sua diretoria a pagar um ágio máximo de 25%, segundo informações dadas pelo seu próprio Presidente e divulgadas pela imprensa.

A explicação da baixa expectativa para o valor do ágio do leilão da COSIPA residia, na verdade, numa distorção básica que vem ocorrendo desde o leilão da CSN, quando o Governo fez crescer a participação subsidiada dos empregados para o máximo de 20%. Isto conjugado com a decisão da Vale, de se comprometer em conjunto com os empregados, criou uma iniquidade básica nesses leilões. Aqueles selecionados pela Vale e pelos empregados passaram a ter de comprar um percentual muito menor, entre 30 e 35% apenas das ações ordinárias para deterem o controle da sociedade. Logo, pela mesma quantidade de moeda, podem adquirir menos ações com ágio maior e assim atingir seus objetivos. Lógico que os outros interessados, percebendo a manobra, acabaram por desistir antes do leilão, com um resultado de liminar, disputas vãs, e, por via de consequência, tornaram impossível a ocorrência de ágio, como ocorreu no leilão da CSN, ou desistissem durante o leilão, dado o valor que o ágio já atingiu, como foi o caso da AÇOMINAS. Só que neste último caso ocorrem muitas sobras que são compradas ao preço mínimo, reduzindo-se então substancialmente o preço efetivamente pago.

Nosso consórcio, todavia, tinha feito uma avaliação muito consistente da COSIPA, a partir do plano de recuperação da empresa que fora elaborado, e sabia, portanto, a que limites poderia chegar. Dispôs-se, por isso, a acompanhar os lances do grupo privilegiado pela Vale e pelos empregados. Para isso, acabou tendo de usar a moeda registrada em nome da Anquilla e outras circunstâncias acabaram por produzir um segundo resultado não previsto inicialmente, e, ao final do leilão, o consórcio havia adquirido muito mais ações do que pretendia, 75% ao invés de 52%, por um preço médio e ponderado que incluía um ágio superior a 98%.

As seguintes empresas deram lance vencedor e adquiriram as ações do leilão, usando a moeda revendida pelo Banco Bozano Simonsen, pelas seguintes quantidades de ações: ANQUILLA, 7 trilhões, 500 milhões, 36 mil, 811 ações; BRASTUBO, 5 trilhões de ações; ALAMO, 569 milhões, 853 mil ações; DARMA, FREFER, DUFER, COTIA e LIMASA, 386 milhões, 29 mil e 400 ações; TUPANDY, 168 bilhões, 473 milhões, 350 mil ações. Além disso, uma empresa estrangeira, a Lotten Corp, havia registrado cerca de 17 milhões de certificados da dívida externa brasileira "MYDFAs" no Banco Central do Brasil e na CLC da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para usá-los como moeda na aquisição de ações do leilão. Com base nela, deu um lance vencedor para compra de 21.450.035 lotes. Ocorre que no dia do leilão medida liminar judicial suspendeu o uso de várias moedas, inclusive as "MYDFAs".

Como essa medida não foi revogada até a data da liquidação dos lances de arrematação, a Lotten Corp cedeu à Minergy que assumiu com moeda nacional e, em consequência, o grupo somou 1 quatrilhão, 72 trilhões, 501 milhões, 750 mil ações, correspondentes aos lotes assim assumidos.

O inesperado valor da compra acelerou a necessidade de se encontrar parceria, a que me referi antes, ou a vender privadamente todas ações adquiridas. Entretanto, começaram a surgir dúvidas no mercado sobre como a BRASTUBO e a anquilla iriam liquidar o preço das ações arrematadas. A imprensa chegou a sugerir que eu, dadas as ligações com o Governo do Estado de São Paulo, usaria moeda do BANESPA. Bozano Simonsen e eu achamos por isso preterível aguardar a liquidação ocorrida no dia 26 de agosto antes de definir o caminho a seguir.

Nota-se que eu e meus companheiros do consórcio não ficamos parados nesse período. Na verdade, como declarei à imprensa no dia 21 de agosto, logo depois do leilão, procuramos contato com a USIMINAS, a CST, a CSN e a ACESITA, para indagar o interesse de todas em se comporem na COSIPA. Tivemos a resposta negativa formal da CST e nos desencontramos do Diretor da CSN, encarregado antes do leilão, e do Presidente da ACESITA. Só da USIMINAS tivemos a confirmação de que ela estava disposta a estudar uma proposta nossa, já que ganháramos o leilão. Nesse período, Bozano Simonsen já nos indicara a USIMINAS como sua primeira escolha, mas informara que, dada a composição do grupo controlador daquela empresa e do seu próprio Conselho de Administração, não poderia segurar a aceitação da proposta por ela, já que seriam necessários os votos de ao menos 3/4 dos 50% das ações ordinárias, vinculado ao acordo, e ele não detinha as ações necessárias à aprovação.

No dia 2 de agosto de 1993, eu havia dirigido uma carta à Nippon Steel, a maior e mais bem capacitada siderúrgica no mundo, pedindo cooperação tecnológica para a COSIPA, se o consórcio viesse a participar do seu controle acionário. No mesmo

dia, 26 de agosto, em que BRASTUBO e ANQUILLA liquidaram o valor das ações que arremataram, como era de praxe, torneada pelo Bozano Simonsen, recebi duas cartas da Nippon Steel, uma proveniente do seu departamento técnico do Japão, que se limitava a confirmar a sua disposição de prover cooperação técnica à COSIPA.

As respostas da Nippon me animaram e aos meus companheiros a formular imediatamente uma proposta à USIMINAS, apesar dos riscos envolvidos. No dia 27, à tarde, eu e meus companheiros, assistidos pelo Bozano Simonsen, já agora como financiador do próprio projeto e potencial acionista, nos reunimos com a USIMINAS e fizemos uma proposta para transferência de mais de 10,8 bilhões de ações, ou seja, 49,78% do capital ordinário, o que não significa controle individual e permanente pelo mesmo preço médio e ponderado do leilão, mas reembolso dos custos incorridos no ou para o leilão, na proporção das ações ofertadas. Proposta que, depois de discutida amplamente naquele mesmo dia e nos que se seguiram e, ainda, ter sido ligeiramente alterada para atender as solicitações ou contraproposta da USIMINAS, acabou sendo aceita em 2 de setembro de 1993.

Foi condição da compra pela USIMINAS que todas as ações da COSIPA fossem oriundas de uma única fonte, o que determinou sua concentração na Anquilla. Esta, uma vez transferida à USIMINAS, entrou no mesmo ato de liquidação, com a dissolução direta dos seus ativos, 10,8 bilhões de ações da COSIPA. O Banco Bozano Simonsen portou as ações pela própria USIMINAS, para sua dissolução logo após a formulação de todas as transferências. Por sua vez, o Banco Bozano Simonsen, usando de sua opção, comprou 3 trilhões, 88 bilhões, 235 milhões, 200 mil ações, com a obrigação de repassar ainda em setembro 386 milhões, 29 mil e 400 para a Benafer.

Em consequência de todos esses movimentos, formou-se um grupo de controle da COSIPA, que é composto de sete parceiros comerciais da COSIPA - BRASTUBO, RIO NEGRO, LIMASA, DUFER, FREFER, COTIA TRADING e BENAFAER, totalizando um conjunto de 12,418% das ações. O Banco Bozano Simonsen com o mesmo percentual do conjunto dos distribuidores e a USIMINAS com 49,788% das ações. Como se vê, a USIMINAS, sozinha, não é controladora da COSIPA. Bozano Simonsen talvez não seja diretamente, mas sim por causa da sua participação limitada a USIMINAS e, por sua vez, o Conselho de Administração é composto de sete membros, sendo um Diretor-Presidente da Sociedade, dois representantes da USIMINAS, um do Banco Bozano Simonsen, um dos parceiros comerciais, um dos empregados e um da própria União Federal. Neste caso, como o principal articulador da solução fui eu e como obtive vantagem nas negociações, coube a mim a Presidência do Conselho.

Terna, aqui, Sr. Presidente, ainda que ressaltar três fatos. Os princípios que regem nosso acordo de acionistas vou deixar de lê-los.

O segundo fato é a preocupação que tivemos em conjugar um aspecto que acho muito importante para a informação dos senhores, que é, de um lado, a exigência de 3-4 dos votos dos acionistas controladores para, entre outras matérias, que se tomassem todas as decisões sobre a política de preços, ofertas de produtos e relação de mercado, formação de consórcios mercadológicos; e outros acham que devemos ter a redução - a Presidência da COSIPA - em seus atuais mercados de produtos.

E, de outro, a eleição de um Conselho de Administração equilibrado, composto de seis membros eleitos, sendo eu o Presidente, como voto de Minerva, o representante do Bozano, Simonsen e dos empregados, um do Governo Federal e dois da USIMINAS, e mais o Diretor-Presidente da COSIPA como membro nato.

Esta é a minha contribuição e de meus parceiros aquilo que consideramos essencial ao nosso investimento: recuperar a COSIPA da forma mais rápida possível, em benefício de seus acionistas, empregados, clientes e fornecedores, perenizando-a em condições de íntima integração com o homem, as comunidades locais, o Estado de São Paulo e o próprio País.

Depois deste relato, estou a disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Relator *ad hoc*. Deputado José Lourenço, para que formule suas perguntas.

O SR. RELATOR (José Lourenço) - Sr. Presidente, solicitaria a V.Exª que as minhas questões fossem apresentadas ao término dos questionamentos que possam ser feitos pelos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Edson Menezes.

Como recebi uma carta do Relator Amir Lando para que formule as perguntas em seu nome, o prazo que V.Exª terá para que apresente as suas perguntas será dilatado para 20 minutos.

O SR. EDSON MENEZES - Sr. Presidente, muito obrigado. Efetivamente, recebi uma comunicação do Senador Amir Lando, que em nossa CPI exerce as funções de Relator. Na sua ausência, vou me dirigir ao Sr. Depoente para lhe formular as perguntas que ele - o Relator - gostaria de fazer.

Passo a fazer, portanto, as perguntas que o Senador Amir Lando gostaria de fazer.

Sr. Aldo Narcisi, quais as funções públicas que o senhor exerceu ou exerce?

O SR. ALDO NARCISI - Não exerço função pública alguma. Sou Presidente de uma companhia privada, mas ligada ao Governo do Estado de São Paulo.

que é a Companhia Paulista de Desenvolvimento. São 250 quotas, formada por 60 empresários. O Estado de São Paulo teria direito a indicação da compra de uma quota para participar da companhia. Não exerceu essa ação e, portanto, é uma companhia totalmente privada. Não tenho função pública alguma.

O SR. EDSON MENEZES - Há relação entre essas atividades e a privatização de empresas públicas?

O SR. ALDO NARCISI - É totalmente diferente do processo federal. O processo da companhia para o desenvolvimento trata de concessão de serviço público e não de venda de ativos. Toda ação que desenvolvemos - infelizmente, ainda não conseguimos que projeto algum fosse conquistado - trata simplesmente de concessão de serviço público e não de venda de ativos.

O SR. EDSON MENEZES - Como o senhor define um leilão?

O SR. ALDO NARCISI - A definição de um leilão é uma coisa simples: é uma venda de um ativo onde diversas empresas têm interesse nesse ativo. Se tiver esse interesse, quem apresentar a melhor proposta, a melhor condição, ganha o leilão.

O SR. EDSON MENEZES - O senhor acha que há leilão no caso das privatizações no Brasil?

O SR. ALDO NARCISI - Acho que há leilão. No caso da COSIPA, por exemplo, houve leilão; em outros casos, não. Por exemplo, no caso da CSN não houve leilão; mas no da COSIPA houve, porque foi vendido por 98% acima do preço estabelecido pelo BNDES.

O SR. EDSON MENEZES - E no caso da CSN não houve leilão?

O SR. ALDO NARCISI - Não, porque foi vendido por um preço menor. Foi vendido por um preço mínimo, ao invés do caso da COSIPA, que foi vendido pelo dobro, 98%.

O SR. EDSON MENEZES - Então, no seu julgamento, quando não há ágio, não há leilão.

O SR. ALDO NARCISI - Não, acho que há leilão. Mas o leilão deixa de ser interessante para a área federal, porque, para quem vende, deixa de ser interessante, simplesmente porque o bom do leilão é ter vários licitantes, várias empresas interessadas.

O SR. EDSON MENEZES - Eu gostaria de perguntar sobre as articulações anteriores ao leilão da COSIPA, mas V. S.^a já descreveu na sua disposição.

Apenas eu queria que acrescentasse quem coordenou essas articulações do leilão da COSIPA.

O SR. ALDO NARCISI - O nosso grupo iniciou-se em agosto de 1992; era formado por seis empresas que precisavam de assessoria. Buscamos, então, duas colunas para poder tratar dessa assessoria: uma, a assessoria no aspecto de como se participa de um leilão. Procuramos o Bozano, Simonsen e pagamos pelo serviço que prestaram; a outra, muito importante que era a formação de um **business plan**. Era muito importante, porque via detalhes, via o que estava acontecendo na administração da companhia, o que estava acontecendo com os equipamentos, onde houve perda de tecnologia e detectava a sua competitividade ou não. Toda essa articulação partiu de nós, lógico que depois apoiada pelo Banco Bozano, Simonsen e por este documento, por este **business plan** que fizemos.

O SR. EDSON MENEZES - Então, V. S.^a coordenou.

O SR. ALDO NARCISI - O nosso grupo, o das seis empresas que coloquei aqui.

O SR. EDSON MENEZES - Quem do BNDES foi contratado antes do leilão da COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - Normalmente, os interessados fazem uma visita ao BNDES. Na verdade, não participei e, por isso, não saberia informar: não fui a essa visita ao BNDES que, normalmente, faz parte do roteiro. Infelizmente, nesse dia eu não estava presente, portanto, não sei o que foi programado e nem sei se tal visita foi feita. Posso informá-lo posteriormente.

O SR. EDSON MENEZES - O Bozano, Simonsen, além de participar diretamente da compra de empresas estatais presta assessoria pelo que é remunerado. E isso?

O SR. ALDO NARCISI - Ele tem uma empresa - a BBS - que presta serviços de assessoria na privatização. Eles têm uma empresa que faz esse tipo de coisa. Li uma relação de uma série de empresas que participaram como assessores de privatização.

O SR. EDSON MENEZES - Que relacionamento V. S.^a mantém com o Sr. Luís Carlos Delben Leite, ex-Presidente do BNDES?

O SR. ALDO NARCISI - Conhecemo-nos há muitos anos. Isso, porque sou sou Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Base, e ele era Presidente da ABIMAQ: são duas entidades que tratam da questão da infra-estrutura do País, da área de bens de capital. Ele servia mais à área de bens seriado e eu muito mais à área de bens sob encomenda. As nossas relações ficaram aí. Depois, o Sr. Luís Carlos Delben Leite foi Secretário do Governo na área de Ciência e Tecnologia. É lógico que a ABDIB tinha uma relação constante com essa Secretaria, porque é de interesse de nossa entidade de classe.

Quando ele foi Presidente do BNDES, não tivemos contato.

O SR. EDSON MENEZES - V. S.^a não contactou o Sr. Delben Leite na privatização da COSIPA.

O SR. ALDO NARCISI - Não contarei.

O SR. EDSON MENEZES - V. S.^a poderia detalhar a participação do Sr. Luís Carlos Delben Leite na privatização da COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - Francamente, não sei quem poderia fazê-lo. Eu não posso, porque não sei qual a sua participação. Com o nosso grupo ele não teve nenhuma participação. Quero até relatar que o Dr. Delben Leite é uma pessoa responsável, muito clara nas suas posições, muito inteligente e que conquistou todas essas posições, inclusive como Presidente da ABIMAQ, entidade de classe com mais de mil associados; depois, foi Secretário. Respeito-o por isso.

O SR. EDSON MENEZES - V. S.^a conversou com o Sr. Sérgio Zendron antes ou depois do leilão?

O SR. ALDO NARCISI - Conversei diversas vezes com o Sr. Sérgio Zendron não sobre o leilão COSIPA, porque a ABDIB cede a sua sede lá em São Paulo para as representações dos leilões que patrocina: muitas vezes, quando ele vai até lá, ele passa e cumprimenta. Só isso. Mas acerca da COSIPA, nada conversei em particular: não conversei com ninguém do BNDES.

O SR. EDSON MENEZES - Qual foi o motivo real de se camuflar a aquisição da COSIPA pelo Sr. Júlio Bozano?

O SR. ALDO NARCISI - Fiz um relato bastante extenso e se viu que ninguém queria comprar a COSIPA. Se o leilão fosse feito no dia 17 de fevereiro, como estava determinado, tenho a certeza de que somente apareceria o nosso grupo. Não iria aparecer mais ninguém. Fizemos um esforço muito grande para conquistar essas pessoas, e só o conseguimos dentro daquela articulação.

V. Ex.^a perguntou o que fizemos, e eu respondi. Essa articulação que passava pelo **business plan**, que passava por essas informações, mostraram que a COSIPA era viável. No processo, fomos tentando convencer, não só o Banco Bozano, Simonsen S.A., mas outros bancos do sistema financeiro e outras empresas, da viabilidade da COSIPA. Acreditávamos nela.

Em um certo momento, o banco colocou como condição preliminar, que citei aqui, que ele gostaria de indicar uma empresa para ser operadora. Com isso, ele participaria do processo, desde que tivesse o direito de participação que lhe desse uma cadeira no Conselho.

Tenho conhecimento de um estudo técnico feito pela USIMINAS um mês antes do leilão da COSIPA, o qual concluiu que a COSIPA não era um bom negócio para a USIMINAS. O que levou, depois, o Sr. Bozano Simonsen a ignorar esse estudo técnico e adquirir o controle da COSIPA por seu intermédio?

Tenho também conhecimento de que foi feito esse estudo e que nele a USIMINAS reconheceu que não haveria interesse, porque a COSIPA, realmente, não era uma empresa recuperável. Não tive noção do estudo em si. Quem pode dar essa resposta é a USIMINAS, não eu. Por que ela mudou de idéia, eu não sei. Fomos, talvez, convincentes na forma de apresentação do projeto, do nosso plano.

Apresentei aqui uma proposta não muito clara, porque tive de diminuir o tempo na exposição.

Apresentei, no dia 26 de agosto, uma proposta para a USIMINAS e estava presente toda a Diretoria da empresa. Levei o **business plan**, as idéias que tínhamos a respeito da COSIPA, o que deveria ser feito. Passamos por uma maratona que começou às 15 horas e foi até às 22 horas.

Não quero pensar que isso tenha sido suficiente para convencê-los, mas deve ter tido o seu valor. Quem pode fornecer esta resposta será a USIMINAS. Isso é coisa das Minas Gerais.

O SR. EDSON MENEZES - Contesso que tenho dificuldades em entender esse procedimento. A USIMINAS tem com o Sr. Júlio Bozano, Diretor do Conselho de Administração, um estudo técnico no sentido de orientar o não envolvimento da USIMINAS no leilão da COSIPA por não ser um bom negócio. O Sr. Júlio Bozano assessora o seu consórcio na aquisição da COSIPA. E, depois, esse mesmo Júlio Bozano adquire o controle da COSIPA. Como é isso?

O SR. ALDO NARCISI - Eu gostaria de lembrar que a USIMINAS tem um Conselho cujo Presidente é o Sr. Júlio Bozano que tem uma participação de 7%, insuficiente para tomar qualquer decisão sozinho. Essa decisão passa por um Conselho inteiro: passa pela Diretoria da USIMINAS, por todas essas pessoas.

O Sr. Júlio Bozano, em certo momento, acreditou no projeto. No início das negociações, não aceitou a participação dele, como já mencionei. Estou me referindo a setembro de 1992: possivelmente, ele se convenceu das colocações durante esse período.

O Conselho da USIMINAS tem oito membros: ele representa um voto; faltam 7 votos. E a decisão foi 4 a 3.

Mas o interesse, a mudança de posição da USIMINAS, realmente, é uma incógnita. O meu poder de convencimento não é tão grande.

O SR. EDSON MENEZES - Talvez não seja poder de convencimento e sim a lógica dos fatos que não nos convença nessa triangulação. Em todo caso, de quem era a Anquilla Participações Ltda?

O SR. ALDO NARCISI - A Anquilla Participações Ltda, conforme relatei, é uma empresa que tínhamos reservado dentro das empresas para a estratégia de leilão. Como eu disse, trata-se de uma empresa que não seria utilizada, mas como o leilão cresceu, em termos de valores, fomos obrigados a utilizá-la. Ela pertencia ao

Bozano, Simonsen, sendo cedida para consórcio para participar do leilão: em seguida, foi vendida à USIMINAS que acabou comprando um volume muito grande de ações; e essa empresa cabia perfeitamente dentro desse processo.

O SR. EDSON MENEZES - V. S.^a poderia explicar melhor o que é cedida pelo consórcio.

O SR. ALDO NARCISI - É uma empresa que foi vendida para o consórcio por um valor qualquer, um valor simbólico.

Vendida por um valor simbólico, utilizamo-la para um leilão. Todos os leilões têm uma esquematização, uma formação, uma estrutura, o que é muito importante para, de outro lado, os seus concorrentes não saberem exatamente o que se está fazendo.

O SR. EDSON MENEZES - Perguntei de quem era a Anquilla Participações Ltda. Ela sempre foi do Sr. Júlio Bozano?

O SR. ALDO NARCISI - Não sei se ela sempre foi do Sr. Júlio Bozano; no momento em que foi vendida, era dele.

No ato da venda, a Anquilla Participações Ltda era do Sr. Júlio Bozano; foi-me vendida e, imediatamente, passou para a USIMINAS, voltando, em seguida, para o Sr. Júlio Bozano.

O SR. EDSON MENEZES - De quem é a Lotten Corp?

O SR. ALDO NARCISI - A Lotten Corp é uma dessas outras empresas colocadas, no processo, e pertence ao Bozano.

O SR. EDSON MENEZES - V.S.^a sabia dizer por que a Lotten Corp foi criada?

O SR. ALDO NARCISI - Não sei dizer. Não me pertence, não conheço o processo.

O SR. EDSON MENEZES - Pelo menos, nesse episódio, ela serviu para escamotear uma transferência de ações, de controle acionário.

O SR. ALDO NARCISI - Não, a Lotten Corp serviu para a compra de moedas fora do País. Quando tratamos com o Banco Bozano Simonsen para nos assessorar, uma das atividades do Banco era buscar moeda o mais barato possível, para que pudessemos participar do processo, e a Lotten Corp tinha essas moedas que foram compradas, em torno de 17 milhões de dólares. No relato, essa posição ficou bem clara.

Como foi proibido a utilização de moedas estrangeiras, teve-se então que fazer um processo. A Lotten Corp venderia suas ações para a Minergy, outra companhia que assim poderia utilizar essas moedas, no processo de privatização.

O SR. EDSON MENEZES - V.S.^a disse que ela serviu para comprar moedas.

A Lotten Corp é uma dessas estabelecidas em paraísos fiscais, como, por exemplo, nas Ilhas Virgens?

O SR. ALDO NARCISI - Pelo que me consta, sim. Legalmente, paraíso fiscal.

O SR. EDSON MENEZES - Ela era de propriedade de V.S.^a ou do Sr. Júlio Bozano?

O SR. ALDO NARCISI - Do Sr. Júlio Bozano.

O SR. EDSON MENEZES - E depois do leilão, ela passou para V.S.^a?

O SR. ALDO NARCISI - Não, não passou para mim. Essa companhia não é minha.

O SR. EDSON MENEZES - A ANQUILLA Participações Ltda não foi transferida para V.S.^a?

O SR. ALDO NARCISI - A ANQUILLA Participações Ltda foi transferida: a Lotten Corp, não.

O SR. EDSON MENEZES - O controle da Lotten Corp, a exemplo da ANQUILLA, não foi transferido para V.S.^a?

O SR. ALDO NARCISI - A Anquilla Participações Ltda nos foi vendida e a vendemos para a USIMINAS; a Lotten Corp não nos foi vendida. Eu gostaria de fazer chegar às mãos da Comissão o documento de compra e de venda da ANQUILLA Participações Ltda.

O SR. EDSON MENEZES - A Lotten Corp é de V.S.^a ou do Sr. Júlio Bozano Simonsen?

O SR. ALDO NARCISI - A Lotten Corp não é minha, é da empresa Bozano Simonsen S.A. Penso que é da Bozano Simonsen S.A.

O SR. EDSON MENEZES - Ah! V.S.^a pensa que é do grupo Bozano Simonsen S.A.?

Continua sendo do grupo Bozano Simonsen S.A.?

V.S.^a tem idéia se a Lotten Corp é sediada no paraíso fiscal?

O SR. ALDO NARCISI - Não tenho idéia; todavia, como há tantas empresas sediadas no paraíso fiscal, não vejo nenhuma novidade em termos de empresas em paraíso fiscal. É uma coisa legal, simples.

O SR. EDSON MENEZES - Tenho muitas suspeitas, porque a do PC também era lá nas Ilhas Virgens.

O SR. ALDO NARCISI - Têm empresas de pessoas idôneas e de pessoas inidôneas.

O SR. EDSON MENEZES - Que atividade ela desenvolve?

O SR. ALDO NARCISI - Não sei. Essa pergunta deve ser feita ao proprietário.

O SR. EDSON MENEZES - O Sr. Cristiano Franco Neto, Vice-Presidente do Grupo Bozano Simonsen S.A afirmou ao Sr. Secretario de Defesa Econômica do Ministério da Justiça que a relação do grupo com a sua empresa é da prestação de consultoria.

O SR. ALDO NARCISI - Exatamente.

EDSON MENEZES - E só isso?

O SR. ALDO NARCISI - Apenas isso. Prestação de consultoria para o nosso grupo, não para a nossa empresa especifica, para aquele Grupo dos Seis que comprou essa participação de 12,4%.

O SR. EDSON MENEZES - Quer dizer que V.S^a participou do leilão da COSIPA como consultor do Grupo Bozano, Simonsen S.A.?

O SR. ALDO NARCISI - Como consultor, não. O Banco Bozano Simonsen que era o meu consultor.

O SR. EDSON MENEZES - Que curriculum V.S^a apresentou para o Grupo Bozano Simonsen S.A para se habilitar a essa consultoria?

O SR. ALDO NARCISI - Nenhum curriculum. Apenas convidei, como convidamos outras empresas a nos darem consultoria dentro daquele relato inicial em que fiz referência às qualidades que tinha visto no Banco Bozano, no processo de privatização da COSIPA. Quando foi feita assessoria na questão da USIMINAS e na CST, pensamos que essa empresa seria ideal para nós.

O SR. EDSON MENEZES - Os jornais têm noticiado que as suas participações nas reuniões na Diretoria da COSIPA tem sido constrangedora, porque o seu papel hoje é parecido com sua função no leilão, isto é, de mero coadjuvante. Isto é verdade?

ALDO NARCISI - Eu sou Presidente do Conselho. Penso que seria difícil ser mero coadjuvante quando sou o Presidente do Conselho da Companhia.

O SR. EDSON MENEZES - A revista ISTOÉ publicou o seguinte comentário de um executivo que assistiu a reunião: "Constrangido, Narcisi ficou em silêncio ate o fim da reunião. Era o laranja perfeito, com carimbo na testa".

O SR. ALDO NARCISI - Veja V. Ex^a como agem os jornalistas. Alguém comentou. Não foi o jornalista quem escreveu. No dia em que o fizer, será processado. Não vou me irritar com isso.

Particpei da reunião da assembléia na COSIPA. Eu tinha talado todos os dias para a imprensa. V. Ex^a viu quanto material a imprensa teve sobre o projeto COSIPA. Falei na televisão e na rádio sobre a participação COSIPA: abordei os grandes problemas que tínhamos em Santos acerca da intranquilidade de 18 mil funcionarios, 18 mil famílias da COSIPA. Esse processo vinha sendo arrastado. Essa privatização deveria ter sido feita antes de 17 de fevereiro. No entanto, a minha preocupação era com aquelas 18 mil famílias que estavam na Baixada Santista e não com o que a Revista ISTOÉ tosse publicar. Intelizmente: não se consegue fazer nada contra os jornais. V. Ex^a já deve ter sido atingido varias vezes dessa forma. Por isso, quando leio as informações, procuro fazê-lo da melhor maneira.

O SR. EDSON MENEZES - Há uma noticia da mídia de que o Sr. Júlio Bozano foi aconselhado por um Ministro a não participar do leilão da CSN, para que não transparecesse o monopólio da produção do aço. Tera sido essa a razão de se montar um verdadeiro teatro no leilão da COSIPA, em que V. S^a apareceu como ator coadjuvante aos olhos do público, para não dizer "testa de ferro"?

O SR. ALDO NARCISI - Não sei como foi o processo de privanização da CSN. Não sei se o Ministro disse isso ao Júlio Bozano. O que posso dizer é que Júlio Bozano nunca me fez referência a esse incidente.

Preocupação como testa-de-ferro, eu não tenho nenhuma. Por uma razão muito simples: comprei minhas ações e paguei-as. Não sei como funciona esse negocio de ser testa-de-ferro, comprando ações e pagando-as. Não sei como pode ser entendido. Em nenhum lugar do mundo alguém podera entender esse tipo de coisa.

O SR. EDSON MENEZES - V. S^a teve financiamento do BNDES para comprar ações da COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - Não. Quem recebe financiamento é o banco, não eu. E aí a responsabilidade de financiamento da compra de moeda é do BNDES para o banco.

O SR. EDSON MENEZES - V. S^a entrou em tudo isso através desse consórcio?

O SR. ALDO NARCISI - Relatei aqui, com bastante detalhes, como entrei nisso tudo.

O SR. EDSON MENEZES - Estou tentando entender essa encenação toda. Não pense V. S^a outra coisa.

O SR. ALDO NARCISI - Deputado, talvez as pessoas não se conformem por ter sido uma coisa tão clara, tão avisada. Ultimamente, no Brasil, o que as pessoas procuram é escândalo. E querem procurar escandalo dentro de um processo limpo, claro, honesto e sério. Aqui esta um modelo que considero bom. V. Ex^a me deu uma oportunidade muito grande de talar. Esse modelo criado pela BRASTUBO e essas outras cinco empresas - FREFER, DUFER, RIO NEGRO, a COTIA TRADING e a LIMASA - e um processo a ser imitado. Agora, sim, esta sendo dada oportunidade a um

empresário de porte médio de participar de leilões dessa dimensão. Por que esse campo de negócio está reservado simplesmente aos megaempresários e não a nós, empresários de porte médio? Por que essa discriminação? Por que essa cultura elitista existente na sociedade não muda? Por que o Congresso não nos ajuda a fazer essa modificação.

O SR. EDSON MENEZES - Depois dessa trama toda, que participação V. S^a tem na COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - O nosso grupo tem 12,4%.

O SR. EDSON MENEZES - O faturamento da BRASTUBO é de 2 milhões de dólares?

O SR. ALDO NARCISI - Não. Posso esclarecer. O faturamento da BRASTUBO em si - somente a BRASTUBO - é de 30 milhões de dólares anuais. O patrimônio da BRASTUBO é de 10 milhões de dólares anuais.

A BRASTUBO, como grupo, fatura 100 milhões de dólares anuais e tem um patrimônio de 35. O Grupo dos Seis, que aqui está, tem um patrimônio de 165 milhões de dólares. Somente as empresas que entraram no leilão faturam 550 milhões de dólares. Se se colocar outras empresas do grupo, o faturamento será de quase 1 bilhão de dólares.

empresa do grupo fatura quase 1 bilhão de dólares.

O SR. EDSON MENEZES - Não. Qual o faturamento mensal da sua empresa?

O SR. ALDO NARCISI - As minhas empresas faturam 100 milhões de dólares.

O SR. EDSON MENEZES - A BRASTUBO?

O SR. ALDO NARCISI - A BRASTUBO em si fatura 30 milhões de dólares anuais; individualmente, ela tem 10 milhões de dólares em patrimônio. As minhas empresas como um todo faturam 100 milhões de dólares; o meu grupo fatura 35 milhões de dólares em patrimônio.

O SR. EDSON MENEZES - Qual o percentual da participação da BRASTUBO?

O SR. ALDO NARCISI - Da BRASTUBO, 1.7744.

O SR. EDSON MENEZES - Se V. S^a não tivesse participado desta montagem teria condições financeiras para adquirir esse mesmo volume de ações?

O SR. ALDO NARCISI - Se eu fosse inteligente o suficiente para fazer outra montagem, contorne a sua descrição, sim.

O SR. EDSON MENEZES - Não tenho dúvida de que isso foi uma montagem. De tal forma que eu queria saber de V. S^a como será o último capítulo dessa encenação.

O SR. ALDO NARCISI - Não existe encenação. V.Ex^a insiste nessa posição. Penso que expliquei. Se não consegui convencê-lo, peço que me perdoe pela falta de inteligência e de convencimento no sentido de que V.Ex^a entenda isso: não existe encenação. Existe um grande negócio feito por empresário de porte médio. E um modelo que tem que funcionar para o Brasil, para outros empresários. Depois, teremos que descer este nível para que todas as pessoas possam participar do processo de privatização, inclusive V.Ex^a. Precisamos modificar isso.

O SR. EDSON MENEZES - Sr. Presidente, estou encerrando. Leve em conta que estou fazendo as perguntas do Sr. Relator bem como as minhas.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Por isso, estendi para 20 minutos, justamente para que V.Ex^a pudesse ter tempo para formular as questões.

O SR. EDSON MENEZES - Estou caminhando para o final, Sr. Presidente. Agradeço a generosidade e vou concluir.

V. S^a compareceu hoje a esta CPI com um número significativo de assessores. Eles pertencem a algum órgão público, são de sua assessoria particular ou são do grupo Bozano Simonsen?

O SR. ALDO NARCISI - Tenho aqui todos os sócios: o Grupo dos Seis, pessoas do Bozano Simonsen, da USIMINAS, amigos, representantes da ABDIB, que é a minha entidade de classe. Todos vieram me dar apoio.

O SR. EDSON MENEZES - Que vieram dar apoio. Obrigado.

Está bom, Sr. Presidente. Muito obrigado pela generosidade do tempo.

O SR. ALDO NARCISI - Sr. Presidente, eu gostaria de me colocar à disposição de V.Ex^a para qualquer outra pergunta que ainda não foi feita. Responderei todas as perguntas com imenso prazer. Penso que essa é uma grande oportunidade que estou tendo.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos. V. Ex^a terá dez minutos para expor as suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Membros desta Comissão, caro Depoente: nem mesmo o Ministro da Fazenda, como representante maior do Governo Federal, prestou depoimento a esta CPI e ousou talar que o objetivo seria retirar o Estado da economia para tratar da educação, da saúde. S. Ex^a chegou aqui e reconheceu que o Programa de Privatização tinha o objetivo de pagar dívidas. Isso foi surpreendente, porque S. Ex^a não procurou dourar a pílula do Programa Nacional de Desestatização. Reconheceu que o objetivo era o Governo honrar as dívidas, inclusive dizendo que o Governo descumpria as regras do mercado, somente em relação ao valor de face das "moedas podres." Tudo o mais obedecia ao mercado, mas as moedas obedeciam ao valor de face, porque o

Governo tinha o dever moral de honrar as suas próprias dívidas, coisa extremamente surpreendente para quem detém a economia de mercado.

Quero dizer a V. S^a também que a Assembléia Nacional Constituinte procurou proteger os pequenos e médios empresários nacionais na medida em que os grandes empresários dificilmente são grandes empresários nacionais. São raríssimos. Portanto, a Constituição, hoje, é considerada protecionista ao empresariado nacional, na medida em que consagra um conceito de empresa brasileira de capital nacional e ainda contém alguns privilégios em relação a concorrências públicas. Eu gostaria de lembrar que essa cultura elitista talvez não tenha envolvido a maioria dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, que procurou dar um respaldo ao empresariado nacional que a ele não correspondeu. Por intermédio das entidades representativas, esse empresariado vem detendo a revisão constitucional e concordando ou silenciando em relação às investidas que buscam alterar esses dispositivos.

Como V. S^a vê quando o Estado paga pela ineficiência da iniciativa privada? São inúmeros os casos no Brasil contemporâneo em que a iniciativa privada falhou, inclusive fraudulenta e criminosamente, mas o Estado socializou o prejuízo. Qual é a sua visão em relação a isso?

O SR. ALDO NARCISI - O Estado, quando faz isso, falha. É um ato falho.

O SR. PAULO RAMOS - Não se percebe das autoridades, do Governo, bem como dos setores da iniciativa privada nenhum discurso permanente em relação ao fato de o Governo estar assumindo, como sempre o fez, os fracassos da iniciativa privada, como se relacionados às empresas estatais. É um corporativismo do empresariado, da iniciativa privada? Como se explica isso?

O SR. ALDO NARCISI - Há dois lados no corporativismo. Tenho tido uma experiência muito interessante com relação a essa questão da concessão de serviço público, e tenho sentido que há corporativismo dos dois lados. Tudo é uma questão cultural. A meu ver, essas modificações vão acontecer de alguma forma, porque o Estado não pode pagar para quem falhou. É um risco para uma parte do empresário e da iniciativa privada. O risco e a grande importância, o grande incentivo que se tem, como o lucro e a sua importância. A grande função social do lucro é criar novos empregos, é dar novas condições de trabalho, é melhorar as condições de vida da população. Infelizmente, estamos vivendo um quadro difícil, de grande recessão, de grandes dificuldades.

V.Ex^a falou sobre o empresariado. Sou Presidente dessa entidade de classe de bem de capital. O que representa bem de capital sob encomenda? É uma indústria que está acabando no Brasil. Vamos aqui viver grandes dificuldades. O Brasil não vai ter energia elétrica, tampouco qualquer outro tipo de energia; o País vai ter problemas seriíssimos com rodovia, com ferrovia. Quando se termina o seu programa de competitividade e produtividade dentro das suas fábricas, não se sai delas, a não ser para cair em buracos. O que se precisa - e aí eu gostaria de discordar um pouquinho de V. Ex^a - é de que a iniciativa privada participe dessa concessão de serviço público e ajude o Estado. Mas ela vai resolver tudo sozinha. A iniciativa privada e o Estado é que resolverão.

O SR. PAULO RAMOS - Estamos convencidos de que, ciclicamente, quando houver o desastre, já comprovado em outros setores da nossa iniciativa privada, seguramente o Estado vai ser reconvocado a socializar novamente com os investimentos, sob o argumento de que a iniciativa privada não dispõe de recursos para fazê-lo, assim como já aconteceu em inúmeras fases da nossa economia, especialmente no setor energético, que é um setor de peso.

O caso da Light é um dos mais escandalosos do nosso tempo. Era uma empresa privada de um grupo multinacional, o grupo BRASCAN, ao qual o Governo Geisel, na época da ditadura militar - com o apoio inclusive de grandes economistas com assento hoje no Congresso Nacional -, pagou 300 milhões de dólares e assumiu um passivo de 2 bilhões de dólares. No entanto, agora, querem privatizar a Light.

São coisas incompreensíveis, mas muitas empresas estatais serviram a interesses maiores da iniciativa privada, sob os mais diversos argumentos políticos, como pagamento ou negociações de dívidas, como foi o caso de Volta Redonda.

A COSIPA foi uma empresa envolvida em grandes escândalos quando estatal, mas sempre escândalos envolvendo o benefício para setores da iniciativa privada. V. S^a conhece algum envolvendo a COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - Eu ouvi falar de muitos escândalos. Deputado Paulo Ramos, a meu ver, esse benefício não vai para ninguém: está aí o grande problema que não se consegue determinar. Quando alguém deixa de pagar impostos, deixa de pagar salários justos, essa economia não vai para ninguém; quando uma empresa deixa de ter lucro, essa economia não vai para ninguém. Todo mundo perde. Trata-se de um processo que deve ser revisto, realmente, porque não é correto. Temos que modificar toda essa posição. Todas as vezes que alguém perde, ou que se deixa de pagar, ou que se deixa de cumprir alguma coisa, todos perdem, ninguém é beneficiado. É lógico que existem casos excepcionais.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Está com a palavra o Deputado Paulo Ramos para que conclua o seu pensamento.

O SR. EDSON SILVA - Sr. Presidente, permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Pois não.

O SR. EDSON SILVA - Do que se sabe, a COSIPA, quando estatal, esteve muitas vezes envolvida em financiamentos de campanhas eleitorais, por injunções

políticas dos mesmos que detenderam a privatização, de vários partidos em São Paulo. Ela agora, privatizada, vai continuar financiando campanhas?

O SR. ALDO NARCISI - Dentro da lei. Na verdade, tudo que puder ser feito sempre será dentro da lei. Agora, Deputado, a mais grave das perdas da COSIPA foi sua memória tecnológica. A COSIPA, hoje, não pode competir, tem grande dificuldade, e ela não vai dar lucro se não tiver uma maciça injeção de investimentos. Se não se fizer isso - e, aproveitando a sua pergunta, o nosso projeto prevê a colocação de 250 milhões de dólares na COSIPA nos próximos cinco anos - não vamos recuperá-la. Então, o que passou, passou, e o que vai ser feito dentro da empresa, hoje, vai ser feito sempre dentro da lei e dentro da lógica privada.

O SR. PAULO RAMOS - Dentre os escândalos que envolvem a COSIPA, há um em que figura como tendo participação o Sr. André Franco Montoro Filho e o Sr. Vladimir Rioli - ambos integrantes da Comissão de Privatização - a empresa **Plate Bank** e a **Pérsico Pizzamiglio**. O senhor tem relação com alguma dessas empresas?

O SR. ALDO NARCISI - Não, não tenho relação.

O SR. PAULO RAMOS - Conhece?

O SR. ALDO NARCISI - Não conheço o programa. Conheço alguma coisa de Pérsico, mas não com profundidade para poder dar uma resposta correta.

O SR. PAULO RAMOS - O Sr. André Franco Montoro Filho já participou de alguma das suas empresas? Já prestou serviços para o senhor?

O SR. ALDO NARCISI - Não, ele não prestou serviço em nossas empresas, mas presta serviço à ABDIB, como Presidente da FIPE. Temos um índice ABDIB que determina a inflação do período, dentro do setor de bens de capital, e ele é Presidente da FIPE, que nos presta serviços.

O SR. PAULO RAMOS - O Sr. André Franco Montoro Filho tem sido apresentado como um grande brasileiro que preside a Comissão de Desestatização sem receber remuneração. Como é que o senhor, como empresário, vê esse posicionamento?

O SR. ALDO NARCISI - Gosto do André, acredito ser uma pessoa correta, séria, mas sou totalmente contra alguém trabalhar e não receber. Quem presta serviços profissionais tem que receber.

O SR. PAULO RAMOS - A respeito da Anquilla e da LOTTEN, em relação à comercialização de moedas no exterior, a que o senhor fez referência, quais são essas moedas? Quais as moedas no exterior que a ANQUILLA e a LOTTEN foram buscar para participar?

O SR. ALDO NARCISI - A Anquilla não teve moeda no exterior, somente a LOTTEN. Só a LOTTEN, com 17 milhões de dólares.

O SR. PAULO RAMOS - Qual a moeda que ela foi buscar no exterior?

O SR. ALDO NARCISI - MYDFAs.

O SR. PAULO RAMOS - Sobre a Bozano Simonsen, uma empresa de consultoria ou de assessoria, o senhor falou que leu uma lista de empresas em que constava a Bozano. O senhor tem essa lista?

O SR. ALDO NARCISI - Tenho. Está aqui no nosso depoimento, que depois passarei ao senhor. É uma lista bastante grande.

O SR. PAULO RAMOS - Seria interessante.

O SR. ALDO NARCISI - São essas: FOSFÉRTIL, COPESUL, PETROFLEX, CELMA, CARAIBA METAIS e PISA e SIBRA. Deixarei por escrito.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor conhece todos os membros da Comissão Nacional gestora do Programa Nacional de Desestatização?

O SR. ALDO NARCISI - Acredito que não. Na verdade, não tenho certeza; talvez conheça alguns. Conheço o André.

O SR. PAULO RAMOS - E membros da Comissão já prestaram serviços às suas empresas? Algum membro?

O SR. ALDO NARCISI - Não me recordo de nenhum que tenha prestado.

O SR. PAULO RAMOS - Quando foi criada a ANQUILLA?

O SR. ALDO NARCISI - Não sei. Sei quando ela foi vendida. A ANQUILLA não era uma empresa minha, foi vendida pelo Grupo Bozano para a BRASTUBO um dia antes do leilão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Nobre Deputado Paulo Ramos, o tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. PAULO RAMOS - Vou concluir, Sr. Presidente.

Vou fazer mais uma pergunta ao Depoente e encaminhar a V. Ex^a um requerimento para que seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Júlio Bozano, na medida em que ele é o Presidente do Grupo, foi citado aqui inúmeras vezes e, obviamente, algumas perguntas que são dirigidas ao Depoente deveriam ser dirigidas ao titular do Grupo, na medida em que o Depoente fica numa situação, às vezes, complicada para responder, chegou inclusive a dizer ao Deputado Edson Silva: "Pergunte ao próprio, não tenho possibilidades de responder", e entendo que é correto.

Qual a relação - se existe - entre a Cotia Trading, que participa do Grupo dos Seis, e a Cooperativa Agrícola de Cotia?

O SR. ALDO NARCISI - Não existe relação alguma. Só a conheço de nome.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor falou sobre participação em campanha eleitoral, obviamente dentro da lei.

O SR. ALDO NARCISI - E lógico.

O SR. PAULO RAMOS - Quando da descoberta, ainda não completa, de todo o esquema PC, ficou confirmado que inúmeros empresários, não só nacionais como também representantes de empresas multinacionais como a SHELL, como a Mercedes Benz, que contribuíram para o esquema PC e que a contribuição tinha o objetivo de angariar, depois, benefícios, favores do Governo, como no caso do cimento, no caso de outras coisas mais. O senhor participou, colaborou, ou alguma empresa do seu grupo contribuiu para a campanha eleitoral do Sr. Collor de Mello?

O SR. ALDO NARCISI - Não, senhor. Não contribuí.

O SR. PAULO RAMOS - Nenhuma das suas empresas?

O SR. ALDO NARCISI - Nenhuma das minhas empresas e nem eu pessoalmente, porque, no momento, era proibido às empresas participarem com doações, somente pessoa física. Não participei nem como pessoa física e nem como pessoa jurídica.

O SR. PAULO RAMOS - Nem aquelas empresas de consultoria do Sr. Paulo César Farias prestou serviços as suas empresas?

O SR. ALDO NARCISI - Também não. Nenhuma empresa do Sr. Paulo César Farias prestou-nos serviços.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, estou satisfeito com as respostas.

O SR. ALDO NARCISI - Muito obrigado. Estou à sua disposição para qualquer outra pergunta que queira fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paes Landim, que terá 10 minutos.

O SR. PAES LANDIM - Sr. Presidente, a exposição do Dr. Aldo Narcisi, que eu conhecia só através dos jornais, e as próprias respostas dadas aos questionamentos a ele formulados mostraram que o que aconteceu em todo esse episódio, a que a imprensa deu tanto destaque, foi uma operação típica de um sistema capitalista, pelo menos teoricamente.

O Programa de Privatização infelizmente é lento em nosso País, cheio de preconceitos ainda, de ranços ideológicos. O Relator, eminente Senador Amir Lando - já lhe disse isto - às vezes raciocina ainda com a velha nostalgia "nacionalisteira" estatizante. Recordo-me de que, estabelecido o Programa, perguntei, no ano passado, a um eminente banqueiro, de um banco com o índice patrimonial maior do que o Grupo Bozano: "Por que vocês não vão disputar?" Eles haviam se retirado da disputa daquela primeira oferta de privatização, que foi o caso da USIMINAS. Ele respondeu: "Sabe, é muita polêmica nos jornais, muita contestação no Congresso, ameaça de disputa judicial."

Pelo que vejo, no caso, o Grupo Bozano, Simonsen teve exatamente características típicas de quem disputa competitividade no sistema capitalista: coragem, competência e correr o risco. Os outros ficaram com receio. E vejo que o banco agiu neste sentido: madrugou, foi eficiente, e é evidente que isto deve estar ocasionando, possivelmente, até, eventualmente - quem sabe - ciúmes nos próprios concorrentes do setor financeiro e nas demais atividades da economia brasileira. O certo é que foi uma operação tipicamente organizada dentro do modelo capitalista, e vejo V. Ex^a ser acusado de uma maneira que me parece bastante ingênua, de testa-de-ferro do Grupo Bozano Simonsen, quando V. Ex^a tem, na sua biografia, um título que mostra perfeitamente a sua competência para saber operar por conta própria, ser empreendedor como o seu depoimento mostrou.

Ora, quem é presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Indústrias de Base, ABDIB, que é uma associação tradicional em nosso País, que reúne a elite do grupo de bens de capital na economia brasileira, evidentemente não precisa ser testa-de-ferro de ninguém. Penso que o seu currículo, essa confiança que os colegas do setor lhe depositaram, escolhendo-o presidente, mostra sua capacidade de liderança, que é um fator importante na atividade empresarial.

Vejo aí, inclusive, e o senhor mostrou muito bem, que o preço oferecido na aquisição da COSIPA, pelos vários grupos, correspondeu a 98% a mais do preço estabelecido pelo BNDES. Não sei até que ponto isso significaria alguma trama, como vê o eminente Deputado Edson Silva, combativo que é - respeito, pois acredito que o Congresso precisa de Deputados combativos como ele - mas não houve trama alguma: quer dizer, está bem transparente, com todo o respeito que o combativo colega merece. O senhor mostrou inclusive o patrimônio do seu grupo, o taturamento do mesmo, mostrou todas as condições mínimas para que a operação se desenvolvesse pelo grupo dirigido pelo senhor.

Eu lhe faria duas perguntas, para concluir. Antes, abro um parêntese para fazer o seguinte comentário: o Deputado Paulo Ramos - que está ausente - falou aqui que a aquisição do Grupo Light pelo Governo Federal foi um erro do Governo Geisel: quando a Light estava em dificuldades, torçada pela burocracia, que não levava em conta as suas necessidades de custo, etc., o próprio grupo privado Cataguases e Leopoldina quis adquiri-la, mas o Governo Federal não deixou - o General Geisel é um homem pessoalmente correto mas vai passar à História com grandes serviços prestados a este País, pelo grau de estatização que introduziu na economia brasileira.

Pergunto ao Dr. Aldo Narcisi, embora o senhor já tenha explicitado isto no seu depoimento: objetivamente, como os que adquiriram o controle acionário da COSIPA pretendem recuperar a empresa? Sabemos que ela foi vítima, durante vários

anos, da mais alta politicagem, inclusive, beneficiando candidatos que não têm nem o perfil da chamada Direita ou Centro-Direita - não vem ao caso aqui citá-los. Tentando sanear a empresa, o Presidente Itamar Franco precisou organizá-la, tirá-la da influência eleitoral política, entregando-a a um general do Exército, Romero Lepequeur, que esteve lá até a data do leilão. Perguntaria: qual o plano, esse que o senhor citou em seu depoimento, de recuperar a COSIPA, de forma que ela possa cumprir os objetivos indispensáveis para o desenvolvimento do setor em nossa economia?

Outra pergunta: o senhor pensa que a negociação da compra de indústria do setor mineral, da qual o senhor faz parte, estaria levando alguma ameaça de criação de monopólio privado ou oligopólio na economia brasileira?

E, finalmente, uma pergunta muito importante: qual a tradição do seu grupo no setor mineral e qual o interesse na participação acionária da COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - Tentarei ser breve.

A recuperação da empresa passa por um desenvolvimento tecnológico. A grande conquista que tivemos foi a aceitação da Nippon Steel em transferir tecnologia para a nossa empresa. A empresa, hoje, com o produto que faz, não se recuperará, porque ela produz produtos pobres e precisa produzir produtos nobres. Para isso, a primeira conquista foi a Nippon Steel; a segunda é o novo ânimo que já existe hoje entre os funcionários dentro da COSIPA, no sentido de tentar recuperá-la. Portanto, estes são os fatores básicos nessa nova administração que pretendemos fazer: agregar tecnologia para desenvolver um produto de qualidade; e, mais que isso, a mudança de ânimo dos funcionários. Nessa linha, estamos investindo 250 milhões de dólares, a partir de 1994. Vamos investir 37 milhões de dólares no ano de 1994 e 75 milhões de dólares no ano de 1995. Acredito que essas são boas notícias para a recuperação da empresa.

A questão do monopólio é interessante. Primeiro, quem comprasse a COSIPA teria o monopólio de alguma coisa, porque, se 20% determinam o monopólio de alguma coisa, conforme estabelece a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico, não pode vender nenhuma empresa. Na época da SIDERBRAS, ela tinha 100% de toda a produção nacional de aço. Como se resolve isso?

Hoje, podemos importar aço com taxa zero: não custa nada, está resolvido. Então, que monopólio é esse que não existe? E mais: só a colocação de que o monopólio seria na chapa grossa é um absurdo muito grande. O Brasil produz um milhão e meio de toneladas de chapa grossa, exporta 900, sobram 600 mil. Um monopólio exportando 65% do que produz? Isto também não faz muito sentido.

Quanto à tradição do nosso grupo, ele é formado por seis empresas. Sou fabricante de tubos de aço e preciso da usina para ser competitivo, para ser produtivo. Preciso, primeiro, que a usina seja competitiva e produtiva; depois, preciso ser competitivo e produtivo na minha empresa. E as outras empresas que estão aqui, como a Cotia Trading, precisam da mesma coisa: que a usina seja competitiva e produtiva, porque exportam os materiais da COSIPA. Os distribuidores também precisam que a empresa tenha saúde: precisam desse material a preço competitivo e produtivo, porque não há só o aço; há também o ferro fundido, o plástico e uma série de materiais que o substituem e que o tem substituído.

Hoje, com as novas tecnologias, cada vez temos menos espessuras e mais qualidade e resistência do aço. É esse campo que temos de buscar. Então, todo esse grupo vive em torno da COSIPA. O seu interesse mais importante é a recuperação da COSIPA e, depois, o de que nossas empresas tragam sinergia nesse processo.

O SR. EDSON MENEZES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. EDSON MENEZES - Por uma questão de justiça, já que fui citado pelo nobre Deputado Paes Landim, considero, da minha parte, que a imprensa noticiou corretamente esse episódio. Saio daqui convencido com o depoimento dado pelo Sr. Aldo Narcisi. Fico satisfeito com isso, por conta de que me baseei em muitas notícias e comentários feitos pela imprensa em relação a esse episódio e sinto-me confortável em saber que as minhas denúncias, os meus comentários, a partir da imprensa, foram justos, a julgar pelo depoimento do Sr. Narcisi.

De forma que, por uma questão de justiça, penso que a imprensa noticiou fundamentalmente acertado o que ocorreu no episódio da COSIPA.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Roberto Campos.

V. Ex.^a terá dez minutos para expor o seu pensamento.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Sr. Presidente, Sr. depoente, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar os sete parceiros comerciais e o grupo Bozano Simonsen, pela coragem que exibiram na compra da COSIPA.

Eu duvidava que a empresa pudesse ser vendida, muito menos com ágio. Eu a considerava irre recuperável e conhecia bem o problema.

Quando nasceram ambas as empresas - a COSIPA e a USIMINAS - recentemente privatizadas, eu era Diretor Superintendente do Banco de Desenvolvimento no governo Kubitschek. Elas nasceram como empresas privadas com o apoio de governos estaduais, não se contemplava participação federal.

Na composição da USIMINAS, entrariam investidores privados, a Vale do Rio Doce, o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Hipotecário de Minas

Gerais. Na composição da COSIPA entrariam investidores privados paulistas e o Governo de São Paulo.

Esses esquemas não funcionaram, e a razão para isso foi a devastação da inflação crescente. Todos sabemos que a inflação inviabiliza investimentos privados de longo prazo. Só o Governo pode continuar investindo a médio e longo prazo, porque só ele pode imprimir papel-moeda. O BNDE foi, então, obrigado a absorver essas duas empresas.

A USIMINAS nasceu em condições mais favoráveis que a COSIPA, porque tinha homogeneidade de equipamentos segundo uma matriz japonesa: assistência técnica institucionalizada, a partir dos sócios japoneses; cultura empresarial japonesa; financiamento a mais longo prazo; e assistência de **marketing** externo pelos sócios japoneses.

A COSIPA nasceu em condições bem menos propícias: havia heterogeneidade de equipamento; não havia nenhum esquema regular de assistência técnica; não havia também nenhuma cultura de matriz empresarial definida. Muito mais tarde, a cultura seria a "cutista", ou seja, da CUT, o que é a rigor uma incultura.

O financiamento era por via de **supplier's credit**: o máximo de sete anos, dois de carência e cinco de amortização. Lembro-me de ter advertido o montador do esquema, Januário Edmundo Macedo Soares - muito competente, aliás -, que tinha feito a montagem de Volta Redonda, de que um financiamento de sete anos seria perigoso para uma grande indústria de aço.

Intelizmente, o financiador de longo prazo, que seria o Banco Internacional, estava rechado para o Brasil. O Banco Internacional não concedeu empréstimos ao Brasil entre 1953 e 1965, com exceção do empréstimo de Furnas: não o fez, porque Getúlio Vargas deu uma guinada nacionalista: fez um discurso em que considerava o capital estrangeiro, *in genere*, espoliativo e, estando o Brasil com atrasados comerciais e insolvente, propôs a Lei do Petróleo, que criou um monopólio, impedindo a absorção de capitais para esse setor vital.

O Banco Mundial considerava isso o cúmulo da irracionalidade: um país com atrasados comerciais, a mendigar empréstimos e rejeitando capitais em um setor vital para a sua infra-estrutura.

Por doze anos não tivemos financiamento do Banco Internacional, com exceção do financiamento de Furnas, de que fui o negociador, em 1958.

Também não havia, na COSIPA, a cooperação de **marketing** no setor externo, o sócio estrangeiro. A COSIPA, portanto, nasceu em condições de grande debilidade e durante muito tempo foi, como todos sabemos, uma empresa fortemente deficitária e continua deficitária até a sua recente e corajosa absorção por esse grupo empresarial. Espero que não tenham desapontamentos.

Gostaria, agora, Sr. Presidente, de dar um recado para o CADE e a SNDE - Secretaria Nacional de Direito Econômico -, porque não me parece que tenham sofisticação suficiente, em termos de conhecimento econômico, para lidar com o assunto.

Há uma enorme diferença entre o monopólio público e o privado. A grande periculosidade não é do monopólio privado, mas do monopólio público. O monopólio público é constitucional e legal, e as empresas criadas sob proteção monopolística são estados dentro do Estado.

O monopólio privado - que no caso não existe, como depois examinarei - tem muito menos periculosidade e sofre vários desastros: o da ação governamental, que pode tomar a forma ou de intervenção do CADE ou de financiamentos do BNDE ou de entidades oficiais a grupos concorrenciais para a quebra do monopólio; pode haver ainda a determinação de cisão de empresas e desinvestimento para evitar abusos monopolísticos.

Mas não é esse o único desafio que sofrem os monopólios privados. Há o desafio concorrencial. Se um monopólio privado, que nunca é legal, mas meramente circunstancial, resulta em alta lucratividade, a dinâmica do capitalismo carreará recursos e investidores para disputarem o monopólio, que perecerá. É profunda ignorância não se reconhecer a diferença entre os dois tipos de monopólio.

Há uma terceira característica do monopólio privado: ele está sujeito ao desafio do consumidor. O consumidor pode ir à imprensa, ao Congresso ou ao órgão de controle de preços reclamar do monopólio privado. Quem de nós ousa reclamar do monopólio público? Se reclamarmos, quem nos ouvirá? Ninguém. Há, portanto, uma fundamental diferença.

Haverá algum perigo de monopólio? Penso que isso é uma histeria. No caso, não há. Essas suspeitas ou informações de monopólio estão sendo dirigidas com erro de endereço. O endereço correto seria a Vale do Rio Doce, uma sociedade de economia mista.

A Vale do Rio Doce tem 22% da USIMINAS - 15% diretamente, 7% através da VALLA -; 13,7% de Tubarão; 9,4% da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional - e 5% da ACOMINAS. Participa, portanto, de quatro empresas de aço. No conjunto, as suas participações societárias são maiores que as do Grupo Bozzano. Simonsen. Este tem participação em apenas três empresas: USIMINAS, com 6,5%; COSIPA, com 2,4%; Tubarão, com 25%. Mas Tubarão não é, a rigor, uma empresa voltada para a monopolização do mercado interno; é essencialmente voltada para a exportação.

Em número de diretores e membros do Conselho de Administração, o Grupo Bozzano, Simonsen tem quatro e a Vale do Rio Doce, seis. Há, Sr. Presidente, um claro erro de endereço: ao se dirigirem suspeitas, estas devem ser dirigidas contra a Vale do Rio Doce.

Isso me traz outro problema. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito é constitucional ou inconstitucional? Há muito tempo que levanto essa premissa.

A Constituição autoriza a abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito para apurar um fato determinado. Das várias inquirições que tenho ouvido aqui, o que há são suspeitas indeterminadas. Sr. Presidente, V.Ex^a está presidindo uma Comissão inconstitucional.

Hoje foi cometida, a meu ver, outra inconstitucionalidade. Foi pedido ao Sr. Aldo Narcisi exibição de um documento contratual de compra e venda de uma empresa dentro da montagem. Isso é segredo de negócio, da mesma forma que o é o sigilo bancário. O segredo de negócio é protegido pelo art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal. O sigilo bancário, aliás, tem um dupla proteção: o inciso XII, do art. 5º, da Constituição Federal e o art. 38 da Lei de Reforma Bancária. Essa lei é absolutamente clara, afirmando que somente pode haver pedido de abertura de sigilo bancário mediante voto, por maioria absoluta, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, vi circular um documento em que se pedia a quebra do sigilo bancário do Grupo Bozzano, Simonsen. Recusei-me a assiná-lo e manifestei, imediatamente, minha estranheza. Isso é irregular. E preciso, para que se peça a abertura de sigilo bancário, que haja uma acusação formal, uma increpação de ato específico ilegal e a formalização da denúncia. Tudo isso teria de passar pelo voto da maioria absoluta desta Comissão. Em se tratando de matéria dessa natureza, não se pode, trivialmente, sair pelos corredores pedindo apoio. Sabemos que muitos Deputados distraídos assinam o apoio e, depois, se vêem moralmente constrangidos à trivialidade objetivada pelos subscritores dessas proposições.

Gostaria que essas observações fossem devidamente registradas e, se possível, transmitidas tanto à CNDE como ao CADE. Recomendaria ao Sr. Aldo Narcisi não fornecer o documento, pois está protegido pelo segredo de negócio, que é uma forma de sigilo. Não foi pedida a exibição de contas bancárias, não foi pedida a violação de sigilo bancário, mas foi-lhe pedido um documento que é segredo de negócio.

Sr. Presidente, isso só pode ser feito não pelo Relator - toda a hora está-se pedindo os documentos, trivialmente -, que não tem autoridade para isso, mas pela Comissão com o voto da maioria absoluta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Rubem Medina.

S.Ex^a dispõe de 10 minutos para formular as suas perguntas.

O SR. RUBEM MEDINA - Sr. Presidente, Sr. depoente, gostaria de fazer algumas observações, que brilhantemente foram feitas pelos Srs. Deputados que me antecederam, Roberto Campos e Paes Landim.

Gostaria, também, de cumprimentar o grupo que adquiriu a COSIPA pela coragem de comprar uma empresa com todos os problemas pelos quais ela estava passando.

Infelizmente, neste País, a coragem, num primeiro momento, não é premiada, não é entendida. Espero que, com competência, esse grupo recupere essa empresa. Sabemos quanto o Governo, quer dizer, quanto a sociedade, como um todo, investiu nessas empresas, especialmente na COSIPA, ao longo desses anos. Esses recursos saíram da sociedade. Agora a COSIPA está sob a responsabilidade da iniciativa privada que, espero, demonstre a sua competência, recuperando-a. Desejo aos compradores da COSIPA toda a sorte do mundo.

De qualquer maneira, gostaria de fazer alguns questionamentos.

Gostaria de saber por que uma empresa de porte médio como a Brastubos decidiu investir numa das piores empresas do setor siderúrgico. Nos tempos de hoje teria muito mais sentido investir no mercado financeiro, porque se obteria ganho muito maior. Vou fazer as perguntas e depois V.S^a as responderá.

Outra indagação: Se o mercado brasileiro de aço plano é tão ofertado, como V.S^a afirmou em sua exposição, não parece uma temeridade ficar à mercê do mercado externo? No caso de haver uma recessão internacional, como ficará a COSIPA no futuro?

Se entendi bem, os empregados da COSIPA foram derrotados no leilão de privatização, porém, ao final de seu depoimento, V.S^a afirmou que os empregados terão direito de eleger um membro do Conselho de Administração da empresa. Pergunto se nisso se esgotará a participação dos empregados nas decisões da COSIPA, ou os acionistas controladores pretendem conceder-lhes participação mais ampla na vida da empresa?

Estas são as observações que queria fazer.

O SR. ALDO NARCISI - Por que investir? Entendo que é uma vocação do empresário e é uma vocação específica desse grupo nosso correr risco de participar de negócios do interesse nosso. A COSIPA tinha duas coisas extraordinárias que poderíamos explorar: o ponto, porque ela fica dentro do grande mercado, e o porto.

Baseados nessas duas posições, que consideramos fundamentais para uma usina siderúrgica, fomos levados a fazer um esforço muito grande. Se pretendesse colocar meus recursos, minha riqueza, no sistema financeiro, minha vocação não seria

de empresário, de industrial, atividade que desempenho há trinta anos. Meus colegas, que são, mais ou menos, da mesma idade, também fazem isso há trinta anos. Então, essa é a nossa vocação, a nossa disposição nessa participação.

Quanto a situação dos mercados interno e externo, gostaria de dizer que ela existe hoje, e a usina está vendendo, aliás, as usinas estão vendendo. Conseguem vender tanto no mercado interno, em recessão, como no externo, que também enfrenta situação difícil em função dos países da cortina de ferro que estão produzindo 100 milhões de toneladas. Entretanto, não mudou nada: estamos conseguindo vender toda a produção.

No momento em que esses produtos que a COSIPA produzir tiverem agregado novas tecnologias, não há dúvida de que buscaremos novos e melhores mercados e novas possibilidades. Não é só o Brasil que está em recessão: é o mundo. Mesmo assim, a COSIPA, a CSN e a USIMINAS têm sobrevivido.

Com relação aos empregados, se V. Ex.^a for hoje à COSIPA, depois de muito pouco tempo que começamos a trabalhar lá, notará um ambiente totalmente diferente. Os empregados sabem que conquistaram uma coisa muito importante para eles: um plano de desenvolvimento, de trabalho para cada um, uma perspectiva, um ambiente, uma forma de trabalhar totalmente diferente. Eles sabem que têm seus compromissos e terão seus resultados.

Haverá uma reforma total nas posições dos planos de RH dentro da companhia. Mesmo não tendo sido oferecido isso, os empregados já sentiram o que acontecerá.

O SR. EDSON MENEZES - Sr. Presidente, pela ordem.

Permita-me levantar mais uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. EDSON MENEZES - Não tenho procuração para defender o Senador Amir Lando, mas considero, no mínimo, deselegante por parte do Deputado Roberto Campos atribuir a atitude do Senador Amir Lando, Relator desta CPI, prática de trivialidade ao fazer requerimentos.

Acredito que o Senador Amir Lando tem autoridade suficiente para conduzir esta CPI na condição de Relator. Lembro ao Deputado Roberto Campos que o Senador Amir Lando foi Relator do polêmico episódio que envolveu PC Farias e o esquema Collor e culminou naquilo que conhecemos. Esse mesmo Senador, Amir Lando, é Relator desta CPI. De maneira que não lhe falta experiência e seriedade para conduzir com firmeza e determinação os trabalhos desta CPI.

Considero uma deselegância...

O SR. RUBENS MEDINA - Acho que V. Ex.^a está enganado. S.Ex.^a não está conduzindo os trabalhos da CPI; está conduzindo os trabalhos do relatório.

O SR. EDSON MENEZES - É exatamente disso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Maurício Mariano.

O SR. MAURÍCI MARIANO - Sr. Presidente, Srs. membros desta CPI. Dr. Aldo Narcisi:

Inicialmente, quero dizer nesta Comissão que, na verdade, fica pelo menos bem delineada a posição de alguns Parlamentares. Sabemos que existem aqueles ligados a partidos que apoiaram a privatização e aqueles que são contra ela. Isso tem de ficar bem claro, porque inevitavelmente e isso que ocorre.

Reconheço o direito, até porque estamos em um Estado democrático, de determinados partidos ou líderes partidários terem se envolvido até em lutas, no momento da privatização, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo, o que, inclusive, não contribui com nada. Todavia, é um direito que cada um tem de participar politicamente do processo.

Quero dizer que eu, inclusive, apoiava e apoio a privatização, principalmente do setor da COSIPA, até porque participei de muitas reuniões - a COSIPA está na minha área de atividade política - com grupos de funcionários e até com alguns sindicalistas. E percebi que grande parte dos funcionários desejavam que a COSIPA fosse privatizada. As dificuldades apresentadas durante alguns anos em que essa empresa foi administrada pelo Estado, longe da participação direta da iniciativa privada, acabou fazendo com que ela tivesse sérios problemas financeiros. Havia a expectativa de que a COSIPA viesse a quebrar, tanto é que os próprios funcionários apresentaram um estudo muito bem feito - participei de várias reuniões onde foi debatido esse estudo -, que se chamava "COSIPA Viável". Havia uma minoria, alguns ligados, talvez, à própria CUT, ao PT e a outros partidos que, na verdade, não queria a privatização, mas a grande maioria dos funcionários queria. De qualquer forma, essa é matéria vencida. Já foi feita a privatização, e V.S.^a é o Presidente do Conselho.

Hoje o que me preocupa, como Deputado da região da Baixada Santista - não quero dizer que não sejam necessárias determinadas atitudes e ações -, é exatamente, o que muitas vezes ocorre, a expectativa que fica: entrou o setor privado, começa a demissão em massa, como se a demissão dos trabalhadores pudesse, em si, resolver o problema. O Deputado Gastone Righi e eu cansamos de dizer que o problema existente na COSIPA e no porto não estava no trabalhador, mas sim na falta de estrutura. Ouvi V. S.^a explicar que o setor da siderurgia não tem a estrutura necessária, como tem nos outros países, para desenvolver melhor a própria COSIPA. O fato de o porto ser mal-estruturado dificultou até hoje o desenvolvimento, e não o trabalhador.

Uma das perguntas que faria a V. S^a, é esta: existe algum plano no sentido de fazer, inicialmente, demissões em massa?

O SR. ALDO NARCISI - Deputado, não existe plano de demissões em massa. Haverá demissões conforme a necessidade da empresa para tornar-se competitiva e produtiva.

Quem vai ser demitido? O pessoal ocioso e sem função na usina. V. Ex^a conhece muito bem a COSIPA e sabe que existe esse pessoal, que é pernicioso. Os funcionários que trabalham e se dedicam à empresa sabem quais são esses funcionários e se irritam muito com essa situação.

O que acontecerá no segundo tempo? No segundo tempo, a empresa irá criar riquezas e novas oportunidades de emprego. Irá criar novas empresas e, com isso, aparecerão novos empregos. E, mais que isso, pretendemos ter ao lado da COSIPA um pólo metal-mecânico, no qual estarão diversas empresas. A nossa idéia é pulverizar, colocar e desenvolver fortemente isso, o que proporcionará a criação de novos empregos.

O SR. MAURICI MARIANO - Há uma projeção do que possa representar essa expansão em quantidade de mão-de-obra?

O SR. ALDO NARCISI - É muito difícil talar agora. Vou dar um exemplo: minha empresa pretende ir para a Baixada Santista, ao lado da COSIPA, perto do porto e lá já existem 500 empregos garantidos.

O SR. MAURICI MARIANO - Ouvi comentários sobre a viabilidade financeira.

Qual é a dívida exata da COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - A dívida da COSIPA é de um bilhão de dólares, mas, como ela ainda vem perdendo dinheiro em função da administração anterior e das posições financeiras existentes, talvez seja um pouquinho mais.

Mas o nosso estudo de viabilidade diz que deveremos obter resultado operacional dentro de dois anos e resolver nosso problema de caixa dentro de três anos. Esses são os nossos estudos, mas pretendemos ser mais competentes.

O SR. MAURICI MARIANO - Outro aspecto que nos preocupa é com relação à aquisição das ações por parte dos empregados. Gostaria que V. S^a informasse como está funcionando e qual é a idéia de viabilizar a realização da compra de ações pelos funcionários.

O SR. ALDO NARCISI - Essa questão é muito boa e muito importante, porque quando estávamos conversando com os funcionários, antes do leilão, fizemos uma oferta de financiamento da compra de ações pelos funcionários e convidamos para que participassem de um acordo, esse acordo que a USIMINAS e o Bozano aceitaram. Os funcionários, assessorados por uma corretora, falaram que não precisavam, pois tinham sete financiamentos melhores do que aqueles que havíamos proposto. Ao final do leilão, ficamos sabendo, pelo General Lepesqueur, que os financiamentos não existiam: não sei como foi tratado o assunto desse financiamento, mas é um perigo danado. Essa participação preliminar de um acordo dos funcionários com um grupo qualquer, que dá a possibilidade desse grupo colocar menos dinheiro na privatização, pode levar ao risco de os funcionários receberem uma informação de que terão financiamento para compra das ações e, no momento em que o grupo perde, ficam sem solução alguma. Se não me engano, o General Lepesqueur, antes de sua saída, conseguiu resolver o problema dos funcionários.

O SR. MAURICI MARIANO - Outra questão que nos preocupa é com relação à participação de um grupo mineiro, porque a nossa preocupação, nós, paulistas, é que na verdade, pela própria tradição da USIMINAS e em outras oportunidades de competitividade com a própria COSIPA, a USIMINAS iria criar algumas dificuldades com relação à COSIPA e com isso fazer com que ela pudesse perder o seu potencial e, conseqüentemente também, criar as dificuldades para o seu reerguimento. Como fica agora com a participação da USIMINAS? Ela tem quantos por cento das ações?

O SR. ALDO NARCISI - 49,74%.

O SR. MAURICI MARIANO - Como fica essa participação da USIMINAS?

O SR. ALDO NARCISI - A USIMINAS é acionista com menos de 50%. Para ela poder participar na gestão da empresa, tomando decisões, precisa ter 3/4 das ações ordinárias. Ela só toma decisões conjuntamente com os outros sócios: não pode tomar isoladamente.

Quanto à questão da participação de uma empresa de Minas Gerais ou de São Paulo, entendo que isso é um fato menos importante. Por quê? Porque acreditamos no homem que hoje trabalha na COSIPA. Quem vai desenvolvê-la é o cosipano atual; é ele que vai tocar a COSIPA para frente. São quatro as pessoas contratadas para trabalhar na COSIPA, e não tenho nem certeza quanto as suas origens: não sei se são de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, do Rio Grande do Sul ou de São Paulo. Mas quem vai desenvolver a COSIPA é o cosipano. E hoje abriu-se um campo para o cosipano, abriu-se uma oportunidade para ele crescer. Essa é a grande vantagem em relação ao que existia anteriormente. Qual era a perspectiva que o cosipano tinha antes da privatização? Que a empresa iria acabar amanhã. É uma empresa que devia, naquele momento, dois bilhões e duzentos milhões de dólares e que não produzia um tostão de resultado. Essa falta de possibilidade para o cosipano, que o senhor conhece muito bem, é que dava esse grande desânimo e tirava o sossego de 18 mil famílias da Baixada. A

Baixada Santista, sem a COSIPA, vira uma Baixada Fluminense. O senhor conhece perfeitamente isso. A baixada, sem o trabalho do porto, vira uma Baixada Fluminense.

O SR. MAURICI MARIANO - Por isso a nossa preocupação.

O SR. ALDO NARCISI - Precisamos daquele pessoal trabalhando, desenvolvendo, criando riqueza. Precisamos de uma melhoria de Santos, do Guarujá, de Cubatão, de Piaçaguera, de toda aquela região da Baixada Santista.

O SR. MAURICI MARIANO - A última pergunta: com relação ao Porto da COSIPA, Dr. Aldo, que é um porto importante, qual é o plano de desenvolvimento ou de expansão?

O SR. ALDO NARCISI - Utilizá-lo na máxima capacidade possível, para que ele traga resultado.

O SR. MAURICI MARIANO - Convidando parceiros também para participação?

O SR. ALDO NARCISI - Não, abrindo o porto para poder exportar o que for possível.

O SR. MAURICI MARIANO - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Marino Clinger. V.Ex.^a terá 10 minutos para formular as suas perguntas.

O SR. MARINO CLINGER - Sr. Presidente, Sr. Depoente, meus caros Deputados, eu queria fazer apenas duas perguntas, porque uma já foi respondida ao Deputado Maurici Mariano.

Quem é o Presidente da Fundação dos Empregados da COSIPA? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ALDO NARCISI - Tenho conhecimento da Fundação. É um assunto que vamos tratar agora, quando eu tiver paz suficiente para poder descer até a COSIPA e tratar desse assunto. Infelizmente, nos 30 dias depois da compra da companhia, que se deu no dia 20 de agosto, hoje é dia 21 de setembro, tenho participado constantemente de uma série de reuniões. E quero falar do prazer muito grande de estar aqui. Nunca participei de uma CPI. Como democrata, sinto-me muito feliz de poder falar com os senhores, dar uma explicação e deixar registradas aqui as nossas posições. Tenho certeza de que a imprensa que está aqui, com o objetivo de trabalhar, de conferir, de fiscalizar, vai entender perfeitamente as nossas posições. E já estou sentindo isso, no sentido de que nos últimos dias a imprensa tem colocado matérias favoráveis: ela fiscalizou, controlou e hoje entende a nossa posição. E daqui a 3, 4, 5, 6 meses, quando os resultados da COSIPA aparecerem - e serão bons resultados -, ela vai nos aplaudir, tenho certeza.

O SR. MARINO CLINGER - Mas quem é o Presidente da Fundação dos Empregados da COSIPA? O senhor tem conhecimento?

O SR. ALDO NARCISI - Não sei o nome.

O SR. MARINO CLINGER - Não sabe quem é?

O SR. ALDO NARCISI - Conheço-o, falei com ele, mas não sei o seu nome.

O SR. MARINO CLINGER - Hélio Carvalho.

O SR. ALDO NARCISI - Hélio Carvalho.

O SR. MARINO CLINGER - Ele teve algum relacionamento com a empresa que é hoje uma das controladoras da COSIPA, a Cotia? Ele já teve no passado ou tem no presente alguma...

O SR. ALDO NARCISI - Infelizmente, não sei responder isso a V.Ex.^a.

O SR. MARINO CLINGER - O senhor desconhece?

O SR. ALDO NARCISI - Conheço Hélio Carvalho, mas...

O SR. MARINO CLINGER - O senhor desconhece se ele teve alguma participação na empresa hoje controladora da COSIPA, que é a Cotia?

O SR. ALDO NARCISI - Desconheço totalmente. Está aqui o representante da Cotia, que pode responder para o senhor, se for permitido.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Não é possível. Ele pode responder ao depoente, que responderá ao Deputado Marino Clinger.

O SR. ALDO NARCISI - A informação que recebi é de que não tem.

O SR. MARINO CLINGER - Ele não foi funcionário nem diretor?

O SR. ALDO NARCISI - Segundo ele me informa, não.

O SR. MARINO CLINGER - A outra questão, o senhor já respondeu, mas eu gostaria de um esclarecimento.

Nos estudos de viabilidade da empresa, feitos por consultorias especializadas - sendo que o senhor se baseou nesses estudos para adquirir o controle da COSIPA -, qual o número de funcionários que serão demitidos, de acordo com esses estudos feitos por essas consultorias? É verdade que esses números são da ordem de 5 mil empregados?

O SR. ALDO NARCISI - Não, falaram em 6 mil, 3 mil, 5 mil, mas isso não existe. O que existe é o seguinte: só vou saber esses números no momento em que conferirmos os contratos de serviços que estão dentro da COSIPA. Se V.Ex.^a conhece o problema sabe que é este o grande problema que temos dentro da COSIPA hoje. Só depois de determinadas as necessidades de contratação, de terceirização de serviços, vamos saber exatamente qual é o número de pessoas que precisam ser demitidas. Hoje, vou falar para V.Ex.^a, o número está em torno de 500, dentre ociosos... Isso antes da verificação dos contratos de terceirização.

O SR. MARINO CLINGER - Nesses estudos que foram feitos, essas consultorias devem ter indicado que havia um excesso de funcionários, e a empresa deve funcionar com menos. São esses números que eu gostaria que o senhor nos tornescesse. O senhor deve ter tido conhecimento antes da privatização para fazer um investimento desse vulto.

O SR. ALDO NARCISI - Sem ter ainda conhecimento exato dos contratos de terceirização, é impossível para nós determinarmos. Aqueles ociosos que conhecemos e estavam nomeados em função de negociações que foram realizadas são em torno de 500, não passa disso. Agora, serão mais de 500, porque isso depende desses contratos de terceirização. Primeiro devemos eliminar pessoas da terceirização e em seguida acreditar que se vai mexer muito pouco. Deputado.

O SR. MARINO CLINGER - Qual é o número atual de funcionários da COSIPA?

O SR. ALDO NARCISI - Treze mil funcionários da COSIPA e 5 mil contratados externamente - terceirização.

O SR. MARINO CLINGER - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Gastone Righi. V.Ex.^a tem 10 dez minutos para formular suas perguntas.

O SR. GASTONE RIGHI - Sr. Presidente, os Deputados aproveitam as Comissões de Inquérito e registram, muitas vezes, o seu pensamento, que é uma forma de participação efetiva, e aproveitam disso depoimentos que ensejam esses comentários.

O primeiro deles era para dizer a esta inclita Comissão que concordamos com muitos dos conceitos aqui emitidos pelo ilustre Deputado Roberto Campos. Mas S. Ex.^a não foi entântico o suficiente para contar a esta Comissão e à Nação que a COSIPA não é um poço apenas por causa da última gestão, da penúltima ou da antepenúltima. Há muito tempo o Estado vem se sepultando lá. Não são apenas os seus dois bilhões e duzentos milhões de dólares de débito. Foram enterrados mais de seis ou sete bilhões de dólares na COSIPA.

Roubava-se a COSIPA desde o seu início. Ela foi fundada pelo meu grande amigo, e amigo do Deputado Roberto Campos, Jânio Quadros, que queria que São Paulo tivesse a sua própria siderúrgica para abastecer as indústrias circunvizinhas. E houve incentivo no Governo seguinte, de Carvalho Pinto. Finalmente, o Estado não aguentou, não suportou, e acabou transferindo ao Governo Federal, que para lá mandou um general quando o Deputado Roberto Campos era então Ministro do Planejamento de Castello Branco e que, junto com sua diretoria, ajudou a fundar também a COSIPA. Todos avançaram. A época daquele general, eu me lembro que até cheque sem fundo no cofre da COSIPA tinha, de diretores que sacavam direto no caixa, em dinheiro vivo. Era lastimável. E assim essa lástima veio se multiplicando. Disso não escapou o PMDB, não escapou o PSDB, que lá tiveram suas diretorias, que também foram marcadas por mazelas incríveis, escândalos conhecidos, divulgados publicamente. Ainda hoje o Tribunal de Contas está convocando diretores e presidentes e responsabilizando-os criminalmente por isso. Logo, o que era preciso primeiro colocar era que a administração estatal da COSIPA foi sempre uma calamidade. Não há grandes exceções - quem sabe um momento ou outro de seriedade que lá tivesse existido, e muito fugaz. O resto foi afundamento.

Eu era daqueles que acreditavam ser impossível a solução. A COSIPA não tinha alternativa: ela teria de ser fechada; ela morreria, porque já estava com déficit de um milhão de dólares por dia, e só se a Nação resolvesse continuar custeando um milhão de dólares de buraco por dia para mantê-la, como se mantivesse uma Disney World. Acreditava-se que ninguém chegasse a arrematá-la no leilão de privatização. Mas também o resultado do leilão, Depoente, não foi aquilo que sonhei que um dia poderia acontecer. Imaginei que grupos brasileiros, como o da BRASTUBO e outros tantos, que dependem ou têm relacionamento com a COSIPA, pudessem aliar-se a uma Kawasaki, a uma Mitsubishi ou a uma Nippon Steel, e conseguissem realmente adquirir o controle acionário para o investimento maciço, porque a COSIPA é absolutamente inviável. Suas prensas não produzem chapas que possam ser absorvidas pelo mercado internacional, que, quando compra chapas grossas dela, é para desbastá-las. Compra-se como se compra um elemento primário. E isso demanda investimentos que precisariam de grupos poderosos e com alta tecnologia para fazê-lo. E o que aconteceu? Foi um grupo que, tentando um monopólio em determinada área, porque já tinha o controle de Tubarão e da USIMINAS, assume o controle também da COSIPA.

E claro que concordo com o Deputado Roberto Campos. O monopólio quando praticado pela iniciativa privada é controlável e fiscalizável pelo Estado, é punível e pode sotrer concorrências: há uma série de remédios. E muito mais grave o monopólio estatal, que no entanto tem o seu objetivo muito mais de interesse público, é claro, do que o objetivo de lucro do grupo privado. Mas é evidente que o Grupo Bozano, Simonsen o que buscou com esse monopólio, e vai conseguir, é que, a curto prazo, não lhe sejam feitas concorrências em relação à sua produção. Há um interesse objetivo, de natureza personalíssima, privatizada, em termos do objetivo, do fim, do conjunto do que se fez, que é lastimável em relação ao interesse nacional, que seria o de que houvesse concorrência, e que, desde já, a COSIPA ficasse sujeita à disputa não só de mercado, mas de preço. E isso não vai acontecer, porque há quase que um monopólio nessa área, e durante alguns anos isso permanecerá, porque a importação de aço, que foi dita como solução, é claro que é uma solução muito distante, pois o transporte e o frete são muito caros para produtos pesados e rústicos, como o aço.

Mas quero dizer que, apesar de tudo, a privatização se deu para quem não acreditava que ela fosse possível. E para os que querem saber por que seria interessante a COSIPA, quero lhes dizer que, apesar do estado de deterioração dessa empresa, ela é a mais promissora de todas as siderúrgicas que conheço. Pelo menos no Hemisfério Sul nenhuma se aproxima dela: nenhuma outra tem um porto próprio situado ao fundo do maior porto do Hemisfério Sul: nenhuma está situada equidistantemente dos pontos que lhe tornecem desde o carvão até o minério de ferro, com ferrovias para o Brasil, as mais modernas que temos, e situada a 50 Km do grande mercado consumidor, que é a indústria automobilística e a de eletrodomésticos.

É evidente que a COSIPA não avançou em coisas primárias. E não avançou porque não havia o interesse ou havia a volúpia dos seus administradores públicos em se locupletarem, pois apesar de ser uma empresa que fabrica chapa para a indústria automobilística e a de eletrodomésticos não tem galvanoplastia. O que quer dizer isso? Quer dizer que a chapa sai de lá rudimentar, primária, quando ela podia sair quase que pelo dobro do preço com uma economia de um terço ou, pelo menos, de dois terços do custo de ter que passar depois pelo processo de galvanoplastia, que é indispensável para a montagem do produto final.

Quero dizer essas coisas para depois lastimar que tenha sido o Grupo Bozano, Simonsen, nessas circunstâncias, que tenha assumido a direção ou o controle acionário e não outro grupo que pudesse concorrer com a USIMINAS ou com Tubarão para que trouxessem para nós todos o melhor dos produtos que o capitalismo pode ensinar, que é a concorrência, a disputa, em termos de qualidade, em termos de preço, etc.

No entanto, Dr. Aldo Narcisi, eu, que sou seu amigo de tantos anos, com ligações independentemente da política, assisti-o dirigir, em São Paulo, a Comissão de Desenvolvimento Econômico com a qual o Governador Fleury tentou alavancar e tem conseguido resultados muito positivos. Acompanhei o seu empenho em Cubatão, para fazer com que aquelas indústrias que estavam moribundas acordassem de novo. Realmente, tem sido um sucesso.

Quando faço essa peroração, completo com uma pergunta: não havia possibilidade de um outro grupo que pudesse dar um futuro imediato, muito mais construtivo, que não precisasse "mineirizar" a COSIPA? Ou será que temos, no Estado de São Paulo, técnicos e administradores tão incompetentes que não possam gerir sequer uma empresa local? Ou será que não teríamos uma alternativa para o controle acionário que não fosse a do Bozano, Simonsen, que já detinha as outras duas empresas concorrentes da COSIPA, que nos possibilitasse a todos um volume maior de concorrência e de disputa? Essa é a pergunta fundamental em relação ao aproveitamento da capacidade de **management** da empresa e, a outra, em relação ao controle societário.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Dr. Aldo Narcisi.

O SR. ALDO NARCISI - O Deputado me conhece muito bem e sabe que esse é um negócio do qual a USIMINAS não tem controle. Ela detém 49,47% do controle. E esse nosso negócio foi feito com muita inteligência. É um tipo de sociedade que tem no mundo inteiro, onde, para poder ter a decisão, há necessidade de 75% do controle. A formação do capital da USIMINAS é de alguns sócios. Estão aí. Da COSIPA, são outros. Não tem nada a ver a USIMINAS com a COSIPA. E essa medida de 49,47%, para o nosso grupo, era muito interessante. O senhor entende perfeitamente, conhece muito bem esse assunto: se ela tivesse 45%, 44% ou 35% teria o mesmo poder do 49,47%. Foi interesse do nosso grupo fazer com que a USIMINAS participasse dessa forma. Essa é uma forma muito bem feita de um empresa nova, de um modelo novo de empresa. E mais, isso passa por uma administração compartilhada, onde cada um usa a sua vocação. A Nippon Steel entra com a sua vocação na questão tecnológica. Esse foi o grande sucesso. Essa é a recuperação da COSIPA. Passa pela Nippon Steel a nossa recuperação. O Banco Bozano ficou com a área financeira, onde está sua vocação e onde temos os grandes problemas. Temos que alavancar recursos imediatamente, cem milhões de dólares, para poder começar a funcionar no dia seguinte. A USIMINAS fica com o gerenciamento da empresa: como produzir aço, etc, mas colocando quatro ou cinco pessoas dentro da USIMINAS, respeitando o homem, respeitando o técnico da COSIPA. E nós, com a nossa condição de comerciantes, estamos lá dando a nossa assessoria na área comercial. Então, essa é uma administração compartilhada, na qual o poder não passa por 75% das ações. O poder não é nosso, não é do Bozano e não é da USIMINAS. O poder é de 75% das ações.

A COSIPA é uma empresa independente, com uma ação totalmente independente. O senhor fique tranquilo, com esse dado, tenho certeza, o senhor vai entender o meu trabalho. O que nós fizemos, Deputado, e o senhor me conhece, foi uma coisa genial: conseguimos que o empresário de porte médio participe de um processo desse tamanho e passe a ser respeitado numa licitação desse tamanho. O que faltou do outro lado foi respeito por nós. Eles acharam que não tínhamos inteligência e não tínhamos nos preparado suficiente para participar de uma licitação desse tipo. Estávamos preparados e ganhamos. E eu sou o Presidente do Conselho. O nosso Grupo dos Seis, que é considerado um grupo pequeno, insuficiente, tem a presidência do Conselho da companhia. Tem essa presidência e o comando, através dos três quartos em votação.

Quero tranquilizá-lo. O senhor sabe que eu não cometeria uma falha desse tipo. Não colocaríamos tantos recursos, com toda essa experiência do nosso grupo,

entregando a empresa, fazendo uma ação de comprar a empresa para depois entregá-la. Foi um ato inteligente, pode ter certeza disto.

O SR. MAURICI MARIANO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Maurici Mariano.

O SR. MAURICI MARIANO - Eu queria fazer uma intervenção, Dr. Aldo Narcisi, pois a minha preocupação coincidiu com a preocupação do Deputado Gastone. Não estou preocupado que possa ter mineiros lá, até porque a COSIPA, durante esses anos todos, teve bastante mineiro. Alguns acertaram, outros não. Foi um desastre. Até bem pouco tempo, ainda tinha mineiro lá. Não é isso, não. Na idéia liberal de hoje, na idéia de avançar, o negócio é ter competência, não é o rótulo, onde nasceu. A preocupação é a questão da competitividade. Quer dizer, a USIMINAS bate com a COSIPA. É isso que nos preocupa. Pelo menos na linha de pensamento inicial, existe essa preocupação. Eu acredito até que seja em vão. E também a COSIPA não vai querer quebrar, passando para a USIMINAS, porque tem o capital de vocês lá.

O SR. ALDO NARCISI - E lógico.

O SR. MAURICI MARIANO - Mas a preocupação é que existem algumas coisas que a USIMINAS não tem e que a COSIPA tem. Só que a COSIPA, aumentando, entra no mercado da USIMINAS. Como não sou empresário e não conheço bem essa área, começo a me preocupar nesse sentido.

O SR. ALDO NARCISI - Deputado Maurici Mariano, eu não sou sócio da USIMINAS, só da COSIPA.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Sr. Presidente, como meu nome foi citado, eu peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Ao que me lembre, quando eu era Ministro do Planejamento no Governo Castello Branco, o Diretor da COSIPA não era um general. Era, se não me engano, o Dr. Iberê Gilson, que tinha sido Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional. Parece-me que o general veio depois, já no Governo Costa e Silva. E algo para se verificar historicamente, mas eu gostaria de deixar essa dúvida pendente. Ao que me lembre, o general veio depois. Era o Dr. Iberê Gilson, muito competente, com experiência na CSN anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - A Presidência recebe o esclarecimento de V. Ex.^a, que fica registrado para posterior verificação.

Para encerrar, concedo a palavra ao Relator ad hoc, Deputado José Lourenço.

O SR. RELATORE (José Lourenço) - Dr. Aldo Narcisi, há um aspecto que eu gostaria de deixar bem claro. V.^a foi muito competente na sua exposição que foi inteligente, clara, transparente. Mas eu gostaria que V.^a me informasse quantos grupos participaram do leilão da COSIPA.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Sr. Aldo Narcisi.

O SR. ALDO NARCISI - Na verdade, foram dois grupos. Um grupo nosso, que era o Grupo dos Seis, e, do outro lado, o grupo da Vicunha, que era Vicunha, CSN, Votorantim, Vale do Rio Doce, Método, Eletrometal e os funcionários.

O SR. RELATOR (José Lourenço) - Da Companhia Siderúrgica Nacional participaram quantos grupos?

O SR. ALDO NARCISI - Da Companhia Siderúrgica Nacional, um único grupo.

O SR. RELATOR (José Lourenço) - É para deixar bem claro que o que havia ou o que se pretende contestar aqui é que estava preparado um monopólio de compra, porque se só concorresse um grupo, certamente esse grupo iria comprar a COSIPA pelo valor da avaliação do BNDES; não iria comprá-la por trezentos milhões de dólares, que era o preço, ou em torno disso, não é?

O SR. ALDO NARCISI - Exatamente, trezentos milhões de dólares.

O SR. RELATOR (José Lourenço) - A CSN foi comprada pelo valor de avaliação, porque só havia um comprador. A AÇOMINAS não foi comprada pelo valor de avaliação, foi comprada num leilão, porque havia dois compradores. Mas, interessante, parece-me que esta Comissão, até agora, não convocou ninguém da CSN, porque esta, sim, exerceu um monopólio de compra, o que é mais grave: isso é grave, gravíssimo. Ninguém está preocupado com isso. Está preocupado em saber se Pedro, Paulo, João, Manuel, que participaram da compra da COSIPA, estabeleceram com isso um monopólio de venda, não de compra, de venda, num País onde existe alíquota zero para a importação de chapas de produtos siderúrgicos, num mundo, onde a Rússia, hoje, depois que desativou todo o setor de armamentos, está invadindo todos os mercados com produtos siderúrgicos a preços baixíssimos; e temos que concorrer com ela, o que já está nos afetando em outros setores, como estanho, alumínio e nos mais diversos campos da indústria de metais. Mas, não. Criou-se um pequeno grupo nesta Casa. Sr. Presidente e Sr. Relator, que tem por objetivo exclusivo inviabilizar a privatização neste País, nada mais: não estão preocupados se essas empresas engoliram, nos últimos dez anos, vinte e dois bilhões de dólares. No Orçamento da União deste ano, não há dinheiro para a construção de um hospital, não há dinheiro para os remédios. Chegamos a uma situação no nosso País em que o médico tem que fazer uma opção entre dois pacientes, qual dos dois vai morrer. Mas tem onze bilhões de dólares para injetar nas estatais do País, e estes onze bilhões de dólares são intocáveis, porque foram Deputados do PT que colocaram

no Orçamento e foram aprovados, porque é o santuário da Nação, intocável, que está aí, protegido pelo Partido dos Trabalhadores. A Deputada Maria Laura pôs recursos para uma refinaria de petróleo no Estado da Bahia. Eu queria saber por quê? Por que ela não pôs recursos para o Hospital de Base de Brasília, que está sem equipamentos, onde os doentes têm péssimo atendimento? Mas não, não, não. O petróleo é nosso, vamos botar recursos para a Refinaria de Mataripe, quinhentos milhões de dólares.

Sr. Presidente, o que temos que definir de uma vez por todas é o que este País quer: ou vamos continuar com as vacas sagradas, que, infelizmente, não têm dado leite para o povo, mas dão leite para uns poucos e alimentam esses poucos em detrimento do interesse de muitos, ou vamos acabar com as vacas sagradas e criar vacas que possam dar leite para toda a Nação.

Vejo, para satisfação minha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, que cada vez é menor a participação dos que defendem as vacas sagradas nas Comissões, e eles já se sentem como corpos estranhos no ambiente que a Nação repudia, pelas mais diversas pesquisas feitas em todo o País. Ninguém mais quer monopólios e ninguém mais quer estatais, e o mais grave é que, se o povo não quer monopólios e não quer estatais, daqui a pouco, também, não vai querer mais deputados que apóiam estatais e monopólios.

Eu tirei zero no DIAP e voltei, fui reeleito. E muitos dos que receberam nota dez, que ficaram nas bases, ficaram com o mesmo discurso que tinham anteriormente não voltaram. Eu para aqui voltei com o mesmo discurso que tenho desde que entrei para a vida pública: coerência. O mundo, hoje, não defende mais estatais em lugar nenhum. O ex-Presidente Gorbachev disse-me: "O meu grande problema em avançar no campo da privatização na União Soviética é que a cultura do meu povo é uma cultura de estatal. Todos, aqui, só pensam em estatal, são empregados do Estado: são três gerações: aqui, não existem empresários". Esse é o grande drama da União Soviética, por isso não tem avançado mais no campo da privatização, porque não há empresários e não há mercado, não se criou o mercado ainda, as leis do mercado ainda não foram estabelecidas naquele país.

Dr. Aldo Narcisi, Sr. Presidente, meus senhores, a esquerda continuará, democraticamente, com todo o meu respeito, na sua determinação de tentar evitar que o Brasil caminhe na senda do progresso, do desenvolvimento e da história. Eles estarão impedindo essa caminhada, nessa direção, do nosso processo de desenvolvimento econômico e social. Mas nós continuaremos aqui, firmes, e somos maioria na Câmara, no Senado e na Nação, para impedir que eles continuem defendendo essa política que não está mais sintonizada com o interesse nacional.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, a não ser cumprimentá-lo e aos empresários do País, que têm a ousadia de comprar estatais falidas, recuperá-las e pô-las a serviço do Brasil.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Quero dizer ao Deputado José Lourenço, nosso Relator ad hoc, que todo o pessoal da CSN já foi ouvido por esta Comissão, tanto aqueles antigos como os atuais - esta é uma ressalva que quero fazer ao Deputado.

Antes de terminar os nossos trabalhos, esta Presidência convoca reunião para amanhã, às 15h, quando ouviremos o Presidente do Grupo Gerdau, Dr. Jorge Gerdau.

Encerrando nossos trabalhos, queremos agradecer a presença do nosso depoente, Dr. Aldo Narcisi, e agradecer os seus esclarecimentos.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 56 minutos.)

Secretaria Legislativa
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 29ª. REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1993.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho,

presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Edson Silva, Roberto Campos, Paes Landim, José Carlos Aleluia, Rubem Medina, José Maria Eymael, Fernando Carrion, Carlos Massa e José Lourenço. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Doutor Jorge Gerdau Johannpeter, convida o depoente para sentar-se à mesa e solicita-lhe a leitura do juramento. A seguir, a presidência convida para Relator ad hoc o Deputado Rubem Medina e passa a palavra ao depoente para fazer sua exposição. Assume a Relatoria o Senador Amir Lando e, logo após, a presidência passa-lhe a palavra para fazer as indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Paes Landim, Paulo Ramos, Roberto Campos, José Lourenço e José Carlos Aleluia. Assume a Presidência o Deputado Roberto Campos, que logo após, passa a palavra ao último inscrito, Deputado Fernando Carrion, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 29A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 22/09/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO DOUTOR JORGE GERDAU, PRESIDENTE DO GRUPO GERDAU, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO - 22/09/93 - 15H35MIN

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Convidamos o Dr. Jorge Gerdau a tomar assento à mesa, ao mesmo tempo em que convido o Deputado Rubem Medina para ser Relator *ad hoc*.

Pego aos presentes que hiquem de pé para que o nosso depoente preste o juramento.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar todos os fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Sr. Jorge Gerdau, Presidente do Grupo GERDAU, que fará a sua exposição.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Exm^o Sr. Presidente, Deputado Ezio Ferreira, Srs. componentes da mesa, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar a importância do processo de privatização e, em segundo, agradecer pela oportunidade de vir a esta Casa fazer uma exposição de como vemos esse processo de privatização e qual foi a nossa participação nele. Analisando a evolução, nesses últimos anos, do processo de privatização e, principalmente, daquilo que concerne ao setor siderúrgico, entendo que esse foi um trabalho da maior importância, e o Brasil pode se considerar, de certo modo, vitorioso por ter conseguido a realização desse trabalho.

Sr. Presidente, eu gostaria de mostrar algumas transparências relacionadas à privatização, a fim de manter uma certa sequência e facilitar os trabalhos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de mencionar a origem do Grupo, embora de muitos seja de pleno conhecimento. O Grupo Gerdau nasceu no Rio Grande do Sul, em 1901, numa pequena metalúrgica fabricante de pregos, iniciada pelo meu bisavô, juntamente com o meu avô, que também iniciaram uma fábrica de móveis. Esse processo foi gradativamente crescendo, e hoje atingimos uma capacidade de produção significativa, que está acima de 2 milhões de toneladas. Estamos, inclusive, com atividade no exterior e compomos, hoje, uma organização com 90 mil acionistas. A sociedade das empresas está totalmente aberta e nos obriga a um comportamento de transparência total, pois uma empresa, quando atinge o nível de uma participação de 90 mil acionistas, passa a ter um comportamento semelhante ao que se exige do homem público: prestar contas sobre aquilo que pratica e poder justificar de público, plenamente, tudo aquilo que é decidido no âmbito da empresa.

Através desses anos, nós conseguimos fazer uma evolução e nossos créditos básicos foram construídos através de uma tradição de trabalho. Menciono isto mais para transmitir aos senhores a importância que damos à nossa organização no sentido de que toda ela - do menor colaborador até o Conselho de Administração - está orientada, essencialmente, no princípio, em primeiro lugar, de permitir que o cliente esteja plenamente satisfeito. O conceito de qualidade de produtos e serviços tem que ser o ponto-chave - são pessoas como base da eficiência, tecnologia atualizada, seriedade com todos os públicos, segurança e solidez, lucro como medida de desempenho.

Menciono esse esquete. Srs. Deputados e Srs. Senadores, porque não se trata apenas de um documento para apresentar a V.Ex^{as}, mas de algo que cada vez mais é vivido intensamente no processo. O conceito de lucro como medida de desempenho provém essencialmente do fato de que o mercado estabelece o preço teto e obtemos resultados ou não quando conseguimos desempenhar nossa atividade com eficiência.

Outro ponto importante e que merece ser relacionado é a seriedade com os produtos públicos. Nós últimos doze anos, através da convivência, inclusive com empresas siderúrgicas japonesas, cada vez mais desenvolvemos o conceito de qualidade total e aí se aprimora o conceito de que é preciso ter um relacionamento absolutamente limpo e claro com todos os públicos que uma entidade, uma empresa como a nossa, tem. Ela tem que inspirar confiança, em primeiro lugar, aos seus clientes; precisa estabelecer uma relação contratual absolutamente limpa com seus acionistas; uma relação contratual limpa com seus colaboradores; uma relação contratual limpa com seus fornecedores; uma relação contratual absolutamente limpa com a própria comunidade em que vive. Ressalto isso porque são essas estruturas, esses princípios e esses esquetes que permitem a um grupo como o nosso, com uma existência de mais de noventa anos, ter perspectiva de continuidade, de crescimento e de desenvolvimento. Nós atuamos no mercado de construção civil, indústria de metal-mecânica e agropecuária. Esses são os nossos três grandes segmentos. A construção civil trata principalmente do setor de material de construção, de vergalhões; o setor da indústria metal-mecânica produz fio máquina para transformação de molas, pregos e parafusos, e também equipamentos para a indústria de transformação; o setor da agropecuária fabrica essencialmente arames, como o tarpado, o ovalado e o galvanizado.

Gostaria de ressaltar ainda que o Grupo tem feito investimentos, nos últimos dez anos, num ritmo médio de 83 milhões de dólares. No último ano foi de 130 milhões de dólares. Muitas vezes se discute a questão da especulação financeira, que é profundamente estimulante como opção empresarial, mas nosso grupo preferiu adotar a estratégia de continuar investindo a totalidade da sua capacidade de geração de

recursos e, além disso, fazer a sua política de captação de recursos no mercado de capital e pequenos endividamentos, continuando a investir no setor. Isso porque acreditamos que, de acordo como o princípio de cada vez mais desenvolver a competitividade internacional, é imprescindível uma visão de tornar as empresas cada vez mais eficientes e competitivas para poderem disputar no cenário internacional.

Ressalto que, nos últimos anos, o setor siderúrgico como um todo, o Grupo Gerdau inclusive, tem tido uma variante de exportar em média 50%. Esse cenário foi estabelecido nos últimos dez anos, pois o setor siderúrgico, como um todo, muito cedo aprendeu, em relação a outros setores industriais, que somente através do trabalho, da eficiência e da competitividade é que poderia sobreviver. Isso se caracterizou pelo alto nível de exportações que o setor foi obrigado a realizar.

Na próxima transparência, vou apresentar a V.Ex^{as} uma estrutura da produção de aço no Brasil. No final da palestra, vou discutir a questão da existência ou não de cartéis, de estruturas fechadas ou não. Isso porque se trata de uma oportunidade das mais importantes. É preciso que se tenha, de uma vez por todas, uma visão mais clara do que significa uma política de desenvolvimento industrial, num regime de plena competitividade internacional.

Temos, em primeiro lugar, no setor de semi-acabados, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, três empresas do setor de aços planos - Siderúrgica Nacional, USIMINAS e COSIPA. Temos o setor de aços especiais - ACESITA, Villares, Mannesman, Piratini e Eletrometal. Temos, finalmente, o setor de aços longos, comuns. Estamos atuando essencialmente nesse setor, pois como a privatização da Piratini nosso grupo entrou no setor de aços especiais, com uma empresa relativamente pequena, no Rio Grande do Sul. O Grupo Gerdau participa no setor de produtos longos por meio várias empresas. Tem nove usinas espalhadas em todo o Brasil, procurando estar o mais próximo possível do cliente.

Temos, aí, a sequência de participações do setor siderúrgico. O cenário desse setor sofre uma importante modificação em virtude de a Mendes Júnior ter comprado recentemente a AÇOMINAS. Como V. Ex^{as} podem ver, é razoável a competição entre as diversas empresas, principalmente no que se refere aos diversos setores. No meu entender, na siderurgia, a competição não mais se verifica entre as empresas, mas entre os países. Esse é o grande entoque da questão. Devemos centrar cada vez mais a nossa atenção nesse aspecto em virtude da formação de blocos. Cada vez mais as economias se integram, as empresas se fundem, e a disputa ocorre entre os blocos ou entre os países a que pertencem esses blocos.

A orientação do Grupo Gerdau, no que diz respeito à privatização, foi no sentido de nos mantermos no setor onde temos maior desenvolvimento, maior experiência e maior participação no mercado, isto é, na produção de produtos longos de aço. Nosso objetivo foi, essencialmente, atingir novos mercados, incrementar a qualidade dos nossos produtos atuais, complementar a linha de produtos, melhorar o atendimento aos clientes, reduzir custos, mediante maior especialização das fábricas, buscar o retorno do capital investido e aproveitar nosso **know-how** tecnológico da siderurgia de laminados longos.

O Grupo Gerdau participou de vários leilões de privatização, mas só obteve sucesso na aquisição de quatro empresas: a Piratini, que atua no setor de aços especiais, aquisição no valor de 106 milhões de dólares, com ágio de 152,9%; a COSINOR, no valor de 13,9 milhões de dólares, com ágio de 13,8%; a USIBA, no Estado da Bahia, cujo valor de aquisição foi 54,2 milhões de dólares ágio de 138% sobre o preço mínimo; e a Usina de Barão de Cocais, que é a Ecimetal, que é a antiga Hime, localizada na cidade de Barão de Cocais, adquirida por 37,4 milhões de dólares, com ágio 43%.

Houve algumas participações em leilões, nas quais não obtivemos sucesso. É importante informar isso porque, antes da vigência da atual lei de privatizações, nosso grupo participou de várias tentativas de adquirir empresas, sem obter sucesso. É importante V. Ex^{as} observarem que esse é o processo aberto: participar, ganhar ou perder. V. Ex^{as} podem verificar os ágios que pagamos.

Menciono aí, em primeiro lugar, a AÇOMINAS, que foi a última privatização a ser realizada. A empresa foi adquirida por 555 milhões de dólares. O ágio médio foi de 87%. O grupo controlador, que comprou 30% - 20% foi vendido mediante acordo antecipado com os empregados -, pagou ágio de 180%. Depois, também não obtivemos sucesso na privatização da Companhia de Ferro e Aço Vitória- COFAVI, cujo valor de aquisição foi de 8,2 milhões de dólares. A Usina de Sete Lagoas, a Usina de Gusa de João Neiva e a SIBRA, Eletrossiderurgia Brasileira, empresa de ferro-ligas na Bahia, também pertenciam à Ecimetal.

Gostaria de fazer algumas observações, antes de entrar em maior detalhamento sobre o que estamos realizando e os cenários que se verificaram em cada uma das privatizações de que participamos. Podemos mencionar que as quatro empresas que adquirimos não pagavam impostos e encargos sociais. Quer dizer, tipicamente uma situação como a da Piratini. Quando a adquirimos, na sua formação de preços, havia uma dívida de 16,9 milhões de dólares de impostos e encargos. A COSINOR também tinha uma dívida de impostos e encargos no valor de 5 milhões de dólares.

Gostaria de falar sobre a não-capacitação de pessoal. Praticamente inexistiam investimentos destinados à formação e capacitação de pessoas. Não havia

motivação nem capacitação para mudar o rumo das coisas. Talvez seja esse um dos pontos mais delicados, que, realmente é o cenário das empresas estatais. Tomemos como exemplo a Piratini e observemos todo o seu quadro técnico, todos os seus operários, toda a sua estrutura de recursos humanos. Mais de quinze anos se passaram sem que os principais técnicos da empresa participassem de qualquer seminário, sem que tivessem motivação para qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico. O sucateamento dos equipamentos é uma questão menos grave do que o sucateamento dos recursos humanos. Trata-se de um verdadeiro desrespeito à qualidade dos homens. Faz-se um investimento inicial, há formação das equipes iniciais, com grande entusiasmo e depois aquelas pessoas não recebem mais qualquer tipo de apoio para desenvolver-se. Esse fenômeno se verificou praticamente em todas essas empresas.

Quanto ao aspecto da falta de investimento na empresa, podemos dizer que normalmente, numa empresa com características de siderurgia, hoje, o mínimo que se tem de investir é o equivalente à depreciação da mesma, que, às vezes, ocorre num ritmo de 15 a 20%, principalmente nas empresas que trabalham em regime de vinte e quatro horas. Se analisarmos o que aconteceu, por exemplo com a Piratini, verificaremos que, em quinze anos, investiram nela 15 milhões, mas para mantê-la operando satisfatoriamente teria sido necessário investir atualmente esse valor. Quer dizer, essa empresa teve um investimento inicial de 150 milhões de dólares - depois vou detalhar mais esse número -, mas acho que o Governo investiu mais 400 milhões para tapar os prejuízos de operação dessa empresa. Quer dizer, para tapar os prejuízos foi necessário gastar praticamente três vezes o que foi investido inicialmente e para manter a sua modernização, foram investidos 15 milhões de dólares em dezoito anos.

Na COSINOR, por exemplo, foram investidos, nos últimos nove anos, 5 bilhões de dólares, menos da metade do mínimo necessário. A USIBA, no período 83/88, teve um investimento em torno de 10 milhões de dólares, menos de 15% do mínimo necessário. Na Usina de Barão de Cocais, no período 82/86, os investimentos foram de 4.6 milhões de dólares, valor que deveria ter sido quatro vezes maior.

É importante que V. Ex^{as} verifiquem a irresponsabilidade do Estado na gestão do dinheiro público nas empresas estatais. Há uma incompetência gerencial absoluta, um desrespeito total aos homens que atuam na empresa e o sucateamento dos equipamentos.

No que concerne à questão da proteção ambiental, essas empresas praticamente nunca investiram em equipamentos contra a poluição, como determina a legislação a respeito. V. Ex^{as} não podem imaginar a pressão que existe em situações como a da Companhia Siderúrgica Nacional e de outras empresas, não podem imaginar o atraso dessas empresas no que concerne aos investimentos que deveriam ter sido realizados para aquisição de equipamentos antipoluição. É um verdadeiro escândalo, é um desrespeito à comunidade, desrespeito ao ambiente de trabalho.

O déficit que a União teve com essas empresas que privatizamos foi de 991 milhões de dólares. Na Piratini, por exemplo, foram aportados 580 milhões de dólares; na COSINOR foram aportados 111 milhões de dólares. É importante ressaltar que isso corresponde ao valor dos últimos dez anos de operação e a 45% do faturamento da empresa. Quer dizer, além do que a empresa faturou nos últimos dez anos, ainda houve necessidade do subsídio de 111 milhões de dólares para que ela não fechasse, o que significou 45% do faturamento da mesma. Na USIBA foram aportados, para tapar os buracos, 300 milhões de dólares. Quanto à Usina de Barão de Cocais, esses números não estão disponíveis porque essa empresa esteve parada durante um ano e meio. Na ocasião em que assumimos a direção dessa empresa, que estava totalmente parada, houve verdadeira festa na cidade de Barão de Cocais, foi rezada uma missa, os sinos tocaram. Isso porque, repito, a empresa estava parada há um ano e meio, o que acarretava prejuízos enormes para a comunidade.

Vamos analisar primeiro a gestão Gerdau na Piratini. Quando assumimos a direção da Piratini, assumimos também uma dívida de 37,5 milhões de dólares, sendo que 10,7 milhões de dólares não estavam contabilizados. É importante ressaltar que, embora sejam feitas as auditorias, nesse processo de privatização, o Brasil é ainda um dos poucos países do mundo que configura uma responsabilidade do controlador, figura praticamente superada em qualquer país desenvolvido. Todavia, no Brasil, em virtude de aspectos históricos, há uma responsabilidade do controlador no que concerne ao endividamento da empresa. Nos outros países do mundo, faz-se o endividamento na base da geração de **cash flow**, e o banqueiro assume o risco. No Brasil, por cultura do próprio BNDES, o controlador assume toda a responsabilidade da empresa, que, às vezes, tem 90 mil acionistas, incluindo todos os débitos fiscais também.

Em relação à estrutura brasileira, pouco se pode fazer. Entretanto, quando é para o Governo, essa regra não serve. Quando privatiza, o Governo diz que os passivos que existem são os que estamos publicando, qualquer passivo a maior, seja de natureza fiscal, seja de outra natureza... Não há condições... Quando se faz um contrato privado de compra e venda de uma empresa, o que ocorre? Quando o balanço é muito ruim, compra-se só os ativos, mas quando se compra a empresa, mantém-se uma cláusula de responsabilidade do vendedor sobre os riscos fiscais ou eventualmente sobre aqueles valores que não constem no ativo ou no passivo da empresa. Quando privatiza, o Estado diz a responsabilidade é essa que foi publicada; se for maior, eu não me responsabilizo por ela. No caso da Piratini, havia 10,7 milhões de dólares não contabilizados. Nós investimos, depois que assumimos a direção da empresa, 34,4 milhões de dólares. Atualmente, está em andamento o investimento de mais 20 milhões

de dólares nos setores relativos ao lingotamento contínuo e à inspeção e identificação automática na linha, dando garantia à qualidade, refino secundário na aciaria e recuperação de diversos clientes inativos. O grande esforço do grupo, ao assumir a empresa foi retomar os clientes que a mesma perdeu nos últimos anos. É evidente que ela bastante nos últimos anos, com a perspectiva da privatização, em virtude da falta de confiança no setor de aços especiais, que não é *commodity*; é um sistema de atendimento à atividade industrial, em que é importante essa relação de confiança entre o fornecedor e o cliente.

Fizemos maciças missões técnicas do nosso pessoal, promovendo viagens, e investindo na capacitação profissional; fechamos contratos de assistência tecnológica e conseguimos realizar, em nove meses, o enquadramento na ISO-9000, que está praticamente em fase final.

A auditoria final já foi feita e só falta a certificação final. Cumprimos plenamente as nossas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, num montante de 13,12 milhões de dólares anuais.

A remuneração dos funcionários, que era em média de 540 dólares por funcionário, passou a 833 dólares por trabalhador. É importante ressaltar isso porque se busca maior eficiência, maior produtividade, mas se procura também melhor remuneração do pessoal.

O aumento da produtividade da empresa foi de 75 para 114 toneladas/homem/ano. No setor de aços especiais, esse número ainda é baixo, mas representa melhora significativa. Investimos maciçamente no treinamento e na capacitação das pessoas. Estamos tentando recuperar o período perdido pelo Governo, nesses quinze ou dezoito anos, quando não foi treinado o pessoal; realizamos 90.773 horas de treinamento. Recuperamos a Escola de Aprendizagem Industrial, para que as pessoas da comunidade, atualmente 90 alunos, pudessem frequentar esse estabelecimento, o que já era uma tradição na Piratini.

Com relação ao programa de investimentos, estamos programando investir 50 milhões nos próximos dois anos. Na parte ambiental, já mencionei o desempoeiramento da aciaria, emprego de tecnologias para o resfriamento controlado e a instalação de um bloco acabador para produção de fio *mater*.

Resultados esperados a médio e longo prazos: aumento do número de clientes, motivação dos funcionários com a retomada de investimentos. Neste ano a empresa deve alcançar o seu ponto de equilíbrio e em dois anos chegará ao nível da lucratividade que a tornará auto-sustentável.

Quero ressaltar que a depreciação da empresa é razoável: 500 milhões. Isso significa que ela está, praticamente, desde o ano passado, trabalhando com equilíbrio de caixa.

No que concerne à operação, ainda não tem condições de pagar os investimentos.

Vamos falar agora da USIBA.

No caso da USIBA, assumimos uma dívida total de 53 bilhões de dólares, sendo 19,5 milhões referentes a contingências não contabilizadas. Quer dizer, repito, é aquele cenário de controlador irresponsável.

Ações já realizadas.

Já investimos 57,6 bilhões desde a aquisição. Principais investimentos: modernização da planta em redução direta, passando do estágio I para o II. A planta é antiga. Com essa renovação, reduziremos, praticamente, à metade o consumo de gás, o que é decisivo para tornar a empresa competitiva. Ela possuía um processo obsoleto de redução direta, que é o estágio I - processo mexicano. Com o investimento que estamos fazendo, atingiremos praticamente patamares internacionais de insumos de gás para produzir uma esponja competitiva em âmbito internacional.

Estamos, ainda, pavimentando as vias internas, instalando o sistema de despoeiramento e implantando o fechamento automático de barras com ganhos de qualidade e produtividade. Como tem de exportar praticamente 80%, é extremamente importante que nossa empresa tenha padrões internacionais de qualidade.

Cumprimos as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, no montante de 11,3 milhões anuais, bem como as decorrentes da remuneração dos funcionários. É interessante notar que a empresa apresentava o nível de 989 dólares por pessoa e passou a ter um rendimento por trabalhador ao custo de 1.353 dólares.

O aumento de produtividade foi de 238 dólares/toneladas/homem/ano. Passamos para o nível de 687 toneladas/homem/ano. A média brasileira varia entre 250 e 300. Esse número representa um patamar razoável. Quando terminarmos a tarefa de modernização, deveremos atingir, aproximadamente, mil toneladas/homem/ano.

Investimentos em pessoal. Já houve mais de 40 mil horas de cursos de treinamento e formação de funcionários, além de viagens e visitas técnicas no exterior.

Programa de investimentos.

Insisto nesse aspecto de treinamento de pessoal, porque realmente o Governo é péssimo patrão. Muitas vezes, existe ilusão, porque o Governo emprega mais. Todavia, na realidade, ele abandona as pessoas, não as capacita, não as motiva. Consequentemente, as empresas geram prejuízo e baixam a produtividade. Mencionei a produtividade da USIBA somente para que ficasse registrada. Existem hoje, no mundo, empresas que já atingem patamares de 1.500 toneladas/homem. É lógico que, nesses casos, são outros os níveis de investimentos para aumentar a produtividades, inclusive

com o uso de equipamentos bem mais modernos. Na relação brasileira, essa equação tem que ser calculada com enorme cuidado, principalmente em virtude do alto custo do Capital. A equação econômica do Brasil não é a mesma do cenário internacional. Neste, existem endividamentos de longo prazo, com juros baratos; no Brasil, tem-se que trabalhar praticamente com capitais próprios, porque o endividamento é extremamente caro. Quem opta por recursos do BNDES, tem de entrar na fila e enfrentar a burocracia dessa instituição. Muitas vezes, a decisão desse processo é muito mais lenta do que o processo de modernização.

Permanentemente, ficamos num impasse: ou pleiteia os recursos do BNDES - o dinheiro não sai nunca -, ou tem uma participação menor, via FINAME, que é dinâmico, ou, então, trabalha-se essencialmente com geração de recursos próprios, o que dificulta enormemente a decisão de investimentos no processo de modernização.

As empresas siderúrgicas do Japão trabalham praticamente com 20, 25% de capitais próprios e 75% de endividamento a longo prazo - há dívidas com prazos de até 20 anos.

No Brasil, hoje, praticamente é o contrário: quem quiser sobreviver no setor da siderurgia, dificilmente poderá dever mais do que 20 ou 25% do seu balanço, em virtude do alto custo do dinheiro e da instabilidade do cenário global.

Programa de investimentos.

Estamos prevendo investir 36 bilhões nos próximos dois anos. Os principais investimentos são: instalação e manipulação automática de lanças na aciaria, instalação forno-panela, também na aciaria, aquisição de um bloco acabador para produção de fio *mater* de qualidade para exportação, instalação de um equipamento termex, para tratamento térmico, trazendo melhorias de qualidade com enobrecimento da linha de produtos.

Resultados esperados a médio prazo.

Este ano a empresa já deverá apresentar resultados. Espera-se, a médio prazo, com a conclusão dos investimentos, que a empresa alcance lucratividade mesmo exportando até 70% da sua produção.

Usina Barão de Cocais - ex-Cimetal ou ex-Hime.

Nesta usina foram investidos 36,1 milhões, sendo que um investimento de 18 milhões ainda está em andamento. Principais investimentos: instalação do misturador de gusa e ponte rolante, garantindo o aumento da produtividade e a capacidade de instalação, instalação de sistema de tratamento de efluentes, reforma do alto forno, ampliação dos leitos e resfriamentos dos lingotamentos contínuos, reativação da usina, paralisada há, praticamente, um ano, e contratação de 600 funcionários. A empresa, que tinha 900 funcionários, estava totalmente parada. Quando nós a assumimos, ela possuía 600 funcionários. Os benefícios indiretos sobre o Município de Barão de Cocais são da maior importância, porque praticamente a cidade vive em função da usina, único empreendimento significativo. Cumprimos obrigações trabalhistas e previdenciárias no montante de 10,2 bilhões dólares anuais. A produtividade, que era de 159 toneladas/homem, passou para 351 toneladas/homem. A remuneração do pessoal passou de 458 dólares para 710 por trabalhador. Investimos em programa de treinamento e formação de funcionários e implantamos todos os benefícios sociais oferecidos pela Fundação Gerdau, além de realizarmos viagens e visitas técnicas a empresas nacionais e estrangeiras.

Programa de investimentos.

Pretendemos investir, nos próximos anos, mais de 16 bilhões de dólares.

Principais investimentos: instalação de um alto forno para utilização de 100% de coque em substituição ao carvão vegetal, utilização de filtros de carvão em alto forno, eliminando resíduos de cartão vegetal na atmosfera, sistema de despoeiramento, automação do sistema de comando e controle da aciaria, instalação de novo laminador para produção de barras de alta qualidade em substituição aos existentes. O total de 13,4 bilhões está sendo investido continuamente em um projeto de reflorestamento.

Esperamos, a médio e longo prazo, que a usina, com a conclusão dos investimentos e programas, atinja um grau de qualidade de produto e de produtividade operacional compatível com os padrões internacionais.

Falaremos agora sobre a COSINOR.

Talvez convenha relembrar a V. Ex^{as}, que, conforme a primeira planilha que mencionei, a COSINOR produzia 52 mil toneladas, o que corresponde a 0,7% do segmento. No setor siderúrgico, a produção dela era inexpressiva, porque foi fundada em 1939 essencialmente para produção de peças para reposição nas usinas de açúcar da região. Somente em 1959 foi implantada uma unidade siderúrgica semi-integrada.

Assumimos essa empresa com uma dívida total de 9,1 milhões, sendo 1,7 milhões referentes a valores não-contabilizados. Também neste caso o controlador era irresponsável.

Ações já realizadas.

Nossa grande preocupação na COSINOR foi a de reativar as atividades de fundição, usinagem e caldearia para a fabricação de equipamentos. É importante ressaltar que, se a COSINOR produzisse 40 mil toneladas a mais ou a menos de produtos elaborados, não teria significado nenhum, em virtude da presença de outras empresas na região, seja a AÇONORTE, seja a COMESA, seja a Siderúrgica Cearense,

seja a Usina Siderúrgica da Bahia. Essa é uma região plenamente abastecida, conforme as informações que virão a seguir, com nível elevado de exportação, principalmente por parte da USIBA, porque as outras têm carência em fonte de metal e, conseqüentemente, têm que trabalhar com um equilíbrio operacional extremamente cuidadoso.

Nossa preocupação era, essencialmente, conseguir que a empresa mantivesse a atividade para a qual foi fundada. Fizemos isso por meio de uma conjugação de esforços com a SINISA e SINIONE METALÚRGICA S.A., empresa de São Paulo que, historicamente, trabalha na área de bens e capital e tem tradição nessa área de equipamentos e de bens de capital, principalmente na indústria açucareira.

Em agosto de 1992 a empresa assumiu todas essas áreas. Hoje prevê o faturamento, neste ano, de 8 bilhões. Ampliou seu quadro funcional para 200 funcionários e está operando com plena capacidade na área de bens de capital. Após a sua reativação, a empresa está atendendo cerca de 90% das usinas de açúcar da Região Nordeste, além da região Centro-Sul do País.

Gostaria de ressaltar, ainda, que tivemos oportunidade de vender os equipamentos da COSINOR, principalmente os da parte de bens de capital, parceladamente. Provavelmente, poderíamos ter obtido resultado econômico imediato, mas entendíamos que - essa empresa tinha um significado importante e essa parte de bens de capital estava praticamente parada há um ano e meio antes de assumirmos - a principal função da empresa seria manter esse parque de equipamentos trabalhando para atender as necessidades da região. Assim, em vez de vendê-los e obter resultados imediatos com a venda parcelada desses equipamentos, procuramos conter o trabalho desse grupo empreendedor que são esses empresários de São Paulo, para que no financiamento de dez anos que estão adquirindo, a primeira parcela de compra foi condicionada ao sucesso da operação da empresa, para que, realmente, fosse reimplantada a atividade empresarial.

É importante mencionar isso em virtude da campanha publicitária feita em relação à COSINOR, que, na atividade siderúrgica, é uma empresa absolutamente inexpressiva, pois responsável por apenas 0,2% da produção siderúrgica nacional. Repito. Não são 2%, mas sim 0,2% da produção siderúrgica nacional. Qualquer variante que todos os dias aparece na atividade siderúrgica do Brasil é um número muito mais expressivo. Realmente, o que era importante na atividade da COSINOR, no nosso entender, era reativar a atividade que outros não tinham ou que a região tinha carência de atendimento das necessidades de mercado.

Conseqüentemente, em 1991, a tendência das entregas para o mercado interno era positiva. Quando fizemos o estudo do projeto, baseados nas próprias projeções do BNDES, previa-se um crescimento de 6% ao ano da demanda do mercado interno.

Na realidade, a entrega das empresas do Grupo Gerdau nas Regiões do Norte e Nordeste caiu 21% em 1992. Essa retração e a redução das alíquotas de importação tornaram o mercado muito mais disputado, exigindo o setor fortes ajustes operacionais.

Quando o BNDES fez o estudo, projetou o crescimento de 6% e projetou uma proteção aduaneira ainda de 20%.

Primeiramente, tentou-se operar a COSINOR em seu nível mínimo, ou seja 1.500 toneladas mensais. Como o mercado continuou caindo, a empresa não conseguiu atingir o seu nível mínimo de operação, decidindo-se, então, por sua paralisação.

Os critérios para esses ajustes foram: paralisar os equipamentos tecnologicamente mais defasados. Como resultado, o nível de produção das usinas do grupo Gerdau, na região, incluindo a COSINOR, caiu apenas 3% em 1992, contra 21% na queda do mercado interno.

Os equipamentos estão recebendo manutenção contínua, pois não se descarta a possibilidade de se religar, principalmente a parte de laminação.

Penso que o próximo quadro é da maior importância para justificar plenamente e dar condições a V.Ex^{as}. de observarem números reais. V. Ex^{as}. tomaram conhecimento da situação das empresas de 1990 a 1993, bem como da produção de aço da AÇONORTE, COMESA, CEARENSE, USIBA, COSINOR. O total foi de 664 mil toneladas em 1990; em 1991, foi 626 mil toneladas; em 1992, 606 mil toneladas; e, em 1993, estamos no ritmo de 665 mil toneladas.

V. Ex^{as}. podem ver que a COSINOR tinha 47, depois 52 e, com a privatização, foi para 3 e 0.

O importante é verificar o que aconteceu com o mercado. Para a AÇONORTE, o mercado interno foi de 144, caiu para 125 em 1992 e está-se mantendo, neste ano, em 144. Para a COMESA, foi de 25; 27; 20 e 24. O mercado interno na CEARENSE: 38; 48 em 1991; em 1992, 42 e, em 1993, 44. Na USIBA: 104; 104; 95 e 71 para o mercado interno, em 1993, o que significa que o mercado interno, em 1990, era 349 mil toneladas; em 1991, foi 359 mil toneladas - estou referindo-me à Região Nordeste -; em 1992, caiu para 285 mil toneladas; e, em 1993, está no ritmo de 283 mil toneladas.

V. Ex^{as}. podem verificar que fizemos uma compensação com o aumento de exportações. Se analisarem o que ocorreu em 1992, quando a queda foi mais significativa, observarão que de 296 subimos para 343 mil toneladas.

Quanto à preocupação referente à existência ou não do tão discutido cartel da região, gostaria de mencionar que o produto siderúrgico tem um processo

totalmente aberto de exportação e importação. O setor exporta 50%, praticamente, de sua produção. É um produto que, hoje, está com 10% de direitos aduaneiros para importação. Na região do MERCOSUL, os direitos aduaneiros hoje são 2%. Com o México, o acordo feito pelo Brasil, estabelece zero por cento.

Em consequência do alto nível de exportação nos últimos dez anos, eu diria que hoje o produto, praticamente, já tem um nível de comportamento de uma estrutura de mercado que seria, no meu entendimento, o almejado para toda a estrutura empresarial brasileira: direitos aduaneiros baixos, competitividade internacional para a exportação e limite e preço de integração, e que evitam abusos de preços.

O que aconteceu no Nordeste? Na AÇONORTE, em 1990, o preço de venda era 465 dólares; caiu, em 1991, para 402 dólares; em 1992, para 384 dólares e, hoje, está em 326 dólares. Na CEARENSE, de 466 caiu para 324 e na USIBA caiu de 414 para 340 e está hoje em 314.

Se tomarmos a média das empresas, verificaremos que saímos de um preço de 441 dólares para, hoje, 322 dólares por tonelada.

A continuar abrindo ou fechando... A demanda da região está atendida, as exportações continuam, o cliente está atendido. Procura-se a solução mais econômica e o melhor preço para o consumidor que é, realmente, o importante.

Srs. Senadores. Srs. Deputados. está aqui a evolução dos preços, que são absolutamente transparentes.

Gostaria de mencionar, ainda comparando, o que aconteceu com o projeto do BNDES, na privatização da COSINOR. As entregas reais do Grupo Gerdau, no Nordeste, em 1991, foram 359; 285; 283, e o BNDES, para fazer a avaliação da empresa - naquela época a entrega era de 359 toneladas - projetou, em 1992, 381; e, em 1993, 413, segundo a taxa teórica de crescimento de 6%. Ninguém poderia prever que a crise no Brasil fosse acentuar-se tanto, principalmente, ninguém poderia prever que o Nordeste fosse sofrer tanto.

É interessante ressaltar que o cenário aqui descrito da Região Nordeste não é o cenário nacional, em que não houve essas quedas tão acentuadas. Aliás, isso constitui preocupação enorme, porque, na realidade, as regiões mais pobres do País têm sido afetadas pela crise de forma mais significativa.

A queda comparativa diferencial foi de 96 e 120.000 toneladas/ano ou o diferencial em relação ao projetado foi 33,7; 42,4% de redução em comparação a isso.

O número da produção teórica da COSINOR, antes de ser privatizada, era 44 mil toneladas, contra essas 96 ou 120 mil toneladas.

Algumas conclusões sobre o nível de operação das usinas adquiridas pelo Grupo Gerdau em processo de privatização:

A produção de aço da Piratini era 14,3, passou ao nível atual de 15,1 e a futura será 18. A Cosinor passou a siderurgia a zero. A fundição era zero, passou a meia tonelada. A Usiba, que era de 28 toneladas, passou a 31,6 mil toneladas/mês, projetada em 36. Barão de Cocais era zero passou a 18,1, 24. Isso significa que o ritmo era 46,6 mil toneladas. O nível atual dessas mesmas empresas, sob a gestão do Grupo Gerdau hoje é 65,3 mil toneladas e a futura será de 78 mil toneladas.

Mais uma vez, eu repito os números de comparação da folha de pagamento. A Piratini tinha uma folha de pagamento por tonelada/homem de 540 dólares por homem, passou a 833. A produtividade era de 75 toneladas, passou a 114 toneladas de aço por homem/ano. A Usiba, 989 dólares de remuneração custo homem/mês, passou a 1.353. E a produtividade passou de 238 para 687 toneladas. Barão de Cocais, a folha de pagamento passou de 458 para 710, e a produtividade histórica da empresa, que era de 159, passou a 351 toneladas.

O que significou a avaliação de custos para o Grupo Gerdau na aquisição dessas empresas? O grupo adquiriu essas empresas, Piratini por 45,8. Ela assumiu 37,5 milhões de dólares de dívidas. Isso significou 59 bilhões de investimentos adicionais que estão sendo realizados, que levam a um total de 143 milhões de dólares sobre uma produção prevista de 216 mil toneladas. E dá um investimento de 663 dólares do setor de aços especiais. A Cosinor está zero aqui, e a Usiba, que passou a um total de 166 bilhões, dá um investimento por tonelada de 385. E Barão de Cocais passa a um investimento de 80 milhões de dólares, que seja 278, ou 404 milhões de dólares totais em investimentos da privatização, com um investimento por tonelada de 432. É importante ressaltar aos senhores que esse valor hoje está relativamente elevado se eu considerar ainda as depreciações dessas empresas, pois todas são empresas antigas. Se eu considerar ainda o processo de esforço e gestão que está sendo feito pelo grupo, no que concerne à capacitação dos recursos humanos, as empresas praticamente ainda estão trabalhando com poucos resultados. A Barão de Cocais já tem resultados positivos melhores, mas a Usiba e a Piratini são empresas que ainda estão, vamos dizer, com uma geração de caixa equilibrada na operação, e em consequência dos investimentos a serem feitos em equipamentos e em pessoal é que vão passar a dar resultados nos próximos anos. Provavelmente já neste ano haja uma melhoria nesse sentido. Eu diria que esse processo deve se dar provavelmente daqui a dois anos, porque o resultado em relação a esse investimento vai se tornar atrativo ao investidor na visão de acionista. A tarefa, a médio e longo prazo, é normal e sem cirurgia. Mas é extremamente importante que os senhores tomem a dimensão econômica desse processo de privatização e investimento.

Meus senhores, eu gostaria agora de mencionar por que nós acreditamos que esse processo é da maior importância. Por que é importante? A economia estagnada, o que é? No fundo, é fechada. É ineficiente e repassa os custos absurdos para a sociedade. Se nós analisarmos esse caso da Cosinor, principalmente, em que o contribuinte jogava praticamente 150 dólares, número aproximado, por tonelada, num produto de 300, 300 e poucos dólares, o contribuinte punha em cada quilo, cada tonelada vendida, praticamente 50% para tampar o buraco dessa empresa. Na Usiba, se colocou 300 milhões de dólares. Na Piratini, se colocou 400 ou 450 milhões de dólares, em cima de um investimento. Quer dizer, não há país, não há dinheiro que possa sustentar tamanha ineficiência. Se analisarmos em relação a uma privatização, temos empresas abertas com preços definidos pela competição e pela eficiência.

Gostaria agora...

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Eu gostaria de pedir ao depoente que concluísse.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu estou praticamente terminando. Só mais alguns minutos, Sr. Presidente.

Eu gostaria de mencionar um aspecto que não se refere somente ao Grupo Gerda, mas se refere à siderurgia como um todo. E eu gostaria que isso fosse analisado com a maior profundidade, Srs. Deputados e Srs. Senadores, porque se tem verificado, volta e meia, discussões na imprensa: discute-se cartel, joga-se o CADE num processo sem avaliação correta das coisas. Menciona-se, na imprensa, que no caso do setor de produtos planos também surgiram cartéis etc.

O que acontece na siderurgia? Temos dois tetos de preços - o preço mínimo e o preço máximo. O preço mínimo, meus senhores, é estabelecido pelo preço da exportação. Eu não consigo abaixar mais os preços do que aquele da exportação. Então, a competição existe nas empresas e principalmente no setor siderúrgico, que tem um excesso de produção fantástica, que chega às vezes a 50%, tem variante de 55%, 40%, conforme a situação de flutuações do mercado. Temos como preço de queda máxima o preço da exportação. Como o setor exporta maciçamente, não tem conversa de Grupo Gerda ou Bozano quer derrubar uma empresa, a USIMINAS. Não tem nada. O preço mínimo é o da exportação. É igual ao cenário internacional. E o preço máximo que alguém consegue fazer é o preço da internação mais os direitos aduaneiros. Agora, tem um agravante nesse processo, que é da maior responsabilidade para o processo industrial brasileiro, que é a carga tributária do processo produtivo. Enquanto no mundo inteiro se tributa somente o consumo, nós, com PIS, FINSOCIAL, PASEP etc, temos impostos em cascata. Quer dizer, paga-se uma vez imposto no minério, paga-se no transporte do minério, paga-se na transformação na usina, da usina para a laminação, depois vai para a indústria de transformação e assim por diante. Temos impostos em cascata. E o importador paga o IPI e o ICM apenas na importação sem o custo de capital de giro ainda do processo e paga no final, quando a mercadoria entra, enquanto nós pagamos impostos constantemente, pagando a inflação e o capital de giro caro e ainda sem compensação do consumo final. Então, na realidade, hoje, o Brasil, com direitos aduaneiros de qualquer país a 10%, ou do MERCOSUL, México, a zero ou 2%, tem, na realidade, uma proteção inversa, porque os impostos são maiores que os direitos aduaneiros. Hoje o setor de siderurgia tem uma estrutura de formação de preço de padrão internacional. Na entrada e na saída. É o que deveria se tentar atingir em relação a outros mercados fechados. Então, quando se fala ou quando se vê representantes do Governo falando em cartório, constata-se uma ignorância absoluta, porque não conhecem como funciona o mercado, não conhecem como funciona o sistema de comercialização, porque o processo é absolutamente aberto. Ainda mais considerando os fretes internos do País que são caríssimos, porque não existem sistemas portuários eficientes, não existe cabotagem interna, vai tudo por caminhão. Então, como nossa evolução quase toda é no litoral, qualquer um do cenário internacional, em qualquer porto, coloca a mercadoria. Para levar uma tonelada de aço a qualquer lugar deste País sai uma fortuna. Quando analisamos o cenário internacional de transportes, a proteção praticamente inexiste e consequentemente o conceito de cartório não existe.

Mais uma observação. Hoje alguém pergunta quantos produtores de chapa grossa ou quantos produtores de ferro de construção existe na França, na Itália, na Alemanha? Ninguém pergunta. Por quê? Porque na França existe apenas um grupo estatal de siderurgia em caminhos de privatização. Alguém discute se tem dois produtores de chapa? Não. Só há uma preocupação: o processo é aberto ou não é? A chapa da França está cara, entra a da Alemanha. A da Alemanha está cara, entra a da Inglaterra. Quer dizer, o processo é aberto. O Brasil é igual. Então, não interessa. Tem-se que pensar apenas em uma coisa: como conseguir produtividade de 1.500 toneladas por homem? Essa é a minha preocupação.

Como vou ter um sistema de automação sem pagar preços absurdos sobre a estrutura de eletrônica? Essa é a minha preocupação. Preocupa-me que as empresas se conjuguem nas suas capacitações etc. Há um desvirtuamento absoluto nessa discussão, porque a política do Brasil ainda não está definida. O empresariado ainda luta, muitas vezes, por uma proteção aduaneira elevada, fechada, e, de outro lado, já temos estruturas absolutamente abertas. Não há consistência no sistema.

Para transportar uma tonelada de aço, o nosso caminhão paga de 30% a 35% de direitos aduaneiros, o que significa de sete a oito dólares de direito aduaneiro por cada tonelada que se transporta. Agora, o aço já está a zero. É preciso que haja consistência nesse sistema. O sistema tem que ter abertura à competição. E na

siderurgia já foi estruturado; não existe mais o problema. Só há um problema: como fazer a siderurgia competitiva ou mais competitiva ainda para o cenário da competição internacional.

Finalmente, penso que ainda há dois pontos que cabe mencionar: o Brasil investiu 26 bilhões de dólares em siderurgia, e eu diria que no mínimo pôs fora cerca de 15 bilhões de dólares. Essa siderurgia poderia ter sido construída talvez com uns sete, oito ou dez bilhões de dólares, mas, pelo fato de ser estatizada, foram arrancados do contribuinte brasileiro, no meu entender, 15 bilhões de dólares lá na ponta, que para sair do contribuinte custaram no mínimo 20% a 30% a mais. Um dólar que sai do bolso do contribuinte para chegar lá na usina siderúrgica - 15 bilhões de dólares esbanjados na siderurgia -, deve ter custado no mínimo 20% a mais para o contribuinte.

O Brasil deu um passo importante no sentido da privatização. Chega de pôr fora. Os senhores sabem onde está o maior benefício da privatização? No passivo curto que estava dentro de cada uma dessas empresas. Estamos gastando bilhões de dólares em usinas pequenas - nós investimos quatrocentos milhões de dólares -, mas o grande passivo, por exemplo, de uma COSIPA, é o passivo futuro, porque uma empresa como essa tem que pôr bilhões e bilhões de dólares. Num sistema de desrespeito e não-capacitação dos homens, essa empresa cada vez se deteriora mais. O maior benefício da privatização está no fato de o País se livrar do passivo futuro. Eu diria o seguinte: se essas empresas estatais não fossem privatizadas, poder-se-ia calcular facilmente mais dez bilhões de dólares num período de quatro ou cinco anos que teriam que ser investidos. Repito: dez bilhões de dólares na ponta final são no mínimo treze, quatorze ou quinze bilhões de dólares na caixa do contribuinte.

Finalmente, a mim me preocupam dois pontos: creio que não existe moeda podre: há pagador podre. No meu entender, a fórmula da moeda podre é genial, porque é o único modo de o País reconquistar uma posição séria. Nosso grupo não tinha praticamente nenhuma moeda podre no bolso. Compramos no mercado, adquirindo inicialmente a 45 centavos, e já está a 70% o valor; acredito que este País vai voltar a ter respeito perante os credores no dia em que de fato chegar ao valor nominal.

Ninguém aqui hoje estaria disposto a pôr um cruzeiro bom arriscando comprar moedas podres. Esse risco ninguém toma, porque ninguém confia. O processo de pegar uma moeda, entrar no processo de privatização e comprar ativos reais, esse risco se toma, porque se está com um ativo real. Colocar moeda sadia para comprar moeda podre para especular é algo que ninguém faz, porque se hoje está valendo 70, amanhã poderá estar valendo zero.

Talvez os senhores não tenham percebido, mas o Brasil só vai ter pleno crédito internacional novamente quando o papel valer 97% ou 98%, como qualquer emissão nova vale. Então, a solução de privatização por essas moedas é uma fórmula genial, porque é o único modo de tirar esses papéis do mercado. Enquanto o Governo não tira essas moedas do mercado, o País não conquista novas fontes de crédito. Lógico que não é absoluta essa fórmula; conquistam-se fontes de crédito, mas na realidade, os juros no mundo hoje estão ao redor de 3% ou 4%, e para que o Brasil eventualmente pague apenas 2% a mais do que outros países, pague 5% ou 6%, é preciso limpar esses papéis podres.

O empresário, o País pode estar pagando custos internacionais altos - nem falo no mercado interno -, porque tem moeda podre. Ele tem que limpar todas elas. E esse caminho é genial. Ninguém me deu ainda uma fórmula mais inteligente do que tirar essa moeda podre. Não é moeda podre - eu repito -, é credor podre. Quem faz a moeda ficar podre é quem não paga esse dinheiro.

Gostaria de ressaltar a importância do sistema de moedas, que é de mercado, qualquer um dos senhores pode comprar; em qualquer corretora esse dinheiro entra em leilão, pois é um processo aberto.

O segundo ponto é o problema da participação. Enquanto a participação dos empregados era de 10%, creio que o processo ainda era aberto; o processo de 20% está fazendo com que os leilões comecem a não ser abertos. No meu entender, é importante que se ache uma solução para que os empregados participem, mas eles não deveriam ter condições de participação, porque entram num processo de negociações ou negociações antecipadas que fazem com que os leilões não ocorram dentro de uma forma puramente de mercado.

São essas as duas observações: é importante continuar privatizando, usar o mecanismo da moeda podre, que é inteligentíssimo e, finalmente, encontrar uma solução de forma que os empregados participem, mas eles deveriam comprar talvez num segundo momento, depois de ter sido detido o controle acionário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Acabamos de ouvir o depoimento do Sr. Jorge Gerdau Johannpeter.

Passo a palavra ao Senador Amir Lando, nosso Relator, para que ele formule as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, senhores membros da CPI, senhores depoentes:

Eu gostaria de começar exatamente pela parte final. Tenho uma série de perguntas, mas vamos explorar um pouco a idéia final do processo inteligente das moedas ditas podres.

O que o senhor considera exatamente inteligente é essa possibilidade de o adquirente de estatais comprar as moedas a 40, 45, 28, como já foi no início, agora 70, e pagar, evidentemente valor de face? É isso que o senhor quer dizer? Ou seria um processo inteligente para o Erário vender as estatais em moeda corrente, e comprar então, se quisesse, esses títulos no mercado por esse valor?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Senador Amir Lando, penso que esse tema é da maior importância. Como empresário, como gestor de capitais, eu não compraria moeda podre. O Governo, se quisesse comprar moeda podre para fazer essa moeda subir, já poderia tê-lo feito. Ninguém proibiu o Governo de entrar no mercado. O Governo não tem dinheiro hoje para fazer isso, mas se o Governo considerasse que fosse inteligente fazer isso, poderia e deveria até tentar.

Começamos nossas primeiras privatizações com deságio em torno de 45% a 50%, e acabamos agora na AÇOMINAS adquirindo ou contratando moedas a 70% ou 72% do valor, isto é, um deságio de 30%. Tanto faz.

Quando eu decido investir numa empresa, nem olho moeda podre, porque moeda podre eu compro a prazo, à vista, ela tem sua cotação a valor presente e futuro como qualquer papel. Eu analiso a empresa em dólares. Faço meu cálculo de retorno em dólares. Depois eu analiso se ela tem condições de remunerar o investimento em dólares. Normalmente, o uso do instrumento da moeda podre me dá uma margem também de ganhar 2% ou 3% a mais do que eu pagaria por uma boa empresa.

Por isso é importante separar a questão da avaliação da empresa com a questão da moeda podre. Usar a moeda podre é um instrumento inteligente, é usar a liquidez do sistema investidor para limpar o mercado. Se o senhor quiser vender moeda real e depois aplicar, também seria; mas dinheiro que entra na caixa do Governo dificilmente vai entrar no mercado financeiro para comprar moeda podre. A necessidade social é de tal ordem que dificilmente esses vasos se comunicam.

Eu, como investidor, como empresário, penso que é importante que o mercado se limpe da moeda. Estou hoje fazendo captações de CPs de cinco milhões de dólares no mercado internacional; vou pagar pela moeda em torno de 9,25% ou 9,50%, mas se o País não tivesse moeda podre, provavelmente eu captaria a 4% ou 5%, dentro do cenário atual.

É importante limpar a moeda podre, e há vários modos. Esse modo é extremamente inteligente; não digo que não existam outros. Esse sistema é inteligente.

O valor da empresa nada tem a ver com a moeda pobre. É inteligente vincular os mecanismos. O valor da empresa é lavado porque ela vai render. Posso citar o exemplo das nossas empresas. Paguei por elas um ágio maior, porque antevi retorno de investimento. O valor de investimento que demonstrei é valor real; não puxo valor de face. Senador. O valor que paguei pelo investimento, calculei-o em dólar; isto é, não misturei o contrato. Aquilo é um outro negócio financeiro. Se a empresa está bem ou mal avaliada, teoricamente o leilão resolve. A parte mais complexa é discussão do valor, porque realmente o valor de uma empresa depende da minha disponibilidade, depende da estratégia, depende de que tempo vou fazer essa empresa render.

Eu estou apanhando para pôr as empresas que adquirimos em ordem. É o meu negócio. Estou trabalhando há anos para pô-las em ordem, para obter resultados. Então, digo que paguei caro barato. Sob aspecto puramente de investidor, não foi barato. Como atividade empresarial, consegui aumentar a minha capacidade competitiva e entrei em um negócio - o de aço especiais - em que eu não estava. Para entrar hoje em um negócio no Brasil é tremendamente difícil, porque as oportunidades de negócios estão difíceis. Mas não se devem misturar os dois cenários. Teoricamente os leilões definem o preço. Com relação às avaliações, no meu entender, o que incomoda é o dinheiro que o Governo pôs nestas empresas, mas esse foi um erro passado. Já mencionei isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Perfeito. Mas eu não falei ainda de avaliação.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Mas ela se confunde. Quando o senhor reclama contra a moeda podre, são dois negócios: avaliação alta ou baixa. Eu calculo: se a empresa vale 100 milhões e eu posso pagar 100 milhões de dólares, compro 200 milhões de moeda podre. Portanto, separo totalmente os negócios. Um é o negócio financeiro e o outro é o negócio do investimento industrial.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Presidente da FIESP, quando aqui compareceu, considerou ético o Governo aceitar qualquer moeda, mas pelo valor de mercado. O senhor acha que essa posição do Presidente da FIESP não é ética ou não seria recomendada?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Nós pagamos o valor do mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - De face.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não. Valor de mercado é o pagamos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, eu falei mercado.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Teoricamente, seria o ideal.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Que a União recebesse, na venda de suas estatais, pelo valor de mercado. Essa foi a proposição?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Creio que dá absolutamente no mesmo. Se o Governo recebesse pelo valor de face do leilão, eu calcularia novamente

o valor em dólar real, e o Governo ficaria com moedas valor de face, que, na realidade, ao vender só valeriam novamente aqueles 30, 40. Dá absolutamente no mesmo, porque eu vou investir na empresa no que ela vale em dólar. Para mim a moeda dita podre, Sr. Senador, é um segundo negócio. Ganhei esses 2, 3%, no financiamento de longo prazo, mas não misturo os dois negócios.

Quando o Presidente da FIESP menciona que o ideal seria o valor de face, eu digo que ele está certo..

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não. Valor de mercado.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Valor de face, porque valor de mercado é o que eu paguei.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele falou que o Governo deveria receber essas moedas no processo privatização pelo valor de mercado, ou seja, o senhor vai comprar com moeda, mas pelo valor de mercado.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Senador, no meu entender, o Governo recebeu pelo valor de mercado, porque no momento em que paguei o ágio pela empresa, é apenas uma visão contábil: na realidade, paguei a quantidade...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Em outras palavras, para o senhor não interesse se a moeda está com deságio; não interessa o valor dólar.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Perteito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Se o senhor pode comprar pelo valor real de 100 e transformar esse valor em moeda, reduzindo - nem que o preço seja 200 - isso em moeda que vale 50%, para o Sr. é indiferente.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Absolutamente igual.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É ruim para o Erário.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não, porque o Erário ...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Deveria vender por 100 em moeda corrente, pois seria a mesma coisa.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Por isso discuto. Se eu pagar o valor de face, essa empresa vai valer a metade em dólar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Por quanto o senhor comprou a COSINOR?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Por 13,8 milhões. Acho que é isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Existe algum valor patrimonial na COSINOR?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Havia um valor patrimonial contábil da ordem de 20 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não conheço e não estudei o caso da COSINOR.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Também isso não é importante.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que possuía de bens imóveis a COSINOR?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - A empresa tinha um imóvel bastante significativo, que valia 1,5 milhão de dólares. Fiz a avaliação para analisar a empresa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que constituía esse imóvel?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Trata-se de uma área que, historicamente, é banhado. A zona é pobre, mas, no meu entender, dá para vender esse terreno - gostaria de vendê-lo, mas ainda não o consegui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Fora esse imóvel, só existiam equipamentos e a própria estrutura da empresa?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sim, fora disso, havia só equipamentos. O problema de imóvel em uma empresa é conflitante. Há alguns dias, vi surgir uma discussão a esse respeito; é mais ou menos como no caso dos fazendeiros, que não calculam retorno sobre a fazenda, mas sobre o capital de giro que eles têm na entrada da exploração pecuária. Na indústria, ocorre a mesma coisa: não se consegue tirar retorno, porque o que vale é o que a empresa gera. Eu posso estar no melhor imóvel do mundo...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não acha que seria um processo inteligente que Governo desmobilizasse isso antes de vender a empresa?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Mas o Governo tem feito isso, em parte, às vezes. Mas, se próprio Governo vai vender em um determinado ponto, ali há uma outra indústria, mas, normalmente, onde fica uma usina siderúrgica...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É claro que, se é um imóvel ligado e conjugado com a própria empresa onde está localizado, admito que possa haver um pouco de celeuma. Mas o que deve ser feito, quando há um imóvel que nada tem a ver com a produção industrial em si? O senhor o venderia se fosse o gestor da coisa pública?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Senador Amir Lando, na maioria dos casos, a avaliação teórica dos imóveis... Tenho dois imóveis agora. Da Piratini, tenho um imóvel onde funcionava o escritório e, na avaliação, saíram uns 30% ou 40%; não consigo vender.

Em Recife, há um antigo prédio dos antigos administradores, que fica do outro lado do rio. Esse prédio "é um abacaxi". Não consigo vendê-lo. A liquidez está tão

baixa que ninguém compra imóvel. Se hoje alguém quiser comprar os imóveis que tenho nas privatizações pelo valor contábil, eu os entrego todos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor, depois que adquiriu essas empresas que foram privatizadas, já desmobilizou alguns bens que não tinham nada a ver com a atividade produtiva?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Estou tentando vendê-los, mas não consegui vender nenhum ainda.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não tem mercado?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Talvez tenha mercado, mas também analiso que, daqui a um ou dois anos, a situação pode estar melhor. Imóvel industrial é pior do que imóvel comercial e habitacional. Hoje, todos os imóveis do mercado estão bastante desvalorizados em relação ao valor que já tiveram no passado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E os imóveis rurais, por exemplo?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Os imóveis rurais, conforme o setor, há coisa até melhor. Quanto à nossa parte de reflorestamento, gostaria de dizer que fizemos aquisições razoáveis, no caso da Barão de Cocais. Estamos ampliando o reflorestamento, que é útil.

Eu gostaria de dizer, mais uma vez, que eu não calculo juros ou depreciação sobre terras de reflorestamento. Só calculo o que eu coloco em cima para produzir. Se eu for calcular o investimento na terra ou numa indústria - de repente, tenho uma indústria em uma cidade que cresceu -, eu não produzirei mais. Isso não ocorre só no meu caso específico: é regra geral de negócios.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quero apenas dizer que essa metodologia do fluxo de caixa descontado se aplica, de certa forma, na Europa, onde conheço alguma coisa na área industrial e onde tudo é apertado em termos da produção industrial: nada se tem de supérfluo. E as nossas empresas, mesmo no ramo siderúrgico, às vezes tinham mais supérfluo do que, realmente, o capital integrado à própria produção.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Senador Amir Lando, V.Ex^a toca talvez no ponto mais complexo da questão. Como administrador de empresa, o maior dilema que tenho, dentro desse cenário financeiro complicado, é o de fazer uma política industrial consistente no meu grupo. Temos investido, em média, 80 milhões de dólares. Minha maior discussão acontece quando calculo o valor presente para o meu investimento com taxas de 8%, 12% ou 15%. O mercado paga mais do que 15%. Mas, como grupo, se eu tiver visão financeira, fico obsoleto.

Então, essa discussão é a mais difícil que existe hoje. Sofro permanentemente com ela, porque decido, praticamente a cada 15 dias, a respeito de pequenos investimentos - que são melhorias - e, duas vezes por ano, a respeito de grandes investimentos.

Tomando-se o valor presente com juros de 12%, 15% ou 8%, se eu quiser competir com japoneses, tenho que fazer um valor de 6%; se eu quiser competir com o mercado financeiro, tenho que fazer um valor maior do que 15%. Realmente, trata-se de uma visão estratégica.

Senador Amir Lando, se V.Ex^a pergunta a minha opinião a respeito do que seria melhor para o Governo, eu não sei lhe dar uma resposta limpa e absoluta. Se o Governo capta dinheiro a 30% de juros anuais - hoje, esse valor está um pouco menor -, ele tem que dar de graça essas empresas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Governo deveria tê-las dado para o povo brasileiro?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sim, deveria tê-las dado para o povo.

Eu gostaria de fazer uma observação. Nós e o contribuinte - eu me incluo nisso - estamos naquela "história do bonde em Minas Gerais". O Governo está recebendo duas vezes por essa empresa: uma, quando me tirou dinheiro para construir esses "abacaxis"; a outra, no momento em que estou comprando a empresa novamente. O Governo está vendendo a mesma mercadoria duas vezes.

O certo seria devolver isso ao povo, ao contribuinte, que deverá encontrar o seu caminho. Isso é um pouco utópico, mas, na realidade, se se discute justiça fiscal, deveria ser dito o seguinte: todos os contribuintes que foram exauridos desse processo é que deveriam receber essas ações.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Só para resumir, dentro desse raciocínio, o senhor comprou a COSINOR por 13,9 milhões. O senhor pensa que essa empresa valeria em torno da metade desse valor ou o senhor obteve esses recursos através de financiamento do BNDES?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não foi através do BNDES, mas do BANESPA, que me ofereceu condições melhores do que o BNDES. Há uma competição no mercado. Quando entro numa privatização dessas, vou comprando opções e vou jogando. Teoricamente, só fecho o negócio no final. No começo do leilão, a cotação é maior: à medida que o tempo passa, ela vai caindo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor falou aqui - evidentemente, não sei em que termos o senhor queria se referir - que adquiria as moedas no mercado. Entendo que quem adquire moedas no mercado tem dinheiro.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Tem dinheiro ou crédito, que são a mesma coisa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor compra as moedas?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu compro as moedas. Esses Bancos, para não mostrar lucro ou prejuízo, lançam moedas com valor de face.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu sei disso. Só para concluir, se não fosse a possibilidade de uso dessas moedas, o senhor não pagaria os 13,9 milhões? Qual seria o seu valor real na aquisição?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - No caso da COSINOR, um pouco mais que a metade. O raciocínio pragmático é esse.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Por que o senhor comprou a COSINOR?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu a comprei, porque estava cansado de ter um concorrente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas é tão inexpressivo!

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Senador Amir Lando, deixe-me mencionar a história completa. Há 15 anos, tive o "privilégio" de conviver com uma gestão incompetente, cujo controlador era o BNDES, que me jogava por volta de 150 dólares de subsídio na empresa. Tendo como vizinha a AÇONORTE, que produzia três ou quatro vezes mais do que a minha empresa, eu tinha que distribuir aos meus 90 mil acionistas um dividendo, e o concorrente vendia o produto ou pela metade do preço ou "pagava os seus buracos".

E o que acontecia? Essa empresa entrava no mercado com o dinheiro do BNDES e vendia com preços artificiais. Num mercado extremamente apertado, como o da Região Nordeste, e com a perspectiva de especializar os laminadores, eu decidi comprar a empresa antes de colocar o concorrente no mercado. Não estou escondendo isso; não tenho o que esconder. O mercado é aberto. Por isso, insisto no cartel. O consumidor do Nordeste compra aço da minha empresa ou das empresas concorrentes de Minas Gerais, que lá põem o produto a 20 ou 30 dólares.

Na realidade, passei 10 anos sustentando uma incompetência. Foi um processo traumático. Quando eu ia ao BNDES - fomos várias vezes à Diretoria do BNDES -, diziam-me para que eu comprasse a empresa e a fechasse. Isso nos foi dito pelo BNDES. Por mais de 6 meses - quase um ano -, ficamos tentando revitalizar a empresa.

O SR. PAULO RAMOS - V.Ex^a me permite um aparte? O BNDES é um órgão. Quem do BNDES usou essa expressão: "compra e depois fecha"?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não me recordo. O problema é de uma evidência.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, V.Ex^a me permite um aparte para sossegar o Deputado José Lourenço, que está agitado em função da pergunta?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS - V.Ex^a talvez tenha outro tipo de mentalidade com o que também não compactuo.

Sr. Presidente, o Deputado José Lourenço talvez esteja compactuando com a corrupção, que não é o meu caso.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Quem compactua é V.Ex^a.

O SR. PAULO RAMOS - Não me estou referindo ao depoente; estou referindo-me ao Deputado José Lourenço. Estou fazendo uma pergunta, vez que o nosso objetivo aqui é a investigação em relação ao Programa Nacional de Desestatização. Quando as pessoas se referem aos órgãos, devemos pressupor que órgão é uma coisa e as pessoas que compõem a instituição outra. Os depoentes vêm aqui e não contribuem muitas das vezes com as investigações, porque eles se referem sempre ao banco tal, ao organismo tal. Estamos investigando o procedimento escuso de pessoas, e não de órgãos; por isso perguntei. Quando V.S^a disse ter ido ao BNDES - e foi a sua expressão, as notas taquigráficas estão aí -, afirmou que o BNDES teria dito isso; todavia, o BNDES não fala.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, reserve-me a palavra por favor, pois estou concluindo. Não é preciso me interromper no momento em que vou fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - V.Ex^a está concluindo fora da ordem. Eu gostaria que se colocasse em ordem os trabalhos.

O SR. PAULO RAMOS - Se se vai tumultuar assim, Sr. Presidente, também estou acostumado a isso.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Eu aqui vim para assistir a uma reunião em ordem. Tenho grande respeito pelo Deputado, mas gostaria que a palavra voltasse ao Relator, porque também estou inscrito.

O SR. PAULO RAMOS - Pedi um aparte ao Relator e S.Ex^a o concedeu. Sr. Presidente, agora vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Sr. Senador Amir Lando.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, não vou admitir isso. Gostaria de saber do depoente se ele pode dizer quais as pessoas do BNDES... (INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO)

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, na condição de Relator, evidentemente com quem estava a palavra, renovo a pergunta do nobre Deputado, a qual considero importante, vez que o Sr. depoente está aqui sob a responsabilidade do juramento e sob todos os itens legais que presidem a solenidade deste ato. Eu gostaria que V.S^a pudesse declinar, porque o próprio BNDES, bem como outros órgãos, de certa forma, fizeram algumas repreensões ao fechamento da COSINOR. A idéia foi essa. Então, vamos ver, porque temos de desmascarar. Se V.S^a afirmou isso...

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Essa minha afirmativa é real, mas ela talvez tenha sido leviana em função do cenário da discussão que estamos tendo, porque a afirmação existe. Não tenho o nome das pessoas; esse é o processo. O processo COSINOR é um trauma de dez anos, e as pessoas que dirigem aquele processo sofreram ele lá internamente. Então, não sei lhe dizer. Talvez se eu for fazer uma pesquisa eu até detecte, mas a própria visão do BNDES é uma visão única; é uma visão de discussão de órgãos técnicos.

Portanto, Sr. Senador, essa é uma conclusão a que o pessoal chegou e à qual não é difícil chegar, porque, se uma empresa perde 150 dólares por tonelada num produto de 300 dólares, é evidente que algo está errado. Sr. Senador, não tenho essa afirmativa: foi tal pessoa que disse; e a conclusão. Eu ia lá reclamar e não davam ouvidos à nossa reclamação. Num processo de dez anos de prejuízo, eu bati no BNDES por vinte vezes, pedindo para ver se eles arrumavam essa empresa de uma vez. Realmente, a solução é a privatização. Na realidade, uma empresa com esse sistema, é impossível: do Rio de Janeiro, com uma gestão tecnocrática, com vinte instâncias no meio de um processo, querer fazer competir uma empresa como esta com uma em que os donos estão cuidando desde o último quilo de sucata que entra... isso é uma operação dinâmica que exige uma capacitação gerencial e comercial, absolutamente impossível para um BNDES gerir à distância uma microempresa, uma microsiderúrgica que significa 0,2% da siderurgia.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria de saber, se V.S^a puder dar essa contribuição, por que a empresa dava esse prejuízo tão grande? Era exclusivamente por má gestão ou havia também uma questão de subsídio, digamos assim, no meio desses valores, ou melhor, estaria embutido algum subsídio nesses preços?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - O processo é a soma. Uma microusinaria dessas, Sr. Senador, começa na compra de sucata. Temos uma rede de compra de sucata que tem comerciantes agenciados para isso. Uma empresa estatal já nem consegue fazer esse tipo de contrato. Para aprovar um contrato de delegação do pequeno comprador de sucata, na Região Nordeste, ou mesmo por permuta, tal agilidade, o administrador dessa empresa teria até constrangimento em fazê-lo. Infelizmente, o Governo não pode fazer isso. Daí por que esse processo não funciona. Na operação industrial, uma empresa dessa está endividada. Ela entra num fluxo de caixa permanente de endividamento com custos caros. Trabalha com dívidas pequenas - e ela trabalhava com dívidas grandes; consegue fazer uma produtividade de homem/hora três vezes maior do que a empresa. Na hora do preço de venda, que é um processo dinâmico de comercialização, é evidente que uma empresa estatal também não consegue trabalhar um produto desse com dinamismo. Então, V.Ex^a toma a compra, a geração do dia-a-dia, a venda e ainda o processo da empresa endividada, com obsolescência tecnológica, somando esses fatores; será fácil acontecer. Eu poupo 2% na compra, 2% do capital de giro, 15% da produtividade industrial, um equipamento que dá um rendimento 2 a 3% melhor na saída, 2 a 3% melhor na laminação; V.Ex^a soma isso e, de repente, tem de 15 a 20% de diferença num produto em que se ganha 3 a 4% do seu faturamento. É fácil chegar no prejuízo. Por conseguinte, é absolutamente impossível para o BNDES ser controlador de uma empresa como essa. Só as reuniões de conselho, com viagens para Recife, quem é que paga isso?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Claro! Essa foi uma empresa, como V.S^a disse, constituída em 1949, quando entrou em funcionamento. Ela teve razão de ser? Historicamente, o Estado investiu certo? V.S^a pode avaliar? Parece-me que esse processo da entrada do Estado na economia, num certo momento, foi aplaudido por todos e foi necessário para a alavancagem do desenvolvimento; mas é claro que a saída deveria ter sido programada de forma a longo prazo e, sobretudo, dentro de uma política industrial. O que V.S^a tem a dizer sobre esses pontos?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Esse é o fenômeno mais interessante de toda a siderurgia. Quando o empresário privado toma a decisão de investir, ele estuda o mercado, analisa quais os riscos e aí faz o investimento.

A COSINOR e a USIBA - e esta sofre dessa decisão até hoje, tendo de exportar de 70 a 80% da sua produção - foram decisões políticas que fizeram com que o empresário, na base do apoio/subsídio da SUDENE - "dinheiro barato" -, ficasse estimulado e, dentro das macroteorias dos tecnocratas de gabinete, fizeram projeções de mercado fora da realidade. V.Ex^a vê esse fenômeno em todo o processo histórico da siderurgia, em que a COSINOR é apenas um pequeno símbolo. Se tomarmos a AÇOMINAS como exemplo, veremos que o Governo, por decisões políticas, estimulou pelo Governo de Minas, investiu nela, projetando dois laminadores, que, naquela época - e o setor privado sabia claramente -, não dava. Nós, do setor privado, fizemos uma carta para os órgãos decisórios do Governo, alertando para o fato de que a AÇOMINAS iria custar 6,8 bilhões de dólares. Ela custou 7 bilhões. Escrevemos isso em

correspondência técnica há doze anos. Calculamos o investimento teórico, fizemos a projeção do mercado e dos prejuízos. Erramos por 200 milhões de dólares num investimento de 7 bilhões de dólares. O que é isso? É CONSIDER com técnico-estrutura, é SUDENE com técnico-estrutura, os tecnocratas se juntando, o empresário inteligente enrolando o Governo para comprar equipamentos que não devem ser comprados. Desse jeito, não há dinheiro e nem governo que aguente. A única solução é respeitar o mercado e a Constituição tem que ser de trás para frente; quer dizer, felizmente, esta etapa foi vencida.

Penso até, em determinado momento, o Brasil como potência, como se pudessemos sonhar com isso. Na realidade, não se respeitou o mercado. Não se respeitando o mercado, paga-se o preço - a COSINOR, a USIBA.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A CSN também?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não. A CSN ainda é um processo histórico. Eu diria que a CSN, a USIMINAS e a COSIPA erraram, pois, por questões políticas, resolveram fazer a expansão das três ao mesmo tempo. Cada Estado, com suas diretorias, resolveu. O certo seria fazer uma, depois outra. Fizeram a expansão das três; elas se endividaram, o mercado não existia, tiveram que vender para exportação; daí sofreram as consequências.

A grande sorte da USIMINAS, no meu entender, foi o contrato com os japoneses, que trouxeram uma cultura siderúrgica fantástica, fazendo com que ela se desonerasse dos processos. Na realidade, as três sofreram processos de decisão, desrespeitando o mercado, por decisão tecnocrata.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.Sª ressaltou um ponto da má gestão. Eu perguntaria da importância desses investimentos, historicamente falando. V.Sª acredita que tudo isso teria sido dispensável? A indústria brasileira teria encontrado um caminho próprio, independente desses investimentos estatais?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu diria que, no Brasil, os mecanismos de mercado de capital não existiam. O único mecanismo era por poupança compulsória, tanto em energia, como em siderurgia. O Governo tinha a poupança compulsória e o empresário privado não. Ao captar o recurso, o Governo aplicava. Provavelmente, os empreendimentos não teriam saído nessa direção.

Entra-se, portanto, numa outra discussão: o fato de o Governo ter essa poupança compulsória poderia fazê-lo usar mecanismos de mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quem mais tinha capacidade de investir? Esse é o grande problema.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - O investimento saiu do bolso do brasileiro. Se fosse pelo setor privado, teria custado a metade. Como foi via Governo, custou o dobro ou o triplo. Como o setor privado não tinha condições de captar esses recursos, principalmente porque o Governo os exauria, entramos numa discussão mais ampla, pois conforme crescia o mercado de capitais, crescia também o nosso grupo. Comecei a captar recursos e fui no mercado vender ações pingadas, chegando a um quadro de 90 mil acionistas. Fui, passo a passo, conquistando o respeito e a credibilidade. É um trabalho árduo. Hoje é fácil falar, mas naquele momento era difícil...

Se o Governo usasse a captação compulsória e também mecanismos de mercado, com 10% disso teria obtido o mesmo resultado. Isso é fácil de falar hoje, Senador, mas lhe digo, a poupança compulsória na mão do Estado e sem a sensibilidade do mercado leva a este pecado. Por isso é que o País sofre. Tomo como exemplo a Piratininga, 400 milhões de dólares que foram postos lá. É um dinheiro estagnado. Entretanto, se tivéssemos jogado estes 400 milhões de dólares no pequeno empresário de Caxias, de Novo Hamburgo, em dez anos, estes 400 milhões seriam 1 bilhão e 200 milhões de dólares, porque eles multiplicariam em 10 ou 15 anos, com juros de 10 a 12% capitalizados. Quanto dinheiro, quantos empregos estariam sendo gerados?

Senador, a opção é extremamente importante, mas é muito fácil analisar isso a *posteriori*. A poupança compulsória aplicada via Governo leva a este caos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.Sª antes falava que se esse dinheiro tivesse sido colocado - esses 23 bilhões de dólares -, investimentos mais significativos nos últimos dez anos, no ramo siderúrgico, teríamos talvez, na iniciativa privada, construído tudo isso por pouco mais da metade.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu diria que se, há dez anos, o Brasil tivesse tido a coragem de privatizar essas empresas, ou até tivesse dito: "Eu quero trazer sócios para fazer a expansão", teríamos poupado, facilmente, US\$ 10 bilhões. Tenho certeza disso. Se V.Exª quiser, posso até encaminhar um trabalho por escrito sobre isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não precisa. Eu não duvido, apenas quero saber quem meteu a mão nesse dinheiro.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Quem meteu a mão foi a incompetência.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas a incompetência não tem capacidade de agir. Deve ter atores nesse processo.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - A incompetência não tem limite, Senador.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Deve ter atores nesse processo. Seriam os dirigentes das empresas?

O SR. JORGE GERDAU - V.Ex^a pega todas as grandes estatais, todos os investimentos em energia e siderurgia. Quando iniciamos a COSIGUA, Senador, o CONSIDER quis me entiar uma usina de dois milhões de toneladas. Graças a Deus, fomos cabeçudos e com a nossa experiência fizemos uma usina de 250 mil toneladas. E hoje a COSIGUA produz US\$ 1,5 milhão, não deve nada a ninguém e sempre pagou todos os impostos.

O que faz o Governo? Ele vem com projetos mirabolantes e empurra. Falta dinheiro, começa a capitalizar prejuízos. Depois toma um endividamento elevado. Então, só esse processo de não faturar e capitalizar o juro é prejudicial. Tivemos uma época de juros altíssimos, de 20% ao ano de juros reais. Dois ou três anos de juros reais já dobra o investimento, não faz a receita do outro lado. É fácil acontecer.

Realmente, Senador, ao fazer esses projetos, o Governo tomou a iniciativa empresarial. Não discuto a iniciativa pioneira de uma siderúrgica nacional, aqueles momentos históricos. Nessas empresas a segunda etapa já teria que ter feito e teríamos poupado US\$ 10 bilhões.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Que empresas estatais V.S^a adquiriu nos últimos 20 anos, seja da União, essas últimas, seja dos Estados?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Foram essas quatro empresas. Eu competi em nove empresas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.S^a não adquiriu nenhuma empresa do Estado? Nem do Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu não adquiri nada do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E da Federação?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - São todas da Federação: COSINOR, USIBA, Barão de Cocais e Piratini.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V.S^a adquiriu essas, evidentemente, nos leilões?!

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sim, nos leilões.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Que houve aqui, já no Plano Nacional de Desestatização?! Antes disso, V.S^a não adquiriu nenhuma empresa de Estado da Federação?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não. A COSIGUA era um projeto no papel: eu adquiri o terreno.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Uma planta?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Nem planta tinha. Era um projeto teórico, era uma idéia. Eu adquiri a idéia.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - No plano nacional, essas foram as únicas estatais?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sim.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Antes disso, V.S^a não havia adquirido nenhuma?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Estatal, nenhuma.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que V.S^a acha do sistema de leilão? Qual o seu conceito do sistema de leilão que se vem processando no Programa Nacional de Desestatização?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - É melhor privatizar com leilão do que não privatizar. O leilão não é ruim. Eu tenho uma preocupação com o leilão. Ele deixa o processo um pouco aberto demais, no meu entender, porque, teoricamente, ele não faz uma pré-qualificação. Se a pré-qualificação for dura demais, eu prefiro que não tenha nenhuma.

Eu vivi agora um caso da AÇOMINAS, que, no meu entender, esse processo foi ganho pela Mendes Júnior com dinheiro público do Estado mineiro. A Mendes Júnior tem apenas US\$ 40 milhões em siderurgia, é uma empresa financiada pelo BNDES durante 10 anos, não conseguiu amortizar nada nesses 10 anos. Tenho dúvidas, com esse precedente histórico, se foi a melhor solução.

De forma global, eu diria que o leilão é um sistema bom. Eu paguei ágios. Os meus processos foram absolutamente transparentes. Surgiram, no meu entender, algumas suspeitas sobre o BNDES. Na minha impressão pessoal - acho importante fazer declarações contra e a favor -, digo-lhes tranqüilamente que, da equipe técnica do BNDES, mesmo antes do atual processo, da atual lei, jamais consegui qualquer tipo de favorecimento, qualquer informação privilegiada ou qualquer benefício no processo. No meu entender, o processo desenvolveu-se com absoluta seriedade.

Se perguntarem se leilão é o sistema ideal, eu diria que talvez um processo de democratização mais ampla seja melhor. Mas, na nossa cultura, não sabemos vender sem controle. O BNDES pede, depois, que todos os passivos sejam demonstrados. Por exemplo: quando financio pelo Banco Mundial, ele não exige aval do controlador. O Brasil exige controle de tudo. Então, na nossa cultura, não há outra opção a não ser o leilão.

O certo seria talvez pensar no modelo tcheco, que devolve as ações; o governo não recebe nada, porque já lhe tirou uma vez como contribuinte, vai lhe tirar de novo?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos pensar talvez em outros sistemas nos quais ressarcem esse patrimônio, que é do povo brasileiro. E nós não podemos ser tão irresponsáveis...

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Devolve-o ao povo. Senador, eu diria que o mais importante é privatizar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Parece que o senhor quer me convencer.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não, é a pressa, é o prejuízo. O Brasil não vendeu a MAFERSA. Naquele momento nós perdemos vinte ou trinta milhões de dólares porque divulgou-se um escândalo que não existia.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vou partir de um pressuposto, para deixá-lo tranquilo e evitar que o senhor repita a toda hora.

O SR. - Qual é a sua posição, Senador?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - À minha posição é de que privatizar é preciso, só que privatizar bem, e privatizar de maneira a ressarcir o patrimônio do povo. Sou um zelador do patrimônio público. A União se encontra indefesa, e o senhor sabe disto.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu conheço sua posição.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Como nós estamos sem Procuradoria da República com poderes e funções específicas para defender o patrimônio da União e a Advocacia-Geral da União está em fase de implantação, o patrimônio público está realmente como uma *res nullius*: depende de quem tenha ousadia de tomá-lo.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sr. Senador, eu insisto: as privatizações da siderurgia brasileira foram bem realizadas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A da COSIPA também?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - É um presente de Deus essa empresa estar na gestão de quem está, porque arrumar essa empresa é tremendamente difícil. Graças a Deus, essa empresa caiu nas mãos de gestores que conhecem o negócio; senão o passivo futuro dessa empresa seria terrível. O problema é gestão, Senador.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A USIMINAS também?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu diria que a USIMINAS está tão dividida. A USIMINAS hoje é praticamente do povo, porque tem o controle acionário, mas há todos os fundos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então vou lhe fazer uma pergunta neste setor. Quero avaliar seu espírito público neste aspecto. O senhor acha que o cronograma de privatização foi inteligente? As empresas foram vendidas uma em sequência da outra. Todos reconhecem sua competência como administrador e eu acredito que a Administração Pública também precisa de competência administrativa. O senhor, se fosse o gestor desse programa, faria essa sequência de leilões?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - A sequência original está bem feita.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Por que não vendeu, então, a COSIPA? Vou referir-me logo sobre a primeira ou a segunda.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Poderíamos discutir a segunda, mas não faz muita diferença, porque as três são grandes. Creio que foi tremendamente importante para o Brasil que a primeira fosse a USIMINAS. Mesmo que possa se discutir o preço, o importante é fazer um ato de fé na privatização de uma empresa com rentabilidade.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E a segunda?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Se a COSIPA ou a Siderúrgica Nacional é a segunda não é tão importante. O que perturbou o cronograma foram as prorrogações. Perdemos dinheiro, no meu entender, com as discussões judiciais que houve - que eram inevitáveis. Mas, em funções dos processos que houve, perdemos recursos no processo de privatização. Em alguns momentos, o processo esquentou, em outros esfriou.

O fato de os processos da COSIPA e da AÇOMINAS terem sido demasiadamente aproximados penso que foi prejudicial para uma e outra. Mas o importante, no meu entender, o maior núcleo foi fugir do passivo; eventualmente pequenas vantagens poderiam ter sido tiradas. O importante foi o Governo cair fora desse "abacaxi".

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Evidentemente, a saída teria que ser a que melhor consultasse os interesses gerais da Nação. Nesse particular, tenho, efetivamente, uma divergência com V.S^a. Mas, esse é só um ponto de vista, não se trata de pergunta. V.S^a poderia dizer que o leilão é fundamentalmente uma venda aleatória, onde não se sabe quem são os compradores e nem os preços definidos? Nos nossos leilões, na maioria deles, V.S^a acredita que os pré-requisitos conceituais foram preenchidos?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Dentro das regras que foram estabelecidas, o sistema funcionou bastante bem, porque a moeda é livre, qualquer um tem acesso. Usar sutilezas de às vezes não aparecer diretamente é um sistema que qualquer um dos senhores usa permanentemente para comprar e vender imóveis. Na área de negócios, eu não gosto da estratégia de não aparecer, mas faz parte do mundo dos negócios. E no regime há a opção do leilão, porque, se não se estabeleceu uma pré-

qualificação com condicionantes - o que talvez poderia ser colocado -, abriu-se o processo; e nesse caso penso que é um direito legal aparecer ou não. Posso até não gostar, mas ela preencheu aspectos formais satisfatórios. Tivemos sorte, ainda, no que aconteceu, no meu entender.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quem domina hoje a produção de aço no País?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Penso que o maior controlador é a Vale do Rio Doce. Preocupo-me, porque a Vale do Rio Doce é uma empresa estatal e tem o monopólio praticamente do fornecimento de minério. Se V.Ex^a ouvir os mineradores privados, verificará que eles se preocupam. Hoje, o grande comandante do processo é a Vale do Rio Doce. Os grupos privados que conseguiram várias posições - dois ou três grupos conseguiram várias posições - trabalham num sistema de tal ordem que

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos a minha pergunta, objetivamente.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - No meu entender, ninguém hoje tem poder de fogo do sistema siderúrgico nacional.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não há controle, não há dominação?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não porque o sistema funcionou bem, mas porque as regras gerais do País para as siderúrgicas são de tal ordem que, voltando aos termos concretos, ninguém consegue subir um dólar mais o aço do Brasil do que a importação mais os fretes. Isso significa 20, 30 dólares, que é menos de 10% do preço. Ninguém consegue vender abaixo o produto do que o processo de exportação. Então, o produto, hoje, poderia ter um controlador único. Mesmo com essa montagem existente hoje, as pessoas que estão no cenário, V.Ex^a poderia discutir eventualmente que uma USIMINAS tem relação...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria que o senhor me respondesse objetivamente. O que o senhor quer me dizer que quem tem essa hegemonia não tem o controle? Eu lhe fiz uma pergunta objetiva.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Também ninguém tem a hegemonia do processo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Perguntei-lhe exatamente isto: Quem domina a produção de aço no País?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Ninguém domina hoje.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nem setores...

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Nenhum dos setores, no meu entender. Existe hoje na chapa grossa, vamos dizer, determinada estrutura, mas, no meu entender, ela é absolutamente normal. Não tenho preocupação nenhuma...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - De repente, o que se fala pode não ser verdadeiro. Como o senhor é um homem que conhece profundamente esse setor da economia, pergunto-lhe - eu não queria exatamente descer ao produto de chapas grossas, já que o senhor as citou: Quem detém o controle?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Ninguém.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Na produção?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Ninguém. Se V.Ex^a considerar grupos individuais, ninguém detém o controle do sistema siderúrgico.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele estaria dividido de maneira pulverizada?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Os grupos controladores, vamos dizer, no caso da USIMINAS, o comando, no meu entender, a liderança é essencialmente dos empregados com o japoneses. O resto está ali dando contribuições de inteligência; não há comando do sistema. É minha opinião.

Há grupos empresariais importantes, e o grupo mais forte não participa do controle. Trata-se da Vale do Rio Doce. Os grupos controladores podem até exercer uma liderança forte do sistema, mas não existe hegemonia no sistema.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, tenho mais perguntas, mas, como sei que há uma votação na Câmara, vou deixá-las para o final. Temos de esclarecer alguns pontos, até de ordem técnica e não apenas de ordem investigadora.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paes Landim. V.Ex^a terá dez minutos para formular as suas questões.

O SR. PAES LANDIM - Sr. Presidente, o Sr. Jorge Gerdau provou hoje no seu depoimento ser, com licença do nosso eminente Embaixador Roberto Campos, um empreendedor na verdadeira acepção schumpeteriana. É um homem corajoso, corre riscos, tem ousadia e pertence a uma empresa que tem mais de 90 anos, a um grupo de mais de 90 anos de tradição no Brasil. Participou, praticamente, de todos os leilões, ganhou alguns. Talvez seja uma pena que não tivesse ganho o da ACOMINAS, porque ele mostrou, ao longo do seu depoimento, pelas respostas dadas a V.Ex^a, Sr. Relator, com convicção, com discernimento, a sua grande capacidade empreendedora e de homem de visão.

Quem prestou atenção ao depoimento do Dr. Gerdau verificou que o Tesouro Nacional vivia, de certa maneira, às custas do anônimo e sofrido contribuinte, sustentando políticas públicas na área siderúrgica completamente erradas e que não levaram o Brasil à modernização nem à competitividade no setor. Frisou S.S^a muito bem que essas empresas estatais não investiram naquilo que é fator fundamental no processo industrial, ou seja, a renovação dos seus quadros, que é o investimento tecnológico.

Mostrou a reativação da escola ligada à aprendizagem industrial numa dessas empresas privatizadas, salvo engano a Piratini. Trata-se de um setor no qual o Governo Federal tem falhado sempre em nosso País. Ainda mais agora quando vejo o Presidente da República preocupado em controlar preços das mensalidades escolares e quando vejo greves contra as escolas particulares, penso que o Governo deveria cuidar de criar mais e mais escolas públicas com mais alto sentido de qualificação, a fim de que a classe média não batesse às portas das escolas particulares. As escolas particulares, as de bom nível, para dar cursos de excelência, evidentemente, têm que cobrar o seu custo, e fica agora o Governo a querer controlar esses custos, porque ele é ineficiente na sua obrigação de oferecer cursos, à cidadania, de primeiro e segundo graus.

O cenário dessas empresas estatais foi bem claramente demonstrado aqui pelo Dr. Jorge Gerdau. Elas não capacitavam as pessoas, não investiam nas empresas; eram obsoletas, eram verdadeiros mastodontes estatais, como são de modo geral as empresas estatais do nosso País. Basta verificar o déficit dessas empresas. Somente duas delas somam um déficit de praticamente 900 milhões de dólares: 580 da Piratini e 300 milhões da USIBA.

Ora, Sr. Relator, penso que o depoimento do Dr. Jorge Gerdau demonstrou hoje como é indispensável a privatização no nosso País; evidentemente privatização feita com homens com a sua coragem e ousadia e que sabem correr riscos. Penso até - e mais uma vez peço licença ao Embaixador Roberto Campos, pois ninguém melhor do que S.Ex.^a conhece a história da economia brasileira. Recordo que, no seu livro "Ensaio de Sociologia Política", em que fez alguns estudos sobre o problema da usura na visão dos canonistas, li uma frase de Santo Ambrósio, que dizia, no sentido pejorativo, que o fim mercatário é o lucro, que o fim do empresário é o lucro.

Essa é a grande visão católica que infelizmente tem empolgado a América Latina. Quer dizer, há inveja do empreendedor, daquele que ganha, que tem resultados. E o Dr. Gerdau demonstrou que, como um dos objetivos da sua empresa, o lucro nada mais é - e foi expressão muito bem citada - do que uma medida do desempenho da empresa.

Esta é uma visão bem luterana que Max Weber estuda na sua ética protestante: "Espírito e Capitalismo". Lutero vem mostrar que Deus premia aqueles que sabem trabalhar, produzir e têm competência para tal.

Essa visão luterana do processo é que fez Gerdau...

O SR. JOSÉ LOURENÇO - V.Ex.^a me daria licença para um rápido aparte ao nobre Deputado Paes Landim?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pretendo apenas ler uma notícia publicada em *O Estado de S. Paulo*:

"PETROBRÁS receberá 800 milhões. O Governo montou uma operação de socorro à PETROBRÁS que vai garantir US\$ 800 milhões ao caixa da estatal ainda este ano, informou ontem o Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero. Cerca de 200 milhões de dólares do total da operação serão provenientes da Companhia Vale do Rio Doce, que renunciará a um aumento de capital previsto no orçamento em favor da PETROBRÁS. A operação tem como objetivo garantir os investimentos da PETROBRÁS neste ano, orçados em 3,2 bilhões de dólares, e cuja realização está prejudicada por perdas tarifárias."

Sr. Presidente, não temos dinheiro para os hospitais, mas temos dinheiro para continuar enfiando nas estatais deste País. Isso é um crime contra a Nação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Volto a palavra ao Deputado Paes Landim.

Quero dizer que V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PAES LANDIM - Sr. Presidente, exatamente essa visão luterana...

O SR. RELATOR (AMIR LANDO) (Relator) - Parece-me que o nobre Deputado queria referir-se ao Relator.

O SR. PAES LANDIM - Quero dizer, Sr. Presidente, que essa visão empreendedora e luterana do Dr. Gerdau é que falta realmente na economia brasileira. Tenho certeza de que competidores e desbravadores como ele são indispensáveis para que essa ferrugem, que é o processo de estatização da economia brasileira, possa ser vencida, a fim de que o País realmente encontre o seu caminho.

Basta mostrar os índices de produtividade já atingidos nas empresas privatizadas para se diferenciar enormemente o que é o setor privado e o que é o estatal, sobretudo em um setor estratégico como o siderúrgico.

Apenas quero parabenizar o Dr. Gerdau. Creio que foi um grande momento desta Comissão quando mostrou um empresário arrojado, dinâmico, competente e, sobretudo, que sabe correr riscos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Paulo Ramos. V.Ex.^a terá dez minutos para formular suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Membros desta CPI, caro Dr. Gerdau, porque acompanhamos pela imprensa a vida dos grandes empresários

nacionais, entre os quais o senhor se situa, Dr. Gerdau, sabemos que ninguém como o senhor também acompanha a vida do País no concernente ao exercício do poder.

Acredito que a presença de V.Sª nesta CPI deva estar causando uma certa perplexidade íntima, porque estão aqui presentes, participando dos trabalhos desta CPI, alguns quadros da nossa República que foram os grandes condutores da economia do País. Temos, participando desta CPI e com assento no Congresso Nacional, ex-Ministros da área de economia; Parlamentares, com assento nesta Casa, que dirigiram empresas estatais ou indicaram os seus dirigentes.

Surpreendentemente, isso nos dá a impressão de que são os Parlamentares que apoiaram a ditadura...Temos até Parlamentar, com assento nesta Casa, nesta Comissão, em cuja conta bancária aparecem quantias expressivas, sem que a origem seja perfeitamente determinada.

Talvez seja um Parlamentar assim que reaja quando perguntamos o nome das pessoas. Então, acredito que V.Sª acompanhe e se relacione com o poder no Brasil, porque é uma necessidade de todo empresário relacionar-se com os organismos sociais.

O SR. PAES LANDIM - V.Exª me permite um aparte?

O SR. PAULO RAMOS - Eu gostaria de concluir.

O SR. PAES LANDIM - Depois da Rússia, o País mais estatizado do mundo é o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Peço ao Deputado Paes Landim que assegure a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, tenho a maior paciência em ouvir as intervenções até daqueles que são intempestivos. E permaneço aqui ouvindo todas as vezes.

Já não é a primeira vez em que há uma impaciência muito grande da parte de alguns Pares, quando este Parlamentar está fazendo a sua intervenção na reunião, porque, a bem da verdade - é preciso que seja dito -, há aqueles que não têm o menor apreço nem pelo Estado brasileiro, nem pela iniciativa privada.

Na verdade, há aqueles que estão muito mais preocupados com os seus interesses pessoais e, portanto, não estão sequer dispostos a permitir que se estabeleça um rol de perguntas, necessárias dentro da visão de quem as formula. Estão muito mais preocupados, talvez, em dar demonstrações de respeito e apreço a um empresário aqui presente, quando, na verdade, não têm apreço por nada, não têm respeito a nada; estão muito mais preocupados com os seus próprios interesses.

Essa é a razão pela qual há, às vezes, não só a impaciência, como também a agressão, o desrespeito pessoal. Portanto, é preciso que V.Sª saiba que, com assento no Congresso Nacional, hoje, há algumas figuras que foram as principais responsáveis pela falência do Estado brasileiro, na medida em que o colocaram à disposição até de interesses escusos da iniciativa privada, que, no Brasil, não é feita de santos.

São inúmeras as empresas que faliram fraudulentamente e cujo prejuízo foi assumido exatamente pelos tão defendidos cofres públicos. Foi o Erário que socorreu inúmeros setores da iniciativa privada que praticaram, em diversas oportunidades e principalmente na ditadura, a mais grossa corrupção. Talvez a corrupção, na ditadura, tenha sido muito maior do que a corrupção no Governo Collor. Entretanto, a ditadura impedia que as vozes surgissem para denunciar.

E os ex-Ministros, os ex-Parlamentares ou os Parlamentares que indicaram os diretores dessas empresas agora se apresentam como os grandes defensores da iniciativa privada, da liberdade de iniciativa, mas foram eles que tutelaram a tortura, os assassinatos e tudo que aconteceu neste País. Por isso que hoje o Brasil vive esta crise, em que, aparentemente, alguns, porque fazem perguntas e querem apurar, são os inconvenientes. Todavia, aqueles que vêm para elogiar e não querem fazer perguntas seguramente são os mais comprometidos com o passado, são aqueles que tutelaram ou foram testas-de-ferro de interesses escusos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, não vim aqui para ser agredido.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Peço que não se manifestem.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, tenho direito de fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Peço que não se manifestem.

Asseguro a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Quero saber se vão ter paciência para me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Durante os seus 10 minutos, V. Exª tem a palavra assegurada.

O SR. PAULO RAMOS - Estou com a palavra assegurada e ocupo o meu tempo da forma como bem entender. Aqueles que não estão dispostos a ouvir devem estar cientes de que se trata de um dever. Podem tumultuar o depoimento de outros, mas o meu, não há, nesta Casa, quem tenha a autoridade moral para fazê-lo, especialmente aqueles que compactuaram com a ditadura e que são responsáveis pelo caos em que se encontra o País.

Portanto, tenham paciência para ouvir a verdade aqueles que dirigiram órgão público e hoje alegam que ele é ineficaz. Foi ineficaz nas respectivas gestões.

Quero dizer ao Deputado José Lourenço que estou indignado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Pediria a V. Exª que formulasse suas perguntas, pois o seu tempo está esgotando-se.

O SR. PAULO RAMOS - Estou indignado com a farsa ideológica que alguns tentam encenar aqui.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - O problema é que a polícia nunca matou tanto quanto está matando agora no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Por favor, não estamos tratando da Polícia do Rio de Janeiro, Deputado José Lourenço.

Continue, Deputado Paulo Ramos.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - A polícia nunca matou tanto quanto hoje.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, seria interessante que o Deputado José Lourenço explicasse à Corregedoria da Câmara o recurso que apareceu em sua conta bancária, anexando o respectivo cheque, e dispensasse as gracinhas.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - O recurso que apareceu na minha conta diz respeito a mim, pois é meu o dinheiro. Não fiz voto de pobreza como V. Ex^a. O dinheiro é meu.

O SR. PAULO RAMOS - Solicito a S. Ex^a que encaminhe a cópia do cheque que foi depositado na referida conta.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Entrego a minha declaração de Imposto de Renda e peço que V. Ex^a faça o mesmo.

O SR. PAULO RAMOS - Encareço a V. Ex^a que se limite a apresentar o que foi solicitado, sem discursos acalorados, pois não há como enganar ninguém, nem mesmo dirigir-se à Procuradoria-Geral da República em busca de reparação pela quebra de sigilo bancário.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Não quero enganar ninguém.

O SR. PAULO RAMOS - Apresente a cópia do cheque que foi depositado na conta de V. Ex^a para, só então, ser investido de autoridade moral para discutir com este Parlamentar.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Apresento quantas quiser.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado José Lourenço, V. Ex^a terá o seu tempo para se defender.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Já encaminhei à Mesa da Câmara dos Deputados, à Polícia Federal e ao Procurador-Geral da República os comprovantes das minhas contas. Todavia, não é necessário nem estou disposto a prestar contas a um Colega que não merece confiança para isso. As autoridades citadas transmitem informações sobre a minha conta-corrente, que foi violada pelo PT e por outros que têm o costume e tradição nesta Casa de vasculhar as contas alheias.

Nada tenho a temer, pois tui eleito Deputado, não sou suplente de ninguém. O Deputado Paulo Ramos, entretanto, é o quarto suplente e faz parte da Mesa como Vice-Presidente porque assim concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, nesta Casa, às vezes, o voto dos corruptos vale tanto quanto o voto dos honestos.

Quero comunicar ao Deputado José Lourenço que, por força de algumas fatalidades, meu mandato já foi efetivado, para intranquilidade dele, que me terá aqui até o final para denunciá-lo, fiscalizá-lo.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Corrupto é V. Ex^a.

O SR. PAULO RAMOS - Apresente o cheque em vez de vir aqui fazer gracinhas.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, conclua o pensamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, atendo-me às expressões regimentais. Peço a V. Ex^a que solicite à Taquigrafia a supressão das expressões inconvenientes do Deputado José Lourenço que não tem tranquilidade para sustentar um debate.

Essa a providência que solicito de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - V. Ex^a será atendido.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Não fui eu que parti para o campo pessoal, Sr. Presidente. Mas, quando procurado, sou encontrado.

O SR. PAULO RAMOS - O Deputado José Lourenço partiu para o campo pessoal, e não quero restabelecer as circunstâncias em que o fez. Todas as vezes em que S. Ex^a partiu para o campo pessoal, farei questão de lembrar a esta Casa que, em sua conta, apareceu uma quantia depositada sem a origem determinada, que deve ser apurada.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Deputado Paulo Ramos, conclua o seu pensamento, pois não estamos aqui para ouvir discussões baratas.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - V. Ex^a quer que eu mostre a origem do recurso?

O SR. PAULO RAMOS - Não é só isso. Deve ser trazida também a cópia do cheque depositado em sua conta para que conheçamos a origem do mesmo.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - O cheque é meu.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - A reunião está suspensa por cinco minutos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Peço que V. Ex^{as} tomem assento, pois vamos retomar os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, que terá dois minutos para concluir as suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS - Indago do depoente se, para aplicar em suas empresas, busca investimentos privados ou estatais.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Em primeiro lugar, não me preocupo se são investimentos privados ou estatais, desde que sejam baratos. Esta é a primeira posição.

O nosso grupo é um dos poucos, dentre o meio empresarial, que alcançou um crescimento e desenvolvimento baseados praticamente em geração interna de caixa, na captação de recursos de acionistas; em financiamentos do FINAME - poucas operações do BNDES foram feitas fora do FINAME; em dólar, quando foi possível. Portanto, posso afirmar que o nosso financiamento não dependeu do sistema governamental.

Além disso, tudo isso que foi construído não recebeu um tostão de subsídio, de moeda subvencionada de correção monetária. Falo isso com muita satisfação. São noventa anos de trabalho, tijolo sobre tijolo, sem dinheiro público nem favor público.

O SR. PAULO RAMOS - Desejo apenas esclarecer que a pergunta é simples, sem qualquer insinuação ou acusação.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Deputado Paulo Ramos, considero muito normal a sua pergunta, porque, dentro da estrutura brasileira, com a voracidade de captação de recursos praticamente centrada na mão do Estado, penso que é normal o empresário buscar a poupança via mecanismo governamental. Não tenho nada contra. Casualmente, o nosso grupo conseguiu fazê-lo sem essa dependência.

O SR. PAULO RAMOS - Não houve financiamento do BNDES nem para a compra das empresas?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - O primeiro caso de privatização, quando não existia moeda podre e nem outros vendedores, o fizemos. Todavia, no caso do financiamento do BANESPA, ao considerar cara a operação, liquidamo-la antecipadamente. Houve financiamentos sim, mas via mecanismos de mercado.

O SR. PAULO RAMOS - V. S^a não conhece nenhuma irregularidade no Programa Nacional da Desestatização? V. S^a considera que o programa tenha ocorrido dentro da maior lisura? Não há nenhum fato que V. S^a possa trazer ao conhecimento desta CPI que represente, pelo menos, comportamento antitético, irregular ou ilegal?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Os processos de que participei foram de absoluta lisura. Tenho um enorme orgulho de ter tido o privilégio de fazer o processo. Preocupo-me com acusações que surgiram sobre pessoas demitidas do processo BNDES recentemente, pois a minha experiência pessoal, com relação à conduta desses envolvidos, é extremamente positiva. Isso não invalida outras opiniões. Acompanho esse processo há muitos anos, inclusive do período do Governo Sarney. Não conheço bem o processo de qualquer aspecto desse tipo.

Quanto ao aspecto ético da última privatização da AÇOMINAS, tenho algumas restrições. Talvez a minha posição seja quase de exagero, mas o fato de o Governo ter financiado 20% dos empregados antes impossibilitou um leilão de posições iguais. O grupo ganhador teve que comprar somente 30% das ações, enquanto que o grupo do qual fiz parte teve que comprar 50%.

Então, eticamente, pode-se discutir esse processo, porque, ao vender antecipadamente para os empregados, foi-lhes dado um poder de barganha enorme. Alguém talvez diga que eu não tenho tido capacidade de conquistar o pessoal. Contudo, essas pessoas ficaram morando quinze dias por conta de um dos compradores do hotel da BASTUBO, em Minas, o que não permitiu que eu procedesse a essas negociações. Eticamente esse é um aspecto a ser mencionado.

Em segundo lugar, tenho dúvida se o Governo brasileiro, como proprietário de uma empresa como a Vale do Rio Doce, deveria ter permitido que essa empresa se posicionasse por um dos blocos. Também não sei se os bancos estaduais de Minas também devem se posicionar com dinheiro público por um dos lados dos blocos.

Talvez, dentro do cenário histórico brasileiro, a minha visão de ética esteja um pouco fora dos padrões normais. Por isso mencionei, na minha exposição, a dúvida sobre ser possível fazer alguma melhoria. Dever-se-ia evitar que os empregados tivessem condições de fazer a barganha antecipada, bem como que dinheiro público financiasse novamente participações.

Isso leva ao questionamento se houve realmente uma privatização. Esse é o aspecto ético.

O SR. PAULO RAMOS - Lembro que o Congresso Nacional é uma Casa onde as divergências são acaloradas e, às vezes, até desrespeitosas, mas isso faz parte da convivência.

Sr. Gerdau, pelo seu depoimento e respostas, essas viagens foram pagas. V. S^a tem referências sobre quem pagava essas contas? Quem tinha a responsabilidade de viabilizar sustentação - pelo menos financeira - a esses procedimentos antitéticos?

Ontem, o presidente da BASTUBO, em depoimento aqui prestado, afirmou ser normal que muitos empresários tivessem empresas intermediárias em

paraísos tíscais para a compra das chamadas moedas podres da dívida externa. V. S^a dispõe de algum intermediário ou de alguma empresa vinculada ao seu Grupo que esteja situada em paraíso tiscal?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Não usamos o mecanismo de intermediação. Respeitando a nossa linha de conduta, atuamos diretamente, sem intermediação. Também não usamos moedas estrangeiras no processo de privatização; apenas moedas nacionais. Essa estrutura, portanto, está totalmente fora da nossa condição.

Apesar disso, penso ser normal, existindo moedas lá fora, a tentativa de trazer também para o sistema esse saneamento do mercado, ou seja, do uso de moeda estrangeira para privatização.

O SR. PAULO RAMOS - Sobre a pergunta anterior, eu gostaria de saber quem fornecia sustentação financeira para aqueles procedimentos.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Provavelmente quem contratou. Como várias empresas ganharam, não posso precisar o nome da que efetuou esse pagamento.

O SR. PAULO RAMOS - Eles efetuaram os pagamentos de despesas de hotel, de viagens?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Fez parte da negociação. Por isso havia a recomendação de que esse processo acontecesse depois e não antes.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, muitas vezes os depoentes, quando aqui comparecem, sentem-se no dever de ocultar fatos porque constrangidos com indagações dos Srs. Parlamentares, como se fosse um comportamento antiético mencionar os nomes das pessoas. Pela legislação que rege os trabalhos de uma CPI, há o juramento de se dizer a verdade; mas omitir a verdade também representa uma espécie de ilícito, tipificado na própria legislação.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu realmente não sei quem comprou. É evidente que o grupo ganhador pagou isso. Todavia não posso precisar qual delas, porque são várias as empresas envolvidas. O grupo que tomamos, que era a USIMINAS, Siderúrgica Belgo-Mineira, nosso grupo, Grupo Pains, Banco Nacional, Citibank, Peixoto de Castro. Essas empresas, que tomam um ativo de mais de 5 bilhões de dólares, com suas fichas absolutamente limpas, não tiveram condições de fazer essas negociações com o pessoal.

O mecanismo hoje tem que fazer com que essas negociações aconteçam depois, porque, caso contrário, há um leilão desigual. Esta é apenas uma proposta de melhoria. O importante, no meu entender, foi ter privatizado.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Roberto Campos, que disporá de 10 minutos para expor o seu pensamento.

O SR. ROBERTO CAMPOS - Sr. Presidente, Sr. Depoente, Srs. Deputados e Senadores:

Na sessão anterior, tive oportunidade de agradecer aos compradores da COSIPA, sete parceiros comerciais, mais o Grupo Bozano, Simonsen S.A. e outros pela ousadia da operação, aliviando o Governo Federal e o contribuinte brasileiro de severos encargos. Considerei isso um ato de ousadia e expliquei aqui as debilidades inerentes da COSIPA. Foi para mim uma agradável surpresa que ela tenha sido vendida e vendida com ágio.

Sempre tive um certo grau de pessimismo em relação à privatização das siderúrgicas pelo investimento grosseiro do Governo - algo que se pode calcular em cerca de 10 a 11 bilhões de dólares sobre o investimento - pelos passivos ocultos e pelos passivos não contabilizados. Isso é um perigo potencial para todos os compradores. Espero que eles não tenham um desapontamento. De vez em quando pipocam na praça ativos insuspeitados. Uma recente decisão do Tribunal Regional de Justiça de São Paulo pode criar pânico na indústria nacional, inclusive nessas estatais, ao exigir, ao que parece, plena reposição das chamadas perdas salariais do Plano Bresser. Isso é um passivo oculto.

O Dr. Gerdau tem toda razão em dizer que as condições de venda das estatais no processo de privatização são particularmente severas, ao invés de serem trouxas, porque não existe a **hazard clause**, a cláusula do azar, quer dizer, o desconto contratual do preço de venda mediante restituição pelo vendedor no caso de passivos ocultos e não contabilizados. Trata-se de uma praxe internacional e comercial. Os compradores das empresas privatizáveis estão sendo obrigados a absorver, como controladores, passivos a rigor em aberto.

Ao Dr. Gerdau eu gostaria de fazer um outro agradecimento, por ter absorvido a USIBA e a Piratini. Essas empresas têm uma história não de muitos conhecida. Como sou mais velho, sobrevivi mais tempo às intempéries da vida e da sorte e posso relatar o que aconteceu. USIBA e Piratini eram projetos basicamente políticos. Quando Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco - eu era um burocrata da ditadura, ao contrário do Deputado Paulo Ramos, que era um policial da ditadura - fiz um acordo com o Banco Internacional com vista a atrair seus recursos para financiamentos ao Brasil, que estavam suspensos há praticamente 12 anos, engajando-o no planejamento da siderurgia. O Banco Internacional contratou a Booz Allen, uma firma internacional, e criamos uma comissão brasileira de planejamento chefiada pelo eminente General Edmundo Macedo Soares, um dos grandes peritos em siderurgia.

Essa comissão concluiu que a demanda provável de aço no Brasil, num horizonte de quinze anos, situar-se-ia em cerca de 17 milhões de toneladas - esse seria o objetivo para 1980; depois, no Governo Médici, com a idéia do Brasil grande potência, o milagre brasileiro, chegou-se a falar até num objetivo de 30 a 32 milhões de toneladas - o Dr. Gerdau me corrija se estou incorreto.

Na realidade, esse planejamento feito em 1964/65 acertou precisamente: em 1980, a nossa demanda era de 17 milhões de toneladas, incluindo exportações. A comissão recomendou negativamente ou, por outra, não aprovou os projetos de USIBA e Piratini, pois não acreditava que eles fossem viáveis e rentáveis, indicando que eram aspirações políticas muito compreensíveis, mas não passíveis de aceitação ante um julgamento econômico e severo.

Havia ainda dois outros projetos, um dos quais era a Siderúrgica de Santa Catarina, que nunca saiu do papel, e o outro era a SIDERAMA, do Amazonas, que já existia, mas era apenas algo artesanal e totalmente desaconselhável, e também altamente inviável.

As previsões pessimistas do grupo de trabalho foram confirmadas, porque, diz-nos agora o Dr. Gerdau, a Piratini veio a absorver 580 milhões de dólares de fundos públicos, ou seja, três vezes o investimento inicialmente planejado; e a USIBA, 300 milhões de dólares, o que acho que é também cerca de três vezes o investimento originalmente planejado. O planejamento feito na época da ditadura estava bastante correto.

Gostaria de agradecer ainda ao Dr. Gerdau por nos ter dado uma lição que representa um exorcismo de cinco síndromes: a síndrome do preço de banana; a síndrome da moeda podre; a síndrome do cartel; a síndrome do calote e a síndrome do governo criador.

As empresas não foram vendidas a preço de banana: foram vendidas em leilão e, em alguns casos, com ágio, sendo o leilão competitivo. E foram vendidas num período difícil da história da siderurgia mundial, num período de superprodução, inclusive nacional, tanto assim que temos que usar o derivativo da exportação; e internacional, visto que se calcula que o excedente da capacidade da Europa Ocidental é cerca de 30 milhões de toneladas, que crescerão em função da decadência das siderúrgicas da Europa Oriental, muitas das quais estão à venda ou procurando compradores num mercado hoje muito cético em relação à capacidade de absorção do aço pelo mercado.

A segunda síndrome que o Dr. Gerdau destruiu é a da moeda podre: não existe moeda podre. Existe, como S. S^a disse, pagador podre. Acho extremamente perigoso dar ao Governo dinheiro vivo em vez de moeda podre, que significa redução da dívida, redução do passivo. Liquida-se um ativo, mas também reduz-se um passivo. Se o Governo receber em moeda corrente, a alta probabilidade é de não usá-la para investimento, mas para despesas correntes. O patrimônio nacional estaria sendo, nesse caso, dilapidado. Perder-se-ia patrimônio físico real para financiar despesas correntes, que deveriam ser financiadas pelo orçamento.

A terceira síndrome é a do cartel. É ridículo falar em cartel de aço. É ridículo, absolutamente ridículo. É preciso subdesenvolvimento mental, qualidade que não é escassa neste Congresso, diga-se de passagem. Como falar em cartel, se existe, no momento, uma extraordinária superprodução de aço, se o Brasil, no caso da indústria siderúrgica, tem usado uma política inteligente, racional, de rebaixamento de tarifas? A tarifa é de 10% apenas e, no caso do MERCOSUL, de 2%; no acordo com o México, de 0%. Não há setor, ou pouco setores haverá mais desprotegidos do que o do aço. A rigor, a proteção é negativa, porque os custos embutidos na produção de aço brasileiro - custos forçados, impostos pelo Governo através de tributações e da taxa de juros elevada provocada pela dissipação governamental - são mais altos do que os mundiais. Como falar em cartel? Vamos acabar com essa brincadeira subintelectual e subdesenvolvida de, num dos mercados mais competitivos do mundo e num setor em que o Brasil está agindo competitiva e inteligentemente, falar em cartelização.

A quarta síndrome é a do calote. Irrita-me pensar que no mundo inteiro os governos acham uma suprema humilhação, uma safadeza quando os seus títulos são vendidos no mercado abaixo do par. No Brasil, é patriotismo: o Governo dar calote é patriotismo. E o Congresso reclama frequentemente que o Governo não paga o valor de face da sua dívida. Quer dizer, o Congresso acha que o calote é uma coisa decente. E o Senado Federal, pelo qual tenho muito respeito e do qual participei, cometeu essa coisa incrível, na Resolução nº 82, que foi proposta pelo atual Ministro Fernando Henrique Cardoso e contra a qual votei, de exigir que na conversão de dívida externa em ações haja um deságio de mercado.

Em suma, o Governo diz: "Os meus títulos não valem, não quero pagar, eu sou safado e, por isso, só admito a conversão de dívida externa em ações com deságio". No caso da dívida interna, foi mais decente. Está admitindo que título podre da dívida interna seja reconhecido pelo valor de face. No caso da dívida externa, expôs-se a essa humilhação de confessar, num documento oficial, numa resolução do Senado Federal, um ato de incrível safadeza, que indica a deterioração moral a que o Brasil está sendo submetido.

A última das síndromes é a do governo criador: foi o Governo que criou a siderurgia, foi o Governo que fez isso, fez aquilo. O Governo não cria recursos, apenas os administra. Tudo aquilo que foi criado, foi criado à custa do contribuinte. Por isso

sempre acreditei que a tese correta não seria vender as estatais a grupos do setor privado: seria devolvê-las ao contribuinte.

Um dos meus primeiros projetos no Senado, em 1983, chamava-se "Programa de Repartição de Capital". Era simplesmente a entrega das ações do Governo, em doação, a um fundo chamado "Fundo Geral dos Contribuintes". Eles seriam os proprietários de todas as ações e nomeariam um comitê diretor, um grupo diretor, que geriria esse patrimônio, que é do contribuinte, pelo qual o contribuinte não pagaria nada. Ele simplesmente receberia as cotas do Fundo de Contribuintes - isso em 1983. É um modelo do Ministro Vaclav Havel, na Tcheco-eslováquia, hoje, o modelo dos *vouchers*. Eu, por assim dizer, fui comunista antes dos comunistas, muito antes deles. Aliás, em muitas coisas antecipei-me a eles, acertando na História, enquanto eles erraram na História.

Então, tem toda a razão o Dr. Gerdau. O Governo está cobrando duas vezes. Primeiro, ele sacou dinheiro do contribuinte; aplicou-o mal e agora quer vender ao contribuinte e aos empresários. Ainda assim, obrigando os contribuintes e empresários a absorver passivos ocultos, que, insisto, são passivos perigosos.

Muito obrigado ao Dr. Gerdau por nos ter elucidado brilhantemente. Folgo em registrar que S. S^a está conseguindo exportar, em alguns casos, de 50% a 70% da produção, o que significa que nesse setor o Brasil está mantendo competitividade.

Cartel e ineficiência são coisas para outros setores: por exemplo, o da informática. Aí foi um desastre. Até hoje a tarifa é 35%. A própria indústria automobilística beneficia-se de uma proteção ainda exagerada. O aço, não. O Brasil está adotando uma política racional, competitiva, e espero que os compradores não tenham desapontamentos.

Apenas um último comentário. Sr. Presidente. Acho que me excedi em dois minutos, mas, em geral, mantenho-me dentro do limite. Quero comentar que o Deputado Paulo Ramos - não é esta a primeira vez, são várias as vezes - tem lançado suaves provocações. S. Ex^a fala nos ministros da ditadura, responsáveis pelo desastre econômico - fui Ministro de uma fase da ditadura mole; era "ditamole", não era ditadura; Castello Branco queria uma sucessão civil e lutou por uma sucessão civil.

Muito bem. Nesse período, a inflação brasileira caiu de um nível tendencial de 144% para 25% ao ano, e este resultado foi conseguido em três anos. A dívida externa de longo prazo ficou consolidada. Não houve aumento da dívida externa e liquidamos 1 bilhão e 300 milhões de dólares da dívida interna. A taxa média de crescimento foi positiva, ao contrário daquilo a que estamos agora assistindo após a redemocratização: taxas de crescimento frequentemente negativas. Fizeram-se profundas reformas, que depois permitiram a eclosão do mercado brasileiro. E ao longo do período ditatorial, tão desprezado pelo Deputado Paulo Ramos, a taxa média de crescimento foi de 7%. No período de esbórnia inflacionária dos militares, a taxa máxima de inflação mensal foi 10% ao mês.

O que temos hoje? A taxa de média de crescimento, no período pós-democratização, foi 1,5%; a inflação mensal, meus senhores, é hoje da ordem de 33% a 35%. Esses fatos têm que ser registrados. Não me preocupo com o julgamento do severo Deputado Paulo Ramos. S. Ex^a é um brasileiro. Fui eleito, em Mato Grosso, Senador Federal, com 137 mil votos; fui votado, no Rio de Janeiro, confrontando-me com máquinas eleitorais muito bem lubrificadas do PT e do PDT, com 42.600 votos.

Gostaria de falar em nome dos ausentes, ministros econômicos da ditadura, que foram Delfim Netto e Francisco Dornelles. Delfim Netto teve 147 mil votos em São Paulo; Dornelles teve 48.600 votos. O povo nos julgou, e muito mais favoravelmente do que julgou o Deputado Paulo Ramos, que foi terceiro suplente. Prefiro ficar com o julgamento do povo e espero que S. Ex^a se abstenha, daqui por diante, de fazer essas sutis incriminações contra ministros da ditadura. Ele foi policial da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Relator, Senador Amir Lando:

Já estamos aqui habituados a conviver com esse nível de debate do nobre Deputado Paulo Ramos. É lamentável que depois de tudo ele saia. Ele quer que o ouçamos pacientemente, mas depois sai e não podemos estabelecer um debate de alto nível.

Tirei, no DIAP, nota 0; o Deputado Paulo Ramos tirou nota 10. Daí poderão V. Ex^{as} verificar a que distância estamos um do outro. Estou no Pólo Norte, onde estão os desenvolvidos, e ele está no Pólo Sul, onde estão, normalmente, os países subdesenvolvidos. Mas S. Ex^a não se convence dessa nova situação do Brasil. Ele prefere, apóia com determinismo, com convicção, que até respeito, não fosse a agressão, que é, na minha visão, o último argumento de quem não tem razão. Então, ele diz que depositaram um cheque na minha conta. Não depositaram cheque não: foi dinheiro meu que depusitei na conta. Nunca fiz voto de pobreza para ninguém; se ele fez, é problema dele. E não botei barba, depois de um certo tempo, na cara, por ter vergonha de olhar para alguém; ele botou barba recentemente; eu não, continuo fazendo barba todo dia, embora até respeite alguns barbudos que há por aí. Mas esses barbudos mais recentes não respeito muito.

O grande problema do País, Sr. Presidente, Sr. Senador, é que não se condenou até agora aqui, nesta Comissão, com veemência - e confio na seriedade do

Senador Amir Lando, que o fará inserir no seu relatório - a maneira imparcial e impatriótica com que age o Governo. O Governo diz: a Vale do Rio Doce vai comprar 20% para apoiar o empresário tal; o BNDES vai financiar 20% dos funcionários para apoiar o empresário tal. O empresário compra 11% e tem o controle da companhia. Estimulado por quem? Pelo paternalismo, pelo despudor, pela desvergonha do Governo. O outro empresário, se quiser obter o controle, tem que comprar 50%. Vimos isso na AÇOMINAS, na COSIPA, vimos isso em diversas empresas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quero tranquilizar V. Ex^a. Em sendo comprovado, registrarei, com veemência.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Mas não está comprovado não. Isso é público. Meu Deus, no leilão da AÇOMINAS, agora, foi claro, evidente. Não sou contra ninguém não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Apenas quero dizer que, é evidente, temos essas informações e vamos proceder às investigações.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - É público. Os funcionários disseram: "Vamos apoiar a Mendes Júnior". A Vale do Rio Doce apóia quem o Governo manda. E eu estou com a tese do Dr. Gerdau. Dos bandidos e empresários que para aqui vêm... Alguns Deputados aqui acho que são bandidos, são isso, são o que ... E os Deputados que os defendem também.

Conheço o Dr. Gerdau há 30 anos, desde quando ele tinha cabelos pretos e eu também. Eu era um pequeno empresário da Bahia. Vim aqui hoje e nem sabia que ele estava convocado. O Presidente, ontem, anunciou que haveria reunião da Comissão, e como sou da Comissão, vim. Mas não tenho nenhum compromisso, nem ele tem comigo.

Tenho compromisso, sim, com o País. Ou acabamos com essas estatais ou elas acabam com o Brasil. Vou encaminhar a V. Ex^a. Senador Amir Lando, em nome da estima, do apreço e da inteligência com que V. Ex^a foi distinguido por Deus, uma súmula do 14º Congresso do Partido Comunista da China, realizado no dia 14 de outubro de 1992, em Pequim.

O Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês diz: "As nossas estatais têm que dar dividendos e têm que valorizar os seus ativos, ativos do Estado, mas elas não verão mais um tostão do Tesouro Nacional".

Aqui, não. Ainda há pouco li, Senador Amir Lando, que para a cólera no Estado de V. Ex^a, para os doentes nos hospitais, para a educação das crianças deste País não há dinheiro. Mas para as PETROBRAS da vida há. E quem põe o dinheiro no orçamento, Dr. Gerdau, são aqueles Partidos que se dizem comprometidos com o povo. São o PT, o PDT, que puseram US\$ 11 bilhões no orçamento do ano passado da União para que as estatais continuem a sobreviver à custa do dinheiro dos cofres públicos. Não destinei um tostão para estatal; duvido que o Senador Roberto Campos tenha feito isso.

Mas vou mostrar esse discurso para que a Nação possa avaliar o tipo de Parlamentares que há aqui. Queremos o Estado empresário ou o Estado social? Qual é a opção e qual é o momento de fazer a opção definitiva?

Hoje, Senador Amir Lando, assisti, no Congresso Nacional, a um dos piores espetáculos da minha longa vida parlamentar, em que o Deputado Paulo Ramos e mais dois baderneiros impediram a realização de uma sessão e agrediram o Presidente do Congresso Nacional. Foi um dos piores espetáculos a que assisti na minha vida, porque querem impedir a revisão dessa Constituição que está inviabilizando o crescimento econômico e social da Nação.

Por tudo isso, Sr. depoente, quero cumprimentá-lo pela coragem que tem em investir neste País, que vive em estado de desordem econômica e social, com inflação de mais de 30% ao mês. Não há quem consiga gerir empresas nesse clima de caos. Só patriotas, mas que acreditam no Brasil, como nós acreditamos. E somos aqui agredidos por aqueles que deviam ter um compromisso maior com o povo.

Sabe V. S^a que essa gente já quis estatizar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro? O Deputado Vivaldo Barbosa tentou, foi ao Cristo e disse: "Meu Cristo, perdoai-me, mas vou estatizar a vossa imagem." O Cristo tirou o pé fora, deu-lhe um pontapé e ele caiu no Largo da Carioca. Um viandante que ia passando disse: "Mas Vivaldo, o que fizeste tu?" Ele respondeu: "Tentei estatizar o Cristo, mas ele reagiu e estatelei-me aqui". Até o Cristo está reagindo contra decisões de mentalidade atrasada, tacanha, sem compromisso com o hoje e o amanhã.

Senador Amir Lando, ouvi pior aqui, não se preocupe. Depois podem tirar na Taquigrafia.

Quero apenas dizer, Sr. Presidente, que não há força humana que consiga parar o processo de privatização neste País. E fique certo V. Ex^a de que vamos acabar com o monopólio dessa vaca sagrada, a PETROBRAS, para que ela seja de fato do povo, e não do sindicato dos engenheiros. Agora mesmo, Senador Amir Lando, pedi informações ao Presidente da PETROBRAS para saber os aluguéis que ela paga à PETRUS. Encontrei um engenheiro da PETROBRAS, com 48 anos, aposentado, ganhando CR\$780 mil por mês. Isso é um escândalo. E eles dizem que a PETROBRAS é do povo brasileiro. Não é não. É de um corporativismo que lá se instalou, lá se pregou e que não conseguimos tirar. Mas havemos de tirá-los pela decisão da maioria do Congresso Nacional e mudar o curso dos acontecimentos neste País. Investimos 20 bilhões de dólares nessas COSIPAs da vida; se tivéssemos investido esse dinheiro na

infra-estrutura da Nação, em saúde, habitação, educação, o Brasil, certamente, não teria a mesma face.

Mas acredito que ainda teremos força e viveremos o suficiente para mudar a face deste País. Por isso, contamos com homens como V. Ex^a e quase todos os que estão neste Parlamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. V. Ex^a terá 10 minutos para expor o seu pensamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente:

Quero começar esta minha intervenção pedindo permissão ao Relator para tentar completar uma resposta. No meu entendimento, o depoente não detalhou o que seria importante colocar no relatório do Senador Amir Lando.

A pergunta do Senador Amir Lando foi: "Qual é a origem dos prejuízos das estatais e quem são os responsáveis por eles?" Senador, este livro não é um **best seller** e é muito pouco lido no Congresso, mas o considero um dos livros mais tristes publicados este ano no Brasil. Trata-se do orçamento das empresas estatais para o ano de 1994. Ele deveria fazer parte do relatório de V. Ex^a, pois a partir dele não fica difícil diagnosticar quem são os responsáveis pelos prejuízos das estatais, que ainda hoje andam pelo Governo e pelo Congresso.

Cito um exemplo, Sr. Relator, que é da maior importância e, por isso, seria necessário que fizesse parte do relatório. V. Ex^a sabe que o setor elétrico brasileiro despende, por ano, um bilhão de dólares para manutenção de canteiros de obras paradas? E quem paga são o contribuinte, um pedaço, e o consumidor, o outro. É do seu conhecimento que existe um projeto de concessão de serviço público que pretende parar com essa sangria e que esse projeto está há um ano no Senado da República, passando de gaveta em gaveta, de mesa em mesa?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Por certo não na minha.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu sei, mas está na nossa Casa, no Congresso Nacional, sem ter tido uma solução.

V. Ex^a sabe que esse projeto foi aprovado no período do Presidente Collor, e que cada Ministro que assume no Governo do Presidente Itamar, quando toma conhecimento da situação caótica em que se encontra o Tesouro, imediatamente vem pedir ao Senado que o projeto seja aprovado?

V. Ex^a sabe que aprovamos, no começo deste ano, um subsídio, uma subvenção para o setor elétrico brasileiro de 26 bilhões de dólares?

Dessa forma, V. Ex^a pode incluir entre as respostas que os responsáveis pelos prejuízos das estatais andam pelo Congresso Nacional e estão no Governo atual, como estiveram também nos Governos anteriores.

V. Ex^a sabe que o Ministério das Minas e Energia escolhe pessoas despreparadas para dirigir as estatais? Sabe que a FRONIBRA está sendo dirigida por alguém que não entende daquele negócio? V. Ex^a tem conhecimento de que FURNAS tem um Presidente cujo único mérito é ser amigo do Presidente da República? E que as companhias hidrelétricas, que faturam 800 milhões de dólares por ano, têm dirigentes de operação que não sabem o que é uma usina, uma subestação, um rio, e que talvez tenham bebido água de rio somente.

V. Ex^a pode incluir em suas respostas que os responsáveis são os que estão no Governo hoje, pelo menos em grande maioria, e os que estiveram no Governo recentemente.

E quero dizer que não tive nenhum cargo público no Governo militar, mas reconheço que, nesse Governo, as empresas estatais eram tratadas com mais seriedade do que hoje. Os prejuízos dessas empresas são muito maiores hoje que no passado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quero agradecer os informes de V. Ex^a e dizer que os recebo com muita humildade. Porém, minha pergunta se referiu exatamente ao setor siderúrgico. E a resposta ficou em branco.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Ajudarei V. Ex^a com relação ao setor siderúrgico.

Morei 5 anos em Pernambuco e dirigi uma empresa estatal. Acredito ter feito um bom trabalho, por isso não aceito insinuações do Deputado Paulo Ramos; mas a passagem por essa empresa me fez crer na inviabilidade das empresas estatais. Passei 20 anos como engenheiro, chefe de divisão, chefe de departamento, Diretor e Presidente dessa empresa. Acompanhei a vida da COSINOR e vi, por diversas vezes, dirigentes preparados serem trocados por motivos fúteis. Essa empresa, além de ter sido mal desenhada, mal dimensionada, era também mal gerida, não pelos que lá estavam, mas pelo acionista, que até hoje continua sem juízo.

V. Ex^a sabe que o Governo do Presidente Itamar está propondo investir numa empresa que fabricará armas, que não são uma prioridade nacional, com recursos do Tesouro Nacional, para o Orçamento de 1994. Trata-se de uma empresa de material bélico e, seguramente, não fará bom negócio, até porque, graças a Deus, o mercado de armas anda em baixa.

Quero dizer que, se há irregularidades nas privatizações, é preciso que se convoque aqui o Ministro das Minas e Energias para que S. Ex^a explique por que não deu tratamento isonômico às associações das empresas privadas com o capital público.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Quero dizer a V. Ex^a que o Ministro de Minas e Energia já depôs nesta Comissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu gostaria de ter estado aqui para fazer essa pergunta a ele, porque o projeto de concessão de serviço público que está aqui no Senado, e infelizmente não foi aprovado, estabelece que, nas licitações, nenhum grupo econômico pode ter privilégio; as associações com os bancos públicos e com empresas públicas deverão estar abertas a todos os concorrentes.

Entendo que a participação de grupos, como o que dirige o Dr. Gerdau, e outros que aqui vieram no programa de privatização, é motivo de satisfação não só para o Deputado Roberto Campos, mas também para mim.

Acredito que precisaríamos, após o término desta CPI que V. Ex^a tão bem preside, instalar CPIs para investigar estatais que continuam estatais; então, seria possível dissecar esse livro.

A Caixa Econômica, ao invés de fazer casa popular, está querendo investir 150 milhões de dólares em suas instalações pelo Brasil. Portanto, vamos gastar um pouco do tempo na CPI da privatização e um pouco para investigar o que hoje existe.

A PETROBRAS está investindo uma quantia irrisória tanto na prospecção de petróleo, quanto na exploração dos poços identificados: não chega a 1 bilhão de dólares. No entanto, fez uma reserva de 70 milhões de dólares para construir um suposto gasoduto da Bolívia e, com estas quantias anuais, esta passará a ser uma obra semelhante às hidrelétricas: começa e não termina, virando motivo de **claims** para os empreiteiros que conseguirem a contratação.

As explanações do depoente me satisfizeram, porque me permitiram conhecer um pouco mais o setor. Além disso, com a minha participação, tenho a impressão de que estou contribuindo para o relatório de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezio Ferreira) - Com a palavra o Deputado Fernando Carrion. V. Ex^a terá 10 minutos para concluir seu pensamento.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente; Sr. Relator; Srs. Deputados; Dr. Jorge Gerdau, convidado de hoje;

Ouvi, com muita atenção, as palavras do Dr. Jorge e tive oportunidade de inferir, dali, alguns pontos que nunca é demais destacar.

S. Sa^a adquiriu, num período de poucos anos, a Aços Finos Piratini, a USIBA, a Usina Barão de Cocal - a primeira do lote - e a COSINOR. Srs. Parlamentares, chamaram-me muita atenção três pontos que faço questão de destacar: o aumento comprovado da remuneração dos trabalhadores, ou seja, o que os trabalhadores dessas empresas recebiam antes da estatização e depois da privatização. Faço questão de destacar o aumento claro não só da produção, mas também da produtividade havida durante o processo, ou seja, após a privatização.

Apenas para dar um referencial, menciono o caso da USIBA que mais do que duplicou sua produção, saindo de uma faixa de 200 para 800 toneladas/homem/ano de aço produzido. Se mais não fora, esses três pontos claros, matematicamente demonstrados pelo palestrante, que se deve qualificar o depoimento do Dr. Jorge Gerdau hoje como um dos mais objetivos, senão o mais, feito até este momento, pela clareza dos números demonstrados.

E até permito-me dizer que muito mais vale um exemplo do que mil palavras. Vimos, hoje à tarde, no que resultou a privatização das quatro usinas a que me referi. Sem o brilho notável do Deputado Roberto Campos, que fez uma avaliação extraordinária do assunto, é necessário dizer que foi feito um benefício quando se comprou a idéia da COSIGUA. A COSIGUA não era nem uma planta - como muito bem esclareceu o Depoente - era uma idéia. E só o fato de aquela idéia ter sido comprada e implementada resultou em economia para o País, que não teve de gastar para implantar e manter a usina. Ou seja, ganhou o País duas vezes apenas porque alguém pensou comprar uma idéia que, se tivesse sido implementada pelo Poder Público, certamente teria onerado o Brasil. O ônus das quatro empresas adquiridas pela iniciativa privada já beirava US\$ 1 bilhão, Sr. Relator.

Existem ainda os passivos ocultos que se impõem a alguém que se atreve a adquirir empresas, como se comprasse uma verdadeira caixa-preta, porque não se sabe o que há dentro.

Quero fazer, sem o brilho do Deputado Roberto Campos, a exaltação do patriotismo de quem teve a coragem, o peito - para ser bem claro - de comprar até caixas-pretas e passivos ocultos, como ficou claro aqui. Quando se destampou a caixa, o passivo era muito maior do que aquele que se imaginava quando da sua aquisição.

Como referencial, quero deixar dois pontos claros: o Depoente falou - e deve ser investigado - que o BNDES emperrou o processo de investimento quando ocorreu a este Banco tentando até obter fundos para os seus negócios. O BNDES emperrou o processo de investimento - isso ficou claro aqui -, assim como foi dito que a FINAME, que é uma subsidiária mais leve do BNDES, era até veloz na análise das suas tarefas.

Quero que fique registrado que se deve verificar porque o BNDES emperrou esse processo. O Depoente pondera que fez mais de vinte viagens ao BNDES e sentiu um nítido emperramento, tanto que obteve recursos de outros fundos, principalmente próprios, para o seu negócio.

Concluindo, em nome da razão, da lógica, e não em nome da emoção, o País precisa acelerar o processo de privatização. Não há outro caminho. Graças a Deus estou informado que o processo de privatização do setor siderúrgico, bem ou mal, com algumas dúvidas, já avançou. Não temos, Sr. Relator, por que copiar os outros. Não somos macacos para copiar ninguém.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Permite-me V.Ex^a um aparte.

O SR. FERNANDO CARRION - Pois não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Pois parece que fazemos pouca coisa original. Nesse processo também temos copiado à abastança. Realmente, nesse particular, não estamos inovando. Poderíamos inovar, criar um processo mais inteligente; mas, infelizmente, não o fazemos.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Relator, realmente, seguir aquilo que está certo não é burrice, nem é macaquice; parece-me até inteligência.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas foi V. Ex^a quem falou que era copiado. Não falei nada.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. Não temos por que copiar ninguém. Vejam o caso do país vizinho, a Argentina, que, se errou muito - e tenho a absoluta convicção de que errou virulentamente quando, por um decreto, se atreveu a estabelecer, de um dia para o outro, que 10 mil austrais passariam a valer 1 dólar. Eu, que sou engenheiro e não economista, achei um verdadeiro absurdo econômico -, num ponto acertou, e é esse ponto que desejo que sigamos. A Argentina era como um navio carregado de carga prestes a afundar. Tiveram a coragem de largar a carga ao mar e terminaram ganhando duas vezes na venda de estatais sabidamente deficitárias. Os dados que o Dr. Jorge Gerdau, conferencista, nos trouxe foram claros: lá eles tinham US\$1 bilhão de passivo, quase o passivo dessas quatro empresas referidas - Piratini, USIBA, Barão de Cocal e COSINOR. A Argentina teve a coragem de vender as suas estatais, inclusive a intocável IPF, seguindo até exemplo de outras que tais, como a própria Elf Aquitaine, que já está com mais de 50% da sua privatização concluída.

Ganha-se duas vezes quando se tem a coragem de privatizar: ganha-se na carga que se joga no mar e ganha-se com o recurso que se obtém da venda - aliás muito bem postado pelo palestrante, quando disse que a estatal já foi paga uma vez quando foram sugados impostos do contribuinte para montar aquele verdadeiro elefante. Assim, depois, ao vender - se não em dinheiro, em moeda podre ou seja lá no que for -, de certa forma, o Governo obtém duas vezes o pagamento daquele elefante: quando o construiu há muitos anos, tirando o dinheiro do contribuinte, e quando o vendeu, seja com moeda podre ou com o que quer que seja.

A privatização - concluindo, Sr. Relator - deve ser acelerada no País. Ganha-se quando se vende essas empresas e, talvez, até se as dêssemos de graça poderia ser vantajoso. Ganha-se quando se vende e, principalmente, quando não é preciso gastar na manutenção daquele verdadeiro elefante.

Conclamo esta Comissão de Privatização - com toda humildade, Sr. Relator, Sr. Presidente e Colegas que aqui estão -, para que faça o seguinte: acelere a privatização de tudo que for possível e diminua o tamanho do Estado brasileiro, para que tenha uma cabeça menor, um corpo menor, governe menos e, realmente, deixe as coisas andarem mais. Não é o liberalismo fácil do *laissez-faire, laissez-passer*. Não é isso. Não me refiro a isso e não aceito críticas que me sejam feitas em relação a esse ponto. Trata-se do exemplo daqueles que fizeram a privatização e conseguiram aliviar o peso da máquina estatal.

Vejam o México e a Argentina, só para ficarmos entre os pobres da América Latina. Privatizaram e não estão arrependidos. Conseguiram sair de um déficit público fantástico, de uma inflação brutal, e hoje vivem praticamente como países civilizados.

Deixo essa minha contribuição e externo meus cumprimentos ao Dr. Jorge Gerdau Johannpeter que, durante uma hora e meia, nos deu uma extraordinária aula sobre siderurgia. Ao mesmo tempo, cumprimento-o pela coragem de ter comprado as siderúrgicas postas à venda em leilão, assim como os outros empresários que também fizeram a mesma coisa, porque, se mais não for, aliviaram o Estado brasileiro da manutenção dessas empresas, algo extremamente caro para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) - Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, permita V.Ex^a que, preliminarmente, faça umas breves considerações sobre as intervenções dos Exm^{os} Srs. Deputados. Realmente, estou aqui para ouvir, e ouvir com muita humildade.

Todavia, permitam-me registrar alguns pontos de divergência, não de divergência meramente hermenêutica, de interpretação do fato, mas do fato em si. Uma coisa me parece fundamental, se quisermos construir um Brasil digno, decente, grandioso, vocacionado ao menos em direção da sua dimensão continental: que não mistifiquemos os fatos. Penso que podemos divergir de tudo, menos quanto aos fatos.

Nesse particular, teríamos que resgatar a história da intervenção do Estado: o então Ministro Roberto Campos, quando procedeu a uma série de mecanismos, talvez movido pelas melhores intenções de brasilidade, de bem servir ao povo brasileiro, nunca recebeu críticas minhas no sentido de que, embora tendo uma posição diferente, fosse entreguista ou coisa desse tipo. Pelo contrário, tenho louvado a ação do Senador e hoje Deputado Roberto Campos, porque convivemos no Senado, lado a lado, e talvez destacasse um diploma legal que tenho reverenciado sempre, porque sei da sua história, o Estatuto da Terra. O Senador, então Ministro Roberto Campos, trabalhou e os técnicos do Governo poderiam registrar que foi não um trabalho feito pela sua assessoria, mas um trabalho feito com a própria letra, com a própria grafia - que era inconfundível - do então Ministro do Planejamento, que realmente ajudou a edificar um dos grandes diplomas deste País.

Considero a reforma agrária fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Entendo que o País precisa ampliar o mercado interno e entendo também que a participação do Estado brasileiro no processo industrial com o alavancador foi fundamental. Houve excessos, exageros, porque os mesmos princípios que geriram a corrupção ao longo dessa história ainda estão presentes. Debato-me contra isso e tenho feito do meu mandato um serviço a favor da decência.

Aqui, nesta Comissão, fico um pouco preocupado quando se quer simplesmente argumentar, esquecendo-se a história, as circunstâncias de que o fato emergiu. E o fato e as suas circunstâncias têm uma relação muito íntima. **Ortega y Gasset**, se quiséssemos descer a fundo, oferece-nos evidentemente algumas lições nesse ponto. Mas o fenômeno é histórico.

É difícil, mas creio que não vale à pena. Parece-me que não é fundamental, agora, aprofundarmo-nos nesta discussão porque não traria nenhum efeito prático. Privatizar é preciso. Vamos partir deste patamar. Privatizar rápido, queimar o patrimônio público, não, porque ele tem que ser um processo inteligente e, para ser inteligente, não precisa ser demorado. Para ser inteligente é preciso pensar grande, pensar no Brasil e pensar nesse povo.

Não prefiro atirar a carga deste navio ao mar, prefiro entregá-la ao povo brasileiro, para que sacie a sua fome e a sua miséria ou que ajude a saciá-las. Precisariamos de 800 milhões de dólares para fazer face ao Programa da Fome e, talvez, a venda inteligente de uma estatal poderia propiciar mais de 800 milhões de dólares.

Dr. Gerdau, tenho um profundo respeito por V. S^a, conheço a sua história no Rio Grande do Sul, sei da eficiência do seu grupo na gestão do seu patrimônio, e acredito que, também na gestão da coisa pública, homens decentes, dinâmicos, poderiam efetivamente dar uma contribuição maior. Infelizmente, esse processo é viciado, e concordo que também precisamos verificar o que acontece nas estatais.

Não estou aqui passando a mão na delinquência ou nas irregularidades, sejam elas quais forem e onde estiverem. Quanto a isso, contem comigo, como também espero contar com os senhores para desenvolver aqui um trabalho sério. Não queremos impedir, queremos é fazer bem.

Entendo que a atuação de V. S^a nesse setor é um exemplo de quem quer realmente dar a sua contribuição. Mas é preciso que essas relações sejam transparentes e sadias e não viciadas, como aqui acentuaram alguns depoentes que denunciaram esses riscos. Tenha certeza de que vamos verificar o que aconteceu também no leilão da AÇOMINAS. Não defendemos aqui nem governo nem estatais, defendemos a verdade.

Creio que todos nós queremos isso. Alguém pode dizer que esta Comissão atrapalha. Creio que não. Esta Comissão prestou um serviço porque foi, ao menos, um momento de consciência de que este programa precisa ser mais transparente e mais visível; de que nós queremos vender as estatais e não um elefante; de que queremos vender ações dessas estatais; de que podemos buscar mecanismos que não sejam estritamente a solução do leilão; de que podemos transferir a gestão, gratuitamente, com o compromisso apenas, é evidente, de preservação do patrimônio, e nada mais do que isso, e dar toda a preferência da aquisição em outro momento.

Penso que é preferível entregar as estatais para um setor eficiente da produção, sem qualquer ônus, desde que ele desempenhe a finalidade de uma política industrial para aquele setor. Não é esse o problema, não é a questão exclusivamente do dinheiro; se vai-se vender, que se venda bem, com lucro. Só isso.

Queria fazer estes registros para dizer que, quando se fala aleatoriamente: "Não, mas um engenheiro" - acho que foi o Deputado Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Alguém falou em engenheiro da PETROBRÁS...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Foi o Deputado José Lourenço que citou o salário: "Se o engenheiro fosse bom valia esse preço. O problema é ver se ele é bom e se produz".

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Penso que uma estatal do porte da PETROBRÁS ou qualquer outra, uma empresa de V. S^a, em certos setores, está efetivamente no mercado internacional e é ele que rege a remuneração. Não sei, se estiver errado que me corrija V. S^a, mas parece-me que este é um padrão, para certas empresas, universal. Quer dizer, é o mercado internacional que tixa, porque senão ele emigra para outro país.

Há alguns pontos que a gente não pode querer mistificar, na ânsia de privatizar. Vamos partir desta premissa: privatizar bem, corretamente, melhorar tanto quanto possível a **performance** também para ressarcimento desse patrimônio. Até entendo que se possa transferir, em certos casos, sem qualquer ônus. Quer dizer, entregar a gestão da empresa para que se execute um programa. Evidentemente aí não dá para fechar, porque o senhor pode fechar porque comprou e é o senhor dela. Aí, evidentemente, para produzir e para elevar essa empresa a um patamar mais elevado, dentro das regras do mercado.

Apenas quis fazer esses registros porque, de repente, parece que o Relator está aqui sendo vítima, ninguém mais faz nenhuma pergunta ao depoente e querem me dar lições, que recebo com muita humildade, porque sou um eterno aprendiz.

Eram só essas as palavras que queria dizer.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, usamos essa expressão corajosa "jogar a carga ao mar" porque, quero deixar bem claro, é muito melhor empurrar a carga ao mar do que deixar o navio afundar. Realmente, meu caro Relator...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Há de haver outras alternativas sem essas extremidades.

O SR. FERNANDO CARRION - Temos muitos pontos em comum. Realmente, a privatização de empresas estatais no País deve ser acelerada. Temos que ter coragem para entrar no campo da telefonía, das comunicações, temos que ter coragem para discutir o monopólio do petróleo. Ninguém é dono da verdade, mas temos que ter coragem para isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, gostaria de fazer as minhas perguntas agora.

O SR. FERNANDO CARRION - Lembro ao meu caro Relator que a Argentina, que é um pequeno país...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É outro equívoco. V. Ex^a deveria estudar mais a fundo o caso da Argentina. Não estou aqui para discutir, mas a Argentina realmente não é modelo. V. Ex^a mesmo disse que não devíamos imitar ninguém e depois quer imitar a Argentina. A Argentina, realmente, nesse setor, não constitui exemplo. O povo argentino que o diga.

O SR. FERNANDO CARRION - Sim, mas com uma taxa de desemprego de 14% ao ano, V. Ex^a está certo. Agora, com a certeza de ter a coragem para enfrentar a venda de estatais, eles conseguiram e estão conseguindo amealhar 20 bilhões de dólares. Num país cinco vezes maior do que aquele, como é o nosso, poderíamos teoricamente chegar a 100 bilhões de dólares. Apenas quero recomendar a coragem para que se leve a desestatização à frente, de uma forma consciente, naturalmente, mas que se tenha coragem para isso.

E tenho a certeza de que V. Ex^a, Sr. Relator, mais do que todos nesta sala, tem esse modelo de coragem a que estou me referindo aqui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Obrigado pelas palavras generosas de V. Ex^a.

Vou prosseguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) - Senhores, já temos mais de 4 horas de debate e chegamos nitidamente à fase trágica de rendimentos intelectuais decrescentes. Pergunto se essas perguntas não poderiam ser entregues por escrito ao Depoente para que ele as responda.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, gostaria de fazê-las diretamente, é um direito meu como Relator e gostaria que me fosse assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) - Pensei que esta última intervenção já fosse para fazer perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Queria fazê-las, Sr. Presidente, mas tive que fazer algumas colocações e solicitei a palavra a V. Ex^a nesse sentido, porque todos falaram querendo me dar lições. Eu as recebo, mas tenho algumas observações também a fazer em contrário.

Era só isso. Gostaria de ir, objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) - São perguntas rápidas?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Rápidas, Sr. Presidente.

O senhor entende que teria algum setor estratégico em que seria necessária a presença do Estado?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Como empresário, não. Creio que não há nenhum setor em que o Governo tenha que estar presente na execução. Penso que o Estado só tem que ter uma preocupação: organizar a sua estrutura legal para forçar a competição dos setores. Quer dizer, a preocupação do Estado tem que ser não a de acabar com a PETROBRAS e, sim, forçá-la a ser competitiva. É preciso competição em tudo. Se não houver competição nas Comunicações, Transportes, Energia e Portos, não seremos competitivos. A soma das competitividades é que define a minha competitividade.

Preciso do Estado como órgão que estabelece regras, veja o social e deixe o resto competir, sob normas gerais estabelecidas para o sistema de competição.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor acha que o sistema viário deve ser privatizado? Quais as indicações que o senhor tem sobre a eficiência do setor privado na construção de estradas, enfim, no sistema viário como um todo, seja rodoviário ou ferroviário?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Talvez eu não tenha a capacidade de ter uma visão tão clara, mas, em relação à energia, o senhor pode estar certo de que se o empresário, ao invés de construir uma usina elétrica e empurrar para o governo a qualquer preço, tiver a oportunidade de gerar essa energia, essa hidrelétrica vai custar, provavelmente, menos da metade e eu, consumidor, vou poder remunerar o capital.

Entendo que o setor rodoviário ou qualquer um deles, fazendo competições sobre o estabelecimento de áreas que explorem...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu falei em sistema viário.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - É a mesma coisa e, em qualquer uma delas, o regime tem que ser de competição, estabelecendo-se que, num determinado trecho, quem fizer o sistema mais econômico de operação dessa estrada é

que deve ganhar a concorrência. Pode estar certo de que a estrada vai sair pela metade do preço.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Seria através do sistema de cobrança de pedágio?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Sim. Se o senhor estabelecer qualquer preço de pedágio, quem vai pagar é o usuário e o custo da obra vai sair pela metade, ou menos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor teria dito que já fechou 50 usinas na sua vida. Isso é verdade ou a COSINOR será a última? O senhor fechou 50 usinas realmente?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu fiz uma resposta a esta carta - não tenho aqui a revista *Veja* -, pois eles copiaram de uma outra revista panfletária e se o senhor quiser...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não, não preciso provas. Só quero o depoimento de V. S^a.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu não fechei e exigi três posicionamentos da *Veja*, porque foram três mentiras que eles falaram: uma sobre o meu apoio ao PDT; a segunda de que enfiou no bolso 40 bilhões de dólares; e a terceira sobre o fechamento de 50 empresas.

Mandei para a revista, ela não publicou, mas estou pressionando para que seja publicado - e o erro é que não respondi da primeira vez que o assunto surgiu. Há revistas de segunda qualidade a quem não respondo. Infelizmente, a revista *Veja* pegou essa matéria da revista *Interview* - que publica outras matérias interessantes, como mulheres nuas, o que acho muito bom, mas não me dignei a respondê-la - e a publicou com distorções.

Vi fecharem mais de 50 empresas. Esse é o ponto que devo ter mencionado e foi distorcido. Na minha vida profissional, vi fecharem pelo mundo muitas usinas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor acha que há no Brasil mecanismos eficazes para combater os trustes ou as excessivas concentrações de capitais no setor estratégico? O senhor acha que a nossa legislação é eficiente?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - A nossa legislação não é eficiente e os projetos que aí estão são piores ainda do que o sistema, porque estão querendo estabelecer autarquias com receitas e decisões próprias, desrespeitando os sistemas legais.

Não procuraria soluções, pois hoje esse capítulo, na economia internacional, está superado. Tenho que fazer um sistema de abertura da economia. O exemplo do aço está aí. Tenho que baixar direitos aduaneiros e possibilitar a importação.

Então, ficam pouquíssimos casos eventualmente com esse problema. Resolvo o problema muito mais por mecanismos globais do que estabelecendo uma legislação. Essa legislação que hoje se discute no Brasil está superada. Países como a Alemanha, os Estados Unidos e outros praticamente resolveram esse problema por mecanismo de competição de mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor acha que é razoável comparar-se uma economia como a nossa, em processo de desenvolvimento - que poderíamos questionar se realmente é desenvolvimento - com uma economia sadia como a economia alemã?

Até onde o senhor acha que se pode? O senhor se coloca na posição de estadista e não na posição de empresário, mas temos que chegar a um ponto de identidade ou terreno comum de encontro de vontades para que se possa construir um Estado também, porque a empresa, vista somente do ponto de vista da empresa, não resolve essas questões. Não se vai eliminar o Estado. Isso é uma utopia. Essa idéia do Estado nulo não existe. Isso é uma bobagem, um argumento extremado. No meu entender, uma balela. Sempre é preciso que haja um órgão regulando essas posições. Muitas vezes, a liberdade oprime e a lei liberta, como dizia Rosenkranz.

Penso que é exatamente um ponto em que o Estado intervém para estabelecer um equilíbrio que não existe e, quando isto acontece, não há o equilíbrio entre as pessoas ou entre as nações.

O senhor acha que, com o Brasil absolutamente sem fronteiras, uma abertura absoluta, poderíamos construir um País melhor, sobretudo com as condições de vida desses trinta e cinco milhões de brasileiros famintos?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Eu diria o seguinte: o processo tem que ser gradativo, mas está absolutamente comprovado que as autonomias só se tornam eficientes sob a pressão da competição.

Precisamos de um Estado extremamente forte, com autoridade e seriedade, que estabeleça regras de competição. Não deve ser paternalista no processo da competição econômica.

Pode estabelecer uma regra de política de direitos aduaneiros gradativamente decrescente, até o teto que estabeleça a produção global - esse número é complexo, tem que ser debatido, se é 10 ou 15% - ou pela estrutura interna de ineficiências. O resto tem que estabelecer alguns setores protegidos temporariamente e gradativamente. O resto tem que ser por pressão. Para isso, precisamos de uma economia desestatizada, como foi estabelecido para o aço. Temos que estabelecer a competição.

Tenho uma pequena empresa no Chile e estou negociando com dois fornecedores de energia, pois eles colocam a energia dentro de casa. Estou negociando um contrato de longo prazo.

Hoje, no Rio Grande do Sul, peço energia e eles não conseguem me dar. Com o petróleo, temos que estabelecer competição. Quem é que sabe se estou comprando bem ou mal? Somente o cenário da competição. Tenho que ter condições de competir, fazer um contrato de gás para uma USIBA, um contrato de longo prazo, com o competidor. Não posso ter monopólios e ter eficiência.

Então, num sistema de comunicações, tenho que ter um agradecimento(?), como tenho no aeroporto de Nova Iorque. Opto pela empresa que me atender melhor e me atende rapidamente. No Brasil, fico no aeroporto perdendo horas, caindo linha internacional, e, quando sou atendido pela telefonista, parece até que me está fazendo um favor e o meu negócio vai embora. Quer dizer, tenho que ter competitividade em tudo.

Tenho defendido, junto inclusive a estruturas militares históricas, que só há uma segurança, que é a eficiência. Nada substitui a segurança da eficiência. Tudo que não for eficiente não tem segurança.

O Governo tem que ter uma estrutura pequena, séria e investir no social para possibilitar as oportunidades sociais. O resto é competição.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Agora, colocando-se na posição de empresário: se o senhor tem um complexo industrial respeitável e, nessa visão de uma abertura total da economia, o senhor chegasse à conclusão de que teria maior lucro importando do que produzindo aqui, o senhor fecharia as nossas empresas e compraria das de fora?

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER - Este processo, na minha visão, é impossível acontecer de uma forma absoluta.

O balanço de importação/exportação estabelece o limite de quais os produtos que o Brasil produz bem ou mal. Por isso, o processo tem que ser gradativo. Isso acontece automaticamente. Aquilo que o Brasil sabe produzir bem ele vai produzir melhor, enquanto que aquilo que não temos competência para produzir não devemos fazê-lo.

Então, vamos dizer o seguinte: a Argentina produz trigo melhor do que nós, mas não produz café nem banana. Está certo. Eu querer insistir em produzir trigo e eles quererem produzir, em estufas, bananas ou café é um absurdo. Então, tenho que estabelecer um sistema em que cada um faça a sua vocação,

Pela soma das balanças de importação/exportação, a minha empresa, ou eu, como produtor, vou me estabelecer no patamar da média do dólar que vai se situar - esse é um mecanismo que não vai resolver em uma semana, mas é como os países eficientes têm buscado a solução. Tenho que estabelecer os direitos aduaneiros mínimos, capacitar empresas e, automaticamente, o processo do equilíbrio vem.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Agradeço a V. S^a e ao Sr. Presidente pela tolerância de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) - Agradeço ao Dr. Jorge Gerdau pela sua excelente exposição.

Muito obrigado ao Relator e aos Deputados e Senadores que participaram.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h12min.)

Secretaria Legislativa

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 30A. REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1993.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do vinte e oito de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 07, da Ala Senador Alexandre Costa, presentes os

Senhores Parlamentares Ezio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Rubem Medina, Roberto Campos, Pedro Valadares, Maurici Mariano e Jacques Wagner. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor Wladimir Antônio Pugina, Diretor Vice-Presidente da FERTIBRÁS S/A ADUBOS E INSETICIDAS, convida o depoente para sentar-se à mesa, solicita a leitura do juramento e passa-lhe a palavra para fazer sua exposição. Logo após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer indagações ao depoente. A seguir, a Presidência convida para Relator *ad hoc* o Deputado Pedro Valadares. Na fase interpelatória, usa da palavra, o Senhor Parlamentar Paulo Ramos. A seguir, usa da palavra, o Relator *ad hoc*, Deputado Pedro Valadares para interpelar o depoente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 30A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO", REALIZADA EM 28/09/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR WLADIMIR ANTÔNIO PUGINA, DIRETOR VICE-PRESIDENTE DA FERTIBRÁS S/A ADUBOS E INSETICIDAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DESESTATIZAÇÃO

REUNIÃO - 28/09/93 - 15H28MIN

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO

DEPOENTE: WLADIMIR PUGINA

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Havendo número regimental, está aberta a reunião.

Dando início aos nossos trabalhos, pedimos que todos fiquem de pé para que o depoente preste o juramento.

O SR. WLADIMIR PUGINA - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Com a palavra o depoente, que terá dez minutos para a sua exposição.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Muito obrigado, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

É com muito prazer que atendo à convocação de V.Ex^{as} para manifestar-me acerca do processo de desestatização no setor de fertilizantes, processo este em que eu pessoalmente e a nossa empresa estivemos bastante envolvidos nos últimos tempos.

Tenho a expectativa de dividir a minha exposição em basicamente três tópicos principais. No primeiro, quero fazer um comentário sobre o que é o setor de fertilizantes no Brasil, seus problemas e perspectivas. Na verdade, à medida que vamos falar sobre um processo de desestatização de um setor, é importante que se registre o que é esse setor, quais os problemas que ele enfrenta e quais as suas perspectivas.

No segundo tópico, que acredito seja relevante, vamos discutir o aspecto do mercado internacional dessas matérias-primas e desses produtos, uma vez que, dada a exposição da nossa economia e do setor a esse mercado internacional, seria importante que fizéssemos comentários a esse respeito.

Finalmente, seria necessário nos concentrarmos no processo de privatização, especificamente do setor de fertilizantes, e em aspectos que, acredito, fossem até mais pertinentes.

De acordo com o tempo que me foi destinado, eu gostaria de frisar o seguinte: com relação ao primeiro tópico - o que é o setor de fertilizantes -, eu diria que a agricultura no Brasil é um setor de mais alta relevância, na medida em que a agricultura representa cerca de 10% do PIB brasileiro, ou seja, 1/3 da população ativa está envolvida nesse processo. Trata-se de um setor que gera cerca de quase 8 bilhões de dólares de divisas para a nossa balança comercial. E o mais relevante de tudo é que o setor provê alimentos para uma população de aproximadamente 140 milhões de habitantes.

A agricultura nos trópicos, no Brasil especificamente, considerando nossas condições de clima e de solo, só é viável com a utilização intensa de fertilizantes.

Sou o Presidente da Associação Nacional para a Difusão do Adubo* - ANDA*, uma entidade fundada para desenvolver esse mercado, e temos estudos detalhados que mostram a alta correlação entre o consumo de fertilizantes e a produção agrícola. É absolutamente impossível se dar um grau de eficiência à produção agrícola no Brasil se não for com a utilização de fertilizantes. E esse setor se depara com um grande desafio, que é como alimentar uma população que, no final deste século, deverá chegar a quase 200 milhões de habitantes, sendo que, dentro de sete anos, para alimentar adequadamente essa população, precisaríamos estar produzindo aproximadamente o dobro de grãos que produzimos. Chegamos a atingir o nosso pico, que foi 70 milhões de toneladas de grãos. Então, o Brasil precisaria dobrar a produção de grãos nos próximos sete anos para que conseguíssemos alimentar, razoavelmente, essa massa de população.

Para isso, precisamos de insumos, fertilizantes e outros insumos agrícolas. E quais são os grandes desafios que o setor de fertilizantes enfrenta para atingir esse seu grande desafio? De numa forma sintética, eu diria o seguinte: no Brasil se consome muito pouco fertilizante. Para que V.Ex^{as} tenham uma idéia, Srs. Deputados e Srs. Senadores, hoje temos o consumo de aproximadamente 50 quilos de nutrientes por hectare, quando estudos, também do nosso setor, indicam que deveríamos estar consumindo pelo menos o dobro de nutrientes por hectare.

No Brasil, consome-se, portanto, muito pouco desse insumo, que é isoladamente responsável por 50% da produtividade agrícola. Estudos da FAO* indicam que 50% da produtividade agrícola é devido única e exclusivamente ao uso dos fertilizantes.

O segundo ponto é que, além de um consumo pequeno, ele é feito de uma forma desequilibrada, ou seja, existe uma proporção entre os componentes de nitrogênio, fósforo e potássio que seria adequada para a nossa produção agrícola. Basta indicar que hoje consumimos apenas 1/3 da quantidade de nitrogênio que deveríamos estar utilizando, o que causa um impacto direto na produtividade agrícola.

Um outro aspecto, um outro constrangimento importante na utilização de fertilizantes encontra-se no desequilíbrio regional. 74% dos fertilizantes são consumidos na Região Centro; 16%, na Região Sul e 9% apenas nas Regiões Norte e Nordeste, que são conhecidas por suas grandes carências, e é onde, certamente, a produção de grãos é absolutamente uma prioridade. Esse desequilíbrio, obviamente, está relacionado com o desenvolvimento dessas regiões.

Um outro problema que o setor de fertilizantes enfrenta é a questão do transporte oneroso. São conhecidas as deficiências de transporte no Brasil,

especialmente o ferroviário, quando em todo o mundo os fertilizantes são transportados em grandes volumes. E é o transporte ferroviário um fator de grande importância para o País.

Temos deficiências não só em relação ao transporte ferroviário, mas em termos de portos e do próprio transporte internacional de afretamento de navios, nos casos de produtos importados.

O setor de fertilizantes e a agricultura padecem de problemas ligados ao crédito rural. Para se ter uma idéia, chegamos, há alguns anos, a alocar para o setor agrícola quase 12 bilhões de dólares para financiar as atividades de custeio, sendo que, nos anos mais críticos, chegamos a ter apenas um bilhão e meio de dólares alocados para o setor de custeio.

Então, a agricultura brasileira é feita de "heróis", na medida em que não conta com o apoio devido e com recursos adequados. E essa deficiência de crédito rural é um componente de muita relevância. Hoje, felizmente, esse um bilhão e meio de dólares retornou a um patamar de aproximadamente quatro a cinco bilhões. Precisamos verificar, ainda neste ano, a que nível estaremos atingidos em termos de recursos alocados para o crédito rural.

Um outro problema relacionado ao setor de fertilizantes está no baixo consumo de calcário agrícola. No Brasil, como em qualquer país de agricultura desenvolvida, deveríamos ter uma relação de quatro toneladas de calcário para cada tonelada de fertilizantes. No entanto, essa relação é de um para um. Então, obviamente, isso causa um profundo impacto em termos de produtividade agrícola.

Destaco um último fator, dentro de uma série, que é o tributário, na medida em que a agricultura brasileira é pesadamente tributada. Há uma frase famosa e conhecida a esse respeito: no Brasil, exportamos impostos e importamos subsídios. Esse é um fator que tem limitado o desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, o consumo de fertilizantes.

Todos esses fatores, que poderíamos discutir em detalhes, inibem o consumo de fertilizantes e fazem com que o seu consumo atual, de aproximadamente 3 milhões e meio de toneladas e nutrientes, seja idêntico ao nível atingido há 12 anos. Temos, portanto, em essência, um baixo consumo, um consumo técnico e economicamente desequilibrado, na medida em que as Regiões do País são diferentemente atendidas.

Então, todos esses fatores fazem com que tenhamos grandes limitações nessa atividade e, ao mesmo tempo, temos uma perspectiva pelos números.

De acordo com o que precisamos produzir de grãos e com a população que precisamos atingir, temos necessidade de produzir e crescer a uma taxa de 4% ao ano nos próximos sete anos, atingindo cerca de quase 5 milhões de toneladas de nutrientes na virada do século. Isso faz com que, a despeito das dificuldades, as carências nutricionais do País exijam que tenhamos um aumento expressivo de consumo no setor de fertilizantes.

Os estudos da ANDA* indicam que temos condições de atingir esse consumo e que, embora haja os obstáculos, estamos caminhando para essa meta.

A exemplo do crescimento econômico de algumas áreas até difíceis de serem explicadas, a agricultura também apresenta um comportamento às vezes um tanto quanto difícil de ser explicado, bastando dizer que este ano, até o mês de julho, o consumo de fertilizantes no Brasil cresceu 18%.

Esperamos, a nível de setor, que venhamos a fechar o ano com um crescimento de aproximadamente 8%. Isso mostra que, mesmo havendo todas essas dificuldades, a economia e a agricultura reagem, e estamos realmente num momento específico, vivendo uma situação favorável à agricultura.

Essas razões estão muito ligadas a uma relação de troca de preço de fertilizantes pelos produtos agrícolas, está havendo uma recuperação dos preços dos produtos, e todos esses fatores estão se traduzindo em um momento de consumo.

A indústria brasileira de fertilizantes, que tem de 40 a 50 anos de existência, preparou-se e está preparada para atender às necessidades do País.

Posteriormente voltarei a falar especificamente sobre o papel do Estado e sobre a privatização em si.

Um pequeno comentário acerca do quadro internacional.

A nível de mercado internacional, deparamo-nos com um quadro em que existe uma redução apreciável no consumo de fertilizantes no mundo todo, em diferentes países. As razões são diferentes, mas observa-se, no quadro internacional, uma redução drástica no consumo de fertilizantes. A nível de grandes comentários, de uma forma bem ampla: nos Estados Unidos, temos uma tremenda recessão inibindo o consumo de fertilizantes e um excesso de produção agrícola fazendo com que o consumo de fertilizantes tenha decaído muito nos últimos anos. A nível de Europa, novamente a recessão econômica é um fator que tem um peso extremamente relevante, fazendo com que o consumo de fertilizantes tenha igualmente caído. A nível dos países da ex-União Soviética, a sua desagregação e a economia fizeram com que o consumo de fertilizantes apresentasse queda, em alguns países, de 50% no primeiro ano. Isso tem provocado uma desorganização no mercado internacional de fertilizantes, a exemplo de outros insumos, na medida em que esses países jogam os produtos no mercado internacional a qualquer preço para fazer moeda forte, o conseqüentemente, desarticula todo o mercado internacional.

Os grandes consumidores de fertilizantes - a Índia e a China são os maiores - passaram por um processo de ajuste muito grande, na medida em que todo o esquema de subsídios foi retirado. Em função disso, houve uma redução apreciável no consumo de fertilizantes e essa redução, mais uma vez, traduziu-se numa desestruturação do mercado internacional. Portanto, há no quadro do mercado internacional, de uma forma sintética, quase telegráfica, uma redução drástica de consumo e uma desorganização.

Voltando ao ponto mais importante, especificamente o do processo de privatização, eu faria um comentário sucinto: a indústria privada brasileira tem uma tradição de quase 50 anos no setor de fertilizantes, que foi desenvolvido por essa indústria privada. O Estado, num determinado instante, foi envolvido, a meu ver, dentro de um processo infelizmente conhecido na nossa economia, o da necessidade de gerar recursos de captação de recursos externos. Esse processo obrigava que o Estado interviesse, investindo em várias atividades. E são conhecidas as várias atividades econômicas investidas pelo Estado como um processo de captação de recursos no exterior. O setor de fertilizantes foi escolhido para tal, e a presença do Estado foi maciça.

Desde a grande crise do petróleo, a presença do Estado nas diferentes áreas - quer de fósforo, de potássio ou de nitrogênio -, foi bastante apreciada. Essa presença finalmente foi concentrada em uma empresa **holding**, subsidiária da PETROBRÁS - a PETROFERTIL -, que, na verdade, administrava um conjunto de empresas estatais ligadas ao setor de fertilizantes.

A bem da justiça, é preciso que se diga que o Estado teve um papel relevante nesse processo. A exemplo de outras atividades, o Estado teve um papel pioneiro no sentido de aportar recursos e no sentido de desenvolver uma indústria. Os investimentos pesados foram como uma consequência dessa decisão política de investir e de tornar o País auto-suficiente. Muitas vezes há uma política errônea de auto-suficiência a qualquer custo, mas indiscutivelmente o País acabou tendo uma indústria de fertilizantes.

Por outro lado, também a bem da justiça, é preciso que se diga que a PETROBRÁS foi uma empresa que, a meu ver, nunca teve no seu planejamento estratégico o objetivo específico de entrar no setor de fertilizantes. Na verdade, a PETROBRÁS foi o veículo que, num determinado instante, julgou que seria a área ou a empresa que deveria administrar esse processo.

A nível de cúpula da PETROBRÁS, creio que o setor de fertilizantes sempre foi um corpo estranho. E a referida empresa, a exemplo de outras atividades, acabou, digamos, envolvendo essas atividades do setor mencionado.

O processo de privatização do setor de fertilizantes tem uma história que vem talvez de quase uma década, na medida em que, a nível de vários Governos diferentes, esforços foram desenvolvidos para que pudéssemos ter os setores de fertilizantes privatizados.

Mais recentemente esses esforços foram concentrados nos últimos 2 a 3 anos, e poderíamos dizer que hoje a parte substancial do setor de fertilizantes está totalmente desestatizada.

A visão dos empresários privados com relação ao processo de privatização do setor estava estruturado em dois aspectos que considero relevantes: o primeiro concernente ao fato de que a privatização era um processo que deveria envolver um maior número possível de empresas privadas. Deveríamos criar um mecanismo. E eu pessoalmente e alguns colegas aqui presentes que me acompanham tentamos desenvolver mecanismos de atrair todos os empresários privados ligados ao setor de fertilizantes. E não só os empresários privados, mas atrair também todas as cooperativas que tenham uma participação. Todas as cooperativas, através da OCB* - que é o órgão da Organização das Cooperativas Brasileiras* -, foram convidadas a participar.

Sou categórico em afirmar que quem não faz parte do grupo de empresas que participou do processo de privatização foi porque, por razões econômicas ou políticas, decidiu não fazê-lo, uma vez que efetivamente todos foram convidados a participar deste grupo.

O processo de privatização, portanto, foi montado com base na premissa de que deveríamos ter o maior número possível de envolvidos; segundo, que deveríamos procurar ter uma indústria de fertilizantes no Brasil competitiva com o mercado internacional.

O compromisso que precisávamos ter era com a Nação brasileira, com a agricultura brasileira: precisávamos oferecer fertilizantes aos nossos agricultores que fossem compatíveis com o mercado internacional. Essa é uma filosofia, é uma premissa que tem os seus componentes filosófico e econômico. Porque, na medida em que o mercado internacional é altamente competitivo, no dia em que não tivéssemos condições de fazer isso simplesmente haveria o processo de importação.

Côm base nessas duas premissas, o setor privado procurou se organizar e participar da privatização de três empresas principais: primeiramente, a FOSFERTIL; em segundo lugar, a GÓIASFERTIL, e finalmente, a ULTRAFERTIL.

Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre um grupo que acabou sendo vencedor desse processo e do qual somos representantes.

Como eu disse, convidamos todas as empresas brasileiras a que se juntassem a nós para participarmos desse processo. Por razões econômicas ou políticas,

na verdade isso não foi possível. E temos hoje uma empresa chamada FERTIFOS, uma holding que congrega os interesses de cerca de 20 empresas brasileiras. Sendo que destas 20, 7 empresas têm uma participação mais expressiva e as demais são de menor porte. Mas a nossa motivação era tamanha em atrair parceiros que, num caso raro no mercado, esse grupo, essas sete empresas principais criaram mecanismos próprios, ou seja, captamos empréstimos e repassamos, por nosso risco, a microempresas que não tinham condições de ter acesso a recursos no mercado financeiro.

Temos hoje cerca de catorze ou quinze pequenas empresas que investiram valores modestos - desde 100 até 500 mil dólares - e que foram financiadas pelas sete maiores empresas, na medida de criar condições para que estas tivessem a chance de participar do processo.

Em relação ao setor agrícola, apenas uma cooperativa atendeu ao chamamento, que foi a Cooperativa Agrícola de Cotia. As demais não se mostraram interessadas.

A FOSFÉRTIL foi a primeira dessas empresas a ser privatizada dentro dessa filosofia. A empresa que ao longo de dez anos apresentava prejuízos de aproximadamente 150 milhões de dólares, tenho muita satisfação em dizer que, ao final desse primeiro ano de gestão, estará apresentando resultados positivos.

Esse fato ocorreu dentro de uma circunstância interessantíssima, porque tivemos necessidade de fazer com que os preços dos nossos produtos tivessem uma redução real em dólar de 30% nesse período. Então, reduzindo os preços dos produtos na faixa de 25 a até 30% em termos reais, tivemos condições de fazer com que essa empresa viesse a ter resultados positivos - uma comprovação cabal da nossa filosofia, de sermos competitivos no mercado internacional.

A redução de preços que implantamos no mercado é simplesmente para fazer com que a empresa tivesse condições de ser competitiva no mercado internacional, não permitindo as importações, e o resultado concreto disso foi que os níveis de produção da empresa aumentaram de forma expressiva e os seus níveis de eficiência estão batendo todos os recordes.

Uma prova contundente do impacto do desenvolvimento dessa empresa. Farei uso das palavras do Prefeito de Uberaba, que, há alguns dias, numa manifestação pública, dizia que a privatização da FOSFÉRTIL representou para Uberaba o mesmo que representaria a instalação de quarenta médias empresas no Município. Reduzir preços e fazer com que uma empresa, que durante dez anos produziu resultados negativos de 150 milhões de dólares, se transformasse no primeiro ano de atividade num negócio rentável é fruto de um esforço incomensurável de redução de custos; redução essa que, como eu disse, foi repassada aos consumidores finais.

Poderemos obviamente voltar a comentar detalhes sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Passo a palavra ao Senador Amir Lando para as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. Membros, Sr. Depoente:

O senhor falou que esse consórcio é representado pelas sete maiores empresas; um grupo de aproximadamente vinte delas participa desse consórcio. Eu gostaria de saber objetivamente quem participa do consórcio.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Muito bem, as sete principais empresas são: Manah, Iap*, Solorrico*, Fertibras*, Fertusa, Takenaka* e Cotia.

Em relação as outras, lembro-me da Fertipar. Enfim, há uma infinidade, e posso perfeitamente encaminhá-las para a Comissão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Que instrumento jurídico formalizou esse consórcio?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Na realidade, o que temos é a constituição de uma holding. As empresas adquiriram isoladamente as ações, cada uma adquiriu determinada quantidade, e, após, resolveram constituir-la. Portanto, a holding - a chamada FERTIFOS - foi criada após a aquisição das ações por cada empresa individualmente, ou seja, foi juridicamente constituída.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, a FERTIFOS vem após a aquisição?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Exatamente!

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Foi por isso que houve um mal-entendido, porque, quando se buscava os instrumentos legais da FERTIFOS, só havia o nome em certo momento.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Sr. Senador, se V. Exª me permitir, posso dar uma explicação sucinta sobre isso.

Pelo mecanismo de leilão, para evitar que cada um dê uma ordem diferente na operação do leilão em si, cria-se no mecanismo de bolsa uma figura, o consórcio, que não é uma figura jurídica, é um nome de fantasia se quisermos assim. Na realidade, a intenção é agregar as ordens de compra de tal forma que essas ordens sejam executadas conjuntamente.

Então, o consórcio é uma figura criada simplesmente para concretizar a operação de bolsa em si. Usamos o mesmo nome, digamos, de "fantasia" do consórcio na constituição da holding.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando foi constituída essa holding?

O SR. WLADIMIR PUGINA - O leilão foi em agosto...Essa holding foi constituída talvez um mês depois, em setembro de 1992.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Apenas para ficar registrado, porque houve uma certa confusão, o senhor poderia nos mandar a cópia dos contratos sociais e de registro?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Perfeitamente, eu os mandarei.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Houve algumas dúvidas em torno desse ponto e fizemos uma afirmação que de certa forma foi contrastada. Não me lembro por quem, mas por alguém do grupo. Então me parece que naquele momento eu tinha razão, pois à época não existia ainda a empresa juridicamente constituída, existia apenas esse nome.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não sei quando o senhor fez a afirmação, mas dependendo da época pode ter acontecido. Se foi após o leilão, talvez fosse o caso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Foi imediatamente após.

Com que percentual de financiamento o consórcio adquiriu as empresas privatizadas? Em outras palavras, o consórcio buscou dinheiro no mercado? Em caso afirmativo, onde?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Muito bem. No caso da FOSFÉRTIL, o valor da operação representou para o nosso consórcio 126 milhões de dólares, o consórcio FERTIFOS despendeu 126 milhões de dólares na aquisição. Eu diria que a parte de recursos próprios foi uma parte minúscula, insignificante - cerca de 2% ou 3% se tanto -, sendo que a parte expressiva foram recursos financiados pelo BNDES, dentro das regras estipuladas pela sua Diretoria.

No caso da segunda empresa, a GOÍÁSFÉRTIL, o montante despendido foi de aproximadamente 12 milhões de dólares e esta operação foi financiada em parte com recursos do BANESPA e parte do BNDES.

Para a outra empresa, a ULTRAFÉRTIL, o valor despendido foi de aproximadamente 200 milhões de dólares e os recursos utilizados provêm de financiamento do BNDES. Sendo que, de recursos próprios, foram investidos 40 milhões de dólares. Ou seja, 60 milhões financiados, 40 milhões de dólares de recursos próprios, provenientes do capital de giro do próprio Grupo, obtido nas fontes normais de captação da empresa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor é vinculado a qual das empresas do consórcio?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Sou vice-presidente da FERTIBRÁS.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sim, mas oriundo de que empresa do setor? O senhor é oriundo de alguma empresa do setor?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Da FERTIBRÁS, que é uma das sócias da empresa holding. Ocupo hoje a vice-presidência do conselho de administração de todas as empresas componentes do grupo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - De qualquer sorte, gostaria de saber o que existia em termos de indústria de fertilizante, não misturadoras, mas indústrias de fertilizantes no País fora do setor público?

O SR. WLADIMIR PUGINA - O que se entende por indústria de fertilizantes? Na verdade, a indústria de fertilizantes vai desde a análise de uma rocha, o primeiro processamento de gás, à produção de algumas matérias-primas intermediárias e finalmente o processo de mistura.

Dentro da classificação tradicional, temos três níveis: as empresas produtoras de matérias-primas em si, que estavam basicamente nas mãos do Estado e tínhamos algumas empresas privadas, por exemplo, o Grupo Brasil-Serrana, o Grupo COPEBRÁS, produtoras de matérias-primas básicas.

O segundo segmento é composto por empresas que chamamos semi-integradas, que produzem alguns dos produtos intermediários, como o próprio nome diz, que são matérias-primas para a fabricação do NPK. Então, na realidade, temos 3 segmentos. Na primeira parte, a participação do Estado era expressiva; no segundo segmento, participavam só empresas privadas; e, finalmente, no último segmento, também, só empresas privadas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Evidentemente, o senhor também acompanhou a discussão que se fez em torno da ULTRAFÉRTIL. Inclusive esta Comissão teve oportunidade de apresentar pontos de discordância quanto à avaliação do preço mínimo.

Obviamente, pelo seu currículo, o senhor detém todos os títulos para a análise financeira, sendo até graduado em Michigan.

Como o senhor avalia, agora não como empresário, mas como técnico, essa metodologia empregada na fixação do preço mínimo? O senhor venderia suas empresas por essa avaliação?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Primeiramente, permita-me respondê-lo como empresário e, em seguida, responderei de acordo com a segunda abordagem.

Como empresário, adotamos uma postura durante todo esse período de que não nos cabia entrar no mérito do processo de avaliação. Éramos compradores e, como tais, restava-nos a decisão, se fosse adequado o preço, de comprar, caso contrário, de não comprar.

Tínhamos, obviamente, todas as nossas avaliações para definir nosso ponto de limite e chegarmos a esse valor desejado. Então, não era de nossa competência entrar no mérito, se estava certo, se era adequado, se duas ou três avaliações, quantas avaliações fossem necessárias; quer dizer, nossa postura era a de mercado; se fosse interessante para nós, sim, em outro caso, não.

E isso foi comprovado na prática. No caso da FOSFERTIL, o Grupo resolveu pagar um ágio de quase 30% sobre o valor mínimo. Na realidade, na mecânica do leilão, para o controle acionário, chegamos a pagar um ágio de 40%; depois, a segunda parte do lote, que não representava o controle acionário, não houve ágio algum. Então, acabamos pagando um ágio médio de 27% a 30%. Assim, uma prova contundente seria a seguinte: no caso de julgarmos interessante, simplesmente pagamos o ágio.

Num outro exemplo, no caso da GOÍASFERTIL, quando o Governo colocou essa empresa à venda, pelo preço pedido, simplesmente não nos interessou, e o leilão não se realizou. Meses depois, quando o Governo reconsiderou preço, achamos que o novo preço era atrativo e a adquirimos a empresa.

No caso da ULTRAFERTIL, ocorreu a mesma coisa, um preço de US\$ 207 milhões de dólares, a nosso ver, como empresário, era elevado. Mas, por razões estratégicas, julgamos que fosse importante, tanto que a adquirimos.

Quanto à sua segunda pergunta, enfim, é difícil confundir, ou seja, a pessoa tirar um chapéu e pôr outro...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o senhor responda, neste particular. Se o senhor achar que não deva responder...

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não, com muita tranquilidade, porque tenho uma vida acadêmica construída em cima disso. Sou Professor Titular de Finanças da Fundação Getúlio Vargas, que é uma escola de algum prestígio. Não me omitiria num assunto como esse.

Eu diria o seguinte: há 25 anos, ensino exatamente isso. Não existe nenhuma outra regra de determinação de valor que não seja o de fluxo de caixa descontado. Quer dizer, essa figura de quanto se investiu, ou quanto vale, é o teste de mercado, é o mercado que diz. E, nas avaliações que internamente fizemos, utilizamos essa metodologia de fluxo de caixa descontado. Agora, perfeição do fluxo de caixa, o seu grau de sofisticação, definição de taxa requerida de retorno, isso é uma opção de quem vai tomar a decisão, mas a técnica é absolutamente impecável. Não foi por outra razão que o Tribunal de Contas acabou aprovando também

O SR. PAULO RAMOS - Permita-me um aparte, Senador.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com todo o prazer.

Mas quanto a essa questão do Tribunal de Contas, esse é outro departamento.

O SR. PAULO RAMOS - Sempre chegamos ao mesmo ponto com vários depoentes, quando é invocado o mercado para fixação do preço. Gostaria de saber do depoente se ele entende que o Governo foi irresponsável ou perdulário, na medida em que em relação às moedas de privatização ele não obedeceu ao mercado, isto é, ele obedeceu ao mercado para fixação do preço, mas não obedeceu ao mercado para o recebimento das moedas que comprariam as empresas.

Qual é a sua visão como Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, essa Cadeira importante a que o senhor se referiu?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Diria primeiramente que adquirimos a empresa em moeda corrente. Se houve ganho diferencial em relação ao mercado, na realidade esse ganho não nos diz respeito, porque adquirimos todas as empresas em moeda corrente.

Quanto ao mecanismo de valor de moeda, não adequadamente colocada como moeda podre, a minha opinião é a de que isso é absolutamente adequado e correto. É o mercado que indica isso. Temos o título da dívida pública brasileira definido desta forma. Por que aqui seria diferente? Essa é a minha visão pessoal.

O SR. PAULO RAMOS - Acho que não fui bem compreendido. Não estamos só investigando as privatizações das quais o seu grupo participou. Essa investigação envolve o Programa Nacional da Desestatização.

O que V. S.^a pensa do fato de o Governo tomar a decisão de fixar o preço das empresas pelo valor de mercado e aceitar o pagamento através de moedas, sem observância do valor de mercado dessas moedas?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Acho que é uma decisão política e governamental.

O SR. PAULO RAMOS - O Governo recebeu as moedas da privatização pelo valor de face, quando o valor de mercado dessas moedas é bem inferior ao valor de face. Mas, na hora de fixar o preço das empresas, o Governo obedeceu ao mercado.

O atual Ministro do Planejamento, em uma reunião ocorrida no Ministério, quando ele era Vice-Presidente do BNDES, disse claramente que, para Volta Redonda, se fosse fixado o preço real, ela não teria comprador. Isso foi dito textualmente por ele na presença de inúmeras pessoas.

Então eu gostaria de V. S.^a, como professor, se existe coerência nessa decisão política de aceitar uma moeda...

O SR. WLADIMIR PUGINA - V. Ex.^a que saber a minha opinião?

O SR. PAULO RAMOS - Exatamente. Pergunto se, na ocasião da venda, o preço a ser fixado é o de mercado.

O SR. WLADIMIR PUGINA - A meu ver, existe coerência nisso, porque, na realidade, o que está sendo reduzido, nesse caso, é a dívida interna. Efetivamente é isso que está acontecendo: o Governo está dependendo do processo de redução do seu estoque de...

O SR. PAULO RAMOS - O que se reduziria muito mais se fosse pelo preço de mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nessa linha, eu gostaria de saber o que o senhor acha da taxa de risco Brasil, aplicada, evidentemente, na taxa de desconto do fluxo de caixa. Inclusive aplicado no caso específico da ULTRAFERTIL.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Senador, volto a insistir: a metodologia é boa, a taxa de desconto é taxa de retorno que alguém deseja, e é fixada pelo mercado, quer dizer, o mercado está dizendo, hoje, qual é a taxa de retorno que o Governo está pagando pelos títulos públicos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E o risco Brasil?

O SR. WLADIMIR PUGINA - É uma terminologia, e quem a usou, deve explicá-la. Certo? Quem a usou tem que explicar o que significa isso efetivamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Tenho recebido algumas reclamações de agricultores e técnicos da área, agrônomos e outros, de que os fertilizantes - isso contrasta com a afirmação de V. S^a - subiram, em termos de dólar, 30% em relação ao ano passado. Isso é verdade? Quais as razões?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Primeiramente, temos que fazer uma distinção entre preço de matérias-primas e preço ao consumidor final. A minha afirmação foi de que os preços das matérias-primas foram reduzidos, no caso da FOSFERTIL, na faixa de 27% a 30%. Então, de fato isso aconteceu. No caso da ULTRAFERTIL, que adquirimos há poucos meses, os preços, em termos reais, já foram reduzidos de aproximadamente 10% reais.

A sua pergunta em termos de mercado de produto final. Senador, eu gostaria de passar às suas mãos um estudo feito pelo Sindicato de Adubos de São Paulo, que mostra a evolução dos preços pagos pelos agricultores. Esse estudo, feito de janeiro de 1989 a julho 1993, mostra a relação dos preços pagos pelos agricultores, em que se observa, na realidade, alguma recuperação nesse processo, na medida em que nos aproximamos da safra. Portanto, em termos reais, os agricultores do Brasil estão pagando preços com reduções expressivas. Aqui está a demonstração disso.

Em segundo lugar, se V. Ex^a me permitir estender mais, é importante observar as relações, que chamamos relações de troca, quanto de fertilizantes trocam-se por produtos agrícolas. Essa relação é altamente favorável aos agricultores brasileiros no momento, tendo em vista que os fertilizantes em si tiveram uma redução e que os preços dos produtos agrícolas tiveram uma recuperação. E a prova contundente da racionalidade econômica é que o agricultores estão comprando muitos fertilizantes. Acabei de afirmar aqui que, até julho, nossos fertilizantes consumidos...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Estou acompanhando. Evidentemente V. S^a sabe que, hoje, por exemplo, há uma grande expectativa com relação a soja, em razão de o preço, no mercado interno, ser de 15 dólares por saco de 60 quilos. É difícil manter-se esse preço de 15 dólares, essa é uma situação que me parece extravagante porque a média não seria essa.

Mas o grande estímulo ao plantio e o aumento de giro talvez na área de agricultável deram-se em função dessa expectativa no mercado internacional.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Eu diria a conjugação dos dois fatores.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não sei se é o fertilizante.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não. É a conjugação. Passo às suas mãos esse trabalho encaminhado ao Governo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. S^a quer afirmar o fato de ser privatizado, de ser levantada uma questão de monopólio, etc. Isso não tem nada a ver com...?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não, em hipótese nenhuma. Poderia até, se o V. Ex^a me permitir, comentar sobre assunto.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria de ouvi-lo.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Concluindo, os preços absolutos de fertilizantes estão tendo uma queda apreciável como matéria-prima e para o consumidor final; as relações de troca são altamente favoráveis aos agricultores.

Sua indagação sobre a existência de um grupo controlador, e se ele, de alguma forma, estaria exercendo algum controle sobre o mercado.

Eu elencaria alguns argumentos. Primeiro, esse grupo de empresas controla, aproximadamente, 35% do mercado brasileiro. Não existe monopólio ou oligopólio com 35% do controle de mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - De matérias-primas?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Do mercado consumidor final. E é esse que conta.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas, e o mercado das matérias-primas?

O SR. WLADIMIR PUGINA - De matérias-primas, posso lhe dar os números também.

Segundo, o mercado final de fertilizantes no Brasil é atendido por cerca de 300 empresas, microempresas, médias pequenas, e as maiores não chegam a ter uma participação no controle de mercado superior a 9% ou 10%.

Terceiro, o mais importante, o grande fator de equilíbrio no mercado são as importações. As tarifas para importação dos fertilizantes foram drasticamente reduzidas. Tivemos, há alguns anos, tarifas de 30% a 45%. Hoje, as tarifas vigentes no mercado são as mais baixas possíveis. A tarifa mais alta é de 10%, indicando que o melhor balizador de preços, indiscutivelmente, é o próprio mercado internacional.

Então, a conjugação de um número grande de empresas ofertando produtos aos agricultores, sem uma participação expressiva de qualquer delas, com o mercado internacional, que é o grande balizador, as tarifas são as mais baixas possíveis. Esses são os indicadores para a segurança do nosso agricultor. Esses são os fatores relevantes, e a prova concreta, Senador, está aqui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Na produção de matérias-primas, quem, além desse grupo, fabrica no Brasil?

O SR. WLADIMIR PUGINA - No caso de produtos fosfatados, a FOSFÉRTIL representa aproximadamente 38% do mercado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O resto é importação?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Temos empresas nacionais de grupo - e eu acentuaria o seguinte - e concorrendo conosco tem grupos da expressão do BungeBorn? que é o grupo da QUIMBRASIL, o Grupo IPIRANGA SERRANA; temos o grupo da ANGLO-AMÉRICA via COPEBRAS. As maiores empresas do setor de fertilizantes não participam do nosso grupo.

A maior empresa brasileira no mercado de fertilizantes é a empresa TREVO, do Rio Grande do Sul, que não faz parte do nosso grupo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas ela importa?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Ela importa uma parte e é cliente nossa. Então, no mercado de fertilizantes, a importação é um grande instrumento regulador, e importa-se ativamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Em outras palavras, eu gostaria de simplificar. A importação responde por quanto? Por 65%?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não. Eu diria, hoje, importa-se aproximadamente 30% do que é consumido no País. Só cloreto de potássio representa, digamos, 25%. O Brasil importa, no mínimo, uns 30% em fertilizantes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É evidente que isso nós vamos ter que reduzir. A importação de fosfatados também é em torno de 30%?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não. Eu precisaria checar essas estatísticas de uma forma adequada; mas, na realidade, a grande produção de fosfatados é nacional, e o grupo participa com cerca de 38% a 40% no total da produção. Há um grupo grande de outras empresas que fabricam esses fosfatos, como IPIRANGA SERRANA, e a COOPEBRAS, que são empresas de expressão.

No caso de nitrogenados a situação é diferente. A ULTRAFÉRTIL responde pela produção nacional de aproximadamente 44% da amônia, 37% da uréia. Isso é só a ULTRAFÉRTIL, porque na realidade as outras não... Trinta e sete por cento da uréia, sendo que, no caso de nitrocálcio, nitrato, a participação da ULTRAFÉRTIL na produção nacional desses produtos é de 100%, já que ela é a única produtora.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. S^a teria dados, para fornecer à CPI, de como se comportou, em termos reais - agora já vou falar no produto final -, o preço dos fertilizantes nos últimos anos, em especial no último ano agrícola?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Sim, tenho esses dados disponíveis aqui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, sobre isso V. S^a não precisa responder, pois de certa forma já está respondido.

O que há de concreto é essa reclamação. E quanto a isso, nós acabamos nos desviando daquela pergunta, em termos reais, em dólar, é evidente que algum acréscimo deveria haver. A referência ao dólar implica um juro real também. De qualquer sorte, esse aumento de 30% do produto final, para o agricultor, V. S^a não tem esse dado, mas é um dado que...

O SR. WLADIMIR PUGINA - Senador, não é verdadeiro esse número. Pode ser verdadeiro para um agricultor, numa determinada região, num caso isolado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essencialmente aqui nessa região, vamos dizer, do Entorno de Brasília.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Pode existir um caso isolado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não é um caso isolado, eu estou falando no geral.

O SR. WLADIMIR PUGINA - O que eu tenho aqui à sua disposição...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não chega a esse valor?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não, sob hipótese alguma. Pelo contrário. Nós temos uma redução de preço. As vésperas da safra, é até natural um produto cíclico, onde 70% do consumo se dá...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essa relação com a produção de soja hoje, a US\$ 15 a saca, evidentemente que é uma relação fictícia e não se manterá por muito tempo, sobretudo na hora da colheita, porque na entressafra sempre se faz essa relação - na entressafra, é evidente que o produto sobe muito, o que interessa é na hora da colheita.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Senador, eu me refiro a preço absoluto, o preço do fertilizante em si e também ao preço relativo a que V. Ex^a faz referência. Nos dois sentidos a relação é altamente favorável ao agricultor.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. S^a tem esses dados aqui?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Tenho esses dados aqui.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vamos depois estudar isso com mais vagar.

A privatização da ULTRAFERTIL, GOIASFERTIL, FOSFÉRTIL, não seria, na prática, a derrubada das últimas barreiras para que a iniciativa privada possa praticar o preço que antes poderia ser regulado pelo Governo através de produção própria? O Governo não tem controle nenhum sobre esses preços, porque se fala no compromisso?

Realmente, somos um país agrícola. O cerrado, por exemplo, para ter competitividade agrícola, numa relação absoluta, em termos de mercado internacional, dificilmente poderá sobreviver com o preço dos fertilizantes lá em cima, já que requer muito adubo e a produtividade é relativamente baixa, se comparada com o Paraná, o Rio Grande do Sul e até com Mato Grosso do Sul, etc. Como o Brasil poderia sustentar uma política de ocupação dessas regiões? Subsidiando?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Senador, entendo que a agricultura moderna não fala em subsídio. Nenhuma entidade da agricultura moderna fala em subsídio, a despeito de nós concorrermos num mercado internacional onde subsídio é a palavra de ordem. Só na Europa são 120 bilhões de dólares por ano em subsídio.

Há alguns dias eu participava no Banco Mundial falando sobre esse setor, há menos de uma semana, e um técnico do Banco Mundial jocosamente dizia que talvez uma divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que os países subdesenvolvidos taxam sua agricultura e os países desenvolvidos alocam recursos maciços de subsídios à sua agricultura. É uma tremenda contradição, mas que, infelizmente, é uma grande realidade. O GATT não evolui por causa disso. O fato curioso é que, na Comunidade Comum Européia, os países conseguem se acertar em termos de moeda, se acertar em termos de defesa, e não se acertam em termos de política agrícola. Essa, infelizmente, é uma grande realidade.

O SR. RELATOR (AMIR LANDO) - Mas, então como é que o senhor vê a superação desse problema? O senhor mesmo afirma, e é um dado que todos conhecem, que a Alemanha subsidia a agricultura, a Itália, etc, e por que no Brasil não se pode subsidiar?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Eu penso, Senador, que a questão é meio filosófica. Volto a dizer - também sou agricultor e participo de uma série de entidades ligadas à agricultura - que a agricultura moderna não fala em subsídios. O que a agricultura moderna exige é uma política agrícola coerente, que tenha começo, meio e fim e, principalmente, que não seja perseguida, porque no Brasil nós persegumos o agricultor taxando. Aquela frase que já famosa no Brasil, que nós importamos subsídios e exportamos impostos é uma grande realidade. O ICM sobre produtos agrícolas é um grande entrave no desenvolvimento da agricultura.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Devo dizer ao senhor - agora é evidente que isso foge das minhas investigações, das investigações próprias da CPI - que essa modernidade na agricultura que o senhor alega é um pouco ficta, e não vejo como fugir totalmente dessa idéia de subsídio na agricultura, até pelas vicissitudes ambientais, climáticas, os riscos, etc. É uma situação que realmente me preocupa. Eu acredito que o Brasil ainda necessita, sobretudo para ocupar esses vazios do território, de algum subsídio, de algum incentivo para que se possa realmente ocupar o território brasileiro. Isso é um detalhe que não vamos discutir. Já ouvi sua opinião.

Nessa mesma linha, o senhor acha compatível uma política agressiva de alimentos e de combate à fome com os preços de insumos agrícolas praticados no mercado? O senhor mesmo nos deu um dado importante: estamos produzindo hoje 70 milhões de toneladas e ainda exportamos, porque o povo passa fome. Se o povo realmente se alimentasse condignamente, nós teríamos, parece-me, não sobras, mas até carência. Acontece que o povo não come e exporta-se. Produz-se 70 milhões de toneladas, isso numa safra recorde, e além do mais grande parte perdida num desperdício criminoso. Mas, de qualquer sorte, essa é a realidade brasileira, não há como fugir dela. Como darmos esse grande salto dentro dessa pergunta que fiz, se essa compatibilidade não é uma política agressiva, como o senhor também falou; e o imposto dos insumos agrícolas praticados no mercado.

De certa forma, a sua resposta já vem embutida na anterior.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Há dois meses tive a oportunidade de apresentar um documento sobre fertilizantes e produção de alimentos no qual esse assunto é explorado dentro até dessas preocupações de como eliminar a fome no Brasil, um documento que passo às suas mãos e que explora em detalhes de como o setor de fertilizantes pode contribuir com este processo.

Dependendo de uma política governamental coerente, temos condições de ter ganhos de produtividade fantásticos. E volto a frisar: precisamos ter produtividade. Nem estou falando de fertilizantes. Se estamos consumindo apenas uma tonelada de calcário no lugar de quatro toneladas de calcário, isso tem um poder de multiplicação de resultados na agricultura fantástico, e, na realidade, não existe nenhum grande programa de estímulo ao consumo de calcário.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Isso vai cair no subsídio, de certa forma.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não é subsídio, na realidade; é criar mecanismo até de financiamento.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A essas taxas de mercado?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Senador, veja que se hoje até as taxas de crédito rural tivessem definidas linhas de financiamento, onde calcário é um insumo que é um investimento e, portanto, pode ser pago em três ou quatro anos, teríamos atendido ao grande pleito do setor de calcário.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com a TR cheia, mais juros de 12% ao ano?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Senador, concordo plenamente que os juros são estapafúrdios para a agricultura, porque são altos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É melhor comprar uma empresa estatal, o senhor não acha? (Risos)

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não acho.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Pelo menos os juros são de 6% ao ano.

O SR. WLADIMIR PUGINA - É o crédito rural é de 9% em alguns casos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas a maioria está em torno de 12,5%.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Voltando à colocação de V.Ex^a, temos uma tese que mostra que poderíamos ter ganhos fabulosos na produtividade agrícola se tivéssemos um consumo maior de nitrogenados. Nós deveríamos estar tecnicamente consumindo três vezes mais nitrogênio do que atualmente, com um ganho fabuloso em termos de produtividade. É só olhar a experiência de outros países. O Brasil é a única exceção nesse caso, aliás, incompreensível porque temos um consumo de nitrogenados tão baixo.

Então, temos condições de produzir alimentos em volume e em custos mais baixos, aumentando a produtividade agrícola, e o setor de fertilizantes pode dar uma contribuição expressiva.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Isso é importante. Acho que esse Brasil precisa a parceria de todos, se não será impossível vencer os grandes desafios que estão aí, sobretudo nessa área de produção de alimentos, onde a fome parece que é uma moléstia social que pode corroer as instituições democráticas e este País.

Como está a saúde financeira dos concorrentes do consórcio? Não sei se procede, mas a Trevo estaria parando as suas atividades.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não posso falar por nenhum concorrente, mas posso quase assegurar que, pelo que de vivência temos no setor, não tem o menor fundamento.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Deve ser algum adversário ou concorrente. (Risos)

O SR. WLADIMIR PUGINA - Então, eu diria que não existe o menor fundamento. A Trevo é a maior empresa do setor e continua tendo uma participação muito ativa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Penso que a sua resposta está satisfatória.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Na realidade, alguém que esteja avaliando um resultado semestral. O resultado das empresas do setor de fertilizantes no semestre, normalmente são negativos...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A informação que tenho nessa área, pela minha ligação com esses setores da produção agrícola, do entorno, a informação que tenho é que não estaria mais aceitando qualquer fornecedor. Mas isso não importa, fica apenas o registro.

Se o senhor fosse responsável pelos destinos de um país eminentemente agrícola com 38 milhões de famintos, consideraria o setor da produção de fertilizantes estratégico, ou de segurança nacional, ou coisa alguma?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Considero o setor de fertilizantes um setor importantíssimo, junto com um elenco de uma infinidade de outros setores, de todos os insumos agrícolas: de sementes, de calcário, de defensivos, de transportes, de comercialização. São todos esses, para mencionar alguns, que estão envolvidos no processo de produção, distribuição e finalmente o atendimento do consumidor final.

Então, vejo o setor de fertilizantes muito importante.

Com relação ao termo estratégico, entram conotações até quase que subjetivas. Eu considero o setor estratégico extremamente relevante, junto com esse elenco de outros insumos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quantas demissões foram feitas?

O SR. WLADIMIR PUGINA - FOSFÉRTIL, cerca de 600 funcionários; a nível de GOLASFÉRTIL, cerca de 300 funcionários. num universo de 700 funcionários; e a nível de ULTRAFÉRTIL não foi feito nada expressivo, alguns certamente, dentro de um rodízio, mas não houve nenhum impacto expressivo.

Aliás, eu gostaria de fornecer um dado muito interessante, pois a ULTRAFÉRTIL foi uma empresa bastante questionada, foi objeto de muitas indagações, muitas discussões, polêmicas, etc, e a reação dos funcionários, especificamente de Araucária, foi muito grande, e contra, chegando até ao ponto deles terem tomado uma atitude de greve para impedir o processo de privatização. Tenho muita satisfação de dizer, após a privatização, que a Araucária está batendo recordes históricos de produção. No último mês a unidade atingiu o nível mais alto de produção de toda a sua história.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É verdade que na FOSFÉRTIL foram afastados 32 dirigentes sindicais sob a alegação de justa causa?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Foram afastados dirigentes sindicais, não sei, não sou executivo da empresa. Os dirigentes sindicais foram afastados porque, dentro dos mecanismos jurídicos pertinentes, isso era possível ser feito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quanto o consórcio já investiu nas empresas privatizadas após o leilão?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Nós temos um programa de investimento para os próximos dois anos, de aproximadamente 40 a 50 milhões de dólares nas três empresas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E até agora?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Até agora foram de 10 a 15 milhões de dólares. Havia os processos que estavam em curso e que demos continuidade, mas o programa de investimento foi mantido.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essas empresas, a começar pela FOSFÉRTIL, tinha um programa especial já de investimento em curso quando foi privatizada?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Todas as empresas, digamos, desse porte normalmente têm um programa de investimento, às vezes anual, às vezes plurianual, e a FOSFÉRTIL possuía isso. Todos os programas foram mantidos e alguns ampliados.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essas empresas o senhor classificaria como modernas, compatíveis com a competitividade do mercado internacional, do ponto de vista da sua estrutura e dos seus investimentos já realizados antes da privatização?

O SR. WLADIMIR PUGINA - São empresas que consideramos atualizadas. Tão logo nós privatizamos essas empresas, contratamos uma empresa de consultorias internacionais para fazer uma avaliação de todas as empresas. A FOSFÉRTIL foi considerada uma empresa atualizada em termos de tecnologia, com padrões internacionais. A despeito de trabalhar com uma rocha muito pobre, característica típica da rocha brasileira, é considerada uma empresa moderna e eficiente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O nível de investimento dos últimos anos dessas empresas tinha sido elevado, ou já estava defasado?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Eu diria que, a bem da verdade, encontramos as unidades da FOSFÉRTIL e da ULTRAFÉRTIL, empresas muito bem mantidas. A PETROFÉRTIL é uma empresa conhecida por padrões de eficiência industrial e, portanto, são empresas com um padrão de eficiência de manutenção e de tecnologia bastante elevadas.

No caso da ULTRAFÉRTIL, existem alguns produtos que são absolutamente antieconômicos. Já tivemos um processo de produção interrompido por muitos anos, e sobre isso não tomamos nenhuma decisão. A PETROFÉRTIL sabia disso e demos continuidade à produção para não afetar a parte agrícola em curso. Mas esta é uma área que estaremos reavaliando, no caso específico de nitrocálcio, que é um produto oneroso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer, e peço a V.Ex.^a a permissão para retirar-me, já que estamos numa reunião do PMDB, discutindo assuntos de relevância.

O SR. PEDRO VALADARES - Todas as bancadas estão se reunindo. Eu também tenho reunião e estou desesperado para fazer minhas perguntas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, vou retirar-me para que V.Ex.^a as faça.

O SR. PEDRO VALADARES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Convido o Deputado Pedro Valadares para servir de Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Deputado Paulo Ramos. V.Ex.^a dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros desta CPI, caro depoente, chegou ao conhecimento desta Comissão que houve articulações entre o Sr. Guilherme de Filipi, então Diretor da PETROFÉRTIL, o Sr. Ricardo Viana, então Diretor do BNDES, o Sr. Sérgio Zendron e o depoente para manipular dados, inclusive nos processos de avaliação da FOSFÉRTIL, ULTRAFÉRTIL e GOIASFÉRTIL. Fez parte dessa articulação, também, a transferência do Sr. Guilherme para a diretoria da FOSFÉRTIL para uma espécie de facilitação desse acordo. É verdadeiro este fato? O que o senhor tem a dizer a respeito?

O SR. WLADIMIR PUGINA - É absolutamente infundado esse fato. Aliás, o Sr. Filipi é um funcionário de carreira do sistema PETROFÉRTIL há 20 ou 30 anos, e já era Diretor da GOIASFÉRTIL. É um funcionário muito eficiente, tanto que foi mantido na posição. Obviamente ele era o principal responsável pela empresa, - a FOSFÉRTIL - e desceu no nível hierárquico, na medida em que um executivo do grupo assumiu a superintendência. Portanto, o Sr. de Filipi já era funcionário do Sistema PETROFÉRTIL, e continua pela sua eficiência. Essa argumentação é totalmente infundada.

O SR. PAULO RAMOS - A administração do Sr. Guilherme de Filipi não foi tão tranqüila assim, à frente da ULTRAFÉRTIL. O senhor conhece a auditoria que foi feita em relação à sua administração?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Conheço-o apenas pela imprensa e comentários a esse respeito.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*

Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loza Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CFP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HONORÁRIO 400 PÁGINAS

O SR. PAULO RAMOS - O senhor ouviu comentários através da imprensa?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Somente através da imprensa.

O SR. PAULO RAMOS - Não houve nenhum interesse do grupo em conhecer a verdade a respeito da auditoria que foi feita?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Devo dizer que o Sr. de Filipi é um funcionário que nós consideramos, tecnicamente, competente, tanto é que o mantivemos como um diretor técnico da FOSFÉRTIL.

O SR. PAULO RAMOS - Mas o senhor não procurou ter acesso à auditoria que foi feita na sua gestão?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não tivemos acesso à auditoria.

Já que sou nominado aí, digo categoricamente que não tive acesso à auditoria. Conheço pela imprensa.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, vou encaminhar requerimento, solicitando cópia dessa auditoria da administração do Sr. Guilherme de Filipi à frente da ULTRAFÉRTIL. V.S.^a tem conhecimento... (Falha na gravação)

O SR. WLADIMIR PUGINA - Sim. Parte das ações foram já efetivamente transferidas, e parte está pendente dessa liminar.

O SR. PAULO RAMOS - Houve acatamento à decisão da justiça?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não há como não acatar, porque as ações não foram efetivamente transferidas.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor pode nos informar quem lhe deu a informação de que a PETROBRAS considera o setor de fertilizantes um corpo estranho?

O SR. WLADIMIR PUGINA - É minha opinião, pelo que eu conheço de conversas com altos executivos, ao longo de 20 ou 30 anos que milito no setor, que a PETROBRAS, na realidade, recebeu o encargo de administrar essas atividades, e fez disso a sua melhor competência. Essa é a minha opinião pessoal: que a PETROBRAS, estrategicamente, não tinha nenhuma razão para ficar com isso.

O SR. PAULO RAMOS - Vou reiterar uma indagação que fiz quando aparteei o Senador Amir Lando sobre a questão das moedas que ficaram adjetivadas como moedas podres. O senhor realmente entende que o governo teria dever moral, já que os títulos foram emitidos por ele e eram inerentes à dívida pública interna, de receber esses títulos?

O SR. WLADIMIR PUGINA - O Governo deveria pagar as dívidas contraídas, e essa é a minha visão; deve pagar, quer à pessoa física, empresa ou governo.

O SR. PAULO RAMOS - O Ministro do Planejamento Alexis Stepanenko, quando do confronto que resultou na demissão do Sr. Delben Leite da Presidência do BNDES, falou a respeito de tráfico de moedas podres, deixando de lado a concepção sobre a adjetivação das moedas. O que está comprovado é que os titulares das moedas beneficiaram-se previamente de informações privilegiadas, isto é, tomaram conhecimento prévio de que as moedas seriam aceitas por um determinado valor para as privatizações, e compraram grandes volumes dessa moeda. Como é que o senhor vê isso, pelo menos pelo aspecto ético?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Se existe uma informação privilegiada, efetivamente existe um componente ético questionável. Seja a nível de informação desse tipo ou de uma operação de mercado de capitais, porque toda e qualquer informação privilegiada é algo questionável.

O SR. PAULO RAMOS - Há um senhor, se não me engano, de nome Walter Arantes, que vendeu 28 propriedades, antes do início do programa nacional de desestatização e comprou tudo em TDA. Agora, ele participa da USÍMINAS e do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, com pequena porcentagem.

O senhor, como um profissional desse ramo, entendendo de economia, de finanças, venderia as suas propriedades para comprar TDA, se não tivesse a informação de que elas valeriam para o Programa Nacional de Desestatização? Como o senhor vê isso? É motivo, pelo menos, de suspeição que uma pessoa houvesse comprado TDA, exatamente no período que antecedeu as privatizações? Qual é a sua visão sobre isso?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Nem sequer conheço essa pessoa que V.E.^x está citando.

O SR. PAULO RAMOS - Vamos tratar em termos de hipóteses.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Apenas volto a insistir: se existe uma comprovação de informação privilegiada, pois é algo questionável do ponto de vista ético. Mas que pessoas especulem no mercado de moedas, faz parte do mercado acionário.

Hoje li que, no exterior, um investidor americano comprou um bilhão de dólares de títulos brasileiros e essa pessoa física está sendo um entrave no processo do acerto da dívida brasileira - notícia da *Gazeta Mercantil* - não sei da veracidade disso. Isso porque impõe determinadas condições. Prova qual a pessoa que investiria um bilhão de dólares em títulos da dívida brasileira. Investidores, especuladores existem. Dentro das regras conhecidas do mercado, não existe nada de errado. Agora, se existe uma informação privilegiada, a história é diferente, concordo com V. Ex.^a.

O SR. PAULO RAMOS - Seria interessante que tivéssemos acesso ao nome desse cidadão. Se V. S.^a pudesse nos trazer essa informação.

O SR. WALDÍMIR PUGINA - E notícia da primeira página da *Gazeta Mercantil* de hoje.

O SR. PAULO RAMOS - Sabe por quê? Porque o Governo Itamar enviou mensagem ao Congresso Nacional permitindo a participação de 100% do capital estrangeiro nas privatizações. A bem da verdade, teremos a chamada conversão da dívida externa em capital de risco. É possível que esse cidadão, que deve ter sido investigado, assim como outros brasileiros privilegiados, tenha tido a informação prévia de que a dívida externa passaria a ser utilizada em 100% do seu valor na aquisição das nossas empresas estatais, especialmente agora que os setores considerados mais estratégicos vão ser incluídos na pauta da privatização, como o setor de energia, de telecomunicações. Querem mudar a Constituição para acabar com o monopólio do petróleo e outras coisas. Mas é surpreendente que alguém tenha comprado toda essa quantia...

O SR. WLADIMIR PUGINA - Estou repetindo, Deputado, o que li há pouco.

O SR. PAULO RAMOS - Isso é para demonstrar que não é simplesmente uma especulação do mercado. Certamente, terá sido através de informação privilegiada porque deve ter também adquirido antes do Presidente da República enviar para o Congresso Nacional a mensagem alterando o critério da privatização.

Sr. Presidente, peço desculpas pois tenho por hábito permanecer aqui na CPI até o final dos depoimentos, até em homenagem aos nossos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Compreendo sua preocupação. V. Ex.^a pode se ausentar.

O SR. PAULO RAMOS - É uma loucura isso aqui, especialmente nesses dias. Peço desculpas e deixo um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Com a palavra o Relator *ad hoc* Pedro Valadares. V. Ex.^a terá cinco minutos.

O SR. PEDRO VALADARES - Serei breve.

Sr. Presidente, Sr. Depoente, Professor Vladimir Purina, as minhas perguntas são poucas.

Na sua disposição o senhor afirmou que houve uma redução de 40% nos custos. Quais são as causas da redução dos custos das empresas que o consórcio comprou?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Desculpe, não entendi; quais são o quê? Não ouvi direito.

O SR. PEDRO VALADARES - Houve uma redução de 40% nos custos. Quais são as causas dessa redução? Como foi que o senhor conseguiu reduzir?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Diria que tínhamos o nível de despesas fixas no caso da FOSFÉRTIL de 76 milhões de dólares. Esse valor foi reduzido para aproximadamente 50 milhões de dólares, sendo que nesta redução cerca de 10 a 12 milhões estão relacionados com o pessoal. Como disse, fizemos uma redução do quadro de pessoal. A partir daí, o volume de despesas é uma somatória de decisões administrativas que estão todas na sua essência voltadas para ganhos de eficiência e renegociação de contratos. Chamaria a isso de casos folclóricos porque são o somatório de pequenos exemplos, mas que são, às vezes, chocantes e mostram o que é uma empresa estatal.

Por exemplo, a empresa de transportes que fazia o transporte dos funcionários da FOSFÉRTIL era a mesma empresa que fazia o transporte dos funcionários das empresas privadas que estão todas localizadas ao lado da FOSFÉRTIL; os mesmos ônibus e tudo mais. No dia seguinte, tivemos condições de reduzir cerca de 20%, 30% dos custos de transporte com as empresas que já contratávamos. Quer dizer, por que cobravam mais 20% ou 30% para as empresas estatais? Há muitas razões, e não cabe a mim explicá-las.

Outro caso folclórico é que o aluguel mensal de um computador IBM que a FOSFÉRTIL pagava era o valor equivalente a comprar um equipamento novo. O aluguel mensal era o valor da compra de um equipamento, aliás, importamos usados. Então, temos aí uma listagem de fatores que mostram nas pequenas e grandes coisas formas de racionalizar e reduzir os custos. A Central Telefônica é outro caso. O aluguel mensal corresponderia ao valor de uma Central Telefônica. Poderíamos listar uma série enorme de casos.

O SR. PEDRO VALADARES - Isso não vem ao caso. Quantos empregados o consórcio demitiu na GOIASFÉRTIL e nas FOSFÉRTIL?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Já me expressei hoje. Foram cerca de 600 funcionários a nível de FOSFÉRTIL e 300 na GOIASFÉRTIL. Na ULTRAFÉRTIL não houve nenhuma redução expressiva.

O SR. PEDRO VALADARES - Novecentos e Trezentos. Creio que existem vários casos folclóricos nas Estatais - como V. S.^a afirmou - como também existem vários casos folclóricos na compra dessas empresas estatais.

V. S.^a pensa que a agricultura não deve ser movida a subsídio e sim a uma política agrícola adequada. Creio que V. S.^a está certo. Então, não seria uma contradição do senhor - tanto subsídio para empresários, como o senhor adquiriu -, empresas estatais estruturadas com o dinheiro do contribuinte?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Mas não recebi...

O SR. PEDRO VALADARES - Mas, o BNDES emprestou dinheiro.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Primeiro, não recebi subsídio algum. Segundo, tomei recursos emprestados pagando as taxas que são vigentes para operações desse tipo. Não recebi dinheiro de contribuinte. O dinheiro dos recursos alocados - volto a dizer - é dívida do Estado, que deixou de pagar seus compromissos. Não tenho nenhum dinheiro de recursos de contribuinte. Essa é a maneira como vejo.

O SR. PEDRO VALADARES - Qual foi a garantia que o senhor deu aos empréstimos do BNDES?

O SR. WLADIMIR PUGINA - No caso da FOSFÉRTIL, são as ações da Companhia; no caso da ULTRAFÉRTIL, as ações e o aval das empresas.

O SR. PEDRO VALADARES - Certo. V. S^a, como professor e como empresário, como explicaria um subsídio a uma empresa com o cadastro abalado como a COTIA, que deve cerca de 600 milhões de dólares?

O SR. WLADIMIR PUGINA - Na verdade, acho lamentável que a COTIA esteja enfrentando esses problemas. Não me cabe julgar o critério com que lhe foi concedido o crédito. Na realidade, centenas de bancos e instituições financeiras foram envolvidos no processo e ninguém fez isso com vontade de perder dinheiro. Na realidade, foram decisões equivocadas. Enfim, não me cabe julgar o processo da COTIA e a única coisa que posso adicionar é que, na verdade, o mercado financeiro foi afetado drasticamente pelos números que V. Ex^a acaba de repetir.

O SR. PEDRO VALADARES - Se a ELETROFÉRTIL que é do meu Estado Sergipe - tem em Sergipe e na Bahia - não fosse incorporada a PETROBRÁS, o senhor compraria a empresa? Quando falo o senhor refiro-me ao consórcio.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Diria que a NITROFÉRTIL é uma empresa viável e a minha conceituação, sem conhecer detalhes, pois nunca tive acesso e nunca esses dados estiveram disponíveis no mercado, mas pelo que conhecemos de tecnologia, de mercado e tudo mais, diria que a NITROFÉRTIL é uma empresa atraente. Atraente porque está ligada à produção de amônia e uréia a partir de gás natural. É um fator realmente muito importante. Ela tem um mercado.

O SR. PEDRO VALADARES - Mas com os preços que o Governo, por exemplo, vende a matéria-prima para que ela produza esses produtos... ah! V. Ex^a não tem os dados.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Digo que a ULTRAFÉRTIL teve os preços dos insumos da PETROBRÁS... Os produtos a serem fornecidos para a ULTRAFÉRTIL foram multiplicados três vezes. No caso específico do gás residual de refinaria, no entanto, a despeito disso, nossas avaliações econômicas afirmavam que a empresa era viável. Tanto era viável que nos dispusemos a comprá-la.

Sem conhecer, e fazendo apenas um paralelo de exercício de lógica, se isso é válido para a ULTRAFÉRTIL é também para a NITROFÉRTIL. As informações que temos que é uma empresa eficiente do ponto de vista de produção, tecnologia e está lastreada numa matéria-prima que tem um grau de flexibilidade maior que o próprio rasfe, que é o resíduo asfáltico de araucária. Penso que é uma empresa que tem o seu papel importante, tem um mercado.

O SR. PEDRO VALADARES - O senhor compraria, mas não fecharia.

O SR. WLADIMIR PUGINA - Não há razão para fechar a NITROFÉRTIL. É uma empresa que produz 750 mil toneladas de uréia aproximadamente. A ULTRAFÉRTIL atende 50% apenas do mercado; a NITROFÉRTIL tem um mercado cativo para cerca de 500 mil toneladas de uréia e tem um mercado de exportação que tradicionalmente é uma exportadora de produtos. Penso que a NITROFÉRTIL, pelas informações preliminar, é uma empresa perfeitamente viável economicamente.

O SR. PEDRO VALADARES - Sr. Presidente, eram só essas perguntas. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Vamos encerrando os nossos trabalhos, agradecendo a presença do Dr. Wladimir. Vamos marcar a próxima reunião para amanhã com o depoimento do Dr. André Franco Montouro Filho.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h05min.)

Secretaria Legislativa

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 1993-CN, DESTINADA A "INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO".

ATA DA 31A. REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1993.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia dezanove de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ézio Ferreira, Presidente, Paulo Ramos, Vice-Presidente, Amir Lando, Relator, Edson Menezes Silva, José Aníbal, Nelson Marquezelli, Marino Clinger, Nelson Wedekin, José Lourenço, Divaldo Suruagy, Dirceu Carneiro, Gilberto Miranda, Ronan Tito, Rubem Medina, Roberto Campos, Pedro Valadares, Maurici Mariano, Jacques Wagner e Elcio Álvares. Reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "DESTINADA A INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO". Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor André Franco Montoro Filho, ex-Diretor do Programa Nacional de Desestatização, convida o depoente para sentar-se à mesa, solicita a leitura do juramento e passa-lhe a palavra para fazer sua exposição. Logo após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer indagações ao depoente. Na fase interpelatória, usa da palavra, pela ordem de inscrição o Senhor Parlamentar Edson Menezes Silva. Durante a sua interpelação ao depoente o Deputado Edson Menezes Silva é convidado para Relator *ad hoc*. A seguir, continuam a interpelação ao depoente os Senhores Parlamentares Paulo Ramos, Roberto Campos e Jaques Wagner. Durante a interpelação do Deputado Jaques Wagner ao depoente o Deputado Pedro Valadares é convidado a assumir a Presidência. Logo após, continuam interpelando o Depoente os Senhores Parlamentares José Lourenço, Marino Clinger, José Aníbal e Nelson Wedekin. A seguir, o Presidente Deputado Pedro Valadares comunica o recebimento do requerimento, datado de quinze de setembro do corrente ano, autorizando a quebra de sigilo bancário e fiscal das seguintes pessoas físicas e jurídicas: ALDO NARCISI, CARLOS HENRIQUE LEAL DE MORAES, EDUARDO MARCO MODIANO, FERNANDO FROES, FERNANDO PERRONE, JOSÉ MAURO M. CARNEIRO DA CUNHA, JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO FILHO, LICÍNIO VELASCO, LUIZ CARLOS DELBEN LEITE, OCTÁVIO AUGUSTO FONTES TOURINHO, PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES, RICARDO FIGUEIRÓ, RICARDO VIANA, SÉRGIO ZENDRON, ANQUILLA PARTICIPAÇÕES LTDA, BRASTUBO CONSTRUÇÕES METÁLICAS S/A e LOTTEN CORPORATION. O respectivo requerimento foi assinado pelos seguintes Parlamentares: Amir Lando, Pedro Valadares, Paulo Ramos, Jaques Wagner, Edson Menezes Silva, Teotônio Vilela Filho, José Thomaz Nonô, José Aníbal, Gilberto Miranda, Manno Clinger, Elísio Curso, Divaldo Suruagy, Mário Lacerda, Nelson Wedekin e Maurici Mariano. Após lido o requerimento, a Presidência coloca em votação: os Senhores Parlamentares que aprovam o requerimento, permaneçam sentados. Aprovado por unanimidade. Logo após, o Deputado Roberto Campos, solicita a palavra a Presidência para arquir o depoente. Durante a interpelação do Deputado Roberto Campos ao depoente reassume a Presidência o Deputado Ézio Ferreira. A seguir, o Senador Gilberto Miranda solicita a palavra para questionar a validade, por falta de quorum, da aprovação do requerimento retro mencionado. Usam também da palavra, para questionar o validade do requerimento os Senhores Parlamentares, Pedro Valadares, Paulo Ramos, Edson Menezes Silva, Maurici Mariano, Ronan Tito, Amir Lando, Elcio Álvares e a Presidência que finaliza a discussão desaprovando o requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 31A. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA INVESTIGAR FATOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, REALIZADA EM 19/10/93, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR ANDRÉ FRANCO MONTORO, EX-PRESIDENTE DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: DEPUTADO ÉZIO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RAMOS

RELATOR: SENADOR AMIR LANDO